

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

aplicações e adaptações (1757-1808)

Fabricio L. Santos
Karl H. Arenz
Vanice S. de Melo
Wania A. Viana
Organizadores

O Diretório dos Índios na América Portuguesa: aplicação e adaptações (1757-1808)

Fabricao Lyrio Santos
Karl Heinz Arenz
Vanice Siqueira de Melo
Wania Alexandrino Viana
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, F. L., ARENZ, K. H., MELO, V. S., and VIANA, W. A., eds. *O Diretório dos Índios na América Portuguesa: aplicação e adaptações (1757-1808)* [online]. Salvador: EDUFBA, 2025, 489 p. ISBN: 978-65-5630-905-7. <https://doi.org/10.7476/9786556309057>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

O livro *O Diretório dos Índios na América Portuguesa: aplicações e adaptações (1757-1808)* reflete a expansão das pesquisas realizadas nos últimos anos sobre o Diretório dos Índios nos domínios portugueses na América. A ampliação desses estudos permitiu compreender de que maneira uma lei, inicialmente redigida para ser implementada na atual Região Amazônica, foi praticada, com adaptações, no restante do Brasil. Dessa forma, a obra aponta a diversidade das realidades vivenciadas durante a aplicação do Diretório dos Índios nos domínios portugueses na América. Os capítulos deste livro contemplam discussões que abrangem uma variedade de abordagens, algumas das quais pouco exploradas, como a política linguística indígena e a relação dos povos indígenas com o espaço e o mundo natural. A variedade de temas acompanha a diversidade de pesquisadores(as), nacionais e internacionais, que contribuíram com a obra. O livro é, portanto, uma iniciativa inédita de reunir uma gama de experiências referentes ao Diretório dos Índios em todas as regiões do Brasil.

**O DIRETÓRIO
DOS ÍNDIOS
NA AMÉRICA
PORTUGUESA**

aplicações e adaptações (1757-1808)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

George Mascarenhas de Oliveira

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes

José Amarante Santos Sobrinho

Lorene Pinto

Lúcia Matos

Lynn Alves

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

aplicações e adaptações (1757–1808)

**Fabricio L. Santos
Karl H. Arenz
Vanice S. de Melo
Wania A. Viana**
Organizadores

Salvador | Edufba | 2025

2025, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial

Cristovão Mascarenhas

Capa e projeto gráfico

Vânia Vidal

Coordenação gráfica

Edson Nascimento Sales

Imagem da capa

P. Lutz (possivelmente)

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Revisão

Juan Gabriel Almeida Alves

Assistente editorial

Bianca Rodrigues de Oliveira

Normalização

Marcely Moreira Santos

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

O Diretório dos Índios na América Portuguesa : aplicação e adaptações (1757-1808) / Fabricio

L. Santos... [et al.], organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2025.

489 p.

ISBN: 978-65-5630-763-3

1. Indígenas da América do Sul – Brasil – Relações com o governo – História – Fontes.

2. Indígenas – Trato – Brasil – História – Fontes. 3. Indígenas da América do Sul – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil – História – Séc. XVIII. I. Santos, Fabricio L.

CDD: 980.41

Elaborada por Tatiane de Jesus Ribeiro CRB-5: BA-001594/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n – *Campus* de Ondina

40170-115 – Salvador, Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

edufba@ufba.br | <https://edufba.ufba.br/>

SUMÁRIO

9 **Apresentação**

Fabricio Lyrio Santos | Karl Heinz Arenz
Vanice Siqueira de Melo | Wania Alexandrino Viana

19 **Prefácio**

Ângela Domingues
Mauro Cezar Coelho

25 **CAPÍTULO 1** **O cotidiano das povoações do Pará no tempo do diretório**

José Alves de Souza Junior

45 **CAPÍTULO 2** **As drogas do sertão e o Diretório dos Índios**

André José Santos Pompeu | Frederik Luiz Andrade de Matos

65 **CAPÍTULO 3** **O Diretório dos Índios, a exploração do mundo natural e os indígenas do Vale Amazônico**

Rafael Rogério Nascimento dos Santos

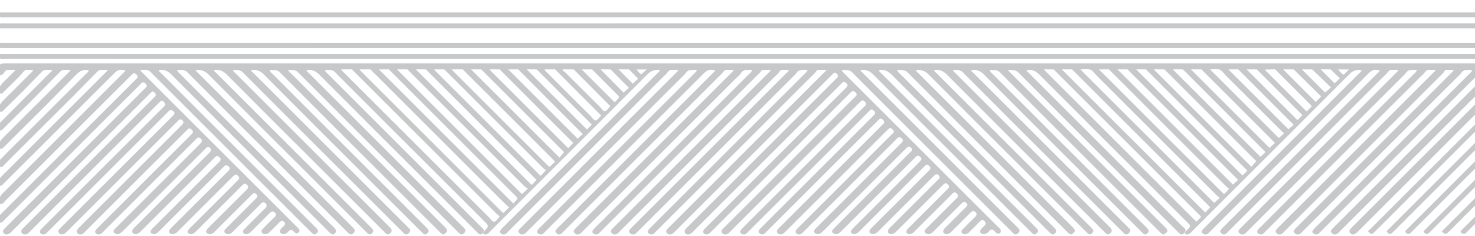
83 **CAPÍTULO 4** **A política linguística portuguesa para a Amazônia e o Diretório dos Índios**

Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente

- 107 CAPÍTULO 5
**Comunicação política, conflitos de jurisdição e trajetórias:
a administração das povoações civis do diretório na Capitania
de São José do Rio Negro**
Fabiano Vilaça dos Santos
Otávio Vítor Vieira Ribeiro
- 127 CAPÍTULO 6
**Aruás en los primeros tiempos del directorio:
frontera, trabajo y poder en la desembocadura del Amazonas**
Pablo Ibáñez-Bonillo
- 159 CAPÍTULO 7
**À sombra das fortalezas: a implementação do Diretório
dos Índios nas vilas do Baixo Amazonas**
Karl Heinz Arenz
- 181 CAPÍTULO 8
**Conquistadores, restauradores e principais:
o perfil das elites indígenas na Amazônia Portuguesa**
Rafael Ale Rocha
- 219 CAPÍTULO 9
**Fugas indígenas e controle metropolitano português
pelos rios da Amazônia colonial tocantina**
Vinicius Zúñiga Melo
- 237 CAPÍTULO 10
**Entre a lei e a prática: as tentativas de incorporação dos
povos indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí no
reinado josefino**
Samir Lola Roland

- 253 CAPÍTULO 11
**O socorro ao Grão-Pará: a vila de Guimarães
como polo de produção e abastecimento**
Felipe William dos Santos Silva
- 271 CAPÍTULO 12
**Diretório e trabalho: políticas indígenas e indigenistas
de acesso e controle da mão de obra indígena**
Vanice Siqueira Melo
Wania Alexandrino Viana
- 285 CAPÍTULO 13
**A implantação do Diretório dos Índios na Capitania
de Mato Grosso: o lugar de Guimarães**
Nauk Maria de Jesus
- 303 CAPÍTULO 14
**Política e finanças das câmaras municipais de vilas
de índios no Ceará**
João Paulo Peixoto Costa
- 327 CAPÍTULO 15
**A criação da vila de Nova Abrantes e a recepção do diretório
na Bahia**
Fabricio Lyrio Santos
- 347 CAPÍTULO 16
**“Será hum dos principaes cuidados dos Directores,
estabelecer (...) o uso da Lingua Portugueza”: Diretório
dos Índios e políticas linguísticas na Capitania da Bahia**
Pedro Daniel dos Santos Souza

- 367 **CAPÍTULO 17**
Vilas de índios da Comarca de Ilhéus:
moradores e autoridades em confronto
Teresinha Marcis
- 381 **CAPÍTULO 18**
As câmaras municipais nas vilas de índios no tempo do Diretório:
poder local, administração colonial e protagonismo indígena –
o caso de São José de Porto Alegre
Francisco Cancela
- 401 **CAPÍTULO 19**
Os povos indígenas e o Diretório dos Índios
no Rio de Janeiro
Maria Regina Celestino de Almeida
- 423 **CAPÍTULO 20**
O modelo socioeconômico guarani-missioneiro e
o ideário ilustrado no Rio Grande de São Pedro
Protásio Paulo Langer
- 445 **CAPÍTULO 21**
Povos indígenas e novas experiências urbanas na
América Portuguesa: reformismo pombalino,
participação política e pesquisa em rede colaborativa
Vânia Maria Losada Moreira
- 481 **Sobre os autores**



APRESENTAÇÃO

FABRICIO LYRIO SANTOS

KARL HEINZ ARENZ

VANICE SIQUEIRA DE MELO

WANIA ALEXANDRINO VIANA

Em 2022, ano em que se rememorou o Bicentenário da Independência do Brasil, cinco pessoas autodeclaradas indígenas foram eleitas, de forma inédita, para a câmara federal, entre as quais Sônia Guajajara e Célia Xacriabá, lideranças de destaque no cenário nacional e internacional¹. Esse fortalecimento da participação indígena na política institucional não contradiz – antes, reforça – um histórico de mais de 500 anos de luta e resistência que inclui, também, práticas de negociação e incorporação de elementos da cultura dominante em prol da sobrevivência individual e coletiva.

Desde o início da colonização europeia no continente que veio a ser chamado de América, os povos nativos ou originários tornaram-se objeto de diferentes políticas e regulamentos. Leis foram criadas, promulgadas e, frequentemente, modificadas, de acordo com as condições históricas e sociais de cada tempo e lugar, no limiar entre a vontade impositiva do colonizador e a força política do colonizado. O último grande regulamento direcionado aos povos indígenas, produzido no bojo da colonização portuguesa no Brasil, foi o *Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Redigido pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no ano de 1757, esse regulamento foi prontamente aprovado pelo monarca português D. José I por meio do alvará de 17 de agosto de 1758.

1 Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>.

No documento de aprovação, o rei indicou que as determinações previstas nos 95 parágrafos que compõem o documento seriam “muito convenientes para o serviço de Deus, e meu, e para o Bem Comum, e felicidade daqueles Índios”². A categoria do “bem comum” aparece, também, entre os objetivos elencados no último parágrafo do referido regulamento, que lista as supostas vantagens da sua aplicação na colônia: “a dilatação da Fé, a extinção do Gentilismo, a propagação do Evangelho, a civilidade dos Índios, o bem comum dos Vassalos, o aumento da Agricultura, a introdução do Comércio, e, finalmente, o estabelecimento, a opulência, e a total felicidade do Estado”³.

No entanto, em linhas gerais, no que consiste o diretório? Para apresentarmos, ainda que brevemente, esse regulamento, é necessário recuarmos pelo menos até o ano de 1750. Com a morte de D. João V, subiu ao trono português seu filho, que reinou sob o nome de D. José I (1750-1777). Uma das primeiras tarefas do novo monarca foi a execução das demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madrid, assinado naquele mesmo ano, que poriam fim às disputas territoriais entre Portugal e Espanha no continente americano. Para tanto, seria fundamental garantir o povoamento e a efetiva exploração da colônia.

Imbuído dos cargos de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e de ministro plenipotenciário para as conferências sobre a demarcação dos limites setentrionais da América Portuguesa, Mendonça Furtado recebeu, também, instruções específicas relacionadas às populações indígenas da região, com ênfase para dois aspectos prioritários: a escravização – sob certas condições – de parte da mão de obra nativa – que deveria ser terminantemente proibida – e a influência política exercida pelas ordens religiosas, notadamente a Companhia de Jesus.

Agindo de forma célere e assertiva, o governador propôs ao monarca a edição de uma nova lei relativa à liberdade dos índios e a abolição do Regimento das Missões do Maranhão, de 1686, identificado por ele como sendo a principal fonte de poder dos religiosos. Ao mesmo tempo, conhecendo de perto a realidade amazônica e sentindo a pressão exercida pelos colonos, Mendonça Furtado mostrou-se preocupado com o suprimento de trabalhadores para os empreendimentos coloniais, tendo em vista que a contratação de mão de obra livre – sendo ou não indígena – não estava no horizonte dos proprietários locais.

Em 1755, foram então editados ao menos quatro textos normativos que iam ao encontro das preocupações expressas pelo governador. O alvará de 4 de abril incentivava a união matrimonial entre portugueses e indígenas, proibindo que os filhos dessas uniões sofressem qualquer tipo de infâmia ou diminuição. A lei de 6 de junho

2 DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, Em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, 1758, p. 39.

3 DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, Em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, 1758, p. 38.

reconhecia aos indígenas o direito à liberdade, proibindo toda forma e modalidade de dependência – tutela ou escravização. O alvará do dia 7 de junho revogava o primeiro parágrafo do Regimento das Missões, impedindo os religiosos de exercerem a administração “temporal”, isto é, civil, dos aldeamentos. Um segundo alvará, assinado no mesmo dia, instituía a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que ficaria responsável pelo suprimento de trabalhadores africanos escravizados para os colonos a preços subsidiados pela Coroa Portuguesa. Nesse contexto, atento às dinâmicas sociais, políticas e econômicas que testemunhou durante os primeiros anos do seu governo, Mendonça Furtado redigiu e encaminhou para o reino o citado Diretório dos Índios.

O diretório é um documento que consiste em uma série de prescrições e recomendações destinadas aos moradores que ocupariam, doravante, o cargo de diretor. Este havia sido criado pelo próprio diretório, correspondendo a uma espécie de tutor dos indígenas que viviam nas povoações originadas dos antigos aldeamentos missionários. Tais aldeamentos, após abolida a administração “temporal” exercida pelos religiosos, foram convertidos em vilas e em lugares. As vilas – à semelhança das portuguesas – teriam câmaras, nas quais os próprios habitantes indígenas seriam escolhidos para os cargos de vereador e juiz. Os lugares seriam regidos pelos “principais”, líderes nativos reconhecidos pelas autoridades coloniais.

Essas determinações foram sendo aplicadas, progressivamente, em todas as capitanias da América Portuguesa, isto é, tanto no Estado do Grão-Pará e Maranhão quanto no Estado do Brasil, cuja capital política, administrativa e eclesiástica era Salvador da Bahia. Na ocasião, a cidade foi palco da instalação de um tribunal especial do Conselho Ultramarino, principal órgão de assessoramento da Coroa Portuguesa nas matérias relativas às colônias, e de um tribunal especial da Mesa da Consciência e Ordens, órgão diretamente responsável pela gestão dos assuntos ligados à religião.

Feita essa breve digressão, que esperamos ser útil para quem, eventualmente, esteja tendo contato com a temática pela primeira vez, cumpre dizer que o Diretório dos Índios é um documento bastante conhecido entre especialistas e nos movimentos sociais que militam pela causa indígena. Seu impacto é apontado como determinante não apenas até a sua abolição formal, em 1798 – ao menos no que diz respeito ao Estado do Grão-Pará e Maranhão –, como também no que diz respeito às políticas indigenistas traçadas nos séculos XIX e XX, com repercussões até mesmo na atualidade. Não por acaso, muitas são as publicações existentes sobre o diretório, dentro e fora do Brasil. Sendo assim, o que nos levou a organizar esta coletânea?

Em primeiro lugar, esta é a primeira obra historiográfica coletiva dedicada inteiramente à política inaugurada pelo Diretório dos Índios na América Portuguesa. Desse modo, nenhum outro trabalho reuniu tantas e tão diversas contribuições sobre o tema. Como consequência, esta também é a primeira coletânea que tenta

dar conta dos diferentes cenários coloniais nos quais o diretório foi aplicado, buscando apontar as suas especificidades, adaptações e acomodações, tanto do ponto de vista formal, isto é, por meio de adendos e regulamentos complementares, quanto – e, sobretudo – do ponto de vista do seu efetivo impacto sobre as relações sociais, étnicas e econômicas coloniais. Perpassando os capítulos, o agenciamento indígena se afirma por meio de estratégias e táticas de resistência e sobrevivência que ficaram registradas, quase sempre, nas entrelinhas dos discursos oficiais.

Dentro do escopo proposto, o livro está organizado em 21 capítulos que seguem, *grossa modo*, o sentido da aplicação do Diretório dos Índios, começando nas capitâneas do Norte e seguindo até o Extremo Sul do continente. O primeiro capítulo, “O cotidiano das povoações do Pará no tempo do diretório”, aborda os desdobramentos do diretório no cotidiano vivido pelos moradores das povoações indígenas, por meio da exploração de fontes produzidas em âmbito local. Seu autor, José Alves de Souza Junior, elenca episódios que evidenciam as múltiplas possibilidades de interação entre indígenas, diretores, párocos e colonos durante a implementação do diretório, perpassadas tanto pela violência quanto pela negociação.

Em seguida, o capítulo de André José Santos Pompeu e Frederik Luiz Andrade de Matos aborda o impacto do diretório na economia amazônica, com ênfase para as chamadas “drogas do sertão”, gênero de grande circulação no mercado atlântico. Os autores demonstram que o diretório, aliado a outras medidas, promoveu mudanças significativas em todas as etapas da cadeia produtiva daqueles cobiçados produtos, desde a sua coleta e/ou cultivo até a exportação.

O capítulo seguinte, de Rafael Rogério Nascimento dos Santos, também traz reflexões sobre a relação entre a legislação colonial e a natureza amazônica, porém, num sentido menos voltado para a economia. O autor busca evidenciar a importância da exploração do meio natural – incentivada pelo diretório – para o desenvolvimento do pensamento científico do final do século XVIII, ancorado, em grande medida, nas informações fornecidas aos viajantes naturalistas pelas populações nativas. Sendo assim, para além do lucro, a fauna e a flora da Amazônia proporcionaram aos europeus uma gama inestimável de novos conhecimentos.

O quarto capítulo intitula-se “A política linguística portuguesa para a Amazônia e o Diretório dos Índios” e traz a autoria de Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente. O texto analisa a política linguística do governo português para a Amazônia a partir da legislação metropolitana. Traz a postura do Estado português em relação à questão linguística na Amazônia entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, antes da promulgação do Diretório dos Índios (1757). Em seguida, discute as diretrizes da administração colonial em relação ao uso da língua geral e ao ensino da língua portuguesa a partir das medidas do governo pomбалino, e demonstra as mudanças e as continuidades na postura dos agentes metropolitanos em relação ao uso da língua geral e ao ensino do português.

Fabiano Vilaça dos Santos e Otávio Vítor Vieira Ribeiro assinam o quinto capítulo, que traz como título “Comunicação política, conflitos de jurisdição e trajetórias: a administração das povoações civis do diretório na Capitania de São José do Rio Negro”, acerca da administração das povoações na mais nova e mais ocidental capitania da Amazônia lusa, uma região posta em relevo pelas iniciativas pombalinas. Os autores apontam que principalmente indivíduos de formação militar e com trajetórias de serviços em diferentes partes do Império Português – portanto, pessoas com diversas experiências – administraram as povoações nessa área fronteiriça. Nesse contexto, eles refletem, também, o quanto os conflitos jurisdicionais entre os governadores da Capitania de São José do Rio Negro e os governadores e os capitães-generais do Estado do Grão-Pará e Maranhão podem ter impactado, sobretudo na fase inicial de implantação do Diretório dos Índios, os percursos dos diretores das vilas no Real Serviço.

O capítulo “Aruás en los primeros tiempos del directorio: frontera, trabajo y poder en la desembocadura del Amazonas”, de Pablo Ibáñez-Bonillo, explora continuidades e transformações vivenciadas a partir das mudanças implementadas pelo Diretório dos Índios⁴. A partir de análises locais, Pablo Ibáñez-Bonillo aponta como os habitantes da vila de Chaves e do lugar de Rebordello, situados no estuário do Rio Amazonas, conseguiram assegurar uma parcela da sua autonomia, beneficiando-se, inúmeras vezes, da condição de fronteira.

O capítulo seguinte, “À sombra das fortalezas: a implementação do Diretório dos Índios nas vilas do Baixo Amazonas”, de autoria de Karl Heinz Arenz, explora a participação dos militares na implementação do diretório no Baixo Amazonas – uma região de cruzamento e encontro de vários caminhos fluviais –, destacando aqueles que desempenharam o papel de diretores das povoações indígenas. Ao fazer uma análise mais detalhada de três casos específicos, o autor aponta o evidente despreparo dos primeiros ocupantes do referido cargo diante da nova política luso-colonial e dos desafios enfrentados no intuito de intervir nas dinâmicas étnico-sociais preestabelecidas.

Rafael Ale Rocha aporta com uma abrangente reflexão, intitulada “Conquistadores, restauradores e principais: o perfil das elites indígenas na Amazônia Portuguesa”, um capítulo que aponta a engenhosidade e a inventividade da agência nativa no contexto da conjuntura regional marcada pela aplicação do diretório. Partindo do caso de um líder indígena que ocupou os cargos de diretor e mestre de campo, o autor analisa semelhanças e diferenças entre as estratégias de ação política adotadas por diversas lideranças indígenas desde o século XVII. Rafael Ale Rocha evidencia, assim, o papel desses principais como intermediários entre as demandas da metrô-

4 A pedido do autor, o texto foi mantido na língua original.

pole e da sociedade regional – sobretudo os agentes de tutela não indígenas –, de um lado, e os interesses dos próprios índios, de outro.

Vinícius Zúñiga Melo traz à tona a agência indígena diante das políticas presentes no diretório no capítulo intitulado “Fugas indígenas e controle metropolitano português pelos rios da Amazônia colonial tocantina”. Nele, o autor analisa as fugas indígenas pela ampla rede hidrográfica que interliga os vales dos rios Amazonas e Tocantins na implementação do Diretório dos Índios e como essa mobilidade ensinava, por parte da Coroa Portuguesa, a constituição de mecanismos para coibi-las, promovendo o avanço e o enraizamento do projeto colonial.

Samir Lola Roland também explora os limites entre a legislação e a sua efetiva aplicação no capítulo cujo sugestivo título é “Entre a lei e a prática: as tentativas de incorporação dos povos indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí no reinado josefino”. O autor explora as políticas de alianças e guerras construídas entre os povos indígenas e o governo colonial nas capitanias do Maranhão e do Piauí. A partir das análises dessa política, o historiador discute a aplicabilidade do Diretório dos Índios nas referidas capitanias.

O capítulo “O socorro ao Grão-Pará: a vila de Guimarães como polo de produção e abastecimento”, de Felipe William dos Santos Silva, aborda a importância da aplicação do diretório em uma vila estratégica da Capitania do Maranhão, no intuito de garantir o fornecimento de farinha de mandioca, alimento basilar da colônia, para o mercado interno, mostrando o quanto a dimensão administrativa se conjugou com a econômica.

Vanice Siqueira Melo e Wania Alexandrino Viana encerram a seção com os capítulos que discutem o Diretório dos Índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão. No capítulo “Diretório e trabalho: políticas indígenas e indigenistas de acesso e controle da mão de obra indígena”, as historiadoras analisam como a transformação da condição jurídica dos povos indígenas, por meio do Diretório dos Índios, implicou conflitos no acesso à e na disponibilidade da mão de obra indígena, como os próprios indígenas se inseriam nessas disputas e de que maneira procuravam escapar dos mecanismos de controle de mão de obra.

Rumando em direção aos limites do Estado do Grão-Pará e Maranhão com o do Brasil, o capítulo de Nauk Maria de Jesus, intitulado “A implantação do Diretório dos Índios na Capitania de Mato Grosso: o lugar de Guimarães”, aborda a transição da missão de Santa Ana para o lugar de Guimarães e aponta algumas experiências vivenciadas pelos povos indígenas nesse processo. A reflexão da autora aponta para a perspectiva de um diretório possível no Mato Grosso, em decorrência das próprias características dessa capitania.

Adentrando o litoral norte do Estado do Brasil – atual Região Nordeste –, João Paulo Peixoto Costa discute a administração das finanças municipais pelas câmaras das vilas indígenas do Ceará, num período posterior à abolição formal do Diretório no

Grão-Pará, mas ainda vigente em outras regiões da América portuguesa. Seu capítulo, que traz por título “Política e finanças das câmaras municipais de vilas de índios no Ceará”, revela que os indígenas buscaram proteger o patrimônio das vilas e, sobretudo, preservar sua liberdade e autonomia. O texto avança, cronologicamente, até o período da independência, apontando que a população indígena desempenhou um papel fundamental naquele contexto.

Fabricio Lyrio Santos trata da implantação do diretório na Bahia, uma das mais importantes capitanias do Estado do Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto administrativo, pois abrigava a capital do governo-geral ou vice-reinado, transferida para o Rio de Janeiro, em 1763. O capítulo se intitula “A criação da vila de Nova Abrantes e a recepção do diretório na Bahia”. O autor procura indicar os impasses e as adaptações realizados pelas autoridades locais, tendo em vista as especificidades das povoações indígenas e da atuação jesuítica naquela capitania.

O capítulo “Será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer (...) o uso da Lingua Portuguesa’: Diretório dos índios e políticas linguísticas na Capitania da Bahia”, de Pedro Daniel dos Santos Souza, analisa o papel desempenhado pelo Diretório dos Índios no sentido de promover a generalização da língua portuguesa no Brasil, o processo de extermínio das línguas indígenas de forma mais expressiva, ou mesmo da restrição de seus espaços de uso, a partir do diretório. O autor debate essas questões no âmbito da escrita de uma história social linguística do Brasil, observando a distinta história das duas colônias portuguesas na América.

A autora Teresinha Marcis evidencia conflitos e contradições da nova legislação na Capitania de Ilhéus, a qual foi incorporada, na mesma época de implantação do Diretório dos Índios, à Bahia. Seu capítulo, “Vilas de índios da Comarca de Ilhéus: moradores e autoridades em confronto”, evoca testemunhos do final do século XVIII e início do XIX relativos às vilas e às povoações indígenas da região, evidenciando as tensões existentes entre os seus moradores e as autoridades locais, sobretudo com os escrivães, que cumpriam, também, o papel de diretores.

Em “As câmaras municipais nas vilas de índios no tempo do Diretório: poder local, administração colonial e protagonismo indígena – o caso de São José de Porto Alegre”, Francisco Cancela aborda o processo de conquista da “cidadania indígena” por parte das populações das vilas erigidas em decorrência da aplicação do diretório na Capitania de Porto Seguro. Esta, à semelhança da de Ilhéus, também foi incorporada à Bahia no mesmo período. Partindo de um caso específico e bem documentado, o autor evidencia o exercício do poder local pelos camaristas indígenas e debate a dimensão conflitiva existente entre as políticas indigenistas e as políticas indígenas.

A pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida apresenta uma acurada síntese do processo de implementação do diretório em uma capitania que ganharia uma enorme projeção na segunda metade do século XVIII, tornando-se a capital do Estado do Brasil. No capítulo intitulado “Os povos indígenas e o Diretório dos

Índios no Rio de Janeiro”, a autora coloca em evidência vários grupos indígenas que se mobilizaram em meio a processos de descimentos, fundação de novas aldeias e luta pela terra, buscando fazer valer os direitos prometidos na legislação.

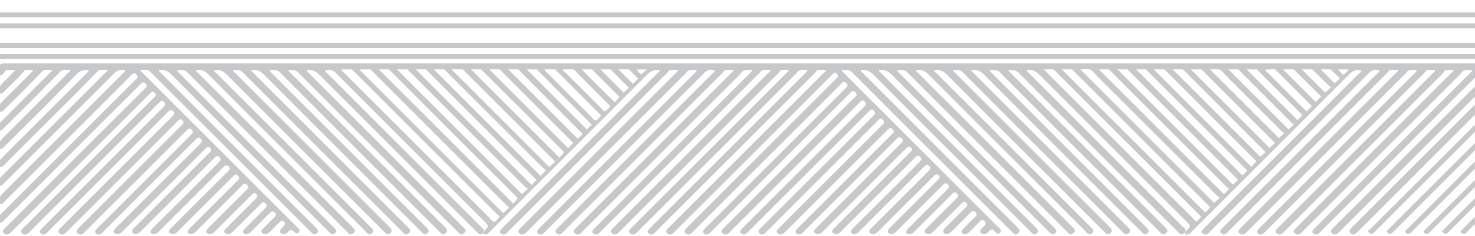
Chegamos ao Sul do continente com o capítulo de Protasio Paulo Langer, “O modelo socioeconômico guarani-missionário e o ideário ilustrado no Rio Grande de São Pedro”. Retomando a conjuntura vivida na região em decorrência do Tratado de Madrid (1750), o autor aponta para a importância política do antijesuitismo como elemento marcante da conjuntura então vivida em Portugal e em suas colônias, frisando, nesse sentido, o recurso a elementos do diretório, por iniciativa dos governadores da época, em vilas do Extremo Sul da América Portuguesa, para provar a suposta excelência do ideário e do método civilizatório pombalino em contraposição ao jesuítico.

O capítulo final da coletânea, “Povos indígenas e novas experiências urbanas na América Portuguesa: reformismo pombalino, participação política e pesquisa em rede colaborativa”, de Vânia Maria Losada Moreira, traça um panorama das vilas criadas em diferentes capitanias da América Portuguesa, apresentando informações reunidas em uma plataforma colaborativa *on-line* organizada pelo grupo de pesquisas Vilas Indígenas Pombalinas (VIP). A autora, que também coordena esse projeto, elenca diferentes dimensões da aplicação do Diretório dos Índios nos diversos contextos luso-americanos, concluindo que o referido regulamento colocou as populações indígenas diante de novos desafios, mas também de novas possibilidades.

Mesmo que não tenha sido possível abarcar todas as capitanias e as regiões que faziam parte dos domínios portugueses na América, os capítulos desta coletânea conseguem dar conta de um espectro geopolítico sem precedentes entre as publicações dedicadas ao tema, possibilitando comparações entre diferentes cenários e realidades. Além disso, de forma também inédita, o livro traz à baila uma miríade de questões que envolveram a implantação do diretório e de outras leis indigenistas, evidenciando o agenciamento indígena, o engajamento das autoridades coloniais, a reação dos colonos, os impactos econômicos e demográficos, além de processos peculiares de etnogênese.

Esperamos que esta publicação tenha um lugar de destaque entre as obras dedicadas à compreensão das políticas dirigidas às populações indígenas no período colonial, podendo despertar a atenção tanto do público em geral, interessado na temática, quanto dos especialistas que estejam em busca de um escopo interpretativo mais amplo para as suas pesquisas. Em acréscimo, diante do caráter diversificado dos capítulos e da linguagem leve e direta adotada pelos(as) autores e autoras, esta coletânea se tornará, sem dúvida, um material útil para os docentes em formação ou em busca de atualização profissional, podendo servir de bibliografia básica nos cursos de História Indígena e Indigenismo.

Um balanço final acerca do diretório é algo que não caberia neste livro e nem mesmo seria possível ou desejável. A diversidade de experiências vividas pelos diferentes atores sociais nos mais distintos contextos coloniais indica a necessidade de evitar generalizações. No entanto, não resta nenhuma dúvida de que o Diretório dos Índios, e as demais leis e políticas associadas a ele, foi um divisor de águas na legislação colonial, influenciando de maneira direta as dinâmicas de ocupação e de exploração do continente e o processo de formação étnica e social do Brasil.



PREFÁCIO

ÂNGELA DOMINGUES

MAURO CEZAR COELHO

Nas últimas décadas, temos assistido ao surgimento de uma notória renovação da historiografia sobre a Amazónia colonial. O tema é, em si, inesgotável e essa atenção dada à história do norte da América Portuguesa mostra que os historiadores reconhecem a importância que essa imensa região tem para o Brasil, mas também para o equilíbrio do planeta e do ambiente e para o futuro da humanidade, e querem participar ativamente e dinamizar os debates que se têm estabelecido a nível nacional e internacional sobre essa imensa e importante região do globo. Como sabemos, a história não se ocupa exclusivamente do passado, mas dialoga com o presente, com o olhar posto no futuro. Quer ter um papel proativo na compreensão de muitos fenómenos naturais e humanos, bem como na identificação e na prevenção de desequilíbrios ambientais e sociais, nomeadamente os que aqui se desenrolam, mas que têm consequências para todos.

A vontade que a história tem de participar nesse processo e estabelecer diálogos com outras áreas científicas, mostrando, assim, a sua utilidade à sociedade, traduz-se, para o caso do Norte do Brasil, na publicação de uma imensidão de livros, artigos, teses de mestrado e doutoramento, de enorme qualidade científica, que têm surgido nos últimos anos e que mostram como as universidades brasileiras têm sabido “criar escola” e formar cientistas de reconhecida competência. Esses estudos apresentam temas novos como objetos de análise, tal como reequacionam abordagens tradicionais por meio do estabelecimento de perspectivas diferentes. Baseiam-se em meticulosas investigações de arquivo. Dialogam com outras historiografias sobre os espaços coloniais portugueses, mas também acerca de outros impérios construídos pelos europeus a nível global. Levam em consideração uma contextualização abrangente, conectada e comparada, enriquecida pelo cruzamento de metodologias multi

e transdisciplinares, que dão, ainda, importância às tradições orais das comunidades, valorizando a cultura material e imaterial e os saberes tradicionais. Desse modo, dá visibilidade a outros protagonistas e a temas que, durante muito tempo, estiveram afastados dos interesses dos historiadores: as comunidades indígenas e ribeirinhas ou caboclas e os seus saberes ancestrais.

Essa historiografia amazônica a que nos referimos aqui, não por acaso, tem dialogado com o campo da história indígena. Ao reconhecer e ao problematizar os povos indígenas como sujeitos históricos plenos, esse campo da pesquisa histórica brasileira enfrenta desafios que não são irrelevantes. Constituída em função de interesses das elites escravistas do império brasileiro no século XIX, a historiografia brasileira há até pouco tempo assumiu, de modo quase absoluto, a perspectiva europeia como eixo. Daí que, por décadas, as análises sobre o passado colonial – mas não só – assumiram os povos indígenas como pacientes de uma história de europeus e de seus congêneres. Evidência disso é o volume de análises sobre políticas indigenistas e sobre a percepção europeia acerca dos povos indígenas. Nelas, os agentes são os europeus e os seus correlatos, e os indígenas cumprem a função de objeto no qual a ação europeia se inscreve.

Ao se voltar ao passado colonial, buscando reconhecer a ação dos povos indígenas, essa historiografia subverte mais que uma tradição historiográfica. Ela coloca questões teóricas e metodológicas que não são de somenos importância. A principal delas diz respeito ao reconhecimento do protagonismo indígena em uma história que parte da perspectiva europeia para reconhecer temporalidades, espaços e agências. Uma história que elege os eventos em função do avanço da colonização portuguesa e que a assume como marco para a atribuição de juízos historiográficos e institui limites para a compreensão do protagonismo indígena segundo as lógicas nativas.

Não obstante, a historiografia amazônica relativa ao passado colonial tem ampliado o conhecimento sobre processos e espaços do que se convencionou chamar de “Amazônia Portuguesa”, vislumbrando caminhos para a subversão daquela lógica que tem caracterizado a historiografia sobre o Império Português nos dois lados do Atlântico. Ainda que presa aos eventos e aos processos eleitos no século XIX, tanto o avanço sobre corpos documentais pouco estudados quanto um olhar atento para a percepção de outras lógicas que não somente aquelas que orientaram a historiografia têm proporcionado a compreensão das ações indígenas, não simplesmente como reações à expansão colonial, mas como projetos, interesses e avaliações nativos que incidiram e modificaram as políticas coloniais, especialmente aquelas que tinham os povos indígenas como objeto.

Este livro sobre o Diretório dos Índios inscreve-se nessa renovação historiográfica, brindando o seu leitor com 21 capítulos competentemente escritos por 24 historiadores que são referências nos temas que escolheram. Juntaram-se, neste projeto

coletivo – cuja originalidade é, aliás, sublinhada pelos editores, quando referem que “nenhum outro trabalho reuniu tantas e tão diversas contribuições sobre o tema” –, para estudar uma questão que é comum a todos os que nele participam: o Diretório dos Índios.

O Diretório dos Índios foi, durante longo tempo, negligenciado pela historiografia. Ele compunha análises sobre outros processos, especialmente aqueles voltados para a compreensão das políticas indigenistas ou para o consulado pombalino. Nesses trabalhos, o Diretório era entendido como política metropolitana, resultante das diretrizes impostas por Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – e expressão da influência ilustrada na política imperial. Foi na virada do século passado que ele foi escolhido como objeto de análises que propunham interpretações mais complexas, considerando uma gama maior de agentes e o intrincado contexto das colônias nas quais o Diretório foi implementado.

Dessas análises emergiu uma compreensão do Diretório distinta daquela consagrada pela produção historiográfica até então. Mais que uma política metropolitana, ele passou a ser percebido como resultado das interações havidas no Grão-Pará, ao longo do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Assim, o complexo de relações mantidas pelos diferentes agentes que habitavam a colônia, em especial os povos indígenas, foram levados em consideração para a compreensão tanto da construção do Diretório quanto de sua vigência no Grão-Pará e alhures. Essa última questão conforma outra importante contribuição dessa geração de historiadores.

Diferentemente do que fizeram muitos analistas anteriores, essa nova leva de trabalhos não considerou o Diretório a partir da letra da lei. Ao contrário, embrenhou-se nos arquivos e buscou compreender as relações engendradas a partir da vigência do Diretório, dimensionando limites, alterações, subversões e conformidades. Para tanto, foi de fundamental importância a assunção do Diretório como experiência, como processo vivido nas diferentes povoações criadas sob sua égide. Essa postura permitiu uma outra compreensão do Diretório: não mais como projeto, mas como um processo cuja inteligibilidade só podia ser percebida a partir da análise da experiência concreta, expressa na documentação disponível nos arquivos.

Esse passo inicial foi de fundamental importância para que as gerações subsequentes acompanhassem e aprofundassem a trilha inaugurada. No decorrer deste quase quarto de século em que vivemos, a produção historiográfica sobre o Diretório dos Índios avançou, de modo a percebê-lo em suas distintas configurações no espaço e no tempo. Questões aventadas por aqueles trabalhos iniciais que assumiram o Diretório como processo têm sido aprofundadas, evidenciando os ajustes sofridos à medida que foi sendo implementado nas diferentes colônias do Império Português na América. O livro que temos a alegria de prefaciá-lo é uma expressão dessa produção renovada sobre o Diretório.

Esse corpo legislativo é entendido pelos organizadores do volume como o último grande regulamento emanado pela administração colonial, dirigido às comunidades indígenas. Da leitura desta obra fica muito claro que a sua influência ultrapassou nitidamente o período em que a lei vigorou, entre 1757 e 1798, influenciando as políticas indigenistas de períodos posteriores, tal como extrapolou a “experiência colonial” a partir da qual foi inicialmente pensado, a Amazônia, quando foi aplicado ao Estado do Brasil. Assim sendo, os vários capítulos que constituem esta obra permitem que o leitor estabeleça uma comparação das especificidades, das aplicações e das adaptações dessa lei em várias regiões da América Portuguesa: obviamente, na Amazônia, no Maranhão e no Piauí, mas também em Mato Grosso, no Ceará, na Bahia, em Ilhéus, no Rio de Janeiro e em Rio Grande de São Pedro.

Os textos reunidos no volume aprofundam algumas questões apontadas por aquela geração inicial de historiadores que se voltaram para o Diretório dos Índios como processo. A atuação dos diretores é problematizada, a economia das povoações é perscrutada, a atuação dos indígenas aldeados na investigação do mundo natural é destacada, a implementação da política linguística e os conflitos jurisdicionais entre as autoridades coloniais – dentro e fora das povoações – são situados, assim como o modo pelo qual os indígenas das povoações agiram e estabeleceram políticas que expressavam seus interesses e sua apropriação do aparato legislativo que lhes era direcionado.

Por seu turno, as perspectivas de análise desenvolvidas pelos autores são diversificadas, mas complementares, relacionando questões de natureza política, jurídico-administrativa, social, econômica, científica, linguística e identitária, em cenários em que se cruzam homens e natureza e em que interação indígenas, mestiços, africanos e colonos. Cada capítulo constitui-se, então, como uma peça autônoma, contudo indispensável, para a compreensão do imenso, valioso e complexo mosaico coletivo que é este livro organizado em torno do Diretório dos Índios.

Os vários capítulos também põem em evidência a riqueza e a importância dos arquivos regionais, com claro destaque para o Arquivo Público do Pará. A documentação desse importante arquivo permite lançar luz sobre a vivência cotidiana dos indivíduos e das comunidades que habitavam os sertões amazônicos num contexto das lógicas locais, ao mesmo tempo que dialoga com a informação dos arquivos da administração central de que o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo são paradigmas.

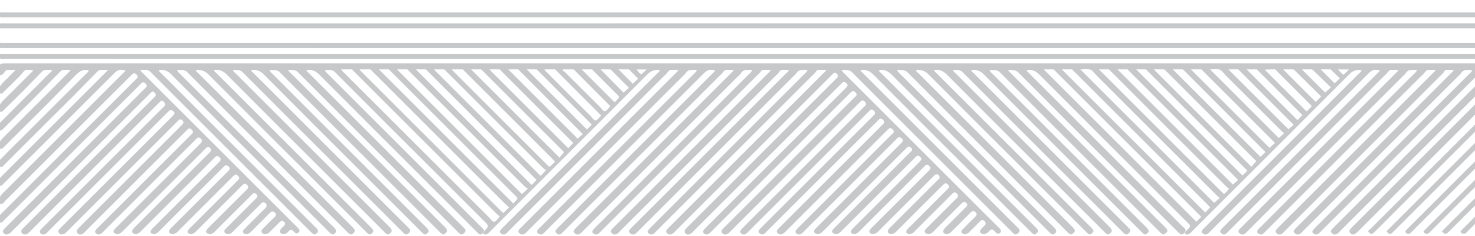
Alguns textos retomam temas que foram analisados de forma competente por historiadores clássicos, que olhavam, ainda, para os indígenas como uma massa indiferenciada, anônima, passiva, subalterna, explorada. Com as perspectivas apresentadas nesta obra, consolida-se a percepção de que essas comunidades e esses indivíduos detêm espessura e individualidade. Surgem com nomes e rostos, com poder político e influência, com capacidade negocial e riqueza, e exercem um papel

ativo dentro das suas povoações e na sociedade colonial. Participam ativamente no comércio das drogas do sertão e dos géneros cultivados, armam canoas, têm conhecimentos do mundo natural que são valorizados dentro e fora da colónia, têm importância estratégica e tática na defesa e na organização do território, estão inseridos nos circuitos económicos coloniais, resistem e encontram alternativas aos seus modos de vida tradicionais. Em suma, têm um papel ativo na história da Amazónia e na história colonial do Brasil.

A contribuição fundamental do livro, reiteramos, é o dimensionamento do Diretório dos Índios em outros espaços além daquele para o qual foi construído. Ela evidencia que o Diretório não pode ser concebido apenas como política metropolitana. Sua formulação e sua vigência foram profundamente demarcadas pelos contextos das regiões nas quais foi colocado em prática. Assim, os autores e as autoras da presente coletânea deixam estabelecido que as dinâmicas locais foram determinantes para a conformação dos diversos diretórios. Eles permitem supor que a decisão metropolitana de estender uma política pensada para o Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil não significou a sua extensão *ipsis litteris*. Diversamente, cada espaço, em função das dinâmicas locais, das forças políticas envolvidas, das atividades económicas levadas a cabo, da atuação dos povos indígenas aldeados e da relação com os povos indígenas dos sertões, promoveu alterações, ajustando a letra da lei aos interesses em disputa. Muitas vezes, isso ocorreu a despeito das decisões metropolitanas.

O livro consolida o Diretório dos Índios como um processo relevante e estruturante da vida brasileira. Ele nos ajuda a perceber como o Diretório foi determinante na conformação e na consolidação de localidades urbanas, como ele foi importante para a manutenção de interesses indígenas, como ele instituiu um parâmetro de política indigenista, assumido como referencial desde então, e, sobretudo, ele permite a compreensão da atuação política indígena onde quer que ele tenha sido estabelecido.

A leitura dos estudos que aqui se reúnem nos leva a rever a ideia da Amazónia como uma periferia colonial. Mostram que esse território tem um passado rico que começaremos a conhecer melhor com contribuições como esta.



CAPÍTULO I

O COTIDIANO DAS POVOAÇÕES DO PARÁ NO TEMPO DO DIRETÓRIO

JOSÉ ALVES DE SOUZA JUNIOR

INTRODUÇÃO¹

Tema de inúmeros trabalhos, o Diretório dos Índios já foi apontado como um processo civilizatório² cujo objetivo central era a transformação do índio em colono, a partir de sua inserção na sociedade colonial³, um sistema jurídico que, laicizando a administração dos aldeamentos, colocou os índios à mercê dos colonos e das autoridades coloniais, possibilitando a estes intensificarem a exploração do seu trabalho, o que teria acelerado o processo de genocídio das populações indígenas⁴, um processo que impôs aos trabalhadores indígenas a disciplina de tempo e de trabalho capitalista (Farage, 1991).

Nesse sentido, o regime do diretório tem sido visto como o ápice da política colonial pombalina que, entre outras coisas, visava, com as riquezas da colônia, promover a restauração do reino português, introduzindo-o na tão propalada “moderni-

1 Publicado originalmente na revista *Estudos Amazônicos*, Belém, v. 5, n. 1, p. 79-106, 2010.

2 Sobre a expansão do capitalismo como um processo civilizatório, ver: Mello (2001).

3 Podem ser incluídos, entre outros, nessa abordagem os seguintes trabalhos: Baena (1969); Reis (1982); Reis (1994); Reis (1968, p. 257-272, t. 1, v. 1); Reis (1993); Dias (1967, p. 471-490); Avellar (1983); Chaim (1983); Alencastro (1991, p. 97-119); Almeida (1990); Almeida (1997); Souza Júnior (2001, p. 35-52, v. 1).

4 Nessa perspectiva estão, entre outros, os trabalhos de: Abreu (1998); Anderson (1976); Arnaud (1985, p. 34-72); Azevedo (1999); Chaim (1983); Cunha (1968, p. 9-44, t. 1, v. 2); Gomes (1988); Hemming (1987); Hemming (1978); Maclachlan (1973, p. 199-230); Prado Júnior (1977); Souza Júnior (2001); Souza Júnior (2002); Tocantins (1982).

dade” (Berman, 1986), e, desse modo, libertá-lo da dependência econômica inglesa, por meio de um acelerado processo de industrialização (Macedo, 1989), meio pelo qual Portugal seria atualizado historicamente.

Além de concordarmos com a tese que vê a concepção do Diretório dos Índios como resultado das demandas da colônia e não como algo decidido unilateralmente pela metrópole (Coelho, 2005), defendemos, também, que sua implantação resultou das práticas desenvolvidas pelas populações indígenas, principalmente as relacionadas com a rejeição destas à escravidão, um dos motivos mais fortes para as fugas constantes. Ao mesmo tempo, o diretório também resultou das necessidades da metrópole em preservar a integridade física dos índios, no sentido de ocupar o território amazônico com eles, garantindo sua defesa e, conseqüentemente, o domínio português, por meio da aceleração do processo de desindianização e de aporuguesamento, que pretendia transformar, efetivamente, os índios em colonos e racionalizar a exploração de seu trabalho, tornando-o mais eficiente para as finalidades metropolitanas (Almeida, 2000; Farage, 1991).

No entanto, as práticas engendradas pelos vários atores que vivenciaram a experiência do diretório – índios, colonos, autoridades coloniais – permitem constatar a complexidade de relações desenvolvidas sob a égide do seu regimento, marcadas pela apropriação da lei pelos diversos atores sociais que, no cotidiano, se adaptavam, negociavam, faziam concessões, entravam em conflito, estabeleciam alianças, resistiam. É esse dia a dia que tentaremos recuperar nas próximas linhas.

O COTIDIANO DAS POVOAÇÕES NO DIRETÓRIO

A laicização da administração dos aldeamentos feita pelo regime do diretório transferiu a tutela dos índios para o Estado, representado por um diretor nomeado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre pessoas dotadas “de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da língua” etc. Ao definir direitos e deveres dos diretores, o regimento reconhecia-lhes amplos poderes, como o de intermediar o comércio feito pelos índios, arbitrando, inclusive, o valor dos gêneros, do qual receberiam a sexta parte; o de receber, em depósito, o valor dos salários dos índios, distribuídos aos moradores no ato da entrega da quantia; o de fiscalizar, junto aos principais, o cumprimento das normas referentes à distribuição dos trabalhadores indígenas (Directório, 1758).

Mesmo nos estertores do regime do diretório, o cargo de diretor continuava a despertar interesse, provavelmente pelas vantagens que oferecia ao seu titular, levando alguns indivíduos a recorrerem à influência de pessoas importantes no reino para consegui-lo. Esse foi o caso de Francisco Xavier de Loureiro da Fonseca, “que pretende ser Director de alguma das Povoações”, que solicitou a D. Rodrigo

José de Menezes⁵, figura influente na Corte de Lisboa, que intercedesse junto a D. Francisco de Souza Coutinho, então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, por sua nomeação (APEP, Códice 83, Doc. 128). No entanto, como a lei funcionou na realidade das povoações?

O cargo de diretor era preenchido, na maioria das vezes, por militares portugueses sediados nos regimentos do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Capitães, tenentes, sargentos-mores, alferes etc., de preferência portugueses, eram nomeados para o referido cargo, embora a escassez de pessoal levasse à nomeação de “filhos da terra”, apesar das restrições levantadas pelo desembargador e intendente-geral do comércio, agricultura e manufaturas da Capitania do Pará, Luís Gomes de Faria e Sousa, que não os considerava bons para o cargo. No entanto, ao mesmo tempo em que desabonava os “filhos da terra”, reconhecia que um deles, Francisco Roberto Pimentel, “Director do lugar de Santa Anna na costa do Macapá, e he tão ágil, que em hum anno tem feito huma das millores Povoaçoens, ou para falar bem, a melhor que há na capitania, porém os mais nenhum presta” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 53, Doc. 4839).

Outra alternativa para o preenchimento do cargo de diretor era a nomeação dos vigários, que passavam a acumular os poderes espiritual e temporal nas povoações, sendo esse o caso do padre Ignacio José Pastana, que acumulava as funções de vigário e diretor do lugar de Santa Anna (APEP, Códice 95, Doc. 17), o mesmo que, logo depois, vai ser dirigido por um “filho da terra”, cuja administração foi avaliada positivamente pelo desembargador e intendente-geral da Capitania do Pará, como visto no parágrafo anterior.

A transferência da tutela dos índios para o Estado, representado pelos diretores nomeados pelo governador e pelo capitão-general, representou uma significativa mudança nas relações de poder dentro das povoações, pois a investidura no cargo os dotava de grande autoridade sobre os índios, exacerbando neles o sentimento de superioridade comum aos dominantes em relação aos dominados (Arendt, 1989)⁶, e levando-os a tratar os indígenas com excessiva arrogância. Isso embora o regimento do diretório, no seu Parágrafo 2º, tenha tido o cuidado de não conferir aos diretores o poder coativo sobre os índios, deixando-lhes unicamente a função diretiva, cabendo aos juizes ordinários e principais “a indispensável obrigação, que tem por conta dos seus empregos, de castigar os delictos públicos com a severidade, que pedir a deformidade do insulto, e a circumstancia do escândalo”, e, mais tarde, terem sido “os Principais que [ficaram] sendo juizes e outros vereadores”, colocados à margem da jurisdição dos diretores em caso de prática de crimes (APEP, Códice 95, Doc. 15).

5 Conde de Cavalleiros foi governador das Minas Gerais entre 20 de fevereiro de 1780 e 10 de outubro de 1783.

6 Arendt (1989) faz uma brilhante análise do comportamento das autoridades coloniais dos escalões inferiores na Ásia e na África, mostrando como a transposição da condição de servos nas metrópoles para senhores nas colônias exacerbou o sentimento de superioridade de indivíduos pertencentes à rale europeia, levando-os a cometer as mais atrozes violências contra as populações coloniais.

Tais restrições legais ao poder dos diretores não os impediu de, no dia a dia das povoações, fazer inúmeras formas de violência aos índios, pois “há huma grande diferença entre moradores, e Povoadores, e por esta razão não se ligão com a melhor harmonia entre si” (APEP, Códice 95, Doc. 79). Com frequência, os diretores tomavam para si o poder de castigar os índios que o regimento do diretório conferia aos juizes ordinários e principais, não só atropelando a norma, mas também buscando impor sua autoridade aos índios, que, constantemente, era colocada em xeque por eles nas tensas relações construídas no interior das povoações. Além disso, houve casos, como será visto mais adiante, de principais que apoiavam ações de seus súditos contrárias às normas do diretório e à autoridade dos diretores, recusando-se a castigá-los.

Aliás, a arrogância era de ambas as partes. Um soldado índio, habilitado no ofício de oleiro, foi alocado pelo intendente-geral na olaria da vila de Bragança, e, por mostrar-se negligente no trabalho, foi admoestado inúmeras vezes pelo diretor Manoel José de Lima, reagindo com “gritarias, que mais parece louco, que humilde”. Ao ser mandado, pelo diretor, a fazer serviços para proteger o forno da olaria das excessivas chuvas, armou uma grande confusão, juntamente com “o Mestre Pedreiro, e outro official”, ofendendo-o com palavras que comprometiam sua credibilidade na povoação e “por cujo motivo lhe deu com hum cipó huma pancada”, tendo o oleiro revidado armando-se com um pedaço de pau para atacá-lo, agressão que só não foi consumada devido à intervenção do sargento-mor (APEP, Códice 95, Doc. 79).

Alguns diretores sentiam-se solitários nas povoações, onde a maioria dos oficiais eram índios, reclamando de “estar[em] só[s] [...] em huma Povoação onde a cada instante há incidentes, que precisão da minha assistência” (APEP, Códice 95, Doc. 122), o que demonstra a tensão sob a qual viviam esses últimos nas referidas povoações. O mesmo diretor da vila de Bragança, Manoel José de Lima, que apresentou a reclamação apresentada, já havia comunicado a desarmonia presente nas relações entre moradores e povoadores nas povoações, isto é, entre índios e brancos, fato esse que faz com que “por qualquer cousa amontoão hum mar de ruínas, quando pela qualidade da cousa, não vale nada” (APEP, Códice 95, Doc. 79).

As dificuldades encontradas pelos diretores para cumprirem suas obrigações estabelecidas pelo regimento do diretório decorriam da frequente contestação sofrida por sua autoridade nas povoações, nas quais, pelos mais variados motivos, os índios se mostravam rebeldes às suas determinações. São comuns as reclamações de que “todo o meu trabalho e diligencia tem sido frustrado pella rebeldia dos ditos moradores” (APEP, Códice 95, Doc. 77), ou das “costumeiras desordens que nesta Villa costuma haver” (APEP, Códice 95, Doc. 88), ou de que “os officiaes desta Villa não fazem totalmente caso da Direção que lhe faço” (APEP, Códice 95, Doc. 118).

Tal situação, com certa constância, colocava a vida dos diretores em risco, sendo a documentação farta de exemplos. O diretor da vila de Veiros, que reclamava do

descaso à sua autoridade demonstrado pelos oficiais de lá, queixava-se, também, que os índios estavam “tam rebeldes que tem chegado a tanto exceço que já hum puchou por hua faca para me emvestir, e outro me desafiou” (APEP, Códice 95, Doc. 118). Em outra ocasião, o referido diretor foi novamente alvo do levante dos índios da sua povoação:

[...] pois acabei hua rossa, e querendo continuar com outra para feijão se levantaram os Indios desafiandome que sahice para fora da casa se era valente [...], e assim estão tão rebeldes que estou vendo o dia que me acabão a vida, e não posso a vista disto continuar com as rossas (APEP, Códice 95, Doc. 121).

Alguns casos não ficaram só no desafio, sendo alguns diretores vítimas de graves agressões físicas. Exemplo disso foi o que aconteceu a José Antônio Sotto Mayor, diretor e comandante da vila de Óbidos, que recebeu uma facada no rosto do índio Manoel Gonçalves, “que lhe passou dentro a boca huã polegada”, por ter determinado a expedição da canoa do negócio da vila, e, no dia da partida, por não aparecer nenhum índio destacado para a esquipação, foi procurá-los em suas casas, verificando que:

[...] lhe hião fugindo para o matto, de forma que recolhendoce para o porto com hum sipó delgado que trazia na mão a esperar se vinha algum para a canoa, lhe saiu ao encontro o índio asima referido com hum Trin-chete na mam, dizendolhe que elle não hera seu escravo para hir na canoa [desferindo-lhe a dita facada, e ameaçando também] [...] matar o Diretor, o Pe. Vigário, e o Cabo da Canoa [todos portugueses, é claro] (APEP, Códice 160, Devassas).

A condição de vítimas, como já foi visto, coexistia com a de algozes, já que os diretores buscavam afirmar sua autoridade por meio da aplicação de castigos corporais, o que justificava esses incidentes que pareciam constantes, pois os índios não ficavam passivos ante as tais arbitrariedades. Além da resposta violenta, os índios também usavam a via institucional para denunciar os abusos de poder dos diretores. O principal da vila de Souzel, como testemunha da devassa tirada no local contra o diretor José Caetano Ferreira, queixou-se do tratamento áspero dado por ele aos índios, denunciando-o por dar “huã sipoada em huã índia” que escondeu o filho “que estava nomeado para hir para o serviço do Macapá, dizendo-lhe que mandace outros, e que o seu filho o não havia de mandar” (APEP, Códice 160, Devassas). O trabalho na Fortaleza de Macapá era um dos mais rejeitados pelos índios, devido à alta taxa de mortalidade entre os trabalhadores por exaustão.

Os índios da vila de Borba, a Nova enviaram um requerimento ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, solicitando que se tirasse a devassa da ação governativa tirânica do diretor da referida vila, o alferes

Luís da Cunha de Eça e Castro, que já havia sido removido do cargo antes “pela atrocidade do seu gênio, e tendo ocasião tornou a solicitar o mesmo lugar, voltando para esta mesma Villa”. Entre as violências por ele cometidas, estaria a humilhação imposta ao principal Miguel do Rego, a quem esbofeteou “por suspeitar que havia escripto contra elle ao Governador”; o castigo impingido à índia Januária dos Santos, que foi espancada e algemada no tronco “por lhe fazer resistência”; o espancamento da índia “Thomazia Francisca Velha”, depois jogada escada abaixo, e do índio José – sobrenome ilegível –, de apenas 8 anos, que, de tanta pancada, “botou sangue pelos ouvidos, nariz, boca, e pelas vias todas” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 45, Doc. 4141).

Parece certo que os castigos, em alguns casos, exacerbavam em termos de violência, sendo outro caso desse tipo o do sargento-mor Matias de Sousa, que, depois de ter sido preso pelo diretor da vila de Souzel, Eugênio Alvares da Câmara, predecessor do diretor anteriormente citado, foi agredido por ele “com o couce de huã arma de fogo na Cabeça, fazendo-lhe huã grande ferida”, que também humilhou sua mulher, castigando-a “publicamente com huã palmatória”. Foi ainda denunciado na devassa por ter mandado surrar o índio Vital “ao pé do pelourinho”, mantendo-o preso ao tronco durante um mês (APEP, Códice 160, Devassas).

Já o diretor da vila de Veiros, Cosme Damião da Silva, que havia se queixado do pouco caso que os oficiais faziam de sua autoridade e da crescente rebeldia dos índios, foi denunciado por ter espancado com um terçado a mulher do “Almotace Jerônimo da Silva”, a quem foi prender em sua roça, por ela ter se recusado a informar o paradeiro do marido, tendo, “dispois de feito isto, lhe matara vinte, e tantos patos, e alguas galinhas, e se retirara sem athé o presente lhas restituir” (APEP, Códice 160, Devassas).

Atos de violência contra os índios, resultantes da soberba do colonizador, não eram práticas apenas dos diretores das povoações. Na vila de Soure, o vigário padre Joachim Ignacio da Bitancourt foi alvo de uma devassa mandada tirar pelo bispo, na qual foram denunciadas várias violências por ele cometidas contra índios. Para começar, excomungou o principal Sebastião de Sousa, depois de ter-lhe batido com um molho de chaves na sacristia, por não ter comparecido, imediatamente, à sua presença quando chamado, pois estava doente da perna e:

[...] por lhe terem ditto, que delle se queria vir queixar a esta Cidade [...] Também castigou hum Indio, que serve de Meyrinho da Villa, metendo-lhe hum pao atravessado na boca, por modo de mordaca, e todo o tempo da Missa o teve assim, e com os braços abertos em cruces na presença de todo o Povo (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 45, Doc. 4139)⁷.

7 Como o documento está incompleto, faltando a última página, não se pode identificar o remetente e a data completa do officio.

O procurador do Senado da Câmara de Belém, Luís Pereira da Cunha, alegou estar sendo alvo de perseguições por parte dos “Ministros que forão para essa Cidade e Corte”. Esses ministros, com ciúmes da proteção que o procurador recebia do governador e do bispo, o acusaram de ser o responsável pela morte de um índio por ele espancado, o que, segundo o referido procurador, era uma calúnia, já que o índio morreu “de huma cólica que lhe sobreviera” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 48, Doc. 4370).

O índio Mathias Jorge, da vila de Alenquer, foi vítima de vários pontapés que lhes foram aplicados pelo intendente-geral Luís Gomes de Farias, por ter se recusado a depor contra o diretor da referida vila, Manoel Gomes, depois “que o descompôs de palavras injuriosas, chamandolhe negro, o que he porebido pelo Directorio” e o mandou levantar do tamborete, “dizendo elle outro sim não hera capaz de estar sentado diante delle dito Ministro” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 54, Doc. 4892).

O extenso relato de casos de violências praticadas, principalmente pelos diretores contra os índios e destes contra os diretores, feito anteriormente pretendeu demonstrar o grau de tensão das relações travadas no interior das povoações durante o longo período de vigência do diretório, mas que também envolvia cumplicidade, proteção e troca de favores.

Muito do que aparece como negligência pode ser lido como cumplicidade, como as queixas apresentadas ao governador pelo diretor da vila de Bragança, Manoel José de Lima, de que as fugas de índios, “em outros tempos”, eram acobertadas pelos diretores e pelos principais, que “os não examinão, nem dão parte, tendo obrigação disso, se refugião admiravelmente, e casandose muitas vezes sem precederem as diligencias necessárias” (APEP, Códice 95, Doc. 81).

Já na devassa tirada na vila de Veiros, o diretor Ignacio Rodrigues Chaves foi denunciado por duas índias por proteger o índio Mathias e seu filho Bento, “e que por essa causa não hia o dito índio a dous annos ao serviço nem seu filho”, sendo tais índios, respectivamente, pai e irmão da índia Paula, com quem Ignacio vivia amasiado (APEP, Códice 160, Devassas).

A possibilidade de os diretores prevaricarem em suas obrigações foi uma preocupação constante das autoridades metropolitanas durante todo o período de vigência do Diretório dos Índios. Já no ano de 1762, D. José I mandava publicar um bando, com as obrigações declaradas no regimento do diretório, para que os diretores não pudessem alegar desconhecimento. Nele, determinava-se que os diretores que não cumprissem com suas obrigações deveriam ser alvos de devassas,

[...] as quais serão sentenciadas na Junta estabelecida nesse Estado, e sentenciados os Reos como descaminhadores da minha Real Fazenda e impondo-lhe as mesmas penas estabelecidas nas minhas Leis contra os referidos dôscaminhadores (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 55, Doc. 5019).

Cinco anos depois, o mesmo bando era reenviado aos diretores das povoações pelo intendente-geral do comércio, agricultura e manufaturas da Capitania do Pará, João de Amorim Pereira, o que ratifica a preocupação constante acerca da administração das vilas e lugares pelos diretores (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 60, Doc. 5352). Um dos seus antecessores no cargo, o desembargador Luís Gomes de Faria e Sousa, havia alertado aos diretores de que eles serviam de modelo de conduta para os índios que governavam, justificando que “a porporção da bondade, ou malícia dos Directores assim se introduzem os sentimentos aos Índios [...], concluindo que a mayor parte os Directores merecem um exemplar castigo, porque são nimiamente perguiçosos” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 53, Doc. 4839).

Na década seguinte, mais precisamente no ano de 1774, os diretores das povoações eram acusados de “indiferença, omissão, e negligencia com que [...] se descuidão da arrecadação dos Dizimos dellas”, mandando-se sustar o pagamento das sextas partes a que tinham direito sobre o comércio dos gêneros produzidos e coletados pelos índios. Tudo isso enquanto não apresentassem uma certidão emitida pela Contadoria da Junta da Real Fazenda comprovando “terem ajustado a conta dos referidos Dizimos athé o fim do ano antecedente ao a que pertencer o Negócio, de que os Directores requereram as ditas sextas partes” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 72, Doc. 6114).

A arrecadação dos dízimos sempre foi um grande nó na administração dos diretores, e a tarefa sobre a qual recaía a maior parte das acusações de negligência. O regimento do diretório, nos parágrafos 27 a 33, instruía os diretores sobre como deveriam proceder na cobrança dos dízimos, estabelecendo a necessidade de fazerem uma avaliação prévia das roças existentes em suas povoações:

[...] na companhia dos mesmos Indios, que a fabricarão; levando comsigo dous Louvados, que sejam pessoas de fidelidade, e inteireza; hum por parte da Fazenda Real, que nomearão os Directores; e outro, que os Lavradores nomearão pela sua parte (Directório, 1758).

No entanto, a realidade era outra, pois, apesar de haver sim diretores negligentes, encontravam inúmeras dificuldades para fazer a arrecadação dos dízimos, que passavam pela irregularidade com que os índios trabalhavam em suas roças, “pella razão da mayor parte dos Indios andarem no serviço de S. Mage. e dos moradores” (APEP, Códice 95, Doc. 53), pelos atrasos constantes nos pagamentos por parte dos índios, como na vila de (ilegível no documento), em que o diretor Pedro Miguel Ayres Pereira informava que “ainda não recebi dos dizimos deste anno mais que oitenta e sette alqueires de farinha” (APEP, Códice 83, Doc. 25), pela recusa dos índios em fazer o pagamento, como aconteceu na vila de Pombal, onde “o anno passado os moradores desta Villa, por mais práticas que lhe fizece se não resolverão a pagar os Dizimos” (APEP, Códice 95, Doc. 84).

No ano seguinte, 1775, o mesmo governador queixava-se ao mesmo secretário de Estado:

[...] pela falta de Directores de honra, de probidade, e zelo, sem embargo dos procedimentos, que contra muitos tem havido, e que eu, pelo menos, estou repetidas vezes praticando em os remover, logo que qualquer desordem sua, ou má conducta me he constante (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 74, Doc. 6249).

Durante a vigência do Diretório dos Índios, vários diretores foram acusados de diversas violações das normas deste, além, é claro, da punição dos índios que cabia a juizes ordinários e principais, como já foi visto antes, o que os tornou alvos de inúmeras devassas, que resultavam, quase sempre, na remoção do cargo. No entanto, como será visto a seguir, os diretores, com frequência, não estavam sozinhos na prática dos delitos, já que neles também estavam envolvidos os cabos da canoa de negócio, o vigário, além dos seus parentes e protegidos.

A acusação mais frequente encontrada nos documentos é a de que os diretores negligenciam a administração de suas povoações por cuidarem apenas de seus interesses particulares, “e todo o seu fim he ver como se podem encher, e utilizar nas Directorias, fazendo para si hum comercio exclusivo” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 53, Doc. 4839), utilizando os índios em seus serviços particulares. A associação cargo-poder-negócios foi sempre uma alternativa para o enriquecimento pessoal, utilizada nas várias esferas da administração colonial (Lenharo, 1979), encontrando-se, ainda hoje, em pleno uso, e da qual os diretores não escaparam.

Por exemplo, o diretor da vila de Borba, a Nova, alferes Luís da Cunha de Eça e Castro, extremamente violento no trato com os índios, foi denunciado pelos próprios índios que governava de os obrigar, lógico, com violência, a trabalharem “nas continuadas fabricas, que tem de tabacaes, copiosas rossas de mandioca, milharaes, arrecadação de breo para o seo negocio das Minas” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 45, Doc. 4141).

Já o diretor da vila de Soure e do lugar de Mondim, Manoel Francisco Gonçalves, além de ter levado à ruína, por negligente administração, uma olaria, “a principal, e melhor, certamente, que tinha todo o Estado”, cuidava apenas das suas roças, “que fazia dentro nas terras, e limites das dos Indios”, utilizando-os como mão de obra, inclusive no seu “tabacal”, no qual era sócio do “curraleiro Antonio Luís”, e não lhes pagando os salários a que faziam jus pela lei do diretório (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 45, Doc. 4139).

Na vila de Souzel, o diretor Eugênio Alvares da Câmara fazia negócios particulares com os índios, “comprandolhe as suas potavas de cravo que trazem do negocio por preços nimiammente diminutos”, participando, também, desse negócio o padre

vigário, que recebia “outras potavas que pedia aos Índios ao dispois que os confes-sava” (APEP, Códice 160, Devassas).

No lugar de Santa Anna do Rio Capim, o comércio de aguardente era praticado pelo diretor João Correa Abodinho, que trocava um frasco de aguardente por um paneiro de farinha, e, ao ser informado da chegada do ouvidor-geral para promover a devassa sobre a sua administração pelo principal,

[...] respondera [...] que tudo isso lhe dizia [o ouvidor] para lhe por medo a elle, e aos mais officiaes que não fizecem caso de tal, porquanto elle se lhe dava pouco de mim, e que comigo não tinha nada, porque quem o governava era o Illm., e Exm. Snr. General (APEP, Códice 160, Devassas).

Porém, o negócio mais rentável no Estado era o das drogas do sertão, estando, por isso, nele mancomunados diretores, cabos de canoa e vigários. A expedição das canoas do negócio e a nomeação dos seus cabos foram atribuídas às câmaras, nas vilas, e aos principais, nos lugares, mas cabendo aos diretores não só atestar a proibidade das pessoas nomeadas como cabos, como também fiscalizar a carga trazida pelas canoas e intermediar a sua comercialização (Directorio, 1758).

Inúmeras foram as denúncias de favorecimento pessoal envolvendo diretores, cabos de canoas e vigários, no negócio do sertão, como a que envolvia o diretor da vila de Veiros, Cosme Damião da Silva, já citado anteriormente por praticar violências contra os índios, denunciado em devassa por:

[...] mandar 6 Índios mais da Villa com os outros a fazer cravo, hindo por Cabo da Canoa Manoel Vieira Pinto, irmão do mesmo Vigário, em que este com seus irmaons, e Director erão todos interessados sendo-o também na rossa que o mesmo Director manda plantar com os Índios da Povoação, e o Pe. Vigário de que vendem farinha (APEP, Códice 160, Devassas).

Não só a comercialização das drogas do sertão garantia bons lucros aos diretores, cabos de canoa e vigários, já que, como já visto, pelo regimento do diretório, cabia ao diretor intermediar o comércio dos índios, fixando o valor dos gêneros, mas o comércio de farinha também se constituía em atividade lucrativa, devido à situação de constante penúria em que se encontravam as povoações em termos de abastecimento, por razões que já foram mencionadas.

Cosme Damião da Silva era reincidente, pois já havia sido sumariado em 1761, quando dirigia a vila de Soure, pelo mesmo crime de ter mandado, dessa feita, dez índios, associado ao vigário Alexandre Leal, na canoa do negócio do sertão, da qual era cabo Geraldo Correa Lima, sendo considerado culpado. Além disso, o referido

diretor era acusado de ter “mandado hua canoa ao negocio do Cravo bem equipada” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 50, Doc. 4593).

A carência de pessoal para assumir a direção das povoações fazia com que diretores que já haviam praticado atividades ilícitas em uma vila acabassem sendo nomeados para outra, embora a remoção fosse acompanhada por um período de prisão, ao qual também eram condenados os cabos de canoas. Servem de exemplo os cabos Luís Carlos de Oliveira Pantoja, Luís da Costa Pinto, Geraldo Correa Lima, Lourenço da Costa Mór, Manoel Dias de Veras, e os diretores José Rodrigues Rego, da vila de Arraiolos, Thomas Antônio Rebelo, da vila de Oeiras, Marçal José Pastana, da vila de Beja, “que todos estiverão presos muito tempo na dita cadeia pellas culpas que tinham cometido nas Directorias” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 54, Doc. 4892).

Entretanto, havia povoações estratégicas para a maximização das vantagens auferidas com o comércio do sertão, por nelas haver fortalezas pelas quais passavam e eram vistoriadas todas as canoas expedidas para fazer o dito comércio. Esse era o caso da vila de Gurupá, cujo diretor sempre acumulava o cargo de comandante da fortaleza, o que lhe permitia multiplicar seus ganhos, fazendo vista grossa para as irregularidades cometidas pelos cabos.

Um dos campeões em tirar vantagens pessoais do cargo foi Clemente de Almeida Pereira, que:

[...] se interessou no Negocio, não só da dita Canoa, mas em quase todas as mais, que passavão por aquella Fortaleza em direitura para o Sertão, introduzindolhe dentro quatro potes vazios para que os Cabos lhos troucessem cheios de manteigas, como com effetiro o dito cabo [Geraldo Correa Lima, da vila de Soure], lhe trouxe três (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 50, Doc. 4593).

Recebeu, ainda, “quatro potes de manteiga do mesmo negocio”, ou outras quantidades, dos cabos das canoas do negócio da vila de Melgaço, Bernardo Francisco Brazão; da vila de Oeiras, José Pereira Cascaes; da vila de Colares, Lourenço da Costa Mór; e da Vila do Conde, Manoel Dias de Veras (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 50, Doc. 4593).

Além da sociedade com os diretores, o negócio do sertão permitia aos cabos das canoas resolverem algumas pendências, como dívidas, sendo esse o caso de Lourenço da Costa Mór, da vila de Colares, que saldou “hua divida de três mil e tantos reis” que tinha com João Nunes, da vila de Gurupá, com “três potes de manteiga pertencentes ao mesmo negocio” (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 50, Doc. 4593). Os potes até então referidos eram de manteiga de tartaruga, gênero bastante apreciado não só no Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas também no reino.

Porém, não se deve imaginar que as relações entre diretores e cabos de canoas fossem marcadas apenas por acordos para burlar as normas do Diretório dos Índios

e lesar a Real Fazenda. Os conflitos também faziam parte dessas relações. Na vila de Benfica, o diretor impediu que o cabo embarcasse em uma das duas canoas que iam ser expedidas para o comércio do sertão, “pella raiva que lhe tem de elle dar parte ao Thesoureiro que o Director tinha gastado o dinheiro, e não tinha comprado farinha”, mandando-as apenas com os índios das “esquipações” (APEP, Códice 83, Doc. 23).

Outro delito costumeiro cometido pelos diretores era o de fornecer trabalhadores indígenas aos colonos sem portaria do governador, o que se constituía, para eles, numa outra fonte de renda, já que, nesses casos, embolsavam os salários depositados em suas mãos. Na vila de Esposende, o diretor Antônio José de Oliveira forneceu, sem portaria, dois índios, por um período de quatro meses, a Estevão Cardoso, do lugar de Boa Vista, “sem embargo do dito [...] lhe ter pago o referido tempo” (APEP, Códice 160). Moradores do referido lugar já haviam sido beneficiados no ano anterior com a distribuição de trabalhadores pelo diretor do lugar de Azevedo, o sargento José Antônio da Silva Payo, que

tinha dado sem portaria vários índios para fora da Villa como fora a India Maria para a casa de Ayres Dornelles da Boa Vista, e ao Indio Angélico para casa de Antônio Pereira do mesmo lugar e a India Violanta para casa de Manoel da Graça do dito lugar (APEP, Códice 160).

Quando não, ao receberem da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios os gêneros com os quais os salários dos índios deveriam ser pagos, alguns diretores se apropriavam de parte dos indígenas, repartindo:

[...] estes com deminuição, os quaes tinham vindo da Thesouraria Geral para os Indios, e Indias daquelle lugar, ficando o dito Director com cento, e trinta varas de pano de algodão, vara, e meia de pano de linho, nove Trinchetes, cem alqueires de sal, que isto tudo não tinha dado aos Indios, e Índias (APEP, Códice 160).

Isso ou tentavam duplicar o recebimento da sexta parte que lhes cabia do comércio dos gêneros produzidos pelos índios, retirando-a na própria vila e recebendo depois a que lhes era paga pela referida tesouraria. Um desses casos foi flagrado pelo ouvidor-geral da Capitania do Pará, durante a correição realizada na vila de Pom-bal, que:

[...] revendo agora os pagamentos que da Thesouraria tinham vindo para os Indios nella interessados, a de vir a mesma farinha sextada para o dito Director, que já dos mesmos sextos se tinha embolssado na Villa, pelo que lhe mandei a que logo sem demora reposece aos mesmos interessados 10\$912, que tanto foi o que o Thesoureiro lhe tinha pago a elle Director, que com má consciência os tinha recebido (APEP, Códice 160).

O curioso é que não só os diretores, vigários, cabos de canoas aparecem nas devassas praticando transgressões às normas do diretório. Em várias delas, também são denunciadas as mulheres dos diretores pela prática de diversas violações das referidas normas, o que parecia confirmar que “família que transgride unida permanece unida”. Também elas faziam negócios, procurando aumentar a receita da família, como comprar das índias “galinhas, e também farinha a troco de pano, fitas, missangas, tisouras, e outras quinquilharias”, vender frasqueiras de aguardente, “cada frasco a dois paneiros de farinha”, pedir mandioca às índias, “e com ella fazia bejus, cujos mandava fazer em agoa ardente a casa do dito Estevão para dar como dava aos seus Pescadores” (APEP, Códice 160). A rede de relações tecida nas povoações funcionava com base na troca de favores. O Estevão, em cuja casa os “bijus” eram feitos “em agoa ardente”, era Estevão Cardoso, que, como foi visto anteriormente, havia sido contemplado com dois trabalhadores índios, sem portaria do governador e capitão-general do Estado, pelo marido diretor.

Um dos objetivos da implantação do Diretório dos Índios foi o de acelerar a reforma dos costumes indígenas, iniciada pelos missionários, levando-os a abandonar práticas moralmente condenáveis, como a antropofagia, a nudez e a poligamia⁸. No que dizia respeito à última, as normas do diretório orientavam os diretores a estimularem casamentos monogâmicos mistos etnicamente, não só para a conformação de uma sociedade mestiça e para a maior inserção dos índios à civilização, mas para corrigir esse danoso desvio de conduta.

No entanto, não só diretores, mas também vigários, demonstrando o quanto, na colônia, os limites morais podiam ser ampliados, devido à frouxidão do controle a que estavam submetidos (Mott, 1999, p. 199), incorporaram costumes indígenas, indo na contramão daquilo que se pretendia com o diretório (MacLachlan, 1972). Já foi visto anteriormente que o diretor da vila de Veiros, Ignacio Rodrigues Chaves, isentava o índio Mathias e seu filho Bento do serviço real, por andar amigado com sua filha, a índia Paula (APEP, Códice 160). No ano anterior, o mesmo diretor havia sido denunciado em devassa tirada, na mesma vila, de estar amasiado com duas índias, Antônia, que seria casada, e Ignacia, solteira. Ao inquirir as testemunhas, o corregedor concluiu que Ignacio Rodrigues Chaves “já havia huns annos tratava [...] com a dita índia, da qual tinha já huma filha”. Entretanto, quanto à segunda índia, Ignacia, “achei ser menos verdade a culpa que ao dito Director imputavão”, pois duas índias, entre elas, a mulher do principal, chamadas para a averiguação dos fatos testemunharam ter estado ela “amigada com o Pe. Vigário e com a actual Vigário”, de quem esperava um filho (APEP, Códice 160).

8 Sobre a civilização dos índios, ver: Baena (1969); Reis (1982); Reis (1994); Reis (1968); Reis (1993); Dias (1967, p. 471-490); Avellar (1983); Chaim (1983); Alencastro (1991, p. 97-119); Almeida (1990); Almeida (1997); Souza Júnior (2001); Souza Júnior (2002).

A índia Anna, da vila de Boím, acusou o seu diretor, Giraldo Correa Lima, de embarçar seu casamento com um soldado da vila de Pinhel, mantendo-a como amásia, e de tê-la deflorado. Chamada à presença do corregedor, “junta com a Mãe, e huã irmã casada, e mandandoa examinar pelo Pe. Vigário da Villa de Pinhel que presente estava, afirmou a índia que o dito Giraldo Correa a tinha deshonrado” (APEP, Códice 160). O diretor da vila de Veiros, Cosme Damião da Silva, personagem assíduo neste capítulo, praticaria, escandalosamente, a poligamia, vivendo amigado com “huã índia sua manceba, com outra índia mais, e outra mais piquena” (APEP, Códice 160), como também o vigário e o mestre-escola. Nas anotações feitas nos autos da devassa da referida vila, o corregedor concluiu:

Porem quanto as mancebias, e traficâncias do Director, Vigário, e Mestre Escola, não houve de fora quem mo não certificace, o que os índios occultarão, de forma, que a índia Magdalena a mesma do Vigário tinha hido com a cunhada parir para a casa do Ayres Dornelles [que havia recebido do diretor uma índia chamada Maria para trabalhar em sua casa], e se acha com o filho ou filha, e o Vigário socorrendoa de tudo, e já na Povoação estava amigado com outra índia a mesma que tinha sido do irmão Mestre da Escola, e este já tinha outra (APEP, Códice 160).

Os exemplos apresentados parecem não deixar dúvidas dos constantes desvios morais, na perspectiva, é claro, da moral cristã, praticados por diretores e vigários nas povoações. O reduzido número de mulheres europeias (Silva, 1998) e a convivência com índias despidas ou semidespidas nas vilas aguçavam a libido dos colonizadores, levando-os à adaptação aos costumes indígenas, como o concubinato (Del Priore, 2000; Vainfas, 1989).

Os vigários aproveitavam-se do encargo que tinham de ensinar a doutrina para manter índias, a partir dos 10 anos de idade, em suas casas ao seu serviço, explorando-as, sem lhes pagar os salários devidos. Quando contrariados, reagiam com violência, como na vila de Soure, onde o vigário espancou um casal de índios ainda pagãos, porque o índio, “vindo de fora da terra adonde se tinha demorado muitos dias, achou sua mulher em casa do ditto vigário a socar sal para as suas pescarias” e pretendeu levá-la de volta para a sua casa (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 45, Doc. 4139).

Em ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o intendente-geral do comércio, agricultura e manufaturas da Capitania do Pará, João Amorim Pereira, queixava-se que os vigários das povoações disputavam a direção e o governo temporal das índias solteiras com os diretores, alegando que elas, enquanto não casassem, estariam destinadas, exclusivamente, ao aprendizado da doutrina, estando, por isso, isentas de qualquer trabalho. O referido intendente insinua que tal situação, além de dificultar a sobrevivência das índias, por os vigários não permitirem que trabalhassem em suas roças, castigando-as quando desobedeciam, as colocava à mercê do apetite sexual desses homens, haja vista “as

multiplicadas offensas de Deos que se seguião com a ociosidade asima referida”, inclusive índias menores de idade. Nesse sentido, o intendente, com a aprovação do governador, fez a seguinte recomendação aos diretores:

[...] que da idade de nove annos em diante não permitticem seus pays, que os ditos Vigários lhe explicacem o Cathecismo as Indias em sua casa, e que só nos domingos, e dias santos o poderião fazer na Igreja com assis-tência dos Directores, e das pessoas a quem por parentesco mais proximo pertencer o domínio nellas (AHU, Pará - Avulsos, Caixa 60, Doc. 5352).

A preocupação do intendente parece não se limitar à necessidade de essas índias, mantidas nas casas dos vigários, trabalharem no cultivo de suas roças, já que também recomendava aos diretores “para que todas as índias que excedessem a idade de dez anos as applicassem a cultura, e só nos domingos, e dias santos as mandassem a doutrina”, para prevenir possíveis abusos sexuais por parte deles.

Desse modo, a convivência entre diretores, vigários, índios e colonos no cotidiano das povoações era marcada por tensões, conflitos, solidariedades, conluios, negociações, acomodações, o que fazia delas espaços privilegiados para se observar o processo de efetivação da política indigenista pombalina na Amazônia e como os atores envolvidos a entenderam, a reelaboraram e a vivenciaram como experiência de colonização.

FONTES

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 45, Doc. 4139. “Ofício do governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, [Post. 1759]”.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 45, Doc. 4141. “Requerimento dos Índios da Vila de Borba do Estado do Pará (sic), para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, no ano de 1759”, CD 05, 051, 001, 0116.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 48, Doc. 4370. “Ofício de Luís Pereira da Cunha, procurador do Senado da Câmara de Belém, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Datado de 11 de novembro de 1760.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 50, Doc. 4593. “Relação dos Cabos de Canoas, e mais Pessoas que ficarão culpadas nos Summarios que tirei o presente anno pelo prejuízo que derão ao negocio, e pelo que descaminharão”. Anexo ao “Ofício do intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania do Pará, desembargador Luís Gomes de Faria e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Datado de 3 de agosto de 1761.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 53, Doc. 4839. “Ofício do desembargador e intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas do Pará, Luís Gomes de Faria e Sousa, para o secretário

de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Datado de 15 de setembro de 1762.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 54, Doc. 4892. “Certidão passada por Manoel Alves Bandeira, escrivão da Ouvidoria geral de Correição da Câmara do Pará”. Datada de 15 de abril de 1763, anexo ao “Ofício do governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Datado de 4 de março de 1763.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 55, Doc. 5019. “Bando mandado publicar pelo rei D. José I, a 23 de dezembro de 1762”. Anexo do “Ofício (minuta) do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o ex-governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 23 de dezembro de 1763.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 60, Doc. 5352. “Ofício do intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas do Pará, João de Amorim Pereira, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Datado de 15 de maio de 1767.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 72, Doc. 6114. “Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para os diretores das povoações”. Datado de 7 de fevereiro de 1774, anexo do “Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Datado de 2 de março de 1774.

AHU, Pará (Avulsos), Cx. 74, Doc. 6249. “Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Datado de 6 de novembro de 1775.

APEP, documentação manuscrita, 1754-1799, Cód. 83, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 23, p. 56. “Ofício do Capitão Antônio Lourenço, da Vila de Benfica, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, D. Francisco de Sousa Coutinho”. Datado de 8 de julho de 1791.

APEP, documentação manuscrita, 1754-1799, Cód. 83, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 25. “Ofício do diretor da Vila de (...), Pedro Miguel Ayres Pereira, para o governador e capitão general, D. Francisco de Souza Coutinho”. Datado de 30 de julho de 1791.

APEP, documentação manuscrita, 1754-1799, Cód. 83, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 128, p. 322. “Carta de D. Rodrigo José de Menezes para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, D. Francisco de Souza Coutinho”. Datada de 14 de julho de 1797.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 15, p. 35. Cópia do “Ofício que mandou o Illmo. Exmo. Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Alferes Bernardo Toscano, da Villa de S. José de Macapá”. Datada de 3 de fevereiro de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 17, p. 38. “Ofício do diretor da Vila de São José de Macapá, Thomas Rodrigues da Costa, ao governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 14 de abril de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 53, p. 149. “Ofício do Principal da Vila de Salvaterra, Xavier de Mendonça, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 21 de maio de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 77, p. 224. “Ofício do diretor da Vila de Souzel, Cosme Damião da Silva, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 30 de junho de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 79, p. 234. “Ofício do diretor da Vila de Bragança, Manoel José de Lima, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 1 de julho de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 81, p. 237. “Ofício do diretor da Vila de Bragança, Manoel José de Lima, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 1 de julho de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 84, p. 252. “Ofício do diretor da Vila de Pombal, José Garcia Galvão, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 3 de julho de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 88, p. 262. “Ofício do diretor da Vila de Pombal, José Garcia Galvão, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 12 de agosto de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 118, p. 350. “Ofício do diretor da Vila de Veiros, Antônio Francisco Lima, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 24 de agosto de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 121, p. 365. “Ofício do diretor da Vila de Veiros, Antônio Francisco Lima, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 8 de outubro de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1759, Cód. 95, Correspondência de Diversos com o Governo, Doc. 122, p. 366. “Ofício do diretor da Vila de Bragança, Manoel José de Lima, para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro”. Datado de 18 de outubro de 1759.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto de Devassa tirada no Lugar de Azevedo”. Datado de 27 de fevereiro de 1766.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto de Devassa tirada no Lugar de Carrazedo”. Datado de 30 de dezembro de 1766.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada no Lugar de Santa Anna do Rio Capim”. Datado de 23 de março de 1767.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada no Lugar de Santa Anna do Rio Capim”. Datado de 23 de março de 1767.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Boím”. Datado de 3 de janeiro de 1766.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Esposende”. Datado de 9 de janeiro de 1767.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto de Devassa da Vila de Óbidos”. Datado de 20 de janeiro de 1770.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Pombal”. Datado de 12 de dezembro de 1769.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Souzel”. Datado de 22 de dezembro de 1766.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto de Devassa da Vila de Souzel”. Datado de 25 de outubro de 1768.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Veiros”. Datado de 11 de dezembro de 1764.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Veiros”. Datado de 27 de outubro de 1768.

APEP, documentação manuscrita, 1765-1770, Cód. 160, Devassas, Doc. [S. n.]. “Auto da Devassa tirada na Vila de Veiros”. Datado de 19 de dezembro de 1769.

DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado, 1998.

ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of modern Brazil*: papers of the Newberry Library Conference. Berkeley: University of California Press, 1973.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: PAULINO, Francisco Faria (coord.). *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 97-119.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassalos D'El Rey nos Confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental, 1750-1798*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ANDERSON, Leslie Robinson. *Following Curupira: colonization and migration in Pará, 1758 to 1930 as a study in settlement of the Humid Tropics*. Davis: University of California, 1976.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARNAUD, Expedito. A legislação sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, Manaus, v. 4, n. 6, p. 34-72, 1985.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Brasília, DF: Fundação Centro de Formação do Servidor Público: Ed. UnB, 1983.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1999.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1983.

COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e Administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. 1. v. 2. p. 9-44.

DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). *Revista de História*, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967.

DEL PRIORE, Mary (org.). *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram Vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991.

GOMES, Mercio Pereira. *Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HEMMING, John. *Amazon Frontier: the defeat of the Brazilian Indians*. London: MacMillan, 1987.

HEMMING, John. *Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

LENHARO, Alcir. *As Tropas de Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Econômica no Tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACLACHLAN, Colin M. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America (1757-1799). *The Americas*, Cambridge, v. 28, n. 4, p. 357-387, 1972.

MACLACHLAN, Colin M. The Indian labor structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 199-230.

MELLO, Alex Fiúza de. *Modo de Produção Mundial e Processo Civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a Capela e o Calundu. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 155-220.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa no Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. 1. v. 2. p. 257-272.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

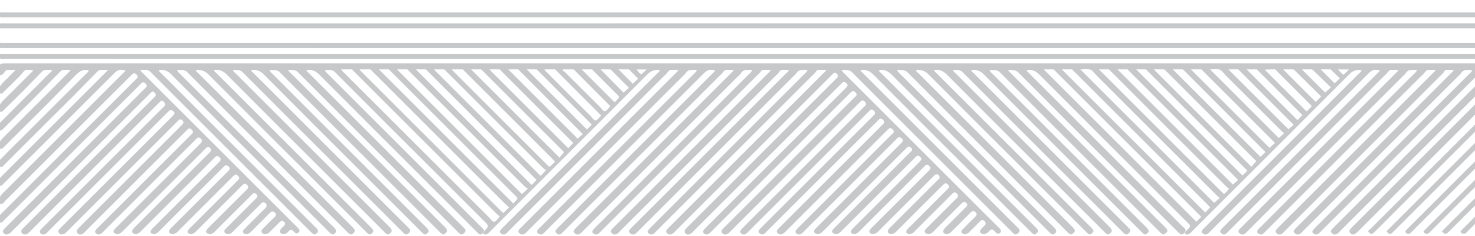
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. A Política Pombalina na Amazônia e o Projeto de Transformação do Índio em Colono. In: FONTES, Edilza (org.). *Contando a História do Pará: da conquista à sociedade da borracha (séculos XVI-XIX)*. Belém: E.Motion, 2002. v. 1. p. 177-194.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino na Amazônia e a “Doutrina do Índio-Cidadão”. In: ALVES, Armando et al. *Pontos de História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2001. v. 1. p. 35-52.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil-Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.



CAPÍTULO 2

AS DROGAS DO SERTÃO E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

ANDRÉ JOSÉ SANTOS POMPEU
FREDERIK LUIZI ANDRADE DE MATOS

INTRODUÇÃO

Dentro do escopo mais amplo, no que diz respeito à economia do Império Português, as drogas do sertão tiveram um papel muito interessante no complexo da economia-mundo (Braudel, 1987, 1996). As drogas do sertão foram os principais itens produzidos, comercializados e exportados pela região amazônica, de modo que os produtos tiveram grande circulação no comércio atlântico, para além do reino português. O caso do cacau é emblemático da capacidade de circulação de um produto amazônico em grande escala e volume (Chambouleyron; Arenz, 2021).

Essa posição de privilégio das drogas do sertão tendeu a se consolidar na Amazônia Portuguesa a partir da segunda metade do século XVII; entretanto, precisamos esclarecer que elas não foram a única modalidade econômica desenvolvida na região. Houve iniciativas agrícolas, para além da economia extrativa, mas que, em grande medida, não alcançaram a mesma posição. Além disso, para o período anterior à promulgação do Diretório dos Índios, faz-se necessário salientar uma sempre crescente escravização – e comércio – da mão de obra indígena (Dias, 2014), justamente para suprir os diversos tipos de atividades, fossem elas econômicas ou não, mas que não tornam o viés sobre essa escravização menos econômico.

No caso do comércio transamazônico de escravos indígenas, este se identifica com a economia das drogas do sertão a partir do momento que esse mundo era uma atividade executada, essencialmente, por indígenas. Para que se possa ter uma

noção, existem divergências entre o número exato de participantes nas expedições de coleta, como equipação das embarcações. Isso pelo fato de que as canoas divergiam de tamanho, o que, naturalmente, fazia divergir a quantidade de tripulantes necessários. Em todo caso, existem indicações de expedições com números que variam entre 25 e 50 indígenas (Pompeu, 2021). Estamos lidando com um mundo de extrema fluidez e mobilidade (Roller, 2013) que era, basicamente, indígena. Nessas expedições, o único não indígena presente era o cabo da canoa, que poderia ser um português – reinol ou não –, mas que, em muitos casos, poderia ser um mestiço. Na posição de cabo, podemos encontrar tanto os próprios armadores das canoas quanto os seus sócios, que, pelo seu conhecimento do sertão, são acionados para esse fim, os chamados sertanejos. Do mesmo modo, esses cabos podem ser sertanejos apenas contratados para serem os responsáveis pelas canoas. No entanto, mesmo a presença desses sertanejos não deveria diminuir o fato de que a expedição era formada, em larga maioria, por indígenas.

Nessa conformação, associando as duas principais atividades da Amazônia colonial – a extração das drogas e o comércio indígena –, a economia das drogas do sertão não passaria despercebida pelas autoridades coloniais. Como bem salientou Mauro Coelho (2005), o Diretório dos Índios foi uma legislação colonial pensada a partir de experiências coloniais, sobretudo de figuras como Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Miguel de Bulhões. Os dois sujeitos – entre vários outros da administração colonial – tinham ciência da simbiose entre trabalho indígena e a exploração extrativa da Amazônia. Principalmente porque aquela era a principal atividade econômica desenvolvida na região – mesmo que o extrativismo recebesse críticas.

Mesmo que, em algumas missivas, como foi o caso de uma de 1752, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu ao secretário de Estado de marinha e ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, reclamando da produção de açúcar e de algodão, o governador o faça acusando a desestruturação do açúcar pelo incremento das drogas do sertão, além da preferência por produzir aguardente para o comércio com os indígenas (Mendonça, 2005). Ao criticar, o governador relembra que os homens de negócio da Amazônia estão imbuídos da atividade das drogas do sertão e do comércio com os indígenas. Em outra missiva de 1752, mas, dessa feita, ao seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, o governador Mendonça Furtado lista os principais homens de negócios da Amazônia colonial e, entre todos eles, temos sujeitos que enviaram canoas para a coleta das drogas do sertão (Mendonça, 2005). Em outras palavras, esses ativos homens de negócios lidavam com outras atividades econômicas, mas nunca estiveram apartados da atividade extrativa das drogas do sertão.

Voltando ao trabalho de Mauro Coelho (2005), o autor salienta que a lógica utilizada pelos sujeitos que moldaram o diretório era a de racionalização da produção e controle da mão de obra indígena. Dentro desse processo de racionalização, seria

fundamental trocar o modelo baseado no extrativismo pelo controle exercido pela agricultura, o que, além disso, deveria fixar os indígenas na terra. Em outros termos, um duplo caráter de racionalização da produção e do trabalho. Não obstante, mesmo com o intuito de racionalização, o diretório não ignora o modelo extrativista das drogas do sertão; ao contrário, ele tenta “racionalizar” o processo extrativo com uma série de normas, bem perceptíveis ao longo dos seus parágrafos e de que trataremos adiante. Portanto, o diretório teve um grande impacto sobre a atividade extrativa das drogas do sertão, abrindo novas possibilidades em uma atividade econômica que já era desenvolvida há quase um século. Um argumento muito comum na historiografia amazônica é de que apenas com o advento das medidas pombalinas – entre elas, o diretório – que a economia amazônica adentrou os quadros gerais da economia portuguesa. Além disso, a alegação de que, no simples fato de transformação dos aldeamentos missionários em vilas e lugares, estas substituíram a predominância dos jesuítas na extração das drogas do sertão. Acreditamos que esses argumentos historiográficos precisam ser revistos, e pretendemos lançar algumas questões ao longo do presente texto.

Outra questão importante que precisa ser salientada é que o diretório não foi uma medida isolada, ainda mais no que diz respeito às atividades econômicas. Constantemente, costuma-se glorificar um gênio em Pombal que, por meio de medidas revolucionárias, tentou colocar Portugal em pé de igualdade com as demais nações europeias. Entretanto, como bem nos dizem José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha, Sebastião José de Carvalho e Melo¹ apenas era o representante de um pensamento ilustrado e econômico que vinha ganhando força em Portugal há algum tempo, além de ser um representante de um grupo. Suas medidas são mais reflexo desse grupo do que a ação solitária do seu gênio (Cardoso; Cunha, 2012). Dentro desse conjunto de medidas econômicas para a Amazônia, além de o diretório racionalizar a produção, um dos principais passos era o desenvolvimento de uma empresa monopolista que pudesse explorar a produção das drogas do sertão na Amazônia e, em seguida, reexportar os gêneros por toda a Europa. Uma verdadeira empresa que organizasse as transações comerciais que envolvessem as drogas do sertão, desde o Porto de Belém até os leilões em Lisboa. Essa empresa foi a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM).

A partir dessas explicações, salientamos que o presente texto vai tratar da influência do Diretório dos Índios na atividade das drogas do sertão em sentido amplo. Isso será feito lidando com o diretório como um passo de uma política portuguesa que não se encerrava por ela mesma, mas que necessitava de outros elementos para dar sentido à sua realização. Desse modo, vamos procurar expor as drogas do sertão

1 Carvalho e Melo recebeu diversos títulos ao longo de sua carreira política, dos quais talvez o mais conhecido seja o de Marquês de Pombal. Voltaremos a tratar a respeito do chamado “período pombalino” a seguir no texto.

desde a sua coleta, no interior do sertão amazônico, passando pelo impacto resultante da atividade da Companhia de Comércio sobre a economia, principalmente na maneira como interferiu na atividade das drogas, a qual, mesmo na segunda metade do XVIII, continuou a ser uma atividade eminentemente indígena. Portanto, todos os reflexos dessas medidas atingem diretamente os grupos indígenas amazônicos, mesmo que *a priori* possam parecer desconectados. Todas as medidas visavam aos mesmos frutos, que eram incrementar a economia e o controle social dos indivíduos, sobretudo dos indígenas.

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E AS EXPEDIÇÕES DE COLETA

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, em um trabalho clássico sobre áreas coloniais periféricas, o advento do Diretório dos Índios não trouxe uma mudança tão significativa para as relações de trabalho na Amazônia colonial. Na verdade, para o autor, o diretório só teria feito mudar os abusos sofridos pelos indígenas dos missionários para os funcionários do Estado (Cardoso, 1984). Apesar de não discordarmos das questões de abusos sofridos pela mão de obra indígena, precisamos entender que houve mudanças reais a partir do diretório e, como tratávamos anteriormente, do conjunto de medidas implementadas pela Coroa Portuguesa.

Uma primeira mudança significativa precisa ser vista em conjunto com a Lei de liberdade dos índios, de 1755. A partir dessa legislação, os indígenas que, antes, poderiam ser, em grande medida, escravizados, atuando na coleta das drogas, agora, em tese, passaram a ser sujeitos livres. Em conjunto, tanto a Lei de Liberdade quanto o Diretório dos Índios acabaram fortalecendo – e, em alguns casos, até mesmo criando – uma elite indígena que se beneficiava das mudanças de meados do século XVIII. Essa elite indígena já fora apontada tanto por Barbara Sommer (2000) como por Rafael Ale Rocha (2009). No entanto, para o caso das drogas do sertão, essa situação cria uma mudança substancial nas relações econômicas.

Com o fortalecimento/criação dessa elite indígena, o diretório possibilitou que esse grupo participasse mais ativamente do circuito das drogas do sertão. Era permitido pelo diretório que os principais enviassem indígenas em seu nome nas canoas das vilas e dos lugares, como seus empregados, e dos quais os lucros pertenciam ao principal. Não quer dizer que, antes, os indígenas não fizessem a sua própria extração e a comercializassem, mas que, agora, isso estava formalizado, e formalizado para uma pequena parcela da população indígena. Os principais e outros membros da elite indígena entravam formalmente para o circuito das drogas do sertão, podendo negociar e angariar recursos variáveis com a coleta. A posição desses indígenas era, praticamente, igual à dos particulares, como indica uma carta do principal Felipe Coelho, que manifesta a necessidade de apresentar atestado, na Fortaleza de Pauxis, para cada

indígena enviado por ele na canoa da vila de Alenquer (APEP, Códice 113, doc. 22). Anteriormente, de maneira formal, o circuito das drogas do sertão permitia que esses indígenas fossem apenas força de trabalho. O que não exclui, também, os descaminhos das drogas do sertão, das quais os indígenas retiravam uma parte para negociar por si (Roller, 2013). No entanto, as canoas – e os lucros delas – eram de outros sujeitos.

Como citamos as canoas de coleta, faz-se necessário explicar uma diferenciação que era típica do período de vigência do Diretório dos Índios (1757-1798). Comumente, no período anterior ao diretório, as canoas de coleta eram enviadas pelos particulares, que não cessam de enviar durante o diretório, mas também havia as canoas enviadas pelas ordens religiosas – das quais as mais lembradas pela historiografia são as canoas dos jesuítas. Com a criação das vilas e dos lugares de índios, o diretório tentou estabelecer condições econômicas mínimas para que as localidades prosperassem. Entre essas demandas, podemos encontrar as questões referentes à agricultura, mas havia, também, o envio regular de canoas para a coleta das drogas do sertão. O produto dessas canoas deveria ser remetido para a tesouraria dos índios, em Belém, que remeteria os valores aos produtos que fossem de necessidade das povoações – muitas vezes, produtos trazidos pela Companhia de Comércio.

O papel central da economia das drogas do sertão, dentro do diretório, pode ser percebido pelo número de indicações ao longo dos parágrafos. O primeiro parágrafo do diretório com indicações sobre as expedições de coleta é o 23, no qual se indica a necessidade de aumentar a atividade agrícola do Estado, pois os particulares têm enviado menos canoas para a coleta, devido ao influxo de viveres para as canoas (Diretório, 1758). Em seguida, no Parágrafo 36, o diretório indica a necessidade de aumentar o comércio com os indígenas – como já citei, eles entraram formalmente no circuito. Entretanto, na verdade, esse comércio deveria ser tutelado pelo diretor da povoação, que deveria garantir o preço justo no que os indígenas coletavam (Diretório, 1758).

Entre os parágrafos 46 e 58, é possível encontrar uma longa lista de instruções a respeito de como as vilas e os lugares deveriam organizar o envio das suas canoas para a coleta das drogas. Como deveriam se organizar, quem deveria ir, o que poderiam coletar; enfim, um exaustivo rol de instruções para quem organizasse as expedições nas povoações. Entre essas instruções, é interessante notar que o diretório solicitava que as povoações tivessem ciência dos gêneros mais comuns no seu entorno, para que as expedições fossem menos dispendiosas. Além de que, isso garantia que diferentes povoações coletariam diferentes produtos, por estarem em rios diferentes (Diretório, 1758).

Entre essas instruções, uma que é bastante interessante é em relação à escolha do cabo da canoa. O diretório é muito claro e específico sobre a necessidade de se contratar um cabo de canoa que fosse idôneo, escolhido e respaldado tanto pelo diretor

quanto pelas autoridades municipais. Já havia uma grande preocupação com a atuação do cabo, chefe da expedição e responsável por ela. Havia um medo de que este descaminhasse o produzido ou causasse problemas no sertão, e como a documentação indica, esse temor não era infundado. Em uma devassa tirada em 7 de novembro de 1768, somos informados de que o cabo da canoa do negócio do lugar de Outeiro se recusou a levar a canoa à coleta da salsaparrilha (APEP, Códice 160). Em outra devassa, dessa feita do dia 7 de agosto de 1765, somos informados de inúmeras queixas sobre o cabo da canoa do lugar de Santana de Macapá. As queixas sobre ele eram generalizadas, tanto de indígenas quanto de moradores não indígenas, sobretudo pelo seu pouco apego ao trabalho que deveria realizar (APEP, Códice 157, doc. 10). Mesmo com as inúmeras instruções do diretório, não foi simples conseguir sistematizar a coleta das drogas do sertão pelas vilas e pelos lugares.

Voltando à letra do diretório, encontramos, ainda, uma forma de incentivo à participação dos indígenas na canoa de coleta. O diretório dizia que os indígenas participantes deveriam ser partícipes do lucro, de forma igualitária (Diretório, 1758). Em outras palavras, além dos lucros que deveriam ir para a povoação e para as elites indígenas, os indígenas que participavam também deveriam receber partes iguais do lucro. Sem dúvida que esse era um bom incentivo para a participação nas expedições. Não obstante, se pensarmos bem, toda essa divisão de lucros de uma canoa pode indicar o problema crônico de fundos na maioria das povoações, ainda mais se elas fossem muito dependentes da coleta das drogas. Por fim, o diretório nos indica quem deve arcar com os custos da armação da canoa, que, nesse caso, seria custeada pelas povoações (Diretório, 1758). O que é muito interessante, levando em conta que havia uma grande divisão de lucros, enquanto apenas uma das partes entrava com os custos de armar a canoa, o que indica um certo desequilíbrio econômico.

Um fator importante e que precisa ficar claro é que a fatia mais significativa do negócio do sertão dizia respeito aos particulares, tanto no período missionário quanto no período que compreende o Diretório dos Índios. Os particulares enviavam a maioria das canoas ao sertão, arregimentavam – pelo próprio diretório – boa parte da mão de obra indígena para as suas canoas, além de que, em muitos momentos, os particulares se aproveitaram das canoas das povoações para enviar os seus indígenas ao seu serviço, sem precisar custear a armação de uma canoa (Pompeu, 2021). As instruções do diretório diziam respeito às canoas e aos indígenas das povoações, exclusivamente a estes. A escolha dos cabos de canoa idôneos era uma característica das povoações; os particulares continuavam escolhendo, livremente, quem bem entendiam como cabos de canoa.

Claro que o diretório interfere na maneira como a mão de obra era distribuída entre os diferentes trabalhos na Amazônia colonial, de modo que tinham interferência sobre as atividades desenvolvidas pelos particulares. Sob essa ótica, o comentário de Ciro Cardoso sobre a mudança dos abusos faz todo sentido: de remar as canoas

dos missionários e, depois, das povoações, além da continuidade nas canoas dos particulares. Entretanto, podemos perceber, ao longo da exposição, que houve sim uma mudança. A maneira como as povoações se organizavam a partir do diretório, as liberdades no sertão, a fluidez, a mobilidade, os ganhos mais equitativos. Sob essa ótica, parece haver diferenças nesse processo. Porém, a grande questão é: até onde iriam as liberdades, a mobilidade e a fluidez antes do Diretório dos Índios? Acreditamos que, diferente do que boa parte da historiografia indicou, existem muito mais continuidades nesse processo do que mudanças bruscas, essencialmente no interior do sertão amazônico, no que diz respeito ao antes e ao depois do “pacote” político de Sebastião José de Carvalho e Melo.

A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

A segunda metade do século XVIII ficou marcada, para boa parte da historiografia luso-brasileira, como o chamado “período pombalino”. Destacam-se, nesse período, as chamadas reformas pombalinas executadas pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal. Trata-se de mudanças ocorridas na metrópole e nas colônias, tanto no meio político como econômico, social e ideológico². Para a colônia do norte da América Portuguesa, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, as mudanças foram significativas: foi nomeado como governador o irmão do poderoso secretário; estabelecida uma lei que abolia a escravidão indígena; determinação do fim do poder secular das ordens religiosas nos aldeamentos e a consequente elevação destes a vilas e a lugares; a instituição do Diretório dos Índios; e, completando todas essas mudanças, a criação da CGGPM, em 1755.

A instituição de companhia visava a objetivos bastante audaciosos: fomentar a agricultura na região, a partir do monopólio de certos produtos locais, em contrapartida oferecendo escravos africanos a preços mais vantajosos. Objetivos altos, práticas já conhecidas. A formação de companhias de monopólio comercial não era nenhuma novidade no século XVIII. O Marquês de Pombal não inventara nenhuma nova

2 Francisco Falcon alude que essa suposta “época pombalina” contém alguns aspectos contraditórios, por se acreditar que todo esse período fica marcado, totalmente, pela ação e pelo pensamento de apenas um único homem, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiramente Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal. Para Falcon, essa noção nada mais é do que uma construção historiográfica útil, mas, ao mesmo tempo, enganosa, porém persiste a força do hábito, ao classificar esse período com o nome do seu personagem mais proeminente. O historiador também relembra que a ênfase no caráter *pombalino* remete a resquícios de uma historiografia positivista, focalizada nas biografias dos “grandes homens”, ignorando aspectos econômicos, sociais, estruturais e conjunturais. Ver: “Antigos e Novos estudos sobre a ‘Época Pombalina’” em *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro* (2015, p. 7-8).

forma de obter lucros coloniais. A medida já era conhecida e posta em prática desde os séculos XV e XVI, ou, como classifica dada vertente historiográfica, a transição do feudalismo para o capitalismo, carregando consigo uma série de conjunturas favoráveis ao surgimento dessa prática durante a fase inicial do capitalismo (Braudel, 1987, 1996; Mariutti, 2004; Mauro, 1980; Sweezy *et al.*, 1977; Wallerstein, 1985).

Quase todos os estudos efetuados ou que situam a CGGPM durante o período denominado pombalino apontam a figura de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão durante os anos de 1751-1759, como o grande artífice da criação e introdução da companhia monopolista na colônia do norte da América Portuguesa. Desde os seus primeiros anos de governo, o irmão de Sebastião José já alimentava, em suas correspondências trocadas com este, mas também com outros membros do gabinete de D. José I, a ideia de que, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, deveria existir uma companhia monopolista de grandes cabedais que fomentasse o comércio a partir de uma massiva introdução de cativos africanos (Mendonça, 2005). Tal proposição de introdução do braço africano, que aumentava, concomitantemente, a coleta das “drogas” e o cultivo de gêneros exportáveis, era uma temática que permeou diversas correspondências trocadas entre os governadores do Maranhão e Grão-Pará ao longo da primeira metade do século XVIII, principalmente alimentadas a partir dos intensos debates entre os missionários religiosos e os moradores acerca da liberdade dos indígenas, chegando até o governo de Mendonça Furtado (Carreira, 1988).

Os pedidos de Mendonça Furtado foram atendidos, e a notícia dada por Sebastião José sobre a aprovação da criação da CGGPM foi a concretização de um processo na corte que contou com a somatória aos pedidos do governador do Grão-Pará e Maranhão mais uma petição assinada por alguns comerciantes lisboetas, no caso “dez homens de negócio da praça de Lisboa”, e que foi ratificada por Sebastião José, alcançando a forma de alvará régio em 7 de junho de 1755. Dessa forma, estava instituída a companhia a partir da publicação e da confirmação de seus estatutos (Dias, 2014). Importante destacar e dar relevo, e lembrar, que a criação da CGGPM é contemporânea a duas leis que trarão uma modificação profunda no cotidiano dos moradores do Grão-Pará e Maranhão. A primeira de 6 de junho de 1755, que decretava a liberdade irrestrita dos índios, a conhecida Lei da Liberdade dos Índios. A segunda sendo uma lei editada no dia seguinte que estabelecia o fim da jurisdição espiritual e temporal que as ordens missionárias possuíam nas suas missões e aldeamentos. No bojo dessas leis, determinou-se a elevação dos antigos aldeamentos em vilas, e que, juntamente com a criação do Diretório dos índios, proporcionou a tutela dos indígenas por seculares e funcionários régios, os chamados diretores das vilas (Coelho, 2005; Souza Junior, 2012).

Interessante destacar que o tema do crescimento da agricultura parece ser um elemento secundário nos primeiros escritos de Mendonça Furtado para os agen-

tes metropolitanos, eclipsado pela temática da introdução de negros cativos. Entretanto, tal tópica já permeava, mesmo com um espaço aparentemente limitado, as missivas trocadas entre o reino e a colônia, durante os anos antecedentes e naqueles imediatamente posteriores à criação da companhia monopolista.

Logo em seu primeiro ano de governo, Mendonça Furtado informava a Diogo de Mendonça Corte Real sobre a existência de 39 gêneros amazônicos que poderiam ser comercializados, atendendo, assim, a uma das suas instruções passadas pelo rei ao assumir o governo da colônia (Mendonça, 2005). Lista tanto aqueles que já eram cultivados – entre eles, cacau e café – e os que se podiam cultivar, trazendo lucros, mas que eram todos colhidos na floresta – anil, andiroba, cravo, urucum, puxuri e outros. Ele enumera, em seguida, os produtos em uma ordem de importância para a economia do Estado, a partir da sua visão, começando com o algodão, depois, açúcar, arroz e tabaco. A seguir, cita o café, sendo de grande utilidade, apesar do seu pouco preço, classificando-o como produto com pouco trabalho para plantar e colher. Discorre, então, sobre o cacau, acreditando ser o cacau manso o de maior utilidade aos moradores, mesmo que custasse um pouco de trabalho nessa lavoura em comparação com o bravo, porém, era bastante apreciado por ser sempre apanhado na época certa (Mendonça, 2005).

Mendonça Furtado então apresenta uma comparação entre o cacau manso e o bravo. A coleta do cacau diretamente nos “matos” poderia acarretar alguns problemas e riscos na viagem e no contato com os indígenas, além da situação da colheita antes do amadurecimento do cacau, misturando, assim, ao manso, arruinando a reputação do gênero. Tudo ocasionado pela prática de se apanhar o que pudesse pelo caminho, derrubando as árvores, em seguida, para que outros não pudessem coletar.

Causa certa estranheza ver, em tal escrito de Mendonça Furtado, o cacau ocupando uma posição secundária de importância para a agricultura e o comércio da colônia, atrás de outros produtos que, inclusive, não eram nativos da região, principalmente se lembrarmos do crescimento da exportação de tal gênero durante a primeira metade do século XVIII (Chambouleyron, 2006, 2014a, 2014b). Mas também, podemos entender a percepção do governador com relação à possibilidade de crescimento do Estado, por meio da cultura de gêneros já há bastante tempo produzidos no Estado do Brasil, como o açúcar e o tabaco, e por intermédio de mercado para absorver essa produção, além de uma rede já estabelecida de contratadores e negociantes, tanto no reino como pela Europa, com a existência dos chamados “tabaqueiros”, indivíduos que ocupavam as posições cimeiras nas juntas de administração das companhias de comércio, os quais eram conhecidos como importantes e influentes homens de negócio da Praça de Lisboa (Pedreira, 1995).

Entretanto, os gêneros considerados nativos, exóticos, as chamadas “drogas”, aparecem com a possibilidade de proporcionarem lucros para a Real Fazenda e para os moradores, desde que cultivadas, incentivando a estes para que assim o fizessem

em relação a esses produtos. Tal possibilidade real de lucros advindos com a cultura de tais gêneros, como cacau, café e outras “drogas”, começa a ficar mais explícita a partir do pedido de Mendonça Furtado para que se fixassem os preços de frete para a exportação de cacau, do café, da salsa, do cravo, do algodão e dos couros, assim como já havia sido feito para o açúcar e para o tabaco (Cruz, 1996).

Tais situações apresentam, à primeira vista, um procedimento paradoxal do governador Mendonça Furtado no que tange ao incentivo das lavouras dos produtos considerados nativos. Em um dado momento, parece dar mais atenção a lavouras de espécies exógenas ao ambiente amazônico, para, em outros momentos, buscar fomentar, por meio de privilégios e benefícios, o cultivo de produtos amazônicos. Porém, tais nuances revelam como, ao longo dos seus primeiros anos à frente do comando na colônia, o governador vai moldando seus pensamentos e suas atitudes diante da possibilidade de rendimentos para a Coroa Portuguesa mediante a exploração mais racional e seriada das espécies nativas que se apresentavam. Tal posicionamento sofrerá uma inflexão a partir do momento da criação da CGGPM.

Se, antes, o governador informava ao reino, principalmente ao seu irmão, sobre as possibilidades de cultivos de diversas espécies, após a formação da companhia monopolista, os diretores da CGGPM receberam diretamente as descrições de possíveis fontes de rendimentos, a partir dos conhecimentos adquiridos por Mendonça Furtado em suas andanças pelos sertões amazônicos.

Sobre a plantação de gêneros silvestres, Mendonça Furtado dizia “compreender a experiência de andar peregrinando por estes sertões, e o conhecimento que tenho destas terras”, instruindo, assim, os diretores da CGGPM com relação aos produtos que poderiam ser comercializados. Para mais, ao contrário da carta mostrada anteriormente, ele não cita os produtos que eram mais procurados e com comércio estabelecido no Estado do Brasil, o açúcar e o tabaco, também não cita o algodão, que será, posteriormente, bastante comercializado, principalmente pela Capitania do Maranhão. Ressalta-se a citação do arroz, que, de acordo com o governador, estava sendo já bastante cultivado na nova vila de São José do Macapá, de excelente qualidade, “e não lhe achei diferença alguma não só no da Carolina, mas nem ainda do de Veneza” (Mendonça, 2005). Sua atenção passa a ser o cacau, e outras “drogas”, como baunilha, cravo, canela e o anil.

Em relação ao cacau, descrevia ser este o primeiro objeto do comércio do Estado desde o tempo do governador João da Maia da Gama, que havia incentivado esse negócio, por meio da cultura do cacau manso, produzindo grandes cacauais dos moradores, que renderam, inicialmente, grandes lucros. Contudo, tal lavoura sofreu um ataque nocivo chamado “lagartão”, que seria “um grilo que nasce nos olhos das mesmas árvores, e toda a em que cresceu o mesmo grilo, é infalível o perder-se-lhe o fruto”. Grandes prejuízos recaíram sobre os lavradores e os comerciantes, levando-os a esmorecerem em tal lavoura, retornando à prática de buscar nos sertões o

cacau bravo. Os cacauais bravos localizavam-se tanto no Pará como na Capitania do São José do Rio Negro, sendo nessa última maiores e com fácil acesso, por conta de as povoações estarem situadas ao lado dessas áreas de cacau, com os moradores extraindo o gênero sem a necessidade de cultivo, ficando com tempo livre para a lavoura de outras espécies (Mendonça, 2005).

Quanto ao cravo, não obstante a recomendação da metrópole para o incentivo dessa lavoura, ela não obtinha sucesso. Tal situação se encontrava dessa forma porque “é mais forte que a quantas persuasões há a obstinada ignorância das miseráveis e infelizes gentes que se acham estabelecidas destas partes” (Mendonça, 2005).

Analisando o discurso de Mendonça Furtado direcionado aos deputados da Junta da Administração da CGGPM – ou diretores, como ele se referia nas cartas –, percebemos o discurso utilitarista econômico para o desenvolvimento de lavouras de gêneros nativos ou externos à região para avançar o comércio do Estado e do reino. Utilizando expressões como “informar [...] dos gêneros que já podem concorrer para engrossar o comércio com aquela clareza que me for possível”, com a “natural curiosidade que tenho para estas coisas, mas viver nestes sertões há mais de dois anos, cuidando em me informar quanto posso dos gêneros que nele há e pode haver”, o governador apresentava ao reino a ideia de um agente de governo atento, incansável nas suas tarefas e preocupado com os rumos do Estado e da CGGPM (Mendonça, 2005).

Nestes dois trechos de cartas direcionadas aos deputados da Junta da Administração da CGGPM, vemos como Mendonça Furtado imputa a si essa imagem de defensor e grande incentivador do sucesso da empresa monopolista:

Não podem duvidar o quanto me interesse na felicidade e no aumento da Companhia, quando dele resulta não só o bem comum do Reino, mas a felicidade deste agora infeliz e desgraçado Estado, por cuja razão V. Mcês. com facilidade se persuadirão, que tudo que disser àqueles fins, é sincero (Mendonça, 2005, p. 247).

Ou:

[...] quanto ao estabelecimento do comércio do Estado, é negócio em que trabalho há perto de sete anos, sem poder colher dele o fruto que desejava, porque um mal tão inveterado que não tem menor antiguidade que a de 150 anos, não se pode remediar em tão pouco tempo (Mendonça, 2005, p. 370).

Ora, os 22 anos de funcionamento da CGGPM representaram uma organização e uma sistematização dos gêneros exportados para o reino, especialmente as “drogas do sertão”, e a possibilidade de que fossem arrematados nos leilões da referida companhia, ganhando espaço nas reexportações de um grupo de negociantes que se

valiam das prerrogativas e dos privilégios de serem justamente membros da junta diretiva da empresa, ou de pertencerem às redes de negócios mais próximas a esses indivíduos e à corte (Matos, 2019). No entanto, para que essas “drogas do sertão” chegassem a tais mercados consumidores, via CGGPM, o desejo expresso por Mendonça Furtado nas suas cartas precisava ser concretizado, qual seja: o incremento das lavouras de variados gêneros da região. Nesse sentido, o Diretório dos Índios, como já aludido anteriormente, pensado a partir das experiências de Mendonça Furtado, buscava racionalizar ou operacionalizar a questão do avanço das lavouras; entretanto, nunca deixando de lado a questão extrativa, como já visto.

Nesse sentido, o diretório previu a criação da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios (TGCI), elemento importante para compreender essa busca pelo controle racional e fiscal do que era produzido ou coletado, além do domínio do trabalho dos indígenas. Entre os parágrafos 55 e 58, o diretório estipula qual seria a função do tesoureiro dos índios – já apresentando a nomeação do sargento-mor Antônio Rodrigues Martins como o primeiro a assumir o cargo –, como devia proceder em relação ao controle das canoas e dos gêneros que chegavam a Belém, os procedimentos para divisão dos valores adquiridos com a venda dos gêneros, o recolhimento dos dízimos e o pagamento dos indígenas (Diretório, 1758). A tesouraria-geral seria, portanto, a “materialização [...] no sentido econômico das estruturas do aparelho administrativo da Coroa portuguesa, haja vista que uma das funções da TGCI, ao arrecadar os gêneros produzidos e/ou coletados pelos índios, era pagar dízimos à Fazenda Real” (Mota, 2018).

A promulgação do diretório buscava, assim, contemplar os interesses econômicos e políticos na região, com a CGGPM também como interessada, aliados aos interesses locais dos colonos em relação à disponibilidade e ao acesso à mão de obra indígena (Coelho; Zúniga, 2021). Evidentemente que toda a produção contida na TCGI era feita com a mão de obra indígena, seja trabalhando nas roças comuns das vilas e dos lugares ou nas expedições de coleta das “drogas do sertão”, e já existe uma bibliografia bastante profícua apresentando as nuances dessas atividades (Coelho, 2009; Coelho; Zúniga, 2021; Sampaio, 2012). Feitas tais explicações, surge a questão: como se deu a relação direta a partir da instituição do diretório e da TGCI com a CGGPM? A resposta parecerá, inicialmente, simples, mas requererá algumas explicações mais pontuais.

Por intermédio da tesouraria, a produção/coleta dos gêneros ou “drogas do sertão” das vilas e dos lugares era exportada para Lisboa a partir dos navios da CGGPM. Como dito anteriormente, tal resposta é simples e até mesmo um tanto óbvia. Contudo, é justamente essa obviedade que ensejará novas questões sobre a segunda metade do século XVIII no Grão-Pará e Maranhão, sob o signo do diretório e suas relações mais amplas com a CGGPM.

A CGGPM tinha como uma de suas principais prerrogativas a ideia do monopólio sobre o comércio com a colônia. O Artigo 27 dos estatutos da companhia previa que os gêneros embarcados nos navios da empresa poderiam ser feitos da seguinte forma: os adquiridos pela própria companhia e os embarcados pelos colonos, tanto por sua conta e risco ou de forma consignada à companhia. Diante de uma série de denúncias de irregularidades nesses envios dos colonos, efetuados, principalmente, pelos administradores da companhia em Belém, decide-se, em 1760, permitir apenas o embarque consignado, desde que os colonos comprovassem que a produção pertencia às suas próprias propriedades. Tal prática, na verdade, visava restringir, nas mãos da empresa monopolista, a aquisição das “drogas”. Dessa feita, o monopólio do embarque dos gêneros se consolida, com a companhia adquirindo os gêneros dos moradores a preços fixos (Matos, 2019). Entre esses gêneros arrematados pela companhia, estavam aqueles que eram negociados pelo tesoureiro-geral dos índios.

A confirmação dessa negociação aparece em uma carta enviada pelo governador do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, em 1778 (AHU, 1778, cx. 81, d. 6648). Em documentos anexos a essa carta, dois ofícios enviados pelo governador apresentam como deveria se proceder com os gêneros da tesouraria dos índios a partir da extinção da CGGPM, mantendo, assim, os interesses dos indígenas. A primeira medida seria a arrematação de todos os gêneros que fossem para embarque pelo intendente-geral do comércio e agricultura, na forma como era feita pela agora extinta companhia. A segunda ação se referia ao pagamento dos indígenas, que, de acordo com o governador, era feito na tesouraria em fazendas – produtos – com regulados preços da própria companhia. Tal procedimento deveria ser continuado com os indígenas recebendo tais itens com preços justos e de acordo com suas necessidades, sendo sempre tal ação realizada na presença do procurador dos índios (AHU, 1778, cx. 81, d. 6648).

Tais informações representam uma clara associação entre o funcionamento da companhia geral, em Belém, e a tesouraria dos índios. Para além da já citada forma de açambarcamento dos gêneros feitos pela companhia, incluindo manobras para o efetivo monopólio do comércio na região, registra-se que os indígenas eram pagos em produtos pelas suas produções. Tais produtos eram, justamente, trazidos e negociados em Belém pela CGGPM! Nos registros documentais da companhia, armazenados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, existem os chamados livros das carregações, com dimensões bastante consideráveis, apresentando, com riqueza de detalhes, todos os produtos, as quantidades e as datas dos envios que entravam nos portos de Belém e São Luís durante o funcionamento da empresa monopolista. Tais remessas de produtos vindos do reino para o abastecimento do comércio em Belém inclusive foram alvo de reclamações dos primeiros administradores da companhia

em Belém, por conta de um suposto excesso de mercadorias provenientes da Europa (Matos, 2019).

Para concluirmos a nossa análise, estabelecendo a relação entre a TGCI e a CGGPM, apresentaremos alguns números acerca das produções oriundas das vilas e dos lugares do Grão-Pará. Ora, lembrando o que previa o diretório, era função do tesoureiro-geral dos índios conferir todas as cargas trazidas pelos cabos das canoas; vender os gêneros pelos melhores preços e, depois, fazer a distribuição do que foi aferido com a venda da seguinte forma: dízimos reais, despesas, cabos de canoas, diretores das vilas e lugares e, por último, os indígenas (Diretório, 1757). Importante destacar que o Parágrafo 57 do diretório (Diretório, 1757) aponta que alguns gêneros trazidos do sertão e negociados pelo tesoureiro-geral – cacau, cravo, café e salsa – teriam seus dízimos pagos por quem adquirisse tais produtos, já que os impostos eram pagos no embarque dos gêneros. Tal informação é bastante importante, pois aponta que, para o tesoureiro-geral e, consequentemente, para todos aqueles que entravam na repartição dos lucros, citados anteriormente, a venda de tais gêneros era isenta do pagamento dos dízimos reais, reafirmando, desse modo, a ideia de uma tentativa de racionalização da produção/coleta desses produtos, corroborando com as propostas de Mendonça Furtado acerca do crescimento econômico da região.

Faremos, então, a apresentação de alguns dados da TGCI e os relacionaremos com os dados de embarque das “drogas do sertão” efetuados pela CGGPM. Antes, algumas pequenas explicações metodológicas. Diante do espaço mais diminuto deste texto e da complexidade e volume desses dados contábilísticos efetuados pela TGCI, com alguns mapas apresentando os valores em moeda corrente e outros em gêneros, apresentaremos as quantidades gerais de gêneros que chegaram à tesouraria em alguns anos, somando os dados de todas as vilas e os lugares e comparando com os dados de exportação da companhia. Diante do que já foi exposto ao longo do texto, está bastante claro que a companhia adquiria da tesouraria diversas “drogas do sertão”, especialmente aquelas consideradas principais: cacau, cravo e salsa. Portanto, apresentaremos apenas os dados dessas “drogas”.

Vamos aos números: primeiramente, os obtidos nos mapas de gêneros da tesouraria dos índios e, depois, em comparação com as exportações da companhia.

Tabela 1 – Gêneros remetidos pelas vilas e lugares para a TGCI (1759-1771), em arrobas

	1759	1760	1762	1764	1768	1771
Cacau	4.696	9.148	16.841	6.968	12.088	3.431
Cravo grosso	813	1.038	1.223	1.553	1.442	1.293
Cravo fino	309	251	195	458	1.375	1.937
Salsa	525	518	365	522	1.493	1.495

Fonte: AHU, 1764, cx. 56, d. 5099; AHU, 1768, cx. 62, d. 5482; AHU, 1772, cx. 68, d. 5831; ANTT, Ministério do Reino, maço 597, cx. 700, doc. 117 e 118.

Tabela 2 – Gêneros exportados pela CGGPM do Porto de Belém (1759-1771), em arrobas

	1759	1760	1762	1764	1768	1771
Cacau	25.623	21.652	72.840	7.436	40.886	28.471
Cravo grosso	1.815	117	4.753	771	1.735	467
Cravo fino	2.364	320	976	144	1.153	2.433
Salsa	600	576	2.647	607	1.538	224

Fonte: AHU, 1778, cx. 80, doc. 6627; *ANTT*, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livros de Entrada nº 32, 33, 34, 35, 38.

Primeiramente, algumas explicações rápidas para os números da Tabela 2. Os dados apresentados foram retirados dos livros de entrada da companhia. Tais livros apresentavam em sua estrutura as informações referentes às carregações que vinham dos espaços coloniais tocados pela CGGPM – Grão-Pará e Maranhão, Cabo Verde, Bissau, Angola e Cacheu –, com as respectivas cargas, preços, taxas pagas nas alfândegas respectivas, nomes das embarcações e dos seus capitães. Trazia, também, na folha oposta à que estava descrita a carga, os nomes dos compradores dos gêneros, com data da compra – às vezes, com a data do leilão e do registro da compra, outras vezes, apenas com a data do registro da compra –, quantidade e preço pago pelos produtos. Na catalogação da Torre do Tombo, estão enumerados dos números 32 a 42, e cobrem os anos de 1758 a 1860 – quase 100 anos após o fim da CGGPM. Ressalta-se que, nesse recorte cronológico, há uma lacuna de dados sobre as entradas que vinham do Grão-Pará entre os anos de 1765 e 1769. Dessa feita, recorreremos ao mapa de gêneros embarcados no Grão-Pará de 1730 a 1777, constante no Arquivo Histórico Ultramarino.

Ao analisarmos as tabelas conjuntamente, percebemos que o cacau proveniente da tesouraria dos índios sempre contribuiu, com algumas oscilações, com toda a exportação desse gênero efetuada pela companhia: 18,32% em relação ao ano de 1759; 42,25%, em 1760; 23,12%, em 1762; 93,7%, em 1764; 29,56%, em 1768; e 12,05%, em 1771. Já para os outros três gêneros, percebemos que, em alguns anos, a produção da tesouraria se mostrava superior aos números apresentados nos livros de entrada da companhia. O que isso pode significar? As hipóteses de descaminho por parte do tesoureiro dos índios ou da compra desses gêneros por outro agente que não fosse a companhia não deve ser descartada, mesmo que a segunda hipótese seja menos plausível, como já vimos previamente.

O mais possível é um desencontro acerca da metodologia na compilação dos dados. Os livros de entrada da companhia apontam a data da chegada do navio em Lisboa; logo, computou-se, para cada ano, as cargas que chegaram naquele ano registrado, mas deve-se levar em conta que a viagem entre Belém e Lisboa demorava, em média, de três a quatro meses, e os mapas de produção da tesouraria dos índios não apresentam a data em que tais produtos foram negociados. Ainda poderiam existir

outras variáveis, como: os produtos da TGCI aguardando os navios da companhia chegarem a Belém para poderem ser embarcados, ou o desencontro entre a chegada das canoas vindas dos sertões e a saída dos navios do Porto de Belém. Tudo isso só poderá ser respondido mais detidamente com o aprofundamento desta pesquisa, que ainda está em andamento, mas já apontando caminhos bastante significativos acerca da relação entre o Diretório dos Índios e a CGGPM.

Para finalizar, destacamos que os próprios indígenas percebiam e reclamavam dos negócios envolvendo a TGCI e a companhia, e como isso os prejudicava. Dois casos são exemplares. O primeiro refere-se a uma carta do governador Manoel Bernardo de Melo e Castro, ainda em 1759, informando a Sebastião José de Carvalho e Melo sobre como os indígenas estavam reclamando dos pagamentos que estavam sendo feitos na tesouraria dos índios com produtos da companhia geral. Porém, por conta do desabastecimento de bens nos armazéns da companhia, os indígenas estavam recebendo algumas varas de algodão (Sampaio, 2012). O segundo caso é bem interessante. O intendente-geral do comércio do Grão-Pará, João de Amorim Pereira, escrevia, em 1777, ao secretário de Estado, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre as reclamações dos indígenas das vilas de Faro e Alenquer contra os administradores da companhia. Os indígenas gostariam de embarcar, por sua conta, salsaparrilha e óleo de copaíba, recebendo uma resposta negativa dos administradores da empresa monopolista, alegando que tal negócio não se fazia diretamente com os indígenas (AHU, Avulsos do Pará, cx. 78, doc. 6508). Tal documento e seus anexos, bastante extensos, trazem uma intrincada teia de acusações a partir da denúncia dos indígenas, que envolvem o tesoureiro dos índios, os administradores da companhia e até mesmo o governador do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, foi possível perceber que definimos como eixo norteador a relação entre as “drogas do sertão” e o Diretório dos Índios. Claramente, não se pode discutir tais assuntos sem a onipresença e o protagonismo dos indígenas, bem de acordo com as proposições de uma “nova história indígena” que, cada vez mais, se consolida e se solidifica nos trabalhos da chamada historiografia amazônica.

Falar sobre o Diretório dos Índios após uma série de trabalhos que se tornaram referências ao longo dos últimos anos requer que façamos questionamentos cada vez mais profundos acerca do funcionamento e de tudo que ensejou, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a aplicação de tal legislação. Voltar os olhos para o comércio de gêneros, especificamente as “drogas do sertão”, envolvendo indígenas, particulares, diretores de vilas, agentes administrativos e a CGGPM, está sendo o caminho das pesquisas que, atualmente, temos trilhado.

Seja na questão do envio das canoas e de toda a rede de complexas relações e negócios no sertão até a chegada dos gêneros em Belém, com o controle dessa produção sendo exercido pelo tesoureiro dos índios e as negociações envolvendo a companhia, percebe-se a ingerência dos parágrafos do diretório no cotidiano do comércio que envolvia os indígenas das vilas e dos lugares do Grão-Pará e Maranhão, e, posteriormente, Grão-Pará e Rio Negro. Apesar de não serem temas inéditos na historiografia, tratar a respeito das drogas do sertão, da CGGPM, dos indígenas amazônicos, ou, até mesmo, de forma mais geral, da economia amazônica, parece ser um caminho profícuo para entender o passado da região a partir da leitura e do entrecruzar de fontes que não haviam sido bem exploradas, ou, naquilo que acreditamos ser o ponto forte deste trabalho, por meio da possibilidade de relacionar o mundo amazônico com o mundo atlântico nas suas mais diferentes facetas. Lisboa nunca esteve longe do sertão da Amazônia.

FONTES

Impressas

MENDONÇA, Marcus Carneiro de. *Amazônia na Era Pombalina*. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2005. t. 1.

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

Manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Secretária da Capitania. Códices 113, 157, 160

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (O jogo das trocas, v. 2).

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes da. Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808). *History of Political Economy*, Durham, v. 44, n. 4, p. 619-641, 2012.

CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)*. Brasília, DF: Companhia Editora Nacional; São Paulo: INL, 1988. v. 2..

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [Paris], n. 6, 2006..

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Cacao, bark-clove and agriculture in the portuguese amazon region in the seventeenth and early eighteenth century”. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 51, n. 1, 2014a. .

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla”. El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 40, p. 23-43, 2014b.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 53, p. 221-244, 2021.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. Índios, negócios e comércio no contexto do Diretório dos Índios - vale amazônico (1755-1798). In: ALVES, Moema Barcelar; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda: Gerência Regional de Administração no Pará, 2009.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinicius Zúñiga. A lei do Diretório dos índios (1757-1798). In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (org.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª edição. Belém: EDUFPA, 1996.

DIAS, Camila Loureiro. *L'Amazonie avant Pombal: politique, économie, territoire*. 2014. Tese (Doutorado em História das civilizações) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.

MATOS, Frederik Luiz Andrade de. *O comércio das 'drogas do sertão' sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAURO, Frédéric. *Expansão europeia (1600-1870)*. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1980.

MOTA, Oziane de Jesus de Lima. *Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. .

PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

POMPEU, André. *As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão amazônico (1750-1800). *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 201-243, 2013.

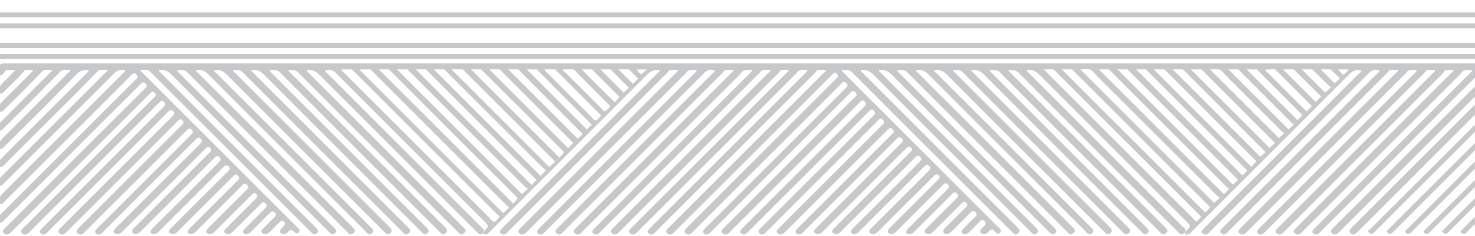
SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2012.

SOMMER, Barbara Ann. *Negotiated settlements: native Amazonias and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Novo México, Albuquerque, 2000.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012.

SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense: 1985.



CAPÍTULO 3

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, A EXPLORAÇÃO DO MUNDO NATURAL E OS INDÍGENAS DO VALE AMAZÔNICO

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

O Diretório dos Índios foi uma legislação implementada, inicialmente, no Vale Amazônico em 1757, e estendida ao restante da América Portuguesa, em 1758. Em linhas gerais, estabeleceu um grande projeto de civilização que tinha como diretrizes o ensino da língua portuguesa, a intensificação da exploração dos produtos naturais da região, a transformação das antigas aldeias missionárias em vilas e em lugares de índios, o incentivo à agricultura e à miscigenação entre brancos e indígenas, a inserção das lideranças indígenas na estrutura burocrática da administração portuguesa, entre outros fatores. A partir da aplicação dessa lei, os indígenas foram tomados, oficialmente, como súditos do rei de Portugal.

Essa legislação tem sido compreendida pela historiografia não mais como um projeto que foi aplicado tal como a lei previa, e sim como processo histórico que sofreu a influência da dinâmica local a partir dos variados sujeitos envolvidos por ela, entre eles, os próprios povos indígenas (Cancela, 2012; Coelho, 2016; Sampaio, 2012). As análises sobre o Diretório dos Índios têm apontado diversas facetas sobre a aplicação dessa legislação, e parte desses trabalhos tratam sobre as rupturas e as permanências que o diretório provocou nas capitanias da América Portuguesa (Santos, 2021); a forma como os povos indígenas lidaram com a sua aplicação (Garcia, 2009); o manuseamento jurídico realizado pelos indígenas e disposto pela legisla-

ção (Costa, 2020; Santos, 2018); as transgressões cotidianas realizadas (Melo, 2016; Souza Júnior, 2012); o papel exercido pelas lideranças indígenas (Rocha, 2022; Silva, 2019); as reformas urbanas derivadas da lei (Moreira, 2023); os discursos construídos sobre a aplicação da legislação (Coelho; Santos, 2013), entre outros assuntos.

Um ponto em comum dessas abordagens é o lugar central que os povos indígenas têm assumido, isto é, a aplicação da legislação dependeu fortemente de como se deu a agência indígena, ou seu protagonismo diante das demandas coloniais e metropolitanas. Com as reflexões da nova história indígena (Almeida, 2003; Farage, 1991; Monteiro, 1994), os povos indígenas saíram dos bastidores das narrativas históricas e passaram a se situar no centro do palco (Almeida, 2010), e com o Diretório dos Índios não foi diferente.

Conforme Juciene Apolinário e Vânia Moreira (2021, p. 283):

Na prática cotidiana vigente na colônia, a lei do Diretório foi transgredida, adaptada às diferentes regiões e necessidades e mobilizada e/ou ignorada em razão dos interesses e dos protagonismos dos indígenas, povos e comunidades tão diversos entre si se consideramos suas diferentes etnicidades. A nova lei foi também um elemento crucial na gestão das relações interétnicas, inaugurando novas circunstâncias e territorialidades simbólicas, ao mesmo tempo que estabelecia uma relação intertextual com toda a legislação que a precedia. Desse modo, a interpretação do Diretório como expressão de uma temporalidade histórica evoca permanências, mudanças, ressignificações, processos adaptativos, acomodações e guerras ocorridos em diferentes contextos territoriais e ambientais da América Portuguesa.

O processo de integração dos povos indígenas, no âmbito do Diretório dos Índios, foi marcado por uma intrincada teia de relações sociais, revelando as tensões presentes no cotidiano das comunidades formadas por esse instrumento legal. As ações e as interações dos sujeitos envolvidos trouxeram uma nova dimensão ao que o diretório originalmente previa. Práticas desviantes, denúncias, solicitações e outras iniciativas ilustram como os indivíduos do Vale Amazônico se apropriaram desse processo, adaptando-o às suas necessidades e às suas realidades (Coelho, 2016).

Essas questões permitem reforçar a compreensão dos indígenas como sujeitos históricos que demandaram maior autonomia e que souberam lidar com a experiência colonial. Além disso, permitem mostrar que suas integrações ao sistema do diretório não se davam de maneira única, tal qual como queriam os colonos e a metrópole portuguesa; suas ações foram baseadas em escolhas bem definidas, a partir do seu cotidiano e do conhecimento apreendido da relação com os colonos.

Sem negar a história de coações, perdas, etnocídios, deslocamentos forçados e outras violências, sujeitos considerados subalternos fizeram parte de redes de relações sociopolíticas, tanto na colônia como na metrópole, e buscaram, quando puderam,

possibilidades de negociação. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p. 33),

[...] desafios, pressões e acordos exercidos pelos subalternos influenciavam decisões dos agentes de diferentes instâncias de poder [...] e as próprias leis que se construíram, se adaptavam ou se anulavam, conforme pressões e circunstâncias.

Pretendo, neste capítulo, contribuir com outra forma de perceber a agência indígena no âmbito do Diretório dos Índios, que corresponde ao processo de exploração do mundo natural sistematizado na segunda metade do século XVIII. Existem aspectos a serem analisados que relacionam o diretório, e o processo de integração dos povos indígenas do Vale Amazônico, à inventariação dos reinos da natureza ocorrida nesse período. Assim como nas demais análises realizadas pela historiografia já citada, mostra-se que a participação indígena foi imprescindível (Santos, 2023).

A HISTÓRIA NATURAL EM PORTUGAL, O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E O VALE AMAZÔNICO

As políticas formuladas por Portugal no reinado de Dom José I (1750-1777) tiveram como marcas distintivas as ações reformistas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, também conhecido pelo título obtido em 1770, Marquês de Pombal. Não obstante a extensão dos temas sobre esse período, para esta seção, é importante ressaltar que havia um discurso político que relacionava um suposto atraso intelectual português com a ausência do desenvolvimento das luzes, da razão, do progresso (Falcon; Rodrigues, 2015).

As reformas ocorridas nesse período, por exemplo, na Universidade de Coimbra e seus “estatutos” mostram medidas inspiradas no Iluminismo que tratavam da “falta de orientação prática aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da erudição [...] quanto da experimentação, e, portanto, do empiricismo das luzes” (Silva, 2015, p. 440). Com os novos estatutos, a física experimental, a química e a história natural se tornam fundamentais para a instituição de uma nova ordem, já que os estatutos de 1772 “consagravam a observação e experimentação no ensino das ciências, exprimindo uma nova concepção de ciência, pela qual se deixava uma ‘arte de demonstrar’ em privilégio de uma ‘arte de conjecturar’” (Villalta; Moraes; Martins, 2015, p. 468).

Essa mentalidade elegia a ciência como sinônimo de progresso, na qual o pensamento racional, empírico, determinaria as razões de ser do humano no mundo, e, além disso, a ideia de ciência como elemento útil ao Estado passa a se tornar mais evidente e é por meio dela que se procura explorar mais sistematicamente o mundo

natural, a fim de obter uma exploração racional de seus recursos. De acordo com Marcia Ribeiro (2015, p. 514-515),

[...] a articulação entre a política estatal e as atividades de caráter especulativo e pragmático científico era uma das principais finalidades do corpo acadêmico que conduzia projetos de reestruturação da exploração dos domínios ultramarinos. Consequentemente, verifica-se a necessidade do delineamento de uma cultura científica útil ao Estado e à sociedade e que fosse capaz de trazer rápidos retornos à Coroa portuguesa.

Já no reinado de D. Maria I, com as reformas em andamento, as mudanças ocorridas na Universidade de Coimbra e a criação da Academia Real das Ciências, por exemplo, mostravam medidas claras que demonstravam como o Estado português tomou a ciência como instrumento para “consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e o ultramar” (Raminelli, 2008, p. 94).

A Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos, seja com Martinho de Melo e Castro, seja com D. Rodrigo de Souza Coutinho, formulou políticas direcionadas ao aproveitamento das riquezas coloniais e vinculadas aos saberes científicos. Para Ângela Domingues (2012, p. 141), o saber científico, após as renovações culturais ocorridas em Portugal no século XVIII, passou a ter um caráter prático: os produtos que saíam de distintos pontos do império não somente serviam à inventariação, à catalogação e à classificação das espécies, ou, ainda, ao “reconhecimento das potencialidades naturais, como deviam contribuir para o desenvolvimento econômico do reino, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio ou contribuir para a cura de doenças”.

A natureza, nesse período, tornou-se o alvo principal das metrópoles para ser investigada sistematicamente e, relacionada aos paradigmas do Iluminismo, assim como à criação de academias de ciências, jardins botânicos e outros, ela e tudo interligado, inclusive os povos nativos que viviam nos territórios além-mar, foram integrados a um processo de inventário de tudo que poderia ser útil. A ordenação do mundo por meio das lentes da “história natural” deveria organizar os reinos da natureza, enquadrando-os a partir dos padrões europeus (Carvalho Júnior, 2000).

Nesse contexto, o Diretório dos Índios assume questão fundamental. Embora tenha sido formado a partir da colônia (Coelho, 2016), o lugar reservado aos povos indígenas, no caso da exploração do mundo natural, deriva dessas formulações, pois os indígenas e os seus conhecimentos são alçados à condição *sine qua non* para a catalogação desse mundo a partir de critérios científicos/iluministas. Os povos indígenas são particularmente importantes, não só por se tornarem as “muralhas do sertão” (Farage, 1991), ou, ainda, por serem a principal força de trabalho utilizada, mas também pela sua condição de informantes, pela proximidade com a natureza e pela sua condição no gênero humano. Os conhecimentos indígenas eram parte da chave de

explicação para espécies da flora e fauna de um mundo até então pouco conhecido para os europeus, que, por sua vez, precisavam destrinchá-lo para explorá-lo.

Vejamos, nas fontes, como o Diretório dos Índios se relaciona nesse mapeamento das produções da natureza e como os indígenas participam disso, primeiramente, ao otimizar a exploração econômica da região por meio das vilas e lugares – regularizando, principalmente, o acesso à força de trabalho indígena –, tornando a obtenção das “drogas do sertão” um comércio ainda mais dependente dos índios. Para Mauro C. Coelho (2005, p. 104), não se tratava apenas de uma ocupação mais efetiva e “muito mais ligada à Coroa [...] esta ocupação deveria corresponder às expectativas de recursos, na forma de uma produção significativa de gêneros interessantes ao comércio internacional”. A coleta das drogas era apontada nos parágrafos do Diretório dos Índios como o mais útil e mais importante negócio do Estado (Diretório, 1758, parágrafo 46).

Ao lado do interesse econômico, temos o processo de apropriação das drogas nativas relacionado aos preceitos da história natural, da reforma do sistema colonial e da publicação do Diretório dos Índios. Segundo Thiago Dias e Cristina Moraes (2021, p. 29), “[...] as premissas iluministas que fundamentaram o saber científico luso-brasileiro a partir de meados do século XVIII eram entremeadas por uma compreensão científica e filosófica pragmática sobre o estudo da natureza”. Os funcionários coloniais que se aventuravam na exploração das produções naturais das colônias portuguesas possuíam, nos povos indígenas, os principais informantes sobre a flora local:

É fato reconhecido pela historiografia o ímpeto da administração da América portuguesa em inventariar, apropriar e tornar comercialmente viáveis as produções naturais investigadas a partir do trabalho de funcionários com conhecimentos em história natural. Funcionários que tinham nos indígenas os principais informantes sobre novas espécies e seus usos. Logo, o estudo da contribuição indígena referente ao conhecimento de espécies botânicas faz jus a esses sujeitos sociais que com suas culturas, experiências, saberes e práticas constituíram um conhecimento milenar e ancestral sobre o mundo natural. Conhecimento que devidamente reconhecido dá protagonismo aos indígenas na constituição do conhecimento científico ocidental (Dias; Moraes, 2021, p. 34).

A inserção dos indígenas nos processos de extração, por exemplo, do cravo-da-terra não se encerrava na coleta e no tratamento dele para a comercialização. Como já demonstrado pela historiografia, os indígenas realizaram uma compreensão específica sobre o Diretório dos Índios, apropriando-se desse instrumento legislativo. Essa apropriação envolveu suas participações na exploração das drogas do sertão, e parte delas demonstrava uma tentativa de possuir certa autonomia de maneira própria e distinta

daquela prevista na legislação (Roller, 2014). É a partir dessa compreensão que podemos entender a ação de 24 indígenas do lugar de Azevedo, região próxima do Rio Tocantins, uma das áreas mais abundantes em cravo (Queiroz, 1869; Noronha, 1862).

No dia 17 de julho de 1775, os indígenas Pedro Barreiros, Jerônimo de Barros, Francisco Fragoso, Valeriano Barros, Aleixo Fragoso, Jerônimo Evangelho, Braz Palenca[?], Balthazar Pedro, José Atanásio, Ignácio da Costa, Ignácio de Moraes, Manoel Dias, Leandro Pereira, Gonçalo Bicudo, Manoel Américo, José Miguel, Silvestre, Martinho, Antônio de Moura, Claudino, Sebastião Gomes, Manoel Lisboa, José Basílio e Francisco Paulo fizeram parte de uma expedição que resultou na extração de nove arrobas e 24 libras de cravo fino, 51 arrobas e 28 libras de cravo grosso, e, ainda, 19 arrobas e 28 libras de sumaúma parda (Relação [...], 1780), totalizando, conforme a relação feita pelo tesoureiro-geral dos índios, 188.175 réis em produtos. Contudo, desse valor abatia-se o dízimo da sumaúma, o valor pago ao cabo da canoa – 37.247 réis –, uma parte ao tesoureiro dos índios, a parte do diretor do lugar de Azevedo, e outras despesas, incluindo as ferramentas utilizadas pelos índios, restando apenas 19.258 réis.

Entretanto, após cinco anos, eles ainda não teriam recebido seus pagamentos e procuraram, por meio de instâncias administrativas, providências a respeito dos seus respectivos soldos: “[...] dizem os índios da relação inclusa do lugar de Azevedo que eles suplicantes foram trabalhar na fatura do cravo do negócio para a tesouraria” (Relação [...], 1780, p. 110) da qual o cabo de canoa era Francisco da Silva e o diretor, Manoel da Cruz.

Casos como dos índios do lugar de Azevedo evidenciam as inserções de indígenas na economia colonial no período do Diretório dos Índios, e mostram que, apesar das mudanças promovidas por essa legislação, eles tentavam e, não raro, conseguiam lidar com parte dessas transformações (Pereira, 1777). Se, por um lado, esse aspecto mostra uma parte do processo de integração desses sujeitos ao que lhes era requerido, aos seus deveres impostos pela legislação, por outro, é indicador de como agiram quando seus direitos não foram cumpridos.

No mesmo sentido é o caso dos índios da vila de Faro e Alenquer que, em 1777, elaboraram uma carta para D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira, secretário de Estado dos negócios do reino e Mercês, com o intuito de enviarem diretamente para Lisboa, no último quartel do século XVIII, salsaparrilha e óleo de copaíba por meio dos navios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (Pereira, 1777, AHU, doc.6508). O objetivo era retirar os intermediários, entre a extração e o envio dos produtos naturais, que lucravam com o trabalho realizado por eles, demonstrando, mais uma vez, que, mesmo submetidos ao que a legislação exigia, procuraram moldá-la conforme suas práticas cotidianas.

Para este texto, é importante darmos ênfase ao seguinte fator: esses produtos naturais, como o cravo extraído pelos indígenas do lugar de Azevedo, a copaíba e a

salsaparrilha dos índios das vilas de Faro e Alenquer, além de outros produtos, como mel, castanhas, arroz, chocolate, que eram enviadas para Lisboa (Chambouleyron; Arenz, 2021), passavam antes e, como a documentação deixa claro, por mãos indígenas, constituindo-se em uma rede de localização dos produtos, coleta, extração, transporte e envio da qual os índios faziam parte.

O trânsito pelas águas, a escolha dos melhores caminhos, das rotas mais viáveis e seguras, a localização onde poderia se encontrar determinado produto dependiam dos indígenas, mas não somente por serem a principal força de trabalho, e sim porque todo esse processo dependia dos conhecimentos que possuíam sobre a natureza (Santos, 2023).

Esse foi um fator importante para a segunda metade do século XVIII, porque a exploração do mundo natural, o envio de plantas, animais, minerais estavam atrelados ao processo engendrado pelo Diretório dos Índios e pela estrutura organizada por ele. Governadores, diretores, juizes ordinários, vereadores, procurador dos índios, principais, tesoureiro-geral do comércio dos índios, cabos de canoa e outras funções foram englobados em uma rede de informação que serviria para conhecer profundamente os limites do seu território, assim como as potencialidades naturais que poderiam se tornar econômicas (Domingues, 2001).

Ordens foram expedidas para governadores, que, por sua vez, repassavam aos diretores das vilas e aos tesoueiros-gerais para que enviassem indígenas em busca de determinadas plantas. Desenhos de árvores foram reproduzidos e deveriam ser mostrados aos indígenas “mais espertos que conhecessem, mas depois de competentemente instruídos [...] trouxessem os ramos floridos de todas as arvores” (Coutinho, 1797, ANRJ, p. 208-209), para que buscassem no interior do sertão plantas semelhantes. Embora a utilização indígena para a prospecção do mundo natural não seja uma novidade implementada pelo diretório, há, a partir dele, uma sistematização no uso desses conhecimentos nativos.

É preciso, de fato, evidenciar que a participação dos índios na coleta de espécimes do reino vegetal e animal foi extremamente requisitado por parte da administração colonial, tanto pelos seus conhecimentos sobre a região quanto porque estavam totalmente envolvidos pela estrutura criada pela legislação. Um documento intitulado “Relação das plantas que se devem remeter vivas da capitania do Pará para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão” (Relação [...], 1795, APEP, cód. 471, doc. 22), assinado por Domingos Vandelli, botânico, professor de Química e História Natural da Universidade de Coimbra, diretor do Real Jardim Botânico, demonstra bem o envolvimento desses atores.

Na relação, estão listadas plantas presentes no Vale Amazônico. Açaí, piaçaba, pupunha, tucumã, abacate, caju, biriba, castanha-do-maranhão, cupuaçu,

jenipapo, taperebá, copaíba, andiroba, puxuri, murici, macaxeira, mandioca, seringueira, jambo, ingá e urucu são alguns entre os mais de 90 itens da flora da região. Quando a relação das plantas chegou à Capitania do Grão-Pará, o governador Francisco de Souza Coutinho encaminhou a ordem para João Amaral Coutinho, que exercia a função de tesoureiro-geral do comércio dos índios, que deveria aplicar “toda a diligência para aprontar vivas, e com a brevidade e economia precisa, [...] à custa da Real Fazenda, todas as plantas pedidas na Relação junta” (Relação [...], 1795, APEP, cód. 471, doc. 22).

O diretório estabelece que o tesoureiro-geral tenha um cuidado especial com os gêneros que chegam do sertão:

[...] conferindo primeiro as cargas com as mesmas guias, de vender os gêneros, que receber, dando-lhes a melhor reputação, que permitir a qualidade deles, o que não poderá executar com efeito sem dar parte ao Governador do Estado. De todo o dinheiro, que liquidamente importar a venda dos sobreditos gêneros pagará o dito Tesoureiro em primeiro lugar os Dízimos à Fazenda Real; em segundo as despesas, que se fizeram naquela expedição; em terceiro a porção, que se arbitrar ao Cabo da mesma Canoa; em quarto, a sexta parte pertencente aos Diretores; distribuindo-se finalmente o remanescente em partes iguais por todos Índios interessados [...] será obrigado o Tesoureiro geral a comprar com o dinheiro, que lhes pertencer na presença dos mesmos Índios aquelas fazendas de que eles necessitarem: Executando-se nesta parte inviolavelmente aquelas ordens com que tenho regulado nesta Cidade o pagamento dos ditos Índios, em benefício comum deles. Deste modo acabando de compreender com evidência estes miseráveis Índios a fidelidade com que cuidamos nos seus interesses, e as utilidades, que correspondem ao seu tráfico, se reporão naquela boa fé de que depende a subsistência, e aumento do Comércio (Diretório, 1758, parágrafos 56-58).

João Amaral Coutinho, portanto, era o responsável por fiscalizar as cargas que chegavam das expedições ao sertão, e deveria verificar a produção das povoações dos índios, o pagamento dos dízimos à Real Fazenda e os pagamentos devidos aos envolvidos nas expedições (Coutinho, J., AHU, cx.102, doc. 8053). Coutinho estava em contato com diretores, cabos de canoa, índios e utilizou dessa rede para agrupar os vegetais solicitados por Vandelli, o que envolvia os povos indígenas na busca por eles, fazendo “todas as recomendações possíveis, assim aos Diretores como aos Cabos das Canoas, que sobem ao comércio do sertão, para que tragam de animais, de minerais e vegetais tudo quanto acharem” (Coutinho, F., ANRJ, 1793, cód. 99, v. 14, p. 283).

Não foram somente os produtos naturais com elevado valor comercial que interessavam a Portugal. Nos anos finais do século XVIII, ainda na vigência do Dire-

tório dos Índios, em junho de 1797, Francisco de Souza Coutinho tratava com seu irmão, o ministro Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a quina, um fármaco já bastante conhecido dos europeus, mas que os portugueses almejavam com afinco encontrar abundantemente dentro do seu território. O governador tratava sobre a dificuldade de se encontrar o vegetal e, aproveitando a estrutura administrativa das povoações dos índios, tinha solicitado que se mandasse

[...] tirar mais copias do desenho da dita árvore, para remetê-los àqueles comandantes e diretores existentes nos distritos mais imediatos aos montes que se conhecem nesta capitania, ordenando-lhes os entregassem aqueles índios mais espertos, que conhecessem, mas depois de competentemente instruídos do que se pretende, e, que, por evitar dúvidas, trouxesse os ramos floridos de todas as árvores que vissem, notavelmente das que tivessem casca de gosto amargoso semelhante ao da quina. Nesta capitania, as serras que se consideram altas, são as de Almeirim, que os índios chamam Parú, na margem setentrional do Amazonas, depois destas não tenho notícia, se não das cachoeiras de vários rios, que provavelmente são continuções de outras serras do interior, que se não conhecem, mas essas cachoeiras ficam assaz distantes das povoações e raras vezes são frequentadas, menos uma vez ou outra quando os índios, que vão ao Negócio do Sertão, não acham gêneros bastantes mais imediatos. Ao governador do Rio Negro expedi igual recomendação, e talvez que nas serras do Japurá nas do Alto Rio Negro e Branco, ou ainda nas serras contíguas às Cachoeiras do Madeira se possa descobrir, se é que esta arvore procura as mais altas, ainda que com efeito não sabemos se excedem estas em altura as do interior, que medeiam entre esta capitania, e a de Goiazes, Cuiabá, e Mato-Grosso. Finalmente para que a não resultar o feliz êxito que espero das diligências, que tenho determinado, não deixe de continuar-se nelas com igual eficácia, dispus que todos os cabos de canoa, que anualmente sobem ao negócio do sertão, levem as mais positivas recomendações para então as repetirem até que se possa conseguir (Coutinho, F., ANRJ., 1797, cód. 99, v. 17, p. 208-209).

Dois anos mais tarde, em outra documentação, ficamos sabendo que os munduruku tinham encontrado e entregue uma porção de casca que seria a quina (Coutinho, F., ANRJ, 1799, cód. 99, v. 20, p. 147-148). Na tentativa de encontrá-la ou uma de suas variedades em suas colônias, o Império Português também tratou de operar, sistematicamente, seu aparato administrativo, que envolvia os povos indígenas. Além dos estudos e documentos publicados sobre o vegetal, como a “Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil” (Velloso, 1799), ordens como a presente no documento citado foram comuns. Além da quina, outros potenciais itens medicinais da flora amazônica surgiam a partir da participa-

ção indígena, como a descoberta de uma planta que curava hidropisia que foi atribuída aos indígenas karajá e que causou grande impressão na capitania:

[...] foi a de uma árvore muito vulgar nestes matos, e, cuja casca, madeira e folhas, preparadas por diversos modos produziram melhoras prontas a pessoas acometidas de Hidropisia. Deve-se esta descoberta aos gentios Carajás, que tem estado há meses nesta cidade e, ao acaso de irem procurar um alferes, dos que ultimamente vieram do Reino despachados, que estando mortalmente acometidos da dita moléstia, e desenganado da insuficiência da arte, em poucos dias melhorou pelos remédios dos referidos gentios, que depois passaram a ser procurados e consultados para toda a qualidade de moléstias (Coutinho, F., ANRJ, 1799, cód. 99, v. 20, p. 147-148).

O governador Francisco Coutinho continua informando que o cirurgião-mor do regimento de Macapá foi testemunha do maravilhoso efeito do remédio, e que utilizaram a planta em outras pessoas com a mesma doença, chamada “vulgarmente [...] de barriga d’água. Eu lhe encarreguei que escrevesse a história desta descoberta” (Coutinho, F., ANRJ, 1799, cód. 99, v. 20, p. 148).

Por fim, um caso bastante interessante, que mostra a estrutura organizacional gerida pelo Diretório dos Índios e que serviu para a exploração da flora amazônica, envolve uma erva nativa da região, a aiapana (Figura 1). O caso é fascinante, pois é possível acompanharmos toda a trajetória que a planta realiza, desde quando sai do interior do sertão, das mãos de uma indígena, até ser noticiada em revistas científicas europeias (Sanjad; Pataca; Santos, 2021).

A AIAPANA E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

A primeira notícia que temos da planta chamada aiapana é durante a viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira. O cabo de canoa, Álvaro Sanches de Brito, estava em uma expedição, na coleta das drogas do sertão, quando soube de uma índia que conhecia uma planta “cujo suco bebido curava o veneno das cobras” (Ferreira, AHU, cx. 95, doc. 7559).

Figura 1 – [*Eupatorium Ayapana*, Vent.]

Fonte: José Joaquim Freire. [*Eupatorium Ayapana*, Vent.]. [17--]. 1 desenho, aquarela, col; imagem 31,5 x 18,0cm em f.34,5 x 23,5cm.

De acordo com o que escreve Alexandre R. Ferreira, ao saber dos potenciais poderes curativos da planta, o cabo de canoa “resolveu-se a pedi-la, ao que respondeu a índia que o não podia fazer, porque a matariam os seus parentes logo que soubessem que ela a tinha dado ou ensinado qual era” (Ferreira, AHU, cx. 95, doc. 7559). Estando reticente em compartilhar aqueles segredos medicinais, a índia propõe uma negociação: entregaria a planta desde que o cabo de canoa a levasse embora junto com ele, o que aconteceu, pois, ao retornar do sertão, Álvaro Brito procura o ouvidor-geral Matias José Ribeiro e lhe entrega um exemplar do vegetal.

Matias José Ribeiro, por sua vez, na condição de ouvidor-geral, exercia uma das funções mais importantes na administração colonial, sendo o principal responsável pela aplicação do ordenamento jurídico na colônia, tornando-se, também, em 1782, intendente-geral do comércio, agricultura, manufaturas. Isso quer dizer que ele estava profundamente inserido na administração, na fiscalização e na aplicação da justiça colonial.

Fruto do acúmulo das funções que exerceu, Ribeiro realizava o gerenciamento de questões relacionadas à administração fazendária, à fiscalização dos bens e direitos reais, às devassas nas vilas e ao mapeamento acerca das condições das povoações do Diretório dos Índios (Vale, 2015). Durante todo o seu serviço, possuiu como uma

de suas responsabilidades fiscalizar os produtos naturais, os diversos gêneros que chegavam na alfândega em Belém e se despachavam para Lisboa (Ribeiro, ANTT, 1784, microfilme 120; Ribeiro, AHU, cx. 70, doc. 5999).

Estando incumbido de diversas atividades vinculadas ao cotidiano das povoações do Diretório dos Índios, era comum a realização de visitas pessoais às vilas e aos lugares para averiguação de determinados assuntos, além de conhecer bastante a organização do negócio do sertão e como funcionava a estrutura que havia entre a coleta realizada pelos indígenas no interior das matas, a recepção pelo cabo de canoa na margem dos rios e, por fim, a chegada e a divisão dos gêneros nas povoações sob olhar do diretor dos índios.

Em Belém, Matias Ribeiro distribuiu alguns exemplares da aiapana e enviou para Lisboa “um caixote cheio de terra em que ela ia disposta” (Ferreira, AHU, CX,95, doc. 7559). Diversos testes foram realizados com a planta para verificar se os efeitos miraculosos que a anônima indígena tinha relatado eram reais. O físico-mor e médico Bento Vieira Gomes é apontado na documentação como o primeiro a testá-la. As experiências com a aiapana envolveram dar arsênio a um cachorro, que, logo depois, bebeu o chá da erva e percebeu-se que o efeito pernicioso do ácido foi suprimido e o animal se recuperou. Também foi distribuída para alguns escravos como remédio para cólica. Sendo que, segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, “o maior progresso é o que ela faz entre os índios gentios, a quem serve de infalível remédio às picadas das flechas venenosas, como o veneno – erva dura – que recebem dos seus contrários na guerra, usam dela seca nestas ocasiões mastigam e engolem” (Ferreira, AHU, CX,95, doc. 7559).

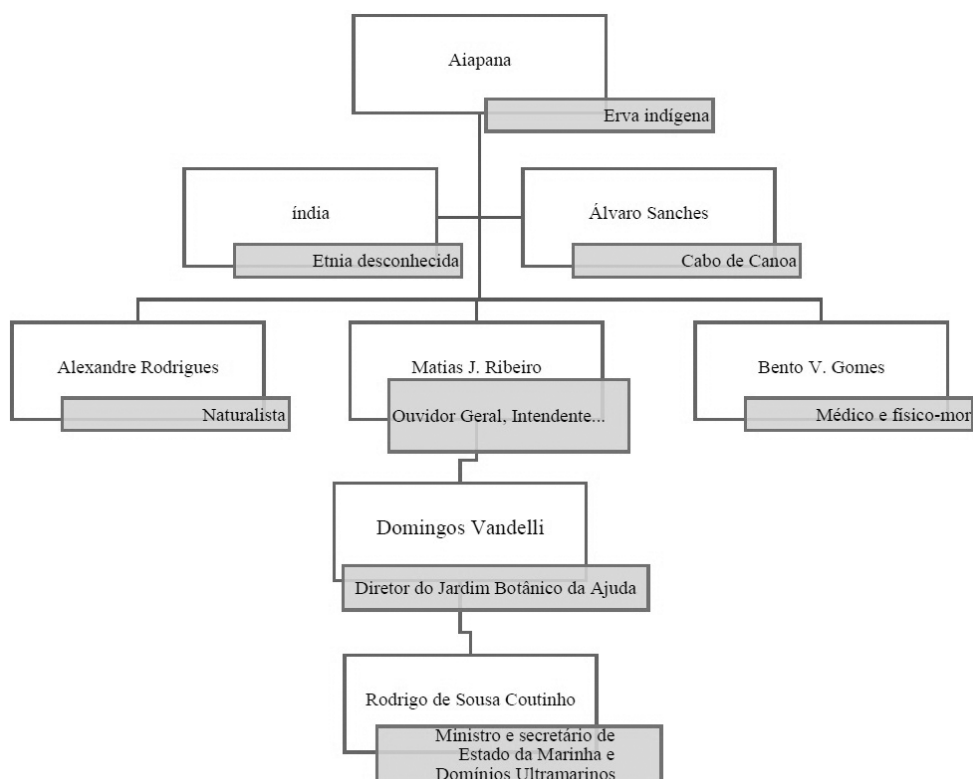
Praticamente dez anos mais tarde, depois dos testes feitos na Capitania do Grão-Pará, a aiapana surge novamente na documentação. Ela aparece na já citada lista assinada por Domenico Vandelli (Relação [...], 1795, APEP, código 471, doc. 22), na qual se pediam três exemplares, e em outra documentação trocada entre Francisco Coutinho e Rodrigo Coutinho. Em outra fonte, um tanto irritado, o ministro informa a Vandelli que os franceses tinham publicado sobre a aiapana e que, pelo fato de Alexandre Ferreira tê-la descoberto bem antes, na década de 1780, deveria “gravar, e publicar com a descrição que deram os franceses, e com a nota que mostra que o Doutor Alexandre Rodriguez Ferreira a tinha mandado do Pará” (Brigola, 2019, p. 205).

A partir disso, é possível acompanhar que relatos sobre a planta nativa do Vale Amazônico começam a circular internacionalmente, no início do século XIX, em diversos periódicos europeus. No início de sua fama, a aiapana surge como uma panaceia universal, uma planta que curaria todos os males (Sanjad; Pataca; Santos, 2021).

Foge dos meus objetivos tratar sobre a circulação internacional da planta, para este capítulo. Ressalto que o rastro deixado pela aiapana e que envolveu distintos sujeitos, como a anônima índia, o cabo de canoa Alvares Brito, o ouvidor-geral Matias José Ribeiro, o físico-mor Bento Vieira Gomes, o naturalista Alexandre Ferreira Rodri-

gues, o governador do Estado, até chegar ao secretário do ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, entrelaçando, também, o próprio Domingos Vandelli, fez parte de uma conjuntura engendrada pelo Diretório dos Índios, principalmente se tomarmos o caminho que ela fez na Capitania do Grão Pará, saindo do interior do sertão até Belém. O organograma a seguir (Figura 2) dá conta de mostrar parte dessa trajetória:

Figura 2 – Parte do percurso da aiapana na Capitania do Pará até Lisboa



Fonte: elaborada pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações sobre história natural nas colônias portuguesas dependeram do conhecimento de informantes locais para identificação, coleta, preparação, transporte, descrição e preparo de espécies da região. Considero que as mudanças realizadas pelo Diretório dos Índios, assim como toda a estrutura organizacional gerida pela legislação, auxiliaram nessa exploração da flora amazônica e tiveram, nos povos indígenas, outro papel fundamental, que pode ser somado às análises historiográficas que destacam diversas questões entre o cotidiano de aplicação da lei e os povos indígenas do Vale Amazônico. Embora sejam a principal mão de obra, são esses

indígenas, por serem exímios conhecedores da fauna e flora local, que, em grande parte, fazem circular as espécies de plantas requeridas por Portugal.

O Diretório dos Índios impulsiona essa participação na medida em que procura estabelecer administrativa, jurídica e politicamente as relações entre povos indígenas e sociedade colonial, e tenta regularizar o acesso a essa mão de obra. A exploração do trabalho indígena, vinculado ao processo de civilização, tal como o Diretório dos Índios previa, deu forma ao modo como se deu a exploração da fauna e flora amazônicas.

Portanto, os povos indígenas e os seus conhecimentos foram essenciais para a administração portuguesa na segunda metade do século XVIII e para o acesso aos produtos naturais da região, sejam os mais conhecidos, e de maior potencial econômico, como o cravo amazônico, até aqueles nos quais tentaram experimentar seus préstimos e estimular o cultivo, como a aiapana.

FONTES

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758, parágrafo 46.

COUTINHO, Francisco de Souza. *Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte*. Pará, 14 de fevereiro de 1793, código 99, volume 14, p. 283.

COUTINHO, Francisco de Souza. *Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte*. Pará, 12 de junho de 1797, código 99, volume 17, p. 208-209.

COUTINHO, Francisco de Souza. *Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte*. Pará, 19 de abril de 1799, código 99, volume 20, p. 147-148.

COUTINHO, João Amaral. [Requerimento para a Rainha D. Maria I, em 28 de abril de 1792] – Projeto Resgate – AHU, Pará (avulsos), caixa 8053, documento 102.

PEREIRA, João de Amorim. [Ofício para o D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, em 31 de dezembro de 1777] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6508.

QUEIROZ, João de São Joseph. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escripita pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1869. t. 9

VELOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil*. Lisboa: Na officina de João Procopio, 1799.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província*. Pará: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862.

MENESES, José Nápoles Telo de. [Cara para a rainha D. Maria I, em 30/04/1785] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 94, documento 7502.

RIBEIRO, Matias José. [Carta do juiz da alfandega da capitania do Pará para o Rei D. José I, em 10 de janeiro de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 69, documento 5459.

RIBEIRO, Matias José. [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 10 de abril de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 70, documento 5999.

RIBEIRO, Matias José. [Ofício para o governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque, em 29 de maio de 1785]. Arquivo Nacional Torre do Tombo, microfilme 120.

RELAÇÃO das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. APEP, códice 471, documento 22.

RELAÇÃO dos índios que foram à fatura do cravo. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 26 de setembro de 1780. Códice 99, volume 5.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regino Celestino de. Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 281-289, 2021.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII: museu, viagem e história natural -expedições científicas ao Brasil e a África*. Lisboa: Novas edições acadêmicas, 2019.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro, 1763-1808*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: CRV, 2017.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 53, n. 2, p. 221-244, 2021

COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

COELHO, Mauro C.; SANTOS, Rafael R. N. dos. “Monstruoso systema (...) intrusa e abusiva jurisdição”: o Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 100-130, 2013.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, João Paulo Peixoto. A saga dos índios da Ibiapaba e outras ações indígenas diante da lei do Diretório no Ceará oitocentista. *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 2, p. 383-403, 2020.

DIAS, Thiago Cancelier; MORAES, Cristina de Cássia. Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 15-37, 2021.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 823-38, 2001.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: Centro de História Além-Mar: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade dos Açores, 2012.

ESTEVAM, Diego. A quina (Cinchona) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. *Cantareira*, Niterói, n. 35, p. 11-34, 2021.

FALCON, Francisco J. C. Antigos e novos estudos sobre a “Época pombalina”. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (org.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 7-24.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (org.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra: ANPOCS, 1991.

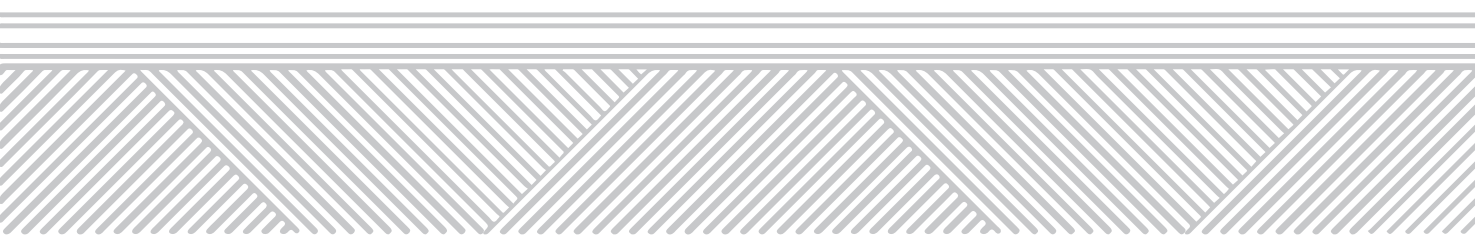
- GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 2009.
- MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.
- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Povos indígenas e novas experiências urbanas na América portuguesa: reformismo pombalino, participação política e pesquisa em rede colaborativa. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 235- 268, 2023.
- POMPEU, André José S. As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão amazônico (1683-1706). *Em favor de igualdade racial*, Rio Branco, v. 4, n. 3, p. 22-35, 2021.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RIBEIRO, Márcia M. Ciência e Império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (org.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 499-524.
- ROCHA, Rafael Ale. *Oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: CRV, 2022.
- ROLLER, Heather F. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil*. California: Stanford University Press, 2014.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2012.
- SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Knowledge and Circulation of Plants: unveiling the participation of Amazonian Indigenous peoples in the construction of eighteenth and nineteenth century botany” *HoST- Journal of History of Science and Technology*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 11-38, 2021.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. Rupturas e permanências nas povoações indígenas da Bahia: o Diretório pombalino (1758-1798). *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 374-387, 2021.
- SANTOS, Rafael Rogério N. *“Diz o índio”: políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798)*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.
- SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. *“Melhores mestres...”: saberes indígenas e ciência colonial no vale amazônico (século XVIII)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SILVA, Ana Rosa Clocet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (org.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 413-452.

SILVA, Marcel R. da. *A colonização do Morubixaba: a construção do Principalato indígena na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: ed. UFPA, 2012.

VALE, Sthepanie L. do. *Adequar e não inovar: Implementação da justiça na Capitania de São José do Rio Negro*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

VILLALTA, Luís C.; MORAIS, Christianni C. de; MARTINS, João P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). *In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (org.). A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 453-498.



CAPÍTULO 4

A POLÍTICA LINGUÍSTICA PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

GABRIEL DE CASSIO PINHEIRO PRUDENTE

INTRODUÇÃO

No Brasil do período colonial, um dos desafios enfrentados por missionários, funcionários régios e moradores era a comunicação com os grupos indígenas em razão da diversidade linguística existente. A partir de meados do século XVI, os missionários, principalmente os jesuítas, iniciaram a sistematização escrita do tupi falado por numerosos grupos indígenas no litoral atlântico da América do Sul. Até a expulsão dos membros da ordem no século XVIII, diversas gerações de jesuítas que atuaram no Brasil foram responsáveis pela produção de instrumentos linguísticos em tupi, como dicionários, gramáticas e catecismos, de modo a traduzir e a ensinar os conceitos cristãos aos catecúmenos indígenas (Monteiro, 2001).

O tupi sistematizado a partir do modelo gramatical latino foi denominado “língua geral”, passando a ser o idioma de comunicação entre missionários e indígenas nos aldeamentos, especialmente naqueles administrados pelos jesuítas. Fazia parte do *modus operandi* dos inacianos que missionavam fora da Europa para apreender as línguas locais, criar instrumentos linguísticos, de modo a facilitar o aprendizado, e, nesse processo, produziam equivalências entre os conceitos da doutrina cristã com palavras das línguas dos povos que evangelizavam (Vainfas, 2014, p. 370-375). Também, eventualmente, criavam neologismos como estratégia de tradução linguística e cultural (Agnolin, 2007).

Na América Portuguesa, a língua geral sistematizada se tornou o principal idioma utilizado nas relações cotidianas entre missionários, indígenas aldeados e moradores. Tanto no Estado do Brasil quanto no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a difusão da língua geral foi notada pelas autoridades régias. No caso da Amazônia Portuguesa, embora a Coroa, por meio de cartas régias, frequentemente ordenasse o ensino da língua portuguesa aos indígenas aldeados, por parte dos colonos e dos missionários, ela também se mostrou permissiva ao uso da língua geral no trabalho catequético até meados do século XVIII. A política linguística jesuítica que privilegiava o uso da língua geral na evangelização dos indígenas também foi seguida por outras ordens religiosas que atuavam no norte da América Lusa.

A partir da gestão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado à frente do Grão-Pará e Maranhão, iniciada em 1751, percebe-se um recrudescimento da defesa do ensino da língua portuguesa aos indígenas como uma das formas de integrá-los como súditos do Império Português. Por meio das diversas cartas enviadas por Mendonça Furtado ao seu irmão, o ministro plenipotenciário Sebastião José de Carvalho e Melo, nota-se um aberto combate contra a continuidade do uso da língua geral no governo dos índios. Essa postura chocava com a política linguística missionária, sendo um dos inúmeros pontos de atrito entre o governador e os inácianos.

Antes mesmo da promulgação do Diretório dos Índios, o governador Mendonça Furtado amiúde admoestava os missionários a abandonarem o uso da língua geral e ensinarem a portuguesa, porém, sem sucesso. Já estava sendo gestada uma postura proibitiva sobre a língua geral e de promoção da portuguesa. A postura de Mendonça Furtado relaciona-se com a redação do sexto parágrafo do Diretório dos Índios, que versa sobre o ensino da língua portuguesa aos indígenas pelos diretores das vilas amazônicas instituídas no lugar dos antigos aldeamentos missionários.

Sendo assim, o presente capítulo tem como objetivo analisar a política linguística do governo português para a Amazônia a partir da legislação metropolitana. Primeiramente, será analisada a postura do Estado português em relação à questão linguística na Amazônia entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, antes da promulgação do Diretório dos Índios (1757). Em seguida, serão discutidas as diretrizes da administração colonial em relação ao uso da língua geral e ao ensino da língua portuguesa a partir da gestão do Marquês de Pombal e de seu irmão governador, Mendonça Furtado, que culminou na redação do referido sexto parágrafo da lei do diretório. Ao analisar esses dois momentos da legislação linguística portuguesa, procurarei demonstrar as mudanças e as continuidades na postura dos agentes metropolitanos em relação ao uso da língua geral e ao ensino do português. Nesse sentido, este texto também é parte das reflexões feitas sobre a política linguística na Amazônia colonial, desenvolvidas em minha dissertação de mestrado (Prudente, 2017).

A LEGISLAÇÃO LINGUÍSTICA PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA ANTES DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

O uso da língua geral foi bastante difundido no Estado do Grão-Pará e Maranhão, especialmente no interior da rede de aldeamentos administrados pelos padres da Companhia de Jesus. Os colonos também se valiam da língua geral para se comunicarem cotidianamente com os indígenas que utilizavam como mão de obra (Freire, 2011). Porém, somente a partir do final do século XVII, o governo português passou a esporadicamente formular diretrizes normativas em relação à situação linguística de sua colônia no norte da América do Sul.

A análise da legislação linguística produzida até a primeira metade do século XVIII permite entender como a Coroa Portuguesa se posicionou diante da ampla difusão da língua geral antes da promulgação do Diretório dos Índios. A questão linguística estava diretamente ligada ao governo dos índios e à necessidade de transformá-los em súditos reais não apenas pelo trabalho, como também pelo aprendizado da língua portuguesa.

Percebe-se, na documentação legislativa antes do diretório, que a política metropolitana para a Amazônia destacava, com veemência, a necessidade de promoção do uso da língua portuguesa junto aos indígenas aldeados, como parte da “civilidade” e integração destes ao sistema colonial. A partir da regência de Pedro II, o governo português passou a orientar, por meio de peças legislativas, que era de responsabilidade de missionários e colonos o ensino do português aos índios amazônicos. Havia uma preocupação da metrópole sobre o largamente difundido uso da língua geral na Amazônia em detrimento da língua régia. Contudo, até a década de 1750, o uso da língua geral não fora explicitamente proibido pelo governo português.

A historiografia brasileira já indicou que uma aparente oscilação na legislação indigenista ao sabor das disputas e mudanças políticas e econômicas do reino foi uma característica do período colonial luso, embora seus princípios se mantivessem (Perrone-Moisés, 1992). A evangelização dos povos indígenas – responsabilidade dos missionários, mas também dos colonos – era parte do processo de sua “civilidade”, um dos princípios fundamentais frequentemente evocado na legislação portuguesa para a Amazônia ao longo do período colonial (Dias, 2009). Um dos pontos de disputa entre os agentes coloniais era qual língua utilizar no trato com os indígenas aldeados, que também eram utilizados como mão de obra.

Nesta seção, tratarei sobre legislação portuguesa que versa acerca da situação linguística do Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1750. A discussão é relevante, pois o Diretório dos Índios, publicado em 1757, representou uma radicalização da política linguística para a Amazônia no que tange ao uso da língua geral e ao ensino da língua portuguesa.

Em princípio, aos missionários, especialmente os da Companhia de Jesus, foi permitido e recomendado o aprendizado das línguas indígenas pela Coroa Portuguesa, como uma forma de reduzir mais indígenas para os aldeamentos. Isso fica claro na provisão de 1º de abril de 1680, do então príncipe regente Pedro II, sobre a repartição dos índios do Maranhão, na qual ele concede aos jesuítas a permissão de evangelizar por aquelas partes, chegando a fornecer ajuda financeira para subsidiar um noviciado em São Luís, para que os jovens pudessem se formar e, entre outras coisas, aprender as línguas locais:

E por que para estas missões e residências no sertão é necessário maior número de missionários e é certo que serão mais idôneos e capazes deste ministério os sujeitos que se criarem naquele clima, e em idade que lhes seja mais fácil aprender as línguas, terão os ditos religiosos na cidade de São Luís do Maranhão o noviciado que lá tem principiado com os estudos necessários para se criarem nele sujeitos capazes das missões, e terão nele sempre vinte sujeitos além dos que até agora tem naquele colégio os quais serão destinados e se empregarão somente nas missões do dito estado, e sendo por seus superiores mandados para outras partes irão outros em seu lugar e para sustentação deles lhes tenho mandado consignar a côngrua conveniente na forma e com as condições que se declaram na ordem que para esse efeito lhe mandei passar (Provisão [...], 1948, p. 54).

No trecho, o príncipe regente reconhece a necessidade de que os missionários que atuavam no Maranhão aprendessem as línguas dos indígenas, sendo fundamental formar um corpo de especialistas no noviciado de São Luís. Mesmo antes da provisão régia, os jesuítas já se preocupavam em formar os chamados “línguas”, isto é, missionários proficientes nas línguas indígenas, em especial na língua geral, ao mesmo tempo que sistematizavam esse idioma em gramáticas (Barros, 1995, p. 3-14).

A postura metropolitana mudou alguns anos depois, quando D. Pedro já havia assumido o trono após a morte de seu irmão, D. Afonso VI. Por meio de um alvará régio de 1688, o novo rei ordenou a promoção da civilidade dos índios do Brasil por meio da conversão ao catolicismo, do ensino de ofícios mecânicos, da proibição de sua escravização e cativeiro – garantindo, assim, liberdade dos índios –, como também por meio do incentivo a alianças matrimoniais entre colonos e indígenas, em vista da conservação e do aumento dos domínios lusos no Novo Mundo. Como parte desse plano civilizador, o rei ordenou que

[...] os missionários ou pessoas a que estiver encarregado o cuidado dos índios tenham escola em que se ensine a todos a língua portuguesa abalizando-se o pernicioso abuso de aplicarem estes só ao conhecimento da língua geral do Brasil e de os afastarem do que devem ter da língua própria da nação dominante e do seu príncipe e senhor natural (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 7, D. 795).

Esse documento do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Maranhão é um dos primeiros que orienta enfaticamente o ensino da língua portuguesa aos indígenas. A questão linguística está diretamente ligada ao trabalho de catequização e de civilidade dos indígenas na América Portuguesa. Como antes dito, o ensino de português para os índios fazia parte do processo de formação de novos vassalos do rei de Portugal. Estes deveriam ser cristãos, falantes da língua régia, o português, e contribuir para o aumento da Real Fazenda por meio de trabalhos compulsórios. Nesse sentido, a língua portuguesa deveria servir de meio de integração das populações indígenas ao império luso. O Alvará de 1688 antecipa, como veremos mais adiante, algumas das ideias acerca da civilidade dos índios e do ensino da língua portuguesa presentes no Diretório dos Índios (1757), no período do governo do ministro régio Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

A responsabilidade pelo ensino do português seria tanto dos missionários das ordens religiosas que atuavam na Amazônia quanto dos colonos e demais moradores que usassem o trabalho dos indígenas. Para o cumprimento da lei, cabia aos missionários e aos moradores criarem escolas para que os indígenas aprendessem a língua portuguesa. Na época da promulgação desse alvará, já estava em vigor o Regimento das Missões de 1686, que, entre outras medidas, determinava a repartição dos trabalhadores indígenas. Essa partilha se daria em duas partes: uma destinada às próprias missões, e outra para o serviço dos moradores e da Coroa (Mattos, 2012). Os índios aldeados repartidos – muitos dos quais eram “tapuias”, isto é, não tupis – deveriam ser evangelizados, aprender a exercer um ofício e a trabalhar na lavoura, sendo instruídos, preferencialmente, em língua portuguesa. Contudo, o padre jesuíta João Felipe Bettendorff, que exerceu influência na redação do Regimento das Missões quando esteve como representante dos missionários do Maranhão em Portugal, entre 1684 e 1688, produziu uma segunda edição impressa do catecismo em língua geral do padre Luís Figueira e um catecismo bilíngue de sua autoria a serem utilizados pelos missionários atuantes na Amazônia Portuguesa (Arenz, 2022). Isso demonstra que os jesuítas mantinham seu *modus operandi* de utilizar preferencialmente a língua indígena local na evangelização, a despeito da legislação.

No entanto, entre o final do século XVII e o início do século seguinte, houve um hiato na legislação colonial em relação à questão linguística para o Grão-Pará e Maranhão. O tema volta à tona a partir do início da década de 1720, quando a Coroa Portuguesa adotou uma postura de maior tolerância e até de incentivo ao aprendizado da língua geral pelos missionários, mas ordenou, também, de forma incisiva, o ensino da língua portuguesa aos índios. Uma ordem régia do rei D. João V, de 2 de dezembro de 1722, e destinada ao governador João da Maia da Gama, instituiu que os missionários das ordens religiosas presentes no Maranhão fossem proficientes na

“língua dos Índios” para cristianizá-los, mas também que lhes ensinassem a portuguesa:

[...] seria muito conveniente ao serviço de Deus e meu que não só as instruem na religião católica na sua mesma língua, mas que os ensinem a falar português; me pareceu dizer-vos, que aos provinciais, e Comissário Geral de Nossa Senhora das Mercês, ao Provincial dos Religiosos de N. Senhora do Monte do Carmo desse estado, e ao Provincial dos Capuchos de Santo Antônio do Curral desta cidade de Lisboa, que os missionários que houverem de por nas aldeas, que lhe estão entregues sejam muito práticos na língua dos índios, que houverem missionarem como o fazem os padres da Companhia; por que não sendo cientes na dita língua todo o trabalho que tiverem em que as doutrinarem, será inútil, e sem fruto, e que depois de estarem capacitados na verdadeira fé, lhes ordenem ponham todo o cuidado em que os ditos índios saibam a língua portuguesa, por que assim mais facilmente recebam com mais conhecimento a nossa religião [...] (ABN, v. 67, 1948, p. 189-190).

Outra ordem, dada no mesmo dia, diretamente ao comissário-geral dos Capuchos de Nossa Senhora da Conceição do Maranhão, reitera e estende a estes as mesmas orientações repassadas às demais ordens (Provisão [...], 1948). No texto, exorta-se que os ditos missionários sigam o exemplo dos jesuítas em relação ao ensino da doutrina aos indígenas em língua geral.

Embora o rei autorizasse, de um lado, o uso da língua dos índios, sobretudo da geral, por outro, exigia o gradual ensino da língua portuguesa aos indígenas. O aprendizado da língua dos índios seria um meio importante em um momento inicial da evangelização e do trato com os nativos. Por isso, o rei insistiu na necessidade de os missionários se tornarem proficientes na língua indígena. Porém, tão logo possível, o português deveria ser imposto como idioma de catequese e comunicação com os índios aldeados. Havia a ideia de que a língua portuguesa transmitiria com maior eficácia a doutrina cristã. Nesse contexto, o uso da língua geral era tolerado pelo rei como um expediente necessário no processo de inserção dos indígenas recém-reduzidos aos aldeamentos. Dessa forma, na prática, a ordem régia de 1722 poderia estimular, no interior dos aldeamentos, a formação de uma situação de bilinguismo, quando os índios aldeados falantes da língua geral, e catequizados por meio desta, aprenderiam, também, a língua portuguesa.

Não obstante, a referida ordem não foi obedecida com rigor pelos missionários, e sua aplicação foi tampouco fiscalizada adequadamente pelo governador, pois, cinco anos depois, o rei D. João V enviou duas novas ordens para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, uma ao governador João da Maia da Gama e outra ao padre superior da missão do Maranhão, nas quais enfatizava o ensino da língua portuguesa aos índios. O tom das duas missivas é bastante enérgico, sobretudo o da primeira ordem,

datada de 12 de fevereiro de 1727, ao superior da Companhia de Jesus na região, como podemos ver:

[...] se tem noticia que assim os índios que se acham aldeados nas aldeias que são da administração da vossa religião [ordem], como os que nascem nelas, e outro sim dos que novamente são decididos dos sertões se mandam para viver nas ditas aldeias não só não são bem instruídos na língua portuguesa, mas que nenhum cuidado se põem em que eles a aprendam, de que não pode deixar de resultar um grande desserviço de Deus e meu pois se eles se puserem práticos nela mais facilmente poderão receber os mistérios da fé católica, e ter maior conhecimento da luz da verdade, e com esta inteligência melhor executar em tudo o que pertencer ao meu real serviço e terem maior afeição aos mesmos portugueses recebendo-se por este meio aquelas utilidades que se podem esperar dos ditos índios seguindo-se ainda maiores se os enclinarem a reduzirem a trabalharem nos ofícios mecânicos, pois a muito menos preço terão as obras os moradores do dito estado com que nesta consideração (ABN, v. 67, 1948, p. 214).

Como se vê, o rei mostra-se descontente com a falta de observância de sua ordem anterior de 1722, que permitia o uso da língua dos índios pelos missionários, mas que determinava o ensino da língua portuguesa àqueles índios já doutrinados na continuação de sua formação cristã. Novamente, é evocado o argumento de que, pelo idioma português, os índios apreenderiam melhor as matérias da fé católica. Entretanto, dessa vez, essa alegação vem acompanhada da ideia de que a aquisição do idioma luso facilitaria as relações entre indígenas e moradores, na medida em que os índios poderiam aprender melhor os ofícios mecânicos. Nesse sentido, o rei ordena que os indígenas sob a tutela dos missionários “se façam práticos na língua portuguesa” (ABN, v. 67, 1948, p. 214).

Exatamente sete meses após ordenar ao superior da missão o ensino da língua portuguesa aos índios, o rei enviou uma segunda ordem régia, em 12 de setembro de 1727, dessa vez destinada ao governador do Maranhão, João da Maia da Gama. Essa nova ordem também é enfática, mas adota um tom menos duro do que aquela destinada ao superior da missão da companhia, apresentando algumas diferenças, embora o princípio seja o mesmo. Enquanto o texto da carta ao superior inaciano se refere apenas aos missionários da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, o documento enviado ao governador é mais abrangente, reforçando a obrigação do ensino do português a todos os missionários das ordens religiosas:

Faço saber a vós Governador e Capitão General do Estado do Maranhão que eu fui servido encarregar aos prelados das religiões que há nesse estado, ponham o maior cuidado em que os índios que são da administração das suas religiões sejam bem instruídos na língua portuguesa, pelo grande

benefício que disso pode resultar ao serviço de Deus e meu, e da mesma maneira os inclinem e reduzam a trabalharem nos ofícios mecânicos, recebendo do seu trabalho esses moradores grandes conveniências [...] os moradores desse estado tenham a mesma obrigação de lhes ensinarem a língua portuguesa, como outrossim em fazerem que aprendam os ofícios mecânicos, e vos recomendo a infalível observância desta minha real ordem (ABAPP, t. 2, 1902, p. 190-191).

Partindo do pressuposto de que o aprendizado do português pelos índios também beneficiaria os moradores, o rei estende sua ordem de ensino do português aos colonos que receberiam índios repartidos para o trabalho. Tanto missionários quanto moradores também deveriam introduzir os índios à prática dos ofícios mecânicos. Destarte, a língua portuguesa teria uma dupla função: de melhor evangelizar os índios aldeados e de facilitar o aprendizado de ofícios para o serviço dos missionários, dos moradores e do Estado, integrando, dessa forma, o índio à sociedade colonial.

Um ano após o rei enviar a ordem régia de 12 de setembro de 1727, sobre o ensino do português nas aldeias, o governador Alexandre de Sousa Freire – que, em 1728, assumiu o governo do Estado do Maranhão, sucedendo a João da Maia da Gama – escreveu uma carta em que acusa o recebimento da ordem e garante a sua divulgação e observância:

Logo que recebi esta ordem de Vossa Majestade, não só a intimei ao Reverendo Padre Superior das Missões da Companhia para que a mandasse distribuir por todos os seus missionários, mas também o mandei incluir nos editais que produziu a resolução da Junta sobre o descimento dos índios que Vossa Majestade concedeu aos moradores e aldeias por real resolução sua com a data de treze de abril deste presente ano, e da boa ou má observância que todos derem a esta mesma ordem darei conta a Vossa Majestade (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 972).

Pela carta do governador, temos a confirmação de que tanto o superior da missão quanto os deputados da Junta das Missões estavam cientes da ordem régia. Após receber a referida ordem régia, no dia 23 de julho de 1728, em São Luís do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire passou um bando que deveria ser registrado nos livros da câmara, da fazenda e da secretaria, bem como fixado na porta da mesma câmara e na alfândega daquela cidade, pois estava destinado “a todos os moradores deste Estado, senhores de engenho e mais lavradores”. O documento só foi trasladado para Belém pelo secretário de Estado João Antônio Freire em 21 de setembro de 1728. O bando comunicava, entre vários assuntos, a permissão real aos colonos de reduzir, para os aldeamentos administrados pelos missionários, os índios bravos do sertão, e aqueles que precisassem de casais de índios para seus serviços deveriam

fazer a solicitação aos padres responsáveis conforme a lei do Regimento das Missões, comprometendo-se a instruírem

[...] a todos na doutrina cristã, e na língua portuguesa, como também mandar-lhes ensinar alguns ofícios mecânicos para a utilidade da república, como Sua Majestade ordena no cap. 12 do regimento e lei das missões em carta de 12 de setembro de 1727 (Moraes, 1860, p. 257-258).

Conforme o costume, o bando reproduz a orientação da ordem régia e torna suas prescrições públicas.

Em nenhuma parte das duas ordens régias de 1727 e do bando de 1728, o rei e o governador proibem, de maneira categórica, o uso da língua geral, nem sequer a mencionam. Se analisarmos esses documentos de forma isolada, corre-se o risco de entender equivocadamente que o rei D. João V, ao instituir a obrigatoriedade do ensino de português aos índios, automaticamente estaria proibindo o uso da língua geral. Contudo, ao compararmos o texto da ordem régia de 1722 com as ordens destinadas ao governador e ao superior da missão cinco anos depois – todas estas passadas pelo rei D. João V –, concluímos que as ordens de 1727 não contradizem a ordem de 1722, mas reiteram a orientação dada anteriormente, que não estava sendo cumprida pelos padres.

Assim, nesse primeiro momento da legislação linguística portuguesa, os missionários não foram proibidos pelo rei e pelo governador de usarem a língua geral em um momento inicial no trato com os índios aldeados, de acordo com a lei de 1722, mas tão logo possível deveriam instruí-los na portuguesa, sendo admoestados para tal pelas ordens de 1727. Como colocado no texto da ordem régia de 1722, o rei havia reconhecido que os missionários precisavam ser proficientes na língua dos índios, “por que não sendo cientes na dita língua todo o trabalho que tiverem em que as doutrinare, será inútil, e sem fruto” (ABN, v. 67, 1948, p. 190).

A partir da análise desse corpo documental legislativo, percebe-se que, até meados do século XVIII, a língua geral seria tolerada pela Coroa Portuguesa, na medida em que serviria apenas como língua mediadora das relações entre índios e missionários nos momentos iniciais de descimento para os aldeamentos e do trabalho de evangelização. De fato, estudos linguísticos apontam a língua geral como idioma supraétnico no período colonial (Freire; Rosa, 2003), isto é, utilizado pelos missionários e pelos diferentes grupos étnicos reduzidos à rede de aldeamentos administrada pelos religiosos das ordens atuantes na Amazônia.

Na perspectiva da legislação lusa, após aprenderem os primeiros rudimentos da fé católica em língua geral, os índios deveriam aprender a língua portuguesa para que pudessem solidificar e completar sua formação cristã. Logo, persistia a necessidade de os missionários serem hábeis na língua geral para iniciar os indígenas na fé. Em suma, a legislação linguística da Coroa Portuguesa, na primeira metade de 1700,

para a Amazônia, ao não orientar concretamente moradores e missionários quanto às formas de ensino do português e ao não proibir explicitamente o uso da língua geral, deixava uma brecha para que essa língua, na prática, continuasse a predominar nas relações cotidianas nos aldeamentos, e mesmo fora deles, no trato com os índios, em detrimento da língua portuguesa.

Os missionários, sobretudo os jesuítas, não abriram mão do seu carisma apostólico, que os impelia a aprender as línguas nativas para o trabalho de evangelização seguindo o princípio do *acomodatio*, que os levava a adaptar-se culturalmente ao local de sua atuação (Daher, 2012). Enquanto isso, os moradores estavam mais preocupados em utilizar os indígenas como mão de obra nas lavouras e nos serviços domésticos do que ensinar a doutrina cristã católica e a língua portuguesa. Muitos moradores e seus filhos também aprendiam a falar a língua geral na convivência com índios que prestavam serviços nas roças ou como domésticos, principalmente aqueles nascidos na colônia e criados por amas de leite indígenas.

De acordo com a legislação, a integração do índio na sociedade colonial estaria completa após sua cristianização na fé católica, seu aprendizado da língua portuguesa e de ofícios mecânicos, um conjunto de elementos que, enfim, os tornaria plenos vassalos do rei. Somente com a promulgação do Diretório dos Índios em 1757, a língua geral seria expressamente proibida em favor da língua portuguesa na Amazônia, como demonstrarei adiante.

A política linguística portuguesa até a primeira metade do século XVIII não obteve o êxito esperado pelo Estado português. Os missionários, sobretudo os jesuítas, continuaram a praticar sua política linguística, produzindo e utilizando gramáticas e vocabulários – impressos ou manuscritos – para sistematizar e aprender a língua geral, bem como catecismos escritos nessa língua para doutrinar os índios aldeados no Estado do Grão-Pará e Maranhão, até a expulsão dos padres da companhia em 1759 (Barros, 2003).

A falta de observância de colonos e missionários em relação às ordens metropolitanas, como também certas incongruências na formulação das determinações e, sobretudo, o uso contínuo no interior dos aldeamentos contribuíram para o avanço da língua geral na região entre os séculos XVII e XVIII. A resistência indígena em falar o português também deve ser levada em consideração. Assim, em geral, a utilização do idioma luso na região se limitou aos colonos vindos do reino e aos membros da administração colonial.

Muitos índios “tapuias”, isto é, não falantes de línguas do tronco tupi – que habitavam as aldeias administradas pelos jesuítas eram reunidos com índios já cristianizados, aprendendo a língua geral tanto no convívio com esses últimos quanto nas catequeses realizadas pelos missionários. Além disso, muitos indígenas passavam meses fora do aldeamento, trabalhando como remeiros das tropas de resgates ou servindo aos colonos como domésticos, lavradores ou amas de leite. Esse conjunto

de fatores dificultava o ensino e o aprendizado sistemático da língua portuguesa pelos índios, além da notória indisposição de moradores e missionários em cumprirem com as ordens régias. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, no governo de Mendonça Furtado, a questão linguística na legislação portuguesa para o norte da América lusa ganhou novos contornos, juntamente com a mudança do *status* jurídico dos indígenas, marcadamente com a promulgação do Diretórios dos Índios.

A POLÍTICA LINGUÍSTICA PORTUGUESA A PARTIR DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Com a ascensão do então diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal¹, ao cargo de secretário de Estado da Coroa Portuguesa, na década de 1750, e o envio de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para ocupar o cargo de governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a política da Coroa em relação à Amazônia mudou significativamente.

Ao tornar-se ministro plenipotenciário no governo do rei Dom José I, sobretudo após o terremoto que abalou Lisboa em 1755, Pombal promoveu, durante seu governo (1750-1777), várias medidas que tinham como objetivos: revigorar a economia portuguesa, redefinir o papel do Estado como órgão central para a modernização do império e reformar o sistema educacional. Esses projetos inspiraram-se em outros modelos europeus. O reino gozava de uma imagem pouco favorável no exterior relacionada ao seu atraso econômico e à forte influência da Igreja Católica – sobretudo a dos jesuítas. Buscando fortalecer o Estado, política e economicamente, Pombal tentou equilibrar suas relações comerciais com os ingleses e favorecer os grandes comerciantes metropolitanos (Maxwell, 1996). As colônias, principalmente a América lusa, receberam uma atenção especial, pois o ministro também via nelas uma forma de revigorar a economia portuguesa. Nesse sentido, o Estado do Grão-Pará e Maranhão tinha um papel fundamental para os planos pombalinos, pois o ministro apostava nessa região como o lugar onde as suas diretrizes reformistas seriam inicialmente testadas, fazendo da Amazônia um laboratório para a política de modernização administrativa e econômica do Império Português (Rodrigues, 2011).

Pombal era partidário do “regalismo”, linha de pensamento que pregava a submissão da Igreja ao Estado. Embora o Iluminismo português não fosse anticlerical, a religião deveria estar a serviço do Estado. Por isso, a excessiva influência religiosa foi vista como um dos principais motivos do atraso português. Aos poucos, Pombal foi se convencendo de que os jesuítas eram um dos principais entraves de suas

1 Embora ainda não houvesse recebido o título nessa época, o ministro português ficou conhecido na história por meio do seu último título – antes foi Conde de Oeiras –, portanto, me referirei assim doravante.

reformas, tanto na metrópole quanto nas colônias. Além da influência na corte como conselheiros e confessores de reis e rainhas, os inicianos administravam as principais instituições de ensino em Portugal – colégios e universidades.

Na América lusa, sobretudo na Amazônia, era a ordem religiosa que mais havia recebido privilégios reais no quadro do padroado, instituição presente desde os primórdios da expansão portuguesa (Boxer, 1981), obtendo, assim, preferência na tarefa de evangelização dos índios em relação a outras ordens. Esses fatores favoreciam a construção de um considerável patrimônio material e o envolvimento em negócios comerciais sob a justificativa de autofinanciamento de suas atividades – isso sem pagar impostos, o que gerou muitas críticas e inimigos entre os moradores e as autoridades coloniais (Souza Junior, 2012). Além disso, os jesuítas se opuseram ferrenhamente ao Tratado de Madrid (1750), entre Portugal e Espanha, que visou à demarcação dos limites entre as colônias americanas dos dois impérios, pois isso ameaçava seu trabalho missionário nas áreas de fronteira, onde havia muitas missões jesuítas (Wright, 2006).

Durante sua gestão, Mendonça Furtado manteve seu irmão ministro informado de tudo que acontecia na colônia por meio de constante troca de cartas. A partir da leitura da situação política e econômica da colônia, feita pelo governador, Pombal foi delineando as novas diretrizes do governo português para a região. Em vista de conectar a Amazônia, por meio do fomento do comércio, às redes de troca no espaço atlântico, foi criada, em 1755, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. No mesmo ano, a metrópole determinou a proibição do apresamento de índios e a liberdade dos que estavam cativos, bem como a extinção da administração temporal dos religiosos sobre as missões. Em contrapartida, negros vindos da África passariam a ser vendidos para servirem como mão de obra para os colonos, embora nem todos tivessem cabedal para comprá-los (Santos; Sampaio, 2008, p. 79-98).

Em maio de 1757, foi promulgado o Diretório dos Índios que, mesmo mantendo a catequese cristã, reiterou a secularização dos aldeamentos administrados pelos missionários, transformando-os em vilas sob o governo de diretores nomeados pelo governador; reforçou a lei de liberdade dos índios e a proibição de seu cativeiro; promoveu uma proposta educacional para os indígenas, que deveriam aprender ofícios e outras atividades de acordo com o sexo, bem como ler e escrever na língua portuguesa em escolas; e, enfim, proibiu o uso da língua geral². A nova política proposta pelo Estado português visava integrar os índios à sociedade colonial e civilizá-

2 Segundo Mauro Cezar Coelho (2005), o Diretório dos Índios foi uma lei que, apesar de promulgada na metrópole, foi forjada a partir das injunções da colônia, não se constituindo como uma das leis pombalinas. Dessa forma, o autor faz contraponto a uma visão historiográfica consolidada, deslocando a análise da metrópole para os desdobramentos na colônia. De acordo com o argumento de Coelho, o diretório surgiu a partir de um contexto conflituoso na colônia entre missionários, moradores e autoridades coloniais.

-los por meio do trabalho remunerado, sobretudo agrícola, do aprendizado da língua lusa, dos casamentos mistos de brancos com índias e da garantia de sua liberdade.

O diretório significou uma profunda alteração no modo de vida dos índios, pois os missionários foram substituídos pelos diretores que detinham a tutela sobre eles e que, muitas vezes, não cumpriam à risca as novas determinações. Isso gerou muitas tensões entre diretores e índios. Uma das formas de resistência indígena era a fuga das vilas para o sertão, o que também afetou a economia local, visto que eles eram a principal mão de obra utilizada na Amazônia Portuguesa (Souza Junior, 2010). Na questão linguística, ponto de nosso interesse, a proibição do uso da língua geral em prol da portuguesa era parte do projeto civilizador de Pombal e Mendonça Furtado. Pelas cartas enviadas, naquele tempo, à metrópole, fica claro que a língua geral era vista como um problema pela administração colonial, mas não o era para a população local.

Alguns meses após sua chegada ao Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, em reunião da Junta das Missões ocorrida em 8 de novembro de 1751, comunicou aos prelados das ordens que orientassem seus missionários a ensinarem os índios a falarem e a escreverem na língua portuguesa. Pouco depois, o governador publicou sua ordem por meio de carta ao vice-provincial da Companhia de Jesus. Os padres deveriam abrir escolas para os índios aprenderem a ler, a escrever e a contar, e nas quais somente se poderia falar português (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3063).

Alguns dias depois, mediante carta enviada a Pombal, o novo governador criticou o modo de evangelização dos índios empregado nos aldeamentos pelos religiosos. Segundo Mendonça Furtado, os padres não estavam seguindo as novas orientações:

Não se tem convertido os gentios como digo, porque indo-se buscar ao mal o são trazidos às aldeias; nelas lhes ensinam uma gíria a que chamam língua geral, que só o é nas aldeias; nelas ficam exercitando a maior parte dos seus ritos; ali, são levemente instruídos em alguns mistérios da nossa santa fé, mas tão superficialmente que creio que os homens são muito poucos os que tenham leis, nem ainda daquelas que necessidade medi são precisas para se salvarem pela causa que logo direi (Mendonça, 2005, p. 110).

Na mesma carta, prenunciando a necessidade de mudanças na legislação colonial, o governador critica duramente o Regimento das Missões de 1686, que impediria a entrada de pessoas externas às missões sob controle dos religiosos, fazendo com que estas pareçam, aos olhos de Mendonça Furtado, “totalmente outra república”. Evocando a legislação que tentou promover o ensino da língua portuguesa para os índios, o governador denunciou a falta de observância dessas leis reais pelas ordens que atuavam na Amazônia.

O problema da língua geral no Estado do Grão-Pará e Maranhão tinha bastante relevância para o governador. Preocupado em fornecer informações precisas e

detalhadas ao seu irmão na corte sobre a situação linguística na região, Mendonça Furtado tenta descrever a estratégia utilizada pelos missionários para a tradução de determinados conceitos cristãos. Diz o governador:

Para Vossa Excelência poder compreender bem este absurdo, que na verdade se faz incrível, é preciso saber que a palavra Tupana na tal gíria é Deus; as duas Açu e Mirim é o mesmo que grande e pequeno, e são os ditos índios educados para explicarem Deus dizendo Tupana Açu Deus grande; e os santos, suas imagens e verônicas Tupana Mirim = Deus pequeno; e isto que eles dizem que é um modo de explicar, por não haver na tal língua a palavra Santo, sempre dado por elemento de religião a uma gente silvestre, lhes forma uma idéia de muitos deuses, o que é totalmente defendido e oposto à verdadeira fé que nos ensina a Igreja Católica. Além de que, este erro se poderia emendar ainda seguindo a errada máxima de se ensinar a tal gíria barbarizando a palavra santo, assim como têm barbarizado infinitas palavras portuguesas que se acham inseridas nela, e de que poderia fazer um catálogo se fosse necessário (Mendonça, 2005, p. 110).

Mendonça Furtado constrói uma representação negativa da língua geral, classificando-a como uma “gíria” inventada pelos missionários, incapaz de traduzir adequadamente os conceitos e os signos da fé católica, o que, para ele, poderia gerar graves problemas de compreensão dos dogmas centrais da fé pelos índios, beirando à heresia. Podemos notar, na carta, a permanência da ideia de barbarismo da língua indígena, um lugar comum forjado dois séculos antes pelos primeiros missionários no Estado do Brasil e que é retomado pelo governador.

Como já vimos, o uso da língua geral extrapolava os limites dos aldeamentos e da comunicação entre missionários e índios aldeados, sendo aprendida pelos colonos na convivência com os índios que lhes prestavam serviço. De modo geral, as relações entre os diversos grupos no cotidiano colonial eram mediadas em língua geral, conforme o relato de Mendonça Furtado, que confirma essa situação em plena cidade de Belém, em meados do século XVIII:

Vendo-se estes moradores na consternação de não se poderem comunicar com os índios, se viram na precisão de aprender também a gíria que lhes inventaram para se poderem servir deles, e isto que então foi necessidade passou a hábito, e ao excesso de serem hoje muito poucas as pessoas que nesta cidade [Belém] falam português, principalmente mulheres, que até não é possível, conforme me tem dito os mesmos padres, que se confessem senão na língua geral, como eles lhe chamam (Mendonça, 2005, p. 114).

Determinados funcionários que residiram apenas por alguns anos na colônia para o exercício de algum cargo tinham dificuldade em aprender a língua local,

ficando na dependência de intérpretes. Após a reunião da Junta das Missões, em 8 de novembro de 1751, na qual Mendonça Furtado comunicou aos “prelados das religiões” que todos os missionários cuidassem de civilizar e ensinar ofícios aos índios, conforme as instruções recebidas, apenas alguns padres aplicaram a ordem. Segundo o governador, o padre José de Moraes prometeu ensinar a língua portuguesa aos índios da aldeia de Tabapará, e os franciscanos de Santo Antônio, que atuavam na ilha de Joanes, dispuseram-se a ensinar os índios a ler e a escrever em escolas. Na mesma carta, o governador relata que ele mesmo precisou do auxílio de um intérprete ao ser procurado por um índio principal, pois só sabia falar a língua geral (Mendonça, 2005, p. 227-228).

Em resposta às várias questões informadas por Mendonça Furtado sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão – entre elas, o problema linguístico –, Pombal orientou seu irmão que, ao fazer a repartição dos índios para o serviço dos moradores, se estipulasse o tempo de serviço em nove anos, sendo que “os referidos moradores, no fim do referido termo, os entregarão cientes na doutrina cristã; na língua portuguesa e na arte ou Ministério, para o qual forem destinados os referidos índios” (Mendonça, 2005, p. 493). Pela carta, podemos confirmar que a legislação indigenista no período pombalino para a Amazônia foi profundamente influenciada pelas demandas da colônia, que chegavam ao conhecimento do ministro português por meio da correspondência de seu irmão governador. Portanto, anos antes da publicação do Diretório dos Índios, Pombal já dava ordens expressas para o ensino da língua portuguesa para os índios com base nas informações recebidas de Mendonça Furtado. Este percebia a língua geral como um obstáculo à civilidade dos índios e insistia que missionários e moradores deveriam ensinar a língua lusa aos índios. Além disso, o próprio governador cuidava para que a língua portuguesa pudesse se consolidar no Estado.

Os exemplos se multiplicam na documentação. Mendonça Furtado realizava visitas nas aldeias, por meio das quais tomava ciência da realidade colonial e identificava o que eram, aos seus olhos, os problemas a serem relatados para a metrópole. Além disso, liderava a expedição de demarcação dos novos limites da possessão lusa definidos no Tratado de Madrid, de 1750. Em carta ao rei Dom José I, o governador relata que, ao mandar instituir a vila de Bragança no lugar da antiga missão de Caeté, mandou abrir uma escola para civilizar os índios rapazes, “aonde me dizem que se vão criando muito bem, e aprendendo nela a língua portuguesa” (Mendonça, 2005, p. 518).

O governador estava convencido de que a fundação de escolas seria o melhor meio para o aprendizado da língua portuguesa. Contudo, os missionários resistiam a obedecer às suas orientações, preferindo continuar tratando com os índios em língua geral. Em carta a Pombal (Mendonça, 2005, p. 76-77), e em ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real (AHU, Avulsos

do Pará, Cx. 36, D. 3323), o governador acusa que repassou orientações para que os missionários ensinassem a língua portuguesa aos índios e que, para isso, construíssem escolas. Todas as ordens religiosas responderam que iriam cumprir as novas determinações, mas, em suas visitas, o governador notou que, na prática, as disposições não foram cumpridas. De acordo com o governador, os poucos estabelecimentos que tinham aparência de escola nas aldeias serviam apenas de pretexto para disfarçar o ensino não efetuado. Segundo Mendonça Furtado, todas as ordens

[...] imitam a Companhia, que absolutamente desobedece e se obstinou contra estes utilíssimos estabelecimentos, e aqui nunca o quis executar sem mais razão que a de não obedecer, como é seu antigo costume, e de compreenderem que poderiam com ele, para o futuro, perder parte dos seus interesses (Mendonça, 2005, p. 76-77).

Na verdade, a rígida política linguística proposta por Mendonça Furtado chocava-se frontalmente com o referido princípio apostólico dos inicianos, que defendiam o uso da língua dos catecúmenos e neófitos para a evangelização. A língua geral só representava certo obstáculo no trato com os indígenas aos que não a falavam e que, por isso, ficavam dependentes de intérpretes. Assim, a língua geral representava um problema maior para os agentes administrativos do Estado, como Mendonça Furtado, pois até os moradores em geral a sabiam falar.

Para alguns colonos, Mendonça Furtado também enviava ordens diretas para que estabelecessem escolas para ensinar a língua portuguesa aos índios. Esse foi o caso de Francisco Portilho e Melo, que iria administrar a aldeia de Santana em Macapá. Ele recebeu ordens para instituir o ensino da língua lusa aos índios, “não os praticando nunca pela chamada da Terra, mais do que para lhes explicar alguma palavra que eles não entendam em português” (Mendonça, 2005, p. 63). Quando Francisco Portilho foi chamado para ir ao Rio Negro, o governador ordenou que o “ajudante José de Barros, que com os soldados que lhe nomear o Tenente Coronel Comandante do Macapá, se vá aquartelar na dita Povoação” e que cumprisse ordens dadas a Portilho, principalmente a de civilizar os índios, cuidando para que estes não faltassem às aulas de português (Mendonça, 2005, p. 293).

Mesmo após perderem o poder temporal dos aldeamentos, os missionários continuaram, entre 1755 e 1757, a resistir a cumprir as orientações de Mendonça Furtado, entre elas, o ensino da língua portuguesa. O governador refutou todas as propostas feitas pelo padre visitador da companhia apresentadas em um papel em reunião da Junta das Missões, ocorrida no dia 10 de fevereiro de 1757 (Mendonça, 2005).

A publicação do Diretório dos Índios acabou por condensar uma série de decisões que foram decretadas nos anos anteriores. A insistência de Mendonça Furtado é correspondida por meio desse documento, a partir do qual a política linguística do Estado português se radicalizou ao ponto de proibir o uso da língua geral e de

qualquer outra língua indígena no Grão-Pará e Maranhão. O objetivo era promover o aprendizado da língua portuguesa mediante a criação de escolas para meninos e meninas indígenas, que, separadamente, seriam ensinados e ensinadas, por mestres e mestras, a ler e a escrever no idioma luso, bem como outras atividades consideradas apropriadas para cada sexo. O sexto parágrafo do diretório sintetiza a nova diretriz educacional:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo príncipe. Observando pois todas as nações polidas do mundo este prudente, e sólido sistema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e barbara sujeição, em que até agora se conservam. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será um dos principais cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos, e meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa, na forma, que Sua Majestade, tem recomendado em repetidas ordens que até agora se não observaram com total ruína espiritual e temporal do estado (Directorio, 1758, p. 3-4).

O ensino da língua portuguesa é considerado um dos elementos de civilização e integração dos índios à sociedade colonial portuguesa. Além disso, constitui, também, uma estratégia para afirmar a soberania portuguesa enquanto parte de um programa pedagógico-laico no qual o ensino da doutrina cristã permanece, mas sem ser o elemento central (Coelho, 2008). O modelo educacional delineado pelo Estado português – e, dentro dele, a política linguística – contrastava com aquele proposto pelos missionários, sobretudo o dos jesuítas (Russo, 2009). O Diretório dos Índios, ao radicalizar a política linguística portuguesa para a Amazônia em seu sexto parágrafo, se chocava com a política linguística dos missionários, especialmente os jesuítas, que privilegiavam o uso da língua geral ao invés da portuguesa no trato com os indígenas aldeados.

Essa questão foi mais um dos muitos pontos de atrito entre o pensamento jesuítico e o conjunto de reformas portuguesas que levou Pombal a considerar a ordem

inaciana um obstáculo que precisava ser eliminado para garantir o sucesso do plano de modernização do Império Português (Souza Junior, 2012). A expulsão dos jesuítas dos territórios de Portugal e a campanha difamatória contra os inacianos por Pombal iniciaram um processo que levaria à dissolução da Companhia de Jesus em 1773, com o breve “Dominus ac Redemptor”, do Papa Clemente XIV.

Sobretudo, a Amazônia serviu como uma espécie de laboratório no qual Pombal testou a sua nova política colonial, estendendo, posteriormente, a lei do Diretório dos Índios para o restante da América Portuguesa, e, junto com ela, a repressão a qualquer língua indígena em favor da língua portuguesa. No extremo sul do Estado do Brasil, por exemplo, a língua guarani foi proibida e foram criadas escolas para meninos e recolhimentos para meninas onde eram ensinados e ensinadas a ler e a escrever em português (Garcia, 2007).

A publicação do Diretório dos Índios não foi garantia de que, a partir de então, a língua portuguesa passaria a ser predominante na Amazônia. Mesmo com a impressão da nova lei e a despeito dos contínuos esforços de Mendonça Furtado, não seria fácil acabar com o uso da língua geral, como logo percebeu o governador numa carta a Tomé Joaquim da Corte Real, pois “estava o vício tão arraigado, que me foi necessário dar novas providências para atalhar o hábito que tinham feito estes moradores do uso da sobredita língua e, principalmente, os desta mesma cidade [Belém], e seus subúrbios” (ABAPP, t. 8, 1913, p. 39).

Na mesma missiva, Mendonça Furtado expõe sua frustração em ver seus esforços de impedir o uso da língua geral sem efeito, chamando esta de “perniciosa e abominável” e classificando-a como uma “diabólica invenção”. Dessa vez, não eram os missionários, mas os próprios moradores da cidade de Belém que resistiam a falar a língua portuguesa com os índios e a lhes ensiná-la. De acordo com o governador, os moradores não obedeciam à sua recomendação, porque:

Tinham-se estes miseráveis habituado a falarem a referida língua com todos os índios que traziam dos sertões, sem de forma alguma lhes quererem ensinar a portuguesa porque quem não deverá dar lhes estas lições, lhe fazia passar como máxima inalterada, que os índios em falando português se faziam ladinos, e em consequência desobedientes. Para poderem servir deles sem aquele perigo que barbaramente imaginavam, os conservavam naquela brutalidade sem mais criação que a que poderão dar a um irracional (ABAPP, t. 8, 1913, p. 38).

Tomando como base o relato do governador, fica evidente que a preocupação dos moradores em aprender e em se comunicar em língua geral com os índios estava ligada à necessidade de controlá-los, dando ordens expressas e indubitáveis aos que estavam ao seu serviço. Em outra passagem da mesma carta, Mendonça Furtado relata dois fatos que ele mesmo presenciou e que exemplificam a situação lingüís-

tica da região. O uso da língua geral estava tão difundido que até mesmo os escravos negros que vinham da África, introduzidos pela Companhia Geral de Comércio do Estado Grão Pará e Maranhão, aprendiam a falar a língua geral antes da portuguesa:

O primeiro foi virem minha casa umas crianças filhos de umas pessoas principais desta terra e falando eu com elas, que entendendo pouco português, compreendiam e explicavam bastantemente na língua tapuia, ou chamada geral. O segundo foi o ver debaixo da minha janela dois negros dos que proximamente se estão introduzido da costa da África, falando desembaraçadamente a sobredita língua e não compreendendo nada da portuguesa (ABAPP, t. 8, 1913, p. 38).

Pelos relatos de Mendonça Furtado, é possível vislumbrar a situação linguística colonial. Em meados do século XVIII, a língua geral, moldada pelos missionários dois séculos antes no Estado do Brasil, se tornou um idioma supraétnico na Amazônia. A língua portuguesa era o idioma da administração, e a língua geral era a das relações cotidianas para muitos dos indivíduos no norte da América Portuguesa, embora o português também fosse utilizado em certas situações de caráter oficial.

Mendonça Furtado recomendou que a Câmara de Belém tomasse providências para garantir o cumprimento das ordens e que se publicasse um bando comunicando que os moradores que não cuidassem de ensinar a língua portuguesa aos índios perderiam o direito de tê-los para os seus serviços. Com a saída de Mendonça Furtado, em 1759, para assumir a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, o novo governador do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, comunicou que continuaria a trabalhar para combater o “pernicioso uso da língua geral neste estado” (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 47, D. 4306).

Em 1759, os jesuítas já haviam sido expulsos da colônia. Contudo, apesar do esforço de implementação de escolas para o ensino da língua portuguesa, a resistência dos moradores e indígenas, bem como a negligência dos diretores das vilas contribuíram para que o projeto não lograsse como esperado pela metrópole. Somente a partir de meados do século XIX, a língua geral entraria em declínio na Amazônia e, finalmente, a língua portuguesa ganharia força; entre outros motivos, devido à chegada de nordestinos monolíngues em português que foram trabalhar nos seringais após o início da exploração do látex na região (Freire, 2011).

Em suma, pode-se identificar dois momentos da política linguística portuguesa para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. No primeiro, que se desenvolve entre o século XVII até a primeira metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa, embora reconhecendo a importância da língua geral no contato inicial dos missionários com os indígenas – de sua redução para o aldeamento aos primeiros ensinamentos da doutrina cristã –, preocupa-se em orientar colonos e missionários para o ensino da língua portuguesa aos índios como parte do projeto civilizador, tolerando o uso da língua

indígena. No segundo momento da legislação, na gestão do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e com a instituição do Diretório dos Índios, em 1757, a política linguística portuguesa se radicaliza com a proibição da língua geral em favor do ensino da língua portuguesa em escolas que deveriam ser construídas pelos diretores das vilas. Nesse sentido, o sexto parágrafo do diretório dialoga com a legislação anterior, enfatizando a necessidade do aprendizado do português pelos índios, como parte da política para torná-los plenos vassalos do rei, úteis para a defesa da região e como mão de obra para a potencialização da economia portuguesa a partir da Amazônia.

FONTES

ALVARÁ do rei D. Pedro II, sobre os índios: liberdade, casamento com portugueses e aprendizagem da língua portuguesa. Lisboa, Post. 28 de abril de 1688. *AHU, Avulsos do Maranhão*, São Luís, Cx. 7, D. 795.

BANDO que Alexandre de Souza Freire mandou lançar em execução do assento supra, datado Belém, de 21 de setembro de 1728. In: MORAES, Alexandre José de Mello. *Chorografia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1860. t. 4. p. 257-258.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém, 13 de setembro de 1728. *AHU, Avulsos do Pará*, Belém, Cx. 11, D. 972.

CARTA do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o Superior Vice-Provincial da Companhia de Jesus. 18 de novembro de 1751. *AHU, Avulsos do Pará*, Belém, Cx. 32, D. 3063.

CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o irmão Sebastião José de Carvalho e Melo. Pará, 21 de novembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 110.

CARTA a Diogo de Mendonça sobre o disposto no § 16 das Instruções de 31 de maio de 1751. Pará, 8 de janeiro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 227-228.

CARTA de Sebastião José para Francisco Xavier de Mendonça Furtado em resposta às que dele recebera. Lisboa, 15 de maio de 1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 493.

CARTA ao Rei sobre a distribuição a ser feita no Pará da gente para ali mandada das Ilhas. Pará, 11 de outubro de 1753. *ABAPP*, v. 2, pág. 52, doc. 32. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de.

A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 518.

CARTA a Sebastião José, respondendo a parte da sua carta de 15 de maio de 1753. Pará, 26 de janeiro de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 76-77.

CARTA a Sebastião José, sobre um papel que o Padre Visitador da Companhia de Jesus apresentara na última Junta das Missões de 10 de fevereiro de 1757, cuja cópia enviava com a carta. Pará, 25 de abril de 1757. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 230.

CARTA mostrando os efeitos colhidos com o ensino da lingua portuguesa. 27 de fevereiro de 1759. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (ABAPP)*, Belém, 1913. t. 8. p. 38-39.

DIRETÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca, 1758.

INSTRUÇÃO que levou Francisco Portillo e Melo, para administrar os índios da aldeia de Santana de Macapá. Pará, 2 de dezembro de 1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 63

INSTRUÇÃO passada ao ajudante José de Barros para governar os índios da aldeia de Santana do Macapá. Gurupá, 21 de outubro de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1. p. 293.

OFÍCIO de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real Pará, 1º de fevereiro de 1754. *AHU, Avulsos do Pará*, Belém, Cx. 36, D. 3323.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado Pará, 15 de outubro de 1760. *AHU, Avulsos do Pará*, Belém, Cx. 47, D. 4306.

ORDEM Régia de 12 de setembro de 1727. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (ABAPP)*, Belém, 1902. t. 2. p. 190-191.

PROVISÃO sobre a repartição dos Índios do Maranhão e se encarregar a conversão d'aquella gentildade aos Religiosos da Companhia de Jesus. *Anais da Biblioteca Nacional (ABN)*, Rio de Janeiro, v. 66, p. 54, 1948.

PROVISÃO para o Governador do Maranhão. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *Anais da Biblioteca Nacional (ABN)*, Rio de Janeiro, v. 67, p. 189-190, 1948.

PROVISÃO PARA O SUPERIOR das Missões do Estado do Maranhão. Lisboa, 12 de fevereiro de 1727. *Anais da Biblioteca Nacional (ABN)*, Rio de Janeiro, v. 67, p. 214, 1948.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. t. 1.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Chorografia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1860.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas, 2007.

ARENZ, Karl Heinz. *Valente para servir: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII*. Belo Horizonte: Caravana, 2022.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política linguística jesuítica no século XVIII na Amazônia. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p. 125-152, 2003.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Os línguas e a gramática tupi no Brasil (século XVI). *Ameríndia*, Paris, v. 19/20, p. 3-14, 1995.

BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. Educação dos índios na Amazônia do século XVIII: uma opção laica. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 18, p. 104-112, 2008.

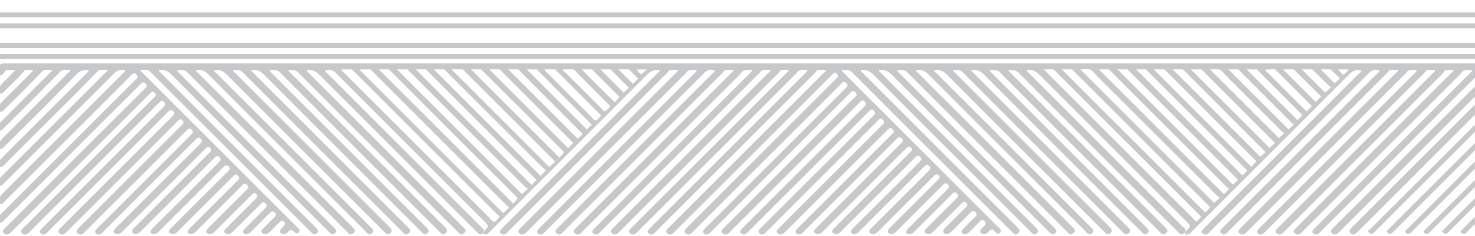
DAHER, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DIAS, Camila Loureiro. *Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (org.). *Línguas Gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.

- GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e a sua aplicação na América meridional. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 23-38, 2007.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVII e XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 115-132.
- MATTOS, Yllan de. Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686: comentário. 7 *Mares*: Revista dos Pós-graduandos em História Moderna da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 112-123, 2012.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MONTEIRO, John M. A língua mais usada na Costa do Brasil: gramática, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América portuguesa. In: MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 36-52.
- PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. *Entre índios e verbetes*: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em língua geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, v. 9, n. 151, p. 3-48, 2011.
- RUSSO, Mariagrazia. O ensino lingüístico jesuítico e a oposição no século das Luzes. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, n. 2/3, p. 209-224, 2009.
- SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. 1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa. *Somanlu*, Manaus, v. 8, n. 2, p. 79-98, 2008.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano*: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: ed. UFPA, 2012.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. O cotidiano das povoações no Diretório. *Revista de Estudos Amazônicos*, Belém v. 5, p. 79-106, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*: volume 1 (ca. 1443 - ca. 1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 357-388.
- WRIGHT, Jonathan. *Os jesuítas*: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.



CAPÍTULO 5

COMUNICAÇÃO POLÍTICA, CONFLITOS DE JURISDIÇÃO E TRAJETÓRIAS

a administração das povoações civis do diretório
na Capitania de São José do Rio Negro

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS

OTÁVIO VÍTOR VIEIRA RIBEIRO

INTRODUÇÃO

Em correspondência datada de 31 de julho de 1759, o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761), confidenciou ao governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), a sua perspectiva acerca do provimento das diretorias das povoações civis – vilas e lugares – pertencentes à sua jurisdição. Para Melo e Póvoas, os soldados casados com mulheres indígenas deveriam ser os preferidos. Entretanto, “não há nenhum só que seja capaz de ser diretor e por esta razão, os não tenho provido nos ditos ofícios” (APEP, Códice 96, f. 72).

Essa missiva é um indicativo da permanente tensão que pairava sobre o governo dos índios na Capitania do Rio Negro em meados do século XVIII. A sua circunscrição comportava 19 povoações distribuídas pelos rios Negro (8), Javari e Solimões (9) e Madeira (3)¹. O regimento do Diretório dos Índios (1757-1798) estipulava que a sua

1 As três povoações do Rio Madeira eram as seguintes: Vila de Borba, a Nova (1756); vila de Serpa (1759) e lugar de Balsemão (1765). As duas primeiras pertenciam à jurisdição dos governadores da Capitania de São José do Rio Negro e a última, à dos governadores e capitães-generais da Capitania de Mato Grosso.

administração fosse conduzida por diretores, agentes laicos escolhidos pelos governadores, responsáveis por assegurar a tutela, a “civilização” e a distribuição da mão de obra indígena para os moradores e o Real Serviço (Coelho; Melo, 2021, p. 143-144).

A historiografia luso-amazônica cristalizou uma visão negativa sobre esses oficiais régios, ao correlacionar os desvios praticados no exercício de suas atribuições nas povoações civis com o suposto “fracasso” do Diretório dos Índios na Amazônia Portuguesa (Almeida, 1990, 1997; Azevedo, 1999; Domingues, 2000; Hemming, 2011; Jobim, 1957; Prado Júnior, 2004; Sampaio, 2011; Souza Júnior, 2012). Mais recentemente, alguns trabalhos têm se proposto a redimensionar essa interpretação ao tomar os diretores como objeto de estudo e ao conceber esses desvios tanto como parte do expediente administrativo das povoações quanto como uma estratégia de sobrevivência e de obtenção de êxito na conformação da sociedade colonial no Estado do Grão-Pará de meados do século XVIII (Coelho; Melo, 2016; Mello; Rocha, 2020; Melo, 2020, 2022). Não obstante, para a Capitania de São José do Rio Negro – criada em 1755 e subordinada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão –, não há um estudo que problematize as particularidades de aplicação do diretório em suas vilas e lugares.

A análise dos circuitos formais da comunicação política dos seus diretores, dos governadores da capitania e dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará é uma via de análise promissora para reconsiderar as bases da conquista lusa do Vale Amazônico de 1757, ano da publicação do diretório, até 1772, quando se deu a divisão – posta em prática dois anos depois – do Estado do Grão-Pará e Maranhão em dois governos distintos, o Estado do Maranhão e Piauí e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Diante disso, a proposta deste capítulo, que apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, é pensar de que modo os conflitos jurisdicionais entre os governadores da Capitania de São José do Rio Negro e os governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará, na fase inicial de implantação do Diretório dos Índios, podem ter impactado, em última análise, nas trajetórias dos diretores de povoações civis no Real Serviço, desde a sua escolha/confirmação ou substituição, passando pela prática administrativa e realização de negócios nas vilas e lugares e pela obtenção de mercês régias.

Assim, o estudo parte dos circuitos formais – interno e transoceânico – da comunicação política no Império Português (Fragoso; Monteiro, 2017). Por comunicação política, compreende-se a diversidade de tipologias documentais relativas à governação das conquistas ultramarinas – ordens régias, pedidos de mercês, provimentos de ofícios régios, informes, correspondências, petições, apelações – no período moderno (Fragoso, 2017). O circuito interno corresponde às “comunicações estabelecidas com os poderes presenciais existentes no interior do território sob a jurisdição dos governadores”. Esse circuito é composto pelos governadores e os diretores de povoa-

ções civis da Capitania do Rio Negro e pelos governadores e capitães-generais do Grão-Pará. Por sua vez, o circuito transoceânico abrange a “troca constante de informações e correspondência dos governadores com os principais organismos da administração central da monarquia portuguesa encarregados do governo das conquistas”. Ele engloba os governadores e os diretores do Rio Negro, os governadores e capitães-generais do Grão-Pará, bem como a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e o Conselho Ultramarino, no reino (Curvelo, 2019, p. 38-39).

A documentação cotejada é composta, fundamentalmente, por cartas de ofício – tanto ativas quanto passivas. Essa tipologia documental apresenta uma estrutura textual formal, direta e mais rígida (Conceição, 2015), por meio da qual as autoridades coloniais e os diretores discutiram a administração das povoações na Capitania do Rio Negro. Ao todo, a amostragem compreende 32 cartas, assim distribuídas: 28 relativas ao circuito interno, e quatro, ao circuito transoceânico.

A título de complementação do *corpus* documental, foram utilizados cinco requerimentos, seis listas de remessas de gêneros, três cartas patentes, duas cartas de data de sesmarias, um despacho e uma representação, que dão conta das trajetórias dos diretores de povoações no Real Serviço. Essas fontes manuscritas foram levantadas no acervo de três instituições: Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

A análise dos seus circuitos será orientada por dois conceitos fundamentais: “trajetória”, com base nas reflexões de Pierre Bourdieu (2006) sobre a escrita biográfica e nas categorias formuladas por Lawrence Stone (1981) para a elaboração de biografias coletivas, e “jurisdição”, de António Manuel Hespanha (2015), segundo o qual a jurisdição compreende o “exercício do poder político” e o seu reconhecimento estava fundamentado na autoridade delegada pelo monarca aos governadores no Império Português.

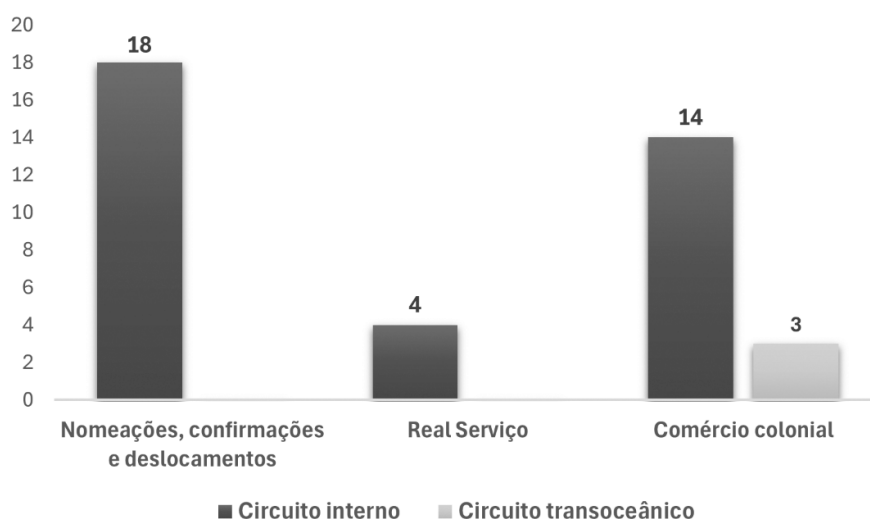
O capítulo é composto por três outras seções. Na primeira, expomos os primeiros dados consolidados sobre os fluxos e os circuitos da comunicação política na Capitania de São José do Rio Negro. Na segunda, pontuamos, com base no diretório, as prerrogativas jurisdicionais dos governantes do Estado do Grão-Pará e Maranhão e do Rio Negro para o provimento, a destituição, a substituição e o atendimento de demandas de agentes responsáveis pelas diretorias de vilas e lugares daquela capitania. Finalmente, na terceira e última seção, esboçamos os contornos gerais da formação e das trajetórias no Real Serviço de alguns diretores recrutados para administrar as povoações civis do Rio Negro.

MAPEANDO A CORRESPONDÊNCIA DE GOVERNADORES E DIRETORES: RESULTADOS PARCIAIS

O levantamento e a análise, ainda em fase inicial, dos circuitos interno e transoceânico da comunicação política e do fluxo das correspondências entre os governadores e diretores do Rio Negro e os governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará permitem apontar e quantificar alguns dados importantes sobre a administração e os administradores das povoações civis do Rio Negro, entre 1757 e 1772, tais como: a ocupação de cargos, a constituição de negócios e a requisição de mercês régias pelos diretores. Essas temáticas serão apreciadas com mais profundidade no decorrer da investigação, assim como outras poderão ser eventualmente acrescentadas ao escopo da pesquisa.

As temáticas identificadas na comunicação política comporão três grupos: 1) *Provimentos* – nomeações, confirmações e deslocamentos entre diretorias; 2) *Governo dos índios* – Real Serviço e comércio colonial; 3) *Mercês* – ofícios civis, sesmarias, patentes militares e hábitos de Ordens Militares. Esses dados foram compilados nas Figuras 1 e 2 e organizados pela identificação e pela distribuição das temáticas discutidas nos circuitos da comunicação política, a sua quantificação e a qualificação na amostragem documental.

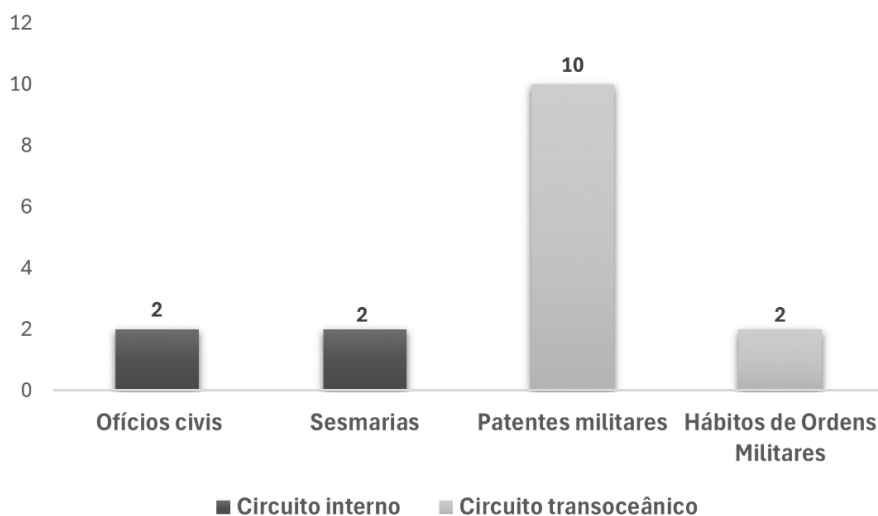
Figura 1 – Provimentos e Governo dos índios nos circuitos da comunicação política dos diretores de povoações da Capitania de São José do Rio Negro (1757-1772)



Fonte: APEP, Cód. 93, f. 5-6, 7-8, 9-12; Cód. 96, f. 9-11, 66-73, 157-161, 174-175; Cód. 100, f. 159-160; Cód. 111, f. 101, 122, 277-278; Cód. 115, f. 264; Cód. 122, f. 174-177; Cód. 128, f. 47; Cód. 156, f. 143, 239; Cód. 162, f. 5, 44, 49, 64, 67-68, 77, 253-255, 300-301; Cód. 167, f. 426, 427; Cód. 235, f. 1, 96-97, 185-186; Cód. 236, f. 319. AHU, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 64; Cx. 2, D. 129; Cód. 593, f. 29-30v.

Em termos administrativos, a ocupação, a circulação e a condução das diretorias de povoações orientaram os debates estabelecidos entre os oficiais do Rio Negro e os seus interlocutores no Grão-Pará e no reino, em uma amostragem de 38 documentos. O circuito interno abrangeu a construção do perfil e a circularidade dos seus diretores (42%), a realização dos negócios do sertão (10%) e a produção de receita para a Real Fazenda (36%). Apesar disso, o usufruto da mão de obra indígena, imprescindível para o Real Serviço no Vale Amazônico, ficou em segundo plano (12%). Por sua vez, o circuito transoceânico comportou uma amostra de 13 documentos. As discussões concentraram-se na regulação de negócios ilícitos (23%) realizados entre as povoações do Rio Negro e os domínios da Espanha nos rios Javari, Solimões, Napo e Içá.

Figura 2 – Mercês régias concedidas aos diretores antes e durante a administração das povoações da Capitania de São José do Rio Negro (1744-1772)



Fonte: APEP, Cód. 162, f. 67-68, 77; Cód. 200, f. 126. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 34, D. 3220; Cx. 45, D. 4083; Cx. 94, D. 7509; Avulsos de Minas Gerais; Cx. 44, D. 61; Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 75; Cx. 2, D. 117, 167. ANTT, Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 4, f. 530; livro 13, f. 451; livro 21, f. 371; livro 24, f. 392; Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, D. 2800; Ministério do Reino, Decretamentos de Serviços, Mç. 45, n. 2; Mç. 45, n. 17.

No que tange às mercês régias, foi contabilizada uma amostragem conjunta de 16 pedidos entre os circuitos interno e transoceânico. O recorte inicia-se em 1744, por conta da identificação do envio de um requerimento datado de 27 de maio daquele ano pelo cabo de esquadra Valentim Ribeiro da Silva ao Conselho Ultramarino, solicitando a sua promoção à patente de alferes, quando servia no Regimento de Dragões, da Capitania de Minas Gerais (AHU, Avulsos de Minas Gerais, Cx. 44, D. 61). As patentes militares (62,5%) foram as mercês mais requisitadas pelos diretores. Essa preponderância reforça o seu perfil majoritariamente militar. Em alguns

casos, a mediação dos governadores do Rio Negro e dos superiores do Grão-Pará aos secretários de Estado da marinha e ultramar e ao Conselho Ultramarino influenciaram positivamente na confirmação de suas cartas patentes. Já a concessão dos hábitos de Ordens Militares (12,5%) foi mais restrita, possivelmente devido ao cumprimento dos critérios de distinção social e nobiliárquica do Antigo Regime luso. Por conseguinte, o circuito interno abrangeu as requisições de ofícios civis (12,5%) e de sesmarias (12,5%). Esses pedidos apresentaram-se no expediente da correspondência direta entre os diretores do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará. Esses fluxos obedeceram a dois processos conjugados: a delegação de poderes aos governadores coloniais e o controle exercido pelos conselhos régios sobre a nobilitação dos diretores de povoações (Fragoso, 2017).

No circuito interno, a sobreposição de interesses comerciais e os conflitos de jurisdição entre os governadores do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Grão-Pará cadenciaram a ocupação de cargos, a conformação de negócios e a mediação de pedidos de mercês pelos diretores. As suas administrações nas povoações foram influenciadas pela eleição de critérios, de soluções e de estratégias pelas autoridades coloniais que se direcionaram para a consolidação da posse lusa e a defesa territorial do Vale Amazônico.

Por sua vez, no circuito transoceânico, prevaleceram os pedidos de remuneração dos serviços prestados pelos diretores antes e durante a ocupação das diretorias das vilas e lugares do Rio Negro. A sua obtenção foi contemplada no expediente de sua comunicação com a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar e o Conselho Ultramarino, no reino. As promoções foram garantidas pela origem reinol, pela experiência militar e pela inserção dos diretores em redes de clientela com os governadores do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Grão-Pará.

Sendo assim, esse foi o cenário que conformou a administração das povoações do Rio Negro. A mínima interferência dos conselhos régios no seu desempenho assegurou o seu controle sobre a ascensão dos diretores no Real Serviço. Assim, intensificaram-se os conflitos de jurisdição e de interesses que pairavam sobre a sua condução entre os governadores do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Grão-Pará.

PROVIMENTOS, DEMANDAS E NEGÓCIOS: AS DIRETORIAS DA CAPITANIA DO RIO NEGRO

A diretoria de vilas e lugares era um cargo de confiança. O diretório preconizava que os oficiais nomeados deviam ter “bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua e de todos os mais requisitos necessários” para “dirigir com acerto” os índios aldeados que “não tiverem capacidade para se autogovernarem” (Directorio, 1758, § 1).

Segundo o mesmo parágrafo da legislação, os diretores de cada uma das povoações civis deviam ser nomeados pelo “governador e capitão-general do Estado”. No entanto, na prática, inseriam-se em uma cadeia de relações de poder constituída por comandantes de fortificações, ouvidores, intendentess que lhes repassavam ordens dos governadores e capitães-generais (Domingues, 2000).

Quadro 1 – Diretores das povoações da Capitania de São José do Rio Negro (1757-1772)

Vila/lugar	Diretor/período
Vila de Barcelos (1758)	Valentim Ribeiro da Silva (1758)
	Gabriel de Sousa Filgueiras (1758-1760)
	Custódio de Matos (1760)
	Bernardo Toscano de Vasconcelos (1768)
Vila de Moura (1758)	Manuel Pedro Salvago (1759-1762)
	João Pedro Marçal da Silva (1762-1766)
	Teodoro da Frota (1766)
	Antônio Pereira Marques Rabelo (?)
Vila de Tomar (1758)	João Pinheiro de Amorim (1762)
	Antônio Rodrigues Primeiro (?)
Lugar de Airão (1759)	Lourenço José (1759)
Lugar de Carvoeiro (1759)	Pedro Maciel (1759)
	Manuel Pinheiro (1778)
Lugar de Poiães (1759)	Bento José do Rego (1759)
Lugar de Moreira (1759)	João Pedro Marçal da Silva (1759-1762)
	Antônio Francisco Mendes (1762)
	Francisco Taveira Velho (1768)
Lugar de Lamalonga (1759)	Felipe Serrão de Castro (1768)
Vila de Borba, a Nova (1756)	Diogo Antônio de Castro e Menezes (1756-1758)
	Bernardo Toscano de Vasconcelos (1759)
	Domingos Franco (1760-1763)
	Luís da Cunha d’Eça e Castro (1763-1766)
	Francisco da Fonseca (1767-1770)
	Francisco Rodrigues Coelho (1770-1771)
Vila de Serpa (1759)	Vitorino Gomes da Silva (1759-1762)
	Veríssimo José de Sousa (1762-1771)
	Manuel Francisco da Cunha (1771)
Vila de Silves (1759)	Lourenço José (1759-1763)
	Alexandre Ferreira das Neves (1763-1765)
	Felipe Serrão (1771)
	Veríssimo José de Sousa (1771)

Vila/lugar	Diretor/período
Vila de São José do Javari (1759)	Domingos Franco (1754-1759)
	Simão Coelho (1759)
	Sebastião de Siqueira Chaves Pantoja (1759-1764)
	Barnabé Pereira Malheiros (1764)
	Francisco Coelho da Silva (1768)
Vila de Ega (1759)	Sebastião de Siqueira Chaves Pantoja (1765)
	Tomé Francisco Pantoja (1770)
Vila de Olivença (1759)	João Batista da Costa (1759-1765)
	Fernando Correia Pestana (1765)
Lugar de Alvelos (1759)	Hilário de Sousa Monteiro (1759-1765)
Lugar de Nogueira (1759)	João Ribeiro Bernardes (1759-1763)
	José da Câmara Leme Vasconcelos (1759)
Lugar de Fonte Boa (1759)	Antônio Pereira Peres (1759)
	Antônio Pinheiro Leris (1762)
	Antônio Monteiro (1767)
Lugar de Castro de Avelães (1759)	Antônio José Ribeiro (1759-1765)
Lugar de Alvarães (1759)	Antônio José (1759-1765)
	Geraldo José de Sousa Bettencourt (1765-1772)
	Antônio Duarte Monteiro (1772)

Fonte: APEP, Cód. 96, f. 66-73; Cód.100, f. 159-160; Cód. 111, f. 101, 277-278; Cód.115, f. 264; Cód. 128, f. 47; Cód. 162, f. 5, 44, 47, 64, 67-68, 77, 300-301; Cód. 190, f. 32, 46.

No Rio Negro, porém, os provimentos eram feitos pelo seu governador. Embora este fosse subalterno ao governador e capitão-general, uma vez que a capitania era subordinada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, ele tinha liberdade, por exemplo, para se corresponder diretamente com Lisboa. Além disso, a distância entre a vila de Barcelos e a cabeça do Estado, bem como o caráter fluvial da comunicação entre os núcleos urbanos da região podem explicar essa relativa autonomia do governador do Rio Negro para a resolução de questões administrativas. Por outro lado, acreditamos que justamente em razão dessa relação hierárquica, e em atenção aos termos expressos no início da legislação de 1757, os diretores recorriam à intervenção dos governadores e capitães-generais em Belém.

Os provimentos e as destituições eram feitos pelos governadores do Rio Negro, cabendo aos ouvidores fiscalizar o exercício de suas atribuições nas povoações por meio da realização de correições (APEP, Códice 162, f. 253-255). Constatamos que certo governador e capitão-general procurou resguardar as prerrogativas do seu subordinado. Em carta de 3 de julho de 1770, Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772) ratificou ao ouvidor do Rio Negro, Antônio José Pestana da Silva, que aos seus governadores “pertencia pôr e remover os Diretores quando a necessidade o instar”. A constatação de desvios e o descumprimento de prerrogativas de dire-

tores lhes deveriam ser reportados para “prover de remédio” o governo dos índios (APEP, Códice 162, f. 254). Também houve casos em que os interesses comerciais e políticos dos governadores do Rio Negro se sobrepuseram aos dos governadores e capitães-generais, seus superiores, fazendo se avolumarem as disputas pelo controle sobre as nomeações (APEP, Códice 111, f. 101; APEP, Códice 162, f. 300-301). É certo, porém, que diretores buscaram a interferência ou intercessão de governadores e capitães-generais quando pretendiam satisfazer suas demandas.

Assim o fez o cabo de esquadra João Pedro Marçal da Silva em correspondências enviadas ao governador interino do Rio Negro, Valério Correia Botelho de Andrade, em 24 de dezembro de 1761 e em 10 de outubro de 1763, ao agradecer-lhe pela sua nomeação para a diretoria do lugar de Moreira (Rio Negro), por volta de 1762. Em seu discurso, Marçal da Silva reiterava que o seu interlocutor possuía um “generoso coração”, e sendo “tão liberto de maledicências não podia deixar de senão compadecer da [sua] pobreza”. Por conta disso, na sua administração, pretendia “por em tudo imitar as heroicas ações cristãs de Vossa Excelência” (APEP, Códice 115, f. 264).

Por sua vez, em 1763, o capitão de infantaria de auxiliares Hilário de Sousa Monteiro requereu ao governador e capitão-general do Grão-Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, o seu deslocamento da diretoria do lugar de Alvelos para a da vila de Ega – confluência entre os rios Solimões e Javari. O pedido fundamentava-se na ostentação de sua patente militar e na vacância do cargo. Com isso, esperava a sua confirmação “para assim ter mais com que faça o visto decência não desfrute o gosto de Vossa Excelência” (APEP, Códice 128, f. 47).

Esses oficiais valeram-se da mobilização dos vínculos de subordinação que estruturavam as relações de poder entre os governadores do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Grão-Pará, em suas missivas, para justificar a confirmação de seus postos e/ou deslocamento de um lugar para uma vila. Também, o déficit de efetivos se constituiu em fortuna para os militares que almejavam ocupar uma diretoria, pois favoreceu a abertura de agendas de negociação com as autoridades.

Por outro lado, o controle sobre a seleção e a confirmação das investidas era estratégico para o atendimento de seus interesses, haja vista a administração das vilas e lugares permitir o acesso às suas riquezas – gêneros agrícolas e extrativos – e a obtenção de lucros em negócios lícitos e ilícitos, dentro e fora dos domínios portugueses. Essas atividades compunham a base do governo dos índios nas povoações: o Real Serviço e o comércio colonial. O desempenho de ambos dependia do acesso à força de trabalho indígena, empregada na condução de canoas de transporte pelos rios – pilotos e remeiros –, pesca, agricultura, expedições de coleta de drogas do sertão, defesa territorial, obras públicas etc. (Guzmán, 2017).

O diretório estipulava que os índios aldeados nas povoações deviam ser repartidos entre colonos e autoridades coloniais, mediante a publicação de portarias assinadas pelos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará. Aos principais

cabia conduzir a sua divisão, e aos diretores, supervisioná-la e acautelar a remuneração paga pelos moradores a ser repassada aos nativos após a prestação dos serviços (Directorio, 1758, § 61-62).

As queixas sobre a disponibilidade de índios aptos à repartição fizeram parte do cotidiano das povoações. Essas reivindicações reforçam como os jogos de poder estruturaram a manutenção e a expansão de vilas e lugares na Capitania do Rio Negro. Em fins de 1762, o diretor da vila de Serpa (Rio Madeira), sargento Veríssimo José de Sousa, afirmava não ter indígenas suficientes para empregar na pesca “e as mais disposições do serviço desta capitania” (APEP, Códice 100, f. 159-160). Em fins de 1771, no lugar de Alvarães (rios Javari e Solimões), o diretor Antônio Duarte Monteiro era acusado de retirar índios do serviço antes do tempo previsto para usufruto pessoal, o que lhe rendeu um pedido de remoção do cargo pelos principais e pelos moradores da povoação (APEP, Códice 111, f. 277-278). Por sua vez, ainda no mesmo ano, o diretor da vila de Borba (Rio Madeira), Francisco Rodrigues Coelho, apresentava ao governador e capitão-general do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, como as fugas empreendidas para o “mato” pelo principal Miguel do Rego e Domingos, por conta dos assédios praticados pelo cabo de canoa Francisco de Góis às suas mulheres e às suas cunhadas, prejudicavam o seu acesso à mão de obra indígena (APEP, Códice 236, f. 319).

Os relatos sobre os desvios, a exploração e o usufruto indevido da força de trabalho indígena nas povoações foram outra faceta desse processo. O extrativismo florestal – resinas, unguentos, cravo, cacau, entre outras – e a agricultura – farinha, milho, arroz, anil e tabaco – constituíram-se em atividades complementares na composição econômica da Capitania do Rio Negro (Lima, 2018). Os diretores dependiam da comercialização desses produtos para obterem a sua remuneração, sendo esta composta pela sexta parte dos gêneros agricultáveis e extrativos produzidos e coletados pelos indígenas, com exceção dos comestíveis nas expedições de coleta e de cultivo da terra. No âmbito das povoações civis, a sua participação nos negócios realizados entre colonos e indígenas era proibida (Directorio, 1758, § 34).

Na prática, os diretores do Rio Negro atuaram em duas escalas comerciais: interna e transfronteiriça. A escala interna correspondia ao registro dos rendimentos e da tributação dos dízimos das povoações na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios e aos governadores e capitães-generais do Estado (Mota, 2018). Por sua vez, a escala transfronteiriça caracterizou-se pelo comércio de fronteira – contrabando – praticado com os domínios de Espanha por meio da navegação dos rios Javari, Solimões, Napo e Içá (AHU, Códice 593, f. 29-30v).

A arrecadação de gêneros e de valores em espécie obedecia à contabilidade apresentada pelos diretores. Nesse movimento, do lugar de Nogueira (rios Javari e Solimões), o diretor João Bernardes remeteu uma remessa de 384 arrobas de cacau e 12 arrobas de salsa, pertencentes aos moradores e aos índios (APEP, Códice 93, f. 9-12);

e, do Lugar de Poiares (Rio Negro), o diretor Bento José do Rego enviava 26\$500 réis, relativos ao comércio do cacau, salsa e peixes feito por principais e soldados casados, bem como 80 potes de manteigas de tartaruga, ambas as remessas a serem entregues na Tesouraria Geral dos Índios pelo sargento Veríssimo José de Sousa (APEP, Códice 93, f. 7-8).

Os governadores do Rio Negro almejavam centralizar o repasse desses rendimentos ao Grão-Pará. Tal medida estreitaria o seu controle sobre o acesso às riquezas da capitania. Entretanto, demonstrou-se algo muito distante de se tornar efetivo em suas administrações, por conta dos ajustamentos, das alianças e das redes constituídas pelos diretores com indígenas, cabos de canoa e militares. Em 1759, Joaquim de Melo e Póvoas justificava-se a Manuel Bernardo de Melo e Castro por não ter lhe enviado

[...] as relações do que vai das mais povoações deste rio [Negro], por não caber no tempo, o mandá-las vir; porém, sempre faço aviso aos diretores delas para que mandem estes negócios para baixo, com toda a distinção, clareza e brevidade, inteiramente o que manda o Diretório (APEP, Códice 96, f. 9).

Na passagem para os domínios espanhóis, os negócios tomavam forma nas redes constituídas pelos diretores das povoações e os governadores do Rio Negro com os governadores da Província de Maynas – dependência da Real Audiência de Quito. As trocas eram favoráveis para ambos os lados, pois os portugueses almejavam o acesso às jazidas de ouro e de prata da cidade de Quito, e os espanhóis buscavam franquear o abastecimento populacional de seus *pueblos* mediante a aquisição de recursos – tecidos, armas, tinturarias, entre outros (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 48, D. 4408; Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 64).

Os contatos eram intensos entre os seus administradores. O governo de Maynas colocava-se à disposição para negociar com os diretores das povoações de São José do Javari, Castro de Avelãs e Olivença. Tanto que, em meados de 1765, o ex-diretor de São José do Javari, tenente Sebastião de Siqueira Chaves, foi acusado pelos índios da povoação de ter usurpado os gêneros que haviam coletado no sertão para comercializá-los com os missionários dos *pueblos* de Chiquitá e São Joaquim – ambos na entrada do Rio Içá –, à revelia dos interesses da Real Fazenda Portuguesa (APEP, Códice 156, f. 143).

Ainda no Rio Içá, o frade espanhol Antônio José acompanhou o governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas, até a povoação de Castro de Avelãs (rios Javari e Solimões), para que lhe concedesse uma licença para “introduzir no Pará as Drogas do seu Rio, ao que lhe disse que por nenhum modo eu podia consentir em tal” (AHU, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 64). Como contrapartida, o governador de Maynas – não identificado – ofertou ao diretor da vila de Olivença, João Batista

da Costa, uma “patente de capitão-general para tudo o que prestar naquelas partes”, em troca da “boa passagem de um castelhano que lhe dizem foi para esta cidade”. A negociação foi concluída com a oferta de sal, que havia em grande abundância no lado espanhol, por 40 réis a arroba, ao que Batista da Costa recusou (APEP, Códice 96, f. 157-161).

Por conseguinte, em 1766, o governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, era acusado de estar encabeçando uma rede comercial que integrava os diretores das povoações de Tomar, Poiares, Lamalonga e Moreira (Rio Negro), os comandantes da Fortaleza de São José dos Marabitanas e o governo da Província de Maynas. Os seus negócios envolviam a compra e a venda de africanos escravizados, salsa, sal e medicamentos em troca do livre acesso dos espanhóis aos domínios portugueses (AHU, Avulsos do Rio Negro, Cx. 2, D. 129).

Mais uma vez, as missivas reforçam o dinamismo da administração das vilas e lugares da Capitania do Rio Negro. Nem sempre o rendimento dos negócios do sertão e dos gêneros agrícolas foram suficientes para suprir as necessidades básicas e as demandas comerciais de diretores, governadores, indígenas e moradores. Diante disso, os desvios tornaram-se parte de sua condução, dando-se no limite entre a anuência e os vetos promovidos pelo governo local.

A necessidade de se assegurar a defesa territorial da Capitania do Rio Negro, associada à experiência militar e à inserção de alguns de seus diretores em redes de clientela com os seus governadores e os seus superiores do Grão-Pará, facilitou o atendimento dos seus pedidos de nomeações, de deslocamentos e de substituições entre vilas e lugares.

DIRETORES DAS POVOAÇÕES CIVIS DO RIO NEGRO: ESBOÇOS DE TRAJETÓRIAS

A tarefa de levantar dados que nos permitam conhecer as “histórias de vida” e os “deslocamentos” (Bourdieu, 2006) desses oficiais régios no Real Serviço não tem se mostrado propriamente simples, nem tão proveitosa como imaginávamos a princípio. Em alguns casos, porque a homonímia faz com que Antônio José, diretor do lugar de Alvarães, por exemplo, só possa ser reconhecido se as fontes fizerem referência às funções que ele exerceu e/ou aos locais onde as desempenhou. Para a maioria dos personagens, a ausência de documentos contendo dados pessoais dificulta bastante o trabalho de construção das biografias individuais e, por conseguinte, de uma biografia coletiva.

Por esse motivo, neste capítulo, não pretendemos ensaiar um exercício de propopografia, ainda que a amostragem seja respeitável. Apresentamos um esboço geral do perfil dos diretores das povoações civis do Rio Negro, no recorte temporal

considerado, recorrendo a informações como: local de nascimento, educação – formação – e experiências de ofício – serviços –, analisados à luz da metodologia da escrita prosopográfica, proposta por Lawrence Stone (1981).

Esses oficiais régios eram, na sua grande maioria, homens brancos. No entanto, em alguns casos, também poderiam ser admitidos “filhos da terra”, principais – chefias indígenas – e reinóis na condução das povoações civis (Domingues, 2000; Hemming, 2011; Santos, 2012; Souza Júnior, 2012). Não eram fidalgos por mercê do rei, muito menos de origem, como se pode concluir por meio do levantamento dos foros de fidalgo da Casa Real, em que nenhum dos nomes identificados foi localizado.

A experiência militar era um importante fator levado em consideração pelos governadores do Rio Negro. Em geral, os agentes nomeados para as diretorias da capitania eram, majoritariamente, do médio oficialato – tenentes e capitães. Contudo, as condições político-territoriais muitas vezes adversas implicaram reorientações na seleção dos providos (APEP, Códice 162, f. 44). A longa zona de fronteira aberta com os domínios espanhóis contrastava com a baixa disponibilidade de tropas que assegurassem a sua defesa e o incremento demográfico das vilas e lugares por meio da promoção de casamentos mistos. Por conta disso, os governadores do Rio Negro, com a anuência de seus superiores do Grão-Pará, precisaram recorrer, em alguns casos, não somente à investidura a contragosto dos interesses de alguns oficiais, mas também daqueles oriundos do baixo oficialato.

Esse parece ter sido o ocorrido nas vilas de São José do Javari (Rio Javari) e de Borba, a Nova (Rio Madeira), em meados de 1759. Para a povoação do Javari, o governador Joaquim de Mello e Póvoas designou o capitão Simão Coelho, “por ser um oficial capaz de se empenhar todo o emprego para que o destinarem”, apesar de ter a plena ciência de seu manifesto desejo de se recolher “a essa cidade [Belém]”. Já para o Rio Madeira, foi nomeado o alferes de infantaria Bernardo Toscano de Vasconcelos, por não haver “oficial de patente que possa mandar para aquele rio” (APEP, Códice 96, f. 66-67). De outro modo, alguns futuros diretores vieram para o Grão-Pará integrando as fileiras de regimentos enviados de Portugal à altura em que se organizava a primeira expedição demarcatória do Tratado de Madrid (1750), e/ou tiveram atuação em forças militares de capitanias do Estado do Brasil. Foram os casos dos reinóis Valentim Ribeiro da Silva, diretor da vila de Barcelos, e do citado Bernardo Toscano de Vasconcelos, diretor de Borba, a Nova.

Valentim Ribeiro da Silva era um modelo bem-acabado de oficial régio a serviço da aplicação do diretório, não só por sua formação e experiências militares, mas pela proximidade do governador do Rio Negro. O estudo de sua trajetória mostrou-se, até o momento, um dos mais promissores pela quantidade de dados biográficos encontrados. Nascido em Lisboa, em 1717, era o terceiro de quatro irmãos. Sentou praça de soldado do Regimento de Dragões da Capitania de Minas Gerais em 1735, sendo promovido a cabo de esquadra (1741) e a furriel. Experimentado em diligên-

cias para a “cobrança da Real Capitação andando tempo dilatado por jornadas nas conduções dos ouros”, requereu nomeação para ajudante supra de um terço da guarnição do Rio de Janeiro. Não encontramos registros de que teve êxito. Em 1753, alcançou a patente de tenente de um regimento do qual era coronel o brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, mais tarde governador do Maranhão, “que de novo se cria para passar à cidade do Pará”. Em 27 de setembro do mesmo ano, Valentim Ribeiro da Silva foi mandado ao Rio Negro para atuar nas demarcações do Tratado de Madrid, entrando, posteriormente, no serviço do governador da capitania, Joaquim de Melo e Póvoas (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3838; Avulsos de Minas Gerais, Cx. 62, D. 62; Avulsos do Pará, Cx. 34, D. 3220; Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 35, D. 3671; Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 75; ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra B, Mç. 5, n. 29, Cx. 74).

Nesse período – mais ou menos de 1757 a 1761 –, o militar português assumiu a diretoria da vila de Barcelos (1758). Recebeu as maiores deferências por todos os seus préstimos, corroborando a ideia de que os diretores eram pessoas próximas e da confiança dos governadores. Em ofício de 7 de setembro de 1760, ao secretário da marinha e do ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Joaquim de Melo e Póvoas elogiou o zelo com que Valentim Ribeiro da Silva se empregava nas obras da Capitania do Rio Negro, “não reparando nem em chuva, nem em sol, porque com todo o rigor do tempo lidava” para concluir tudo com rapidez. Por essa razão, pediu ao “tio” secretário que lembrasse ao rei “o bom serviço que lhe tem feito neste sertão” o tenente Valentim, para que este lograsse a patente de capitão. Além disso, numa demonstração de grande apreço pelo militar, assegurou que, se os serviços do tenente “não fossem bastantes para adquirir esta mercê, ofereceria todos os que tenho feito para que Sua Majestade o atendesse”. Valentim Ribeiro da Silva continuou servindo a Joaquim de Melo e Póvoas no Maranhão, tendo sido nomeado tenente de infantaria do regimento do governador. A promoção a capitão chegou tarde – a patente era de 18 de fevereiro de 1768 –, mas o militar falecera quase dois meses antes (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 40, D. 3954; Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 75; ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra B, Mç. 5, n. 29, Cx. 74; Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 21, f. 371).

Bernardo Toscano de Vasconcelos também era natural de Lisboa. Sentou praça de soldado da Armada Real em 5 de janeiro de 1752 e, em pouco mais de um ano, foi provido no posto de alferes de uma companhia de um dos dois regimentos enviados ao Pará; um dado que o aproximava de Valentim Ribeiro da Silva, assim como o fato de ter dirigido a vila de Barcelos (Quadro 1). Nos anos que se seguiram à diretoria das povoações civis, Bernardo Toscano alcançou a patente de sargento-mor da infantaria auxiliar do Maranhão, por provimento do governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Em 1778, já no tempo de João Pereira Caldas, habilitou-se para receber o ofício de selador da Alfândega do Pará, “uma ocupação que costuma

nomear os governadores daquele Estado em quem lhe parece”. O requerimento é sugestivo do enraizamento de interesses desses agentes. Ainda não sabemos se Toscano conseguiu obter a mercê, e mesmo se era próximo do governador João Pereira Caldas, tal como parece ter sido do seu antecessor. Seus negócios abrangiam outras atividades. Por exemplo, em 1788, viu-se no centro de uma querela por ter adquirido um terreno em Belém, considerado de utilidade pública, onde construiu um engenho para beneficiar arroz (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 50, D. 5036; Avulsos do Pará, Cx. 97, D. 7762; ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Mç. 19, n. 14, Cx. 386; Registro Geral de Mercês, D. Maria I, livro 4, f. 175v).

Percebemos o enraizamento de interesses em outras trajetórias. Fernando Correia Pestana pediu, em 1752, ao rei a confirmação de meia-légua de terras, que lhes foram doadas pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. À época, morava em Tapará, distrito do Gurupá, e, mais tarde, foi diretor da vila de Olivença (ANTT, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, livro 4, f. 530). Bento José do Rego continuou morando em Poiães depois de exercer a diretoria dessa povoação e se encartou nos ofícios de contador e de escrivão da Real Fazenda da Capitania do Rio Negro (AHU, Avulsos do Rio Negro, Cx. 7, D. 296).

Além do enraizamento de interesses, o caso “desviante” de João Ribeiro Bernardes chamou atenção por não se tratar de um militar. Os primeiros indícios para o estudo da trajetória do diretor do lugar de Nogueira provêm de um malfadado processo de habilitação para familiar do Santo Ofício, entre 1749 e 1750. Segundo testemunhas inquiridas nas diligências, Bernardes era um “homem de negócio natural da cidade de Lisboa, e morador nesta cidade do Pará, de bom procedimento, vida, e costumes, capaz de negócios de importância e segredo”. No entanto, “todos afirmam andar ausente por causa de dívidas, e que não tem nada de seu, que sabe ler, e escrever, que representa ter de 30 até 37 anos, pouco mais ou menos, que é solteiro, não tem filho ilegítimo” (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, D. 2800). Em outras palavras, preenchia quase todos os requisitos para receber a carta de familiar – inclusive ser filho e neto de cristãos-velhos –, à exceção da posse de bens e do não endividamento (Vainfas, 2000).

Um aspecto importante, mas ainda incipiente, das trajetórias dos diretores de povoações civis do Rio Negro diz respeito às compensações pelos serviços prestados após o exercício das diretorias. Não encontramos muitas informações sobre a concessão de mercês remuneratórias pela Coroa Portuguesa, a não ser para casos já analisados. Valentim Ribeiro da Silva não exerceu o posto de capitão – dado o breve lapso entre a data de sua morte e a da promoção –, porém, seus três irmãos, Maria Teresa Rosa, o padre Brás da Costa e Silva e José Antônio da Silva, habilitaram-se como herdeiros dos seus serviços. O mais novo, José Antônio, recebeu um hábito da Ordem de Cristo, juntamente com uma tença que deveria ser repartida com os outros irmãos (AHU, Avulsos do Brasil Geral, Cx. 24, D. 2045; Avulsos de Minas

Gerais, Cx. 111, D. 94; ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra B, Mç. 5, n. 29, Cx. 74).

Bernardo Toscano de Vasconcelos é o único, até o momento, de quem encontramos um pedido de remuneração pelos mais de 30 anos de serviços, entre os quais, ter sido “por muitas vezes encarregado de várias diretorias de povoações de índios”. Em reconhecimento dos seus préstimos, requereu, por volta de 1778, a nomeação para o governo de Santa Catarina, do Rio Grande de São Pedro, do Rio Negro ou a capitania-mor do Rio Grande do Norte – postos geralmente ocupados por indivíduos de perfil militar –, conservando a patente de sargento-mor da infantaria auxiliar do Maranhão, sem receber soldo enquanto estivesse em algum dos governos. Não teve o sucesso pretendido, mas seus serviços não ficaram sem reconhecimento, ainda que não diretamente por parte da Coroa Portuguesa, mas por seus representantes à frente do Estado do Grão-Pará ou da Capitania do Rio Negro. Alguns anos depois, foi recompensado com a nomeação para ajudante de ordens dos governos do Pará e do Rio Negro – com a manutenção da patente de sargento-mor – e uma tença de 100 mil réis, à qual poderia renunciar em favor de sobrinhas donzelas (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 52, D. 5036; Avulsos do Pará, Cx. 89, D. 7253; Cx. 96, D. 7602; ANTT, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, livro 4, f. 175v).

Por fim, ao sargento Bento José do Rego, promovido, em 1771, a capitão de infantaria do Terço de Auxiliares da Capitania do Rio Negro, por indicação do governador e capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive, coube, em 1789, a nomeação para escrivão da Fazenda das Demarcações – do Tratado de Santo Ildefonso – pelo governador da capitania, Manuel da Gama Lobo d’Almada, em razão da larga experiência do ex-diretor do lugar de Poiares no ofício de escrivão da Fazenda do Rio Negro (AHU, Avulsos do Rio Negro, Cx. 15, D. 570; ANTT, Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 24, f. 392).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos circuitos interno e transoceânico da comunicação política dos diretores de povoações civis e dos governadores do Rio Negro e seus interlocutores no Grão-Pará e no reino nos fornece uma visão geral sobre os critérios de provimentos, a condução da administração e as trajetórias daqueles oficiais encarregados das diretorias.

A condição fronteiriça, a posse territorial e o incremento populacional das povoações do Rio Negro converteram os militares reinóis que atuaram nas expedições de demarcação do Tratado de Madrid (1750) ou em regimentos no Estado do Brasil em oficiais ideais para a administração das vilas e lugares da capitania. A salvaguarda da jurisdição dos governadores do Rio Negro nos seus provimentos conformou uma adaptação estratégica na aplicação da lei do diretório, em função das adversas condi-

ções logístico-territoriais que caracterizaram a posse da capitania. Isso levou ao cultivo de relações pessoais entre os diretores e as autoridades coloniais do Rio Negro e do Grão-Pará, e à abertura de canais de negociação para a ocupação e o deslocamento de/entre diretorias e a exploração do potencial econômico das povoações.

No cotidiano das vilas e lugares, o governo dos índios conformou-se no comércio colonial e no Real Serviço. Essas atividades desdobraram-se na construção de negócios lícitos e ilícitos que ora amalgamavam, ora sobrepunham os seus interesses em uma complexa rede que associava diretores, autoridades coloniais, militares, chefias indígenas e cabos de canoa em trânsito na fronteira entre os domínios de Sua Majestade Católica e Sua Majestade Fidelíssima.

Concluimos que o exercício das diretorias das povoações civis do Rio Negro foi uma atividade articulada a diversos aspectos da colonização na segunda metade do século XVIII. No que diz respeito aos administradores das vilas e lugares, reiteramos o que a historiografia consagrou sobre o seu perfil. Eram, portanto, indivíduos de formação essencialmente militar, e com trajetórias de serviços em diferentes partes do Império Português. Entre eles, não havia fidalgos nem cavaleiros; um indício de que a investigação terá que avançar para identificarmos com mais exatidão a extração social desses agentes. Por outro lado, apesar de termos conhecimento das mercês que receberam antes ou em época próxima da administração das povoações, pretendemos, ainda, compreender o valor do exercício das diretorias para o acrescentamento das suas trajetórias no Real Serviço, mediante a concessão, pela Coroa Portuguesa, de mercês remuneratórias pelo desempenho daquela função.

FONTES

Impressa

DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Códice 593 – Registro de ordens expedidas para os governadores e mais autoridades das capitânias do Pará, Maranhão e Piauí. 1761-1764.

Avulsos do Brasil Geral, Cx. 24, D. 2045; Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3838; Cx. 40, D. 3954; Cx. 50, D. 5036; Cx. 52, D. 5036; Avulsos de Minas Gerais, Cx. 44, D. 61; Cx. 62, D. 62; Cx. 111, D. 94; Avulsos do Pará, Cx. 34, D. 3220; Cx. 45, D. 4083; Cx. 48, D. 4408; Cx. 89, D. 7253; Cx. 94, D. 7509; Cx. 96, D. 7602; Cx. 97, D. 7762; Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 35, D. 3671; Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 64, 75; Cx. 2, D. 117, 129, 167; Cx. 7, D. 296; Cx. 15, D. 570.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra B, Mç. 5, N.º 29, Cx. 74.

Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Mç. 19, N.º 14, Cx. 386.

Ministério do Reino, Decretamentos de Serviços, Mç. 45, N.º 2; Mç. 45, N.º 17.

Registro Geral de Mercês, D. José I. Livros 4, 13, 21 e 24; D. Maria I, livro 4.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, D. 2800.

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Código 93 – Correspondências de Barcelos, Lugar de Nogueira, Poiares e Belém.

Códices 96, 100, 111, 115, 122, 128, 156, 162, 167, 190, 200, 235 e 236 – Correspondência de Diversos com o Governo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os vassallos d'el rey nos confins da Amazônia*: a colonização da Amazônia Ocidental. 1750-1798. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios*: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília, DF: Ed. UNB, 1997.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*: suas missões e a colonização – bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinicius Zúñiga. A lei do diretório dos índios (1757-1798). In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (org.). *Em linhas tortas*: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX). Ananindeua: Ed. Cabana, 2021. p. 130-144.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinicius Zúñiga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). *Revista de História*, São Paulo, n. 174, p. 101-129, 2016.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º marquês do Lavradio no século XVIII. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 142-167, 2015.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, Lisboa, 2019.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FRAGOSO, João. Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. *In*: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 49-99.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUZMÁN, Décio. La primera urbanización de los “Abunás”. Mamelucos, indios y jesuítas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. *Boletín Americanista*, Barcelona, v. 2, n. 75, p. 53-73, 2017.

HEMMING, John. *Árvore de rios*: a história da Amazônia. São Paulo: Editora Senac, 2011.

HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo*: 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa: Create Space Independent Publishing Platform, 2015.

JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

LIMA, Kézia Wandressa da C. *A presença negra na capitania do Rio Negro na Amazônia colonial*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e; ROCHA, Rafael Ale. História e historiografia da capitania de São José do Rio Negro (1755-1823). *In*: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 403-435.

MELO, Vinícius Zúñiga. O significado da transgressão no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798). *Clio*, Recife, n. 38, p. 421-442, 2020.

MELO, Vinícius Zúñiga. *Os diretores de povoações*: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798). Belo Horizonte: Caravana, 2022.

MOTA, Oziane de Jesus de Lima. *Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

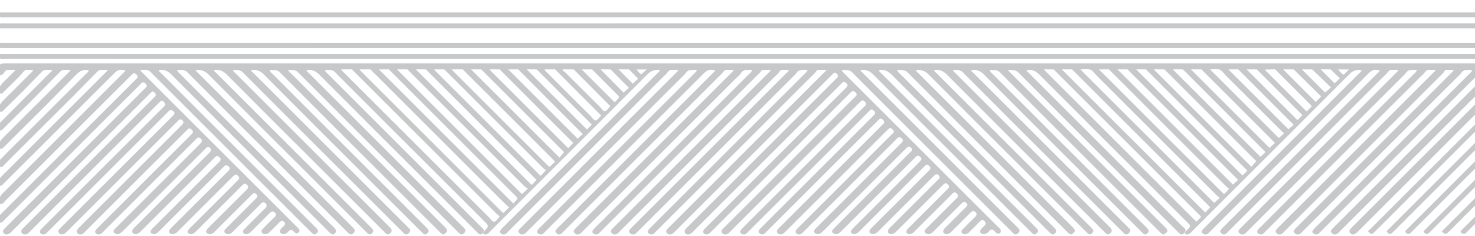
SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Ed. UFAM, 2011.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na capitania do Rio Negro no século XVIII*. 2012. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: STONE, Lawrence. *The Past and Present*. Boston: Routledge: Kegan Paul Books, 1981. p. 45-62.

VAINFAS, Ronaldo. Familiares do Santo Ofício. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 218-220.



CAPÍTULO 6

ARUÁS EN LOS PRIMEROS TIEMPOS DEL DIRECTORIO

frontera, trabajo y poder en la desembocadura
del Amazonas

PABLO IBÁÑEZ-BONILLO

INTRODUCCIÓN¹

La Amazonía portuguesa inició un periodo de profundas transformaciones legislativas con la llegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado en 1751. Junto con otras medidas de impacto, como la expulsión de la Compañía de Jesús o la creación de una compañía de comercio, en 1758 entró en vigor el “Directorio que se debe observar en las poblaciones de los Indios del Pará y Maranhão”. Se trataba de una guía de 95 puntos para gestionar la recientemente proclamada libertad de los pueblos indígenas y el fin de la administración de las aldeas por los misioneros, en 1755.

Para la historiografía tradicional, el directorio supone un punto y aparte en la historia colonial de la región, en la medida que establecía un mayor control de la corona sobre las poblaciones indígenas. Sin embargo, en las últimas décadas se vienen subrayando las continuidades con el periodo anterior y, en particular, con el Regimiento de las Misiones, que desde 1686 ordenaba la gestión de las aldeas de los pueblos originarios. De la misma manera, también se ha puesto en cuestión el

1 Publicado originalmente en *Revista de História*, São Paulo, n. 178, 2019. Todas as obras e todos os documentos utilizados na pesquisa e na elaboração do texto são citados nas notas e na bibliografia. Este trabalho é financiado por fundos nacionais por meio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., (FCT, I.P.), no âmbito da Norma Transitória do Decreto-Lei nº 57/2016/CP1453/CT0094.

origen exclusivamente metropolitano del directorio, al reconocer la influencia de las dinámicas locales en su diseño y ejecución (Coelho, 2016; Domingues, 2000; Roller, 2014; Sampaio, 2012; Sommer, 2000).

Este capítulo participa de esta visión descentrada de la legislación colonial, enfatizando el estudio de las lógicas locales en la concepción y aplicación del directorio; y parte de ella para analizar la complejidad de las reacciones de las poblaciones indígenas a los cambios propuestos en la década de 1750. Para ello, se ha optado por el análisis microhistórico de dos comunidades: la villa de Chaves, situada en la costa norte de la isla de Marajó, y el lugar de Rebordello, en la vecina isla de Caviana. Son varias las razones para la elección de ambas comunidades.

En primer lugar, el análisis de caso nos permite acceder a un nivel de cotidianidad que generalmente pasa desapercibido en estudios más amplios. En este contexto, no se ha buscado aquí un caso extraordinario que nos permita hacer un abordaje original; por el contrario, las dos comunidades escogidas sirven como un ejemplo del cotidiano de las villas pombalinas en las fronteras amazónicas. Parafraseando a Luis González y González, podemos afirmar que ni Chaves ni Rebordello han hecho méritos para aparecer en los libros de historia de Brasil². Allí no nacieron grandes figuras históricas ni tampoco ocurrieron batallas memorables. Pero es precisamente su “tipicidad” que nos parece relevante para el estudio actual sobre la naturaleza negociada de la frontera (González, 1968)³.

Uno de esos rasgos típicos es la continuidad en la ocupación del espacio, puesto que la mayoría de las villas se fundaron sobre misiones religiosas preexistentes o en emplazamientos cercanos a las antiguas misiones. Éste fue el caso de Chaves y Rebordello, como veremos más adelante. Además, muchas de esas misiones ya habían sido fundadas en espacios previamente ocupados por sociedades amerindias, como también parece haber sido el caso de las dos comunidades estudiadas en este capítulo, situadas en una región tradicionalmente asociada con las poblaciones aruás.

Debido a su precaria conexión con los centros coloniales y a la deficiente implantación portuguesa en el interior, muchas de las villas amazónicas de aquella época pueden ser consideradas como emplazamientos de frontera. Algunas de ellas, además, reforzaban su posición fronteriza al situarse en los límites de las posesiones portuguesas con las de otras potencias coloniales, como Francia o España. Por ejemplo, Chaves y Rebordello se encontraban entre la capitanía de Pará y las posesiones francesas de Cayenne. Tal y como se verá en las próximas páginas, la particular posición geográfica de ambas aldeas ofreció riesgos y oportunidades a sus habitantes,

2 A pesar de ello, Ferreira Penna dedicó un artículo de prensa a Rebordello en 1888 mencionando algunos de los pasajes incluidos en este capítulo (Ferreira Penna, 1973, p. 251-253).

3 Ver también los ensayos incluidos en: Saito y Rosas (2017). Sobre la Amazonía brasileña, ver: Lopes (1999), Sampaio (2003).

quienes adoptaron varias estrategias, que pretendemos recuperar a partir del estudio pormenorizado de los acontecimientos ocurridos entre 1757 y 1767.

La elección del marco temporal se debe, en parte, a la figura del misionero franciscano fray Antonio de Santo Agostinho, quien permaneció en Rebordello por varios años después de la aplicación del directorio. Utilizamos como base documental las cartas que escribió en esta localidad para así construir nuestra aproximación al día a día de aquellas comunidades en los primeros años de aplicación de la nueva legislación pombalina. Para completar la panorámica, consideraremos también la documentación referida a las demás comunidades con presencia aruá en la isla de Marajó, situadas en la región del Río Paracauari.

Toda esta documentación se encuentra disponible en la *Correspondência de Diversos com o Governo* del Archivo Público do Estado do Pará. Cabe puntualizar que no todos los códigos se encontraban disponibles para consulta durante la elaboración de la presente investigación⁴. Para compensar en parte estas limitaciones se han consultado también los *Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Pará*, disponibles en el Archivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

El conjunto de estas fuentes analizadas nos ofrece un retrato más o menos fiel de la vida cotidiana en ambas comunidades. A través de los acontecimientos que alteraron la vida de sus habitantes durante una década, exploraremos a continuación las cuestiones relacionadas con las luchas de poder en el ámbito local, los tratos entre aruás y franceses, así como la implicación de las comunidades en la fortificación de Macapá y en la defensa de la costa, con base en una estructura que combina el eje cronológico con la discusión temática ya sugerida.

Así, se presenta en primer lugar una síntesis de las dimensiones histórica y geográfica de la región bajo estudio. A continuación, se abordan las dificultades de la aplicación del directorio en Chaves y Rebordello, dando voz a los protagonistas locales de una historia que incluye la emergencia de Macapá como poderoso centro de influencia regional. Se analiza también la captura de una canoa francesa en el puerto de Rebordello y la posterior revuelta del capitán Francisco dos Santos contra el principal de su comunidad. En la última parte del texto se consideran los efectos de la guerra y de las epidemias sobre los habitantes de la región.

4 Algunos códigos se encontraban en tan mal estado que ni siquiera pueden ser consultados. Otros estaban en proceso de higienización para su posterior digitalización, en un esfuerzo tan lento como loable por parte de los trabajadores del archivo, a quienes agradezco la colaboración durante mi investigación.

ARUÁS EN MARAJÓ ANTES DEL DIRECTORIO

El Archipiélago de Marajó está situado en la desembocadura del Río Amazonas. Del conjunto de islas que lo forman, se destaca especialmente la enorme Isla de Marajó, también conocida como Ilha Grande de Joanes en el periodo colonial, la cual cuenta con una extensión similar a la de países como Suiza o los Países Bajos. Otras islas menores son las de Caviana o Mexiana, situadas al norte del archipiélago.

Aunque todas parecen haber estado habitadas en algún momento antes de la conquista europea, la Isla de Marajó presenta una mayor concentración de evidencias arqueológicas. En ella hay registro de ocupación desde hace miles de años, siendo la cultura marajoara la expresión más compleja de esa tradición. Dos de sus características más notables son los montículos de tierra empleados para lidiar con las inundaciones estacionales y la bella cerámica funeraria (Schaan, 2000, 2004).

Los europeos no llegaron a conocer el esplendor de estas poblaciones, puesto que la cultura marajoara dejó de existir como tal antes de la conquista. En su lugar, las primeras fuentes escritas nos ofrecen una descripción fragmentada del mapa humano del archipiélago. Hay registros de múltiples etnónimos, entre los que se destaca el término genérico *nheengaíba*, “que quer dizer má linguagem” (Daniel, 2004, p. 370). Todo apunta a que, en su conjunto, los grupos del archipiélago hablaban varias lenguas – algunas de origen arahuaco – y que su diversidad no impedía las interacciones culturales, comerciales y políticas.

Uno de estos grupos indígenas eran los aruás, aunque su posición estuvo limitada mayormente a la costa atlántica del archipiélago. Los rastros dejados por su cultura material permiten especular con las Guayanas como su tierra de origen, desde donde se habrían desplazado hacia el sur siguiendo el litoral en los siglos anteriores a la conquista europea (Meggers; Evans, 1957).

Las primeras referencias escritas sobre los aruás datan de finales del siglo XVI, y a lo largo del siguiente siglo es posible ubicarlos en el litoral del Cabo do Norte, en la Isla de Caviana y en la costa atlántica de la Isla de Marajó. Su ocupación fragmentaria de estos espacios sugiere una espacialidad propia, construida sobre la base de una alta movilidad regional (Espelt-Bombin, 2018a).

Además, es posible que otros grupos participasen de esas lógicas espaciales. En varios documentos se menciona a los aruás en especial proximidad con los maraones, otro grupo poco conocido en la zona. Y es posible intuir también que los aruás mantenían contacto y relaciones, más o menos tensas, con otros grupos ubicados en el archipiélago. A fines del siglo XVIII, recordando los tiempos de sus antepasados, un indígena sacaca rememoraba las guerras entre su grupo y los aruás, en una pugna por el control de las regiones meridionales de la Isla de Marajó (Ferreira, 2008).

Ubicados en una zona de frontera entre las diversas potencias europeas, los grupos del archipiélago marajoara jugaron un papel ambiguo, aprovechando las oportu-

tunidades que les brindaba la ocasión. En la primera mitad del siglo XVII, aruás y maraones, en este caso, negociaron con los europeos que frecuentaban la región. Ya desde la segunda mitad del siglo, ambos grupos mantuvieron relaciones con los franceses establecidos en Cayenne y circularon por los territorios reivindicados por ambas coronas (Bombardi, 2014; Espelt-Bombin, 2018b; Ibáñez-Bonillo, 2018; Rocha, 2018).

Si hemos de creer a Severino dos Santos, que así se llamaba el sacaca al que nos hemos referido antes, sus antepasados fueron de los primeros en negociar una reducción permanente con los portugueses. Con los jesuitas pactaron la fundación de una misión religiosa y aprovecharon el apoyo militar de los soldados lusos para repeler a los invasores aruás (Ferreira, 2008). Su misión era conocida a mediados del siglo XVII como Tipucu o Joanes – luego villa de Monforte –, y fue la base del pesquero real que habría de instalarse en las cercanías del cabo de Maguari, no muy lejos de la desembocadura del Río Paracauari, conocido en la época como Igarapé Grande.

En la segunda mitad del siglo XVII, aruás y maraones adoptaron una resolución similar al negociar su reducción con los misioneros franciscanos. De esas negociaciones surgieron aldeas como São José do Igarapé Grande – luego Mondim – y Bom Jesús o Menino Jesús – luego villa de Soure –, ambas situadas en la región de la desembocadura de este río.

En la costa norte, también conocida en la época como *Costa* o *Sertão dos Aruás* (Amorim, 2005), se establecieron otras familias. Algunas formaron las aldeas franciscanas de Santo Antonio de Anajatuba, Santa Ana de Cajuna y San Joaquín de Caviana. Las dos primeras se encontraban en la costa norte de la Isla de Marajó, muy cerca ya del océano, y en su fundación participaron los aruás implicados en – y afectados por – la muerte de los “frades Frei José de Santa Maria e Frei Martinho da Conceição”⁵.

La otra tomaba su nombre de la isla en la que se encontraba, situada frente a la Isla de Marajó y a poca distancia de la misión de Santo Antonio⁶. A diferencia de Santo Antonio, asociada explícitamente a los aruás, es menos evidente el perfil étnico de los habitantes de la misión de Caviana en las fuentes consultadas. No hay que descartar que una parte de ellos perteneciese a uno o más grupos étnicos dis-

5 Los propios indígenas pidieron por misionero en Santo Antonio a Fray Bernardino de Santa Teresa, natural de Abrantes (Amorim, 2005, p. 319).

6 Según parece, existieron dos misiones franciscanas en la Isla de Caviana: los misioneros de la Provincia de Conceição da Beira fundaron una primera misión, “a qual, poucos anos existiu, por a desampararem os índios”. Más tarde, los franciscanos de la Provincia de Santo Antonio fundaron la misión de São Joaquim. “Agora ouço dizer, que depois que vim para o Reino, se fundou pelos nossos frades, nova Aldeia no mesmo sítio das relíquias da outra que se quiseram de novo aldear com o título de S. Joaquim”. Copia de una carta de Frei João de Jesús, en 29 de diciembre de 1761. Transcrito en Amorim (2011, p. 995-998).

tintos a los aruás, incluyendo tal vez a indígenas maraones, muy vinculados con la región del Río Araguari⁷.

A partir de 1757, la administración de estas tres misiones cambió de manos tras la aplicación del directorio pombalino, disposición real que pretendía asegurar la civilización e integración de las poblaciones indígenas al proyecto colonial, asumiendo que el periodo misional había sido un fracaso en ambos aspectos⁸. Para pilotar ese proceso, se nombró a un director para cada una de las nuevas villas. Junto con otras 60 aldeas, las tres misiones del norte fueron rebautizadas con un topónimo portugués. Santo Antonio de Anajatuba pasó a llamarse Chaves, Caviana adoptó el nombre de Rebordello, mientras que Santa Ana de Cajuna pasó a ser conocida como Parada.

Para el caso que nos ocupa, sólo se nombró un director, con residencia en la “villa” de Chaves. Rebordello quedó como un “lugar”, es decir, un asentamiento con menor jerarquía administrativa. También se designó Parada como “lugar”, pero pronto sus habitantes se integraron en la villa de Chaves (Noronha, 1862, p. 14), que fue dirigida en 1759 por Félix da Cunha Silva. Las obligaciones del director estaban detalladas en los 95 puntos del directorio, centrados en la promoción de la agricultura y el comercio, así como en la homogeneización cultural de los nativos (Almeida, 1997).

DE ALDEA A VILLA: CHAVES Y EL LUGAR DE REBORDELLO A PARTIR DE 1758

Las transformaciones en las aldeas, sin embargo, fueron de carácter matizado, tal y como se puede observar en los casos de Chaves y Rebordello. Así, aunque llegó un nuevo director para administrar ambas comunidades, los misioneros franciscanos continuaron oficiando en la villa de Chaves y en el lugar de Rebordello. Después de haber sido consultado por el obispo de Pará, el comisario de la Provincia de Santo Antonio propuso que fray Thomas de Santa Anna ejerciese en Chaves, mientras que en Caviana debía ejercer fray Antonio de Santo Agostinho (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 42, D. 3868)⁹. Ambos padres recibirían un apoyo económico – *congrua* – de 80 mil y 60 mil reis anuales, respectivamente, en línea con lo acordado para el resto de villas y lugares de la colonia (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4683). Según

7 Las evidencias arqueológicas, por otra parte, muestran una notable diversidad en la cerámica de la isla de Caviana, aunque ni las cronologías ni las identidades de sus productores son cuestiones totalmente resueltas todavía (Machado, 2012, p. 48-70; Nimuendaju, 2004, p. 61-95, 101-102).

8 Por ejemplo, el padre José Monteiro de Noronha relataba cómo muchas prácticas religiosas y otras costumbres de los nativos – endo-canibalismo funerario, hechicería... – habían sobrevivido al periodo misional. Además, refiere casos de concubinato e incesto en Chaves (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 44, D. 4033).

9 Ver también: Oficio de Miguel de Bulhões. 09-06-1757 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 42, D. 3872).

un inventario realizado por el visitador José Raimundo de Noronha, la iglesia de Rebordello contaba con un cáliz con el cuerpo de plata, una patena y una cucharilla del mismo material, una imagen de Cristo crucificado de más de un palmo de alto, una imagen de Santo Antonio, un panel de papel de San Joaquín, así como otros elementos necesarios para la celebración de la misa (APEP, Cod. 95, D. 78).

Los franciscanos continuaron así al frente de la administración religiosa, ejerciendo de intermediarios efectivos entre los indígenas y el director. La misma situación ocurrió en otros lugares, donde los misioneros pudieron seguir actuando si así lo sugerían sus respectivos superiores y confirmaba el obispo. Sin embargo, pasaban a estar bajo administración episcopal, comprometiéndose el pago de sus *congruas* por el producto de la Bula de la Santa Cruzada¹⁰.

Fray Antonio de Santo Agostinho permaneció en Rebordello hasta, por lo menos, 1765. En todos sus años de servicio se caracterizó por su fidelidad a la corona, hasta el punto de ser definido como “hú Religioso q não obstante o habito de q se veste, conserva tanto amor ao seo Príncipe e hu esperito tão militar, q me parece se esquece totalm.te de q he Religiozo, q.do lhe falhão no servº do Rey” (APEP, Cod. 54, D. 26). Esa fidelidad no le impedía mantener una relación de confianza con sus neófitos, a pesar de las permanentes fugas registradas de estos durante su estancia. Igual de ambigua fue su relación con el director de Chaves, con quien compartía la jerarquía local (APEP, Cod. 108, D. 34).

El juego político en estas poblaciones también contaba con los actores indígenas, quienes ocupaban cargos locales desde los tiempos de las misiones religiosas. Principales, sargentos mayores, capitanes y ayudantes venían siendo reconocidos por la corona desde antes del directorio, pero a partir de 1757 se intensificó el uso oficial de estos cargos, creados en origen por la corona para representar sus propios intereses (Almeida, 1997), pero rápidamente apropiados por los indígenas (Santos, 2014).

Una de las prioridades del directorio era la dinamización económica de las villas, para lo que el director debía identificar las potencialidades de las poblaciones y estimular su producción entre los habitantes. Las tierras en Chaves y Rebordello nunca fueron demasiado propicias para la agricultura, por lo que era limitado el suministro de harina de mandioca que podían ofrecer. En cambio, el emplazamiento de ambas era ideal para la pesca – *peixe grosso*, *tainhas* –, la recolección de *bacuri*, la captura de tortugas y la producción de aceite de andiroba. Sus habitantes fueron estimulados a comerciar estos productos por el director, quien recibía una sexta parte de la producción total de la villa¹¹.

10 Se debían preparar cada año cinco contos y 80 mil reis para el pago de los párrocos y vicarios de las 74 “iglesias” de la capitanía (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4683).

11 En 1757-1758 esa sexta parte apenas rindió 20.341 reis, en línea con los números de las villas más humildes (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 47, D. 4340).

El destino de los productos era la Tesorería General de los Indios, situada en Belém, donde regularmente acudían las canoas de las villas. A cambio, los indígenas recibían dinero con el que podían comprar los productos que necesitasen, siempre bajo supervisión del director o de otro funcionario real. El directorio descansaba en la idea de la necesidad de tutela para los indígenas y en la búsqueda de una civilización progresiva, que sería ayudada por el comercio y el progreso económico.

En términos generales, las poblaciones aquí estudiadas no jugaron un papel importante, siendo el aporte de Chaves uno de los más humildes de entre las 55 villas y lugares computados en 1761¹². La irrelevancia del comercio en Chaves y Rebordello se debía a múltiples razones, de las cuales su escasa población era una posible explicación. Dos listas de moradores realizadas en los años 1762 y 1765 desvelan que Chaves no llegaba a los 500 habitantes – 458/493 –, mientras que Rebordello apenas superaba los 150 – 163/153 (APEP, Cod. 115, D. 40; APEP, Cod. 157, D. 62)¹³. Sin embargo, estas cifras eran similares en la mayoría de las villas y lugares del directorio.

La escasa contribución económica de estas comunidades puede explicarse también a partir de la falta de voluntad de sus habitantes. El director de Chaves lamentaba el escaso ímpetu de uno de los vecinos para viajar hacia Belém a entregar sus mercancías (APEP, Cod. 113, D. 54). Y tampoco era fluido el comercio entre los habitantes de Rebordello. Cuestionados, los oficiales de Rebordello afirmaron que estaban ocupados en la construcción de sus casas (APEP, Cod. 113, D. 54).

La falta de tiempo, de hecho, fue una reclamación constante de los indígenas durante el directorio, ya que se les exigían cada vez más una serie de medidas cuya aplicación práctica trataron de negociar. La nueva legislación les amparaba en estas negociaciones, puesto que los directores no podían forzarlos a actividades comerciales, lo que generaba dudas sobre el correcto proceder ante la resistencia indígena.

También es posible que el negocio no fuera siempre tan atractivo como lo pensaron los ideólogos del directorio y que los indígenas perdieran el interés ante la desconfianza que generaba el sistema de intercambios. En junio de 1759, el tesorero de

12 Sólo sumaba 120.126 reis, derivados de: 486 – *tainhas secas e de moura* –, 56=30 – *peixe grosso* –, 77 – *potes de azeite* –, 6.780 – dinero que rindió el diezmo en la Tesorería. Mapa de Rendimiento. En Oficio del Tesorero General del Comercio de los Indios, Antonio Rodrigues Martins (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4715). Y en Oficio de Manoel Bernardo de Melo e Castro (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4691). Por otra parte, la Tesorería General de los Indios apenas registró el envío de *jabotins*, tortugas y pescado desde Chaves en 1759, rindiendo una cantidad – 80.858 – muy inferior a la media. El año siguiente el aporte se limitó a tortugas – 46.290. Las *receitas* de la villa fueron de las más bajas en 1759, 1760 y 1761 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 56, D. 5099). En 1757-1758 presentaba una *receita* de 153.200 y unos gastos de 216.920 reis (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 47, D. 4340).

13 Una lista de las parroquias de la Capitanía del Grão Pará en 1765 indica sólo 262 mayores y 25 menores en la de Santo Antonio de la villa de Chaves. São Joaquim, del lugar de Rebordello, contaba con 106 mayores y 24 menores. En oficio del administrador del obispado, Giraldo José de Abranches. 30 de noviembre de 1765 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5242).

los indios sólo había mandado a Chaves una parte del hilo de pescar acordado, lo que dificultaba el trabajo de los nativos, quienes se quejaban “q do negocio q fizem este ano pasado nam viram nada mais q tres rolos de panno q nao podia chegar a todos e asim vejo entrar na igreja algumas mulheres descompostas sem camiza” (APEP, Cod. 95, D. 78).

A pesar de que estos factores desalentaban el comercio de los aruás con la capital, no lo impedían completamente. Los cargos indígenas, para los que el directorio reservaba una cuota de trabajadores, enviaron regularmente su pesca y otros productos a Belém¹⁴. El comercio ofrecía la posibilidad de ganar prestigio y, no menos importante, de desplazarse fuera del control de las autoridades locales – indígenas y no indígenas –, tanto para las campañas de pesca en alta mar como para la conducción de las canoas a la tesorería general.

MACAPÁ: UN NUEVO POLO DE ATRACCIÓN REGIONAL

Más allá del comercio, los habitantes de Chaves y Rebordello también se vieron afectados por otros proyectos de transformación durante la gobernación de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759); entre ellos, el refuerzo de las medidas defensivas en las diferentes fronteras de las capitanías de Pará y Rio Negro, como parte de la política fronteriza de la corona tras la firma del Tratado de Madrid (1750). En la región que nos ocupa, la preocupación defensiva se tradujo en la consolidación del puesto militar de Macapá, con la fundación de la población de São José de Macapá y con las obras posteriores de fortificación de la plaza (Araújo, 1998).

La emergencia de Macapá como un foco defensivo tuvo un fuerte impacto en las villas de Marajó y del Bajo Amazonas. Debido a la necesidad acuciante de mano de obra y de suministros, se enviaron regularmente trabajadores indígenas a Macapá, donde se mezclaron con la colonia de azorianos que se había mandado desde 1751 (Vieira Junior, 2017) y con los esclavos africanos enviados para trabajar en las obras. En mayor o menor medida, todas las aldeas fueron afectadas por la emergencia de Macapá como plaza defensiva, pero también como centro urbano y productivo (Acevedo Marin, 2005; Ravena, 2005).

Chaves y Rebordello sintieron especialmente esta influencia. Los varones de entre 13 y 60 años de las villas del directorio, a pesar de ser nominalmente libres, estaban obligados a trabajar a cambio de un salario¹⁵. La repartición debía hacerse

14 En 1764, el director de Chaves informaba que “são precisos p.a os [o]ficiais desta villa 15 para fazerem a pescaria de peixe seco”, siendo que las canoas de pesca no podían navegar con una tripulación inferior a tres personas (APEP, Cod. 142, D. 14).

15 Entre los productos que recibieron como pago los trabajadores en Macapá, figuraban paño de lino, tafetán carmesí, sombreros, cuchillos, loza blanca o agujas. Nuno da Cunha de Atayde Varona (APEP, Cod. 153, D. 19).

en dos partes iguales, quedando la mitad de los hombres en las villas, mientras que la otra mitad se podía distribuir entre los moradores. Su repartición era ordenada a través de *portarias* emitidas por el gobernador, quien podía solicitar el envío de trabajadores para distintos servicios, como las expediciones para la recolección de *drogas do sertão*.

Durante el periodo de estudio, no fue éste el caso de Chaves y Rebordello, ya que por su ubicación geográfica fueron eventualmente designadas para servir en exclusiva a la plaza de Macapá¹⁶. Este servicio implicaba el suministro de determinados productos: pescado y harina de mandioca se enviaron regularmente desde ambas poblaciones, tanto para alimentar a los moradores como a los trabajadores en las obras de la fortificación (APEP, Cod. 98, D. 167; APEP, Cod. 98, D. 85; APEP, Cod. 98, D. 111)¹⁷. De forma más esporádica también se enviaron otros productos, como aceite de andiroba (APEP, Cod. 153, D. 27).

Por otra parte, hombres y mujeres debían acudir a Macapá para trabajar. Una de las actividades más importantes para alimentar a los habitantes de la villa era la pesca. Por ejemplo, el ingeniero Henrique Galluzzi, que participó en las obras defensivas, tenía a su disposición dos pescadores de Chaves para asegurar su alimentación diaria (APEP, Cod. 153, D. 29; APEP, Cod. 150, D. 97). Otras ocupaciones habituales eran la participación en los trabajos de fortificación¹⁸, el cultivo de la tierra¹⁹ o la construcción de canoas (APEP, Cod. 153, D. 52). Algunos incluso podían aprender oficios, como la herrería (APEP, Cod. 98, D. 51), mientras que las mujeres servían como *farinheiras*²⁰.

Con vistas a facilitar el contacto con Macapá, entre otros motivos, incluso se manejó la idea de unificar las poblaciones de Chaves y Rebordello. El intendente general João Ignácio de Brito Abreu, que había llegado a Macapá en 1759 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 45, D. 4110), defendió esta propuesta y, para reforzarla, envió al gobernador unas descripciones bastante sombrías de ambas poblaciones.

16 Junto con las villas de Esposende y Arrayolos, y los lugares de Fragoso y Santa Anna. Manoel Bernardo de Melo e Castro. 26 de junio de 1761. Oficio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 49, D. 4519).

17 El suministro se mantuvo en los años posteriores.

18 A principios de 1763, las seis villas y lugares consignados para la fortificación de Macapá enviaron 92 trabajadores. 40 de ellos procedían de Chaves (24) y Rebordello (16). De estos, 11 se dedicaban a la pesca, mientras que 23 trabajaban en las obras de la fortificación. Los seis restantes se encontraban enfermos (1) o ausentes (5) (APEP, Cod. 132, D. 2).

19 Relación de 40 hombres que se mandaron buscar de las poblaciones de Chaves (8), Rebordello (4), Esposende (8), Arrayolos (8), Fragoso (4) y Santa Anna (8); y se hizo distribuir por tiempo de diez días un hombre a cada uno de los 112 moradores de São José de Macapá, para ayudarles en el trabajo de sus tierras por tiempo de un mes. 08 de septiembre de 1762 (APEP, Cod. 98, D. 144).

20 Relación de las mujeres enviadas para *farinheiras* desde Chaves (5), Rebordello (2), Esposende (5), Arrayolos (6), Fragoso (2). 1761 (APEP, Cod. 98, D. 53).

De Rebordello dijo que se encontraba en un lugar “agradavel, e limpo com hu bello porto de area, e livre de praga de mosquitos”, con las casas formadas “em giraos levantados da terra”, tapadas con *juçaras* y cubiertas con *ubeçu*. Sin embargo, las tierras “do continente do mesmo lugar, e as de quasi toda a Ilha sao m.to alagadas, e incapazes de lavouras, porq logo q chove lhe apodrece a mandioca” (APEP, Cod. 54, D. 26). A causa de ello, la alimentación de sus habitantes se limitaba a bananas y patatas (APEP, Cod. 54, D. 26)²¹.

Peor todavía era la situación de Chaves, anegada, cubierta de mosquitos y con sólo un puerto de lama. Las casas también estaban formadas “em giraos levantados do chao, mas todas ellas estão sem cousa alguma, q as tape de roda, e quasi descobertas por lhe ficar o tal *ubeçu* em grande distância da outra parte da bahia”. La iglesia era vieja y pequeña, y la sacristía servía de gallinero al padre²². Finalmente, “as terras não só adjacentes á mesma povoação mais ainda em grandissima distancia della, sao totalmente incapaz(es) de lavouras de tal forma que os Indios vem fazer as suas pequenas lavouras de fronte do lugar de Rebordello”.

Ante esta situación, Brito de Abreu concluía que “o lugar de Rebordello não he capas de se conservarem nelle os Indios, e mº menos a v.a de Chaves”. Por ello, conminó a los principales a que procurasen “sitio com capacidade de lavouras, e de menos perigos aonde todos juntos se fossem estabelecer”. Así lo hicieron, escogiendo el Igarapé dos Jacarés, cerca de la Bahía del Vieira, con excelentes tierras, buen puerto y mucha madera (APEP, Cod. 54, D. 26).

A pesar de este y otros planes para concentrar las poblaciones²³, los cuales resultan de difícil reconstrucción por la fragmentación de las fuentes, las dos villas no se llegaron a unificar. Rebordello continuó existiendo en la Isla de Caviana, donde sus habitantes se ajustaron a los planes del directorio. Así, levantaron nuevas casas *entaipadas* y techadas, formando dos calles con una plaza en el medio (APEP, Cod. 17, D. 99). Un oficial de carpintero se habría de encargar de fabricar las puertas para las casas, lo que podemos suponer que ayudaría a cumplir con las indicaciones del directorio sobre civilidad e intimidad en las residencias familiares.

Los vecinos de Chaves, por su parte, se prepararon para mudarse a un nuevo emplazamiento. Tras la salida del director, el teniente José de Sampaio Lanserote inició los preparativos de la mudanza, para garantizar que las casas y los cultivos de

21 También en Francisco Rodríguez (APEP, Cod. 142, D. 12).

22 “porq nas costas da Igrª há dous repartim.tos hú q he galinhrº, e outro q serve de sancristia, mas como está tão mal tapada como a Igrª, fica hua e outra sujeita a servir tam bem deste ministério” (APEP, Cod. 54, D. 26).

23 Por ejemplo, se propuso absorber a los habitantes de Rebordello en la población de Chaves, alegando que aquel traslado era “m.to útil e conveniente ao serviso de sua Mag.de tanto pª os sevelizar como pª os tirar da ignorancia em q ainda hoje vivem” (APEP, Cod. 95, D. 59). En cambio, Brito Abreu recomendó en determinado momento “q Chaves se mudasse p.a Rebordelo” (APEP, Cod. 54, D. 19).

la nueva villa estuvieran preparados antes del traslado definitivo²⁴. Dos años más tarde, en diciembre de 1761, estaban “na parte onde se há de fazer a povoação nova já situados com suas casas”, a la espera de una canoa grande con la que trasladar maderas y techos para las nuevas residencias (APEP, Cod. 108, D. 34), trazadas sobre plano²⁵. Quedaban pendientes los planes para la construcción de una nueva iglesia diseñada por el ingeniero Antonio José de Landi²⁶.

LA CAPTURA DE UNA CANOA FRANCESA EN REBORDELLO (1762)

Todas estas mudanzas no solo pretendían mejorar las condiciones de vida de los nativos, sino también evitar sus constantes fugas y controlar sus contactos con los franceses de Cayenne. Sin embargo, no se interrumpieron estos contactos. Los puntos habituales de encuentro, como la desembocadura del Río Araguari o la región de Cunani, siguieron funcionando al margen del control de las autoridades portuguesas. Y las canoas francesas continuaron visitando las costas de Chaves y Rebordello, tal como venían haciendo hasta entonces. Un episodio recogido en las cartas de fray Antonio es especialmente ilustrativo de estas relaciones.

En mayo de 1762, el director de la villa de Chaves encontró en el puerto de Rebordello una canoa llegada desde Cayenne, y a bordo de ella un francés y siete indígenas huidos de los asentamientos portugueses (APEP, Cod. 130, D. 65; APEP, Cod. 114, D. 69). El francés fue enviado preso a Belém (APEP, Cod. 98, D. 111) – y de allí parece que a Lisboa –, mientras que tres de los indígenas capturados quedaron en Rebordello a la espera de órdenes sobre su destino. Estos enfermaron estando en prisión, por lo que se decidió mandarlos con sus familias para facilitar su recuperación, lo que nos indica que no eran forasteros.

Su convalecencia se vio interrumpida con la llegada de noticias desde Belém. El principal de Chaves, Alberto Magno, miembro de una familia anclada en el poder local desde por lo menos los tiempos misionales, regresó de la capital trayendo noticias de la inminente llegada de una expedición oficial. Magno hizo saber a los presos,

24 Lanserote explica que partieron “para o novo lugar que ha de ser vila”, pero una vez allí los principales le comunicaron “q querião tornar outra bes para as suas pavoasois a tratarem das suas lavours q tinham deixado pois não querião ficar sem rosas numa e outra parte q para junho tornariam para o novo lugar da vila e como me pareceu justo este requerim.to tornei a trazer tudo para as suas pavoasois pois a chuva não da lugar a rosar e a queimar [...]”. (APEP, Cod. 95, D. 140). Es posible que este primer proyecto de mudanza fuera el propuesto por Brito Abreu.

25 Manoel Bernardo de Melo e Castro. Oficio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado remitiendo la planta que mandó hacer de la villa de Chaves. 3 de julio de 1761. AHU-CU-013, Cx. 50, D. 4550 (Planta en AHU-ACL-CART-013, D. [RI-1]).

26 Alzado de la iglesia de Chaves, por Antonio José de Landi (ca. 1761), en AHU-CARTm-013, D. 0824 y D. 0825. Referencias extraídas de: *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino* (2011, p. 51-52).

coterráneos sino es que familiares suyos, que el sargento Manoel Antonio Oliveira Pantoja se acercaba a la ciudad con la intención de reconocer la zona y de llevarlos presos a la capital (APEP, Cod. 17, D. 71).

Dos de los tres presos reaccionaron con celeridad y abandonaron su lecho de enfermos para huir hacia el interior. No fueron capturados, a pesar de que el recién llegado sargento organizó una expedición de rastreo, en la que participaron algunos personajes locales. Entre ellos el capitán Francisco dos Santos, del que luego volveremos a hablar. Precisamente un pariente de la mujer de este capitán, llamado Simão, fue también capturado en el mes de junio.

El gobernador había incluido a Simão entre los miembros de la expedición de Oliveira Pantoja, quizás porque conocía perfectamente la geografía de la zona. De hecho, la conocía demasiado bien. Interrogado por el sargento, Simão le confirmó los rumores sobre la existencia de dos canoas grandes de franceses en la Barra del Araguari. Pero luego se desdijo y cambió su declaración, cuando se la tomaron en Macapá. Allí dijo que no era en el Araguari, sino en Cunani donde los franceses tenían una embarcación de dos metros, con 15 soldados de guarnición y seis piezas de artillería (APEP, Cod. 117, D. 27).

Ante sus erráticas declaraciones, Simão fue puesto en prisión a la espera de ser remitido a Belém. Compartió celda con el tercero de los indígenas que habían sido capturados con el francés, aunque sólo por unas pocas horas. En el mismo día de la captura de Simão, los nativos liberaron a los prisioneros sin que el centinela se enterase de la fuga. No fueron muy lejos, ya que rápidamente fueron capturados y enviados a Belém (APEP, Cod. 117, D. 27).

Se frustró así su fuga hacia el puesto francés de Cunani, visitado habitualmente por los aruás. Estos movimientos a través de la frontera pueden ser interpretados como expresiones de libertad y agencia indígena, pero conviene estudiar cada caso en su contexto para relativizar el grado de libre elección. En esta ocasión, por ejemplo, los partidarios de establecerse con los franceses habían intimidado a sus vecinos y parientes, “dizendolhe q se assim o não fizessem os haviam de mat[ar?] a todos com feitisarias”. Y, de hecho, uno de los que habían sido capturados era “tido e avido por feiticeiro” (APEP, Cod. 17, D. 71).

El goteo de indígenas hacia las posiciones francesas continuó en los meses posteriores. En enero de 1763, fray Antonio informaba del envío de otro preso a Belém, quien era responsable por el traslado de decenas de habitantes de Rebordello para las partes de Cayenne y Cunani. Este hombre había fingido salir a capturar tortugas para en realidad pasar al Cunani, donde estuvo tres meses con su mujer y otros familiares. Fray Antonio pedía al gobernador que lo desterrara para siempre, pues ya había protagonizado varias fugas y aún en el periodo misional había incendiado la iglesia y casas de la población (APEP. Cod. 17, f. 221 / talvez, D. 85; numeración ilegible).

La misma recomendación cursó Oliveira Pantoja meses después, tras la fuga de varios habitantes de Rebordello liderados por los indígenas Bernabé, Agostinho, Paulo y Francisco. Todos ellos parecen haber sido una molestia permanente para fray Antonio, siendo los dos últimos acusados de incluso destruir las tierras de su madre y otros parientes con el fin de forzarles a abandonar el lugar. El destierro definitivo parecía la mejor opción también para aquellos rebeldes, cuya influencia regional era importante al ser parientes de la mayoría de moradores de Rebordello, Chaves y Salvaterra (APEP, Cod. 129, D. 03).

Por tanto, los asentamientos franceses eran un destino atractivo – y frecuente – para los habitantes de Chaves y Rebordello, pero también para el conjunto de indígenas de Marajó. En mayo de 1762, el director de Monsarás – antigua misión franciscana de Cayá – envió tres presos al gobernador, acusándolos de haber desertado de la canoa del ganado para pasar a Cayenne, “porque lá há muito que beber” (APEP, Cod. 114, D. 53). Unos meses más tarde, 14 personas más huyeron desde Salvaterra, sospechando el director de aquella villa que se dirigían hacia Cayenne (APEP, Cod. 130, D. 20).

Por otra parte, el flujo de refugiados era intenso en ambas direcciones, pues desde la Guayana Francesa también huían esclavos africanos en busca de unas mejores condiciones o incluso de la libertad. Muchos de ellos atravesaban Rebordello y Chaves en su fuga hacia el sur²⁷. Este cruce cotidiano de la frontera política europea por parte de indígenas y africanos provocó una tensión permanente entre las dos coronas a lo largo del siglo XVIII, derivando en negociaciones para el intercambio de esclavos capturados (Acevedo Marin; Gomes, 2003). Las autoridades de Belém veían en Chaves – Anajatuba – un enclave estratégico para estos intercambios y para controlar las expediciones francesas que cada tanto se internaban en dominio portugués para perseguir a sus esclavos huidos²⁸.

La frontera se pobló así de expediciones francesas y portuguesas que rastreaban las huellas de cimarrones, tanto indígenas como africanos. Los primeros, huyendo de las villas pombalinas, optaron en ocasiones por establecerse en asentamientos temporales fuera del control colonial, los llamados *mocambos*. El Río Araguari fue un lugar especialmente favorable para los fugitivos²⁹, pero también hay noticias de *mocambos* en otros lugares, como las regiones interiores de la Isla de Marajó. Los

27 En 1765, unos pescadores encontraron una embarcación naufragada en la costa de la Isla de Caviana. Por un sombrero dedujeron que se trataba de extranjeros. Poco después, otros indígenas que estaban pescando encontraron “outo Pretos e hua Preta fugidos de Cayana”, que fueron conducidos hasta Chaves (APEP, Cod. 157, D. 44).

28 Ver, por ejemplo: Mathias Paez de Albuquerque. Copia de una carta. 20-06-1758. En Oficio del Obispo Miguel de Bulhões. 15 de julio de 1758 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 43, D. 3954).

29 “[...] me dizem q todos seguem o caminho do Arauary, a donde se achão grandes mocambos, de toda a gente destas naçoens” (APEP, Cod. 113, D. 4).

huidos contaban generalmente con la solidaridad de los indígenas de las villas cercanas, de los que recibían sustento e informaciones³⁰.

Sin embargo, no todas las fugas desde la región de Chaves y Rebordello pretendían escapar directamente del paisaje colonial. Existió también un trasvase informal de indígenas *aldeados* hacia la ciudad de Belém y, sobre todo, hacia otras aldeas. En octubre de 1764, por ejemplo, 25 personas – entre grandes y pequeños – de la villa de Chaves llegaron al puerto de Arraiolos – cerca de la desembocadura del Río Paru –, “dizendo-me q vinhão fogidos da sua v^a, e q se hyao embora para o mato; perguntandolhe eu a causa q tiverão para fogir da sua v^a (me diçerão) q hera sempre andarem no serviço de El Rey” (APEP, Cod. 140, D. 97). El director de aquella villa trató de convencerles para que dejaran allí a sus mujeres mientras los hombres buscaban un lugar donde establecerse. Así pretendía ganar tiempo e informar al gobernador, pero parece que los fugitivos se adelantaron y evitaron ser capturados (APEP, Cod. 151, D. 42).

La extensa frontera norte, por tanto, suponía un espacio mal controlado por las autoridades portuguesas, lo cual multiplicaba el margen de maniobra de los actores indígenas (Rocha, 2017). Muchos aruás explotaron esas posibilidades jugando con el apoyo de los europeos y explorando las grietas de sus fronteras. Otros optaron por la seguridad de permanecer leales a los portugueses o, por lo menos, por la conveniencia de conservar su territorio tradicional. Así ocurrió durante la revuelta de Francisco dos Santos, episodio notable recogido en las cartas de fray Antonio de Santo Agostinho.

LA REVUELTA DE FRANCISCO DOS SANTOS (1764)

Ya hemos mencionado antes la existencia de este capitán, residente en Rebordello y posiblemente indígena – aunque no se afirma explícitamente en las fuentes consultadas. Él fue quien dirigió la expedición de captura de los huidos en 1762 y también quien delató la existencia de un *mocambo* en la Isla de Maniutuba (APEP, Cod. 117, D. 27). Viajaba con cierta frecuencia a Belém (APEP, Cod. 113, D. 63) y en 1763 se comportó con gran celo ante la huida de los indígenas Paulo, Agostinho, Francisco y Bernabé (APEP, Cod. 129, D. 03). En apariencia, por tanto, el capitán dos Santos se encontraba perfectamente alineado con las autoridades portuguesas.

Sin embargo, su estrategia era más compleja de lo que puedan sugerir estas evidencias. En una de sus cartas al gobernador, fray Antonio informaba que en tiempos del gobernador Mendonça Furtado (1751-1759) se había intentado mandar preso

30 Los habitantes de los mocambos situados en Mapuá y Anajás, por ejemplo, “se tinham recolhido as d.as v.as [Melgaço y Portel] por aviso que tiveram, e assim forão avisados os dos mais mocambos e mostrava pelas casas q se acharão ser bastante gente [...]” (APEP, Cod. 185, D. 1).

a este capitán, debido a los desórdenes que causaba en la región. No obstante, “por arte do demonio fugio da prisão em q estava”. En su fuga arrastró “bastante gente comsigo, e por lá os deichou ficar” (APEP, Cod. 17, D. 71). Parece que tras esta fuga siguieron algunos años de calma.

Pero, en 1764, Francisco dos Santos vuelve a causar problemas en la frontera. Esta vez aparece enfrentado al principal de Rebordello, Domingos da Costa, cuya autoridad no reconocía, insultándolo en público³¹. El capitán dos Santos se negaba a cumplir las órdenes del principal “e publicam.te dizia aos Indios q ali ninguem governava, nem vigário, nem director, nem principal, nem V Ex^a e q so ele mandava”. Para demostrar que estaba en lo cierto, impedía con amenazas que los trabajadores acudiesen a prestar sus servicios.

Su actitud violenta causaba pánico al principal, al que en varias ocasiones había intentado disparar con una espingarda, y hasta el propio fray Antonio “já não dormia porq também temia lhe desse fim” (APEP, Cod. 151, D. 76). Francisco dos Santos había generado una atmósfera de terror en Rebordello, estrategia que le permitía tanto anular a sus débiles opositores como ganar el respeto del resto de la comunidad.

Otra estrategia empleada por este personaje era la acumulación de mujeres a través de relaciones más o menos forzadas, mecanismo que no resultaba extraño en la región³². Fray Antonio explicaba que “não ha mulher cazada nem solteira de q não esteja usando contra vontade de seus maridos levandoas p^a o mato, e outras em a mesma sua casa entimandoas com prisoens e pancadas dizendo q V^a Ex^a e os mais senhores (do) Governo lhe tem dado esa licença e passado por ordem p^a as meter em sua casa e a onde ele quiser”. Y hasta abusaba de dos nueras, las cuales ya habían parido dos o tres hijos suyos (APEP, Cod. 17, D. 71).

Por su evidente ambición de poder, podríamos entender sus desavenencias con el principal como un simple choque entre actores políticos locales. Sin embargo, disponemos de suficiente información para contextualizar a ambos personajes y proponer explicaciones menos coyunturales. Claro es, partiendo de la hipótesis de que este capitán fuera efectivamente indígena.

En primer lugar, hemos de tener en cuenta que el principal de Rebordello tenía proximidad – por parentesco o alianza – con la familia Coelho, de Chaves, habiendo recibido su propio hijo el nombre de Antonio Coelho. Conocemos, en realidad, dos importantes familias con este apellido: una de ellas estaba situada en las aldeas del Río Paracauari y ya ha sido mencionada por varios autores (Coelho, 2006; Dias,

31 Los alzamientos contra principales designados por las autoridades coloniales no eran raros en la región. En Monforte, por ejemplo, los habitantes pidieron un nuevo principal y al no conseguirlo se rebelaron, tratando con poco respeto al principal y negándose a trabajar (APEP, Cod. 95, D. 113).

32 Encontramos un ejemplo al respecto en Mondim, donde el sargento mayor Luis de Miranda tenía diez mujeres a su servicio. Entre ellas se encontraba la mujer del principal Ignacio Coelho, que había fallecido en su visita al reino, y una huérfana a quien decían había desflorado violentamente (APEP, Cod. 151, D. 21).

2016; Sommer, 2014)³³; la otra radicaba en Chaves, donde copaban los cargos principales desde antes de la aplicación del directorio³⁴. Al rebelarse contra Domingos da Costa, por tanto, el capitán Francisco dos Santos se estaba rebelando también contra lo que parece haber sido uno de los linajes aruás más poderosos.

El apellido dos Santos también resultaba habitual en las fuentes de la región. Sin embargo, no estaba tan asociado con cargos principales en el entorno dominado por los aruás. En este sentido, es posible que los desórdenes muestren una insatisfacción ante el monopolio político ejercido por el clan de los Coelho, sobre todo a raíz del redimensionamiento de los liderazgos indígenas que siguió al directorio (Coelho, 2006)³⁵. Y máxime teniendo en cuenta que en el mismo año de 1764 falleció el principal de Chaves, Alberto Magno, lo que abrió quizás disputas sobre el liderazgo en la región³⁶.

Los apellidos nos permiten aventurar también hipótesis vinculadas con la identidad étnica de los protagonistas. Mientras que los Coelho y los da Costa de esta región pueden ser identificados como aruá, la situación no es tan evidente para el apellido dos Santos. Conocemos a Severino dos Santos, de la villa de Monforte, que es claramente sacaca³⁷; y a Manuel dos Santos Maraunû, “capitão dos de sua nação” en una de las aldeas del Paracauari, donde Barnabé Aroan dirigía el destino de los aruás (APEP, Sesmarias, livro 7, f. 145). En ambos casos el apellido dos Santos designa a representantes de otros grupos étnicos que compartían espacio con los aruás, no siempre en buena sintonía.

Es cierto que el apellido también aparece en el registro de otros personajes de los que desconocemos su filiación étnica, por lo que es arriesgado extraer conclusiones. Y tampoco está claro que el apellido pasase siempre de padre a hijo, aunque la ten-

33 En sus peticiones a la corona, los miembros de esta familia aludían a sus antepasados y, en concreto, a Ignacio Manajaboca (Coelho, 2006; Dias, 2016; Sommer, 2014).

34 Alberto Magno parece haber sido principal de la misión franciscana de Santo Antonio. Su hijo, Ignacio Coelho, recibió patente de Ayudante de la misma. 13 de agosto de 1752 (APEP, Cod. 58, f. 52). Antonio Coelho, también hijo suyo y eventual sucesor, recibió años después la patente de principal de Chaves. 10 de septiembre de 1758 (APEP, Cod. 58, f. 104). En 1764, tras la muerte de Alberto Magno, de nuevo se pasó la patente de principal a Antonio Coelho, mientras que Ignacio Coelho recibió la patente de sargento mor. 14 de agosto de 1764 (APEP, Cod. 58, f. 278).

35 Dos de los elementos que fueron alterados fueron la coerción como mecanismo de poder y el carácter hereditario de los cargos (Coelho, 2006).

36 El director informaba de la muerte del principal, indicando que su hijo mayor – Antonio Coelho – se postulaba para ocupar el cargo. Es interesante notar que ya el obispo Miguel de Bulhões había reconocido la patente del aspirante en el pasado, pero que éste no había ejercido mientras su padre estuvo con vida. Los cargos del directorio, por tanto, quedaban supeditados a las prácticas locales de liderazgo entre los indígenas (APEP, Cod. 142, D. 12).

37 Además de la referencia ya citada de Alexandre Rodrigues Ferreira, identificamos a este personaje en 1760, cuando se le pasó la patente de sargento mor en la villa de Monforte. 18 de noviembre de 1760 (APEP, Cod. 58, f. 192).

dencia aparece en la documentación analizada. Sin embargo, con todas las precauciones, podemos especular con que Francisco dos Santos perteneciese a otro grupo étnico regional – ¿quizás maraon? –, minoritario en Rebordello, y que su alzamiento contra el principal expresase la insatisfacción de los actores no aruá.

Sea como fuere, la revuelta de Francisco dos Santos acabó derivando en un plan de fuga junto con sus partidarios, “mandándoos esconder nos matos, dandolhe canoas, o que tem feito por muitas vezes, e vai despavoando esta pavação mandandoos p^a o Coanani” (APEP, Cod. 17, D. 71). Ante esta situación, fray Antonio acabó por escribir a Macapá para sugerir su detención. Pero capturarlo no era sencillo. Además de ser un personaje imponente, Francisco dos Santos era un hombre sagaz y experto en el trato con las autoridades portuguesas, como ya había demostrado en el pasado.

Así, en una ocasión fue enviado con una carta para entregar al gobernador. Sin embargo, Francisco dos Santos la abrió antes de llegar a su destino y vio el contenido, que no debió agradarle. Luego se deshizo del documento y al llegar inventó un naufragio, seguramente para justificar su pérdida. El gobernador, ignorando todo, le recompensó con ropa nueva, la cual Francisco dos Santos lució burlonamente ante sus enemigos tras su regreso a Rebordello³⁸.

Esta anécdota define bien al hombre que, consciente de su capacidad y trayectoria, puso en jaque al principal de Rebordello, a una influyente familia de aruás, al misionero franciscano, al director de Chaves y al resto de autoridades militares de Macapá. Pero su aventura no acabó bien. El sargento Oliveira Pantoja organizó una nueva expedición de captura, auxiliado esta vez por el hijo del afrentado principal de Rebordello. No tardaron en dar con Francisco dos Santos, al que llevaron preso. Lejos de amilanarse tras su captura, el rebelde aún tuvo tiempo de amenazar a viva voz con vengarse de todos sus enemigos (APEP, Cod. 151, D. 76).

Fray Antonio le sugirió al gobernador que Francisco dos Santos nunca regresara a aquellos lugares, por ser uno de los “oficiales más traidores” que habitaban en aquella costa y por estar en contacto permanente con los huidos al Cunani (APEP, Cod. 17, D. 72). Por lo que sabemos, el gobernador atendió la petición y el capitán rebelde no regresó a Rebordello para cumplir sus amenazas. Tampoco las necesitaban sus habitantes para vivir en un estado de permanente agitación.

38 “[...] abalizandose que ninguem o avia de enganar, porq se lhe mandassem levar cartas q avia de ver se herão contra ele, e q tinha emganado a Sr Gn.al porq vinha com vestido novo q por sua emdustria lhe tinha tirado” (APEP, Cod. 151, D. 76).

GUERRA Y EPIDEMIAS

La implicación militar de Portugal en la Guerra de los Siete Años³⁹, a partir de 1762, repercutió en las exigencias laborales de los aruás. Ante la posibilidad de una invasión francesa desde Cayenne, se intensificaron las defensas de la colonia y, con ellas, las obras de fortificación de Macapá⁴⁰. Por esa época, se ordenó al sargento Oliveira Pantoja que vigilara los movimientos de los franceses y desde entonces dedicó parte de su tiempo a la vigilancia de las costas en la desembocadura del Amazonas.

Ya en 1765, el sargento recibiría órdenes de patrullar la costa hasta la altura del Cabo do Norte y de la desembocadura del Río Oyapock. Debía asegurarse que no hubiera ninguna embarcación extranjera en la costa, teniendo obligación de reportar cualquier avistamiento en Macapá (APEP, Cod. 150, D. 57). En este contexto de rivalidades entre potencias europeas, las otras villas atlánticas de Marajó también recibieron órdenes para permanecer atentas en la vigía de navíos enemigos; y a mediados de 1762 tomaron posesión los dos capitanes que habían sido designados para las villas de Monforte y Monsarás (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4968).

Los aruás fueron escogidos para formar parte de la tripulación de las canoas de guarda costa⁴¹. No era una tarea nueva para ellos, puesto que ya habían participado en labores de vigilancia similares durante el periodo misional⁴². Esta labor ocupó de nuevo su tiempo, a pesar de la resistencia del director de Chaves, que celaba tanto por sus propios intereses como por los de la comunidad⁴³. De esta manera, los aruás se convirtieron en un elemento imprescindible para la defensa de la frontera.

39 La alianza franco-española conllevó un intento de invasión de Portugal y una serie de operaciones en las distintas colonias de los países implicados en la guerra, como las capturas de La Habana o Manila por parte de los ingleses. El propio director de Chaves entregó al comandante de Macapá la gaceta en que se informaba de la toma de La Habana (APEP, Cod 132, D. 34).

40 Por ejemplo: oficio de Manoel Bernardo de Melo e Castro sobre el peligro que corren las conquistas y la necesidad de defender la ciudad de Belém de navíos castellanos y franceses. 28 de junio de 1762 (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 52, D. 4790). El final de la contienda fue celebrado con tres noches de luminarias y otros espectáculos. Sin embargo, siguiendo las órdenes del rey, no se alteraron las prevenciones defensivas y continuaron las obras de fortificación en todas las partes expuestas y necesitadas (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4902). Además, se mandaron copias de los artículos del tratado de paz al gobernador de Río Negro y al comandante de Macapá (AHU, Avulsos do Pará, 3, Cx 54, D. 4939).

41 El sargento Oliveira tenía una *portaria* del gobernador para que se le diesen 13 indígenas de Chaves y Rebordello para la tripulación de la canoa, aunque sólo consiguió siete (APEP, Cod. 140, D. 105). Meses después, el cabo de Escuadra acudió a Chaves “a equiparce de Indios Aruans” (APEP, Cod. 150, D. 60).

42 Así, por ejemplo, el sargento mor Francisco de Mello Palheta, comandante de una tropa de guarda costa, recibió órdenes en la década de 1720 para visitar las aldeas de Ganhão y Caviana de los padres de Santo Antonio y Conceição, “para nellas tomar guias e valler-se de alguns Indios que precisos lhe forem por serem as ditas aldeas isentas de outro serviço de S Mag.e mais q são som.te applicadas p^a o da guarda costa” (APEP, Cod. 7, ff. 20-28).

43 El trabajo en las canoas de guarda costa absorbió parte de la mano de obra local, lo que el director de Chaves se encargaba de recordar a aquellos que acudían con más peticiones (APEP, Cod. 150, D. 97; APEP, Cod. 153, D. 81).

Paradójicamente, por la misma época se les seguía representando como traidores y aliados de los franceses en eventuales invasiones. Los capitanes Antonio Infante de Siqueira Lobo y Florentino da Silveira Frade propusieron la creación de una compañía de caballería en la Ilha Grande de Joanes – Marajó. Entre los motivos para justificar su petición estaba el impedir que los franceses de Cayenne, “associados com os Índios da Nação Aroan e Maruanuns”, pudieran desembarcar en las playas de la isla con malas intenciones (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4916).

En su petición, ambos capitanes definían aquella frontera como “couto de desertores, ladrões e facinerosos, que nela continuam.e causão bastantes insultos” (AHU, Avulsos do Pará, Cx.54, D. 4916). Entre los desertores deberían figurar muchos indígenas, que habían abandonado las aldeas de Chaves y Rebordello, engordando la categoría de “ausentes” en los censos locales. La historiografía ha interpretado que estas fugas vaciaron las aldeas tras la aplicación del directorio, si bien en los últimos años se ha cuestionado este despoblamiento (Fonseca, 2017; Mello, 2015; Roller, 2014).

Además de las exigencias laborales, otras coyunturas favorecían estas fugas, siendo las epidemias una de las causas habituales⁴⁴. Desde los tiempos misionales, la concentración humana facilitó el contagio de las nuevas enfermedades que fueron traídas por los europeos. Célebre es la epidemia de 1748-1750 (Vieira Junior; Martins, 2015), que dejó un balance de decenas de fallecidos en las aldeas de Santo Antonio de Anajatuba – Chaves –, San Joaquín de Caviana y Santa Anna de Cajuna (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3001)⁴⁵.

Las obras en Macapá fueron otro foco infeccioso de relevancia. Ya en 1762 se registraron brotes infecciosos, y en febrero de 1765 el Hospital de Macapá atendía a 17 indígenas y 17 esclavos africanos (APEP, Cod. 150, D. 25). En marzo la situación había empeorado considerablemente. El hospital albergaba entonces 52 hombres “assistidos de vitela e galinhas”, y el comandante se vio obligado a construir un nuevo pabellón, “separando os de bixigas, e de sarampo que vierão em calcetas dessa cidade, em distinta casa, para que as queixas contagiosas se não comunicassem aos pretos, e mais indios” (APEP, Cod. 150, D. 41). Se trataba así de evitar el inicio de una epidemia, pero los intentos fueron en balde y pronto se extendieron los casos de sarampión por la región. En el mes de abril ya estaban hospitalizadas más de cien personas (APEP, Cod. 150, D. 56).

Tres trabajadores naturales de Chaves se encontraban entre los enfermos (APEP, Cod. 150, D. 59). Sus parientes no se libraron del azote del sarampión. A principios de mayo, el sargento Oliveira intentó reclutar remeros en Chaves, pero la aldea se

44 Aruás y maraones, por ejemplo, habían abandonado las aldeas de Joanes e Igarapé Grande a causa de una epidemia de viruela, tal como consta en un regimiento de la década de 1720 (APEP, Cod. 7, f. 31v).

45 Recuento de las bajas en múltiples aldeas en carta de la Cámara de Pará al rey (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3001).

encontraba casi vacía, “bem pela falta de Indios q nestas pavuaçoens há como tam-bém pela peste de sarampo q nelas tem dado” (APEP, Cod. 151, D. 138). Finalmente consiguió formar una nueva tripulación, ayudado también por seis aruás que el comandante de Macapá le concedió, retirándolos del servicio a los moradores de aquella ciudad (APEP, Cod 150, D. 84).

Enfermedades⁴⁶, servicios personales, peonadas en la fortificación, pesca para el comercio, agricultura de supervivencia y pilotaje de canoas ocupaban el tiempo de los aruás a mediados de la década de 1760. Su situación continuaba siendo precaria e inestable, con la colonia francesa como foco permanente de atracción. El hijo del principal de Rebordello, Antonio Coelho, informó que a fines de marzo de 1765 había encontrado una canoa “de Indios do partido Francez, e que estes lhe derão a noticia de ter chegado a Cayena muita gente da Europa” (APEP, Cod 150, D. 84). Y en 1766 hubo noticias sobre nuevos planes de fuga, organizados esta vez por el propio principal de Rebordello, Domingos da Costa, que habría de fallecer en abril de 1767 (APEP, Cod. 164, D. 17; APEP, Cod. 175, D. 75).

Y es que, a pesar de la voluntad transformadora del directorio, muchos aspectos de la vida diaria permanecieron inalterados en los primeros años de su ejecución; entre ellos, elementos como la movilidad y las relaciones con los franceses; pero también otros aspectos culturales, como el uso de sus lenguas originarias. Así, a fines de la década de 1750, “os Indios da Nação Aruãa, moradores em a villa de Chaves” se conservaban sin noticia de más lengua que la suya “nacional”, en la cual habían sido doctrinados por los misioneros franciscanos. Las mujeres y los niños, que no acostumbraban a viajar, eran los que menos portugués sabían y eran ellos los que debían recibir más atención en la educación. Tarea que no se podía delegar en los franciscanos, “pelo péssimo costume, em que estão de falar a ponderada língua Aruãa” (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 44, D. 4033).

Ciertamente, los franciscanos habían dedicado muchos esfuerzos a dominar las lenguas de los aruás, sacacas y maraones, las cuales emplearon en la redacción de gramáticas, diccionarios y textos doctrinarios⁴⁷. Estos esfuerzos ayudaron a la pervivencia de lenguas e identidades y, en concreto, a la pervivencia de los aruás. También contribuyó el hecho de que Chaves y Rebordello no se vieran tan afectadas por la introducción de nuevos elementos étnicos – vía descendimientos – como en otros lugares⁴⁸.

46 Tras la epidemia de sarampión se desató un contagio de viruela en Macapá, que también acabó afectando a Chave (APEP, Cod. 177, D. 29).

47 Lamentablemente, todos los trabajos de los franciscanos al respecto se encuentran extraviados. Para una relación de algunos títulos, ver *Annaes da Bibliotheca Nacional de Rio de Janeiro* (1881, p. 201-202).

48 Sí hay noticias de la inserción de otros grupos étnicos en otras aldeas de la región. En Monsarás fueron ubicadas 126 personas procedentes del Río Pacajás. Mathias Paez de Albuquerque. Relación de los Descendimientos (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 55, D. 4991). En la misma población, un indígena que era fruto

A pesar de esta relativa homogeneidad cultural, no debemos imaginar un hipotético aislamiento de ambas comunidades. Los varones de Chaves y Rebordello viajaban cotidianamente a Belém y Macapá, así como a otros lugares de la capitanía. Y hasta ellas llegaban habitantes de otras villas, tan lejanas como Cametá, Oeiras o Porto de Moz, para sorpresa de los directores (APEP, Cod. 157, D. 49; APEP, Cod. 157, D. 77). También sabemos que ambos sitios contaban con familias de “forasteros”, de los cuales se desconocía el apellido y, por lo tanto, sus aldeas de origen⁴⁹.

Es posible que entre estos “forasteros” figurasen algunos aruás del Río Paracauari, quienes mantenían lazos de parentesco con los aruás del norte. En junio de 1765, por ejemplo, 35 habitantes del lugar de Mondim – antigua misión de São José dos Aruans do Igarapé Grande – pidieron ser moradores de la villa de Chaves “por nella estarem os seos parentes”. Hacía casi cuatro años que habían abandonado Mondim (APEP, Cod. 151, D. 187).

CONCLUSIONES

Los habitantes de las villas del directorio, en definitiva, regatearon frecuentemente el control de las autoridades coloniales. Su capacidad para negociar los cambios les permitió conservar parcelas de autonomía en diferentes planos, tanto materiales como simbólicos. Así, a pesar de las políticas homogeneizadoras del directorio, pudieron mantener, por lo menos en los primeros años de su aplicación, lazos de parentesco y alianza, territorialidades propias, lenguas y prácticas culturales.

En este sentido, las categorías étnicas empleadas desde la conquista portuguesa continuaban activas a fines del siglo XVIII. Los *nheengaíbas* de Ponte de Pedras son mencionados en las fuentes de aquella época⁵⁰ y Alexandre Rodrigues Ferreira escribió poco después que la “nação Ingaíba existe em duas povoações que hoje se chamam Vila de Conde e Vila de Beja”. El mismo autor señalaba que en la villa de Joanes quedaron los *juioanes* – por otro nombre *sacacas* –, mientras que de los “Moco-ons [...], Mariapãs, Kadipunãs já se acabaram e por acaso se acham algum descendente deles” (Ferreira, 2008, p. 261).

En la costa norte de Marajó, así como en el Río Paracauari, continuaban existiendo los aruás. Sin embargo, su presencia se fue diluyendo en la documentación colonial con el paso de los años. La voluntad homogeneizadora del directorio es en parte responsa-

de un descendimiento fue acusado de matar a otros tres con veneno (APEP, Cod 131, D. 87). Y en Salvaterra, hay varias referencias a indígenas *barés*. Ver, por ejemplo: Pedro Fernandes Gavinho. Carta al Gobernador. 6 de octubre de 1766. APEP, Cod 168, D. 43.

49 Referidos como “*os de fora*” en la lista de moradores analizada de 1765 (APEP, Cod. 157, D. 62).

50 Por ejemplo, en *Relação dos Moradores de Ponta de Pedra “da nação Ingaiva”* (APEP, Cod. 151, ff. 280-291).

ble de esta aparente invisibilización étnica en las representaciones oficiales, que en este capítulo hemos podido contrarrestar a partir del análisis a nivel micro.

Pero no es menos cierto que, más allá de los artefactos documentales, los aruás del norte y el resto de los grupos de la región se fueron abriendo a nuevas identidades en complejos procesos etnogenéticos, tanto con otros grupos indígenas como con europeos y africanos que fueron llegando a la región. Roller menciona el caso de dos hermanos de Salvaterra que en 1775 optaron por presentarse como *mamelucos* (mestizos) para escapar de las obligaciones que el directorio imponía a los indígenas *aldeados* (Roller, 2014).

Los aruás de Chaves y Rebordello, en esa línea, ni desaparecieron engullidos por la voracidad de las reformas pombalinas ni permanecieron inalterados, puros en su esencia, congelados en el tiempo a través de tácticas de resistencia. Su historia, nada extraordinaria en la frontera colonial, es la de tantos otros grupos que se vieron forzados al contacto permanente con los portugueses y que negociaron su participación en el sistema de trabajo a partir de variadas estrategias políticas e identitarias.

Recuperar su participación en los procesos históricos es una tarea ardua, debido a la escasez de documentación, por otra parte siempre de naturaleza indirecta. Obviamente, los principales y otros cargos relevantes suelen ser los personajes más fácilmente rastreables en las fuentes, aunque no siempre es fácil dilucidar su identidad. En este capítulo hemos podido ver las tensiones entre el capitán Francisco dos Santos y el principal Domingos da Costa, y a partir de ellas intuir una inabarcable pluralidad de puntos de vista.

Además, sus respectivas posiciones eran siempre ambiguas. El capitán Dos Santos alternaba la colaboración con la desobediencia, del mismo modo que también lo hacía el principal Domingos da Costa y el resto de los personajes indígenas en la frontera norte. Todos ellos participaron de las obras de fortificación de Macapá y de la vigilancia de las costas, también del comercio con Belém, pero ello no significaba una aceptación gregaria de las imposiciones coloniales.

Al contrario, en sus decisiones intuimos una negociación permanente, que se veía alimentada por la proximidad de la colonia francesa en Cayenne. En este sentido, los aruás experimentaron la particularidad de que su territorio tradicional quedase atravesado por intereses de frontera de las potencias europeas. Ello les situó en la vanguardia de las escaramuzas militares, pero también les otorgó una posición de privilegio para negociar sus lealtades.

Los habitantes de Rebordello, especialmente, se mostraron en la década estudiada en una permanente amenaza de fuga y despoblamiento. Su presencia en la Isla de Caviana no podía darse por sentada y tanto fray Antonio como los directores de Chaves tuvieron que gestionar, tal y como hemos visto en las páginas anteriores, sucesivas crisis de convivencia. La captura de indios rebeldes y las peticiones de destierro fueron recurrentes para tratar de contener la movilidad irrefrenable de aquellas familias.

Fue de esta manera, negociada e imprevisible, que los habitantes de Chaves y Rebordello transitaron el gran pliegue de la historia colonial, ignorando las interpretaciones rupturistas que más tarde haría la historiografía sobre el directorio. Ambas comunidades navegaron el proceso en un estado de fluidez permanente, adoptando nuevas categorías étnicas, viajando a Belém, incorporando nuevos habitantes y aprovechando las grietas del sistema para buscar su promoción social (Sampaio, 2012).

Si además recordamos que los propios nativos dirigieron la aplicación del directorio desde sus cargos oficiales, se nos deshace en las manos la imagen de los indígenas como víctimas de una imposición arbitraria del poder metropolitano. Por el contrario, junto a fray Antonio de Santo Agostinho y los directores de Chaves, junto a el sargento Manoel Antonio Oliveira Pantoja y al intendente João Ignacio de Brito Abreu, los habitantes indígenas de Chaves y Rebordello fueron los principales protagonistas de la vida política local, tal y como hemos visto en este capítulo.

Es imposible entender las lógicas de la defensa fronteriza o de la economía colonial sin tenerlos en cuenta. De la misma manera, resulta inútil cualquier estudio sobre el directorio que no incorpore ya a las poblaciones nativas como sujetos protagónicos de sus interpretaciones. Pero no unos sujetos genéricos, que responden a lógicas colectivas y cuya identidad – tanto étnica como familiar, regional o personal – se difumina en anónimos apellidos portugueses; sino como unos sujetos a los cuales podemos rastrear en las fuentes, devolviéndoles agencia y perspectiva propia.

Así desde el análisis documental de la cotidiana normalidad de estas dos comunidades, se enfatizó en este capítulo la participación de los nativos en la construcción de las fronteras amazónicas. Y con ello la permanencia de identidades, lenguas y costumbres durante el periodo colonial, en la continuidad de grupos étnicos que progresivamente fueron desapareciendo de la terminología colonial, pero no necesariamente del paisaje amazónico⁵¹.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Carta dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará para o rei D. José. Belém do Pará, 15 de setembro de 1750. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3001.

Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Pará, 3 de junho de 1757. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 42, D. 3868.

51 Los propios aruás continuaron existiendo hasta el siglo XIX e incluso se puede pensar en ciertas continuidades de tipo indirecto con las poblaciones *ribeirinhas* actuales, a través por ejemplo de la reproducción de saberes. Sobre las relaciones entre historia, paisaje y poblaciones actuales de Caviana, ver: Machado (2012).

Ofício do Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Pará, 16 de fevereiro de 1759. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 44, D. 4033

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 9 de novembro de 1761. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4683.

Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Pará, 9 de junho de 1757. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 42, D. 3872.

Ofício do Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Pará, 15 de julho de 1758. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 43, D. 3954.

Ofício do Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Pará, 16 de fevereiro de 1759. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 44, D. 4033.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 13 de agosto de 1759. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 45, D. 4110.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 4 de novembro de 1760. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 47, D. 4340.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 17 de novembro de 1761. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4691.

Ofício do tesoureiro-geral do Comércio dos Índios, António Rodrigues Martins, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 26 de novembro de 1761. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 51, D. 4715.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 28 de junho de 1762. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 52, D. 4790.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 30 de maio de 1764. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 56, D. 5099.

Ofício do administrador do bispado do Pará, Giraldo José de Abranches, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 30 de novembro de 1765. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5242.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão], Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 26 de junho de 1761. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 49, D. 4519.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 9 de março de 1763. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4902.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 15 de junho de 1763. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4939.

Carta do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o rei D. José I. Pará, 23 de julho de 1763. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 54, D. 4968.

Certidão do escrivão da Fazenda Real da capitania do Pará, Cláudio Antônio de Almeida. Belém do Pará, 22 de setembro de 1763. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 55, D. 4991.

Arquivo Público do Pará (APEP)

Códices

Regimiento de Francisco de Mello Palheta. APEP, Cod. 7, ff. 20-28.

Fray Antonio de Santo Agostinho. Carta al Gobernador. 10-08-1762. APEP, Cod. 17, D. 71

Fray Antonio de Santo Agostinho. Carta al Gobernador. 18-02-1765. APEP, Cod. 17, D. 72

Fray Antonio de Santo Agostinho. Carta al Gobernador. 10-08-1761. APEP, Cod. 17, D. 99.

Fray Antonio de Santo Agostinho. Carta al Gobernador. 13-01-1763. APEP. Cod. 17, f.221 (tal vez, D. 85; numeración ilegible)

João Ignácio de Brito Abreu, Carta al Gobernador. 02-08-1759 APEP, Cod. 54, D. 19.

João Ignácio de Brito Abreu. Carta al Gobernador. 17-09-1759. APEP, Cod. 54, D. 26.

Domingo Caetano Teles. Carta al Gobernador. 30-06-1759. APEP, Cod. 95, D. 78.

Félix da Silva Cunha. Carta al Gobernador. 28-08-1759. APEP, Cod. 95, D. 113.

José de Sampaio Lanserote. Carta al Gobernador. 25-12-1759. APEP, Cod. 95, D. 140.

Luis Fagundes Machado. Carta al Gobernador. 03-05-1762. APEP, Cod. 98, D. 85; APEP, Cod. 98, D. 111.

Domingos Caetano Teles. Carta al Gobernador. 02-06-1759. APEP, Cod. 95, D. 59.

Nuno da Cunha Valona Atayde. Carta al Gobernador. 12-10-1762. APEP, Cod. 98, D. 167.

Francisco Rodríguez. Carta al Gobernador. 06-12-1761. APEP, Cod. 108, D. 34.

- Gervasio Domingues da Cruz. Carta al Gobernador. APEP, Cod. 113, D. 4.
- Francisco Rodríguez. Carta al gobernador. 30-01-1762. APEP, Cod. 113, D. 54.
- Fray Antonio de Santo Agostinho. Carta al Gobernador. 08-02-1762. APEP, Cod. 113, D. 63.
- José Félix Galvão de Araújo Oliveira. Carta al Gobernador. 13-05-1762. APEP, Cod. 114, D. 53.
- Francisco Rodríguez. Carta al Gobernador. 26-05-1762. APEP, Cod. 114, D. 69.
- Lista de moradores. 12-1762. APEP, Cod. 115, D. 40.
- Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 08-08-1762, APEP, Cod. 117, D. 27.
- Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 01-07-1763. APEP, Cod. 129, D. 03.
- Raymundo José de Betancurt. Carta al Gobernador. 22-02-1763. APEP, Cod. 130, D. 20.
- Nuno da Cunha Varona Atayde. Carta al Gobernador. 22-05-1762. APEP, Cod. 130, D. 65.
- José Félix Galvão de Araújo Oliveira. Carta al Gobernador. 21-11-1763. APEP, Cod 131, D. 87.
- Nuno da Cunha de Atayde Varona. Carta al Gobernador. 16-01-1763. APEP, Cod. 132, D. 2.
- Nuno da Cunha Atayde Varona. Carta al Gobernador. 27-04-1763. APEP, Cod 132, D. 34.
- Francisco Rodrigues. Carta al Gobernador. 30-11-1764. APEP, Cod. 140, D. 105.
- Carta al Gobernador. 26-07-1764, APEP, Cod. 142, D. 12.
- Carta al Gobernador. 26-07-1764. APEP, Cod. 142, D. 14.
- Nuno da Cunha Athayde Varona. Carta al Gobernador. 16-02-1765. APEP, Cod. 150, D. 25.
- Nuno da Cunha Athayde Varona. Carta al Gobernador. 08-03-1765. APEP, Cod. 150, D. 41.
- Nuno da Cunha Athayde Varona. Carta al Gobernador. 09-04-1765. APEP, Cod. 150, D. 56.
- Regimiento de Manoel Antonio Oliveira Pantoja. APEP, Cod. 150, D. 57.
- José Antonio Salgado. Carta al Gobernador. 13-04-1765. APEP, Cod. 150, D. 59.
- Nuno da Cunha Atayde Varona. Carta al Gobernador. 14-04-1765. APEP, Cod. 150, D. 60.
- Nuno da Cunha Athayde Varona. Carta al Gobernador. 07-05-1765. APEP, Cod 150, D. 84.
- Henrique Antonio Galluzzi. Carta al Gobernador. 28-05-1765. APEP, Cod. 150, D. 97.
- Manoel da Cruz Figueiredo. Carta al Gobernador. 06-01-1765. APEP, Cod. 151, D. 21.
- Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 25-02-1765. APEP, Cod. 151, D. 76.
- Francisco Rodríguez. Carta al Gobernador. 30-06-1765. APEP, Cod. 151, D. 187.
- Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 03-05-1765. APEP, Cod. 151, D. 138.

Carta al Gobernador. 04-08-1765. APEP, Cod. 153, D. 19.

Henrique Antonio Galluzzi. Carta al Gobernador. 18-08-1765. APEP, Cod. 153, D. 29.

Nuno da Cunha de Atayde Varona. 17-08-1765. APEP, Cod. 153, D. 27.

Bento de Oliveira. Carta al Gobernador. 14-11-1765. APEP, Cod. 153, D. 81.

Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 28-08-1765. APEP, Cod. 157, D. 44

Lista de moradores. 15-09-1765. APEP, Cod. 157, D. 62.

Manoel Antonio Oliveira Pantoja. Carta al Gobernador. 25-02-1765. APEP, Cod. 151, D. 76.

Carta de Francisco Rodríguez. 04-02-1766. APEP, Cod. 164, D. 17.

Carta de Francisco Rodríguez. 23-04-1767. APEP, Cod. 175, D. 75.

Carta de Francisco Rodríguez. 23-07-1767. APEP, Cod. 177, D. 29.

Raimundo José de Betancurt. Carta al Gobernador. 15-03-1767. APEP, Cod. 185, D. 1.

Livros de Sesmarias

Sesmarias, livro 7, f. 145

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 69-107, 2003.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

AMORIM, Maria Adelina. *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa: Clepul-CEHR, 2005.

AMORIM, Maria Adelina. *A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): agentes, Estruturas e Dinâmicas*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faup Publicações, 1998.

- BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de Índios no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- COELHO, Mauro Cezar. O Directório dos índios e as chefias indígenas: uma inflexão. *Campos*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 117-134, 2006.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Directório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1.
- DIAS, Joel Santos. “*Confuso e intrincado labirinto*”: fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (séculos XVII e XVIII). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- ESPELT-BOMBIN, Silvia. Makers and keepers of networks: Amerindian spaces, migrations and exchanges in the Brazilian Amazon and French Guiana, 1600-1730. *Ethnohistory*, Albany, v. 67, n. 4, p. 597-620, 2018a.
- ESPELT-BOMBIN, Silvia. *Frontier politics: French, Portuguese and Amerindian alliances between the Amazon and Cayenne, 1680-1697*. In: WOOD, Sarah; MACLEOD, Catriona. *Locating Guyane*. Liverpool: Liverpool University Press, 2018b. p. 69-90.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Manaus: Valer, 2008.
- FERREIRA PENNA, Domingos Soares. *Obras completas*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. v. 2.
- FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 439-464, 2017.
- GONZÁLEZ, Luiz. *Pueblo en vilo: microhistoria de San José de Gracia*. Ciudad de México: El Colegio de México, 1968.
- IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Rethinking the Amazon Frontier in the seventeenth century: the violent deaths of the missionaries Luis Figueira and Francisco Pires. *Ethnohistory*, Albany, v. 65, n. 4, p. 575-595, 2018.
- LOPES, Paulo Roberto do Canto. *A Colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na missão religiosa de Joanes*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

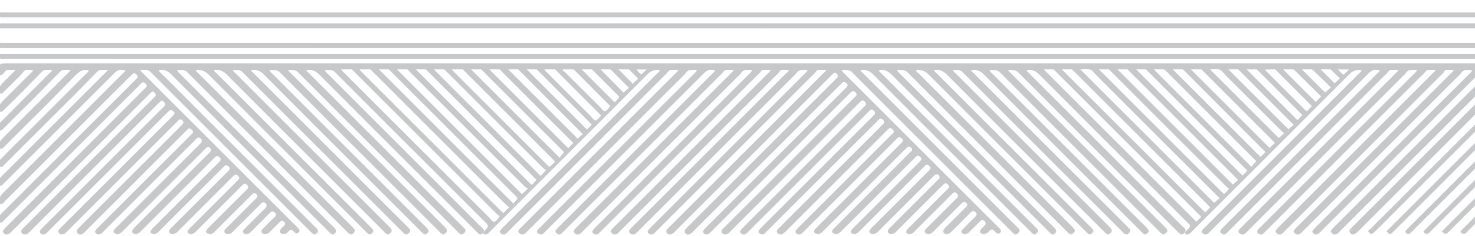
- MACHADO, Juliana Salles. *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no Delta Amazônico*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. *Archeological investigations at the mouth of the Amazon*. *Bureau of American Ethnology Bulletin* 167. Washington, D. C.: Smithsonian Institution, 1957.
- MELO, Vinícius Zúñiga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- MELLO, Márcia Eliane de Souza. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774-1821. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, n. 16, p. 227-253, 2015.
- NIMUENDAJU, Curt. *In pursuit of a past Amazon: archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. Göteborg: Etnologiska Studiera, 2004.
- NORONHA, José Monteiro. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província*. Belém: Typographia de Santos e Irmãos, 1862.
- RAVENA, Nirvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 125-149, 2005.
- ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 528-545, 2017.
- ROCHA, Rafael Ale. Os aruã: políticas indígenas e políticas indigenistas na Amazônia portuguesa (século XVII). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Santa Vitória do Palmar, v. 10, n. 19, p. 72-93, 2018.
- ROLLER, Heather F. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- SAITO, Akira; ROSAS, Claudia (ed.). *Reducciones: la concentración forzada de las poblaciones indígenas en el Virreinato del Perú*. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2017.
- SAMPAIO, Patricia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003.
- SAMPAIO, Patricia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Edua, 2012.
- SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Dis o índio...”: outra dimensão da lei. Políticas indígenas no âmbito do Diretório dos Índios (1777-1798). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- SCHAAN, Denise Pahl. Evidências para a permanência da cultura marajoara à época do contato europeu. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 12/13, n. 1, p. 23-42, 2000.
- SCHAAN, Denise Pahl. *The Camutins chiefdom: rise and development of social complexity on Marajó island, Brazilian Amazon*. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

SOMMER, Barbara A. *Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. 2000. Tese (Doutorado em História) – University of New Mexico, Albuquerque, 2000.

SOMMER, Barbara A. The Amazonian native nobility in late-colonial Pará. In: LANGFUR, Hal (ed.). *Native Brazil: beyond the convert and the cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014. p. 108-131.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 293-311, 2015.



CAPÍTULO 7

À SOMBRA DAS FORTALEZAS

a implementação do Diretório dos Índios nas vilas do Baixo Amazonas

KARL HEINZ ARENZ

INTRODUÇÃO

Em 22 de outubro de 1752, isto é, três anos antes da lei de emancipação dos índios (1755) e seis anos antes da introdução do Diretório dos Índios (1758), o capitão-mor Ricardo Antônio da Silva Leitão, comandante da Fortaleza de Pauxis (Óbidos), informou ao novo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre um atrito com um indígena da aldeia vizinha. O capitão-mor relata que, vendo-se a guarnição do forte incapaz de trabalhar adequadamente alguns troncos de madeira para fabricar os mastros e os remos para uma nova canoa, enviou seu capitão de ordenanças, Domingos Rebelo, à missão adjacente para requisitar, sob alegação de execução de um Real Serviço, o carpinteiro da aldeia. No entanto, ao chegar à fortaleza, o artesão indígena recusou-se a começar logo o trabalho, dizendo que necessitava de um pequeno descanso. O carpinteiro argumentou, ainda, que não era “um escravo” e, enquanto morador de uma aldeia missionária, estava isento da obrigatoriedade de serviços régios. Além disso, acrescentou que, por serem vassalos do rei e confiados aos frades franciscanos de Nossa Senhora da Piedade, os indígenas não estariam sob a jurisdição da fortaleza. Sem disfarçar sua indignação, o capitão-mor critica, na sua missiva, tanto as declarações do índio quanto a decisão do capitão de ordenanças por tê-lo escolhido, suspeitando até de um conluio entre os dois para minar sua autoridade e menosprezar a importância do Real Serviço. Ricardo Antônio da Silva Leitão

termina seu relato observando que tal comportamento insolente só fomentaria a violência e a desordem nas povoações da região, como já teria acontecido na missão vizinha de Surubiú (APEP, cód. 73, f. 26-27).

Situando esse caso específico no quadro das transformações que marcaram a década de 1750, veremos que o embate acerca da licitude de um Real Serviço entre o comandante do forte e o artesão indígena em Pauxis foi emblemático para o clima de crescentes tensões e confrontos entre militares e indígenas, principalmente nessa microrregião de grande relevância estratégica e econômica para o projeto reformador da Coroa Portuguesa no vale do Rio Amazonas. De fato, já desde o último quartel dos anos 1600, a calha amazônica entre Gurupá e Pauxis havia sido fortificada no intuito de garantir o controle sobre esse corredor fluvial de importância vital para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (Costa, 2015). Por sinal, esse investimento defensivo se alinhou, de certa forma, com as crescentes demandas econômicas, visto que o vale do Rio Amazonas se tornou, desde os anos 1670, um novo polo produtivo da colônia, além de ser a principal região fornecedora da mão de obra nativa. Após a fundação de quatro fortalezas sucessivas – Gurupá, Paru, Tapajós e Pauxis –, também a rede de aldeamentos conheceu uma expansão significativa. Esta teve seu ápice no decorrer das décadas de 1720 e 1730, com a fundação ou a transferência de aldeias em torno de um desses fortes, muitas vezes nos cursos interiores dos grandes afluentes, como o Xingu, o Tapajós e o Curuá (Arenz, 2021). De fato, o fluxo constante de embarcações, com finalidades comerciais e militares, inseriu a região do Baixo Amazonas, em razão de sua posição central, em uma extensa rede fluvial de contatos, trocas e também de fiscalizações, (re)dinamizado desde o início do reinado de D. José I o espaço amazônico sob domínio português (Domingues, 2019; Roller, 2014).

No contexto das reformas pombalinas, tanto os fortes como as aldeias ao longo do Rio Amazonas tiveram seu *status* e, em decorrência disso, sua infraestrutura física e suas funções administrativas incisivamente reformulados e reformados (Dias, 1984; Falcon, 1982; Maxwell, 1996). Esse novo investimento da Coroa e a subsequente reconfiguração da colônia amazônica se manifestaram logo em 1751, com a inversão dos dois componentes do nome oficial. Assim, com a nova designação de Estado do Grão-Pará e Maranhão, não se pretendia somente fazer jus à centralidade da Bacia Amazônica, mas também indicar a implementação de novas dinâmicas nos campos geoestratégico, socioeconômico e jurídico-administrativo. Nesse sentido, as principais medidas inovadoras se destinaram claramente à Bacia Amazônica, em detrimento do Maranhão. As dinâmicas mais marcantes foram: primeiro, a expansão para o oeste, com a delimitação da fronteira com as possessões castelhanas, a revitalização da rede de fortificações e um aumento dos efetivos militares; segundo, a emancipação e subsequente “civilização” dos índios, além da flexibilização do grande contingente da mão de obra que eles constituem; terceiro, a laicização da adminis-

tração das missões, mediante o afastamento dos religiosos – principalmente dos jesuítas – da gestão pública e sua substituição por funcionários civis e a implementação de câmaras locais, alargando a participação dos moradores e até dos indígenas (Sampaio; Santos, 2008).

O Diretório das Povoações, mais conhecido como Diretório dos Índios, criado em maio de 1757 na corte e aplicado a partir de agosto de 1758 na colônia, é uma repercussão dessas novas medidas, sucessivamente implementadas nos anos prece-dentes (Domingues, 2000). No entanto, os termos “aplicação” e “implementação”, embora sugerissem a ideia de *faits accomplis*, têm que ser concebidos enquanto processos, com todas as imprevisões e os imbróglios que lhes são inerentes. Por con-seguinte, o mero ato formal de entrada em vigor da nova lei, em agosto de 1758, visando definir o *status* e o tratamento dos indígenas na nova conjuntura, só marca o início de uma fase na qual emergiram mais incertezas do que certezas. Nesse sentido, objetivamos analisar, de forma específica, os desafios que a introdução do Diretório dos Índios trouxe para os militares na região do Baixo Amazonas. De fato, na “zona opaca”, gerada pelo não ou pouco conhecimento do conteúdo e das consequências das novas prescrições legais e competências funcionais estabelecidas na lei, os mili-tares, por já se encontrarem inseridos em uma incorporação disciplinada e discipli-nadora, tornaram-se agentes-chave que se destacaram, ao menos nos anos iniciais, na execução das novas determinações sociojurídicas. Coube a eles assumirem novas incumbências em decorrência do maior investimento da metrópole nas fortificações enquanto pontos de defesa e, sobretudo, como centros de controle social e econô-mico das recém-instituídas vilas e lugares, em seus respectivos arredores. Uma dessas novas tarefas para os militares era o cargo de diretor dos índios. Assim, investidos de uma dupla função militar-administrativa, muitos capitães-mores tiveram a incum-bência de supervisionar os trabalhos dos indígenas nas roças, oficinas e canoas, de julgar litígios *entre e com* os indígenas, de incentivar a produção de farinha e outros gêneros básicos, de organizar e fiscalizar os transportes das drogas do sertão para Belém, além de combater grupos indígenas “bravos”, como os Munduruku, no Rio Tapajós, ou os Mura, no Rio Madeira.

Em seguida, enfocaremos três casos específicos que revelam tanto a incerteza quanto a “esperteza” de capitães que viviam em três pontos estratégicos do Baixo Amazonas. São estes: o Forte de Santarém, o lugar central do corredor que inter-ligou a zona fronteira no oeste ao Porto de Belém; a vila de Pinhel, o estabe-lecimento colonial mais remoto no vale do Tapajós, situado abaixo das primeiras corredeiras; e o Forte de Gurupá, logo na junção entre o delta e a calha do Rio Amazonas. Quanto às fontes, nos apoiaremos, principalmente, em documentos dos códices 70 e 73 do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), referentes aos anos de 1762 e 1764, ou seja, poucos anos após a aplicação oficial do diretório na colônia amazônica. Trata-se, sobretudo, de breves informes e listas referentes aos serviços

dos índios e ao despacho de canoas para Belém, além de requisições de trabalhadores indígenas. As informações revelam a complexidade das relações e dos interesses que ganharam, nesses anos de transformação, dinâmicas próprias, revelando, em muitos casos, esforços criativos de adaptar-se às novas regras.

DOMINGOS DA SILVA PINHEIRO EM SANTARÉM

Vamos iniciar com Domingos da Silva Pinheiro, que era então comandante do Forte de Santarém e diretor da povoação homônima vizinha. O capitão informa, no dia 22 de junho de 1762, ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro sobre o caso de duas mulheres indígenas. Logo no início de seu relato, ele afirma ter recebido da índia Marcella a queixa contra seu marido, o índio André dos Santos, pois este a trataria como se fosse sua escrava e a manteria em “cativeiro”, apesar de ela ser mãe de uma menina de 9 anos e de uma criança de colo. O comandante diz que constatou os “sinais de pancadas”, confirmando, assim, a gravidade do caso. Já a outra indígena, uma “pagã da nação gurupá [do Rio Arapiuns]”, veio, segundo o relato, “toda abrasada de suor e cansada da carreira”, para pedir ajuda por ser ameaçada de morte pelo principal Saurê da nação “*magôê* [maué]”, pois tinha ciúmes de outro principal, de nome Mathias da Costa, um antigo aliado seu. A índia acusa, também, esse último “por usar mal dela” (APEP, cód. 73, f. 67-68).

Nas entrelinhas da missiva, revela-se a apreensão e a insegurança do militar diante dessas denúncias veementes e inesperadas por parte das indígenas. Tudo indica que ele não foi preparado para lidar com tais situações. É importante lembrar que a carta data de 1762, ou seja, quatro anos após o início da aplicação do Diretório dos Índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por conseguinte, podemos supor que o capitão ainda não estava familiarizado com todas as incumbências inerentes ao cargo de diretor. Quanto ao proceder das indígenas, elas, que, certamente, tinham conhecido o regime tutorial dos missionários, parecem ver no diretor-comandante o sucessor do padre que, até 1755, costumava resolver litígios e querelas internas dos indígenas aldeados.

Não sabemos muitos detalhes sobre a vida de Domingos da Silva Pinheiro. Alguns documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) apontam três momentos de sua carreira militar. Primeiro, ele serviu, no ano de 1755, como capitão na guarnição do Fortim de São Pedro Nolasco, em Belém (AHU, Avulsos Pará, cx. 37, doc. 3480, 3488 e 3521). Cinco anos depois, em setembro de 1760, ele pediu, enquanto cabo de esquadra em Belém, “patrocínio e proteção” do rei, alegando sua pobreza por estar “carregado de filhos”, sendo, inclusive, um deles “concabo [cocabo] de esquadra da minha companhia” (AHU, Avulsos Pará, cx. 46, doc. 4253). Enfim, um decreto de D. José I, de novembro de 1767, determina, “por justos motivos”, sua

promoção de capitão de infantaria a sargento-mor da infantaria no Pará (AHU, Avulsos Pará, cx. 61, doc. 5415). Embora escassos, esses indícios demonstram que Domingos da Silva Pinheiro vivenciou de perto as modificações sucessivamente implementadas pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, encontrando-se, durante os anos decisivos, ou seja, entre a promulgação da lei da emancipação dos índios, em junho de 1755, e a da ordem da expulsão dos jesuítas, em setembro de 1759, em Belém, o centro administrativo de Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Assim, supomos que Domingos da Silva Pinheiro tinha conhecimento das novas determinações, inclusive aquelas referentes aos índios que constituíram, então, o principal contingente de mão de obra no Estado do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, talvez ele não tivesse imaginado a profundidade da reconfiguração das relações entre as populações indígenas e os militares, sobretudo os comandantes dos fortes, que o novo regimento trouxe. A rigor, já desde o início da colonização portuguesa, em meados do século XVII, índios e capitães estavam inseridos, juntamente com os religiosos, em uma intrincada trama de interações e interesses, principalmente ao longo do corredor fluvial do Amazonas, por onde passaram as expedições e os transportes indo para ou vindo dos sertões, notadamente aqueles situados nas áreas de fronteira com as colônias hispânicas, mais ao oeste.

De fato, o vaivém intenso de canoas reflete-se em uma carta de Domingos da Silva Pinheiro, de julho de 1762. Logo nas primeiras linhas, ele fala que “pela manhã [uma canoa] partiu desta vila” e que “no mesmo dia à tarde chegaram” duas outras, vindo uma do Rio Negro, sob o comando de um sargento, e outra “da colheita das drogas do Sertão”. Ele acrescenta que vieram “ambos [os cabos] com ânimo de se queixarem de mim” ao governador. Sobretudo, o sargento o desafiava por causa dos índios remeiros. Um desses indígenas, que reclamava seu pagamento e pretendia ir, por causa disso, para Belém, recebeu de Domingos da Silva Pinheiro a autorização de não seguir viagem com o dito sargento. Este veio lhe pedir, pouco depois, dois índios da povoação de Santarém como substitutos para dois que tinham fugido durante a viagem, mas o comandante de Santarém não deferiu a solicitação. Quanto à outra canoa, aquela em proveniência do sertão, ela trouxe cinco índios que “andavam ausentes da Povoação a bem de anos”. Domingos da Silva Pinheiro retém dois desses fugitivos, pois eram casados e suas esposas viviam em Santarém, deixando os três outros como remeiros na canoa das drogas. Fora esses casos, ele relata, ainda, que seu colega, o comandante Clemente de Almeida Pereira – do qual falaremos mais adiante –, lhe mandou de volta do Forte de Gurupá “um Índio pagão da nação Ariquena pertencente a esta Povoação [...] aleijado de uma mão”, visto que se tinha ferido com um espinho (APEP, cód. 73, f. 75-77).

Sem dúvida, de forma subjacente, essa carta mostra a importância de saber lidar com as múltiplas eventualidades do intenso tráfico fluvial e com as pessoas nele envolvidas. Atenção especial requeria, nesse contexto, o trato com o grupo dos

índios pilotos – jacumaúbas – e remeiros, os principais responsáveis pela locomoção das canoas (Daniel, 2004). De fato, o Diretório dos Índios (§ 9, p. 4-5) faz questão de lembrar que, na época do regime missionário, “Principais, Sargentos maiores, Capitães, e mais Oficiais das Povoações, sem embargo dos honrados empregos que exercitavam, muitas vezes eram obrigados a remar as Canoas, ou a ser Jacumaúbas, e Pilotos delas, com escandalosa desobediência às Reais Leis”, vendo nessa prática do passado uma das origens pela “rusticidade”, “vileza” e “abatimento” dos indígenas. Implicitamente, o parágrafo sugere um tratamento mais respeitável sob o novo regimento, mas a realidade de um ambiente “rústico” entre os remadores parece ter persistido, como o documento anteriormente comentado demonstra. Na verdade, o diretor-comandante não conseguiu controlar os índios em mobilidade, que, no entanto, eram imprescindíveis para garantir o funcionamento daquilo que o diretório chama, repetidamente, de “comércio do Sertão” (§§ 23, 45, 71 e 73, p. 11, 20, 21, 30 e 31). Sobretudo o Parágrafo 55 projeta a execução “em direitura” dessa atividade, no sentido de todo o percurso da valiosa carga – do lugar da coleta nas florestas, via as povoações de origem das canoas, até a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios¹, em Belém – ser cuidadoso e atentamente supervisionado pelos diretores, sendo isso “o manifesto autêntico de toda a importância” de suas incumbências. Por isso, não é de se admirar que a extração das drogas, com a mobilização de remadores e coletores indígenas que essa atividade implicava, perpassa o conjunto do Diretório dos Índios (§§ 20, 36, 46, 50, 51, 60 e 63, p. 9, 16, 20, 22, 23, 26 e 27), dando até a impressão de esse “comércio” ser sua principal razão de ser.

Quanto à organização da vida no interior da própria vila, o comandante tentou promover a aproximação entre moradores brancos e índios, mais especificamente entre moradoras e índias, aplicando, nesse sentido, a demanda do Diretório dos Índios (§ 15, p. 7) de “que se faz preciso introduzir neles [indígenas] aquelas imaginações, que os possam conduzir a um virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorosos, e decentes”. Em Santarém, uma ação documentada, nesse contexto, foi a de fazer de moças indígenas costureiras de camisas conforme a moda portuguesa. De fato, em julho de 1762, Domingos da Silva Pinheiro informa ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro que, por não haver “nesta vila uma Costureira que possa fazer uma Camisa capaz nem sequer sabê-la lavar”, ele autorizou “algumas mulheres brancas” a servirem de “mestras”, para ensinar, em suas casas, esse ofício a “algumas das Raparigas [indígenas] já capazes de aprender”. O fato de o principal da povoação vizinha à fortaleza ter apresentado essa solicitação, de haver costureiras entre os índios, indica que o uso de camisas, isto é, roupas no estilo euro-

1 A Tesouraria Geral do Comércio dos Índios era a instituição responsável pela administração dos rendimentos das povoações e dos negócios externos (Mota, 2018). Cacau, cravo, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, castanhas-do-pará e peixe constam entre os produtos mais frequentes (APEP, cód. 73, f. 73, 83 e 89).

peu, pode ter sido considerado, até pelos próprios indígenas, como um marcador imprescindível para parecer “civilizado”. No entanto, não fica evidente se o chefe indígena pretendeu, com seu pedido, satisfazer às diretivas da nova administração colonial por vontade própria ou se ele foi coagido a fazê-lo. Por sinal, no final de sua carta, o comandante observa, ainda, que os índios não eram todos tão dóceis e fáceis de controlar, lamentando que havia índios “que andam por fora ainda [e] até ao presente se não têm recolhido” à povoação (APEP, cód. 73, f. 72). Seja como for, tanto o novo modo de se vestir quanto a adoção de um comportamento dócil e obediente fizeram parte do combate à suposta “incivilidade, e abatimento” e à “torpeza” dos índios. Combate esse, aliás, que incluiu, também, que os indígenas assumissem sobrenomes “das Famílias de Portugal” e construíssem “suas casas à imitação dos Brancos” (Diretório, 1758, §§ 11-12, p. 6).

Outras cartas e listas redigidas por Domingos da Silva Pinheiro revelam o dilema desse militar, que se esforçou para conciliar suas múltiplas obrigações: despachar as canoas com os produtos do sertão – cacau e manteiga à base de ovos de tartaruga – e das roças – farinha –, destinados à Tesouraria Geral dos Índios; zelar pela segurança e o bom estado das fortificações, que, naqueles anos, estavam muito degradadas (APEP, cód. 73, f. 65-66); e controlar os indígenas nas povoações nos arredores do forte (APEP, cód. 73, f. 67-68). Sobretudo no que diz respeito a essa última incumbência, percebe-se – como vimos no caso das duas índias maltratadas – o quanto as agências e as iniciativas indígenas o surpreenderam e o preocuparam.

JERÔNIMO MANOEL DE CARVALHO EM PINHEL

Na mesma época, a certa distância do forte de Santarém, o tenente Jerônimo Manoel de Carvalho redigiu e assinou, no ano de 1762, diversos documentos na vila de Pinhel. Esse lugar encontra-se logo abaixo das primeiras corredeiras do Rio Tapajós, que constituíram um obstáculo para a navegação rumo aos sertões no interior das terras. Trata-se da antiga missão de São José dos Maytapus, um dos estabelecimentos missionários mais recentes na região. A crônica do jesuíta José de Moraes (1987, p. 356) observa referente à sua fundação:

Subindo o mesmo Tapajós acima à mão direita está a aldeia de S. José ou Matapus [*sic*]. Esta aldeia fundou o nosso Padre José da Gama pelo ano de 1722, e era da visita do dito padre missionário Gama, que o era então da aldeia dos Arapiuns. É este rio na sua boca até a distância de quarenta léguas, onde principiam as cachoeiras, de bons ares e clima benigno.

Entre as demais vilas no vale do Tapajós – Alter do Chão, Vila Franca e Boim – Pinhel é aquela que mais distou do Forte de Santarém, sendo habitada, quase exclu-

sivamente, por indígenas. Por ser um lugar remoto, os documentos revelam, mais do que aqueles sobre as demais vilas do Baixo Amazonas, a dificuldade do diretor, o já mencionado Jerônimo Manoel de Carvalho, de supervisionar os habitantes.

Sabemos relativamente pouco sobre a trajetória desse militar. Tendo obtido a patente de tenente-coronel, servindo no 2º Regimento da Infantaria Auxiliar em Belém, Jerônimo Manoel de Carvalho endereçou dois requerimentos, um de agosto de 1796 e outro de março de 1797, à rainha D. Maria I, solicitando a autorização de viajar para Lisboa “a fim de acudir a várias dependências, que tem pendentes”, isto é, para cuidar de assuntos pessoais (AHU, Avulsos Pará, cx. 107, doc. 8484; cx. 108, doc. 8545). Naquele ano de 1797, ele informa que, “tendo voluntariamente passado a servir naquele Estado em o ano de 1753”, já esteve há mais de 40 anos na região amazônica. Uma lista de provisões e nomeações do mesmo ano aponta que Jerônimo Manoel de Carvalho serviu, em 1784, de diretor dos índios no lugar de Barcarena, perto de Belém (AHU, Avulsos Pará, cx. 103, doc. 8180). Já pelos documentos no APEP (cód. 73, f. 92-99) que têm a sua assinatura, fica óbvio que duas décadas antes, no início dos anos de 1760, ele esteve atuando no vale do Tapajós.

Foi lá que o tenente Jerônimo Manoel de Carvalho, em sua função de diretor da vila de Pinhel, dirigiu, em fins de 1762, duas cartas ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro acerca do encaminhamento de dois indígenas acusados de desrespeito às leis da Coroa Portuguesa e aos mandamentos da Igreja (APEP, cód. 73, f. 92-93 e 95-96). O diretor-tenente inicia seu relato com a fuga dos indígenas Sebastião da Costa e Romualdo de Braga, acusados de desobediência, da prisão na fortaleza de Santarém; pormenorizando que o segundo fora, além disso, inculcado de rebeldia contra os preceitos da “Santa Madre Igreja”, por ter vivido em concubinato. Após essas informações preliminares, o autor concentra-se, exclusivamente, na trajetória do referido Romualdo de Braga. Este, ao invés de buscar logo um esconderijo, voltou para Pinhel, sua vila de origem, onde foi novamente preso. Contudo, dessa vez, Romualdo não foi escoltado de volta ao cárcere na fortaleza, mas reintegrado ao seu ofício, pois era “o melhor pescador desta Vila”. Não obstante, pouco tempo depois, tornou a fugir, escondendo-se na floresta. Em sua fuga, o índio soube habilmente esquivar-se dos soldados mandados para prendê-lo e até conseguiu recuperar sua companheira, que estava sob vigilância na vila vizinha de Boim. O diretor de Pinhel não esconde sua preocupação, pois Romualdo foi, agora, também acusado de planejar, no mato, “más práticas”, instigando “entre seus parentes, uma grande rebelião”, e de já ter cometido crime capital, isto é, assassinato – provavelmente de soldados que estavam à sua procura. Como se não bastasse, Jerônimo Manoel de Carvalho comunica, ainda, no final do relato, que quatro indígenas de Pinhel, requisitados pelo próprio governador, recusaram-se a deixar a vila para, pouco depois, fugir com a ajuda de seus parentes.

Embora não saibamos a continuação da trajetória desses fugitivos nas matas que circuncidaram a vila de Pinhel, percebe-se, nas entrelinhas, a intensa resiliência dos índios nesse lugar relativamente isolado dentro da ampla rede de vilas coloniais. Sobretudo, a evidente audácia do pescador Romualdo chama a atenção. Tudo indica que ele teve plena consciência de seu valor, enquanto pescador, dentro da lógica produtiva das autoridades coloniais, além do prestígio, em razão de sua audácia, de que gozava entre os habitantes da vila. Já vimos no emblemático caso do carpinteiro de Pauxis, mencionado no início do capítulo (APEP, cód. 73, f. 26-27), como um indígena defendeu seu *status* jurídico em pleno século XVIII, isto é, numa época quando o Regimento das Missões de 1686 (1724, § 4, 3), que proibia expressamente a interferência de militares nas aldeias, estava ainda vigente. Quanto a Romualdo de Braga, bem que já submetido às regras do Diretório dos Índios, ele infringiu, ao que tudo indica, deliberadamente, as normas “civilizacionais” da obediência. Sua condição de trabalhador capacitado e reputado na vila de Pinhel lhe deu, além de seu atrevimento, respaldo suficiente entre os índios para organizar uma resistência no mato, desafiando, assim, as autoridades públicas e incitando outros indígenas a segui-lo. Seja como for, à conduta dos dois indígenas evocados – o carpinteiro de Pauxis e o pescador de Pinhel – se aplica a afirmação de Almir Diniz de Carvalho Júnior (2013, p. 78) de que o “domínio de determinada atividade ou ofício permitia a esses índios ‘comuns’ um destaque e alguma vantagem”.

No entanto, os índios Sebastião da Costa e Romualdo de Braga não foram os únicos a inquietarem o diretor-tenente da vila. De forma mais ampla, o gerenciamento do contingente de mão de obra pertencente à vila demonstrou ser um problema para ele, principalmente o número elevado de fugas e de ausências temporárias aparentemente não autorizadas. As duas estatísticas anuais acerca da população local, que Jerônimo Manoel de Carvalho envia, em fins de 1762, ao governador, o revelam. Na lista, composta em 8 de dezembro daquele ano, ele expõe cuidadosamente a situação dos trabalhadores indígenas (APEP, cód. 73, f. 98-99). O tenente classifica um total de 46 índios como “prontos para o serviço”, mas destes, somente 21 estavam efetivamente presentes na vila. Quanto aos 25 restantes, eles encontravam-se repartidos a serviço, respectivamente, do rei, dos moradores ou dos administradores coloniais da região, atuando, principalmente, como remadores e pescadores. A vila abrigou, também, seis “oficiais nobres” – três principais, dois vereadores e um juiz – e quatro “privilegiados” – três filhos dos capitães e um almotacé –, um indício da elitização incipiente, que abarcou, então, também a chefia indígena (Rocha, 2009). Além disso, havia cinco “oficiais mecânicos”, a saber, dois carpinteiros e, respectivamente, um ferreiro, um barbeiro e um tecelão. Podemos supor que esses artesãos eram peritos, respectivamente, na construção de casas e canoas – carpinteiros –, na produção e no conserto de ferramentas – ferreiro –, e na introdução de modas e modos portugueses – barbeiro e tecelão. Geralmente, os “oficiais mecânicos” tinham

uma ampla reputação social, pois exerceram profissões essenciais para o desenvolvimento das vilas e o avanço do plano da “civilização” de seus habitantes, como o Diretório dos Índios (1758, § 9, p. 4-5) indica implicitamente.

Com esses primeiros números referentes à população ativa, contrasta a quantidade significativa de fugitivos, que chegou a um total de 11. Destes, cinco se têm ausentado do “serviço del rei”, dois da “canoa do comércio”, três das “canoas de moradores” e um da “vila”. Isso quer dizer que 20% dos trabalhadores pertencentes à vila tinham fugido dentro do prazo de um ano. O fato de Pinhel ser a vila mais distante da foz do Tapajós, ficando em um relativo isolamento, à proximidade das grandes corredeiras e de extensas matas, deve ter favorecido as evasões apontadas.

Na mesma vila, em 18 de novembro de 1762, o principal Marcelo de Alfaia, estando à frente de um grupo de dez “índios capazes de serviço”, quatro “velhos” – anciãos –, 12 mulheres e 16 “inocentes” – crianças –, recebeu a autorização de ir “para as suas terras” (APEP, cód. 73, f. 97). Embora não ficasse evidente qual a razão dessa saída temporária, podemos supor que era para preparar as roças, pois o mês de novembro, que marca o fim do estio na região amazônica, é o período propício para o plantio da maniva. Além dessa óbvia dimensão econômica da ausência, a temporada fora da vila era, sem dúvida, sentida como um momento de maior liberdade, inclusive para praticar tradições e rituais próprios, posto que o grupo, provavelmente membros da mesma família, encontrava-se, então, longe da supervisão do diretor e também do vigário.

Esse bojo de informações de cunho socioeconômico permite refletir sobre como pequenas sociedades locais nos sertões amazônicos se reconfiguraram à luz do Diretório dos Índios. De fato, ao invés de um controle cerrado sobre a população indígena das antigas missões, os relatos e as listas, redigidos nas novas vilas – como Pinhel –, revelam, antes de tudo, uma grande porosidade no que concerne à implementação das diretrizes da legislação pombalina e também ao direcionamento das mobilidades dos nativos. Não obstante, o enquadramento de indígenas em uma nova hierarquia sociossimbólica, seja enquanto lideranças adjuntas – principais e vereadores – ou como profissionais especializados – oficiais mecânicos –, e a manutenção da prática da repartição e subsequente concessão de mão de obra a autoridades e a particulares apontam o quanto o empreendimento colonial continuava dependendo, em termos econômicos e demográficos, dos indígenas. Estes, embora oficialmente livres, continuaram presos nas malhas de um sistema servil.

Aqui convém atentar às regras de repartição que constam no Diretório dos Índios. Trata-se de uma das medidas mais evocadas, o que se explica pelo fato de a atribuição de trabalhos aos indígenas ter sido imprescindível para a manutenção do “comércio das drogas” e, dependendo disso, da locomoção fluvial (§ 50, p. 22). Por sinal, a lei até concede certa autonomia no que diz respeito às atividades econômicas fora das vilas, pois afirma que “[...] é certo indisputavelmente, que na liberdade

consiste a alma do comércio” (§ 37, p. 16). Além disso, evoca-se, como justificativa teórica, o direito natural, além do argumento da imprescindibilidade da repartição para evitar a suposta “ruína total do Estado” (§ 60, p. 26). Vê-se, aqui, repetida uma fórmula retórica que perpassa os documentos oficiais desde o século XVII (Chambouleyron, 2005; Carvalho; Arenz, 2016). A prática de repartir, anualmente, a mão de obra masculina, já definida no Regimento das Missões (1724, § 14-16, p. 8-9), vigente entre 1686 e 1755, encontrou continuidade no novo regulamento para a população indígena. A principal diferença é a exclusão dos religiosos como “repartidores” e beneficiados pela repartição, conforme aponta o diretório (§ 63, p. 27), que prescreve a bipartição entre vilas, tropas e autoridades – Real Serviço –, de um lado, e moradores, do outro. Até se sublinha a modificação em relação ao Parágrafo 15 do Regimento das Missões (1724, p. 8).

Seja como for, a maior responsabilidade recai doravante sobre os ombros dos diretores. Estes devem apresentar as listas dos trabalhadores a serem distribuídos para serviços fora das povoações em “princípio de janeiro”, mas sem exceder os números desses repartidos para não comprometer a viabilidade das vilas (§ 73, p. 31). A emissão das portarias para que os trabalhadores pudessem se locomover era da incumbência do governador (§ 62, p. 27). Quanto à duração dos serviços fora das povoações, o diretório reafirma o prazo vantajoso de seis meses para o Pará (§ 70, p. 30), tal já fora definido, 70 anos antes, no Parágrafo 14 do Regimento da Missões (1724, p. 8). Também ficou definido que, em caso de “deserção [...] antes do tempo” de o serviço ter findado, os índios concernidos perderiam dois terços de seu pagamento (§ 70, p. 30). Quanto aos colonos, lançou-se a advertência de que os índios, enquanto estivessem fora das povoações, não poderiam ser forçados a executar “serviços particulares dos moradores” (§ 67, p. 28-29). Nas entrelinhas, as prescrições revelam, de um lado, a preocupação com eventuais desvios e abusos quanto ao emprego da mão de obra indígena e, de outro, o receio de fugas ou ausências temporárias não autorizadas por parte dos índios – como ocorreu na vila de Pinhel, nos anos do diretor Jerônimo Manoel de Carvalho.

CLEMENTE DE ALMEIDA PEREIRA EM GURUPÁ

A prática de desvios ou “descaminhos” evidencia-se na atuação de Clemente de Almeida Pereira, que, no início da década de 1760, era comandante do Forte de Gurupá. Tratava-se de uma posição-chave, pois a fortaleza era, já desde o século XVII, um lugar de controle e registro do tráfico fluvial, como aponta o *Livro das canoas* (Meira, 1993, [APEP, cód. 938]). Todas as embarcações, equipadas de remadores indígenas, que transportaram os mais diversos passageiros – tropas, missionários, coletores e trabalhadores indígenas – e os mais variados produtos – drogas do sertão, como

cacau, cravo, manteiga de ovos de tartaruga ou óleo de copaíba, além de cal ou pedras para as diferentes construções – tiveram que parar naquele posto de registro.

Nos primeiros anos da aplicação do Diretório dos Índios, o capitão Clemente de Almeida Pereira foi o responsável por supervisionar as intensas mobilidades naquele forte na junção do Arquipélago do Marajó e da calha do Rio Amazonas. O Forte de Gurupá foi, nesse ambiente estratégico, fundamental para os diversos interesses da Coroa. Inicialmente, ele serviu de lugar de proteção, principalmente contra a ameaça holandesa. Por sinal, a fortaleza portuguesa foi erigida em cima dos alicerces de uma feitoria neerlandesa fortificada que funcionou, entre 1610 e 1623, sob a designação de Mariocai (Costa, 2015). Mais de um século depois, com o domínio da Coroa Portuguesa consolidado e com o Diretório dos Índios vigente, Gurupá manteve, em razão de sua posição geográfica, sua importância de posto de controle na rota entre os sertões e o Porto de Belém. Na microrregião, o forte e a vila de Gurupá foram referências para as povoações situadas em seus arredores: no vale do Xingu – Soussel, Veiros, Pombal –, na parte ocidental do Marajó – Portel, Melgaço, Oeiras – e na margem setentrional do Amazonas – Almeirim, Outeiro, Macapá. Todas as canoas, sejam oficiais ou privadas, que adentravam os sertões tiveram de se apresentar em Gurupá, mas essa precaução não evitou atos ilícitos.

Por sinal, já em 1692, o ex-ouvidor-geral Miguel da Rosa Pimentel denunciou que os cabos de canoa “tanto que passar[am] a fortaleza do Gurupá cada um se constitui Rei do Sertão” (BAL, cód. 50-V-34, n. 43, f. 199r), cometendo abusos contra índias e índios, sem nenhum respeito pelas leis em vigor. Anos depois, o comerciante José Lopes, originário do Cabo Verde, e envolvido no tráfico ilegal de indígenas, foi denunciado pelo tenente Fernão Carrilho de Gurupá (Chambouleyron, 2008, p. 44-45). Até meados do século XVIII, outros “régulos” passaram, ainda, por Gurupá rumo aos sertões, fazendo ali primar seus projetos particulares sobre os da Coroa (Domingues, 2009).

É nessa complexa rede de tramas, conluios e cumplicidades que se encaixa o comando de Clemente de Almeida Pereira sobre a microrregião de Gurupá. Quanto à sua trajetória, a documentação evidencia que ele serviu, durante mais de seis décadas, na Capitania do Pará. Conforme um requerimento que dirigiu, em 2 de abril de 1796, à rainha D. Maria I (AHU, Avulsos Pará, cx. 107, doc. 8430), ele era originário do reino, entrando na carreira militar “na corte” no ano de 1730 e seguindo para o Pará em 1734. Lá, ele afirma ter ocupado, sucessivamente, os cargos de cabo de esquadra, sargento, ajudante de granadeiros, capitão de fortificações – sendo, inclusive, antes de 1752, por um triênio, comandante do Presídio de Sant’Ana de Macapá – e, enfim, alferes da infantaria (Melo, 2016, p. 34-35). Ele só é mencionado novamente como “alferes entretido na cidade de Belém”, como comprova o já evocado requerimento à rainha D. Maria I, no qual ele solicita o pagamento do soldo, mesmo sem estar afetado a um posto (AHU, Avulsos Pará, cx. 107, doc. 8430). Finalmente,

em 15 de fevereiro de 1800, ele pediu, estando certamente com uma idade já bem avançada, a confirmação da carta patente no cargo de capitão da 8ª Companhia de Tropa Ligeira de Milícia em Belém, visto que esse posto tinha ficado vago (AHU, Avulsos Pará, cx. 117, doc. 8998).

Uma das primeiras provas da atuação de Clemente de Almeida Pereira no interior do Pará data de 21 de dezembro de 1752, quando ele é mencionado, já com a patente de alferes, no contexto de uma polêmica em torno de um índio forro da aldeia de Arucará. O indígena, que, na época, estava a seu serviço pessoal, deveria ser castigado por suas repetidas fugas (Meira, 1993, p. 207, [APEP, cód. 938, doc. 299, f. 154v]). Quase dez anos depois, em 3 de agosto de 1761, quando já está em Gurupá, seu nome aparece seis vezes numa relação de cabos de canoa indiciados por envolvimento em descaminhos, tendo causado prejuízos sensíveis à Real Fazenda (AHU, Avulsos Pará, cx. 50, doc. 4593). O autor do documento, o intendente Luís Gomes de Faria e Sousa, denuncia um esquema no qual Clemente de Almeida Pereira consta como um dos principais inculpadados:

Geraldo Correa Lima, cabo da Canoa da Vila de Sousel, foi culpado por consentir, e levar na Canoa do negócio dez Índios ao Sertão por conta do Diretor Cosme Damião, e do R.^{do} Vigário da mesma Villa Alexandre Leal, e dois Índios mais por conta de João dos Santos de Boas Vilas. Confessou nas perguntas, que lhe fiz que ele sabia muito bem o não podia fazer por ser contra o Diretório. Deu três potes de manteiga ao Diretor e Comandante do Gurupá Clemente de Almeida Pereira pertencentes ao negócio dos Índios [...].

No mesmo Sumário pronunciei ao Diretor, e Comandante do Gurupá Clemente de Almeida Pereira, porque tendo obrigação de observar o Diretório, se interessou no negócio, não só da dita Canoa [de Sousel], mas em quase todas as mais, que passavam por aquela Fortaleza em direção para o Sertão introduzindo-lhe[s] dentro quatro potes vazios para que os Cabos lhos trouxessem cheios de manteiga, como com efeito o dito cabo lhe trouxe três.

Esse excerto evidencia que os atos foram cometidos conscientemente contra as determinações do Diretório dos Índios. Segundo Vinícius Zúñiga Melo (2016, p. 115), essa rede de “descaminhos” envolveu, além das pessoas indicadas no relato de Luís Gomes de Faria e Sousa, também os cabos Bernardo Francisco Brazão de Melgaço, José Pereira Cascaes de Oeiras, Lourenço da Costa Mór de Colares e Manoel Dias de Veras da Vila do Conde. A zona de operação estendeu-se, portanto, do baixo Rio Xingu (Sousel), via o Arquipélago do Marajó (Melgaço e Oeiras), até os entornos da cidade de Belém (Vila do Conde e Colares). Para conseguir os produtos do sertão, principalmente os referidos “potes de manteiga”, o documento evoca três métodos: a) introduzir furtivamente potes vazios nas canoas, b) fazer trocas

clandestinas com “muitas peças de pano de linho, bretanhas, e outras quinquilharias para o seu mesmo negócio”, e c) levar “frasqueiras de aguardente” (AHU, Avulsos Pará, cx. 50, doc. 4593).

Ao que tudo indica, o comandante de Gurupá concentrou-se, em seus “descaminhos”, em produtos de extrema relevância para o abastecimento tanto da população local quanto dos tripulantes e passageiros dos navios partindo de Belém. Além da manteiga, sua atenção estava voltada para a farinha, como mostra uma carta, escrita em setembro de 1763, em resposta ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro (APEP, cód. 70, f. 217-219). No contexto de uma “diligência de farinhas” – uma campanha para enviar os dízimos das vilas ao procurador da fazenda –, Pereira informa sobre como ele dispôs de canoas e índios para obter a farinha de mandioca, encomendada pelo governador. Quanto aos índios, destinados à obra de reformas da Fortaleza de Gurupá, Clemente de Almeida Pereira diz tê-los requisitados para o transporte da farinha, visto que a obra estava parada. Outros são atribuídos por ele a um morador que pretende produzir “cem alqueires”. Além disso, o capitão faz referência a uma canoa que, como se pode deduzir, fez linha entre Macapá – onde começou, então, a construção da Fortaleza de São José (Canto, 2021, p. 23) – e Santarém. Seja como for, a missiva revela, nas entrelinhas, a centralidade de Gurupá quanto às diversas atividades, sejam elas de cunho agrícola – produção de farinha – ou militar – construção de fortalezas. Nesse sentido, toda a região estava sendo mobilizada. Por isso, não é de se admirar que Pereira enumera, na sua resposta, oito povoações e praças de armas que estavam, de uma forma ou outra, conectadas a Gurupá, a saber: Veiros, Macapá, Santarém, Almeirim, Outeiro, Vilarinho do Monte, Carrazedo e Porto de Moz.

No ano seguinte, em 8 de outubro de 1764, o comandante envia uma relação com os nomes de 21 índios provenientes das povoações vizinhas – Veiros, Almeirim, Monte Alegre, Outeiro, Pombal, Porto de Moz – que foram mandados para servir de remeiros nos “resgates das farinhas”. Também nessa missiva, percebe-se o tom autoconfiante do comandante quanto às suas relações com os respectivos diretores no que concerne à disponibilização de remadores entre os índios de suas vilas. Além disso, como na carta anterior, Clemente de Almeida Pereira solicita, quase como de passagem, mais pólvora e ferro, um indício da necessidade de manter o forte em condições de defesa (APEP, cód. 70, f. 277-278).

Dois meses depois, em 6 de dezembro de 1764, ele fornece três informações importantes que concernem diretamente ao seu gerenciamento da mão de obra indígena. A carta trata de suas dificuldades na obtenção da cota estipulada de farinha, de um alvoroço causado por dois índios domésticos e do envio de 25 índios do Xingu – Veiros, Pombal, Sousel, Porto de Moz, Vilarinho do Monte e Carrazedo – para a praça de Macapá (APEP, cód. 70, f. 299-300). Quanto ao primeiro assunto, o não cumprimento da medida de farinha, ele escreve que o “Diretor de Pombal não

inteirou a conta dos que havia [de] dar por lhe fugirem trinta e tantos [índios] das roças com o receio de irem para fora e por mais diligência que fez pelas mesmas roças como dito coube dar, quando não achou mais que quatro e fica devendo outros tantos”. O comandante prossegue, avisando que, graças aos excedentes das vilas vizinhas de Sousel e Veiros, ele irá poder enviar a quantia estipulada. Interessante é também seu procedimento, que ele procura ser percebido como tendo sido resoluto, no que diz respeito ao segundo item, o de uma suposta tentativa de assalto ou vingança por parte de dois índios domésticos (APEP, cód. 70, f. 299):

Os Índios José, e Simão da Vila de Melgaço que se achavam cada um em casa de João Neves e Antônio Fróis há mais de um ano, o dito José se avejou a ir fora de horas a casa e roça de um morador, por [pre]tendendo ofendê-lo na sua honra junto com o dito Simão e aproveitar alguma desordem por queixa que deles me apresentaram. Os prendi e nesta ocasião os remeti em grilhões para maior segurança e levam na sua companhia um cafuso de menor idade que dizem ser seu sobrinho.

Todavia, o assunto que mais reverbera na carta e na relação anexa é o do envio de trabalhadores ao canteiro da grande Fortaleza de São José de Macapá. De fato, já um mês antes, em 17 de novembro de 1764, Clemente de Almeida Pereira havia mandado uma carta com duas relações referentes às obras em Macapá e em Gurupá (APEP, cód. 70, f. 287-290). A primeira lista contém os nomes de oito índios encaminhados para Macapá, além de especificar as povoações que enviaram indígenas para os trabalhos de reedificação da Fortaleza de Gurupá. Na segunda relação, constam as ferramentas pertencentes ao Forte de Gurupá, dando uma ideia da importância desse canteiro menor. No entanto, mais do que o material, a mão de obra preocupava o autor, pois,

[...] participando [comunicando] nesta Vila aos moradores dela a conveniência grande que tinham em irem trabalhar nessa praça os Índios [que] comumente expedicionavam, porém não foi 69, tantos para me não foi, deixaram de fugir nove Índios e uma Índia das vilas de Sousel, Pombal e Veiros (f. 287).

No fim, 32 índios estão trabalhando na Fortaleza de Gurupá, sendo originários de Veiros, Pombal, Sousel, Porto de Moz, Vilarinho do Monte Carrazedo, e 36 foram enviados para a praça de Macapá, sendo provenientes de Porto de Moz, Vilarinho do Monte, Carrazedo e Veiros. Nesse contexto, Clemente de Almeida Pereira alega que diversas fugas e a retenção de tantos trabalhadores nativos nas obras estavam causando atrasos na diligência, isto é, no despacho de alimentos para a tesouraria-geral em Belém. Ele avisa que, “de setenta e cinco arrobas de peixe que agora não vão por ser pequena a canoa, e só remeto cinquenta paneiros de farinha, [...] me ficam vinte

e um para sustento da gente além de seis que dei para sustento dos que vão” (f. 287). Pelo visto, o capitão usa sua limitada autonomia para organizar a distribuição da mão de obra e determinar a seu critério as quantidades de alimentos a serem encaminhadas para Belém.

As fugas são relatadas em todas as suas missivas, deixando pairar certa dúvida no que diz respeito aos números efetivos dos índios empregados. Por sinal, a coincidência entre as “diligências das frinhas” e o envio de trabalhadores aos dois grandes canteiros militares, além das diversas fugas relatadas, tornou um controle estrito sobre os indígenas complicado. A variabilidade dos números e outras inexatidões certamente facilitaram o desvio ocasional de trabalhadores e produtos. O estilo autoconfiante de Clemente de Almeida Pereira ao apresentar essas situações reforça a impressão de um procedimento astuto.

Embora os atos ilícitos e ilegais de Clemente de Almeida Pereira, em conluio com outros diretores e cabos de canoas, sejam, à época, qualificados como “descaminhos”, esse termo não consta no Diretório dos Índios. Contudo, a lei não está alheia à prática de negócios clandestinos. Estes são associados a “abuso”, “confusão” ou “desordem”. Esses termos constam com certa frequência ao longo do diretório, principalmente no que concerne a eventuais perturbações no funcionamento do “comércio do sertão”, no abastecimento local com alimentos básicos, sobretudo a farinha, e na administração dos dízimos (§§ 22, 30, 33 e 38, p. 10, 13-15 e 17). A lei cobra, nesse sentido, a vigilância dos diretores, mas admite, tacitamente, a existência de extravios na circulação das *commodities* destinadas ora à exportação para a metrópole, ora ao consumo interno.

Como já apontamos, Clemente de Almeida Pereira focalizou seus “negócios” em produtos vitais para o abastecimento interno, como a farinha, a manteiga e o peixe, cujo fluxo do interior rumo a Belém foi constante. Seu colega de Santarém, o comandante Domingos da Silva Pinheiro, discriminou, por exemplo, em avisos ao governador, redigidos em junho e julho de 1762, “Cento e Sessenta vasilhas” de manteiga (APEP, cód. 73, f. 73), além de uma quantia considerável de farinha e castanha (APEP, cód. 73, f. 65-66), produzidas nas vilas do Tapajós e por ele despachadas para a Tesouraria Geral dos Índios. Podemos supor que a grande demanda e a circulação regular de produtos de primeira necessidade, como farinha e manteiga, tornaram a prática de extravios menos notória do que aquela de produtos mais lucrativos – e, por isso, mais controlados –, como cacau, cravo e salsaparrilha. Sobre tudo, a farinha ocupou um lugar central, como explicita a orientação: “[...] bem entendido, que a abundância da farinha, que neste País serve de pão, como base fundamental do comércio, deve ser o primeiro, e principal objeto dos Diretores” (Diretório, 1758, § 22, p. 10).

Entretanto, nesse contexto, é oportuno salientar que o Diretório dos Índios evoca, também, outros gêneros relevantes para um bom aprovisionamento da popu-

lação. Assim, a lei determina que, “Além das Roças de maniva, serão obrigados os Índios a plantar, feijão, milho, arroz, e todos os mais gêneros comestíveis” (§ 23, p. 10). Mais adiante, ela exige que, “nas feitorias de manteigas de tartaruga, salgas de peixe, óleo de copaíba, azeite de andiroba, e de outros muitos gêneros de que é abundante o País, empregarão os Diretores a mais exata vigilância, e incessante cuidado em introduzir, e aumentar o referido comércio” nas suas povoações (§ 46, p. 20). O fato de esses gêneros básicos estarem também sujeitos a um regime de tributação os tornou, por conseguinte, propensos a eventuais desvios, como demonstra a atuação de Clemente de Almeida Pereira. Diferente das cotas para os “gêneros, que se extraem dos Sertões”, era obrigatório pagar os dízimos “dos mais gêneros, como são Manteigas de Tartarugas, e toda a qualidade de Peixes, óleos de Copaíba, azeite de Andiroba, e todos os mais efeitos” exclusivamente à Tesouraria Geral dos Índios (§ 57, p. 25). Inclusive, quando vendidos nas povoações, os diretores tiveram que cobrar os dízimos ali mesmo, visto que eram os responsáveis pela supervisão e pela avaliação dos rendimentos das roças (§§ 30 e 57, p. 13-14, 25). Podemos, pois, concluir que o comandante e diretor de Gurupá, Clemente de Almeida Pereira, ciente dessa margem de manobra dos diretores nos “negócios dos sertões”, sabia, com muita astúcia, tirar proveito pessoal, sem comprometer, como vimos, sua carreira militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais da implementação da nova política indigenista de cunho civilizatório no interior da colônia amazônica, em meados do século XVIII, predominaram largamente as incertezas. O fato de que militares, isto é, homens inseridos em uma corporação disciplinada e disciplinadora, assumiram, naquele contexto peculiar, o recém-criado cargo de diretor dos índios indica a intenção de assegurar a aplicabilidade prática das novas medidas. No entanto, como mostram os três casos analisados, as atitudes e os procedimentos dos capitães-diretores foram diferentes: hesitante – Domingos da Silva Pinheiro –, resignado – Jerônimo Manoel de Carvalho – ou atrevido – Clemente de Almeida Pereira. Cada um dos três encontrou-se incorporado em uma rede social dinâmica e diversificada que ultrapassava o acostumado e mais rígido enquadramento da instituição militar. Os três viram como as fortalezas e as vilas – Santarém, Pinhel e Gurupá – sob seu comando adquiriram uma polivalência que os desafiava e que criava situações em que tinham que se posicionar e tomar decisões.

De certa forma, a tensão entre a mobilidade, inerente à prioridade dada ao “comércio dos sertões”, e a estabilidade, condição imprescindível para o desenvolvimento da agricultura e o avanço da “civilização” nas vilas, constituiu um desafio, para não dizer um dilema. Por mais que o diretório fornecesse regras para controlar

os indígenas em serviço fora das povoações ou familiarizá-los com novos hábitos no interior das povoações, as respectivas realidades demonstraram ser mais complexas. As obrigações dos comandantes-diretores giraram, basicamente, em torno de três preocupações maiores: a) a de garantir proteção a partir de fortalezas em estado de defesa, b) a de organizar os transportes de gêneros dos sertões e das lavouras, em vista do abastecimento dos mercados interno e externo, e, enfim, c) a de promover o aportuguesamento dos indígenas, homens e mulheres, com uma mentalidade profundamente impregnada tanto das tradições ancestrais quanto das experiências da época missionária.

Apesar da vontade manifesta de querer dar conta dessas preocupações, percebe-se, nas entrelinhas dos documentos analisados, o quanto custou aos funcionários civil-militares (re)organizar as relações étnico-culturais, socioeconômicas e jurídico-administrativas na calha amazônica, conforme as metas do diretório. De fato, as diversas listas, com números e nomes exatos, visando transmitir a ideia de uma sistematização metódica de pessoas e produtos, de acordo com sua importância na hierarquia oficial, não conseguem ocultar as incertezas e os dilemas dos diretores-capitães. Na realidade, os documentos revelam que seus esforços de estabelecer vilas com uma estrutura administrativa funcional e uma infraestrutura sólida se chocaram com as mobilidades e as mentalidades dos indígenas, dos quais muitos seguiram seus caminhos conforme raciocínios e interesses próprios. Tanto o apego às suas terras originárias, que certos grupos continuaram a frequentar regularmente – com ou sem permissão –, como a estima que obtiveram em sua função de bons profissionais – nas oficinas, lavouras e canoas – foram meios para os índios e as índias afirmarem espaços de liberdade – liberdade essa que a nova política lhes prometeu, mas, na realidade, não lhes concedeu.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Avulsos Pará:

cx. 37, doc. 3480 (15/01/1755), 3488 (18/02/1755) e 3521 (13/03/1755).

cx. 46, doc. 4253 (09/09/1760).

cx. 50, doc. 4593 (03/08/1761).

cx. 61, doc. 5415 (12/11/1767).

cx. 103, doc. 8180 (05/10/1793).

cx. 107, doc. 8430 (02/04/1796) e 8484 (30/08/1796).

cx. 108, doc. 8545 (03/03/1797).

cx. 117, doc. 8998 (15/02/1800).

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Belém, Correspondência de Diversos com o Governo:

Carta do capitão-mor Clemente de Almeida Pereira ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Gurupá, set. 1763, cód. 70, fl. 217-219.

Carta e relação do capitão-mor Clemente de Almeida Pereira ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Gurupá, 8 out. 1763, cód. 70, fl. 277-278.

Carta e relações do capitão-mor Clemente de Almeida Pereira ao governador Fernando Ataíde de Sousa Coutinho. Gurupá, 17 nov. 1764, cód. 70, fl. 287-290.

Carta e relação do capitão-mor Clemente de Almeida Pereira ao governador Fernando Ataíde de Sousa Coutinho. Gurupá, 6 dez. 1764, cód. 70, fl. 299-300.

Carta do capitão-mor Ricardo Antônio da Silva Leitão ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pauxis, 22 out. 1752, cód. 73, fl. 26-27.

Carta do capitão-mor Domingos da Silva Pinheiro ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Santarém, 9 jun. 1762, cód. 73, fl. 65-66.

Carta do capitão-mor Domingos da Silva Pinheiro ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Santarém, 22 jun. 1762, cód. 73, fl. 67-68.

Carta do capitão-mor Domingos da Silva Pinheiro ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Santarém, 20 jul. 1762, cód. 73, fl. 72.

Aviso e relação do capitão-mor Domingos da Silva Pinheiro ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Santarém, 20 jul. 1762, cód. 73, fl. 73.

Carta do capitão-mor Domingos da Silva Pinheiro ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Santarém, 27 jul. 1762, cód. 73, fl. 75-77.

Carta do tenente Jerônimo Manoel de Carvalho ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Pinhel, 30 nov. 1762, cód. 73, fl. 92-93.

Carta do tenente Jerônimo Manoel de Carvalho ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Pinhel, 8 dez. 1762, cód. 73, fl. 95-96.

Relação do tenente Jerônimo Manoel de Carvalho ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Pinhel, 18 nov. 1762, cód. 73, fl. 97.

Relação do tenente Jerônimo Manoel de Carvalho ao governador Manoel Bernardo de Melo de Castro. Pinhel, 8 dez. 1762, cód. 73, fl. 98-99.

BIBLIOTECA DA AJUDA (BAL). Lisboa, cód. 50-V-34, n.º 43, fl. 198r-205r [Miguel da Rosa Pimentel, "Informação do Estado do Maranhão", 4 set. 1692].

DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario [1757]. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

MEIRA, Márcio (org.). *Livro das Canoas*: documentos para a história indígena da Amazônia [APEP, cód. 938, fl. 2r-200v]. São Paulo: NHII/USP: FAPESP, 1993.

MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará* [1759]. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

REGIMENTO & Leys das Missoens do Estado do Maranhão & Pará [1686]. Lisboa: Officina de Antonio Manescal, 1724. p. 1-16.

REFERÊNCIAS

ARENZ, Karl Heinz. Uma porta de entrada para muitas nações: as missões jesuíticas no vale do Tapajós (séculos XVII-XVIII). In: ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; GOIS, Diego Marinho de (org.). *Baixo Amazonas*: histórias entre rios, várzeas e terra firme. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 53-93.

CANTO, Fernando. *Fortaleza de São José de Macapá*: vertentes discursivas e as cartas dos construtores. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2021.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos no cotidiano das colônias do Norte (séculos XVII e XVIII)*. *Revista de História*, São Paulo, v. 168, p. 69-99, 2013.

CARVALHO, Roberta Lobão; ARENZ, Karl Heinz. Jesuítas e colonos na Amazônia portuguesa: contendas e compromissos (séculos XVII e XVIII). *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, n. 5, p. 19-34, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O senhor absoluto dos sertões: o “capitão preto” José Lopes – a Amazônia e o Cabo Verde. *Boletim Americanista*, Barcelona, v. 73, n. 58, p. 33-49, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista. *Raízes da Amazônia*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 105-124, 2005.

COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* [1776]. Rio de Janeiro: Contraponto; Belém: Prefeitura da Cidade, 2004. v. 1/2.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DOMINGUES, Ângela. Régulos e absolutos: episódios de multiculturalismo e intermediação no Norte de Brasil (meados do século XVIII). In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo

Bentes (org.). *O império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 119-138.

DOMINGUES, Ângela. The Twilight of Unbridled Power and Wealth in the *Sertões* of Amazonia: River Strongmen (*Cunhamenas*) and Indigenous Populations in Grão-Pará, seen through the Colonial Discourse of Francisco Xavier de Mendonça Furtado. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUSA, Luís Costa e (org.). *Rivers and Shores: “fluviality” and the occupation of Colonial Amazonia*. Toronto: Baywolf Press, 2019. p. 163-205.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

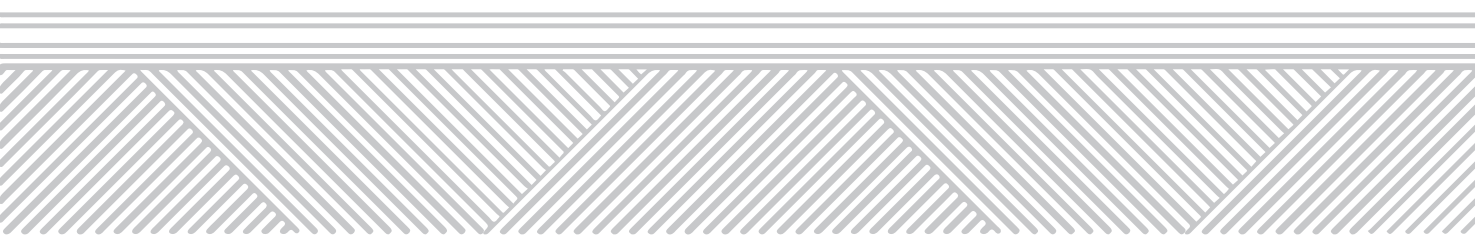
MELO, Vinícius Zúñiga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MOTA, Oziane de Jesus de Lima. *Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e do Rio Negro (segunda metade do século XVIII)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, Rafael Ale. Os índios oficiais na Amazônia pombalina (1750-1798). In: SANTOS, Antônio Cesar de Almeida; DORÉ, Andréa (org.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: Ed. UFPR, 2009. p. 95-107.

ROLLER, Heather. *Amazonian Routes: indigenous mobility and colonial communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; SANTOS, Francisco Jorge dos. 1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa. *Somanlu*, Manaus, v. 8, n. 2, p. 79-98, 2008.



CAPÍTULO 8

CONQUISTADORES, RESTAURADORES E PRINCIPAIS

o perfil das elites indígenas na Amazônia Portuguesa

RAFAEL ALE ROCHA

O MESTRE DE CAMPO MANUEL PEREIRA DE FARIA¹

Em 1785, uma correspondência atribuída ao principal da vila de Oeiras e mestre de campo de um dos terços de infantaria de tropa auxiliar da cidade do Pará (Belém), o indígena Manuel Pereira de Faria, era destinada à rainha de Portugal, D. Maria I. Assinada com o nome do principal, mas escrita em terceira pessoa, no geral, a carta destinava ao governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque (1783-1790), acusações relativas ao descumprimento da legislação indigenista conhecida como Diretório dos Índios, elaborada em 1757 e confirmada pelo rei em 1758, e apontava as consequências diretas dessas ilegalidades: as chamadas fugas ou “deserções” em massa de indígenas (AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484).

Nesse sentido, conforme a argumentação da correspondência, Souza e Albuquerque submeteu o principal à “vergonha de ser publicamente descomposto e injuriado”, pois, em sua sala e na presença de “inumerável multidão de pessoas”, teria chamado Pereira de Faria de “negro” e “cachorro”. Ainda segundo a missiva, visto

1 Este capítulo revisita nossa dissertação, tese e livro, bem como artigos diversos publicados ao longo dos anos, revendo fontes já utilizadas nesses trabalhos, analisando documentos nunca antes por nós consultados, revisando algumas passagens e, finalmente, abordando uma temática que nunca enfrentamos de forma mais verticalizada: a tutela. Agradeço aos(as) organizadores(as), portanto, pela oportunidade de publicar o presente texto.

que cumpria com todas as suas obrigações de oficial, enquanto principal e mestre de campo, Pereira de Faria garantia que não deu “motivos” para a referida atitude de Souza e Albuquerque e mesmo para repreensões por parte dos demais governadores desde Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772), que o nomeou mestre de campo por patente de 1767 (AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484)². Destacando a possível descrença da rainha acerca da denúncia contra o governador Souza e Albuquerque³ e procurando justificativas para a atitude da mesma autoridade – por via de um “escrupuloso exame de consciência” –, a carta em análise rememorava que o principal negara uma solicitação do diretor da vila próxima de Portel, José de Anveres, por um “grande número de índios que o mesmo [governador?] mandava buscar da sua povoação [Oeiras] sem portaria”. Isso parecia ser o ponto fulcral da correspondência ou, nas palavras desta, o seu “pecado contra” o governador. É importante informar que, conforme o mencionado diretório (§ 62), a concessão de trabalhadores indígenas, por meio de portarias emitidas pelos governadores aos moradores, era obrigação dos principais (Beozzo, 1983, p. 129-167).

A partir de então, a missiva atribuída ao principal de Oeiras passava a expressar os desatinos de José de Anveres e seu suposto protetor, o governador Martinho de Souza e Albuquerque, que, cabe informar, conforme o mesmo diretório (§ 1), era responsável pela nomeação dos diretores, um agente de tutela dos índios, das chamadas vilas indígenas pombalinas. Sobre estas, tratava-se de certas povoações formadas a partir de meados do século XVIII ou antigos aldeamentos missionários erigidos em vilas ou lugares – a exemplo da própria Oeiras, um seiscentista aldeamento jesuíta chamado Araticu (ou Araticum), erigido em vila em 1758 pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)⁴, autoridade que teria elaborado o próprio diretório e, no geral, deveria aplicar as reformas indianistas dirigidas à região na década de 1750⁵. Em relação ao principal de Oeiras, a

2 A patente de mestre de campo consta em anexo ao requerimento do principal Manuel Pereira de Faria ao rei D. José I, anterior a 17 de junho de 1771 (AHU, Pará, cx. 67, doc. 5752). Entre Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e Souza e Albuquerque, então governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro – pois, em 1772, o Grão-Pará e Maranhão fora apartado em duas unidades, o Grão-Pará e Rio Negro e o Maranhão e Piauí –, governou João Pereira Caldas (1772-1780) e José Nápoles Telo de Meneses (1780-1783). Assim sendo, o principal de Oeiras teria passado incólume por três governadores por cerca de 18 anos sem que, conforme a correspondência que lhe era atribuída, desse “lugar a que algum dos generais [governadores] deste Estado [...] tivesse causa ou motivo algum de poder nem ainda ao menos levemente repreender ao suplicante”.

3 “Talvez a V. Maj. seja duro de acreditar que o dito governador houvesse de ter um tal procedimento”, mencionava a carta.

4 Sobre o aldeamento de Araticu e a vila de Oeiras, ver Leite (t. 3, p. 310-311), Daniel (2004, p. 392) e Araújo (1998, p. 127 e 129).

5 A proibição incondicional do cativo indígena, a abolição do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, a cessão da “infâmia” para quem se casasse com índias e aos filhos gerados por essas uniões – a quem estavam garantidas as honras correspondentes –, entre outras leis.

carta revelava seu conhecimento detalhado das normas do diretório, citado expressamente, na medida em que uma das críticas destinadas ao governador e ao diretor de Portel relacionava-se diretamente a essa legislação indigenista: a instalação de “lojas de fazendas” e tavernas nas vilas de Portel e Melgaço, por parte de seus respectivos diretores, respectivamente, José de Anveres e seu filho – de apenas 15 anos⁶.

Uma segunda crítica dizia respeito, diretamente, à gestão da mão de obra indígena: a concessão a Anveres, por portaria do governador, de 60 indígenas de povoações circunvizinhas a Portel e a Melgaço – entre estas, Oeiras –, com os quais o diretor em questão os “aproveitou”, assim como aos indígenas das mesmas vilas de Portel e Melgaço, “em suas escandalosas negociações”, por meio das quais auferia “avantajada [...] repartição [com o governador?] dos lucros”. O resultado foi a deserção “de toda a povoação de Portel”, classificada como “as maiores do Estado” – junto a Melgaço – ou “a melhor povoação do Estado”, e de parte dos índios da vila de Veiros, seguindo-se da prisão do principal e sargento-mor da mesma vila de Portel – aparentemente responsabilizado pelas deserções ocorridas nessa povoação.

Além do mais, da mesma forma e ao que parece pelos mesmos motivos, nessa conjuntura, fugiram de Oeiras nada menos do que 52 famílias “inteiras”. Contudo, antes da denúncia contra Souza e Albuquerque e Anveres, revelando mais uma vez o conhecimento detalhado das normas do diretório, a correspondência não deixava de informar que Manuel Pereira de Faria “nunca deixou de cumprir uma portaria de seis índios que o dito diretor José de Anveres tem de sua povoação de Oeiras” (AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484). Em outras palavras, a carta indicava que o principal conhecia plenamente a sua função/obrigação de distribuir a mão de obra por via de portarias do governador, mas insinuava desordens envolvendo a questão – solicitação sem portaria por parte do diretor ou concessão excessiva por parte do governador, resultando em algum tipo de enriquecimento aparentemente ilícito.

Ainda segundo a correspondência em análise, Pereira de Faria não ficou calado ao ouvir os insultos proferidos pelo governador, pois valia-se da sua proximidade com a monarquia ao afirmar que detinha cartas patentes de principal – concedida por D. José I (1750-1777) – e mestre de campo, para destacar que o governador injuriava outros principais e rememorar a proibição, conforme legislara “o augusto pai de V. Majestade”, de destinar aos indígenas os termos “negro” e “cachorro”. Enfim, conforme a missiva, além de tal ato ser passível de “penas rigorosas”, o governador deveria ser a primeira autoridade a dar o exemplo e a aplicar as penas, mas, como se viu, teria agido em desacordo com essa norma, “sem reparar a nobre qualidade do suplicante e [a] autorizada patente com que se acha condecorado”. Aliás, de acordo com

6 Sobre a venda de bebidas alcoólicas, o diretório estipulava: “[...] não consentirão os diretores, que eles [indígenas] comutem seus gêneros por fazendas, que lhe não sejam úteis, e precisamente necessárias para o seu decente vestido, e das suas famílias, e muito menos por aguardente que neste Estado é o seminário das maiores iniquidades, perturbações, e desordens” (§ 40).

a correspondência, após a injúria sofrida, o principal advertiu o governador, informando “que se achava condecorado [com] a honrosa patente de mestre de campo”, mas a mesma autoridade, batendo o pé no chão, ameaçou dar baixa a essa patente, dizendo que, para tal ação, detinha ordem de S. Majestade (AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484).

Efetivamente, tratava-se de uma terceira crítica relativa ao descumprimento do diretório por parte do governador, pois a legislação em questão ordenava distintos e honrados tratamentos aos indígenas oficiais, além da proibição do uso do termo “negros” para referir-se aos indígenas – já que essa classificação os aproximaria da escravidão, que, para os indígenas, era condição recentemente proibida (§§ 9 e 10)⁷. Além do mais, um requerimento de 1771, que solicitava a confirmação régia da patente de mestre de campo concedida pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive a Manuel Pereira de Faria, em 1767, foi deferido anos antes da contenda em análise (AHU, Pará, cx. 67, doc. 5752). A patente régia, finalmente, é do mesmo ano de 1771 (ANTT, RGM, D. José I, liv. 24, f. 306).

Não são fortuitas, por um lado, a afirmação anteriormente apresentada, segundo a qual a solicitação por muitos indígenas parecia ser o elemento fulcral da correspondência em questão e, por outro, nossa preocupação em destacar tal missiva como “atribuída” ao principal e mestre de campo Manuel Pereira de Faria. Nesse sentido, na lateral dessa mesma correspondência, um parecer – de autor não identificado – destacava a suspeitosa relação entre o governador e os diretores de Portel e Melgaço – pai e filho – e a preocupação com as deserções em massa:

Este requerimento contém alguma matéria muito digna de atenção; como é a do favor extraordinário que o governador faz aos dois Anveres; e a deserção que tem produzido nas aldeias dos índios esta novidade, contra o que manda o Diretório. Sobre isto é muito [necessário] que haja alguma informação (AHU, Pará, cx. 67, doc. 5752).

Sobre o uso do termo “atribuído” para identificar a carta de Manuel Pereira de Faria, é importante analisar com vagar a defesa preparada pelo governador. Em sua carta de defesa contra essas críticas, solicitada pela monarquia e elaborada no ano seguinte (1786), Martinho de Souza e Albuquerque rebatia cada uma das denúncias desferidas contra si pela missiva de 1785. Destacava, também, o pouco impacto sobre a vila causado pela concessão dos seis índios de Oeiras, punha em dúvida a conduta de Pereira de Faria como oficial e informava que “as deserções de índios arguidas são falsas, o que à V. Maj^{de}. terá sido constante pelos mapas [listas de mora-

7 Sobre o cativo dos índios, ver Nota 5.

dores] verídicos da população de todos os habitantes deste Estado, que tive a honra de pôr na Real presença”⁸.

Para reforçar seus argumentos, anexava um atestado do vigário de Oeiras, que também punha dúvidas sobre a conduta de Manuel Pereira de Faria⁹, e uma carta/certidão de 1786 atribuída ao mesmo indígena. Por essa última, que, diferente da sua suposta primeira carta – de 1785 –, era escrita em primeira pessoa e possuía uma certificação de autoria elaborada pelo ouvidor-geral, o principal e mestre de campo invertia completamente a sua anterior avaliação sobre o caso, considerando como verdadeiros alguns elementos contidos na referida autodefesa do governador – especialmente no que se referia à ameaça de baixa do posto e às injúrias, embora destacasse uma repreensão¹⁰, “com palavras de pai e não com descompostura”, dirigida ao indígena por parte do governador, e o “honrado” convite à mesa desse último oferecido ao mesmo principal.

Assim sendo, em relação às deserções, essa nova carta informava que, apesar de alguns indígenas estarem “dispersos e ocultos em suas roças [...] pelas suas próprias inércias sem outro algum motivo”, “afirmo ser falso que o dito senhor [governador] desse motivo para se ausentarem desta vila [Oeiras] 52 famílias” (AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572). Além do mais, a carta do governador, o atestado do vigário e a suposta carta do principal de 1786 indicavam boas relações entre o governador e o indígena, assim como aparentemente o fazia um relato de uma expedição, por meio da qual Souza e Albuquerque visitara a vila de Oeiras em 1784, pois o governador teria

8 Em sua defesa, o governador tratava como inverdades as afirmações relativas às injúrias e à baixa da patente de mestre de campo, além de mencionar certa “repreensão” às atitudes – não explicitadas – do indígena, mas garantia que, anteriormente, o convidou “para jantar na minha mesa”. Além disso, destacava a elogiada trajetória de José de Anveres, pois, além de ter atuado como diretor em várias vilas no passado recente, inclusive em Oeiras – além de Cintra e Melgaço –, nunca foi denunciado nas correições realizadas em Portel e cumpria com suas obrigações de diretor. Também informava acerca da destituição do filho desse diretor do posto correlato na vila de Melgaço; indicava que autorizou a venda de aguardente – por contrato – somente no bairro dos “brancos”, como ocorria em outras vilas; indicava que o principal de Portel, pronunciado em uma devassa, foi enviado preso para Belém, mas, posteriormente, foi solto e acabou falecendo em função de uma moléstia; e, por fim, informava que, quando era diretor de Oeiras, Pereira de Faria foi “pronunciado” em uma correição realizada pelo ouvidor-geral, isto é, não era “tão inocente nos tempos passados a sua conduta, como se expressa”. Sobre a mencionada portaria por seis índios de Oeiras, concedida a José de Anveres, Martinho de Souza e Albuquerque informava que não lembrava se a concedera, mas garantia que, conforme as normas do diretório, tais concessões eram permitidas e, “se assim foi [a concessão da portaria], de que não tenho já lembrança, seria por uma única vez, o que certamente não prejudicou a povoação do representante” (AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572).

9 Referia-se aos “constantes despotismos que [o indígena] praticava nesta vila”, em função dos quais o vigário teria prontamente o admoestado para que “se abstinhasse de suas irregularidades” (AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572).

10 Em ambos os documentos atribuídos a Pereira de Faria – 1785 e 1786 –, não é mencionada a motivação desta repreensão por parte do governador. É importante destacar que os dois documentos foram assinados pelo índio, mas a missiva de 1785 foi escrita em terceira pessoa.

auxiliado Pereira de Faria – com cirurgião e botica – na cura de uma enfermidade (Braun, 1849)¹¹.

Por que o principal de Oeiras teria mudado de opinião? Seriam os dois documentos – de 1785 e 1786 – de fato de autoria do mesmo indígena? O conflito político local no qual estava inserido Pereira de Faria talvez ajude a entender a questão. Nesse sentido, já em sua suposta carta de 1785, solicitava que o ouvidor-geral não concedesse seu parecer sobre o conflito, pois “é ministro a quem só se conhece inteligência para fomentar intrigas e desordens”, além de um parecer na lateral sugerir que o bispo, e não o governador e o ouvidor, emitisse opinião sobre a matéria, “com a cautela e segredo que este negócio requer”. Não obstante tal parecer, ordenou-se a solicitação da posição do governador, resultando na sua mencionada carta de defesa do ano seguinte (1786) (AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484)¹².

Nessa última, por sua vez, o governador explicitamente considerava que o “requerimento” do indígena foi tramado – “ordido” ou urdido –, assim como outros continuamente elaborados, por um grupo de desafetos ou “um partido contrário ao governo” composto pelo antigo governador José Nápoles Telo de Meneses (1780-1783), pelo juiz de fora José Pedro Fialho e pelo coronel Manoel Joaquim Pereira de Souza Feyo, classificados como indivíduos de “gênios turbulentos” que sustentavam intrigas e desordens não detalhadas. Essas acusações, cabe informar, eram enviadas à corte por via do intermédio de Telo de Meneses – que “ali formaliza os requerimentos, que bem lhe parece” (AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572).

Em síntese, como veremos, Manuel Pereira de Faria estava inserido num contexto de conflitos que gerava intrigas, levadas à intermediação da monarquia, envolvendo autoridades como governadores, diretores, um juiz de fora e um coronel, mas também outras lideranças indígenas e, finalmente, os índios de uma região que, como se verá, em relação às povoações pombalinas, figurava entre as mais produtivas e populosas do Estado. Nessa conjuntura, como também ilustraremos posteriormente, a figura do diretor era constantemente criticada pelas autoridades coloniais desde pelo menos a década de 1770, bem como a possibilidade da aplicação do próprio Diretório dos Índios, o que culminaria numa verdadeira campanha contra os mesmos diretores – entre eles, o referido Anveres – pelo sucessor de Martinho de Souza e Albuquerque, Francisco de Souza Coutinho (1790-1803). Este, como se sabe, influenciaria a elaboração do regulamento que aboliu o Diretório do Índios – a Carta Régia de 1798.

11 Este relato mencionava a ajuda por parte do governador a um adoentado mestre de campo de Oeiras, provavelmente o próprio Pereira de Faria, e as recomendações ao vigário sobre a questão, remetidas por Souza e Albuquerque.

12 A introdução da carta do ano seguinte a apresenta como uma resposta, solicitada por provisão régia, à representação de Manuel Pereira de Faria (AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572).

Manuel Pereira de Faria, que acumulou os cargos de principal de Oeiras, mestre de campo de tropa auxiliar de Belém e também diretor dessa vila em dois momentos – entre 1767 e 1776 e, justamente, em 1790 (Sommer, 2000, p. 298, 304-305) –, parecia ser um personagem importante nessas intrigas, visto que, segundo a carta de 1785, se via como “honrado” e “nobre” por reconhecimento da monarquia e, nesse sentido, detinha patente régia. Seu testemunho nesses embates locais alcançava a própria rainha – seja pela carta de 1785 ou pela de 1786 – e, fundamentalmente, atuava como um intermediário que, em relação à força de trabalho indígena, equilibrava as demandas coloniais e as pressões sobre os indígenas livres. Mais do que isso, dado o contexto explanado, o personagem em questão, em menor ou maior grau, direta ou indiretamente, participava dos “debates” – ou mesmo influía – sobre a própria formação ou condução da política e legislação indigenista.

Este capítulo, portanto, visa analisar as lideranças indígenas coloniais que atuaram no interior dos conflitos políticos locais durante os séculos XVII e XVIII (1644-1798).

A exemplo do caso de Manuel Pereira de Faria, esses embates, envolvendo autoridades das mais diversas, influíram sobre a condução ou mesmo a formação da política e legislação indigenistas portuguesas voltada à Amazônia colonial. Considerando as semelhanças e as diferenças entre as estratégias de ação política adotadas pelas diversas lideranças indígenas coloniais nesse largo espaço de tempo, procuraremos mostrar que se, *grosso modo*, o tipo e/ou o caráter dos serviços prestados por esses indígenas enquanto vassalos do monarca português – os perfis desses oficiais – variaram ao longo do tempo, a atuação desses índios no interior dos conflitos entre grupos locais e o vínculo indispensável desses líderes com os demais indígenas eram elementos que perdurariam em conjunturas e em contextos distintos.

Em outras palavras, como mostra o caso do principal de Oeiras, em muitos episódios, a recorrência à monarquia por benesses e por proteção de forma alguma afastava a liderança de sua comunidade. Estava em jogo a função primordial do líder, isto é, equalizar – ou intermediar – as demandas da monarquia e da sociedade colonial aos interesses dos demais índios e vice-versa, atribuição que, como pretendemos demonstrar, as lideranças indígenas procurarão garantir diante dos agentes de tutela não índios – em princípio –, legalmente instituídos pela ordem colonial.

O INTERMEDIÁRIO E A TUTELA INDÍGENA

À semelhança do caso setecentista de Manuel Pereira de Faria, ao longo dos séculos XVII e XVIII, outras lideranças indígenas envolveram-se e/ou foram envolvidas em conflitos que, a partir da colônia, alcançaram a monarquia, dada a função desta enquanto agente responsável por sanar embates e por manter a ordem e a paz social. Nesse trajeto, como se disse, aparentemente, tais líderes indígenas – enquanto inter-

mediários entre as demandas coloniais e indígenas – não se afastavam irreversivelmente de seus liderados. Na verdade, enquanto vassalos de S. Majestade, em alguns casos integrantes de famílias que realizaram importantes serviços ao rei, essas lideranças alçaram – ou pelo menos tentaram alcançar – determinados graus de ascensão social ou nobreza junto à monarquia – efetivamente ou enquanto estratégia discursiva – como remuneração por suas respectivas atuações e/ou de membros de suas famílias em prol do monarca. Não raro, também utilizavam essa posição para garantir proteção a si e/ou à comunidade que representavam diante do mundo colonial.

Do ponto de vista dos lusitanos, tratava-se da operacionalização, naqueles rincões do império, da chamada economia do dom ou da mercê, pela qual, tendo em mente os princípios da liberalidade – o ato de dar – e da justiça distributiva – repartir prêmios e castigos –, enquanto funções próprias da monarquia, “servir a Coroa, com o objectivo de pedir em troca recompensas”, nas palavras de Fernanda Olival, “tornara-se quase um modo de vida para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção”. Enquanto devida, a chamada mercê remuneratória implicava a existência de uma burocracia específica para a sua concessão e para o registro dos prêmios/remunerações, tornava os serviços patrimonializáveis – poderiam ser testados, divididos, alienados, reclamados –, previa a equidade entre dádiva e serviço e, por fim, transformava os serviços num “direito dos vassalos frente ao monarca” (Olival, 2001, p. 21, 25)¹³.

Num âmbito geral, o estabelecimento de relações recíprocas – favores ou dons – entre desiguais possibilitava a formação de “redes de tipo clientelar” enquanto meio eficaz – apesar de seu caráter informal – para a concretização de interesses políticos – pessoais ou de um grupo. Conforme Ângela Barreto Xavier e António Hespanha, nessas redes, não raro atuavam os “intermediários”, “que detinham um conhecimento alargado dos interesses, dos interessados e dos faltosos, fazendo entrar em contacto uns com os outros, obtendo, assim, fortes dividendos políticos e acrescentando, deste modo, o seu próprio poder pessoal” (Xavier; Hespanha, 1998b, p. 340). Os autores destacam que essa multiplicidade de intermediários por vezes alcançava o próprio monarca:

A original relação diádica derivava, frequentemente, numa relação triádica. Importa sublinhar que quase todos os patronos eram intermediários, pois por mais poderosos que fossem, havia pelo menos uma pessoa que possuía mais recursos do que eles próprios. Em última instância, essa pessoa era o rei, senhor dos senhores, de cuja vontade dependia a concessão

13 Sobre a economia moral do dom e da mercê, ver, também, o trabalho anterior de Xavier e Hespanha (1998b).

da maior parte dos bens mais ‘apetecidos’ (Xavier; Hespanha, 1998b, p. 340).

Como pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem, a relação clientelar entre indígenas e a monarquia portuguesa possibilitaria vislumbrar maior autonomia frente aos agentes de tutela – missionários, até meados do século XVIII, ou diretores, até fins dessa centúria – que ameaçassem a posição das lideranças enquanto intermediários entre as demandas de sua comunidade e o mundo colonial. Aparentemente, por parte da liderança indígena, o que se queria era reduzir ao máximo o número de integrantes da cadeia que ligava os indígenas de uma comunidade ao monarca, colocando-se como o único agente local a representar o elo entre esses dois polos – índios da comunidade e rei –, impedindo a expansão da relação triádica e garantindo a si, dessa forma, uma posição qualificada – devidamente reconhecida pela monarquia (mercês) – que lhe garantisse o poder de negociar e barganhar localmente. Essa capacidade de se inserir de forma privilegiada nessas redes pode ser verificada nas ocasiões de solicitações por mercês e nos embates que envolviam as lideranças indígenas e autoridades diversas, *grosso modo*, pela gestão do aldeamento ou pela condução da força de trabalho indígena livre. Em última instância, essa amálgama de interesses políticos em confronto, por via do Conselho Ultramarino ou outros meios, alcançava o monarca enquanto agente responsável pela remuneração de serviços ou resolução dos conflitos – isto é, como se disse, como agente cuja função primordial era a justiça¹⁴.

Em relação à Amazônia e ao Brasil coloniais, essa função de intermediário, própria das lideranças indígenas, por um lado, já foi destacada pela historiografia relativamente recente¹⁵. Por outro lado, as mencionadas solicitações por mercês e esses conflitos entre esferas de interesses no mundo colonial, dos quais participavam, de diversas maneiras, as lideranças indígenas enquanto intermediários, influíam sobre a condução da política e legislação indigenistas e geravam documentos por meio dos

14 Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, conforme a concepção corporativa de sociedade que vigorava na época, à cabeça não competia a função de destruir a autonomia de cada corpo social, “mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*ius suum cuique tribuendi*), garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando a justiça”. Destacando que a justiça – confundida com “a manutenção da ordem social ou política objectivamente estabelecida” – é “o primeiro ou até o único fim do poder político”, os autores posteriormente reiteram: “[...] toda a atividade dos poderes superiores – ou mesmo do poder supremo – é tida como orientada para a resolução de um conflito entre esferas de interesses, conflito que o Poder resolve ‘fazendo justiça’, ou seja, atribuindo a cada um o que, em face da ordem jurídica, lhe compete (*suum cuique tribuere*)” (Xavier; Hespanha, 1998a, p. 117-118).

15 Para a Amazônia, esta característica foi pioneiramente – mas não exclusivamente – demonstrada pelos estudos voltados ao período pombalino. Por exemplo, Farage (1991, p. 156-160); Sommer (2000, p. 189-233); Domingues (2000, p. 168-173); Sampaio (2011, p. 193-223). Sobre a Amazônia e o Brasil, durante o mesmo período, ver, também, a historiografia citada em Rocha (2022), capítulo 2.

quais se torna possível identificar o caráter e o tipo de serviços prestados – o perfil – por essas lideranças enquanto fiéis vassalos. Nesse sentido, cabe informar que, se a historiografia clássica atribuía a formação da legislação indigenista à resolução – por parte da monarquia – das contradições e dos conflitos travados entre missionários – especialmente – jesuítas e colonos, atualmente, sabe-se que, sem desmerecer a importante oposição entre esses dois grupos, outros diversos agentes da colônia – entre eles, os indígenas – e do reino influíram junto à elaboração e à aplicação da legislação indigenista. Isso era feito por meio de denúncias contra seus contrários, autodefesas frente às críticas sofridas, emissões de opiniões e solicitações diversas remetidas à monarquia¹⁶.

Enfim, no largo espaço de tempo correspondente aos séculos XVII e XVIII (1644-1798), vejamos, por um lado, os mutáveis contextos e conjunturas que impactavam a Amazônia Portuguesa e, dessa forma, o perfil das lideranças indígenas, e, por outro, a atuação desses chefes junto ao mundo colonial – intervindo na condução da política/legislação indigenista – e aos demais índios, no sentido de manter a liderança frente às ameaças dos agentes de tutela. Esse perfil e atuação política podem ser percebidos nas ocasiões de solicitações por mercês e durante a resolução dos conflitos nos quais estavam envolvidas as lideranças indígenas. De modo geral, a comparação com as lideranças negras e indígenas coloniais do Estado do Brasil pode nos ajudar a pensar a suposta mutação desse perfil. Assim sendo, no Brasil, a atuação de negros e/ou índios na restauração das praças do norte – a expulsão dos holandeses de Pernambuco e arredores, onde permaneceram entre 1630 e 1654 – impactou a formação e a consolidação do oficialato dos homens de “cor” em determinadas capitanias por todo o século XVIII, e mesmo no início dos oitocentos¹⁷. Contudo, para os chefes indígenas coloniais da Amazônia Portuguesa, espaço que também sofreu a ocupação holandesa – mas entre 1641 e 1644 – e consolidou lideranças indígenas restauradoras, a partir de meados do século XVIII, os perfis dessas lideranças, se não passaram a abandonar completamente a referência à res-

16 O detalhado trabalho de Mathias Kiemen descreve a profusão de papéis – cujos autores eram agentes diversos (autoridades leigas e eclesiásticas) – enviados à monarquia que, em maior ou menor grau, embasavam os textos das leis indigenistas dirigidas à Amazônia colonial. Ver: Kiemen (1954). Sobre historiografia acerca da oposição entre jesuítas e moradores e/ou da formação da legislação indigenista no século XVII, ver: Chambouleiron (2003, p. 182-200; 2005, p. 255; 2009). Especificamente sobre o Regimento das Missões de 1686, ver, também, Mello (2009). Acerca do impacto das relações político-sociais empreendidas na colônia para a elaboração do próprio Diretório dos Índios, ver: Coelho (2005).

17 Sobre as tropas de negros chamadas henriques, que se espalharam pelo Brasil, a lembrança da atuação dos henriques de Pernambuco na restauração ou o vínculo – fictício ou não, direto ou indireto – com o restaurador negro Henrique Dias foi identificado em algumas capitanias – especialmente Pernambuco, Bahia e Minas Gerais –, inclusive durante a segunda metade do século XVIII. (Silva, 2012, p. 85; Silva, 2013; Cotta, 2010, p. 91-101; Mota, 2015). Sobre os indígenas, ver a referência à descendência com restauradores apresentada por índios do Ceará já no início do século XIX em Costa (2017). Agradeço ao próprio autor pela indicação desse texto.

tauração e aos restauradores, sofrerão sensíveis mudanças de orientação em nome de serviços relacionados às “novas” frentes fronteiriças e à aplicação da reforma ou legislação indigenista que culminaria no referido Diretório dos Índios.

CONQUISTADORES E RESTAURADORES

Entre as décadas de 1640 e 1650, algumas autoridades do Estado do Maranhão e Grão-Pará, especialmente aquelas que lutaram na guerra de restauração do Maranhão, e lideranças indígenas das capitanias do Pará, Maranhão e Ceará, pelo menos conforme cartas e/ou petições que lhes eram atribuídas, solicitaram mercês para chefes indígenas ou para si pelas respectivas atuações na restauração ou expulsão dos holandeses do Maranhão – como se disse, onde se estabeleceram entre 1641 e 1644. Essas mercês, no geral, foram concedidas, embora as concessões se adequassem à qualidade dos agraciados¹⁸, visto que alguns(mas) títulos/mercês não eram permitidos(as) a integrantes de grupos considerados de baixa extração¹⁹. Paralelo a esse movimento, especialmente entre os anos de 1647 e 1649, uma série de leis indigenistas voltadas à região foram promulgadas. Influenciadas por via de papéis enviados ao Conselho Ultramarino, por parte de agentes diversos – contendo pedidos, sugestões e críticas –, conforme a percepção de Beatriz Perrone-Moisés (2006) sobre a formação da legislação indigenista da América Portuguesa, ao que parece, o intuito era melhor definir e destinar políticas diferenciadas a indígenas aliados e inimigos no contexto da restauração e do período pós-guerra.

Nesse sentido, entre os pedidos de abertura do sertão aos resgates/cativeiros, a instauração da *encomienda* espanhola, a proibição do cativeiro em prol dos descendentes e o imbróglcio sobre a ordem – franciscanos ou jesuítas – que deveria conduzir a catequese, entre outras opiniões/sugestões, as leis promulgadas entre 1647 e 1649 versavam sobre diversos aspectos relacionados aos índios livres: a proibição de “administradores” de aldeamentos, a possibilidade de escolher a quem servir, a regulação dos pagamentos pelo trabalho, a indicação dos períodos – meses – nos quais deveriam servir e, entre outros, a isenção de serviços considerados penosos – como a produção do tabaco²⁰.

Nesse contexto, portanto, a formulação da legislação que definia os parâmetros da condição de livre aos indígenas e a concessão de mercês às suas lideranças, ao que parece, possuíam profunda relação com a restauração do Maranhão. Isso porque, por um lado, entre algumas autoridades do Estado, havia o pleno reconhecimento,

18 Carvalho Junior (2017, p. 191-204); Rocha (2013, p 109-119, 187-201).

19 Conforme a concepção de sociedade corporativa citada na Nota 14.

20 Ver: Kiemen (1954, p. 57-71); Rocha (2013, p. 65-67); AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 213; AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 211; Amorim (2005, p. 275-277); ABN RJ, v. 66, 1948, p. 17-22.

em comunicação com a monarquia, de que os principais responsáveis pela restauração do Maranhão eram os indígenas aliados – depois da providência divina. Por outro lado, se certas lideranças indígenas buscaram ou foram agraciadas com mercês diversas, como as referentes às Ordens Militares – Cristo, Santiago e Avis – e o reconhecimento régio de seus comandos sobre os respectivos aldeamentos, a atestação da condição de livres às comunidades indígenas aliadas poderia ser, também, reconhecida como mercê indispensável, que garantiria, inclusive, a defesa e o desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, a atuação do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Coelho de Carvalho (1646-1648) é exemplar.

Quando, em 1646, sugeriu-se a abertura dos sertões da Capitania do Caeté ao cativeiro, o monarca solicitou a opinião do governador Francisco Coelho de Carvalho, que, posteriormente, reuniu uma junta composta pelas principais autoridades – leigas e eclesiásticas – presentes na Capitania do Maranhão para deliberar sobre os resgates e outras questões (AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 198; ABNRJ, v. 66, 1948, p. 24; Amorim, 2005, p. 271-277). Cabe informar que Francisco Coelho de Carvalho atuou nos conflitos contra holandeses no Brasil e na Amazônia – e nesta também contra ingleses – a partir da década de 1620 – período que podemos classificar, ao lado da expulsão dos franceses do Maranhão em 1615, como a “conquista”. Atuou, também, na guerra contra os holandeses no Maranhão, nos anos 1640. Um governador Francisco Coelho de Carvalho (não se sabe se o tio, que anteriormente também governara o Estado, ou o seu sobrinho homônimo, o nosso Francisco Coelho de Carvalho) era apresentado pelo vigário-geral Matheus de Souza Coelho como perito no trato com o indígena. Por carta ao rei de 1647 considerava que “o governador se criou neste Estado, e andou sempre no sertão nas guerras, assim dos mesmos índios como flamengos, e é mui conhecido do gentio”. Assim sendo, tendo em mente que tanto o governador quanto o vigário-geral criticavam o resgate de gentios durante os “debates” que gerariam as referidas leis dos anos 1647 a 1649, Souza Coelho assegurava que Coelho de Carvalho poderia “refazer as aldeias”, descendo “todo o gentio que lhe for necessário para a defesa das praças e para seu real serviço” (AHU, Maranhão, cx. 2, docs. 218 e 211).

Nesse ínterim, destacando sua atuação contra holandeses e indígenas rebeldes no passado e mencionando um regimento que proibia toda a sorte de cativeiro²¹, em carta ao rei de 1647, o governador assegurava que, em relação à restauração do Maranhão, “abaixo de Deus o gentio foi a principal causa”. Além do mais, continuava Coelho de Carvalho, os indígenas “sempre nos ajudaram” nas guerras passa-

21 Tratava-se, talvez, de um regimento não datado dado a um Francisco Coelho de Carvalho, provavelmente o primeiro governador (1626-1636) e tio homônimo do nosso Coelho de Carvalho, que, entre outras questões, proibia qualquer modalidade de cativeiro. Se esse for o caso, supostamente, o regimento fora concedido na década de 1620. Assim sendo, na década de 1640, essas normas estariam ainda em vigor? Ver: Regimento do governador Francisco Coelho de Carvalho (BNP, Cód. 7627, f. 145-147v).

das contra holandeses e índios e, mais recentemente, no Ceará (AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 213). Em tal avaliação, no que se refere à importância dos aliados indígenas para a restauração do Maranhão, o governador era seguido pelo padre Francisco Araújo e pela Câmara de São Luís, assim como, aparentemente e em menor grau, pelo famoso jesuíta Antônio Vieira já na década de 1650 (AHU, Maranhão, cx. 2, docs. 191 e 210)²². Assim sendo, apontando a garantia da liberdade como uma mercê devida/remuneratória, para Coelho de Carvalho, “se este gentio tem servido e serviu a Vossa Maj. com tanta fidelidade, que causa haverá a tantos serviços pagarlhes V. Maj. com cativoiro [?] o que de Vossa Maj^{de}. se não espera” (AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 213).

Conforme consulta do Conselho Ultramarino, paralelo a esses acontecimentos, no mesmo ano de 1647, Francisco Coelho enviava carta ao monarca para, além de requisitar “gente”, artilharia, munições, pólvoras e armas e destacar a presença de inimigos, solicitar “hábitos” e “honras” a principais e “honras” e “mercês” aos “brancos”. Em relação aos indígenas, o conselho sugeria o envio de uma dúzia de vestidos aos índios principais, outra para suas respectivas mulheres e, finalmente, mais uma dúzia de insígnias do hábito (da Ordem Militar) de Santiago a serem dadas pelo governador, mas a resolução régia, em linhas gerais, destacava que ordenara o envio de dois hábitos e substituíra os demais por facas, foices e outros utensílios (AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 236).

Nas décadas de 1650 a 1660, a promulgação de novas leis novamente gerará conflitos envolvendo lideranças indígenas e autoridades coloniais. Em 1652, os regimentos dos capitães-mores do Pará e do Maranhão proibiam incondicionalmente o cativoiro dos índios, resultando em agitações por parte dos moradores contra os jesuítas – que, com o famoso Antônio Vieira, desembarcaram no Estado entre fins de 1652 e janeiro de 1653 – e culminando em nova lei, de 1653, permitindo o cativoiro indígena e concedendo o governo dos aldeamentos e a repartição dos indígenas aos seus principais. Para tanto, enviaram seus papéis ao monarca Vieira²³ e os procuradores das capitanias do Maranhão e Pará²⁴, mas prevaleceu a “solução de compromisso” do presidente do Conselho Ultramarino, o conde de Odemira, destacando os casos nos quais seriam legais os resgates e as guerras justas. Posteriormente, a partir de duas juntas reunidas no reino em 1655, destacando-se a presença e a ação do jesuíta Antônio Vieira em ambas, sucederam-se a lei de 9 de abril – reiterada em 1658 – e o regimento do dia 14 do mesmo mês, remetido ao governador

22 Em carta ao rei de 1653, em provável referência à expulsão dos holandeses, ocorrida em 1644, Vieira considerava que “eles [os índios] foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la [a República]” (Vieira, 2008, p. 241).

23 O padre sugeria entradas para fins de conversão, mas possibilitando resgates, e a permanência exclusiva de missionários nos aldeamentos, em proibição aos leigos.

24 Destacavam a imprescindibilidade do indígena para o trabalho e a defesa naquelas partes.

André Vidal de Negreiros (1655-1656), que, entre outras questões, respectivamente, visavam detalhar normas para o cativo indígena por resgate e guerra justa e normatizar as missões – concedendo a administração dos aldeamentos exclusivamente aos missionários jesuítas.

Após a primeira expulsão dos jesuítas do Estado por parte dos moradores, ocorrida em 1661, os inacianos – e os missionários de modo geral – ficariam alijados do poder temporal sobre os aldeamentos, mantendo-o no espiritual, pois, por leis de 1663, além da reintegração dos jesuítas ao Estado, mas sem o monopólio da missão, da proibição do retorno de Vieira à região e da anistia aos revoltosos, os aldeamentos seriam comandados pelos seus principais. Seja para a lei de 1655 – regimento de Vidal de Negreiros – ou para a de 1663, a repartição dos indígenas era função conjunta do pároco do aldeamento e de um agente nomeado pela câmara.

Além de autoridades diversas, jesuítas e moradores, indígenas como Antônio da Costa Marapirão, tabajara do aldeamento do Cojupe – localizado no Maranhão – e Lopo de Souza Copaúba, morador do aldeamento do Maracanã – instalado na costa do Pará –, participaram dos embates que, entre as décadas de 1640 e 1660, em algum grau influíram sobre a construção, a formação e/ou a aplicação da política e da legislação indigenista. De forma semelhante ao mestre de campo setecentista Manuel Pereira de Faria, caso com o qual introduzimos este capítulo, esses e outros chefes indígenas solicitaram da monarquia benesses, nesse caso como remuneração pela atuação – sua e/ou de seus familiares – na restauração do Maranhão – e até mesmo na sua conquista²⁵.

Alguns desses índios estiveram próximos ou pessoalmente no reino para solicitar essas mercês. Marapirão esteve pessoalmente, em 1648, em Portugal; e Copaúba enviou um requerimento, levado ao Conselho Ultramarino pelo procurador do Pará Manuel Guedes Aranha, em 1655, em mãos de dois parentes seus ao reino. Entre as mercês régias solicitadas por ambos os chefes, constava o hábito da Ordem de Cristo a Marapirão e ao filho de Copaúba. Cabe alertar que, como demonstrou Almir Carvalho Jr. sobre caso semelhante, por vezes lideranças indígenas não recebiam efetivamente o hábito da prestigiada ordem, mas outros utensílios ou “símbolos para agradar a estes principais e não efetivamente vínculos às ordens militares”

25 Em relação à restauração, as informações são mais explícitas. Sobre a conquista, segundo consulta do Conselho Ultramarino, constava que o pai de Marapirão, Marcos da Costa, atuara “em todas as conquistas”. Na década de 1660, uma petição destacava que Marapirão e um tupinambá eram principais de suas aldeias por “geração” de seus antepassados, os “primeiros” que se “reduziram” e avassalaram à Coroa Portuguesa na ocasião da expulsão “que Jerônimo de Albuquerque fez dos franceses [1615]”. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 3 de outubro de 1648 (AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 268); e Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV. Lisboa, 27 de julho de 1662. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará* (1983, p. 379-390). Sobre Copaúba, uma petição atribuída aos índios do Maracanã considerava, em 1661, que Lopo de Souza era “grande servidor assim na Conquista e Restauração deste Estado em que se achou” (BNP, PBA, cód. 645, f. 525v).

(Carvalho Junior, 2017, p. 255)²⁶. De qualquer forma, tratava-se de sucessão, visto que o pai de Marapirão, Marcos da Costa, e Copaúba detinham o suposto hábito de Cristo, além de o primeiro “herdar” do pai o posto de principal de aldeamento – que solicitava “para si e seus descendentes” – e o segundo, posteriormente, legar ao filho Francisco de Souza o mesmo cargo.

Também à semelhança de Pereira de Faria, ambos os chefes entraram em conflito contra autoridades do Estado. Marapirão contra o governador Luís de Magalhães, por volta de 1649 e 1650, e, posteriormente, contra os jesuítas e/ou Antônio Vieira, entre 1661 e 1662, na ocasião da expulsão dos inacianos do Estado, quando esteve pela segunda vez em Portugal para remeter requerimentos ao monarca. Já a prisão de Copaúba, ocorrida em 1661 por estratégia de Vieira, foi apontada como um dos motivos para o início do motim que culminou na expulsão dos inacianos. Em todos esses embates, curiosamente, os dois chefes eram representados como aliados – ou pelo menos com boas relações – de membros da elite local ou autoridades. Nesse sentido, o tabajara Marapião, ao que parece, foi acusado de ter insuflado índios contra os jesuítas durante o levante de 1661. Já Copaúba, segundo Antônio Vieira, comerciava – inclusive cativos – com os moradores e era amparado pelos “poderosos”.

Se, de modo geral, o procurador do Estado Jorge de Sampaio Carvalho e/ou outras autoridades do Estado consideravam esses dois índios como fiéis vassalos indispensáveis para a manutenção da conquista ou para a consolidação do evangelho, visto que eram influentes sobre certo número de indígenas, Luís de Magalhães e Antônio Vieira invertiam essas imagens. O primeiro, sobre a restauração, migrou sua posição sobre Marapirão de fiel aos portugueses a traidor unido aos holandeses²⁷, além de ser apresentado como uma marionete da elite local – visto que um “inimigo” de Magalhães, o capitão-mor do Pará, teria “ditado” uma carta atribuída ao indígena quando uma gama de autoridades, entre elas, o mesmo capitão-mor, desferiu críticas contra o governador acerca de ilegalidades diversas. Já o segundo considerou o mesmo índio como dado a levantes – sofrendo prisões e/ou desterramentos –, além de um indivíduo facilmente manipulável pelos moradores quando mobilizou indígenas a participar do motim de 1661, e Copaúba como recalcitrante na gentildade – incentivando com o seu exemplo, permitindo ou praticando sacrifícios e

26 Eram “pontos”, “cozidos” no vestido ou “no vestido”.

27 Destaque-se que, para formular as duas opiniões contrárias, Luís de Magalhães recorreu a informantes distintos: em 1648, quando estava na corte, questionou “práticos” do Maranhão; e, em 1649, ouviu “criados” e índios de frades da igreja do Carmo já no Maranhão. Contudo, dada a conjuntura conflituosa que enfrentou logo em sua arribada no Maranhão, acreditamos que os conflitos locais referentes à aplicação e à condução das novas leis indigenistas pesaram sobre sua nova avaliação. Fontes citadas em Rocha (2021b).

poligamia²⁸. Mais uma vez semelhante ao caso de Pereira de Faria, as dúvidas postas sobre a autoria dos escritos indígenas devem ser pensadas no interior desses conflitos, pois, conforme Luís de Magalhães, Marapirão elaborou uma carta “ditada” por um desafeto; e, se não localizamos escritos de autoria de Copaúba, Vieira garantia que cartas “falsas” eram escritas em nome do principal do Maracanã, visto que o índio não sabia ler nem escrever.

Dado os limites deste capítulo, não cabe detalhar a trajetória de ambos os indígenas, mas é importante destacar que, a partir da solicitação e da concessão de mercês e dos papéis que visavam deturpar ou elogiar os indígenas, é possível afirmar que, em algum grau, o vínculo com outros índios – amigos, família e, especialmente para Marapirão, nação – permanecia importante para a atuação política dessas lideranças indígenas, sobretudo no que se referia à proteção dos demais índios seus liderados frente às ações das autoridades e à consolidação da sua posição de intermediário diante dos missionários – os agentes de tutela. Vejamos alguns exemplos.

Para Marapirão, um desses exemplos era a sua solicitação, de 1648, do hábito de Cristo, visto que nesta também requisitava o posto de principal da nação tabajara e informava que “servia de exemplo aos de sua nação” durante a restauração. Outro exemplo é uma das cartas atribuídas ao índio, datada de 2 de setembro de 1649, elaborada no Pará e assinada com uma cruz, que criticava o tratamento próprio para escravos destinado aos índios livres pelos portugueses, apesar da vigência das recentes e restritivas leis indigenistas. A missiva narrava, ainda, o retorno do índio ao Maranhão, a tomada de Jericoacoara (Capitania do Ceará) das mãos dos holandeses por via da “prática dos índios tabajaras meus parentes” e, enfim, parecia relacionar a proximidade física com seus liderados à sua capacidade de instruí-los no serviço real e à obediência às novas leis. Isso porque, visto que “V. Maj^{de}. me encarregou da conservação dos poucos índios desta nação que há neste Maranhão”, atuava “animando-os para os instruir no melhor modo e via no serviço de V. Majestade”. Contudo, uma vez desterrado pelo governador ao Pará por volta de 1649, afirmava que “os poucos índios de minha geração ficaram distantíssimos” e os “da minha nação”, faltosos do “meu amparo” (AHU, Pará, cx. 1, doc. 75).

No contexto do conflito contra Vieira, o procurador do Estado Jorge de Sampaio Carvalho justificava os desteros e/ou prisões que o indígena sofrera. Segundo tais justificativas, em um dos casos, o procurador atestava que o ocorrido se sucedeu “não por crime que merecesse castigo porque a causa foi dele falar algumas palavras contra o governador em razão do governador querer tomar alguma gente da sua aldeia para seus serviços particulares”, ao que o índio o ameaçara a queixar-se ao monarca. Já sobre o seu envio ao Rio Amazonas, a prisão e o desterro do índio a mando do

28 Sobre as ações de Marapirão e Lopo de Souza Copaúba, atualmente lideranças bem conhecidas pela historiografia, e a legislação indigenista das décadas de 1640 a 1660, ver a imprescindível bibliografia e as fontes citadas em Rocha (2021a, 2021b).

governador D. Pedro de Melo (1658-1662), entre 1658 e 1659, foram influenciados pelos jesuítas porque o tabajara, em recusa às tentativas iniciais de lhe “senhorrear”, “lhes respondeu que era livre e senhor de sua família, e nação, e que não havia de estar às suas ordens”. Sobre o caso, o índio teria fugido a partir do Rio Amazonas – para onde fora enviado com uma tropa – e, em seguida, preso em grilhões e exilado para Tapuitapera, “mas não foi por crime que cometesse, mais que somente por não querer obedecer”²⁹. De qualquer forma, sobre a questão, Vieira garantia que “se publicou na cidade de São Luís que o dito Marapirã se queria levantar com os índios e estava unido com os da serra de Ibiapaba [Capitania do Ceará], que são de sua própria nação, e que outrossim tinha trato com os holandeses” (Vieira, 2008, p. 211-212). Sobre as motivações do mesmo desterro, em outro documento, o padre reiterava que Marapirã, conforme indícios, “se queria passar aos tabajaras da Serra, que haviam tido trato com os holandeses” (Anais [...], 1983, p. 380, 389, 390).

Sobre Copaúba, no requerimento de 1655 e em um dossiê contra Vieira, elaborado pelo ouvidor na ocasião da prisão do chefe, os papéis destacam sua atuação na conquista, na restauração e na importância do aldeamento do Maracanã para a produção das salinas de V. Maj^{de} e como entreposto entre São Luís e Belém, além da oferta de víveres às tropas e aos moradores de Belém. Assim sendo, segundo Vieira, além do fato de não residirem missionários no aldeamento, de Copaúba vender cativos e de o mesmo indígena ser “amparado pelos poderosos”, tais índios serviam somente na produção do sal, ou seja, não “entram em repartição” (Vieira, 1951, p. 209; 2008, p. 433). Por outro lado, sobre a prisão de Copaúba, um depoente registrado no mencionado dossiê contra Vieira, como chamou atenção Almir Carvalho Junior (2017, p. 105), alegava que “[...] não tem ele testemunha notícia de crime nenhum que o dito Principal fizesse mais que não consentir ele principal o governo dos ditos padres no temporal na dita aldeia sendo que admitia aos ditos padres no espiritual, e aceitava suas doutrinas” (BNP, PBA, cód. 645).

De qualquer forma, seja na década de 1650 ou 1680, diante dos debates sobre a concessão das salinas a particulares por contrato e das informações sobre os trabalhos dos índios desse aldeamento em serviços diversos, os governadores André Vidal de Negreiros e Gomes Freire de Andrade – na condição de ex-governador – destacaram a proteção dos índios de Maracanã por ação de seus principais e o serviço exclusivo ao monarca nas salinas como elementos relacionados e importantes para consolidar a independência desses índios frente à sociedade colonial³⁰. A qualidade

29 Os documentos citados constam em *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará* (1983, p. 379-390); Studart (1921, p. 113-114).

30 Sobre os dois governadores, ver, respectivamente, AHU, Maranhão, cx. 4, doc. 378; e AHU, Pará, cx. 3, doc. 290. Sobre o uso dos índios do Maracanã em outros serviços e a estabilidade do aldeamento, ver a carta do capitão-mor do Pará Sebastião Lucena de Azevedo – década de 1640 –, segundo a qual Lopo de Souza, além da autoridade que detinha junto aos seus liderados, solicitava ajuda do mesmo capitão-mor

reconhecida pelo monarca era item importante dessa equação, pois, apesar de um capitão-mor do Pará atestar, em 1647, que o hábito de Cristo concedido à Copaúba lhe foi “lançado” por um governador ou capitão-mor e o Conselho Ultramarino, em 1655, sugerir uma investigação sobre a concessão do mesmo hábito ao índio, já em 1688 o filho de Copaúba e então principal do Maracanã, Francisco de Souza, buscava habilitação na Ordem de Avis apoiando-se na fama de sua “qualidade” entre testemunhas na corte e na sua ascendência – solicitando a averiguação de sua qualidade (provanças) em Lisboa e a dispensa por descender de “gentios” (AHU, Pará, cx. 1, doc. 63; ANTT, Habilitação da Ordem de Avis, Letra F, m. 1, n. 17)³¹. Apesar de desconhecermos a conclusão desse processo, conforme, respectivamente, os governadores Vidal de Negreiros, nos anos 1650, e Freire de Andrade, na década de 1680:

[Após sugerir a proibição da produção de sal por qualquer particular] [...] para que o das salinas de V. Maj^{de}. se venda melhor, [...] [e] para se evitar a queixa que o principal do Maracanã Lopo de Souza poderá ter, de que com esta proibição se lhe tirem as salinas em que fabrica sal junto às de V. Majestade, não só para si, e os mais índios de sua aldeia, mas para render, será justo que se lhe dê a ele e a sua gente cem alqueires cada ano, tendo respeito a serem os que beneficiam estas salinas, só com lhe pagarem duas varas de pano que se lhe dão por mês nos seis do verão, que gastam nelas; *e merecer este favor o dito principal, por ser dos mais autorizados índios que há naquele Estado, cavaleiro da Ordem de Cristo, e mui zelosos, e sua gente do serviço de V. Maj^{de}.* de muitos anos a esta parte, e se ter achado nas mais das ocasiões, que houve naquelas partes, principalmente no Maranhão; em que se assinalou (AHU, Maranhão, cx. 4, doc. 378, grifo nosso)³².

[...] [sugere nunca arrendar as salinas] por os índios que assistem nelas fazem muitas diferenças aos sobreditos [dos da Ilha de Joanes], tanto em impugnarem pelos seus privilégios como em se estimarem por melhor procedidos [...] são os bons soldados daquela costa, e *fazem particular des-*

frente à retenção dos índios do Maracanã no Maranhão, por ação do governador Francisco Coelho de Carvalho, e em defesa de uma parente sua, diante da execução desta a mando do vigário-geral Matheus de Souza Coelho. Além disso, a missiva do governador Inácio Coelho da Silva (1678-1682), analisando outra do provedor da fazenda, mencionava informações pelas quais os índios do Maracanã eram utilizados em outros serviços: o capitão-mor do Pará retirara índios “daquele serviço [salinas] para o seu” (aparentemente o governador duvidava da veracidade desta informação); os serviços no trânsito entre Maranhão e Pará; e um “socorro” contra os tremembés no Maranhão (AHU, Pará, cx. 1, doc. 63; AHU, Pará, cx. 3, doc. 191).

31 Sobre o fato de ser conhecido na corte e sua ascendência, a petição atribuída a Francisco de Souza garantia que “[...] nesta Corte tem testemunhas que bem o conhece” e era “filho de Dom Lopo de Sousa, índio de nação, por pais e avós”.

32 Esta transcrição, que atribuímos ao governador, na verdade, é o resumo da carta dessa autoridade apresentada e analisada pelo Conselho Ultramarino, que sugere uma junta para debater o assunto – concordando o rei com tal sugestão.

vanecimento de que servem só a Sua Majestade, os seus principais são ordinariamente cavaleiros do hábito, sabem estimá-lo, e observam justiça para os seus súditos, que é o que não experimentam aos dos outros principais; e neste conhecimento que tenho deles me persuado que lhe será muito violenta a consideração de que servem a um particular, e que se por ela se meterem ao mato [...] (AHU, Pará, cx. 3, doc. 290, grifo nosso)³³.

Em outras palavras, a imagem de vassalos tão próximos à distante monarquia – enquanto súditos que serviam constantemente e exclusivamente ao monarca – não afastou as lideranças do Maracanã de seus liderados, mas, ao contrário, permitia certa proteção frente às tentativas, por parte de jesuítas e moradores, de substituir os chefes enquanto intermediários entre os índios do aldeamento e a sociedade colonial. Nesse sentido, estava em jogo e em debate a definição precisamente desse intermediário ou, no que parece ser o mesmo, a identificação do agente responsável pela tutela daqueles vassalos, visto que, como se disse, por lei de 1663 o governo dos aldeamentos caberia aos principais, a repartição dos índios seria tarefa de um agente nomeado pela câmara com os missionários dos respectivos aldeamentos. Ao fim e ao cabo, após nova investida de Antônio Vieira por leis mais restritivas, seguiu-se nova composição da legislação – inclusive uma proibição incondicional dos cativeiros em 1680, revogada em 1688 –, a famosa revolta de Beckman, relacionada à segunda expulsão dos jesuítas (1684), e, enfim, a promulgação do Regimento das Missões (1686). Neste, a administração dos aldeamentos novamente tornou aos missionários embora a repartição dos índios aldeados, por licenças dadas aos moradores – que rumariam aos aldeamentos para a aquisição dos trabalhadores – ficasse a cargo do governador, com dois agentes eleitos pela câmara e assistência e parecer do superior das missões e do missionário do aldeamento (Kiemen, 1954).

Comparando a situação das famílias e dos aldeamentos de Antônio da Costa Marapirão e Lopo de Souza Copaúba, até onde conhecemos, podemos indicar que – salvo engano –, nos anos que se seguem, o primeiro tendeu a desaparecer dos grandes ou principais conflitos que subiram à monarquia – bem como possíveis descendentes –, ao passo que, inversamente, o aldeamento do Maracanã – futura vila de Cintra – e suas lideranças permanecem importantes durante todo o século XVIII.

33 A posição do provedor da fazenda do Pará, resumida e analisada pelo Conselho Ultramarino, é semelhante no que se refere à aversão ao trabalho para particulares em nome do serviço exclusivo ao monarca: os contratadores “não foram admitidos” e a experiência mostrava que “os índios que assistiam a beneficiação destas fábricas podiam mais justamente como vassalos de V. Maj^{de}. ser obrigados àquele trabalho pelo estipêndio, que à custa da fazenda real se lhes pagava, do que lhe ser empenhada e sujeita a liberdade (pois eram livres e forros) a um particular, que obrigado do interesse os oprimia com escravos, ou os apertaria no trabalho de maneira que se remontariam para os sertões”. Já o procurador da fazenda assegurava que “a dúvida dos índios não era grande, porque estes se haviam de servir ao provedor e oficiais da fazenda [...], da mesma sorte o poderiam fazer ao contratador, que uns e outros cobravam em nome de V. Maj^{de}.”.

Uma distinção marcante é a referência à nação tabajara, enquanto as nações – ou nação – formadoras de Maracanã pouco são mencionadas – tupinambás, tapijaras ou, quem sabe, pacajás (Daniel, 2004; Leite, 2006)³⁴. Talvez, a trajetória dos dois chefes, suas famílias e aldeamentos explique tal fato, pois se, para ambos, os vínculos com outros índios – aliados, a família e, no caso de Marapirão, a nação –, a monarquia e parte da elite local eram importantes frente às ações de agentes ameaçadores, a imagem atribuída a Marapirão jogava com uma possível aliança com os holandeses numa conjuntura instável, enquanto Maracanã consolidou a figura de um aldeamento indispensável para a manutenção da conquista – rendas para a fazenda, sustento para a infantaria, entreposto, entre outros serviços.

Em outras palavras, a conquista e, especialmente, a restauração cristalizariam a imagem da lealdade e o vínculo com a monarquia, mas, aparentemente, era a possibilidade de continuar servindo que distinguia Marapirão das lideranças do Maracanã. De qualquer forma, o perfil das lideranças que buscaram proximidade com a monarquia, no que se refere aos serviços que prestavam a ela, em algum grau, tenderia a mudar, sobretudo por volta de meados dos anos 1700, embora o vínculo com os demais índios perdurasse. Ao que parece, contudo, o serviço à monarquia e a aliança com os demais índios, não raro por via do parentesco e por vezes da pertença étnica, aparentemente tornaram-se elementos estruturais intrínsecos – e reconhecidos pela burocracia estatal – às lideranças indígenas coloniais da Amazônia.

OS PRINCIPAIS NA ERA POMBALINA

Durante a primeira metade do século XVIII, seja no Pará ou no Maranhão, algumas lideranças indígenas, destacando algum vínculo familiar com restauradores como argumento-base, voltaram a procurar a monarquia em busca de benesses. O índio Lourenço da Gama, por exemplo, estava na corte, por volta de 1723, quando, alegando ser membro integrante “das principais famílias de sua nação” e casado com a filha do capitão e sobrinha do “principal regente” do aldeamento do Caeté, teria enviado requerimento ao rei. Por este, desejando retornar, solicitava que nenhuma pessoa pudesse obrigá-lo – bem como a sua mulher e os seus filhos – a servir “contra a sua vontade”. O requerimento apresentava como justificativa o fato de Gama ser cristão – desde que seus avós “abraçaram” a religião por ação dos jesuítas – e “porque

34 As referências sobre a nação integrada ao Maracanã, embora presentes, muitas vezes são genéricas ou mesmo confusas. Na habilitação à Ordem de Avis, de Francisco de Souza, na década de 1680, consta somente que a liderança era “índio de nação, por pais e avós”. Já em meados do século, Sebastião José de Carvalho e Melo refere-se aos índios Gonçalves e Francisco de Souza como de “nação Maracanã”; e o requerimento do último informava que mandou índios de sua nação para trabalhar no Maranhão (ANTT, HOA, Letra F, m. 1, n. 17; AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525).

os antepassados do suplicante fizeram grandes serviços a esta Coroa na expulsão dos holandeses daquele Estado”.

Em certidão anexa, o procurador dos índios confirmava as informações contidas no requerimento referido, além de considerar o pedido do chefe comedido, já que outros índios conquistaram mercês régias diversas, como hábitos, ofícios e “cargos de guerra”. Sugeriu a satisfação do mesmo requerimento e destacava as ações dos parentes dos índios não só contra os holandeses, mas também em conflitos contra tapuias. Curioso, conforme o procurador, era o nome angariado pelo tio da mulher do índio Gama: o “principal regente Vicente Flamengo”, que “herdou esse nome de seus avós, os quais o adquiriram pelos muitos flamengos, ou holandeses que matarão na expulsão deles do Estado do Maranhão” (AHU, Maranhão, cx. 13, doc. 1356)³⁵. Enfim, como destaca André Luís Ferreira sobre o caso, e à semelhança da mencionada posição do governador Francisco Coelho de Carvalho nos anos 1640, “a liberdade também pode ser considerada como uma concessão de mercês” (Ferreira, 2021, p. 187).

Outro exemplo é o caso de Manuel Dias que, estando no reino há cerca de três anos, em 1732, solicitava a patente de sargento-mor do Maracanã, “esmola” para a confecção de um vestido e o seu retorno ao mesmo aldeamento. Cabe alertar que, apesar de ofertar indígenas para conflitos diversos durante a primeira metade dos anos 1700 e do retorno do poder temporal dos missionários aos aldeamentos pelo Regimento das Missões de 1686, Maracanã teve sua imunidade em relação ao trabalho – exclusivo nas salinas –, reiterada em 1702 e em 1732 (Livro Grosso, 1948, p. 217-218; AHU Pará, 1672, cx. 18, doc. 1671). De qualquer forma, para justificar seu requerimento, além dos incômodos oriundos da viagem que realizara em companhia do então governador João da Maia da Gama até a corte – ao Maranhão, daí a Pernambuco e, finalmente, a Portugal –, Manuel Dias alegava ser parente “muito próximo” do então principal do Maracanã “e descendente do principal Francisco de Souza, a quem o sereníssimo Rey dom João o 4º, fez a honra de premiar com a mercê do hábito de Cristo, com certa tença, pelo serviço que fez na expulsão dos holandeses”. O mesmo requerimento não deixava de informar seus serviços não remunerados prestados ao ex-governador Maia da Gama – à época recentemente falecido – e os serviços do pai do índio por “muitos anos” ao monarca como piloto nas travessias entre o Maranhão e o Pará (AHU, Maranhão, cx. 19, doc. 1977)³⁶.

35 O procurador destacava, também, a importância de o atestado de liberdade servir como exemplo aos demais índios, no sentido de manter a fé católica e executar “ações grandes em utilidade” do Estado do Maranhão, visto que “este se não pode conservar, sem ajuda dos índios”.

36 O requerimento anexava certidões do jesuíta Jacinto de Carvalho, do tenente-coronel da cavalaria da Paraíba e do sargento-mor da vila da Vigia (Capitania do Pará) confirmando as justificativas contidas no requerimento do índio. Jacinto de Carvalho, nesse documento, reitera a importância da ascendência do chefe: “tudo o que refere o suplicante na petição junta é verdade, o que sei pelo conhecer a ele, seu pai e parentes”. A resolução do rei concordaria com a proposição do conselho, qual seja, a concessão de 30

Ao que parece, as lideranças indígenas coloniais da Amazônia Portuguesa que passaram a entrar em contato com a monarquia a partir de meados do século XVIII foram consolidadas, tendo em vista novos contextos e conjunturas. Nesse sentido, sobretudo a partir das décadas de 1680 a 1690 e durante a primeira metade dos anos 1700, o avanço colonial português no Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre outras regiões, alcançaria os sertões do Maranhão e Piauí, a leste, e o Cabo Norte (Amapá), o Rio Solimões e o Rio Negro, a oeste. Se a leste o avanço português estava relacionado notadamente à expansão agropastoril, à semelhança do que ocorreu nas capitanias do norte do Estado do Brasil – gerando a Guerra dos Bárbaros entre as décadas de 1650 e 1720 –, a oeste, os lusitanos encontraram a expansão dos franceses – de Caiena –, holandeses – por via de suas mercadorias vindas do Suriname aos rios Branco e Negro – e espanhóis – de Maynas/Rio Solimões –, além de nações indígenas hostis.

Se, para o século XVII, em relação à Amazônia Portuguesa, ainda não foram encontradas patentes indígenas, para os anos 1700, as patentes concedidas pelos governadores aos índios, documentação ainda em fase de sistematização, passaram a se multiplicar. Na verdade, a partir de meados do século XVIII, o aumento da participação nas tropas e a institucionalização de contingentes com homens de “cor” – pretos, forros, mestiços e indígenas – tornaram-se uma realidade, assim como o salto no número de patentes concedidas a indígenas é notável³⁷.

Ainda na primeira metade do século XVIII, o caso de João Magú de Deus reflete esse novo contexto, pois, em 1728, recebeu do governador Alexandre de Souza Freire (1728-1732), por sua fidelidade aos “brancos” e pelos seus serviços e os de seu pai à monarquia, a patente de mestre de campo da aldeia da nação araió – índios combatidos e descidos nos anos 1710. Cabe alertar que, nesse momento, após um breve período de “paz relativa” nos anos de governo de João da Maia da Gama (1722-1728), as hostilidades contra diversas nações nos sertões do Maranhão e Piauí por parte dos lusitanos recrudesceram, à semelhança do que ocorrera no início da centúria – quando, não raro, esses indígenas eram referidos como “aleivosos”, “tapuias”, “bárbaros” e/ou “de corso”, passíveis de guerras “cruéis” ou “cruentas”, que “infestavam” os sertões e impediam o seu desenvolvimento econômico ou agropastoril por parte dos colonos (APEP, Livro de Sesmaria 4, f. 83v)³⁸. Aliás, em 1727, foi Maia da Gama que concedeu, no mesmo dia, as patentes, justificadas por conflitos

mil réis para ajudar o índio na viagem de retorno e a expedição da sua patente de sargento-mor pelo governador – mas somente se o mesmo índio possuisse os “requisitos necessários” e o posto já existisse.

37 Ver os estudos de Viana (2021, 2023a, 2023b). Para a Amazônia Portuguesa, a autora demonstra um salto, em meados do século XVIII, no número de índios nas tropas de ordenanças e auxiliares e de patentes concedidas a indígenas – de 81 para 251, entre 1737 e 1768.

38 Sobre João Magú de Deus e os conflitos no sertão do Maranhão e Piauí, ver: Chambouleyron, Arenz e Melo, (2020, p. 12) e Chambouleyron e Melo (2013).

pretéritos nos sertões, de governador dos índios da sua nação genipapo a Baltazar Rodrigues Gonçalves e de capitão-mor dos índios da sua nação araió a Ventura de Carvalho e Aguiar (APEP, LS 3, f. 147v. e 148)³⁹.

Até onde se sabe⁴⁰, João Magú de Deus foi o primeiro indígena do Estado do Maranhão e Grão-Pará a galgar a patente de mestre de campo, condição que, como se viu, pode ser explicada a partir dos conflitos contra indígenas, nos sertões do Maranhão e Piauí, realizados durante a primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, além de adquirir, no mesmo ano de 1728, sesmaria para criar gado vacum e cavalos em terras que ocupava havia seis anos e patente de mestre de campo da aldeia dos araiós, em fins da década de 1730, recebeu do governador João de Abreu Castelo Branco (1737-1747) a incumbência de descer os aranhis no Maranhão. Essa ação, uma vez realizada – e, posteriormente, seria nomeado “principal dos índios araió e aranha” –, lhe rendeu elogios por parte do governador, que solicitou ao rei “alguma honra de mercê a este índio” (Chambouleyron; Arenz; Melo, 2020, p. 12).

Além da sua fidelidade, justificava a concessão de nova mercê o descimento e o aldeamento de 200 índios aranhis na Ribeira da Parnaíba (Piauí) – que causavam “distúrbios” entre os moradores da região –, e a promessa de “reduzir [...] algum pequeno resto da mesma nação” por parte do índio. Pelo descimento/aldeamento realizado, Magú de Deus anteriormente recebera do governador “mimos” e ferramentas. A concessão de mercê ao índio foi debatida no Conselho Ultramarino, no qual as sugestões do governador, procurador da fazenda e dos conselheiros não chegaram a um consenso. Nesse sentido, enquanto os dois primeiros e um dos conselheiros consideravam justo que o índio recebesse um vestido e “o trazer no peito a cruz de alguma das Ordens Militares [Cristo, Santiago e Avis]”, o conselho considerava a concessão de 12 moedas no valor de 6,4 mil réis – além do vestido. A resolução do monarca, enfim, mantinha a expectativa de prêmios – solicitava mais informações do governador sobre os serviços e as mercês já concedidas ao indígena –, mas desconhecemos o desfecho do processo (AHU, Maranhão, cx. 25, doc. 2604; AHU, Maranhão, cx. 26, doc. 2691).

A partir de meados do século XVIII, até onde pudemos averiguar, o perfil das lideranças indígenas da Amazônia que, de alguma forma, entraram em contato com a monarquia lusitana, no que se refere aos serviços que a família e/ou o próprio chefe prestaram e continuavam a prestar aos monarcas, sofreu sensível mudança em sua orientação, em função, talvez, dos novos contextos e conjunturas que pesa-

39 Observe que Ventura possuía o mesmo sobrenome do mestre de campo que comandava as guerras naqueles sertões, que, conforme o texto da patente, deveria dar a posse e o juramento ao índio Bernardo de Carvalho e Aguiar. Aos postos mais altos concedidos nesse período, que pudemos localizar, somam-se os capitães-mores dos aldeamentos do Guaricuru e Abacaxis, ambos localizados na Capitania do Pará, nomeados na década de 1730 (APEP, LS 6, f. 149 e LS, 7, f. 129).

40 Lembrando que, como se disse, as patentes concedidas a indígenas ainda estão em fase de sistematização.

ram sobre o então Estado do Grão-Pará e Maranhão⁴¹. Nesse sentido, as solicitações por mercês atribuídas às lideranças indígenas e a resolução dos conflitos nos quais esses índios estavam inseridos a partir de então possuirão íntima relação com o contexto fronteiriço estabelecido desde fins do século XVII, bem como com a condução das chamadas reformas pombalinas, aplicadas a partir de meados do século XVIII. Entre outras, tais reformas constituíam: a liberdade incondicional dos índios, a abolição do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos/povoações, a extinção da “infâmia” aos que se casassem com índias ou descendessem desses casamentos mistos – passíveis de angariar honras –, a elevação dos antigos aldeamentos em vilas ou lugares e o Diretório dos Índios (1757-1758). Esse último, além de destinar às lideranças indígenas funções e ofícios diversos⁴², visava à civilização dos indígenas, à garantia da força de trabalho das povoações aos moradores e ao estado, intentava o desenvolvimento produtivo – agricultura e extração – e, entre outras questões, instituía o diretor como agente de tutela. A mesma lei destinava aos principais a prerrogativa de conceder os trabalhadores após portaria do governador. A aplicação dessas medidas, como vem mostrando a historiografia, implicou levantes, rebeliões, deserções, descimentos e “disputas” pela mão de obra indígena entre moradores e o estado; enfim, conflitos entre múltiplas esferas que marcaram o cotidiano da Amazônia Portuguesa durante a segunda metade do século XVIII (Rocha, 2022).

Nesse período, a proximidade com a monarquia, a situação fronteiriça e a execução das normas do diretório, bem como a tentativa de manter-se como intermediário importante por parte das lideranças indígenas coloniais, são elementos que podem ser vislumbrados por via da solicitação pela confirmação régia dos postos concedidos aos índios pelos governadores. Nesse sentido, localizamos sete cartas patentes, anexadas a requerimentos por confirmação régia destas, concedidas pelos governadores a indígenas: 1) a patente de principal dos aruãs a Antônio Coelho – concedida entre 1722 e 1728; 2) de principal dos índios “de toda a sua nação aruã” do aldeamento de São José do Igarapé Grande da Ilha de Joanes (Marajó) a Inácio Coelho – aparentemente concedida em 1752; 3) de sargento-mor “dos índios da sua nação aruã” do aldeamento de São José do Igarapé Grande da Ilha de Joanes a Luís de Miranda (1752); 4) de principal da Vila Nova Del Rey “dos da sua nação” a Jerônimo Antônio Rodrigues (1759); 5) de mestre de campo de um terço de infantaria de ordenança de Belém a Lázaro de Vasconcelos (1767); 6) de mestre de campo de um dos terços de infantaria da tropa auxiliar de Belém a Manuel Pereira de Faria (1767); e, por fim, 7) de principal da vila do Conde “dos índios da sua nação pacajás” a Romão Vieira (1782).

41 Posteriormente, em 1772, esta enorme porção vai ser dividida entre o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí.

42 Como o “principalado”, postos militares e cargos nas câmaras municipais (juízes e vereadores).

Como verificamos em outro estudo, em relação a essas patentes e aos requerimentos de confirmação régia destas que subiram à apreciação da monarquia⁴³, o texto desses documentos – além da ligação com uma povoação específica – não raro identificava o vínculo familiar com antigas lideranças, a nação de pertencimento e os serviços prestados pelo patenteado e/ou pela família⁴⁴. Na verdade, tratava-se de características semelhantes às encontradas nas variadas patentes distribuídas pelo governador e registradas na secretaria de governo – em vias de sistematização, como se disse, e localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)⁴⁵.

Portanto, em termos gerais, se os princípios estruturantes – envolvendo um ou mais elementos da tríade serviço, família e nação⁴⁶ – não eram radicalmente distintos entre os séculos XVII e XVIII, pelo menos em relação às linhagens indígenas que procuraram um contato mais direto com a monarquia – por via da solicitação de mercês ou buscando amparo para a resolução de conflitos –, o caráter ou os tipos de serviços prestados durante a segunda metade do século XVIII por essas famílias sofrerá algum grau de mudança em sua orientação, embora a função de intermediários entre lideranças e outros índios – aliados/amigos, familiares e/ou nações – permaneça como característica marcante. Nesse ínterim, ainda que as referências aos serviços – bem como a outras informações – nem sempre apareçam na documentação, em relação à mobilização dos liderados pelos seus líderes, a tendência passou a ser a redução ou a ausência – até onde se sabe – das referências aos serviços prestados na conquista ou na restauração em favor do manejo dos índios das povoações ou da aplicação das normas do Diretório dos Índios.

Assim sendo, elaborados entre a primeira metade do século XVIII e o ano de 1755, os requerimentos e/ou as patentes de Antônio Coelho, Inácio Coelho e Luís de Miranda indicavam, como justificativas para as confirmações régias das respec-

43 Todos estes casos são mencionados em Rocha (2022, p. 105) e segs.

44 Para alguns, em relação ao vínculo com as respectivas nações ou à sua autoridade sobre estas por via da patente, como se vê, as concessões são claras. Em relação ao vínculo familiar, as patentes de Antônio Coelho, Inácio Coelho e Luís de Miranda destacam parentesco entre si e com Inácio Manajaboca, que havia recebido do próprio D. Pedro II – que governou até 1706 – a sua patente de “governador de toda a nação aruã”. Já Romão Vieira, conforme sua carta patente, “representou ser neto do principal que foi da dita vila, do mesmo nome, da nação pacajás”, então falecido. Em outro exemplo, o requerimento coletivo por mercês dos índios das vilas de Portel, Monte Alegre, Faro e Santarém, solicitação em função da qual o rei decidiu conceder a patente de sargento-mor das suas vilas com soldo mensal, em 1764, alegava que todos eram filhos dos principais das respectivas povoações. Respectivamente: AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525; AHU, Pará, cx. 96, doc. 7626; e AHU, Pará, cx. 57, doc. 5143. A tríade serviço, nação e família aparece na patente do índio Eugênio Monteiro, já em 1808, concedida pelo governador (BNRJ, II – 32, 16, 41, p. 19).

45 Ver os estudos citados na nota 37 e na nota anterior.

46 É claro que, no que se refere às patentes registradas no APEP, as variações intrínsecas à tríade estruturante – permanências e supressões dos elementos mencionados – só poderão ser avaliadas com a completa sistematização das mesmas patentes.

tivas patentes, o parentesco, o serviço ao rei – sem especificar e detalhar quais – e o fato de serem “atento[s] aos padres e leais aos brancos” ou “leal aos brancos e muito obediente aos seus missionários”. Tratavam-se de aspectos aparentemente importantes para os aldeamentos da Ilha de Joanes e arredores, como o Cabo Norte, em constante contato com estrangeiros desde pelo menos meados do século XVII – primeiramente holandeses, em meados dessa centúria, e, posteriormente, franceses, desde, sobretudo, a década de 1680⁴⁷. Já sob o advento do diretório, para Jerônimo Antônio Rodrigues, a documentação correlata destaca que o chefe, além de um genérico “honrado procedimento e [de] boas práticas”, era “capaz de governar os moradores de sua repartição”; e Romão Vieira era “muito útil ao Estado, por dever haver quem apronte os índios quando são necessários, e de pessoa a quem tenham respeito”⁴⁸.

Sobre os indígenas que, segundo a documentação portuguesa, buscaram galgar mercês mais dignificantes, constava, novamente, uma liderança do aldeamento do Maracanã. Tratava-se de Francisco de Souza de Menezes que, ainda em 1755, ao que parece estava no reino, assim como, nesse momento, os mencionados aruãs Inácio Coelho e Luís de Miranda, para solicitar benesses do monarca. Nesse sentido, citava, especialmente, a possibilidade de angariar o hábito da Ordem de Santiago ou Avis, semelhante, aliás, às antigas lideranças do mesmo aldeamento, que de alguma forma estavam relacionadas à benesses referentes às ordens militares – Lopo de Souza, com o hábito de Cristo, e seu filho Francisco, com a mesma mercê e com o hábito de Avis. Para tanto, alegava seu parentesco com o principal do mesmo aldeamento, seu pai chamado Gonçalo de Souza de Menezes, além de informar que “o suplicante, seus pais e avós, tem servido sempre com grande lealdade a V. Maj^{de}., e concorrendo com grande atividade para que os índios da dita aldeia sirvam a V. Maj^{de}.” no “serviço ordinário”, no combate a mocambos, no trabalho em um fortim de Belém e em outro numa fortificação de São Luís. Alertava, enfim, que não recebera, assim como seus “pais e avós”, remunerações a não ser as tradicionais “varas de pano”.

Em certificado anexo, o governador detalhava a lealdade e a obediência de Gonçalo de Souza de Menezes, especialmente “para as assistências dos índios que eram precisos para o real serviço” nas expedições contra mocambos e para transportes ao Maranhão e ao Rio Amazonas – entregando, pessoalmente, índios em Belém, assim como o fazia o filho. Finalmente, conforme um aviso remetido ao Marquês de Penalva por Sebastião José de Carvalho e Melo, os dois aruãs e os dois índios do Maracanã deveriam, por ordem régia, receber suas patentes régias – principal, para

47 Contexto esmiuçado em Rocha (2022, p. 107) e segs.

48 Documentos citados na nota 44.

Gonçalo, e sargento-mor, para Francisco⁴⁹. Em outro caso, estando na corte por 15 meses, Silvestre Francisco de Mendonça Furtado solicitava do monarca, por volta de 1767, herdar do pai o posto de sargento-mor da vila de Porto de Mós, angariar o soldo respectivo e obter o hábito da Ordem de Cristo pelos 16 anos de serviço do pai. O requerimento atribuído ao índio destacava que o seu pai, chamado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, teria “povoado e estabelecido” a vila. Portanto, Silvestre desejava retornar para realizar novos serviços “com o mesmo zelo e honra que o pai” (AHU, Pará, cx. 60, doc. 5310).

Nem sempre o embarque de índios do Maracanã a Portugal era ponto pacífico, embora pelo menos quatro índios do aldeamento, num espaço de cerca de um século, tenham estado no reino – os dois parentes de Lopo de Souza, nos anos 1600, e Manuel Dias e Francisco de Souza de Menezes, nos anos 1700. Nesse sentido, em relação ao requerimento de Lopo de Souza, de 1655, o procurador do Pará Manuel Guedes Aranha – conforme a leitura do Conselho Ultramarino – explicitamente sugeriu o intermédio do governador para o envio de cartas ao reino em substituição das viagens de índios a Portugal. Além disso, posteriormente, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1755, considerou desnecessária a confirmação régia das patentes concedidas a indígenas, pois não cabia “na sua possibilidade o mandar ao reino confirmar as ditas patentes”, porque tais indivíduos eram “uma miserável gente” (AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 369; Mendonça, 1963, p. 779). Contudo, já em 1753, o próprio Mendonça Furtado autorizara – enquanto iniciativa de importância especial – a viagem dos mencionados dois aruãs – Inácio Coelho e Luís de Miranda –, a quem auxiliara com a concessão de “ração”, e o trânsito de Francisco de Souza e Menezes à corte, por solicitação dos próprios índios, para “irem aos reais pés de V. Maj^{de}.” (AHU, Pará, cx. 35, doc. 3307). Além do mais, como se viu, na década de 1760, o filho do principal e sargento de Porto de Mós estava na corte visando aos mesmos objetivos; e, de forma semelhante e no mesmo período, o fizeram os filhos de quatro principais de vilas da Capitania do Pará (ver Nota 44).

A proximidade com a monarquia não se resumiria às viagens a Portugal em busca de mercês dignificantes, como hábitos de Ordem Militar e patentes régias, mas também era revelada nos conflitos cotidianos ocorridos nas respectivas vilas. Nesse sentido, no século XVII, as cartas de Marapirã eram assinadas com cruzes, o governador Luís de Magalhães afirmava que um agente “ditava” uma carta desses índios e o jesuíta Antônio Vieira, em carta ao próprio Copaúba, dizia que “por não saberdes ler nem escrever se fingem cartas em vosso nome” (BPL, PBA Cód. 645,

49 O requerimento de Francisco de Souza e a certificação do governador constam em anexo ao requerimento do índio Inácio Coelho para o rei D. José I, anterior a 15 de março de 1755 (AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525). Não se sabe se os Souza seiscentistas eram parentes dos Souza setecentistas, mas, apesar de esses últimos referirem parentesco com pais e avós servidores da monarquia, não encontramos mais referências à restauração – ou mesmo conquista.

f. 529). Contudo, as cartas das lideranças das vilas de Cintra – antigo aldeamento do Maracanã, elevado à vila na década de 1750 – e, talvez, Porto de Mós aparentemente pareciam ter sido escritas pelas próprias mãos desses índios – a julgar pela grafia, assinatura e conteúdo. Essas cartas foram elaboradas, respectivamente, em 1765 e em 1768, e ambas eram endereçadas ao antigo governador e agora secretário de Estado da marinha e do ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em outras palavras, embora com estratégias diferentes, as lideranças das duas vilas buscavam proximidade com o antigo governador.

Nessa perspectiva, na primeira correspondência mencionada, o principal de Cintra, D. Francisco de Souza de Menezes, que estivera na corte e visava buscar auxílio de Mendonça Furtado contra as “maquinas” armadas por um diretor e um vigário, ainda se apresentava como servidor de V. Maj^{de}. Entretanto, na segunda missiva, um indígena chamado Francisco Xavier de Mendonça Furtado também buscava a ajuda do secretário Mendonça Furtado contra injúrias sofridas – originadas por sua tentativa de se casar com a filha de um morador. Contudo, além de destacar boas relações com o então governador Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772) e não mencionar o rei, solicitava a proibição de injúrias a si e aos seus “patrícios”, no sentido de evitar “abatimento” e “desestima [...] principalmente aos da minha nação”. Se o índio Francisco Xavier de Mendonça Furtado for o referido principal homônimo de Porto de Mós, previamente mencionado, cabe lembrar que seu filho esteve na corte no ano anterior, em 1767 (AHU, Pará, cx. 58, doc. 5219; AHU, Pará, cx. 61, doc. 5457). Em outros termos, a pertença étnica, como tática para manter distância da sociedade colonial, e a proximidade com a monarquia não eram estratégias necessariamente opostas ou assíncronas.

Ao que parece, o caso do principal da vila de Portel, chamado Cipriano Inácio de Mendonça, por um lado, reiterava o que chamamos de tríade estrutural da liderança indígena colonial – serviço, família e nação –, e, por outro, reafirmava a importância do serviço de intermediário junto à força de trabalho indígena livre no novo contexto do diretório, além de indicar a região na qual estava instalada a mesma vila – ao lado das vilas de Melgaço e Oeiras – como particularmente especial para as políticas lusitanas na região. Na verdade, a partir de meados do século XVIII, *grosso modo*, todos os aldeamentos e as vilas indígenas aqui citados, nos quais localizamos lideranças que buscaram proximidade com a monarquia, estavam localizados na Capitania do Pará⁵⁰, tiveram origens no século XVII e, em função das reformas pombalinas dirigidas à região, foram elevados a vilas na década de 1750. Entre estas povoações, constavam Oeiras, Melgaço e Portel, os antigos aldeamentos seiscentistas de Guari-curu (ou Aricuru), Urucará (ou Arucará) e Araticu (ou Araticum), erigidos em vilas

50 Maracanã/Cintra, São José do Igarapé Grande, Nova Del Rey, Conde, Portel, Monte Alegre, Faro e Santarém.

em 1758 e localizados na fértil região da Ilha de Joanes (Marajó) ou proximidades. Durante a segunda metade do século XVIII, no que se refere às povoações indígenas da Capitania do Pará, essas vilas praticamente tornaram-se as mais populosas – em mão de obra –, as mais produtivas – agricultura e, por ventura, extrativismo –, as mais rendosas em dízimos – sobre a mandioca – e/ou as com menores incidências de deserções⁵¹.

No caso de Portel, segundo o estudo de Bárbara Sommer, a vila ainda servia ofertando canoas, índios e/ou gêneros para as mais variadas regiões – Pará, Rio Negro, Belém, Macapá e Mazagão –, o que explicaria, além das características já elencadas, o poder de suas lideranças e a sua capacidade de barganhar junto ao governador e ao diretor (Sommer, 2000, p. 273-282). No interior da vila, como demonstra a autora, conflitos de ordens diversas marcaram o cotidiano da povoação, especialmente os embates e/ou tensões – por vezes revertíveis – entre a liderança Cipriano Inácio de Mendonça e autoridades – principalmente diretores – e entre os próprios índios da vila. Esses conflitos podem ser explicados, respectivamente, pelo costume de o chefe afastar os indígenas dos serviços de particulares e do estado – utilizando-os em seus próprios serviços de agricultura e coleta; e por meio dos conflitos entre os tapijaras e os ariquenas, que em dado momento desertaram para Caiena, e entre os dois grupos integrantes dos mesmos tapijaras – formados pela união de pacajás e curaúns (Sommer, 2000).

Por volta dos anos de 1778 e 1779, uma profusão de papéis em nome de Cipriano Inácio de Mendonça foi enviada ao reino⁵² para embasar sua solicitação por privilégios semelhantes aos de nosso já conhecido Manuel Pereira de Faria, principal de Oeiras e mestre de campo de tropa auxiliar de Belém, a possibilidade de enviar dez indígenas por sua conta nas canoas do sertão – produção extrativa. Essa papelada, tendo em mente que Inácio de Mendonça estivera no reino em 1764 em busca de mercê – tornando-se sargento-mor – e sucedera ao pai Anselmo de Mendonça – índio que unira os curaúns e os pacajás para formar os tapijaras e que fora juiz ordinário da Câmara de Portel – no principalado da vila, visava provar a liderança do chefe sobre muitos índios de sua nação tapijara (“tão numerosa”) – e dos cutiatinga, herdados do pai – e atestar os serviços prestados, sobretudo, à monarquia e ao bem comum da vila, por via da sua capacidade de comando. É importante informar que seu pai, Anselmo de Mendonça, unira os curaúns e os pacajás, para formar os tapijaras, e fora juiz ordinário da Câmara de Portel. O vigário da vila, enfim, classificava Inácio de Mendonça como “regente” de Portel e informava que o principal “tem de

51 Junto às vilas de Pombal, Monte Alegre e Vila Franca e se comparadas às vilas menores em população e recentemente formadas. Ver as informações e dados em Sommer (2000, p. 164). Melo (2022, cap. 2); Rocha (2022, cap. 2).

52 Requerimentos e certidões da Câmara de Portel, do seu vigário, do diretor da vila, do intendente do Estado e um auto de testemunhas.

sua repartição mil setecentas pessoas”, num contexto geral no qual a maioria das concessões de mão de obra era direcionada ao estado e Inácio de Mendonça realizava, recentemente, descimentos (AHU, Pará, cx. 83, doc. 6839)⁵³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornamos, enfim, à história de Manuel Pereira de Faria nessa região tão conturbada e marcada por deserções em áreas de fronteira, conflitos entre autoridades e disputas pelo controle da mão de obra indígena – visto que, provavelmente, o sargento-mor de Portel preso justamente por volta de meados da década de 1780 (a sua segunda prisão)⁵⁴, caso aludido na introdução deste capítulo, era Cipriano Inácio de Mendonça. Lembramos que Pereira de Faria, em dado momento, acumulou as funções de principal de Oeiras, mestre de campo de tropa auxiliar de Belém, por patente régia, e diretor em dois momentos, numa conjuntura de críticas severas – por parte de diversas autoridades e a partir da década de 1770 – aos agentes eleitos como os responsáveis pelo “fracasso” do Diretório dos Índios, isto é, o agente de tutela chamado de diretor. Nesse sentido, rememoramos que a nomeação desse índio justamente como diretor pela segunda vez, em 1790, coincidia com o ano da chegada do governador que – por suas sugestões e críticas – influiria sobre a abolição do próprio diretório, consolidada pela Carta Régia de 1798, Francisco de Souza Coutinho (1790-1803).

Atualmente, o debate sobre o “fracasso” do diretório, que, no passado, acompanhava as fontes no sentido de eleger como culpados os diretores – uma explicação de cunho moral –, já avançou no sentido de destacar o impacto da agência – ou política – indígena sobre tal política indigenista, seja por meio de conflitos bélicos ou pela ação no âmbito burocrático, ou ilustrar a nova configuração de poder apresentada pela política indigenista pombalina (Coelho; Santos, 2013; Sampaio, 2011; Santos, 2002; Sommer, 2000). A história de Pereira de Faria está intimamente relacionada, por um lado, à regulação das tropas militares da América Portuguesa e, por outro, ao destino do diretório, pois sua patente de mestre de campo fora concedida – em 1767 – como res-

53 Antes, enviara ao governador outro requerimento (AHU, Pará, cx. 81, doc. 6646). Sobre o descimento e a solicitação majoritária de índios para serviço do estado, ver: Coelho (2005, p. 360, 375). Nas descrições dos serviços que realizava, destacam-se a concessão e o acompanhamento pessoal de índios para o serviço real. Entre estes, no que se refere à preocupação com as fronteiras e ao perigo das deserções, quando o intendente requisitou trabalhadores do sargento-mor para as obras da Fortaleza do Macapá, recebera 100 índios no “espaço de três dias”, além de o chefe pessoalmente acompanhar as roças “para evitar as fugas que nos mesmos índios são usuais” (AHU, Pará, cx. 83, doc. 6839).

54 Tratava-se de sua segunda prisão. A primeira teria ocorrido entre 1775 e 1776, isto é, pouco antes de sua solicitação por mercês realizada em fins dessa década. Numa devassa que antecedeu a prisão, uma testemunha afirmava que o principal desgostava dos diretores porque, justamente, queria ele mesmo ser diretor (Sommer, 2000).

posta à famosa Carta Régia de 1766, remetida ao Brasil e ao Grão-Pará e Maranhão, visando garantir o alistamento de todos os homens – de “qualidade” ou de “cor” – nas tropas auxiliares e de ordenança. Já a sua nomeação num segundo momento como diretor ocorrera, no início dos anos 1790, após a destituição dos diretores das vilas de Portel, Oeiras e Melgaço (Sommer, 2000, p. 304-305).

Os conflitos envolvendo a distribuição da mão de obra ocorridos na região, em algum grau, certamente impactaram esse desfecho e ajudam a pensar a política indigenista a partir de então, visto que, em Oeiras, o agente de tutela passou a ser o próprio principal! Assim sendo, por um lado, o caso de Pereira de Faria parecia ser distinto da maioria dos demais principais analisados ao longo do texto, visto que desconhecemos os serviços que prestara ou a linhagem à qual pertencia para acumular os cargos mencionados – principal, mestre de campo e diretor –, não sabemos sua nação ou se aturara junto a ela para obter benesses, e, finalmente, sua patente de mestre de campo o vinculava à capital/capitania, e não a uma vila indígena específica⁵⁵. Por outro lado, nos conflitos cotidianos, em última instância, o mesmo chefe regulava a pressão do mundo colonial sobre os indígenas da região – recorrendo, de alguma forma, à rainha quando a pressão extrapolou os limites que julgou aceitável. Em outras palavras, apesar de talvez não integrar linhagens conquistadoras e/ou restauradoras, a função de intermediar os demais índios e o mundo colonial perdurou no novo contexto, no qual, pelo diretório e diferente do que estipulava o Regimento das Missões de 1686, o principal finalmente tomava – ou retomava⁵⁶ – para si a função de conceder – por portaria dos governadores – os trabalhadores indígenas livres aos moradores.

Em outras palavras, a história desse índio está assentada em uma tradição construída conjuntamente pelas lideranças indígenas e pela monarquia, ao longo dos séculos XVII e XVIII, na qual o reconhecimento da qualidade dessas lideranças pela monarquia lhes permitia disputar o comando dos aldeamentos frente aos agentes de tutela instituídos pelo próprio poder estatal – missionários e diretores –, bem como diante da sociedade local e das mais altas autoridades – a exemplo dos governadores Luís de Magalhães, nos anos 1600, e Martinho de Souza e Albuquerque, nos anos 1700. O fim dessa longa jornada, com a Carta Régia de 1798, significou – teoricamente e com determinados limites – o fim da própria tutela por um agente exte-

55 Situação, aliás, semelhante à do mestre de campo de um dos terços de ordenança de Belém, Lázaro de Vasconcelos, o qual pouco conhecemos, mas recebeu tal patente do governador no contexto da Carta Régia de 1766, solicitou a confirmação do rei e angariou a patente régia em 1769 (AHU Pará, cx. 63, doc. 5518; ANTT, RGM, D. José I, liv. 22, f. 347). Com Magú de Deus, que, ao contrário desses dois, recebera o posto referente a uma nação específica na primeira metade do século XVIII, são esses os três mestres de campos indígenas que, para a Amazônia colonial e até agora, conhecemos.

56 Lembramos que, por lei de 1653, o principal detinha o governo e a função de conceder os indígenas livres do aldeamento, prerrogativa que os líderes indígenas não mais passaram a exercer nas principais leis indigenistas promulgadas posteriormente.

rior, pois, por essa legislação, o governo dos Corpos de Milícias – a ser formado por habitantes de certo distrito – era cedido aos principais e aos oficiais das povoações – brancos ou índios –, e a contratação dos trabalhadores ocorria por via do contato (ajuste) direto entre índios e contratantes⁵⁷.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

Avulsos do Pará

Atestado do vigário de Oeiras, José da Veiga, de 5 de julho de 1785, em anexo à carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, a rainha D. Maria I. 26 de julho de 1786, AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572.

Aviso em anexo ao requerimento do índio Inácio Coelho. Anterior a 15 de março de 1755. AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525.

Carta do capitão mor do Pará Sebastião Lucena de Azevedo para o rei. Belém 1 de janeiro de 1647. AHU, Pará, cx. 1, doc. 63.

Carta do governador Inácio Coelho da Silva ao príncipe regente. Pará, 10 de abril de 1681. AHU, Pará, cx. 3, doc. 191.

Carta do índio principal Antônio da Costa Marapirão. Pará, 2 de setembro de 1649. AHU, Pará, cx. 1, doc. 75.

Carta do governador José da Serra ao rei D. João V. Pará, 21 de setembro de 1735. AHU Pará, 1672, cx. 18, doc. 1671

Carta do mestre de campo e principal da vila de Oeiras, Manuel Pereira de Faria, para a Rainha D. Maria I. Pará, 1º de março de 1785. AHU, Pará, cx. 94, doc. 7484.

Carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro Martinho de Souza e Albuquerque a rainha D. Maria I. 26 de julho de 1786, AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 19 de fevereiro de 1 de 1691. AHU, Pará, 1672, cx. 3, doc. 290.

Ofício de D. Francisco de Souza e Menezes para o Secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 24 de junho de 1765. AHU, Pará, cx. 58, doc. 5219.

Ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 28 de dezembro de 1768. AHU, Pará, cx. 61, doc. 5457.

Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 26 de novembro de 1753. AHU, Pará, cx. 35, doc. 3307.

57 Em casos excepcionais, o ouvidor também atuaria no manejo da mão de obra.

Requerimento do principal Manuel Pereira de Faria ao rei D. José I. Anterior a 17 de junho de 1771. AHU, Pará, cx. 67, doc. 5752.

Certidão do principal de Oeiras e Mestre de Campo da tropa auxiliar de Belém, Manuel Pereira de Faria, de 5 de julho de 1786, em anexo à carta do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, a rainha D. Maria I. 26 de julho de 1786, AHU, Pará, cx. 95, doc. 7572.

Requerimento de Francisco de Souza e certificação do governador. Anexo ao requerimento do índio Inácio Coelho para o rei D. José I. Anterior a 15 de março de 1755. AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525.

Requerimento de Silvestre Francisco de Mendonça Furtado ao rei D. José I. Anterior a 17 de janeiro de 1767. AHU, Pará, cx. 60, doc. 5310.

Requerimento do índio Inácio Coelho para o rei D. José I. Anterior a 15 de março de 1755. AHU, Pará, cx. 38, doc. 3525.

Requerimento do índio Romão Vieira para a Rainha D. Maria I. Anterior a 31 de janeiro de 1787. AHU, Pará, cx. 96, doc. 7626.

Requerimento do principal Manuel Pereira de Faria ao rei D. José I. Anterior a 17 de junho de 1771. AHU, Pará, cx. 67, doc. 5752.

Requerimento do sargento mor da vila de Portel Cipriano Inácio de Mendonça à rainha D. Maria I. Anterior a 27 de outubro de 1778. AHU, Pará, cx. 81, doc. 6646.

Requerimento do sargento mor da vila de Portel Cipriano Inácio de Mendonça à rainha D. Maria I. Anterior a 7 de setembro de 1779. AHU, Pará, cx. 83, doc. 6839.

Requerimento dos índios das vilas citadas ao rei D. José I. Anterior a 4 de julho de 1764. AHU, Pará, cx. 57, doc. 5143.

Avulsos do Maranhão

Carta do governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao rei D. João IV. São Luís, 20 de maio de 1647. AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 213.

Carta do governador João de Abreu Castelo Branco ao rei D. João V. Belém, 14 de outubro de 1739. AHU, Maranhão, cx. 25, doc. 2604.

Carta do vigário geral do Estado do Maranhão Mateus de Sousa Coelho para o rei D. João IV. São Luís, 19 de maio de 1647. AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 211.

Carta do vigário geral do Estado do Maranhão, Mateus de Souza Coelho, ao rei D. João IV. Lisboa, de 1747. AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 218.

Carta provisão do rei D. João IV ao governador do Estado. Lisboa, 20 de julho de 1646 ou 1647. AHU, Maranhão, cx. 2, doc. 198.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 15 de janeiro de 1648. AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 236.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 3 de outubro de 1648. AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 268.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 30 de maio de 1656. AHU, Maranhão, cx. 4, doc. 378.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 30 de abril de 1732. Lisboa, 30 de abril de 1732. AHU, Maranhão, cx. 19, doc. 1977.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 8 de maio de 1741. AHU, Maranhão, cx. 26, doc. 2691.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV. Lisboa, 3 de setembro de 1755. AHU, Maranhão, cx. 3, doc. 369.

Requerimento do índio Lourenço Gama ao rei D. João V. Anterior a 14 de janeiro de 1723. AHU, Maranhão, cx. 13, doc. 1356.

Arquivo Público do Estado do Pará

Livro de Sesmaria 3, f. 147v.-148.

Livro de Sesmaria 4, f. 83v.

Livro de Sesmaria 6, f. 149.

Livro de Sesmaria 7, f. 129.

Outras

Arquivo Nacional Torre do Tombo. Habilitação da Ordem de Avis, Letra F, m. 1, n. 17.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, D. José I, liv. 24, fl. 306.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, D. José I, liv. 22, fl. 347.

Carta de Antônio Vieira a Lopo de Souza. Mortigura, 22 de janeiro de 1661. BPL, PBA 645, f. 529.

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado à Sebastião José de Carvalho e Melo. Mariuá, 20 de julho de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. t. 2. p. 779.

Carta de frei Cristóvão de Lisboa. Lisboa, 29 de outubro de 1647. In: AMORIM, Maria Adelina. *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa: CEHR, 2005. p. 275-277.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV. Lisboa, 27 de julho de 1662. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. t. 13. 1983, p. 379-390.

Livro Grosso do Maranhão. ABNRJ, vol. 66, 1948.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. t. 2.

Patente do índio Eugênio Monteiro. Cópias de documentos da câmara de Ega. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), II – 32, 16, 41, p. 19.

Regimento do governador Francisco Coelho de Carvalho. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Cód. 7627, f. 145-147v.

Traslado do registro de uns papéis [...] (dossiê contra o padre Antônio Vieira). Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina cód. 645, fl. 525-535.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Adelina. *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa: CEHR, 2005.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983. p. 129-167.

BRAUN, João Vasco Manuel. Roteiro Corográfico da viagem que o Illmo e Exmo Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general do Estado do Grão-Pará, determinou fazer ao rio Amazonas [...]. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 291-335, 1849.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos Gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Curitiba: CRV, 2017.

CHAMBOULEIRON, Rafael. *Em torno das missões jesuíticas na Amazônia (século XVII)*. 2. ed. Lisboa: Lusitana Sacra, 2003. n. 15.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Portuguese Colonization of the Amazon region, 1640-1706*. 2005. Thesis (PhD in History) – Faculty of History, University of Cambridge, Cambridge, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Os jesuítas e o “aumento e conservação” do Estado do Maranhão e Pará (séc. XVII). *Clio*, Recife, v. 1, n. 27, p. 76-104, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Ruralidades indígenas na Amazônia Colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 167-200, 2013.

- COELHO, Mauro César. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COELHO; Mauro; SANTOS, Rafael Rogério. Monstruoso Systema (...) intrusa e abusiva jurisdição: o Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). *Revista História*, São Paulo, n. 168, p. 100-130, 2013.
- COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817. *Diálogos*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 39-50, 2017.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FERREIRA, André Luís. *Injustos Cativos: os Índios no tribunal da junta das missões no Maranhão*. Belo Horizonte: Caravana, 2021.
- KIEMEN, Mathias. *The indian policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington D. C.: Catholic University of America Press, 1954.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. t. 3.
- MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia Portuguesa. *Clio*, Recife, v. 1, n. 27, p. 46-75, 2009.
- MELO, Vinícius Zúñiga. *Os Diretores de Povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios*. Belo Horizonte: Caravana, 2022.
- MOTA, Célio. O Terço de Henrique Dias na Bahia setecentista: construindo uma tradição. *Revista Ultramares*, Maceió, v. 4, n. 8, p. 150-178, 2015.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar: 2001.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 115-132.
- ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ROCHA, Rafael Ale. O aldeamento do Maracanã: os índios e a sociedade colonial na capitania do Pará (século XVII). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-14, 2021a.

ROCHA, Rafael Ale. O principal Antônio da Costa Marapirão. Políticas indígenas e políticas indigenistas na Amazônia Portuguesa (século XVII). *História*, São Paulo, v. 40, p. 1-25, 2021b.

ROCHA, Rafael Ale. *Os Oficiais Índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência* (1751-1798). Curitiba: CRV, 2022.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c.1755-c.1823*. Manaus: Edua, 2011.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: EDUA, 2002.

SILVA, Luís Geraldo. Sobre a etnia crioula: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América Portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato; GONÇALVES, Andréa; CHAVES, Cláudia (org.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71-96.

SILVA, Luís Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 111-144, 2013

SOMMER, Bárbara. *Negotiated Settlements: native amazonians and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. 2000. Thesis (Ph.D. in History) – University of New Mexico, Albuquerque, 2000.

STUDART, Barão de. *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1921. v. 4.

VIANA, Wania. *Gente de Guerra, Fronteira e Sertão: Índios e Soldados na Capitania do Pará* (Primeira Metade do Século XVIII). São Paulo: Livraria da Física, 2021.

VIANA, Wania. As patentes militares e o serviço indígena na capitania do Pará (segunda metade do século XVIII). In: LIMA NETO, João Raimundo (org.). *Instituições, agentes e dinâmica colonial no vale amazônico (séculos XVII e XVIII)*. Belém: Cabana, 2023a. p. 188-202.

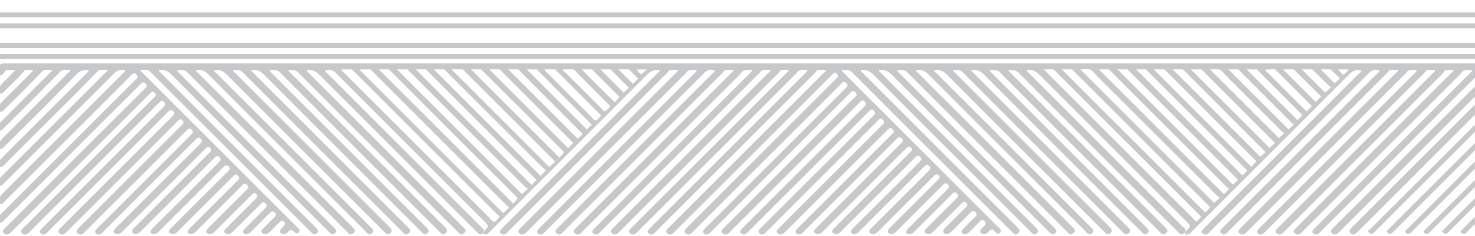
VIANA, Wania. Os indígenas e o militarismo luso no Estado do Grão-Pará e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 10, n. 1, p. 109-125, 2023b.

VIEIRA, Antônio. *Cartas: reunidas por João Lúcio de Azevedo*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

VIEIRA, Antônio. Resposta aos capítulos de Sampaio Carvalho... In: VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas. Prefácio e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade*. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1951. v. 5. p. 175-315.

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, António M. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António M. (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998a. v. 4. p. 113-140.

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, António M. As redes clientelares. In: HESPANHA, António M. (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998b. v. 4. p. 339-349.



CAPÍTULO 9

FUGAS INDÍGENAS E CONTROLE METROPOLITANO PORTUGUÊS PELOS RIOS DA AMAZÔNIA COLONIAL TOCANTINA

VINÍCIUS ZÚNIGA MELO

INTRODUÇÃO

O presente capítulo terá como foco destacar uma das maneiras a que os povos indígenas respondiam a situações que consideravam danosas a si durante a vigência da Lei do Diretório dos Índios na Amazônia colonial: a fuga pela vasta rede hidrográfica. Até os dias de hoje, a região amazônica tem como característica de sua paisagem natural a presença maciça de rios, sendo o principal deles o Amazonas, que servem como meios de locomoção pelo interior das florestas e territórios, e cujas margens são secularmente habitadas por milhares de pessoas, desenvolvedoras de atividades econômicas diversas e fundamentais para os seus sustentos. Por viverem em suas margens, em áreas de várzea, isto é, em locais que sofrem inundações periódicas pelos rios, essas comunidades foram as primeiras a manterem o contato com os colonizadores europeus quando chegaram no que, hoje, conhecemos como Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira, e, conseqüentemente, as primeiras também a serem por eles dizimadas (Porro, 1995).

Porém, este estudo tem um recorte espacial específico: a Amazônia colonial tocantina. Em outras palavras, a atenção será voltada, aqui, para a fuga de indígenas por rios que entrecruzavam as povoações de Cametá, Acará, Moju, Igarapé-Miri, Abaeté, Baião... vilas e lugares que, ao longo do tempo, passaram por diferentes

estatutos administrativos, e que, nos dias de hoje, se constituem em municípios do estado do Pará, conformando-se em uma região popularmente conhecida por Baixo Tocantins¹. Pois bem, veremos o quão intensas eram as fugas de indígenas nessa parte do território da Capitania do Pará, as quais se valiam de uma imensa rede hidrográfica que, curiosamente, era povoada, desenvolvida, em termos de atividades econômicas, e transitada para fins comerciais, mas que também era uma área onde as autoridades portuguesas tinham enormes dificuldades de supervisionar, em função da sua grandeza e da baixa presença colonizadora em algumas de suas partes. Um importante rio dessa região, sem dúvida, era o Rio Tocantins – e seus afluentes –, que tem sua nascente no Centro-Oeste do território brasileiro e a sua foz no estado do Pará.

Portanto, entendemos a fuga pelos rios que cruzavam a Amazônia colonial tocantina como uma das muitas respostas possíveis dos povos indígenas ao Diretório dos Índios (1757-1798). Tal resposta significava uma estratégia temporária ou definitiva que poderia visar, ao mesmo tempo ou não, a um distanciamento da sociedade colonial e suas violências, ou à busca por um estilo de vida que poderia ser considerado mais vantajoso. Longe de ficar alheia a essas fugas, a Coroa Portuguesa constantemente buscou criar estratégias para impedi-las, até para responder às pressões de colonos, que se sentiam prejudicados pela perda da força de trabalho. Para os resultados aqui alcançados, foram pesquisados documentos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)², os quais foram analisados em conjunto com a leitura bibliográfica que versa sobre a temática do Diretório dos Índios, história indígena e do indigenismo e o Tocantins colonial.

ATIVIDADE AGRÍCOLA E PROTAGONISMO INDÍGENA NO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

O Diretório dos Índios, em seu Parágrafo 17, instruía os diretores – administradores dos povos indígenas aldeados em povoações portuguesas – a estimularem os seus tutelados à atividade agrícola no interior das vilas e lugares onde residiam. Por meio do cultivo em suas próprias roças, a população nativa teria condições de manter os seus sustentos tanto pelo consumo dos gêneros produzidos quanto pelo comércio do excedente (Diretório, 1758, §17 *apud* Almeida, 1997). A agricultura, o comér-

1 A nomenclatura oficial adotada pelo estado do Pará à região popularmente conhecida por Baixo Tocantins é Região de Integração (RI) do Tocantins, que engloba dez municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia. Ver em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-acoes-governamentais#249>.

2 Os documentos do AHU, mais especificamente dos avulsos da Capitania do Pará, foram obtidos por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

cio, assim como o aprendizado da língua portuguesa entre os povos indígenas eram estratégias contidas na Lei do Diretório, e vistas pelo governo luso como formas fundamentais para que os indígenas alcançassem a “civilização” até reunirem as devidas condições para se tornarem vassalos da Coroa Portuguesa, como qualquer outro colono, e exercentes de direitos como, por exemplo, a ocupação de cargos públicos – medidas fundamentais para os planos metropolitanos de estimular o povoamento e a economia na região amazônica (Almeida, 1997; Coelho, 2005; Domingues, 2000).

Parte da historiografia referente ao diretório reserva alguns de seus esforços para dimensionar até que medida os dispositivos dessa lei foram exitosamente cumpridos, entre eles, o de estímulo à agricultura. A análise, de modo geral, mostra-se negativa. Maria Regina Celestino de Almeida (1990), por exemplo, defende que o desenvolvimento agrícola conforme as expectativas geradas fracassou em função de ser contraditório à realidade amazônica: voltada para o extrativismo e para onde o indígena plantava para a própria subsistência e necessitava sair de suas terras para atender a demandas por mão de obra de colonos e do Estado. Além disso, ainda de acordo com a autora, especialmente na Capitania do Pará, questões relacionadas à pobreza dos moradores para a compra de pessoas escravizadas vindas do continente africano também foram fatores que contribuíram para o insucesso do plano.

Rita Heloísa de Almeida (1997) considera que uma série de fatores contribuiu para que os objetivos da Coroa Portuguesa com o diretório não saíssem conforme o planejado: epidemias, deserções de povos indígenas, práticas abusivas dos diretores, e, em se tratando especificamente da agricultura, a autora argumenta que a maioria dos povos indígenas arregimentados pelos colonizadores no período eram habitantes da terra firme e, conseqüentemente, não acostumados com a atividade intensa do plantio. Maria de Nazaré Angelo Menezes (2000a) segue uma linha interpretativa semelhante ao analisar o sistema agrário colonial no próprio Vale Tocantino na segunda metade do século XVIII. Para a autora, a agricultura mercantil vislumbrada pela Coroa à época, voltada para a exportação, não se efetivou, ao não considerar a realidade física e social local, como fatores climáticos inadequados e o não devido aproveitamento de técnicas e conhecimentos indígenas. Não à toa, houve, no período, uma diminuição da atividade econômica e da produção alimentícia (Angelo Menezes, 2000a)³.

De fato, ao nos voltarmos para as produções no interior das vilas e lugares, ao tempo de vigência do Diretório dos Índios na Capitania do Pará, continuaremos a ter uma predominância da produção extrativa frente à agrícola. Em pesquisa rea-

3 Maria de Nazaré Angelo Menezes possui importantes estudos sobre a Amazônia colonial tocantina. Em um deles, a autora arrola uma série de documentos contidos no APEP que dão conta de aspectos da produção agrícola e extrativa de povoações dessa região. Nesse rol, constam a data, a localização no arquivo, a povoação e uma síntese de cada documento (Angelo Menezes, 2000b). Constitui-se como importante guia para os pesquisadores que buscam estudar o Tocantins colonial.

lizada anteriormente, levando em conta os anos de 1777 a 1781, 1788 e 1792, os rendimentos extrativos somados das povoações de índios superaram e muito os rendimentos provenientes do cultivo (Melo, 2022). O economista Francisco Assis Costa traz, ainda, dados mais detalhados a respeito desse ponto. De acordo com o autor, o projeto de desenvolvimento agrícola previsto pela Coroa Portuguesa, por meio da implantação de políticas como o Diretório dos Índios e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1755 e 1777, não surtiu os efeitos esperados dentro das povoações, ao que ele denomina de “diretórios”, na medida em que os produtos extrativos continuaram a ocupar a maior parte das exportações. Porém, levando em consideração a produção de colonos em suas terras, com uso do trabalho escravizado africano, no final do período em questão, os gêneros agrícolas respondiam a quase 50% das exportações saídas desse setor, enquanto havia uma queda anual dos produtos coletáveis (Costa, 2010). Essa participação agrícola, inclusive, tende a aumentar na medida em que o diretório vai chegando ao seu fim, de modo que o autor afirma que, “apesar de o passado extrativista se afirmar na realidade da gestão pombalina, o projeto agrícola produz heranças, planta sementes” (Costa, 2010, p. 200).

Sem dúvida, uma região da Capitania do Pará que contribuiu decisivamente para o aumento da produção agrícola em terras particulares foi a Amazônia colonial tocantina. Em suas vilas e lugares, temos uma característica social e econômica marcada pela distribuição de terras a colonos, onde foi desenvolvido o cultivo de produtos com ampla utilização não só da mão de obra indígena, mas também africana. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2010), ao tratar da formação histórica e suas territorialidades em determinadas regiões do Pará, para o Tocantins colonial, a autora frisa a existência de um sistema de *plantation*, com destaque, primeiramente, para a produção de cacau e, depois, de cana-de-açúcar em fazendas e em engenhos, com usufruto dos trabalhos indígena e africano. Tal característica socioeconômica, de certo modo, se estende até o século XIX. Juliana dos Nascimento Medeiros (2019), trabalhando com as regiões da Zona Guajarina e do Baixo Tocantins entre os anos de 1810 e 1850, aponta que a mão de obra escravizada se fazia mais presente em áreas rurais do que em espaços urbanos, e, embora estivesse espalhada em pequenos sítios e em engenhos bem equipados, estava concentrada nas terras dos grandes proprietários.

É bem verdade, porém, que o estímulo à prática agrícola nas capitanias do Pará e Maranhão não iniciou apenas com a Lei do Diretório dos Índios, e, menos ainda, a própria realização da atividade de cultivo. Esse é um ponto que Rafael Chambouleyron já busca trazer há alguns anos. Referindo-se a meados do século XVII até os primeiros anos do século XVIII, o autor argumenta que a colonização da região, desde essa época, perpassou diretamente pela existência de capitanias privadas, cujos donatários possuíam poderes, concedidos pela Coroa, de fundar vilas e de distribuir

sesmarias com o intuito de desenvolvimento da terra. Essa agricultura inclusive contava com estímulos da metrópole, na medida em que, por exemplo, donos de engenhos e produtores de tabaco e cacau recebiam dela incentivos, como isenções fiscais, mercês e outros privilégios (Chambouleyron, 2010). Aliás, ainda segundo o autor, na primeira metade do século XVIII, houve, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, uma proliferação de doação de sesmarias relativamente não extensas, nas quais se fizeram presentes a existência de uma policultura e a coexistência dos trabalhos indígena e africano, e que, embora não ficasse restrita somente a ela, beneficiou a consolidação de uma elite proprietária de terras espalhadas em diferentes espaços e residente em Belém (Chambouleyron, 2012).

A utilização dos trabalhos indígena e africano em propriedades de particulares, especialmente no Tocantins colonial, continuou durante a vigência do Diretório dos Índios. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) foi fundamental para o aumento da entrada de africanos escravizados para essa finalidade (Bezerra Neto, 2012). O secretário de Estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicou ao governador do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, que a junta da administração da companhia estava trabalhando eficazmente na introdução de africanos para atuarem, especificamente, nas lavouras do estado. Além disso, o secretário solicitou ao governador para que ele ordenasse aos administradores da companhia que a venda dessas pessoas escravizadas ocorresse para lavradores e para donos de engenhos, e não para quem viesse os manter ociosos (APEP, código 103, D. 27).

Quanto ao uso do trabalho indígena dentro das lavouras dos particulares, o diretório previa o fornecimento dessa mão de obra de dentro das povoações de índios, mediante portaria do governador, constando o número de trabalhadores a serem fornecidos e o tempo dessa concessão. Os principais – lideranças indígenas reconhecidas pela Coroa Portuguesa –, em seu envio para os colonos, deveriam obedecer a esse número. A lei previa que metade dos indígenas de uma povoação, de idade entre 13 e 60 anos e em condições de trabalho, deveria ser reservada para ficar a serviço de particulares, que poderiam utilizá-los no extrativismo e na agricultura. Considerados oficialmente livres, os moradores teriam que pagar antecipadamente pelo uso do trabalho do indígena, e que, caso este viesse a fugir, eles seriam restituídos em dois terços do valor (Diretório, 1758, § 59-70 *apud* Almeida, 1997).

No entanto, uma coisa foi a letra da lei, e outra bem diferente foi a prática. O modo como o indígena reagiu, inseriu-se, tirou proveito dessa nova realidade de distribuição da sua mão de obra e mesmo dessa sua nova realidade, vivendo sob os ditames da Lei do Diretório, é algo que a historiografia já vem há algum tempo tratando. Nas últimas décadas, muitos desses trabalhos vêm realçando o protagonismo indígena no contexto de vigência da lei, a partir de diferentes evidências documentais. Em outras palavras, tais estudos vêm elencando situações demonstrativas de capacidade de mobilização e

articulação indígena, visando à satisfação de interesses pessoais ou de grupos específicos, sem, com isso, desconsiderar as diversas formas de violência em relação às quais, ainda assim, foram alvos. Tal protagonismo não iniciou e nem terminou com o diretório, mas se estendeu ao longo dos tempos, como no século XIX, período para o qual Márcio Couto Henrique (2013) alerta sobre a existência de poucos estudos referentes aos povos indígenas na região amazônica. Para esse contexto, por exemplo, o autor destaca que se, de um lado, o governo do Pará sabia da importância de doar objetos a indígenas, para atrai-los ou para mantê-los nos aldeamentos missionários, os chamados “brindes”, por outro, esses sujeitos sabiam que a administração provincial os queria por perto e, por isso, demandavam esses brindes, dos quais se apropriavam a partir de uma lógica própria (Henrique, 2013).

Voltando para a segunda metade do século XVIII, Ângela Domingues (2000), Mauro Cezar Coelho (2005) e Rafael Rogério dos Santos (2012) argumentam que se, por um lado, a Coroa Portuguesa buscou inserir os indígenas na sociedade colonial, fornecendo-lhes direitos, na medida em que passassem por determinado processo “civilizatório” – conforme já elencado anteriormente –, por outro, essas populações nativas também teriam buscado essa inserção, ao vislumbrarem a obtenção de ganhos nas povoações portuguesas. No interior delas, a todo momento buscavam fazer valer as suas vontades pessoais, realizando fugas temporárias ou não, denunciando à Coroa Portuguesa o que consideravam ser injustiças, negando-se a um trabalho em favor de outro, mantendo suas práticas culturais anteriores ao contato, entre outras ações.

Muitos indígenas também, ao passarem por determinado grau de inserção na sociedade colonial, conseguiram obter mobilidade social mediante a ocupação de cargos, como o de principal, o de oficialato militar, e, nas câmaras, com chancela da Coroa Portuguesa, e que dessas funções se valiam para obtenção de ganhos pessoais e/ou de aliados. Portanto, a partir da sociedade do diretório, passou a haver uma acentuação da hierarquia entre os próprios indígenas aldeados, sendo que aqueles ocupantes de postos oficiais fariam parte de uma elite desse grupo (Ale Rocha, 2009; Domingues, 2000; Fontenele, 2008; Sampaio, 2012). Em trabalho anterior, buscou-se destacar uma numerosa e atuante presença indígena, inclusive no Tocantins colonial durante o período do diretório. Esses agentes serviam como mão de obra em diferentes atividades locais, reagiam a situações que consideravam prejudiciais, ocupavam postos de poder e reivindicavam à Coroa o direito de trabalhar onde quisessem. No entanto, essa lei, e sua política de incentivo à mestiçagem, é compreendida, também, como uma das razões que ocasionou a invisibilidade e, consequentemente, a diminuição dos povos indígenas na região que hoje conhecemos por Baixo Tocantins (Melo; Oliveira, 2022).

Durante a Lei do Diretório, portanto, o trabalho indígena continuou a ser visto pela Coroa Portuguesa como fundamental no interior das povoações e das terras dos

colonos – além, é claro, nos próprios empreendimentos da sua administração. José Alves de Souza Junior (2009), analisando as “tramas do cotidiano” envolvendo os diferentes sujeitos presentes nos aldeamentos antes e depois do diretório, defende que, a partir da vigência dessa lei, a condição de vida dos indígenas aldeados piorou em relação ao tempo em que estavam sob a tutela das ordens missionárias, na medida em que ficaram expostos ainda mais à violência de agentes colonizadores, como diretores e colonos donos de terra.

Na mesma proporção, Souza Junior (2009) realça que as resistências indígenas aumentaram por meio de fugas, formação de quilombos, desobediências e revoltas dentro das vilas e lugares. Décio Guzmán e Leonardo Raiol Junior (2019) seguem uma linha interpretativa semelhante, ao apontarem que, entre 1750 e 1765, com as políticas de reorganização do uso do trabalho indígena na Capitania do Pará, tornando-o oficialmente livre, esses sujeitos continuaram a ter a sua mão de obra constantemente utilizada em diferentes segmentos, reagindo, por outro lado, a situações que consideravam nocivas, como por meio de fugas.

Em se tratando, especificamente, da Amazônia colonial tocantina, temos uma vasta rede hidrográfica que servia como um corredor de fuga extremamente importante para os povos indígenas, como também, é claro, para todos aqueles que, de algum modo, queriam escapar dos ditames da administração portuguesa, de colonos ou de qualquer outra situação considerada desvantajosa. São sobre essas fugas de indígenas por meio dos rios que cortavam essa região que trataremos no tópico seguinte, e que tanto atormentavam autoridades e moradores, por se tratar de vias que poderiam até mesmo ser de trânsito proibido e/ou cujas margens eram pouco habitadas e fiscalizadas. Não à toa, paralelamente, a Coroa Portuguesa tinha que adotar medidas para coibi-las.

A MALHA HIDROVIÁRIA DO TOCANTINS COLONIAL COMO ESPAÇO DE FUGAS E DISPUTAS

Em 27 de novembro de 1780, o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, envia um ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, solicitando que seja mostrada à rainha D. Maria I a planta da nova fortaleza do Rio Tocantins, mandada ser construída por ele em sua margem oeste, a algumas distâncias do lugar de Baião e anexada no lugar de Alcobaça. O motivo da construção era “[...] a contínua deserção de Escravos, Índios e Soldados que se evadiam por esta Porta franca para as Capitanias Superiores”. De acordo com o governador, o trabalho da fortaleza já vinha surtindo os efeitos desejados, pois muitos escravizados estavam buscando asilo em Belém após as suas fugas não terem tido o êxito esperado.

Telo de Meneses demonstra, ao longo do documento, uma preocupação muito grande quanto à presença de indígenas fugidos e ainda não aldeados às margens do Tocantins. Não à toa, disse ele, que, antes mesmo do início das obras da fortaleza, na mesma margem, mandou construir uma povoação que ficava a três dias de viagem de Baião, denominada de São Bernardo, e que contou, para tanto, com a “Principal Dona Maria Filipa Aranha”, que estaria vivendo amocambada, e “sem utilidade alguma do Estado, ou do Público”, com mais de 300 pessoas, e que passaram a viver “voluntariamente” na referida localidade. O governador cita, também, a fundação de uma povoação no distrito de Salinas, e afirma que esses novos estabelecimentos não vêm “distraindo um só índio aldeado das antigas Vilas”, muito pelo contrário: suas medidas vêm sendo eficazes para levar muitos indígenas fugitivos de volta para vilas e lugares de onde saíram. Por fim, em demonstração da importância da obra no Rio Tocantins, Telo de Meneses pede que a rainha conceda ao sargento-mor e engenheiro João Vasco Manoel Braum a patente de coronel de artilharia, com o seu respectivo soldo, por ter sido responsável pelo plano da fortaleza do Rio Tocantins, assim como seria da sua própria execução, além da supervisão e da reedificação das demais fortalezas do estado (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 87, D. 7087).

Certamente, poderia haver algum exagero na fala do governador acerca dos efeitos práticos da construção da fortaleza e das povoações no tocante à supervisão e ao recolhimento de indígenas pelo Rio Tocantins. Afinal de contas, nada mais do que compreensível pensarmos que ele enalteceria as suas ações junto à Coroa Portuguesa. No entanto, esse ofício serve para demonstrar dois pontos: a fuga de indígenas pelo Rio Tocantins dava enormes preocupações à administração lusa e, na mesma proporção, ela tentava responder a esse problema, seja por meio da criação de fortalezas, seja por meio da criação de novas povoações. Aparentemente, criar estabelecimentos portugueses, povoá-los e incentivá-los economicamente era uma preocupação da metrópole para deixar o imenso Rio Tocantins cada vez mais sob o seu controle, principalmente nas áreas mais distantes de vilas e lugares de colonização mais consolidada. Júnia Ferreira Furtado (2016), baseando-se em documentos escritos e iconográficos da primeira metade do século XVIII, discute as formas de colonização tanto transitórias quanto permanentes que se estabeleceram no Rio Tocantins, desde a sua nascente até a sua foz. De acordo com a autora, tais formas perpassavam pela existência de fazendas, povoados – muitos deles, com o tempo, abandonados –, atividades mineradoras... em um cenário em que os acidentes geográficos eram desafiadores e a presença indígena era sempre ameaçadora.

Conforme dito no tópico anterior, a Amazônia colonial tocantina se caracterizava por ser uma região de expressiva presença agrícola em terra particulares, com uso da mão de obra indígena e africana. Era sempre uma preocupação dos donos dessas terras a garantia do trabalho indígena em suas lavouras e engenhos, assim como para outras atividades. Não por outro motivo, pairavam sobre eles acusações e

suspeitas de se valerem dessa força de trabalho indevidamente, como demonstram os dois casos a seguir.

Em 1775, na vila de Cametá, Pedro Alexandrino Guedes demonstra toda a sua insatisfação ao governador do Estado em relação ao diretor de Baião, João Pedro Marçal da Silva, que o acusou de ter sob sua guarda vários indígenas desse lugar, além de usufruir de alguns deles, que pertenciam ao seu falecido pai, sem estar devidamente portariado. Guedes, em relação à primeira crítica, afirma que não se tratava de vários, mas apenas de dois nativos que chegaram ao seu sítio em um momento em que ele não estava lá, e que já havia os devolvido para o principal do lugar de Baião. Sobre a segunda crítica, Guedes diz remeter ao governador a portaria que lhe foi dada de fornecimento dos indígenas. O dono do sítio finalizou dizendo que não reconhecia o diretor como seu superior, classificando-o como “homem bastante malévolo, orgulhoso, perturbador e conquistador” (APEP, Códice 112, D. 77). Em 31 de janeiro de 1797, o juiz ordinário de Cametá, Caetano José de Sousa, relata um grande imbróglio envolvendo Luiz José Laborda, provável morador do lugar de Azevedo, e Francisco José de Siqueira, morador de Cametá. Siqueira, em busca de trabalhadores para o transporte de madeira, teria recolhido de Laborda indígenas que este havia obtido juntamente ao diretor de Azevedo. Em protesto, Luiz Laborda pediu ao comandante Hilário Bitencourt que fossem trazidos os nativos que Siqueira teria pegado. Por fim, o parecer do juiz ordinário é favorável a Laborda, pois o morador de Cametá teria se valido dos indígenas sem portaria e sem permissão do diretor (APEP, Códice 526, D. 42).

Acusações de uso indevido do trabalho indígena eram reflexos da disputa em torno dessa mão de obra entre os próprios moradores, que ainda tinham que dividi-la com o Estado e com as próprias povoações, onde deveriam, de acordo com o diretório, passar determinado tempo produzindo para si e para o comércio. É nesse cenário, portanto, que a historiografia, conforme colocado anteriormente, vem realçar as diversas formas de ação e reação da população aldeada em meio a essas quebras de braço, afinal de contas, ela também tinha seus interesses e demandas, muitos dos quais respaldados pela lei. Além disso, quando as ações indígenas significavam fugas das propriedades particulares, esse cenário se agravava para os moradores. Em relação aos colonos da região tocantina, especificamente, as escapadas pelos rios que a banhavam causavam um temor a mais. Se a Coroa Portuguesa, a partir de sua administração ultramarina, criava estratégias para conter essas fugas, como por meio de fortalezas e estabelecimentos de povoações, era muito devido à pressão exercida pelos próprios particulares.

A Câmara de Cametá, anteriormente a 1779, escreveu uma longa carta com destino à rainha D. Maria I, solicitando uma série de questões. Uma delas, e que traria benefícios a todos, segundo os oficiais, era a reabertura do Rio Tocantins, em cuja barra estava localizada justamente a vila de Cametá. De acordo com os oficiais,

o rio se constituía no trajeto mais curto para as minas, e, pelo fato de suas margens estarem repletas de “inumeráveis Nações de Índios”, esses grupos poderiam ser des-cidos para o estabelecimento de novas povoações. Além disso, afirmam que, nas ribeiras do Tocantins e nos rios que nele desembocam, constam minas de ouro e gêneros do sertão para serem extraídos. Por fim, vem a questão que mais interessa a este texto. Os camarários pedem à rainha D. Maria I que ela não permita que alguém navegue no Rio Tocantins sem ser identificado, a fim de evitar as deserções de escravizados por essa via, sugerindo, ainda, que seja colocado “um destacamento de Tropa paga logo na entrada do dito Rio e só assim ficarão sossegados e livres dos gravíssimos danos os colonos” (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 84, D. 6877). Destaca-se que, desde 1730 até a década de 1780, a navegação do Rio Tocantins estava proibida pela Coroa Portuguesa, para conter eventuais fugas de mineradores do interior do Brasil para as capitanias ao norte, e que, desde esse período, constantes eram os pedidos de autoridades administrativas, como os governadores, solicitando a sua reabertura (Barbosa, 2017).

O nosso já conhecido governador José de Nápoles Telo de Meneses, cerca de cinco meses antes de ter enviado ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar informando da construção de uma fortaleza no Rio Tocantins, havia enviado um outro ofício a esse mesmo secretário falando das constantes queixas apresentadas pelos moradores de Cametá “sobre Escravos ausentes e refugiados pelo Rio dos Tocantins”. Em função dessas reclamações, o governador mandou o sargento-mor e engenheiro Euzebio Antonio de Ribeiros e o capitão Henrique João Wilchens averiguarem “o Sítio mais próprio, e cômodo para o Estabelecimento de um registro, que sirva ali de conter, e embaraçar a liberdade com que se acha frequentada somente pelos transgressores a Navegação do dito Rio”. Essa medida, de acordo com ele, beneficiaria as capitanias do Pará, Goiás e Cuiabá (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 86, D. 7003). Não sabemos se o referido registro se trata da mesma fortaleza mandada ser construída por Telo de Meneses. Acreditamos que não, pois os engenheiros citados em cada um dos empreendimentos são diferentes.

Do Rio Acará, em 21 de setembro 1795, o juiz do julgado Antonio José Lima comunica ao governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Sousa Coutinho, que prendeu “três Índios que vinham pelo Rio abaixo fugidos do serviço da Fábrica da madeira e estes os remeto presos a entregar ao comandante que os domina na dita fábrica”. Antonio Lima pede, ainda, esclarecimentos ao governador acerca de uma suposta ordem sua, a de que todos os nativos fugidos dos serviços deveriam ser informados ao juiz do julgado, para que este realizasse as suas prisões (APEP, Códice 526, D. 10). De acordo com Regina Célia Corrêa Batista (2013), a fábrica de madeira do Acará, juntamente com a de Moju e de Cametá, era a que tinha maior produtividade. Nessa obra, aliás, a autora visa destacar o impor-

tante papel desempenhado pela atividade madeireira e os agentes envolvidos nela, na colonização e no povoamento da freguesia do Moju no século XVIII.

Do ano de 1766, da vila de Oeiras vem outro relato de fuga indígena por meio da malha hidroviária. Dessa vez, a denúncia foi feita pelo sargento Francisco Soares da Cunha a Fernando da Costa de Ataíde Teive, à época governador do Grão-Pará e Maranhão. O militar disse que, em rios próximos a Oeiras, se encontravam indígenas fugidos dessa povoação, assim como da vila de Portel, os quais estavam trabalhando a serviço do Estado (APEP, Códice 112, D. 15)⁴.

Já ao final do Diretório dos Índios, o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, em 1797, expressava preocupação ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, quanto à dificuldade de navegação no Rio Japim, que dava acesso ao Rio Tocantins, e no Rio Igarapé-Miri, que dava acesso ao Rio Moju. Ambos se mostravam rasos, não muito largos e com paus em seus fundos, o que levava à perda de embarcações e mercadorias. Por esses motivos, o governador alertava sobre a necessidade de obras, especificamente no Rio Igarapé-Miri, não somente para que houvesse, normalmente, a realização do comércio por essa via, mas também, “essencialmente, por que para a defesa do Estado é aquela passagem de grande importância” (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 109, D. 8590). Baseando-se no histórico de fugas de pessoas pelos rios do Tocantins colonial e nas tentativas da Coroa Portuguesa em dar uma resposta a elas, a preocupação com a defesa alegada no documento muito possivelmente dizia respeito, também, para além da inquietação com invasões estrangeiras no território colonial luso, à busca pelo controle de possíveis rotas de fuga.

Em se tratando especificamente do Rio Tocantins, Carlos Eduardo Costa Barbosa (2017, p. 110-111) diz que os incipientes povoamentos de suas margens, “sommados à imensidão das matas e rede hidrográfica, que escapava ao controle do Estado numa espécie de fronteira aberta, fizeram do rio Tocantins um corredor favorável aos desertores e outros fugitivos que se evadiam em busca de um novo começo”. O autor, em sua obra, porém, vem justamente destacar a presença significativa de pequenos produtores agrícolas ao longo desse rio, que produziam para sua subsistência e geravam, também, excedentes, aproveitados por comerciantes clandestinos que navegavam por essa malha hidroviária e que revendiam os produtos em povoações próximas, e, inclusive, em Belém, para serem posteriormente exportados (Barbosa, 2017).

4 Atualmente, o município de Oeiras do Pará não faz mais parte da RI do Tocantins, e sim da RI do Marajó. No entanto, a cidade era pertencente à primeira RI até janeiro de 2022 (ver Nota de Rodapé 1). Além disso, trata-se de um município localizado muito próximo a cidades do Baixo Tocantins, inclusive fazendo divisa com uma das principais delas, Cametá. Por esses motivos, optou-se, aqui, por trazer documentação referente à vila de Oeiras.

Sendo assim, se as terras em volta do Rio Tocantins e dos demais rios da região possuíam uma importante vocação agrícola, onde suas águas eram utilizadas para o escoamento de mercadorias e pessoas, conforme a historiografia vem realçando, também é de se destacar que grandes áreas suas ainda eram poucos povoadas e com controle administrativo falho. Tal cenário fazia dos rios da Amazônia colonial tocantina, além de espaços comerciais e de mobilidade, rotas de fugas de indígenas. Tais agentes sabiam que estavam diante de uma região vasta, inóspita para muitos, despovoada em vários trechos, sem os olhos de funcionários régios por perto, e que, por tudo isso, era de difícil captura. José Maia Bezerra Neto (2021) destaca a importância dos rios amazônicos como rota de fuga para escravizados de origem africana no século XIX. O autor ressalta que muitos deles fugiam na condição de tripulantes de embarcações ou com a proteção dos demais passageiros. Além disso, vários eram, também, construtores das embarcações utilizadas nas fugas e seus principais guias pelos rios amazônicos, tornando-os agentes que se valiam e se apropriavam das características da natureza local para fins de resistência (Bezerra Neto, 2021).

É válido ressaltar que as fugas de indígenas, e também de africanos, poderiam resultar, constantemente, na formação de quilombos na região do Tocantins colonial, contribuindo ainda mais para a complexidade desse espaço. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2000, 2010) possui estudos com foco para o Acará, realçando, nessa região, a existência de uma desigualdade fundiária e importante presença – embora não somente – da mão de obra escravizada na atividade canavieira. Tais características se estenderam, também, de certo modo, para outras regiões da Amazônia colonial tocantina, em torno de rios como Moju, Capim e Guamá – além do próprio Acará –, ocasionando a existência de uma série de quilombos formados por negros e por indígenas fugidos nos séculos XVIII e XIX (Marin, 2000, 2010).

Flávio dos Santos Gomes (2015) também destaca a existência de quilombos formados a partir de alianças entre indígenas e africanos ao longo da história do Brasil, até pelo fato de ambos terem composto a força de trabalho em diferentes atividades do território. Por outro lado, Gomes relata a existência de constantes conflitos entre esses dois grupos, revelando uma relação que poderia ser, também, marcada pela desconfiança. Uma outra característica marcante dos quilombos brasileiros, realçada pelo autor, foi o desenvolvimento de diversas atividades produtivas em seus interiores e o comércio da produção excedente em localidades próximas, inclusive em feiras (Gomes, 2015).

Acerca da produção dentro dos quilombos e o seu comércio com a sociedade envolvente, chama atenção um caso que ocorreu na vila de Oeiras, no ano de 1766. O fato curioso aqui é que não se trata de uma simples venda para demais desertores ou mesmo colonos próximos; trata-se de uma ligação direta com autoridades coloniais. O sargento Francisco Soares da Cunha informa, muito provavelmente ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que está enviando uma lista com

os moradores da povoação e que providenciou, para o almoxarifado, o envio dos dízimos pagos pelos mesmos moradores. Uma terceira informação é que o sargento envia “mais trinta e cinco paneiros de farinha que mandou fazer o Tenente Diogo Luis das roças dos amocambados”. Baseando-se em documento que vai em anexo, no qual consta a “Relação das farinhas dos dízimos do ano de 1766”, constata-se que o mocambo ao qual o sargento se referia era composto por indígenas (APEP, Códice 112, D. 23). Esse documento traz duas informações bem importantes. A primeira é que agentes coloniais não somente sabiam da existência de um mocambo de indígenas em Oeiras, como se valiam da sua produção de farinha. A segunda informação, que é ainda mais impactante, é que não se tratava apenas de simples agentes coloniais, mas de um sargento e do próprio governador do Estado. O rendimento das farinhas dos indígenas amocambados constava em documento oficial, juntamente com o rendimento obtido de moradores “legalizados”, como os habitantes da vila de Oeiras. Portanto, tratava-se de uma comunidade de foragidos de certo modo reconhecida institucionalmente.

CONCLUSÃO

As fugas indígenas das povoações portuguesas, dos serviços reais ou das propriedades particulares, durante a vigência do Diretório dos Índios, são amplamente destacadas pela historiografia como uma das muitas maneiras utilizadas por esses povos para responderem a situações consideradas desfavoráveis a si no interior da sociedade colonial. Essas escapadas poderiam ser temporárias ou não, para outras vilas ou lugares, para uma outra propriedade, para os interiores das matas, entre outras situações. Neste capítulo, tendo como foco de análise a Amazônia colonial tocantina, buscou-se atentar àquelas fugas que se valiam de uma imensidão de rios que cortavam a região. Rios esses que, paradoxalmente, eram marcados por tráfegos comerciais e atividades econômicas em muitas de suas margens e terras adentro, mas, ao mesmo tempo, por uma precária presença de instituições coloniais e agentes administrativos em tantas outras. Provavelmente, pela sua grandeza, o Rio Tocantins era o maior exemplo, mas vimos que estava longe de ser o único. Sem dúvida, esse cenário era observado e captado pelos indígenas, e por quaisquer outros agentes que queriam realizar fugas com maiores chances de êxito.

Além disso, observamos, também, à luz da documentação trabalhada e da própria historiografia, que, no Tocantins colonial, muitas fugas indígenas poderiam resultar em formação de quilombos, o que significa dizer que várias delas não se tratava apenas de resistências contra as duras condições da vida colonial, mas da conquista de uma vida potencialmente mais vantajosa – algo que somente o tempo iria poder confirmar ou não. O fato é que um mocambo em Oeiras mantinha determi-

nado nível de contato com a sociedade ao redor que até mesmo a administração portuguesa se valia de sua produção de farinha.

Por fim, do mesmo modo que este capítulo buscou destacar as fugas indígenas pela malha hidroviária da Amazônia colonial tocantina, foi de seu interesse, ainda, apontar que a Coroa Portuguesa, no mesmo grau, buscou adotar estratégias para dificultá-las ao máximo. Tal postura se deu pelas constantes pressões daqueles sujeitos que mais se viam prejudicados por essas escapadas: os colonos, que dependiam da mão de obra indígena, por mais que muitos se valessem, também, do trabalho de origem africana. A saída encontrada pelas autoridades administrativas perpassava pela construção de fortalezas, pela fundação de núcleos populacionais e pela necessidade de determinadas obras em rios que apresentavam problemas de navegação. Portanto, conclui-se que uma das principais motivações que fizeram a Coroa Portuguesa se mostrar mais presente nas áreas do Tocantins colonial, para além da busca do próprio desenvolvimento econômico da região, que a ela muito interessava, foi o controle que pretendeu exercer sobre as fugas pela sua imensa malha hidroviária realizadas por diversos agentes sociais, entre eles, os indígenas.

FONTES

Imprensa

DIRETÓRIO que se deve observar nas Povoações de Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997. Apêndice.

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (Documentação obtida por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco)

Carta dos oficiais do Senado da Câmara da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté para a rainha D. Maria I. Ant. 24 de novembro de 1779. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 84, D. 6877.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de junho de 1780. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 86, D. 7003.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 27 de novembro de 1780. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 87, D. 7087.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Pará, 12 de junho de 1797. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 109, D. 8590.

Arquivo Público do Estado do Pará

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências da Metrópole com os Governadores, código 103, ano 1760-1763, data: 13 jun. 1760, documento 27.

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências de Diversos com o Governo, código 112, ano 1761-1776, data: 5 abr. 1766, documento 15.

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências de Diversos com o Governo, código 112, ano 1761-1776, data: 1766, documento 23.

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências de Diversos com o Governo, código 112, ano 1761-1776, data: 5 fev. 1775, documento 77.

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências de Diversos com o Governo, código 526, ano 1795-1798, data: 21 set. 1795, documento 10.

Arquivo Público do Estado do Pará, Área: Governo, Fundo: Secretaria da Capitania, Série: Correspondências de Diversos com o Governo, código 526, ano 1795-1798, data: 31 jan. 1797, documento 42.

Fonte consultada online

ABREU, Giovanna. Divisão do estado em ‘Regiões de Integração’ auxilia no planejamento de ações governamentais. *Agência Pará*, Belém, 2022. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-acoes-governamentais#249>. Acesso em: 5 maio 2023.

REFERÊNCIAS

ALE ROCHA, Rafael. *Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassalos D’El Rey nos confins da Amazônia: A colonização da Amazônia Ocidental – 1750/1798 –*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997.

ANGELO MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 91-122, 2000a.

ANGELO MENEZES, Maria de Nazaré. Repertório de manuscritos que relatam a história dos sistemas de produção agro-extrativistas do Baixo-Tocantins: Fontes existentes no Arquivo Público do Estado do Pará. *Papers do NAEA*, Belém, n. 139, p. 1-51, 2000b.

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. *Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: Agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730-1822)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a Vila de Moju*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. Rios de Liberdade: os escravos e suas fugas fluviais na Amazônia Brasileira (século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 8, n. 2, p. 100-123, 2021.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA): Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII). In: *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. 2011. Lisboa: 2011. p. 1-10⁵.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FONTENELE, Francisca Nescylene. *Grão Pará Pombalina: trabalho, desigualdade e relações de poder*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 367-399, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

5 Referência mantida preservando o estilo do autor.

GUZMÁN, Décio de Alencar; RAIOL JUNIOR, Leonardo. A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará: segunda metade do século XVIII (1750-1765). *Tellus*, Campo Grande, v. 19, n. 39, p. 177-205, 2019.

HENRIQUE, Márcio Couto. Sobre a (in)visibilidade dos índios da Amazônia (Século XIX). In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira (org.). *Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Editora Açaí, 2013. p. 109-140.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no vale do rio Tocantins, ilha de Marajó e Calha Norte do rio Amazonas. In: MENEZES, Carmen Roseli Caldas; MONTEIRO, Marcilio de Abreu; GALVÃO, Igor Maurício Freitas (ed.). *Zoneamento ecológico-econômico da zona leste e Calha Norte do Estado do Pará*. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. p. 25-36.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará. *Papers do NAEA*, Belém, n. 153, p. 1-29, 2000.

MEDEIROS, Juliana do Nascimento. Escravidão, Engenhos e Engenhocas no Pará: Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins 1810-1850). In: VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). *Anais do 30º Simpósio Nacional de História: história e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH – Brasil, 2019.

MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)*. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2022.

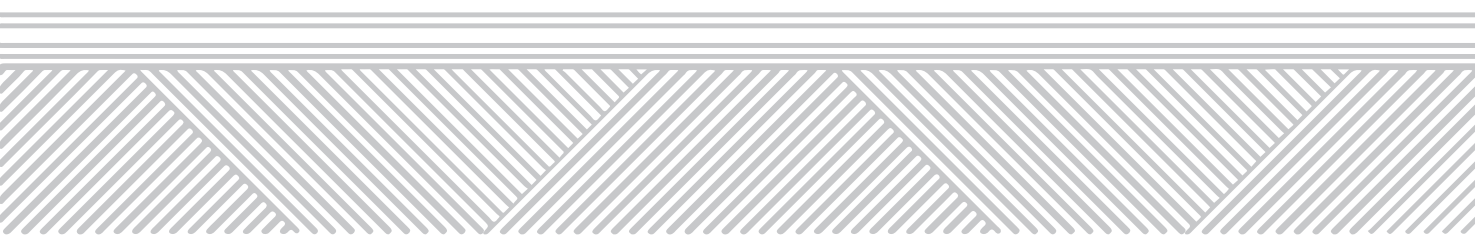
MELO, Vinícius Zúniga; OLIVEIRA, Willyan Lourinho de. Protagonismo histórico e invisibilidade contemporânea: povos indígenas na Região de Integração do Tocantins/PA, ontem (1757-1798) e hoje. *Aedos*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 206-221, 2022.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SAMPAIO, Patricia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Ed. UFAM, 2012.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Diz o índio...”: políticas indígenas no final do XVIII. *Aedos*, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 167-206, 2012.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos: um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política Pombalina*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.



CAPÍTULO 10

ENTRE A LEI E A PRÁTICA

as tentativas de incorporação dos povos indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí no reinado josefino

SAMIR LOLA ROLAND

AS GUERRAS E OS ACORDOS DE “PAZ” COMO MECANISMOS PARA A INCORPORAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS E A RESISTÊNCIA AOS ALDEAMENTOS COLONIAIS

Durante o reinado de D. José I (1750-1777), ocorreram mudanças importantes no que se refere aos povos indígenas, entre as quais, podemos destacar: a expulsão dos jesuítas da colônia, a ereção de vilas e povoados em antigos aldeamentos indígenas¹, uma profunda alteração na governança e no direito dos índios. Essa legislação previa consolidar a liberdade indígena, equiparando os índios com os brancos, visando transformá-los em súditos da Coroa Portuguesa (Moreira, 2019). Além disso, houve uma mudança na orientação da política de acesso aos trabalhadores indígenas por meio dos descimentos, dos resgates e das guerras justas, pois a lei de abril de 1688, que autorizava o governador a declarar guerra defensiva e ofensiva, teria vigorado até o ano de 1755, quando o rei promulgou a lei de liberdade dos índios (Melo, 2011).

Nesse sentido, torna-se necessário refletirmos sobre os limites da aplicação dessa legislação em relação aos índios, bem como da continuidade da política de escravidão indígena por meio das guerras justas e dos aldeamentos indígenas, conside-

1 Diferentemente de outras localidades, no Piauí, as vilas foram erigidas a partir da aglomeração das fazendas de gados, das moradias e da população, que foi aumentando significativamente no decorrer das décadas de 1760 e 1770 (Porto, 1974); (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 8, D. 513); (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 684).

rando a realidade específica dos sertões do Maranhão e Piauí, onde as autoridades régias e os colonos tiveram dificuldade de cumprir o que determinava a lei de liberdade dos índios. Os sertões do Maranhão e Piauí eram uma região com poucas missões, que tinham como função converter os indígenas aos costumes e ao modo de viver dos luso-brasileiros². Muitas foram as dificuldades encontradas para a “pacificação”³ e para o estabelecimento de acordos entre portugueses e indígenas por meio da política de aldeamento dos diferentes grupos. Essa política teria se alterado com a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, ficando os aldeamentos sob a administração de militares e religiosos seculares, que tinham como objetivo controlar a mão de obra aldeada e utilizá-la na defesa das povoações ali estabelecidas.

Em meados do século XVIII, a política das alianças com os grupos indígenas continuava como um mecanismo importante para a expansão dos povoados coloniais. Dessa forma, seria relevante entender se houve diferenças nos objetivos desses acordos entre luso-brasileiros e indígenas para a consolidação da expansão das fazendas de gado instaladas na região. Em carta ao rei e, depois, ao seu irmão Marquês de Pombal, por exemplo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatava a necessidade de fundar vilas nas margens do Rio Mearim e do Rio Grajaú:

É certo que as margens desse rio têm as melhores terras que há em toda a capitania do Maranhão, e são as mais próprias que se tem descoberto para canaviais; porque nelas se lhes tira fruto vinte e mais anos, sem outro benefício que se cortarem, e por esta causa antigamente era aquele rio povoado de muitos engenhos, dos quais se extraía o melhor açúcar que passava à Europa; além disto, tem excelentes campinas em que viam bastantes gados, e proporcionadas para toda cultura que se lhes quisesa administrar (Mendonça, 1963, p. 199).

O governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão via naquelas terras grandes potencialidades econômicas, mas, ao mesmo tempo, encontrava um grande desafio, que era sujeitar “as muitas nações de gentios que habitam nas margens daqueles rios e a utilizarmos dos largos e fertilíssimos campos que estão os

2 Nesse sentido, segundo Fernanda Bombardi (2020, p. 47-48), “[...] em 1730, cinco aldeamentos abrigavam 1.885 índios nessas duas capitanias, o que correspondia a somente 10% da população indígena missionada pelos jesuítas em todo Estado do Maranhão e Grão-Pará”. Em 1696, os aldeamentos jesuítas reuniam, em toda região, 11 mil índios. Em 1730, esse número teria dobrado. “Dos 19.090 índios aldeados pela Companhia, 17.205 pertenciam às 24 missões desenvolvidas no Pará, e somente 1.885 às 5 missões no Maranhão e Piauí, do que se depreende que menos de 10% dos índios missionados pela Companhia de Jesus habitavam”, parte oriental do Maranhão e Piauí.

3 No que se refere à categoria “pacificação”, ela pode ser entendida como uma maneira dos europeus lidarem com a alteridade das diversas populações indígenas e africanas, submetendo-as à lógica colonial. Assim, o “adjetivo ‘pacificado’ não indicava uma mudança mais profunda de costumes, apenas designava comunidades que haviam sido vencidas militarmente e que aceitavam temporariamente o domínio português” (Oliveira, 2016, p. 326).

mesmos dois rios, e de uma parte e outra deles” (Mendonça, 1963, p. 184). Para tal intento, pretendia impor um domínio militar e religioso. Outro ponto a ser considerado era a possibilidade de incrementar o povoamento com “dez ou doze casais de gentes das Ilhas, tanto para aumentar o número de moradores, como para que os de lá, à imitação deles, cuidem da cultura das terras com mais aplicação do que costumam” (Mendonça, 1963, p. 199). Contudo, as autoridades régias já cogitavam a ideia de incorporação dos indígenas como súditos da Coroa Portuguesa enquanto solução para o problema da escassez e da dispersão dos povoados coloniais na região.

Para tanto, em agosto de 1751, fundou-se o aldeamento dos gamelas, no Rio Mearim, sob a administração do missionário padre Antônio Machado, encarregado de “cuidar em catequizar e civilizar aqueles índios”. Além disso, desejava-se estabelecer uma “fortaleza e guarnecê-la de soldados, acima da nova aquisição que lhe pareceu que tinha feito, para que este presídio lhe ficasse cobrindo aquelas importantes terras para que as pudesse cultivar pacificamente” (Mendonça, 1963, p. 199). A estratégia era que o estabelecimento dessa povoação viesse a “desinfestar” essas terras de outros grupos indígenas, como os gueguês, os acroás e os timbiras, que realizavam constantes investidas nas povoações da região.

Por outro lado, ao mencionar o aldeamento dos gamelas no Rio Mearim, as autoridades régias do Estado do Maranhão fizeram uma avaliação do tratamento adotado para com os indígenas na região. O governador Luís Vasconcelos Lobo reconhecia que as estratégias adotadas de “mantê-los em liberdade, e criá-los em polícia” seriam responsáveis pela extinção de muitos grupos indígenas, devido à violência e às injustiças às quais eram submetidos e à desconfiança que esses povos teriam dos portugueses, razão pela qual não poderiam aproveitar da “maior, e melhor parte destes sertões” (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287).

Ao mesmo tempo, alegava o governador que era necessário que se “trate a esta gente com suma brandura, e civilidade, e lhe prometa da parte de Sua Majestade; que não haverá pretexto, ou razão alguma para que eles, seus filhos, netos, ou descendentes hajam de ser cativos, o que hão de ser mantidos em plena liberdade”. Deveriam, portanto, ser tratados como vassalos, livres e não deveriam sofrer violências, apenas o “justo castigo a que forem sentenciados pelas justiças do mesmo senhor [...] dos delitos que cometerem”. Além disso, para que a condição de vassalos se concretizasse, deveriam ter a “estimação dos brancos, e possam vir a ser homens de cabedais e ter cargos honrosos que saibam ler e escrever, e falar a nossa língua”. Contudo, ele reconhecia que a mão de obra indígena era indispensável para o sustento da povoação organizada. Nesse sentido, segundo o governador, era

[...] preciso que faça com que uns trabalhem nas casas da nova aldeia, outros em plantar mandioca, outros plantas, e outros que cuidem em pescar para que haja abundância e fartura, que é dos principais meios de conter esta gente em paz, e quietação, e como sou com certeza, e verdade

informado, que é infinito o número deste gentio que Vosso Presbítero vai aldear tem gente de sobejo para tudo o trabalho (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287).

Sendo assim, em meados do século XVIII, já havia a pretensão das autoridades para o reconhecimento dos indígenas aliados como súditos da Coroa Portuguesa, embora a sua mão de obra ainda fosse indispensável não apenas nos aldeamentos, mas nos engenhos e nas fazendas de gados dos portugueses, devido à escassez da disponibilidade da mão de obra africana na região.

Quase três anos depois, no ano de 1754, o governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, enviou uma carta ao rei D. José I tratando de dois problemas principais: o primeiro era a demora da guerra contra os gentios gueguês, acroás e timbiras, e o segundo se tratava das dificuldades no aldeamento dos gamelas. Uma vez os gamelas aldeados, entretanto,

[...] vieram adoecer e alguns tiveram a infelicidade de falecerem e ajui-zando estes bárbaros, que as ditas doenças e mortes seriam maquina-das, intentaram conspirar contra um moço branco que assistia ao dito missionário, e recolher-se outra vez as suas terras; porém consta-me que presentemente se acham mais quietos (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 5, D. 324).

No entanto, uma das principais dificuldades para a incorporação dos indígenas aos povoamentos coloniais eram as constantes rupturas dos acordos de pazes entre índios e portugueses, seja quando os primeiros achavam conveniente, ou quando as situações em que estavam fossem desfavoráveis. Nesse caso, por exemplo, o adoecimento de alguns do seu grupo fizeram com que os gamelas voltassem na decisão de se aldearem. Alertava, ainda, Lobato e Souza para a necessidade de guerra contra os indígenas hostis, o estabelecimento de “pactos” e o zelo pelo bom tratamento que “até agora se lhes deu”. Isso porque o governador anterior teria nomeado por cabo da tropa João do Rego Castelo Branco⁴, que, segundo ele, era uma “pessoa de boa prática” e tinha experiência na guerra contra o “gentio”, o qual teria feito, na recente expedição militar organizada, a captura de presas dos timbiras e que deveria proce-

4 De acordo com Reginaldo Miranda, a figura de João do Rego Castelo Branco teria surgido no contexto do ano de 1750, encontrando diversas oportunidades de mostrar serviços no combate e no estabelecimento de “paz” com os indígenas. Segundo o autor, Castelo Branco tinha “nascido em abril de 1719, na antiga povoação da Parnaíba, mui provavelmente aquela que mais tarde ficaria conhecida por Vila Velha, nas proximidades do Delta, descendia de ilustre família”. Era filho do pernambucano capitão-mor João Gomes do Rego Barros e de D. Ana de Mesquita, filha do português D. Francisco da Cunha Castelo Branco. João do Rego teria ingressado na carreira militar em 1750, “quando fora incumbido pela Junta de Missões de São Luís do Maranhão, para cabo de uma expedição contra Timbiras, Gueguês e Acroás, que perturbavam os moradores das ribeiras do Itapecuru e Parnaíba, cuja execução se deu em 1751” (Miranda, 2012, p. 19).

der de igual modo contra os gueguês e os acroás, continuando a guerra com objetivo de aldear os diversos grupos indígenas na região.

É perceptível na documentação que as autoridades régias – principalmente os governadores – tinham como estratégia principal o envio de expedições militares a áreas dominadas por povos indígenas resistentes para os levar, assim, a aceitar acordos de pazes com os luso-brasileiros. Em ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, declarava-se o seguinte:

Sendo a Freguesia de São Bento das Balsas de Pastos Bons sumamente infestada de gentio e querendo os moradores da mesma Freguesia adiantar as suas Fazendas de gado, por lhes constar que naquele continente havia terras boas, e próprias; para o efeito que pretendiam, se ajuntaram os mesmos moradores, e foram aquele descobrimento.

Acharam com efeito excelentes terras, pastos e águas; porém, muito infestadas de gentio, o qual fugia daquela tropa: Mas chamando a mesma tropa [...] mostrando-lhe [...] outras coisas que levavam prevenidos, para agradarem ao dito gentio, com efeito um principal lhe veio falar, ainda que por língua que mal se percebia, mas sempre pela prática que se lhe fez assentou em que se queria descer, e ser amigos dos brancos, e recolhendo-se aquela tropa a dita Freguesia de Pastos Bons (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476).

Relatava o governador que esses índios deveriam ser reduzidos “ao grêmio da igreja”, devendo o capitão Antônio Rabelo Bandeira formar uma tropa dos moradores para convencê-los, dialogando com a língua da sua nação, no intuito de transformá-los em “vassalos de El-rei Nosso Senhor, prometendo-lhe os vestidos, e o mais com que Sua Majestade manda premiar aos novos descidos, para o que deviam vir os principais a minha presença”. No entanto, mesmo com as tentativas de “pacificação” realizadas por uma tropa considerada mais numerosa do que o “gentio junto”, os indígenas não quiseram “admitir as nossas práticas, respondendo que não queriam nada com os brancos que eram muitos velhacos” (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476).

Além do investimento e da despesa realizados pela Fazenda de Sua Majestade, com armamentos e “dois barris de pólvora”, planejavam as autoridades realizar nova investida, dessa vez uma guerra que forçasse os indígenas à aceitação do acordo de paz e ao descimento. Nesse sentido, afirma o governador Melo e Póvoas que

[...] seguiram o mesmo capitão Bandeira, que fazendo-se guerra aquele gentio, se descerá infalivelmente, o que é certo; porque hoje sem guerra, se não desce gentio algum, e só com o temor das armas se poderá conseguir a paz com aquele gentio a qual é sem dúvida importante tanto ao serviço

de Deus como ao de Sua Majestade, pois estando desinfestados aqueles sertões, o ficavam também os rios Mearim, e Grajaú, pelos quais se navegaria com muita facilidade desta cidade até as Minas de São Felix, não havendo outro algum embaraço mais que o do gentio (AHU, Maranhão, Cx. 46, D. 4476).

Os portugueses tinham como objetivo “desinfestar” os sertões da capitania, conquistando áreas importantes para o comércio e interligação econômica com outras esferas consumidoras da pecuária dos sertões do Piauí e Maranhão, e expandindo as fazendas de gado pelas margens dos principais rios e ribeiras, por onde conseguissem conter a resistência indígena por meio do estabelecimento de acordos com os principais grupos que dominavam a região. Dessa forma, podemos perceber que a continuidade das guerras realizadas contra os grupos indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí tinha como objetivo principal a aquisição de novas terras para a instalação das fazendas de gado. Tudo isso considerando que muitos grupos indígenas já se encontravam aldeados, a ponto de o governador do Piauí alegar que a capitania vivia uma relativa “paz” (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 548), pois era necessário transparecer uma certa tranquilidade para a permanência dos moradores que habitavam os sertões das capitanias do Maranhão e Piauí.

A partir da década de 1760, nas missivas intercambiadas entre o governador do Piauí, João Pereira Caldas, e o secretário de Estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por exemplo, há relatos sobre o aldeamento dos indígenas amanajós e dos gueguês⁵. Nesse contexto, podemos perceber, no discurso do governador Pereira Caldas, a importância do estabelecimento do acordo de pazes com os diversos indígenas resistentes à expansão da ocupação e do povoamento na região. A esse respeito, relatava o governador:

Só na Freguesia de Pastos Bons, que pertencendo ao governo do Maranhão confina com este se estabeleceu proximamente uma povoação de índios Amanajós, que tendo ali saído do mato, se deve a redução, estabelecimento e conservação deles a um religioso mercenário, chamado Frei José Antônio de Freitas, que aqui me tem acompanhado nas minhas jornadas (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 530).

5 Os aldeamentos durante o período pombalino, segundo Reginaldo Miranda, “eram unidades autônomas criadas com índios capturados na forma relatada [guerras] e estabelecidos em algum ponto da Capitania. Eram administrados por um diretor indicado diretamente pelo governo, e com auxílio de soldados. Esse diretor era remunerado com um sexto do que produziam os índios”. Já em relação aos indígenas, escolhiam “um Principal, para representá-los junto às autoridades, inclusive com poder coativo entre os de sua nação. Era também missão religiosa da qual o padre se encarregava pela catequese e conversão ao cristianismo. Era concedido aos mesmos uma légua de terras, sendo regidos por um estatuto legal, o Diretório de 3.5.1757” (Miranda, 2016. p. 35).

Por ordem do governador João Pereira Caldas e sob a administração de João do Rego Castelo Branco, organizavam-se campanhas militares para o apresamento e o cativeiro dos indígenas amanajós, que deveriam ser estabelecidos na Freguesia de Pastos Bons. No ano seguinte, entretanto, reclamava o governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as dificuldades encontradas em não conseguir o descimento dos indígenas amanajós, devido à grande distância “desta cidade aquele distrito” (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109). Segundo o governador, “havendo-se também extraído dos matos, por benefício da referida Campanha, cinquenta e cinco pessoas da Nação dos Índios Amanajós, resto de outros, que já anteriormente se haviam descido” (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109). O destino das presas seria diferente de acordo com a idade.

De todas as sobreditas presas, separei as que por pouca idade me pareceram incapazes de voltarem para o mato, e as fiz repartir por estes moradores, e com a condição de as educarem, vestirem, e sustentarem, enquanto se lhe houverem de conservar em suas casas; e na verdade que todos as trarão com grande caridade e amor. Pelo contrário as grandes, as remeti ao governador do Maranhão, para as aplicar as povoações mais remotas daquela capitania na forma das reais ordens de Sua Majestade. Porém parece que já dali têm desertado bastantes, apesar da distância em que se achavam (AHU, Piauí, Cx. 9, D. 546).

Mesmo já tendo feito presas, continuavam as guerras por ordem do governador, que organizara uma expedição comandada pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco. Vinte e tantos índios amanajós se ofereciam “para irem à guerra contra os Timbiras, por serem estes os seus maiores inimigos” (AHU, Maranhão, Cx. 41, D. 4063).

Após diversas tentativas de estabelecimento de acordos, as autoridades conseguiram, finalmente, “pacificar” e escravizar a nação de indígenas gueguês, que era um dos grupos que ainda resistiam duramente ao processo de colonização portuguesa nos sertões do Maranhão e Piauí. Em 2 de abril de 1766, o governador do Piauí, João Pereira Caldas, enviava um ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatando sobre o acordo de “paz” estabelecido com a nação gueguê, como consequência do sucesso da campanha militar anterior, realizada dois anos antes (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 563). Segundo o governador, os indígenas gueguês foram aldeados no lugar denominado São João de Sende.

As terras do dito lugar me dizem serem boas; e há nelas muitas frutas, e não pouca caça, que em muito ajudam, para ser menos sensível a mesma despesa do sustento pela Real Fazenda toda aquela gente tem até agora

dado mostras de se conservar; já tem feito bastantes casas, e a Igreja, a qual está quase concluída. O lugar fica retirado desta cidade coisa de oito, ou nove léguas, e há nele toda a mais comodidade precisa, para se esperar o adiantamento do seu estabelecimento (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 563).

Quase quatro meses depois, João Pereira Caldas, em um ofício endereçado a Mendonça Furtado, trata da organização da povoação e instalação da igreja para a congregação dos indígenas. Conforme o governador,

[...] o terreno da sua fundação bastantemente próprio para semelhante estabelecimento e só a água lhe fica alguma coisa distante, por ser preciso descer-se para o riacho de lá de boa qualidade, uma ladeira comprida, mas assim mesmo não é coisa que incomode.

Os roçados são ao longo de outro riacho, e a mim hão com o favor de Deus os pretende ir passear segurando-se me que são muitos, e muito grandes; o que as terras são de boa qualidade. No princípio das águas do inverno se hão de plantar, e semear todas seguindo segundo já manifestei a Vossa Excelência e espero que assim fique com maior persistência toda esta gente (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 581).

A povoação do lugar de São João de Sendé vivia de roças e de plantações para o sustento de sua população indígena aldeada. Os gueguês, após diversos confrontos com os portugueses desde meados do século XVIII, teriam sido finalmente “pacificados” e aldeados sob a administração do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, o que representou um momento de relativa tranquilidade, como relatava o governador Pereira Caldas (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 581). De acordo com Luís Mott, a “domesticação” dos gueguês se deu de duas maneiras principais: “pela entrega dos adolescentes a famílias brancas residentes na cidade e vilas” ou “dentro do próprio espaço da missão: aí os índios são obrigados ao trabalho forçado, seja no plantio de roças de subsistência, seja em outros misteres” (Mott, 1987, p. 74).

Em 1774, em passagem pelas aldeias e missões no Piauí, o então governador do Grão-Pará, João Pereira Caldas, relatava ao governador do Piauí que teria levado o “plano para a boa regularidade da povoação” de São João de Sendé. Havia, nessa povoação de indígenas, segundo Pereira Caldas, “trezentas e vinte e sete almas, advertindo, que algumas mais existiam fora da dita missão, cujas passei ordem para logo se recolherem” (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711). No entanto, um dos principais problemas encontrados nas missões e aldeias indígenas no Piauí era justamente congregá-los na povoação, apesar dos esforços das autoridades régias, principalmente dos governadores.

Outro grupo indígena que resistiu ao processo de aldeamento e missão foram os jáicos. Havia algumas razões apontadas pelas autoridades régias para o insucesso

da povoação. Em 23 de novembro de 1767, na ocasião João Pereira Caldas, governador do Piauí, em ofício remetido ao secretário de Estado da marinha e ultramar, denunciava os “roubos, violências e extorsões” que os padres Dionizio José de Aguiar e Francisco da Costa e Silva faziam aos seus “fregueses”⁶. Entre os problemas, destacava-se a ausência dos padres “para fora da capitania, deixando os seus fregueses sumamente revoltos e embrulhados em pendências”, motivo pelo qual já haviam sido substituídos por um novo pároco. Além disso, outra reclamação dizia respeito aos indígenas jaicós, que estavam situados na Ribeira do Itaim, mas que, por causa de problemas em sua administração, não conseguiam reunir os referidos indígenas em torno da povoação. Nesse sentido, relatava o governador Pereira Caldas:

Para esta mesma povoação, nomeei eu no fim do ano passado por diretor a um soldado chamado Manoel Alves de Araújo; além das ordens com que o instruí, lhe determinei, que prontamente fizesse recolher e reconduzir a dita povoação todos os Índios, que dali se achassem ausentes, e separados; e que o mesmo praticasse a respeito da mais gente descendente da referida nação; onde quer, que aparecesse, e se achassem algumas pessoas casadas, que a tal povoação pertencesse.

Com efeito assim o executou o Diretor, reconduzindo vários índios, que se achavam fora da povoação e ajustando com os outros seus descendentes, espalhados por aquela Ribeira do Itaim, o irem-se estabelecer na mesma Povoação até o princípio do passado mês de setembro do presente ano ficando todos a isso dispostos, sem a menor contradição (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 10, D. 589).

Dessa maneira, a partir desse caso representativo, percebemos o quanto foi complicado a aplicabilidade da Lei do Diretório dos Índios no vale do Parnaíba. Em primeiro lugar, devido a falhas e a desmandos da administração, por parte dos diretores e dos párocos, e a abusos recorrentes em localidades muito afastadas dos grandes centros de poder, o que causava as fugas e as deserções indígenas das povoações. De acordo com Mauro Cezar Coelho, a deserção dos indígenas das povoações era um dos problemas constantes com que se deparavam as autoridades coloniais.

6 Isabelle de Mello e Maria Fernanda Bicalho, ao estudarem as freguesias do Rio de Janeiro, destacam que se tratava de instituições eclesiais antigas, que datam desde o século XVI, constituindo-se como um lugar onde viviam os “fregueses”, uma circunscrição de cunho eclesial, criada em torno de uma igreja paroquial, devendo “haver um número mínimo de fregueses e uma igreja para servir de matriz”. Nesse sentido, segundo as autoras, a criação de “freguesias se dava por alvarás régios [...] [e] cabia ao rei de Portugal, grão-mestre da Ordem de Cristo, prover párocos, autorizar a construção de igrejas, criar e determinar os limites dos bispados e recolher os dízimos”. Assim, “até a primeira metade do século XIX, muitos moradores reclamavam das enormes distâncias que tinham que percorrer para se dirigirem às sedes das paróquias existentes, daí a necessidade de criação de novas freguesias”. O crescimento populacional, por exemplo, era um “argumento frequentemente utilizado para a instituição de novas freguesias ou desdobramento das existentes” (Mello, 2012, p. 9-10).

Apesar de a maior parte dos casos de fuga não significar o abandono definitivo das povoações, a fuga era uma estratégia dos indígenas para “manifestar a sua insatisfação para com diretores e principais ou para com determinadas atribuições. Uma vez substituindo o fator que os incomodava – suplantando o perigo – retornavam às povoações”. Nesse ínterim, as fugas “sinalizavam distorções – abusos, violência, explorações, injustiças, etc. – para as quais se esperava haver solução”. Por outro lado, representavam a afirmação das condições das populações indígenas para se estabelecerem e para permanecerem nesse novo universo (Coelho, 2005, p. 273).

Em segundo lugar, devido, principalmente, ao modo de vida de muitos grupos indígenas, que tiveram muitas dificuldades nesse processo de sedentarização e conformação de uma povoação ao modo como os portugueses a concebiam. Segundo Elba Cunha, os indígenas dos sertões, denominados genericamente de tapuias, tornaram-se o “maior problema enfrentado pelos colonos e pela administração pública, pois os nativos eram inconstantes, fugindo do controle da sociedade colonial, ou mesmo dos aldeamentos”. Os indígenas se refugiavam pelo sertão adentro, “tentando manter sua autonomia social, causando muitas vezes danos as propriedades e vilas próximas, trazendo pânico aos moradores” (Cunha, 2014, p. 90).

Em 11 de julho de 1771, o então governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em ofício ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, relatava outros problemas encontrados na missão dos indígenas jaicós, que “foram aldeados há perto de quarenta anos, sendo já hoje todos tão práticos e civilizados na língua e costumes dos portugueses, que destes se não diferenciam mais, que na falta de obediência de viverem sujeitos e unidos nesta sua missão”. Ainda segundo o governador,

por não fazerem roças, nem outro nenhum serviço, que lhes seja útil para a subsistência da vida, a maior parte do ano, vivem no mato roubando, e matando muitos gados de várias fazendas da mesma capitania, sem com tudo haver já modo de evitar neles esta prejudicial liberdade.

Como solução para esse problema, indicava o governador que esses indígenas deveriam ser transferidos para o Pará, “aonde pelo muito e continuado serviço, com que se empregam outros vadios de semelhante qualidade não podem desertar”. Tal providência seria uma forma de solucionar o problema da liberdade e da desobediência em que viviam, bem como da falta da “útil aplicação que nesta capitania não podem ter por falta daquele serviço público, nem tampouco os moradores dela procuram já servir-se de tais índios pela inconstância e deserções, que conhecidamente costumam praticar” (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 663).

Outro grupo indígena que o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro teria alcançado “paz” e procurado aldear foi dos acroás, que resistiam, assim como os outros grupos indígenas, à expansão das fazendas de gados desde pelo menos mea-

dos do século XVIII. Em ofício de 7 de julho de 1772, o governador Gonçalo Botelho de Castro relatava a Martinho de Melo e Castro:

[...] ano passado participei a Vossa Excelência o ajuste da paz, que procurou o gentio Acroá em virtude das diligências, que mandei fazer a fim de expelir das fronteiras desta capitania esta e outras nações de bárbaros que insultaram. E havendo dirigido em abril deste ano o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco comandante de toda esta expedição para extrair do mato a ajustada gentilidade, finalmente [...] se acham nos subúrbios desta cidade até 876 Índios entre homens e mulheres, grandes e pequenos, todos com o intento de se aldearem com os mais, que por diversos ainda ficaram no mato, e os anda procurando para se recolher com eles o sobredito comandante (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 686).

Em outra representação, o então governador e capitão-general do Pará, João Pereira Caldas, em comunicação com o governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, explica como ocorreu o estabelecimento de “paz” com os indígenas acroás:

Pela razão do gentio bárbaro confinante desta capitania insultar algumas fazendas dos seus moradores, e estes me representarem as vexações, que sofriam me resolvi a mandar ao mato o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, no ano de 1771, o qual depois de rebater o Timbira, pela parte de Pastos Bons, foi ao Parnaíba a repelir o Acroá, resultando desta última diligência a paz, que abraçou esta gentilidade, descendo logo para esta capital uma Maloca deles, e no ano seguinte toda a nação. Com a maior eficácia, procurei logo aldeá-la na parte mais cômoda para a sua conservação, e nas cabeceiras do Riacho do Mulato, junto à Boa Esperança desta Freguesia, descobriu o mesmo Tenente Coronel algumas seis léguas de terra excelente para as roças, e mais víveres precisos a esta gentilidade, e aí se deu princípio a uma nova Missão, que se denomina de São Gonçalo do Amarante, para a qual fiz vir do Maranhão um bom religioso para pároco, continuando em os dirigir o sobredito Tenente Coronel (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 705).

As campanhas militares organizadas pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, com o intuito de reprimir os grupos indígenas que hostilizavam o sul do Maranhão e o Parnaíba, teriam resultado no estabelecimento de “paz” com os índios acroás. A recomendação das autoridades era que, realizado o descimento dos índios acroás, estes deveriam ser estabelecidos em uma paragem da Capitania do Piauí em que se achassem

mais cômoda aos seus moradores e profícua aos mesmos índios para exercitarem suas lavouras, e perceberem a utilidade dos seus efeitos e mais

serviços, fazendo erigir uma nova missão com seu pároco e diretor, tudo na forma das ordens de Sua Majestade (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 705).

Enquanto não se estabeleciam na desejada paragem, deveriam os moradores da capitania e a Real Fazenda suprir o sustento e as necessidades do referido aldeamento indígena. Desse modo, no ano de 1773, o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco tornou-se diretor da missão de São Gonçalo do Amarante⁷, cujo objetivo era aldear e “pacificar” os indígenas acroás, um dos principais grupos que resistiam ao processo de consolidação da conquista e da ocupação na região.

Em 14 de julho de 1773, o governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, novamente em missiva ao secretário de Estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, relatava sobre a fundação da missão dos indígenas acroás e a fuga de alguns, bem como sobre o aprisionamento de outros que foram reconduzidos ao aldeamento. Segundo o governador:

Ano passado em data de 7 de julho participei ultimamente Vossa Excelência que determinava fundar nesta capitania uma nova Missão para os Índios Acroás, que pacifiquei. De presente já se acha estabelecida a dita Missão com princípio de algumas casas, assistindo nela por pároco um bom religioso, e por diretor o mesmo Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco comandante da Tropa, que os extraiu de suas brenhas. Havendo porém acontecido que nas vésperas, em que eu me preparava para pessoalmente ir fazer-lhes a divisão do terreno para a Igreja e casas das suas habitações tudo regulado por uma planta que fiz para ficar com harmonia, e em boa ordem este estabelecimento que a maior parte desta gentildade levada da sua mesma inconstância [...] em que se criaram e sempre viveram, sublevasse e fugisse outra vez para o mato, não quis deixar de assim o fazer presente a Vossa Excelência; e que expedi logo as indispensáveis tropas para os reduzir, indo também com elas o sobredito Tenente Coronel (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 710).

Dessa forma, as autoridades teriam reconduzido algumas presas que “iam procurando os centros, de onde saíram, e me seguiu aquele comandante que esperava não

7 A política implementada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Sebastião José implicava a exploração da mão de obra indígena por meio da secularização do seu controle, com a administração dos diretores. Nesse sentido, segundo Soraya Dorneles, “a escolha de diretores como aqueles que seriam responsáveis pela aplicação da legislação de forma prática foi de grande importância. O Diretório buscava restaurar o regime de tutela em seu primeiro artigo, criando o cargo de Diretor de Índios, que seria designado pelo governador e capitão-general do Estado”. Entre as muitas vantagens do cargo de diretor dos índios, além de administrar o trabalho indígena, era uma possibilidade de “lucrar sobre as atividades comerciais, reconhecer a legalidade de aforamentos, endossar as ações políticas deliberadas pelas câmaras entre outras funções, garantia grande poder em um contexto em que havia uma enorme dependência do trabalho indígena para as atividades econômicas” (Dorneles, 2021, p. 313-314).

deixar no mato relíquias desta nação que lá no futuro houvesse outra vez desinfestar esta capitania”. A referida missão estava situada distante da cidade de Oeiras, a 28 léguas, segundo o governador,

em terras excelentes para cultura e boa conservação, e os Índios que por agora existem nela, com algumas crianças que dei aos moradores para se curarem e educarem, serão trezentos e tantos, o que tudo ponho na presença de Vossa Excelência para ter conhecimento (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 710).

No ano seguinte, os indígenas acroás teriam realizado outra fuga da missão. Em um ofício do governador e capitão-general do Pará, João Pereira Caldas, endereçado ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, relatava-se que:

Na minha carta instrutiva de 15 de maio passado participei a Vossa Excelência o estado em que se achava o estabelecimento do gentio Acroá, pela inesperada fuga, que fizeram do lugar determinado para a sua missão, e que logo expedi repetidas tropas, para os fazer retroceder. Agora devo dizer a Vossa Excelência, que desta diligência resultou pegarem-se a força muitas índias, e crianças; porém homens de guerra poucos; e a maior parte dos mais pereceram nestes encontros, ou fugidas, que faziam para não tornar com os nossos; me segura o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, que também andou no mato sobre eles, que seriam raros os que escaparam assentando comigo de passado o inverno repetir tropa, que vá extrair esses poucos, que ficaram (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711).

Relatava o governador que, para manter os indígenas na missão, era necessário destacar “nela uma partida de Dragões de seis soldados, a fim de segurar melhor a quietação destes bárbaros, enquanto se não desenganam de ser verdadeira, e cristã a nossa amizade” (AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711). Isso porque os indígenas aldeados poderiam desfazer o acordo com os portugueses, se assim achassem conveniente para eles, e fugir da povoação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas buscavam dominar áreas e territórios importantes para a conservação dos seus modos de vida, bem como para lutar pelos principais meios e terras férteis para garantir sua sobrevivência. Nessa disputa pela sobrevivência, os acordos e as alianças estabelecidos com os portugueses poderiam ser desfeitos caso a situação não fosse muito favorável aos grupos aldeados. Nesse contexto, para os sertões do Maranhão e Piauí, a lei de liberdade dos índios parece ter ficado apenas no papel, pois, embora as guerras e a escravização dos indígenas no período fossem proibi-

das, constatamos diversas expedições militares comandadas pelos governadores com o objetivo de reprimir e combater as populações indígenas resistentes ao processo colonial. As guerras e, conseqüentemente, as alianças com os indígenas permitiam que os portugueses expandissem suas fazendas de gado para localidades até então pouco exploradas, bem como desimpediam áreas importantes para a venda de carne seca e couro via São Luís, além de possibilitar uma certa estabilidade muito desejada para as povoações ali estabelecidas.

Desse modo, gradualmente, os grupos indígenas gueguês, acroás e timbiras, que eram os que mais resistiram, foram sendo “pacificados” e aldeados. O processo de incorporação do elemento indígena ao povoamento luso-brasileiro, entretanto, teria sido permeado de conflitos que continuaram a ocorrer na região no decorrer da segunda metade do século XVIII. A política de aldeamentos e missões implementada a partir do Diretório dos Índios, portanto, não teria sido muito bem-sucedida, predominando fugas, deserções e conflitos que representaram as diferentes formas de resistências indígenas ao processo de colonização luso-brasileiro.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Avulsos do Piauí

Ofício do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 16 de novembro 1762. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 8, D. 513.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 3 de janeiro de 1764. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 530.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 5 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 546.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 8 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 548.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 2 de abril de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 563.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 1 de outubro de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 581.

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 23 de novembro de 1767. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 10, D. 589.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Piauí, 11 de julho de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 663.

Ofício do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Piauí, 16 de novembro de 1762. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 8, doc. 513.

Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José Morais Durão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Piauí, 15 de junho 1772. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 684.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Piauí, 7 de julho de 1772. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 686.

Ofício do governador e capitão-general do Pará, João Pereira Caldas, ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Piauí, 15 de maio de 1773. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 705.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Piauí, 14 de julho de 1773. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 710.

Ofício do governador e capitão-general do Pará, João Pereira Caldas, ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Piauí, 03 de janeiro 1774. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711.

Avulsos do Maranhão

Carta do governador e capitão-general do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, ao rei D. José. Maranhão, 12 de janeiro de 1754. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 5, D. 324.

Carta do governador e capitão-general do Maranhão, Luís Vasconcelos Lobo, para o rei D. José. Maranhão, 17 de novembro de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287.

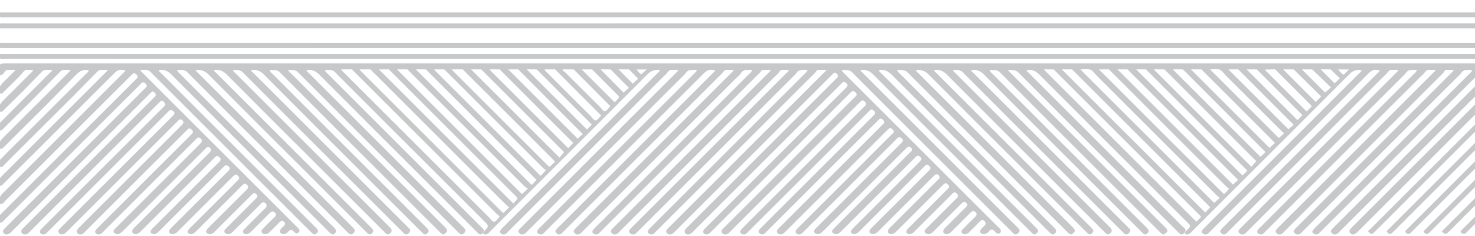
Ofício do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar. Maranhão, 28 de agosto de 1765. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109.

Ofício do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Maranhão, 03 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Maranhão, 23 de junho de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, Fernanda A. Jogos de alianças e inimizades: guerras justas, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial. In: NILSÂNGELA Cardoso Lima (org.). *Páginas da História do Piauí colonial e provincial*. Teresina: Ed. UFPI, 2020. p. 41-70.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Índios e brancos: as devassas e as guerras*. Imperatriz: Ética, 2010.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CUNHA, Elba Monique Chagas da. O Diretório dos índios como projeto de “civilização” portuguesa para os sertões pernambucanos. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldino, v. 3, n. 12, p. 85-116, 2014.
- DORNELLES, Soraya Sales. Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.
- MELLO, Isabelle de Matos Pereira de; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O governo das Almas, da Justiça e da Res Publica na cidade do Rio de Janeiro: circunscrições, instituições e jurisdições (séculos XVII e XVIII). *Revista Ultramares*, Maceió, n. 2, p. 9-32, 2012.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (Primeira metade do século XVIII)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de (coord.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. t. 1/2.
- MIRANDA, Reginaldo. *Aldeamento dos Acroás*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.
- MIRANDA, Reginaldo. *Política indigenista no sertão de dentro*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.
- MOREIRA, Vania Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: FFLCH Humanitas, 2019. p. 137-144.
- MOTT, Luís. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764 – 1770. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 30/32, p. 55-78, 1987.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e Tutela Militar na gestão de populações e territórios. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. p. 317-362.
- PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova s.a., 1974.



CAPÍTULO I I

O SOCORRO AO GRÃO-PARÁ

a vila de Guimarães como polo de produção e abastecimento

FELIPE WILLIAM DOS SANTOS SILVA

INTRODUÇÃO

O Diretório dos Índios previa, em seu parágrafo inaugural, que os principais das aldeias, por força da Lei de Liberdade de 1755, passassem a governá-las em substituição à administração dos religiosos. No entanto, a legislação entendia que, “pela lastimosa rusticidade e ignorância” com que haviam sido educados, não possuíam a aptidão que o cargo de administrador exigia, sendo necessário a criação da figura do diretor (Directorio, 1758). Este, por sua vez, iria instruí-los nos caminhos em direção à civilidade, por meio do convencimento e da persuasão, disso decorrendo a ocupação dos espaços civis que, antes, constituíam-se em aldeamentos religiosos.

A aplicabilidade do diretório nas povoações das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro e sua extensão ao Estado do Brasil possui uma produção bastante consistente, paralelo que a Capitania do Maranhão ainda busca dar seus primeiros passos (Almeida, 1997, 2013; Cancela, 2012; Coelho, 2016; Domingues, 2000; Lopes, 2005; Maia, 2010; Marcis, 2013; Sampaio, 2011; Santos, 2014, 2018; Silva, 2003; Souza Júnior, 2012). Sendo assim, o texto a seguir permite lançar luz a algumas questões que vão ao encontro da dimensão do trabalho indígena como um elemento a ser considerado na criação de vilas e lugares do diretório, diante de um processo que, como Ângela Domingues (2000, p. 133) observou, o tornaria “fundamental à própria soberania no território”.

A expulsão dos jesuítas da administração das povoações, aliada a uma política de resguardo das terras de Portugal nas Américas, sobretudo por meio dos pressupostos do Tratado de Madrid, que ensejaria uma série de políticas de atração da população indígena, de modo a arregimentar vassallos para o rei, são os principais fatores que subsidiaram o surgimento de diversas vilas e lugares entre os anos de 1750 e 1760, em diversas partes da América Portuguesa.

Nos primeiros anos da aplicação do diretório, o então governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, lançou mão de concessões de terra para os moradores das vilas e lugares, principalmente por meio da distribuição de terrenos que possuíam a função de não apenas produzir, como também constituir-se em pontos para a demarcação de distritos, encabeçados pelos próprios núcleos do diretório ou por localidades vizinhas (Moreira, 2019). Como era um período em que o diretório estava em fase experimental, necessitava-se, portanto, de maior confiança dos povos indígenas, com a concessão de benesses e mercês, assim como com a nomeação de oficiais indígenas para as câmaras. Isso os colocava igualmente à frente das decisões administrativas das vilas e lugares, como parte da política de equiparar os povos indígenas ao patamar dos moradores portugueses, embora não sob o mesmo tratamento¹.

Com a assunção de Joaquim de Melo e Póvoas, em 1761, nota-se, na Capitania do Maranhão, uma política de controle mais sistemático voltado para os núcleos do Diretório dos Índios por parte do governo, na medida em que não é mais possível presenciar a concessão de terras para os índios, abandonando a fase mais experimental do processo. Assim, além de ter dado continuidade à obra de seu antecessor, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, no que diz respeito à expansão territorial do Maranhão, aprofundou o projeto de revitalização da economia da capitania (Santos, 2011).

Mais do que simplesmente passar a controlar mais de perto a administração dos núcleos do diretório, Póvoas também implantou uma política de intenso incentivo à agricultura, de maneira a desenvolver a Capitania do Maranhão e também impulsionar os rendimentos da Real Fazenda em prol do território (Santos, 2011). Nesse sentido, beneficiada por uma larga experiência no cultivo da mandioca e na produção de farinha, a região de Baía de Cumã irá despontar, nesse contexto, como uma das principais fornecedoras desse gênero alimentício para o Grão-Pará, em especial para a vila de Guimarães, evidenciando o grau de importância que o trabalho indígena em tal povoação possuía para o aprofundamento das relações entre as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão².

1 Patrícia Melo Sampaio (2011) argumenta que o Diretório dos Índios, na prática, permitiu a criação de outros estamentos sociais, por meio da ressignificação das hierarquias internas, muito mais do que a igualdade dos indígenas quando de sua incorporação à sociedade colonial.

2 Destaca-se o termo “aprofundamento”, que se refere à superação de uma perspectiva de conceber o Maranhão do período administrativo de 1751-1774 como simples subalterno do Grão-Pará. Defende-se

Em linhas gerais, o capítulo buscará debater as relações entre agentes coloniais, diretores e indígenas, entendendo o lugar das povoações de índios no circuito do sistema colonial, como é o caso de Guimarães, um caso particular no que diz respeito à transformação de antigos núcleos jesuíticos em povoações civis, uma vez que Guarapiranga, em sua origem, não era uma redução jesuítica. O núcleo de Guarapiranga, na verdade, constituía-se em um estabelecimento pertencente a João Bruno de Barros, herdeiro de João Teófilo de Barros, a quem este confiou a continuidade da administração da propriedade, mas que, com as leis de 1755, resolveu entregá-la para a Coroa por meio de um Termo de Demissão, em janeiro de 1758, ocasião em que Gonçalo Pereira Lobato e Sousa eleva a localidade à vila, denominando-a doravante como Guimarães (APEM, Secretaria de Governo, Série n. 4, Livro n. 28, f. 25v-26).

Defende-se, então, que a localização estratégica de Guimarães, que se constituía no primeiro núcleo a se chegar por via oceânica, tenha configurado uma dinâmica espacial visando ao aprofundamento das relações entre as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, tendo como eixo fundamental o trabalho indígena na produção de farinha, gênero essencial para a manutenção da população no norte da América Portuguesa³.

Para observar mais de perto essa conexão, necessitou-se recorrer tanto à documentação presente no Arquivo Público do Estado do Pará quanto à do Arquivo Histórico Ultramarino, por sinal, ainda não devidamente exploradas pela historiografia que se propôs a trabalhar com a temática. Tal aporte documental, nesse sentido, ajuda a esclarecer como Guimarães, a partir do sentido que o governador atribui ao cotidiano da vila de índios, torna-se um lugar de produção⁴, a ponto de se destacar entre as diversas povoações do diretório na capitania.

que, para redimensionar tal visão, tome-se como instrumento de análise a carta régia de 6 de agosto de 1753, que abrange a jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão para a Capitania do Piauí, e do que viria a ser a Capitania do Rio Negro, quase dois anos depois. Apesar de essa carta régia reforçar os laços de subalternidade, ela enseja que os territórios possuam certa autonomia, permitindo que haja um governador para dirigi-las, diferentemente da experiência da Capitania de Pernambuco e suas anexas, que permanecia com apenas um governador à frente de várias capitanias. Dessa forma, o caso da vila de Guimarães, registre-se, é um exemplo de como essa dupla faceta das relações político-administrativas entre as duas capitanias aparecem, ora ressaltando a posição de subalternidade da Capitania do Maranhão, ora destacando a ação do próprio governador Joaquim de Melo e Póvoas em buscar atender à diligência das remessas de farinha.

- 3 Neste sentido, Rafael Chamboleyron (2016, p. 25-26) aponta que, além da aguardente, produto extraído da cana-de-açúcar, a farinha também se constituía em elemento fundamental para as jornadas aos sertões, das quais se arregimentaria mão de obra indígena que, por sua vez, comporia a população das missões, sobretudo para os fins do século XVII, e que parece se aplicar à realidade da segunda metade do século XVIII.
- 4 Souza Júnior (2012, p. 268) e Chamboleyron e demais autores (2020, p. 10) discutem como a produção de mantimentos, oriundos do trabalho indígena nas roças das povoações do Grão-Pará e do Maranhão, possuem como função não apenas servir para o autoconsumo, como também gerar excedentes para abastecer outros núcleos coloniais.

“ANDAR MUITO MAL DE CANOAS”: A LOGÍSTICA DO TRANSPORTE E O PREPARO DO ENVIO DE FARINHA DA VILA DE GUIMARÃES PARA A CIDADE DE BELÉM

Segundo Soraia Sales Dornelles (2021), em análise acerca da vida material da recém-fundada Guimarães, o inventário de bens arrolados, na ocasião do confisco dos pertences do poder espiritual das antigas missões, permite entender que o núcleo não só possuía uma composição paisagística regular, conforme rezava os parágrafos do diretório, mas também possuía atividades econômicas que se organizavam em torno da produção de farinha, do trabalho nas fazendas de gado, nas olarias e na construção de canoas. Tal retrato parece bastante profícuo para se iniciar um debate acerca da importância que Guimarães adquiriria fosse no âmbito da Capitania do Maranhão, fosse na esfera de seu circunvizinho Grão-Pará, sobretudo para o envio de farinhas.

Em consulta à documentação, não se sabe ao certo o início da diligência que encarregou Joaquim de Melo e Póvoas da remessa de mil alqueires de farinha com o fim de socorrer o Grão-Pará, que atravessava um período de carestia do gênero. Em missiva de 31 de outubro de 1762, o governador da Capitania do Maranhão mencionou uma ordem expedida por Manuel Bernardo de Melo e Castro a esse respeito. Melo e Póvoas, por sua vez, informou que já havia mandado comprar a quantidade solicitada, sendo enviada para Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, acenando que estava pronta para o embarque. Entretanto, ele não poderia enviá-las em sua integralidade, pela razão de a Real Fazenda da capitania “andar muito mal de canoas” (APEP, Códice 120, Doc. 27).

A justificativa parece não ter agradado o capitão-general e, sendo assim, o governador do Maranhão acabou sendo advertido pela negativa do envio. Em missiva de 24 de dezembro de 1762, é possível entrever que a solução dada pelo próprio Melo e Castro seria recorrer ao aluguel de canoas particulares, tanto a de José Bruno de Barros, antigo proprietário do núcleo que daria origem à povoação de Guimarães, como “outras quaisquer dos particulares desta Cidade ou da Vila de Santo Antônio de Alcântara” (APEP, Códice 120, Doc. 34). Melo e Póvoas ainda replica que só não o fizera porque estava à espera de ordem expressa do capitão-general do Grão-Pará e Maranhão.

Levando em consideração que, segundo Dorneles (2021, p. 312), Guimarães constituía-se em um dos polos mais importantes do fabrico de canoas na capitania, poderia soar um tanto paradoxal a falta de embarcações em bom estado que poderiam fazer cumprir a diligência ordenada por Melo e Castro. Porém, tendo em vista que Melo e Póvoas preocupava-se com a resistência das embarcações durante a passagem pela Ponta do Itacolomi, barreira natural situada na altura da Baía do Cumã, é possível entender que, mais do que simplesmente uma vontade política, o

governador aguardava as melhores condições naturais para a realização do transporte de farinhas, tanto que as canoas “da Cidade como de Tapuitapera”, no dizer do governador do Maranhão, não apresentavam a resistência suficiente para tal (APEP, Códice 120, Doc. 34).

Como Bernardo de Melo e Castro apresentava-se impaciente pela espera dos alqueires de farinha, Póvoas optou por encarregar a embarcação de José Bruno de Barros, pois, segundo ele, parecia-lhe melhor, por se localizar do outro lado da ponta, e que parecia estar apta para encarar a estação. Por conseguinte, encarregou ao diretor da vila de Guimarães, Francisco Ferreira Portugal, tenente de granadeiros, a responsabilidade de garantir tanto a chegada dos gêneros até a cidade do Pará quanto de indígenas provenientes de diversas povoações, a exemplo do lugar de São João de Cortês.

No início de janeiro de 1763, Francisco Ferreira Portugal informou ao governador do Estado que não fora possível enviar os mil alqueires, ainda que tivesse enviado cinco canoas para a expedição das farinhas (APEP, Códice 120, Doc. 51). Em anexo à própria carta, Ferreira Portugal discrimina a quantidade de alqueires transportados em cada embarcação: na primeira, 300; na segunda, 243; na terceira, 110; na quarta, 100; e, na quinta, 87, totalizando, portanto, 840 alqueires a serem remetidos, faltando 160 para a quantidade solicitada. Para isso, o diretor justificou que precisara retirar 16 alqueires para o sustento dos trabalhadores indígenas, sobrando, então, um total de 144. Nesse sentido, o gestor da povoação instruiu que Melo e Castro poderia dispor como bem lhe aprouvesse.

Todavia, não seria apenas o gasto com a farinha que Ferreira Portugal teria que arcar, mas também com o próprio conserto da canoa. Em outra relação, o diretor fornece detalhes bastante precisos dos gastos que foram necessários para garantir o cumprimento da ordem de Manuel Bernardo de Melo e Castro. Para a despesa com a restauração das embarcações, o gestor de Guimarães lançou mão de pouco mais de 14 mil réis, quantia direcionada para a compra dos materiais, bem como para o pagamento dos “carapinas”, provavelmente “carpinas”, denominação atribuída aos carpinteiros responsáveis pelo serviço de reparação das canoas (APEP, Códice 120, Anexo do Doc. 51). Ao final, o diretor ainda declarou que os proprietários das canoas nada cobraram pelo aluguel, oferecendo-as gratuitamente para a expedição.

Esse final pode suscitar diversas desconfianças por parte do(a) historiador(a), principalmente em matéria de sociedade colonial, na qual os serviços e os favores prestados à Coroa poderiam significar um certo ganho para o indivíduo mais adiante. Em contrapartida, não se sabe se a locação dos transportes foi cobrada posteriormente, haja vista a magnitude da missão. Também não cabe julgar se o oferecimento desinteressado se converteria em expectativa de ganhos, até porque não é o foco desta discussão. O que interessa é que, à primeira vista, a logística que envolve a solicitação de remessas de farinha provenientes da povoação do Maranhão buscou

como último recurso a iniciativa particular como forma de assegurar que o envio do gênero pudesse chegar, em tempo hábil, à Capitania do Grão-Pará, a fim de socorrê-la.

Para o transporte em si, foi encarregado, também, o sargento José Pedro Pinto, de modo a exercer o controle sobre os indígenas durante a travessia do oceano em direção a Belém. O recibo feito pelo próprio militar, ainda em documentação anexa à missiva, atesta o recebimento da remessa dos 840 alqueires de farinha e de 85 indígenas, alertando, ainda, que poderia vir a subtrair mais alguns para os custos da viagem (APEP, Códice 120, Anexo do Doc. 51).

Provavelmente decorrente do teor de indignação presente na missiva de 24 de dezembro de 1762, Joaquim de Melo e Póvoas informa a Bernardo de Melo e Castro, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que havia expedido uma ordem para que Francisco Ferreira Portugal providenciasse imediatamente o conserto de mais uma embarcação, de maneira a transportar a quantidade restante, a fim de completar os mil alqueires e os 100 indígenas requeridos pelo governador do Grão-Pará (APEP, Códice 120, Doc. 52).

Em contrapartida, parecia que o atendimento à diligência em sua integralidade ainda levaria um tempo para acontecer, pois, em 19 de fevereiro de 1763, o governador do Maranhão deu conta de que havia seis dias que expedira a canoa para a cidade de Belém, mas que, ao chegar à Ponta de Itacolomim, a embarcação não teve êxito em contornar tal obstáculo natural, subindo

[...] para a vila de Tapuitapera aonde tem estado até agora pelos ventos não darem lugar a poder montar aquela trabalhosa ponta: porém, como hoje tem chovido, creio que venceram esta dificuldade, e por isso mando este Cabo de Esquadra [José Bernardes], que vai por terra a carregar a canoa passado a Araóca, aonde está a farinha pronta, e levará os cento e quarenta e quatro alqueires que faltam para completar a conta dos mil que V. Ex.^a manda ir, estão quinze índios na sua equipagem, que com eles se completa também o número dos cem que V. Ex.^a me ordenou, mandasse (APEP, Códice 120, Doc. 54).

Mais uma vez, percebe-se os fenômenos e barreiras naturais como impeditivos para o imediato cumprimento da diligência, tanto que Melo e Póvoas expressa incerteza quanto ao fato de a embarcação ter êxito em atravessar o trecho do oceano sem dificuldades. Sendo assim, se, na América Portuguesa, as limitações locais constituíam um entrave para equacionar o ritmo singular das vilas e o imposto pelo sistema colonial, o Maranhão verificou paralelo similar. Além desse problema de ordem geológica que as expedições costumavam apresentar, não obstante, a produção de farinha ainda possuía como variante o clima, e dele vinha a depender a abundância ou a escassez do gênero em determinado ano (Cruz, 2011).

Em relação à questão do mercado voltado ao consumo interno, Nírvia Ravena e Rosa Acevedo Marin (2013, p. 418) asseveram que a farinha “era um gênero quase que imprescindível”, por conta não só de sua durabilidade, mas também de seu fácil preparo para o consumo e o transporte. Provavelmente, Melo e Castro desconhecia as barreiras naturais que dificultavam a navegabilidade nessas regiões, o que talvez possa explicar o tom incisivo de suas advertências dirigidas ao governador do Maranhão em exercício. De qualquer maneira, percalços naturais como também a distância impuseram um certo ritmo ao atendimento da exigência.

Em 28 de fevereiro de 1763, o diretor de Guimarães avisa a Melo e Castro que encarregou o cabo de esquadra José Bernardes, já mencionado na missiva de 19 do mesmo mês, de transportar os 144 alqueires restantes. No entanto, conforme a relação que enviava em anexo à carta, estavam sendo expedidos apenas 139, pois cinco deles foram necessários para custear tanto os equipamentos da embarcação quanto os próprios trabalhadores indígenas, como confirmou o próprio designado para o transporte dos gêneros (APEP, Códice 120, Doc. 56 e anexos). A chegada da expedição ao Grão-Pará, ao que consta, não foi possível localizar na documentação, diferentemente do retorno das embarcações à Baía de Cumã, registrada em 2 de abril do mesmo ano (APEP, Códice 120, Doc. 58).

A experiência do socorro de farinhas ao Grão-Pará permitiu demonstrar que Guimarães poderia despontar como uma potencial unidade de produção do gênero, tanto que, na mesma missiva do início de abril, Joaquim de Melo e Póvoas ordenou que, com o fim do cumprimento da missão, a produção de farinha fosse canalizada para atender às necessidades da cidade de São Luís. Assim, o gênero seria destinado ao sustento da guarnição e aos indígenas que trabalhavam na Fortificação de São Francisco, em razão da alta dos preços do gênero no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para tal, o governador ainda sugeriu que fossem reaproveitadas as mesmas embarcações empregadas para o envio do gênero alimentício ao Grão-Pará.

No entanto, essa importância não se daria apenas no nível interno, ocasionando, então, uma nova solicitação do governador do Grão-Pará para a remessa de mais alqueires do gênero, em uma segunda expedição. Pelo teor da missiva de 13 de abril de 1763, é possível depreender que as relações tecidas entre o governador do Maranhão, o diretor da vila de Guimarães e o próprio Manuel Bernardo de Melo e Castro possuíam a intenção de tornar a povoação uma das mais importantes para o desenvolvimento da capitania, consistindo em um programa sistemático de revitalização econômica e financeira das vilas e lugares do Maranhão, como já comentado anteriormente. Não à toa, mais uma vez, Melo e Castro imprimiu um tom de imediatez ao pedido interpelado a Melo e Póvoas.

ENTRE “A FALTA CRÔNICA DE FARINHA” E A CONSTRUÇÃO DE UM “CELEIRO NO CUMÃ”: O DESPONTAR DA VILA DE GUIMARÃES COMO UM POTENCIAL LUGAR DE PRODUÇÃO E DE ABASTECIMENTO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Já é fato conhecido até aqui que o governador do Maranhão, em resposta aos escritos do capitão-general, constantemente utilizava como justificativa a questão climática e topográfica a tal ponto que, dessa feita, Melo e Póvoas chega a dizer que só procederá com a compra de mais alqueires somente de julho em diante, “por ser o tempo em que se faz”, adquirindo, para a diligência, a soma de 642 alqueires (APEP, Códice 120, Doc. 59). Por meio da leitura da missiva de 20 de maio de 1763, leva-se a crer que, com o êxito inicial do aprofundamento das relações entre a vila de Guimarães e a cidade de Belém, Melo e Castro aprofundou ainda mais a demanda, a ponto de solicitar 2 mil alqueires. As questões naturais, nesse sentido, tomaram a dianteira do discurso do governador, a fim de se defender das constantes críticas provenientes de seu superior.

De qualquer forma, é perceptível que a compra dos alqueires de farinha, a logística que movia a expedição, as despesas a serem custeadas, seja de material para reparação das embarcações, seja para os indígenas trabalhadores envolvidos no serviço, bem como a maneira pela qual os alqueires de farinha eram distribuídos são aspectos que aparecem de forma bastante minuciosa na documentação. Além disso, no caso dessa segunda expedição, procedimento contrário não seria feito, pois, como era de praxe, o diretor expediu uma carta afirmando ter encarregado um militar para a condução do gênero alimentício, bem como o designado para tal tarefa assinou um recibo assentindo o recebimento da carga a ser embarcada para Belém, assim como de indígenas para outros serviços, demonstrando que as povoações do Maranhão também possuíam relações atinentes ao envio de mão de obra indígena.

O interessante é que a acusação do recebimento pelo sargento Cleto Antônio Marques dos 642 alqueires de farinhas a serem enviadas ao Pará foi remetida de uma localidade chamada Juçara, provavelmente às proximidades de Guimarães e relativamente distante das barreiras naturais do Cumã, o que pode aduzir para um possível deslocamento do ponto de partida das embarcações para outras localidades que não fosse a vila de Guimarães. Com efeito, a aplicabilidade do Diretório dos Índios, tanto no Grão-Pará como no Maranhão, além de suas reverberações no Estado do Brasil⁵, perpassou, por diversas vezes, pelas condições climáticas e geográficas das localidades nas quais as povoações estavam situadas.

5 É preciso lembrar que o diretório inicialmente foi pensado para a realidade das capitanias do Grão-Pará, do Maranhão e do Rio Negro como um experimento que nortearia as ações de D. José I e do

Por outro lado, o imediato atendimento em satisfazer às exigências de Melo e Castro dificultava não só Melo e Póvoas, mas também o próprio Francisco Ferreira Portugal a se voltarem para demandas locais mais prementes. Ao mesmo tempo que Cleto Antônio Marques atesta que lhe foram repassados os alqueires para serem enviados a Belém, o militar queixa-se de que os 14 paneiros de farinha enviados pelo mesmo diretor, em 12 de março, já haviam se esgotado na mesma data. Esse tom de queixa é confirmado em carta remetida por Melo e Póvoas, de 20 de maio de 1763, pois o conteúdo da carta imprime a sensação de que o Maranhão também já se encontrava em um contexto de crise no abastecimento da farinha, a ponto de tentar garantir o êxito da diligência designada pelo capitão-general por meio da instituição de uma derrama⁶.

A documentação permite depreender que a segunda expedição, iniciada em 13 de abril de 1763, consistiu em ao menos três viagens ao Pará até atingir o total solicitado. Já se viu que Melo e Póvoas costumeiramente tecia a queixa de uma falta crônica de embarcações na Real Fazenda do Maranhão que pudessem ser aptas a resistir à navegação perigosa da Ponta de Itacolomi, sendo necessário recorrer a embarcações de particulares. Nesse sentido, o governador do Maranhão ordenou que fossem expedidos do Maranhão tanto a única canoa mais apta a enfrentar a tormenta do oceano, como também o bote de José Bruno de Barros (APEP, Códice 120, Doc. 64).

Na viagem de maio de 1763, tanto a relação, feita por Francisco Ferreira Portugal, da quantidade de alqueires de farinha que seriam transportados até a Real Fazenda do Pará (APEP, Códice 120, Doc. 71 e anexos), quanto o recibo que acusa o recebimento da quantia pelo sargento José Pedro Teixeira, no mesmo sítio de Juçara (APEP, Códice 120, Anexo do Doc. 71), parecem ser fortes evidências de que o estoque do gênero na vila já apresentava sinais de esgotamento. Conforme se viu anteriormente, o próprio governador lançaria mão de impostos pagos em alqueires de farinha como uma forma de tentar alcançar a demanda de Melo e Castro. Além disso, o próprio diretor de Guimarães deixa um inequívoco indício a respeito disso,

primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, com relação ao processo de consolidação de ocupação portuguesa no norte da América Portuguesa. Em 17 de agosto de 1758, o rei D. José I estende a aplicabilidade do diretório para as capitanias pertencentes ao Estado do Brasil, ainda que, segundo Ricardo Pinto de Medeiros (2007), em realidade, os seus parágrafos tenham sofrido alterações, de modo a se adequar às particularidades de cada área, sendo um exemplo disso a Capitania de Pernambuco e suas anexas.

- 6 Em discussão a respeito da importância da farinha para o cotidiano dos indivíduos no norte da América Portuguesa, Nírvia Ravena (2005, p. 138) assevera que a instituição da derrama, por parte do capitão-general, servia como solução da deficiência do consumo de farinha, seja por escassez ou, ainda, pelo fato de que muitas localidades não possuíam como característica a produção para o autoconsumo, sendo necessária a retirada do gênero de povoações próximas.

ao afirmar que “fica o Cumã limpo de farinha”, e, dessa maneira, outra diligência do tipo só poderia ser solicitada no tempo de sua fartura.

O modo pelo qual Francisco Ferreira Portugal buscou cumprir, na medida do possível, a diligência do envio da farinha parece ter sido feito a contragosto de Melo e Póvoas. Isso porque, em missiva de 14 de junho de 1763, Póvoas apresentou um sentimento de insatisfação pelo fato de a quantidade apresentada do gênero, transportado nas canoas que partiram de São Luís em 31 de maio, ter sido bastante aquém da requerida pelo governador do Grão-Pará, por acreditar que as embarcações comportavam espaço suficiente para carregar mais alqueires (APEP, Códice 120, Doc. 82). Porém, como a reserva do gênero estava prestes a entrar em estado de escassez, provavelmente, o governador do Maranhão não possuía alternativa alguma a não ser anuir com o envio do máximo possível que havia sido auferido.

É bem provável que o cultivo de roças de mandioca tenha início por volta dos meses de julho e agosto, pois, em 22 do mesmo mês, Joaquim de Melo e Póvoas expressou a expectativa de que Cleto Antônio Marques, novamente designado para ser responsável pelo transporte das farinhas nas embarcações, ao chegar na Capitania do Grão-Pará, informasse ao capitão-general a situação de calamidade do estoque do derivado da mandioca na povoação do Cumã, a tal ponto que

[...] nem para o mantimento dos índios se achava a precisa [farinha] na Vila de Guimarães, e logo que tive a notícia da chegada desta canoa que foi ainda antes de receber as Cartas de V. Ex.^a, expedi as ordens necessárias ao Tenente Francisco Ferreira Portugal para que por todos os modos se fizesse a farinha necessária para carregar a mesma canoa, distribuindo os índios de sua equipagem pelos lavradores que necessitassem deles para com mais brevidade se poder concluir a fatura de farinha, poupando-se também desta sorte a despesa que havia de fazer com os jornais e mantimentos dos mesmos índios enquanto precisamente deviam esperar que se aprontasse a dita farinha (APEP, Códice 120, Doc. 85)

Depreende-se, então, do excerto que Melo e Póvoas se deparava com um impasse relativo ao estado calamitoso em que a Capitania do Maranhão se encontrava, a ponto de não haver o gênero alimentício nem mesmo para compor a dieta alimentar dos habitantes da vila de Guimarães, muito menos dos que se localizavam nas obras públicas. Sendo assim, na tentativa de conter despesas, Joaquim de Melo e Póvoas ordenou ao diretor da povoação que se utilizasse dos indígenas que iriam ser transportados, a fim de que fossem empregados nas roças de farinha, a depender das necessidades dos lavradores locais. Desse modo, seria com o resultado desse cultivo que o governador do Maranhão pretendia retirar a quantidade necessária para cumprir com a ordem estabelecida pelo capitão-general.

No entanto, tais relatos acerca da situação em que a produção de farinha se encontrava no Maranhão parecem não ter dissuadido Bernardo de Melo e Castro de continuar a solicitar que mais alqueires partissem do Cumã. Talvez seja essa a explicação para que, em 24 de setembro de 1763, o ouvidor da capitania, Bruno Antônio de Cardoso e Menezes, lhe enviasse uma missiva detalhando o preço de cada alqueire enviado à Real Fazenda do Pará:

O Senhor Governador, por força da ordem de V. Ex.^a. valeu-se de mil e novecentos alqueires de farinha, que eu tinha comprado para os gastos desta Fazenda Real no Cumã a duzentos réis, e pouca a duzentos e quarenta, e por esta ocasião supri aquela extração com outra tanta que comprei mil alqueires a duzentos e oitenta; quatrocentos a quatrocentos e oitenta, e a mais a quinhentos réis. V. Ex.^a olhe com piedade para esta Real Fazenda, que a sua necessidade me obriga a proceder com tanta miudeza (APEP, Códice 120, Doc. 72).

Certamente, a intervenção do ouvidor simbolizava a confirmação da situação de adversidade aguda na produção de farinha, pela qual a Capitania do Maranhão estava sendo acometida. Esperava-se, então, que, com as palavras do próprio Bruno Antônio de Cardoso e Menezes, Melo e Castro se sensibilizasse com a falta do gênero, o que impossibilitava o pleno atendimento da exigência do capitão-general. A missiva de 13 de setembro de 1763, contrariamente às anteriores, que, costumariamente, apresentavam assuntos esparsos, ainda que reunidas numa mesma carta, procurou vincular a questão da escassez de farinha com o envio de indígenas, para que executassem as obras das fortificações localizadas nos arredores de São Luís.

Em outros termos, com a intensa demanda de indígenas provenientes das povoações do diretório para serem empregados nos empreendimentos reais, infere-se que pouco contingente sobrava para o cultivo das roças. Dessa maneira, é perceptível como a demanda local, por diversas vezes, dificultava o cumprimento das ordens emanadas da Coroa em sua integralidade, a começar pela questão do cultivo, pois é necessário rememorar que o diretório possui como um dos princípios basilares o fomento à agricultura.

Retornando à questão da constante requisição de farinhas, em novembro de 1763, é possível constatar que Melo e Póvoas ainda procurava se justificar diante de tamanha insistência do capitão-general, que aguardava pelas embarcações que trariam alqueires de farinha do Cumã. Tanto a missiva de 14 de setembro como a de 24 de novembro do mesmo ano permitem aferir o grau de extrema importância que a vila de Guimarães possuía para o aprofundamento das relações entre as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão. A primeira, redigida e assinada por Melo e Póvoas, informa que, em diversas cartas, o governador do Grão-Pará sugeriu ao dirigente do Maranhão que “nas partes do Cumã se faça o celeiro de toda a farinha que puder

haver, sem vexação dos lavradores, para se socorrer essa Provedoria com este gênero” (APEP, Códice 120, Doc. 76).

Caso se dirija certa atenção à questão geográfica do Maranhão, Guimarães estava inserida no circuito de povoações atlânticas da capitania, por sua vez, em localidade favorável à entrada e à saída de produtos. Levando-se em consideração tal assertiva, poderia observar-se igualmente o caso de Vinhais, que também receberá uma significativa atenção do governo de Melo e Póvoas, a fim de fomentar o cultivo e o comércio. Nesse sentido, do mesmo modo poderia despontar como potencial polo não só de produção, como também de envio e de recebimento de mercadorias, como aconteceria mais posteriormente com o caso do arroz (Sousa Neto, 2020). Guimarães, desse modo, despontava como principal unidade produtiva de um gênero alimentício fundamental para a sobrevivência na Amazônia Portuguesa, que deveria providenciar os alqueires de farinha para abastecer tanto a Real Fazenda do Pará, por força das questões administrativas, como a sua própria, esta, ao que parece, relegada ao relento.

Em carta de 24 de novembro de 1763, Melo e Póvoas assentiu que a região da Baía de Cumã era a única entre todas as partes da capitania a ser provida de farinha, ordenando ao diretor de Guimarães que ele poderia realizar a compra do gênero pela mesma região. Em outras palavras, tal afirmação permite confirmar a importância que Guimarães possuiu entre os anos de 1762 e 1764, em termos de relações comerciais entre a Capitania do Grão-Pará e do Maranhão. Como a própria povoação parecia ter como característica a sua produção de mandioca, não era de se estranhar a constante pressão exercida por Melo e Castro para que fosse transportada a quantidade solicitada. Porém, o dia a dia das povoações, tão insistentemente descortinado em detalhes por Joaquim de Melo e Póvoas, como também pelos envolvidos na logística da expedição, mostrava que parecia estar fora de cogitação o atendimento das pretensões do capitão-general.

Em dezembro de 1763, Manuel Bernardo de Melo e Castro deixa o cargo de governador do Grão-Pará, a fim de dar lugar a Fernando da Costa de Ataíde Teive, para o qual Joaquim de Melo e Póvoas inteirou da última diligência de seu antecessor, alegando, uma vez mais, a falta de farinha, tanto que, já no primeiro mês de seu governo, a Ataíde Teive foram endereçadas algumas missivas a esse respeito. Ademais, a constante solicitação do gênero alimentício contribuiria para que a sua falta chegasse a tornar-se aguda, a tal ponto que, em 29 de março do mesmo ano, Joaquim de Melo e Póvoas dá pistas acerca de como o novo dirigente do Estado do Grão-Pará e Maranhão receberia notícias relativas à Capitania do Maranhão:

Na mesma Carta me repete V. Ex.^a a grande mercê com que a sua benignidade favorece esta Capitania, absolvendo-a da remessa de farinhas para essa Cidade, o que presentemente era impossível, pela grande fome que aqui se experimenta, que me corta o coração ver a pobreza

desta Cidade sem ter absolutamente que comer; porque não só há falta de farinha, mas também de milho e arroz, que são os gêneros que podiam suprir aquela falta (APEP, Códice 146, Doc. 15).

Diferentemente de Melo e Castro, que persistia no envio das farinhas, malgrado a insistente demonstração tanto por Joaquim de Melo e Póvoas como pelos responsáveis diretos pela logística do transporte dos alqueires do produto, Ataíde Teive parece ter se sensibilizado com a situação da Capitania do Maranhão, isentando sua Real Fazenda das remessas do gênero. De acordo com o próprio governador do Maranhão, a fome proliferou-se de tal maneira que “todos os lavradores têm bulido nas suas roças antes do tempo para comerem, por a fome lhe não dar lugar a esperar o tempo próprio da colheita” (APEP, Códice 146, Doc. 15). Conforme se viu previamente, as roças dos lavradores da região de Cumã eram fundamentais para reunir o estoque necessário, com a finalidade de não só abastecer a vila de Guimarães e suas adjacências, mas também São Luís, e, num nível mais amplo, Belém do Pará.

Entretanto, ao que parece, isso não significou facultar o envio da remessa, pois, em 20 de maio de 1764, o governador do Maranhão informou que foram transportados por canoas fretadas alguns alqueires de farinha, embora continuasse a lamentar não poder atender à demanda solicitada. Ademais, a fome na capitania persistiu como o assunto principal das missivas, principalmente no que diz respeito à argumentação de não poder haver o envio para o Pará. Dessa vez, o governador recorre às opiniões dos próprios indivíduos provenientes da Capitania do Grão-Pará, pois, ao relatar mais uma vez a grave crise na produção de farinha, Joaquim de Melo e Póvoas afirma que “nesta terra há muito maior necessidade do que nessa, segundo me seguram as pessoas que agora de lá vêm” (APEP, Códice 146, Doc. 23).

Em 24 de maio de 1764, como forma de dirimir os prejuízos causados pela falta de mandioca para o preparo da farinha, Joaquim de Melo e Póvoas remeteu 64 rolos de pano, a pedido dos próprios administradores da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, “para que eles contribuíssem com o sustento para os índios” (APEP, Códice 146, Doc. 26). Isso se constitui em mais um caso de que o governo do Maranhão foi obrigado a lançar mão da iniciativa de particulares para não tornar inúteis as canoas locadas para o transporte da farinha requerida. No caso em questão, é possível perceber o quanto as dinâmicas da Companhia de Comércio, por mais que tenham aspirações diferentes ao que se verifica nas povoações dos índios, não estão dissociadas do projeto político iniciado por Lobato e Sousa e aprofundado pelo seu sucessor.

O envio de farinha entre os anos de 1762 e 1764 possivelmente alçou Guimarães como uma das unidades produtivas mais promissoras do norte da América Portuguesa, não apenas em termos de estoque do produto, mas de sua redistribuição em dois níveis: interno, entre as próprias povoações do Maranhão e a cidade de

São Luís; e externo, na esfera da própria sede administrativa, Belém. Dessa forma, o inventário da própria vila parece não deixar dúvidas de que a produção de mandioca para o preparo da farinha se constitui em uma das atividades essenciais para potencializar o giro da economia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, auferindo rendimentos para a Real Fazenda da própria capitania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As localidades da Baía do Cumã, pela sua farta produção de farinha, atraíram fortemente o olhar do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, o que ensejou o pedido de milhares de alqueires ao governador do Maranhão. A carestia do gênero parece ter dado o tom da justificativa, porém, é algo que precisa ser problematizado, na medida em que a documentação não esclarece as razões pelas quais Melo e Castro insistentemente solicitava consideráveis quantidades de farinha.

O cumprimento da diligência, por parte de Melo e Póvoas, passou por diversos entraves, como se viu. O primeiro foi a indisponibilidade de embarcações da Real Fazenda que pudessem transitar incólumes pela perigosa Ponta de Itacolomi, cuja solução foi recorrer à iniciativa particular, esta partindo, inclusive, do próprio Melo e Castro. Isso, por sua vez, reforça o caráter imediato da ordem expressa pelo capitão-general, porém, ainda não permite explicar os motivos de tamanha urgência por parte dele.

A Ponta de Itacolomi se constituía numa perfeita representação de que o ritmo das vilas coloniais não estava em simbiose com o imposto pelo sistema colonial, porque não foram poucas as vezes, como se viu aqui, em que a embarcação precisou aguardar a passagem do mau tempo para, enfim, poder prosseguir a viagem que transportava não apenas os alqueires de farinha, como também mão de obra indígena, arregimentada nas povoações do Maranhão. Itacolomi se tornou um entrave a tal ponto que o local de partida das embarcações necessitou ser alterado, como se atesta no acuso do recebimento pelo sargento responsável pelo transporte da canoa em pedidos posteriores.

No entanto, não seriam apenas as constantes ordens expedidas por Manuel Bernardo de Melo e Castro que seriam os fatores responsáveis por levar a produção de farinha da região da Baía do Cumã ao estado de exaustão. É preciso levar também em consideração que, além da demanda externa, havia, ainda, uma lógica interna que era largamente sustentada pelas povoações de índios: a restauração de fortalezas. Estas, por sua vez, necessitavam mobilizar não só um grande contingente de trabalhadores indígenas, como, igualmente, uma grande quantidade de mantimentos, em especial a farinha, retirada da produção das vilas.

Levando-se em conta que a povoação de Guimarães é a primeira a se chegar por mar, o que a torna bem próxima da cidade de Belém, não deve ser por acaso que Melo e Castro tenha sugerido que a vila se constituísse num “celeiro de farinha”, entre os anos de 1762 e 1764. É possível que essa situação geográfica na região costeira da Capitania do Maranhão, aliada à sua considerável produção de farinha, tenha incitado o governador do Grão-Pará a aprofundar relações políticas com Melo e Póvoas.

De qualquer forma, a posição que Guimarães assumiu no contexto inicial do governo de Joaquim de Melo e Póvoas permite entender os graus das relações não apenas administrativas, mas também políticas e econômicas entre as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão. É possível compreender, nesse sentido, o espectro de ação que as povoações de índios possuíram no interior da engrenagem colonial, demonstrando que o funcionamento das lógicas do sistema colonial teve como uma das bases fundamentais de sustento o trabalho indígena.

Portanto, as vilas e lugares de índios da Capitania do Maranhão permitem demarcar um lugar bastante importante no que diz respeito ao avanço do processo de colonização, na medida em que representavam tanto vetores de irradiação para atingir áreas que ainda não haviam entrado no radar do processo de organização administrativa civil, como também polos de produção e abastecimento, pois é bem possível que, além da cidade de Belém, a farinha fosse redistribuída para outras partes do Estado, assim como a mão de obra indígena retirada das povoações do Maranhão, aspectos estes que futuras pesquisas poderão contemplar.

O caso das remessas de farinha, novamente, permitiu que os indivíduos envolvidos pela logística do transporte atribuísem sentidos e significados ao caminho percorrido pelas embarcações que realizavam o transporte do gênero. Dessa forma, a diligência de envio do gênero pela vila de Guimarães, além da questão da indisponibilidade de canoas aptas a transitar pelo trecho e da vertiginosa queda da produção de farinha, também teve como entrave principal o ambiente natural: a própria baía, uma vez que era esse elemento natural, ao que parece, que ditava o ritmo do atendimento das diligências exigidas por Melo e Castro.

Logo, a dimensão espacial, quanto à sua composição geográfica, é um aspecto a se considerar quando de uma análise que busca verificar as relações econômicas, políticas e administrativas, não só nas povoações do diretório, mas também em qualquer outro contexto da colônia. Mais do que isso, é preciso entender igualmente o espaço como uma mola propulsora de conflito, na medida em que os indivíduos “encontram-se em uma área territorialmente limitada” (Chambouleyron, 2010, p. 98-99).

FONTES

Imprensa

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

Manuscritas

Arquivo Público do Estado do Pará

Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 120, Documentos: 27, 34, 51 e anexos, 52, 54, 56 e anexos, 58, 59, 64, 71 e anexos, 72, 76, 82 e 85.

Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 146, Documentos: 15, 23 e 26.

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas e Lugares, nas Aldeias das Missões (1757-1767). Secretaria de Governo, Maranhão, Série n. 4, Livro n. 28.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial*. Belém: Editora Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Uma sociedade colonial em expansão: o Maranhão e o Grão-Pará de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: HULSMAN, Lodewijk A. H. C.; CRUZ, Maria Odileiz Sousa. *Fazenda e trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas: o caso de Berbice (1726-1736)*. Boa Vista: Ed. UFRB, 2016. p. 13-39.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz; MELO, Vanice Siqueira de. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de “pau” e de “guerra”*: os usos da farinha de mandioca no Extremo Norte (1722-1759). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DORNELLES, Soraia Sales. Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios*: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do Rei de Portugal*: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do Período Pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. (org.). *Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Brasil*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007. p. 125-159.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia*: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na Capitania do Espírito Santo, 1535-1822. São Paulo: Humanitas, 2019.

RAVENA, Nirvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 125-149, 2005.

RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p. 395-420, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos*: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: EDUA, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilça dos. *O governo das conquistas do Norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

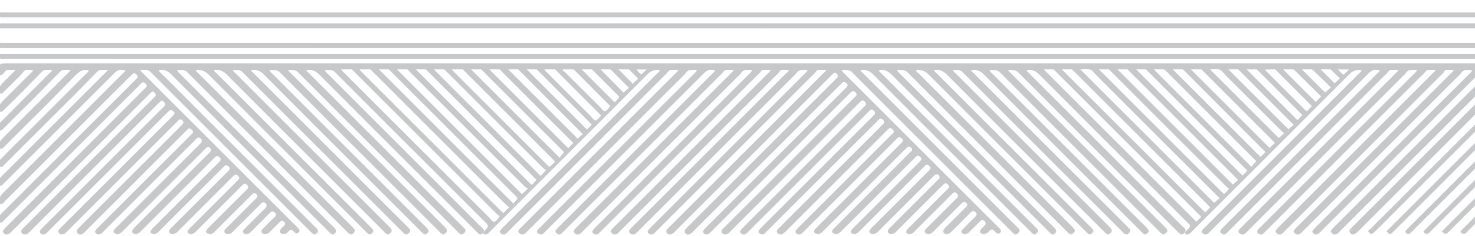
SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização*: colonização e povos indígenas na Bahia. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2014.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. *Diz o índio...*: políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande* – dinâmicas locais sob o Diretório pombalino. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUSA NETO, Francisco Alves de. *A vila de índios de Vinhais e a produção de arroz: trabalho e protagonismo indígena na Capitania do Maranhão (1770-1780)*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) –Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.



CAPÍTULO 12

DIRETÓRIO E TRABALHO

políticas indígenas e indigenistas de acesso e controle da mão de obra indígena

VANICE SIQUEIRA MELO

WANIA ALEXANDRINO VIANA

INTRODUÇÃO

O reinado de D. José I foi caracterizado pela implementação de novas diretrizes na América Portuguesa. Uma interessa à reflexão deste capítulo: a política indigenista representada pela Lei de Liberdade Indígena e pelo Diretório dos Índios. As orientações que Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebeu do ministro, e seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, na ocasião em que foi governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, perpassavam por três eixos, que eram: i) a demarcação dos novos limites territoriais do norte da América Portuguesa; ii) o desenvolvimento das atividades econômicas do Estado do Grão-Pará, para que gerasse mais rendimentos para a Coroa Portuguesa; e iii) a reorganização do uso da mão de obra indígena, eliminando a escravização indígena, tornando-a mais proveitosa para os interesses dos portugueses e da própria Coroa (Souza Junior, 2012).

Com a finalidade de cumprir os objetivos do projeto político e econômico pensado e implementado a partir de 1750, era imprescindível regular a liberdade concedida aos povos indígenas para que viessem a ser povoadores das ocupações coloniais e se tornassem sujeitos que produziam as riquezas esperadas. Como lembrou Ângela Domingues, as diretrizes pombalinas tinham a pretensão de que os indígenas participassem do desenvolvimento econômico do Estado do Grão-Pará, como mão de

obra a serviço dos colonos ou como proprietários dos seus próprios bens (Domingues, 2000).

As modificações foram estabelecidas em três leis: i) a Lei de Liberdade Indígena, que proibia a escravização indígena e é datada de 6 de junho de 1755; ii) a que retirava dos missionários o poder temporal sobre as aldeias indígenas – ambas implementadas em 1757; e iii) o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, conhecido como Diretório dos Índios, assinado em 3 de maio de 1757 e que se tornou lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758. José Alves de Souza Junior argumenta que a referida política indigenista foi resultado das inflexões nas diretrizes pombalinas ensejadas a partir das pressões dos colonos pela mão de obra indígena e pelas diversificadas práticas dos próprios povos indígenas, uma vez que foram sujeitos ativos durante o processo de colonização (Souza Junior, 2012).

O Diretório dos Índios apresentava um caráter integracionista, uma vez que seus parágrafos delineavam diversos mecanismos de “inserção” dos grupos indígenas na sociedade colonial. Objetivava-se que os povos indígenas participassem das atividades econômicas do Estado do Grão-Pará a partir de duas condições: como mão de obra a serviço dos colonos ou como proprietários dos seus próprios bens (Domingues, 2000). Constituído por 95 parágrafos, o diretório normatizava as diretrizes integracionistas em três grupos: i) colonização – povoamento, edificação de povoações, descimento e controle das populações aldeadas; ii) economia – agricultura, fiscalização, tributação, comércio e distribuição da força de trabalho indígena; e iii) civilização dos índios – as atribuições do tutor e como seriam transmitidos valores “civilizacionais” aos índios (Almeida, 1997).

Uma das principais transformações na política indigenista foi na maneira pela qual os povos indígenas seriam distribuídos como trabalhadores. O Diretório dos Índios determinava que os trabalhadores indígenas seriam divididos em duas partes: um grupo deveria ser empregado no Real Serviço, e a outra parte seria direcionada para os serviços dos moradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Almeida, 1997). Outra modificação na política de distribuição dos trabalhadores indígenas foi a criação do posto de diretor dos índios, uma vez que a repartição dos trabalhadores indígenas perpassava pela gerência desse novo cargo, que se tornou referencial na política indigenista instituída com o diretório. Além de administrarem, junto com os principais indígenas, a distribuição dos trabalhadores, cabia aos diretores o papel de tutores dos povos indígenas que viviam nas povoações, pois eram considerados sujeitos incapazes de se autogovernar, de cuidar da construção de prédios públicos e da arrecadação dos dízimos.

Aqueles que dispunham de uma “portaria” emitida pelo governador do Estado do Grão-Pará poderiam ter acesso aos trabalhadores indígenas. Essas “portarias” deveriam ser apresentadas às chefias indígenas e aos diretores das povoações, que

eram os incumbidos de distribuir os indígenas aos requerentes, conforme as “portarias” determinavam. Uma vez que os diretores mediavam a distribuição dos indígenas, era plenamente possível que estivessem envolvidos em conflitos e em problemas relacionados ao controle e à distribuição dos trabalhadores indígenas.

Neste capítulo, busca-se demonstrar que a mudança na condição jurídica dos indígenas, implementada pelo diretório, implicou conflitos relacionados ao acesso, ao controle e à disponibilidade da mão de obra indígena para diversas atividades, como, por exemplo, as expedições que navegam entre o Grão-Pará e o Mato Grosso. Além disso, como indígenas que ocuparam postos nas povoações e vilas também disputavam essa mão de obra. Por fim, busca-se demonstrar que as ações indígenas frente às formas de controle foram múltiplas, seja em ações de fuga, na resistência, ou na atuação política a partir de patentes militares.

CONTROLE E ACESSO: OS SUJEITOS E AS APROPRIAÇÕES DO DIRETÓRIO

O caminho fluvial formado pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré foi objeto das preocupações portuguesas desde a década de 1730, quando a monarquia proibiu a navegação desse caminho no mês de outubro de 1733 (Almeida, 2009). Em 1752, a navegação foi autorizada entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Capitania do Mato Grosso pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré. Entende-se, então, que a oficialização, pela Coroa Portuguesa, de um caminho que já era percorrido pelos colonos se explica a partir de uma tentativa de dominação do território, pois, em 1750, as coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madrid. O referido tratado pretendia definir os territórios das coroas ibéricas na América, e um dos princípios era o do *uti possidetis*, que determina que as partes conservem o que ocupam no terreno (Goes Filho, 2015).

Conectando Belém, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, à Vila Bela, na Capitania do Mato Grosso, o caminho fluvial dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé era usado para escoar uma parcela do ouro extraído na Capitania do Mato Grosso e era uma via de abastecimento de Vila Bela. Embarcações com africanos escravizados, indígenas, religiosos, viajantes, membros da administração portuguesa, soldados, agentes mercantis¹ e outros sujeitos subiam e desciam esses rios em expedições militares, comerciais e oficiais (Melo, 2022).

Alguns expedicionários que iam do Grão-Pará ao Mato Grosso queixavam-se das posturas dos diretores quando recusavam ou dificultavam a distribuição dos indígenas para compor o conjunto de trabalhadores que iam às expedições. Na expe-

1 Referimo-nos aos sujeitos que são classificados como “comerciantes”, “mercadores”, “homens de negócio”.

dição que fez da cidade de Belém para a povoação de Salto², Teotônio da Silva Gusmão fez uma parada em Borba, onde escreveu uma carta para o governador do Estado do Grão-Pará. Silva Gusmão relatava que, na vila de Monte Alegre, “foi prontamente socorrido dos índios” que pediu, e “da mesma forma em Santarém” e em Vila Franca. Em Serpa, contudo, teria vivenciado algumas dificuldades para conseguir os índios. Teotônio Gusmão pediu ao dito diretor de Serpa, o soldado Vitoriano Gomes, “12 índios 6 pela troca e 6 de mais”, e o diretor lhe respondeu que não daria os indígenas, conforme a portaria do governador do Estado do Grão-Pará determinava, pois reconhecia como governador Joaquim de Melo e Póvoas (APEP, Códice 54, D. 30).

João de Sousa Azevedo, que frequentou a navegação entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, igualmente enfrentou dificuldades para ter acesso aos trabalhadores indígenas com os diretores das vilas. Sousa Azevedo queixou-se ao governador da Capitania do Rio Negro em uma carta de abril de 1761. Segundo esse governador, João de Sousa Azevedo lhe havia relatado acerca da falta de índios para a “sua equipação”, e alguns dos diretores da Capitania do Rio Negro “não [lhe] davam por estarem no presente tempo espalhados pelos sertões a colheita das drogas” (APMT, SG, CA 184, Cx. 005). No caminho para o Mato Grosso, João de Sousa Azevedo fez a mesma queixa ao governador do Grão-Pará, e explicou que do Rio Tapajós “para cima se não deu cumprimento às portarias” desse governante “a respeito dos índios”. Segundo Sousa Azevedo, isso teria ocorrido por não haver índios “nas vilas segundo dizem os diretores” (APEP, Códice 106, D. 51).

As queixas sobre os comportamentos dos diretores originavam, também, de outros diretores que, igualmente, experimentavam dificuldades em ter acesso aos trabalhadores indígenas e atribuíam aos diretores de outras povoações esses problemas. Em um ofício de janeiro de 1765, o diretor da vila de Santarém, Valério Correia Botelho, disse ao governador do Estado do Grão-Pará que encaminhava a ele uma relação dos indígenas que havia retirado das povoações e de quais eram. A dificuldade de ter acesso aos indígenas de outras povoações estaria atrasando a expedição de Valério Correia Botelho, pois era “costume inveterado de sempre haver desculpa nos diretores que não” havia indígenas (APEP, Códice 73, D. 40).

As três queixas apresentadas até aqui exemplificam a reconfiguração da política de distribuição e acesso aos trabalhadores indígenas, implementada pelo Diretório dos Índios. Nos relatos desses sujeitos, a figura do diretor das povoações aparece como responsável por não garantir trabalhadores indígenas aos que os demandavam, dificultando o pleno desenvolvimento das atividades.

2 Povoação planejada por Teotônio da Silva Gusmão para ser construída em uma das cachoeiras do Rio Madeira, na década de 1750.

As modificações na política indigenista implementada a partir da segunda metade do século XVIII teriam provocado uma redução demográfica nas povoações. José Alves de Souza Júnior, nesse sentido, argumenta que uma das implicações da Lei de Liberdade Indígena foi o esvaziamento das povoações, pois, apropriando-se e reelaborando o conteúdo da lei, os povos indígenas não se sentiam mais obrigados a continuar nas povoações. O contágio das bexigas, a escassez de alimentos, os abusos cometidos pelos diretores, oficiais índios e principais, e, principalmente, a aversão indígena à disciplina de tempo e de trabalho que estavam sendo impostas constituíam razões para as evasões indígenas (Souza Junior, 2013). Pode-se, portanto, considerar que os diretores, ao dificultarem ou ao negarem trabalhadores indígenas aos que demandavam, estivessem tentando manter um quadro populacional que atendessem às demandas das povoações em uma conjuntura de redução populacional ocasionada pela própria política indígena.

Os comportamentos dos diretores podem ser explicados, igualmente, a partir das transgressões que cometiam e do aproveitamento do posto para alcançarem seus interesses. Vinícius Zúñiga argumenta que muitas transgressões dos diretores eram denunciadas e que nem sempre as denúncias eram originadas dos agentes da administração colonial. Nesse contexto, argumenta que a população indígena aldeada também fazia denúncias referentes às más práticas dos diretores, e que essas transgressões se baseavam em dois fatores: i) a violência cometida pelos diretores e ii) a utilização de mão de obra dos indígenas nos serviços particulares dos diretores. Assim, as queixas narradas anteriormente, sobre a dificuldade de ter acesso aos trabalhadores indígenas, poderiam estar relacionadas, também, às tentativas de utilização ilegal, pelos diretores, dos indígenas aldeados.

É importante lembrar que havia, ainda, falta de interesse dos indígenas em participar das expedições ao Mato Grosso. Heather Roller argumentou que a participação dos povos indígenas nas expedições de coleta era, provavelmente, um recurso utilizado para evitar serviços mais onerosos, ou um meio de resistir aos pleitos coloniais e deles engajarem-se a partir de seus próprios termos (Roller, 2013). Desse modo, talvez esses indígenas acreditassem que era mais interessante participar das expedições que iam colher as “drogas” no sertão, ou de outra atividade, do que ir em uma expedição à Capitania do Mato Grosso.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a recusa em participar dessas expedições começava na arregimentação desses indígenas. Nesse sentido, ao terem ciência de que deveriam ir ao Mato Grosso, alguns fugiam das povoações. Esse é o caso do índio Vicente Ferreira. Giraldo Correa Lima, diretor da vila de Boim, escreveu uma carta ao governador do Estado do Grão-Pará, em 25 de agosto de 1765, informando que estava em Vila Franca o “índio Vicente Ferreira agregado ao procurador da Câmara da mesma vila”. Esse índio teria desertado de Boim “há dois anos depois de o ter nomeado para o serviço do Mato Grosso” (APEP, Códice 157, D. 34, f. 146).

Observa-se que o indígena Vicente Ferreira não saiu do mundo colonial durante sua fuga: a arregimentação dele para uma tropa ao Mato Grosso o teria feito ir de uma vila colonial para outra. Nessa perspectiva, Patrícia Melo, dialogando com Barbara Sommer, lembra que os povos indígenas realizavam fugas temporárias motivadas por diversas razões e que não implicavam uma saída definitiva do mundo colonial. Tratava-se de fugas individuais, em grupos familiares ou étnicos, cujos destinos eram diversificados e poderiam ser as adjacências das vilas, os mocambos, as aldeias localizadas nos “matos” e as propriedades de colonos estabelecidos (Sampaio, 2011). A escapada do indígena Vicente Ferreira não significava uma evasão do mundo colonial: é provável que fosse apenas uma maneira de não ir à expedição ao Mato Grosso.

Constantino Leal, diretor da vila de Faro, relatou, no mês de setembro de 1763, que o cabo José Paulo da Silva ia até o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e levava uma devassa, relações, guias e recibos. O cabo, por sua vez, não teria “partido mais cedo”, pois os índios deveriam roçar, primeiro, “as suas roças”, e ele mandou “apanhar uma pouca de gente que estavam fugidos com suas famílias”, que teriam desertado dos “socorros” que tinha enviado para o Mato Grosso (APEP, Códice 131, D. 13). Dessa maneira, pode-se pensar nesse episódio como mais uma fuga temporária para não ir ao Mato Grosso.

O último exemplo de indígenas que não tinham interesse em participar da expedição ao Mato Grosso aconteceu na vila de Alenquer. O diretor Domingos Xavier Álvares reclamava, para o governador do Estado do Grão-Pará, Manoel de Melo e Castro, do comportamento do regente Felipe Coelho. Uma das queixas contra Felipe Coelho era a de que o principal de Alenquer, Marcos da Silva, havia mandado prender um índio “por lhe repugnar o ir na tropa para o Mato Grosso”, e o regente Felipe Coelho teria impedido a prisão, explicando que o índio era seu primo (APEP, Códice 129, D. 107).

O regente Felipe Coelho tinha um histórico problemático na perspectiva do diretor de Alenquer. Segundo Domingos Xavier Álvares, o indígena Jerônimo havia sido recrutado para um trabalho e se refugiou “na roça do dito regente, como capa e covil de todos os rebeldes” (APEP, Códice 129, D. 107). Há, nesse sentido, um nítido conflito envolvendo o diretor de Alenquer e o indígena Felipe Coelho. A colaboração de Felipe Coelho com atos irregulares de outros indígenas talvez fosse uma estratégia utilizada por ele para conquistar prestígio entre os indígenas de Alenquer. Além disso, é provável que o primo dele, que se recusou ir ao Mato Grosso, tenha se aproveitado disso e da relação familiar com ele para rejeitar ir à expedição a essa capitania.

A partir de distintos exemplos, foi possível identificar as dificuldades para ter acesso aos trabalhadores indígenas. Os conflitos relacionados ao acesso, ao controle e à disponibilidade dos povos indígenas, enquanto trabalhadores, estavam associados às transformações implementadas na política indigenista que regulamentava o

trabalho indígena. Assim, poderiam estar relacionadas à figura do diretor e das lideranças indígenas.

Os instrumentos de controle geraram uma burocracia para o acesso, que se faz ver em portarias que definiam as correspondências entre o governador-geral, os diretores e os principais das vilas e lugares. Todavia, conforme destacamos, nem sempre a posse da portaria garantia os trabalhadores necessários para a expedição, seja pelos empecilhos impostos pelos diretores, seja pela agência dos próprios indígenas, que imprimiam, também, seus interesses e resistências.

Para além disso, nesta altura, é importante destacar outros mecanismos de controle desses trabalhadores indígenas. Referimo-nos às listas e aos mapas da população indígena com o interesse de institucionalizar a força indígena para a defesa. Na segunda metade do século XVIII, o pensamento organizacional das populações indígenas aldeadas e não aldeadas buscou seguir o ordenamento militar.

O registro da população indígena que se encontrava em vilas e em povoações do Estado, entre 12 e 60 anos de idade, tinha por objetivo, também, destacá-los para a defesa. Esses mapas sinalizavam o registro de “todas as pessoas livres e capazes”, discriminadas em categorias de nome, idade, “empregos, em que corpos ou terços”, se o indivíduo era “rico ou pobre”, a “qualidade, isto é branco, índio, mulato ou preto”, e ofícios (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 70, D. 6003). O próprio aparelhamento do oficialato indígena em aldeias, em vilas e em lugares torna-se mais ajustado a essa prerrogativa. Há, portanto, uma aproximação dos aspectos da militarização lusa das populações indígenas. A influência nas vilas e nas povoações e o contato mais direto com a administração colonial lhes permitiram a operação eficiente das engrenagens do militarismo luso, em favor de seus próprios interesses.

Observa-se, então, que esses mecanismos de controle buscavam inserir os indígenas no mundo colonial. Em 1773, por exemplo, em cômputo elaborado pelo governador João Pereira Caldas, aparecem 21.850 indivíduos alistados nas companhias de ordenança e auxiliar; destes, 11.250 são pretos forros, mestiços e índios. Além disso, desse quantitativo, 9,3 mil são índios (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 70, D. 6003).

Esse sistema, que buscava integrar a população indígena no sistema colonial, transformando-os em vassalos úteis, como destacou Ângela Domingues, implicou, também, a formação de “uma elite indígena” que ocupava “os cargos de principais, sargentos-mores, capitães-mores; era eleita como juízes de fora e vereadores; e integrada nas Companhias de terços-de-auxiliares e ordenanças e nas tropas ligeiras de milícias” (Domingues, 2020, p. 174).

De fato, observando os dados presentes em dois livros de registros de patentes e honrarias militares consultados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), o Códice 26 (1737-1750) e o Códice 58 (1750-1768), verifica-se que, entre 1737 e 1750, 352 patentes foram atribuídas a não indígenas e 81 patentes, a indígenas. Esse

quantitativo cresceu consideravelmente entre 1750 e 1768, nos quais se registra 251 patentes indígenas e 391 para não indígenas (APEP, Códice 26; Códice 58).

É importante lembrar que o Diretório dos Índios normatizava o oficialato indígena ao reconhecer a distinção e os privilégios daqueles que ocupavam esses espaços de poder. Ora, isso é o que se verifica no § 9: “[...] recomendo aos Diretores, que assim em público, como em particular, honrem e estimem a todos aqueles Índios, que forem Juizes Ordinários, Vereadores, Principais ou ocuparem outro qualquer posto honorífico; e também suas famílias [...]” (Diretório dos Índios, 1758, transcrição publicada *apud* Arenz; Couto, 2021, p. 70). Conforme lembra Celestino de Almeida (2013, p. 185), “os oficiais índios passavam a ter privilégios políticos e econômicos”, o que se evidencia no § 50, reafirmado no § 71 do diretório, no qual se lê:

[...] se concede licença aos Principais, Capitães mores, Sargentos mores e mais oficiais das Povoações, para mandarem alguns índios por sua conta ao Comércio do Sertão, por ser justo, que lhes permitam os meios competentes para sustentarem as suas Pessoas, e Famílias com decência devida aos seus empregos [...] (Diretório dos Índios, 1758, transcrição publicada *apud* Arenz; Couto, 2021, p. 70).

Esse privilégio foi reivindicado pelo sargento-mor da vila de Portel, o indígena Cipriano de Mendonça, que também buscava interferir na forma de controle e distribuição dos trabalhadores indígenas. Cipriano residia em Portel com mulher e filhos e possuía um lugar de destaque na vida política da referida vila, pois, além de ocupar o posto de sargento-mor, era filho do principal Ancelmo de Mendonça da nação paapijará (tapijara) (APEP, Códice 74, p. 2). Não há dúvidas de que esses dois elementos, a patente e a família, são razões que colocam Cipriano em uma condição social diferenciada em relação aos demais indígenas da vila. No entanto, isso não é o bastante. É preciso destacar as suas ações, ao movimentar de forma eficiente e articulada as engrenagens da sociedade colonial em favor dos seus interesses.

O sargento-mor Cipriano estava insatisfeito com o número de indígenas que possuía para enviar nas canoas de extração das drogas do sertão. Ele alegava, em requerimento, que os seis índios que dispunha, “na conformidade do Diretório”, não eram “suficiente[s] para o sustento de mulher e filhos” e, muitas vezes, mal davam conta “[d]a satisfação das despesas e pagamento dos salários”. Por essa razão, solicitava um número maior de índios para mandar nas canoas “dos negócios da povoação”, ou, como sugeria, que pudesse enviar, para essa atividade, mais índios “em canoa sua separada” (APEP, Códice 74, p. 2).

O sargento Cipriano parecia conhecer os caminhos burocráticos para manifestar suas reivindicações e fazer valer os seus interesses e de sua família. Ora, parece evidente que buscava aumentar os rendimentos a partir do acesso à mão de obra indígena e da participação na coleta das drogas do sertão, principal atividade eco-

nômica do Grão-Pará naquela altura. Mostrou-se também conhecedor das redes de favorecimento construídas pelas alianças e pelos favores familiares.

Em sua petição, além de enfatizar ser filho do principal Ancelmo de Mendonça, como já mencionado, destacava que, por falecimento do dito seu pai, passou a exercer “aquele principalado por ser o primogênito a quem pertencia o governo dos índios daquela nação” (APEP, Códice 74, p. 2). Esse último aspecto indica que Cipriano reconhecia seu lugar de destaque na vila, o que parece se legitimar tanto pela sucessão de poder herdada do pai, principal da nação paapijará (tapijara), quanto pela patente militar recebida pela Coroa.

Essa combinação de poderes, que reforça a agência política indígena, relaciona-se às mudanças ocorridas na segunda metade do século XVIII. Cipriano de Mendonça, em requerimento, expressou estar inconformado com o número de indígenas que lhe cabia, conforme a Lei do Diretório (APEP, Códice 74, p. 2). Referia-se, o requerente, ao § 50 da citada lei, no qual se lê: “[...] poderão os ditos Principais mandar nas Canoas, que forem ao dito negócio (das drogas do sertão) seis índios por sua conta [...]” (Diretório dos Índios, 1758, transcrição publicada *apud* Arenz; Couto, 2021, p. 70). Fundamentando-se nos próprios privilégios descritos na Lei do Diretório, Cipriano de Mendonça alegava ser essa quantidade de índios insuficiente para seu sustento e de sua família, razão pela qual solicitava, como vimos, um número maior de índios para serem enviados “em canoa sua separada” (APEP, Códice 74, p. 2).

Está claro que Cipriano de Mendonça era um sujeito politicamente articulado com as diretrizes do mundo colonial, para fazer valer seus próprios interesses. Como já mencionado, ele era filho do principal Anselmo de Mendonça, e Rafael Ale Rocha nos traz mais informações sobre essa família. Conforme ele aponta, Anselmo foi juiz ordinário, na década de 1760, da Câmara de Portel. Nesse mesmo período, Cipriano chegou a ir ao reino com outros “três índios de vilas distintas” para “solicitar confirmação régia das suas respectivas patentes de sargento mor” (Rocha, 2022, p. 131).

Essa relação de parentesco foi citada em requerimento de 1779, em que Cipriano de Mendonça afirma que, com a morte do pai, Anselmo de Mendonça, passou a exercer a função “aquele por ser o primogênito a quem pertencia o governo dos índios daquela nação” (APEP, Códice 74, p. 2). Em outras palavras, utiliza o argumento da progenitura e a hereditariedade da chefia, um aspecto que, conforme lembra Maria Regina Celestino de Almeida, foi introduzido pelos jesuítas nos aldeamentos coloniais (Almeida, 2013). Esse não parece ser apenas o caso de Cipriano de Mendonça.

Ora, é possível identificar outros casos em que a progenitura e/ou laços de parentesco são mencionados na atribuição de patentes militares a indígenas. É o caso do índio Xavier Santiago, que, em 2 de outubro de 1751, recebeu patente de “principal de sua nação” na aldeia de Gurupá por ter falecido seu pai, Francisco Xavier, que ocupava o dito posto (APEP, Códice 58). Assim como, em 1754, Alexandre de

Melo, da nação mamayana, recebeu a patente de “sargento mor regente da aldeia de Guaricuru dos da sua nação durante a menoridade de seu sobrinho” (APEP, Códice 58, doc. 168). Aqui, certamente, trata-se de um poder legítimo transferido de pai para filho, o que fez com que o tio interinamente ocupasse o posto.

Um caso similar ocorreu na aldeia de São José de Maytapue, em 1755, quando o índio Clemente José recebeu a patente de “capitão mor regente na menoridade de Afonso” (APEP, Códice 58, doc. 194). A fonte não informa o parentesco, mas parece ser similar ao que ocorreu na aldeia de guaricurus. Ainda nessa direção, o índio Nicolau Xavier, da nação aruã, em 1759, ocupou o posto de capitão da vila de Chaves, que se “achava vago por falecimento de seu pai Francisco Xavier de Mendonça que a exercia” (APEP, Códice 58, doc. 437).

É preciso considerar que, embora as patentes militares atribuídas a indígenas não correspondam linearmente aos quadros com que se interpretam as patentes para não indígenas, elas constituem um mecanismo importante para compreender a reelaboração de aspectos do militarismo luso nas relações que atravessam e marcam a distinção social entre aqueles que a possuem e os demais índios das povoações, vilas e outros espaços da colônia. Por outro lado, é sintomático que índios e não índios estejam registrados lado a lado nos livros de “patentes e honrarias militares”. Em outras palavras, trata-se de livros em que são registradas as patentes militares de índios e não índios, o que parece sinalizar a aproximação entre os seus significados, apesar, obviamente, das especificidades e das dinâmicas de apropriação.

Rafael Ale Rocha, com importante estudo sobre o oficialato indígena, busca interpretar esses espaços de poder e agência “a partir da relação entre os oficiais indígenas e o estado português”. Em outros termos, por meio da tentativa de “vincular esses oficiais à cultura política lusa”, a exemplo de uma nobreza constituída a partir dos camarários e militares – esferas de poder político ocidentais. Entretanto, incorporando, também, elementos locais, como, por exemplo, as lideranças já estabelecidas e a “organização por grupos étnicos”, nas dinâmicas dessas relações (Rocha, 2022, p. 79-80).

No caso do militarismo luso, convém lembrar, nesta análise, que esses espaços de poder atribuídos aos índios por meio de patentes serão mais bem identificados e instituídos, no Estado do Grão-Pará, a partir de 1760. A Lei do Diretório, a necessidade de defesa das fronteiras e a reestruturação das forças defensivas na colônia, com a criação de corpos de milícias, a partir da Carta Régia de 1766, deslocaram os indígenas das margens do militarismo luso à normatividade, que se faz ver nos registros de patentes e de tropas indígenas.

Por outro lado, a partir do diretório e da mudança na estrutura do militarismo luso, os indígenas passaram a ocupar um lugar de maior destaque na hierarquia militar. Essa nova condição tornou-se, pela agência indígena, espaços nos quais esses sujeitos manifestavam seus próprios interesses e lutavam por suas demandas na

sociedade amazônica colonial, como foi o caso do índio Cipriano, sargento-mor de Portel. Sobre quem, aliás, as pesquisas de Rafael Ale Rocha nos trazem mais informações: Cipriano, assim como outros principais “buscavam reunir índios sob sua influência, afastá-los (com dissimulação) dos serviços à particulares e ao estado e, ao mesmo tempo, conduzi-los em suas povoações particulares – roças e/ou expedições de coleta de drogas” (Rocha, 2022, p. 131-133).

Como pode-se verificar, havia grande disputa pelo acesso à mão de obra indígena, mesmo entre os oficiais índios. Essa elite indígena mantinha laços políticos importantes com a administração colonial e conseguia inclinar as determinações aos seus interesses. Essas disputas levaram Cipriano a se envolver em desavenças e em conflitos com outros grupos indígenas, sobretudo com os pacajás e os ariquenás, chegando a ser preso em Belém e voltando a Portel em 1776, onde continuou a agir com bastante influência. Em 1778, conseguiu do governador João Pereira Caldas “uma portaria que autorizasse a câmara de Portel a elaboração de um atestado confirmando ‘em como o suplicante é pronto e zeloso no serviço de S. Mag^{de}’”, conquistando seu intento (Rocha, 2022, p. 133).

Os bons procedimentos foram enfatizados no requerimento de 1779, no qual se declarava que Cipriano de Mendonça agia “satisfazendo inteiramente as obrigações de seu ministério”. Outro argumento usado para conseguir mais índios em canoas de negócios das povoações foi o que se praticava “com o Mestre de Campo, o Principal da Vila de Oeiras, o índio Manoel Pereira Faria” (APEP, Códice 74, p. 2). Em outras palavras, o índio Cipriano estava muito bem-informado sobre o que ocorria em outras vilas e povoações e soube acionar em favor de seus próprios interesses, tendo, ao final, conseguido o seu intento.

O importante é destacar que as mudanças introduzidas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir da segunda metade do século XVIII, especificamente aqui tratadas no âmbito do Diretório dos Índios, foram interpretadas pelos indígenas. Os códigos da nova condição jurídica de liberdade, os espaços na hierarquia militar, como, por exemplo, as patentes, foram traduzidos pelos indígenas como espaços de agência política.

Os indígenas souberam movimentar-se nesses códigos, como verificamos no caso de Cipriano de Mendonça, por exemplo, quando este requer, por escrito, o reconhecimento dos seus “bons procedimentos”, demonstrando uma leitura precisa de como o serviço prestado à Coroa na sociedade colonial é uma chave importante para alcançar ascensão social e favorecimentos. Além disso, apontando o argumento da progenitura e hereditariedade da chefia e do uso do texto do diretório para confirmar seus privilégios na posição de principal e sargento-mor, assim como a busca pela confirmação de sua patente. Em outros termos, a institucionalização da força nativa na estrutura do militarismo luso e o contexto do Diretório dos Índios foram

prontamente interpretados como um espaço de atuação por diversas nações indígenas, e não apenas pelos tapijara, grupo liderado por Cipriano de Mendonça.

Assim como os espaços de resistência, as formas de controle e distribuição da mão de obra indígena foram múltiplas, desde a fuga até o uso do próprio aparelhamento jurídico do diretório, que reconhecia as distinções sociais entre os oficiais indígenas e os demais trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na implementação da Lei de Liberdade Indígena e do Diretório dos Índios, observa-se que os interesses dos diretores de povoações, e até mesmo das chefias indígenas, repercutiram no acesso e na oferta de trabalhadores indígenas para o Mato Grosso e, conseqüentemente, para outras atividades. É imprescindível lembrar que os indígenas residentes em vilas, igualmente, recusavam participar das expedições ao Mato Grosso, e as fugas deles poderiam contribuir para que os diretores e os principais tivessem dificuldades em disponibilizá-los àqueles que demandavam trabalhadores. Isso, por sua vez, aponta para a perspectiva de como as relações de trabalho desenvolvidas no Estado do Grão-Pará e Maranhão foram construídas, similarmente, pelas agendas indígenas. A implementação do Diretório dos Índios, portanto, deve ser analisada não apenas a partir daqueles que possuíam a incumbência de aplicar a lei, como também a partir daqueles que eram o principal objeto dela.

Logo, a relação entre índios, militares e a Coroa foi construída a partir de interesses múltiplos. Aqui, a intenção foi chamar atenção para a implicação do Diretório dos Índios na organização da população indígena, os mecanismos de controle e acesso à mão de obra indígena, e como isso foi interpretado pelos índios, seja aqueles que seguiam o caminho do Pará para o Mato Grosso, seja aqueles que ocupavam postos do oficialato em vilas e em povoados do Pará setecentista.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Público do Pará (APEP)

Ofício de Teotônio da Silva Gusmão. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759, APEP, Códice 54, D. 30.

Ofício de Valério Correia Botelho para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Santarém, 30 de janeiro de 1765. APEP, Códice 73, D. 40.

Carta de João de Sousa Azevedo para o governador do estado do Grão-Pará. Ilha dos Mura e rio Madeira, 24 de maio de 1761. APEP, Códice 106, doc. 51.

Carta de Domingos Xavier Alvares para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Alenquer, 23 de agosto de 1763. APEP, Códice 129, D 107.

Carta de Constantino Leal para o governador do estado do Grão-Pará. Faro, 6 de setembro de 1763. APEP, Códice 131, D. 13.

Carta de Geraldo Correa Lima para o governador do estado do Grão-Pará. Vila de Boim, 25 de agosto de 1765. APEP, Códice 157, D. 34, fl. 146.

Registro de Patentes e Honras Militares- Códice 58 BRPAAPEP.SC.RPH.CO0058.

Registro de Patentes e Honras Militares. Códice 26 BRPAAPEP.SC.RPH.CO0026.

Requerimento do sargento mor de Portel Cipriano de Mendonça. APEP, código 74.

Arquivo Público do Mato Grosso (AMPT)

Carta do governador da capitania de São José do Rio Negro Gabriel de Sousa Filgueira ao governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Barcelos, 16 de abril de 1761. APMT (BR MTAPMT. SG. CA 184, Cx. 005).

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Ofício do governador e capitão general do Estado Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para Martinho de Melo e Castro. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 70, D. 6003.

Impressa

RETRATOS do Maranhão Colonial. Correspondências de Joaquim de Mello e Povoas, governador e capitão-general do Maranhão (1771-1778). Secretaria de Estado da Cultura-Arquivo Público. São Luís: Edições SECMA, 2009.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215- 235, 2009

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (org.). *Em linhas tortas*: os regimentos tutelares e indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX). Ananindeua: Editora Cabana, 2021.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

MELO, Vanice Siqueira de. *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (Séculos XVII e XVIII)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: CRV, 2022.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 201-243, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Ed. UFAM, 2011.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 173-211, 2013.

CAPÍTULO 13

A IMPLANTAÇÃO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

o lugar de Guimarães¹

NAUK MARIA DE JESUS

INTRODUÇÃO

Na Capitania de Mato Grosso, criada a partir do desmembramento de São Paulo, em 1748, existiram dois distritos ou repartições: o de Cuiabá – cujo núcleo urbano principal era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – e o de Mato Grosso – onde estava localizada a vila-capital Vila Bela da Santíssima Trindade. Neles, foram erguidas as duas missões jesuíticas, mais tarde lugares do *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, conhecido como Diretório dos Índios, uma das políticas indigenistas do período². Estas estavam assentadas basicamente em três leis: i) a Lei de Liber-

1 Este capítulo integra a pesquisa vinculada ao projeto “Administração e sociedade em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX”, vinculado à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2 Diversas são as pesquisas sobre o Diretório dos Índios no Brasil no Estado do Grão-Pará e no Estado do Brasil. No dossiê publicado em 2021 sobre o tema, na apresentação feita por Juciane Ricarte Apolinário e Vânia Maria Losada Moreira, temos importante discussão sobre o desenvolvimento da história indígena e do indigenismo e sobre o diretório, que, por muito tempo, foi visto de forma muitas vezes generalista, como se tivesse sido aplicado uniformemente no território colonial. Entre as pesquisas, a lista é longa, e algumas sobre a Amazônia, as capitanias do norte e algumas para o Estado do Brasil, entre elas, as direcionadas para a parte ocidental da América Portuguesa, Goiás, foram indicadas. O dossiê é composto por 11 artigos sobre o diretório (Apolinário; Moreira, 2021). Para a Capitania de Mato Grosso, o diretório foi

dade Indígena – de 6 de junho de 1755 –, ii) a que retirava dos missionários o poder temporal sobre as aldeias – de 7 de junho de 1755 –, e iii) o Diretório dos Índios – de maio de 1757, mas tornado lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758 (Almeida, 1997; Coelho, 2007; Gomes; Mello, 2021).

O Diretório dos Índios, de autoria do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, e por ele levado adiante, foi instituído no período das diretrizes pombalinas, embora, como analisado por alguns autores, os interesses coloniais influenciaram diretamente a formulação dessa política lusitana (Coelho, 2007). O governador tinha como base para essa política as características do Estado onde ele foi primeiramente aplicado, sendo estendido, posteriormente, ao Estado do Brasil e revogado, em 1798, por Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho (Domingues, 2000; Melo, 2022).

De modo geral, ele consistia em um conjunto de dispositivos que regulavam a liberdade e o trabalho dos povos indígenas, e tratava de temas como aprendizado da língua portuguesa, modelos de habitação, povoamento e casamento interétnico. O indígena passava a ser súdito de Portugal, incorporado ao sistema econômico de compra e venda de bens e produtos, consumidor e produtor (Lima; Arenz, 2021). Com essa política, a Coroa Portuguesa pretendia transformar regiões marginais em áreas com uma forte rede de povoações e com uma economia em expansão controlada pelo aparelho institucional. Porém, “por razões de ordem política e estratégia esse espaço ocidentalizado devia ter por modelo e identificar-se com o território português reinol” (Domingues, 2000, p. 65).

Neste capítulo, abordaremos algumas reflexões iniciais sobre a implantação do Diretório dos Índios na Capitania de Mato Grosso, onde foram criadas duas missões jesuíticas, a de São José – no Vale do Guaporé, em 1754 – e a de Santa Ana – atualmente Chapada dos Guimarães, em 1751 –, convertidas em lugares do diretório³. Por ora, enfatizaremos a transição da aldeia da missão de Santa Ana para o lugar de Guimarães e apontaremos algumas das experiências indígenas nessa localidade na segunda metade do século XVIII. Temos como compreensão que os povos indígenas foram “atores políticos importantes da sua própria história” e que criaram várias políticas “nos interstícios da política indigenista” (Cunha, 1992, p. 18). Consideramos, também, que a condição de fronteira geopolítica, de área de mineração, e as políticas indígenas na Capitania de Mato Grosso levaram à instalação de um diretório possível naquela circunstância, ou a uma “tradução”, isto é, a um processo

abordado tangencialmente em alguns trabalhos, como os de Silva (1995); Blau (2007); Carvalho (2012); Almeida (2019b).

3 Nesse período, foram criados povoados ao longo da linha da fronteira e fortalezas militares, que contaram com expressiva presença de indígenas, e a política de povoamento foi compatibilizada com a do Diretório dos Índios (Blau, 2007; Silva, 1995).

de adaptação regional da legislação indigenista, conforme Francisco Cancela (2013, p. 49) destaca. Isso porque

[...] antes de ter representado uma simples ação de adequação ou ajustamento de uma legislação a uma realidade específica, tal procedimento pressupunha a realização, por parte das autoridades coloniais, de leituras e apropriações dos códigos legais emanados do poder central, acompanhadas de uma operação político-institucional de transposição desses dispositivos atentando-se às especificidades locais e regionais, num constante diálogo com os contextos existentes, os sujeitos envolvidos e os interesses em jogo.

AS ALDEIAS DOS PADRES DAS MISSÕES

Desde a sua implantação na América Portuguesa, em meados do século XVI, os estabelecimentos missionários jesuíticos foram importantes núcleos habitacionais com objetivo de fomentar a conversão dos indígenas ao cristianismo, embora também tenham assumido posições estratégicas demográfica e economicamente. O aldeamento foi a base do sistema missionário, e nele eram reunidos os nativos que deveriam ser instruídos na doutrina e no modo de vida cristãos. Apesar de os jesuítas terem se destacado e se manifestado publicamente, em diversas ocasiões, em defesa dos aldeamentos e da sua jurisdição sobre os nativos perante os colonos, as autoridades civis e eclesiásticas, os próprios monarcas, capuchinhos, franciscanos e carmelitas da observância e reformados e membros do clero secular também administraram as aldeias, como ocorreu na Bahia (Santos, 2012).

Na Amazônia Portuguesa, implantados desde 1617 e com atuação até 1759, ano da expulsão dos jesuítas, os aldeamentos contribuíram para o processo de formação da sociedade colonial e, por décadas, forneceram uma mão de obra servil importante para a coleta das drogas do sertão e para a implementação de uma agricultura extensiva (Arenz, 2016). Além deles, nessa vasta área geográfica, estiveram os carmelitas, os franciscanos e os mercedários, com influência em zonas específicas. Com o Diretório dos Índios, os aldeamentos missionários foram elevados à condição de vilas ou aldeias, sob administração das câmaras ou dos diretores (Domingues, 2000).

Essa não foi a realidade da Capitania de Mato Grosso, pois, quando as missões jesuíticas foram criadas, a Companhia de Jesus já atuava há séculos na América Portuguesa. A criação da capitania, seguida da implantação de todo um aparato administrativo (Jesus, 2006) e da concepção das duas missões – 1751 e 1754 – e, posteriormente, do diretório (1758), ocorreu num momento em que Portugal e Espanha procuraram definir os seus limites territoriais por meio do Tratado de Madrid (1750), anulado pelo de El Pardo (1761) e revisto pelo de Santo Ildefonso (1777).

Com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, a fronteira passou a determinar as decisões régias. Naquele momento, a primeira preocupação deixou de ser a defesa da região, porque, no processo de reconhecimento do território, descobriu-se que o Mato Grosso correspondia à materialização do confronto efetivo com os vizinhos castelhanos, que avançavam no território espanhol, com a fundação de aldeamentos próximos às minas. Segundo Renata Malcher Araújo (2015, p. 36), no Mato Grosso:

[...] toda a região deixava de ser lida como interior e passava a ser entendida como limes, borda. Consequentemente, a nova vila [Vila Bela] a ser fundada deixava de ser pensada num quadro meramente regional e passava a ser lida noutra escala, a escala da fronteira como um todo.

A capital da Capitania de Mato Grosso em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, assumiu o papel de marco territorial regional e o de elo de uma rede mais vasta, em que o rio, o Guaporé, seria o eixo de conexão e a fronteira. Ele materializava a fronteira, sendo a “contracosta” do Brasil. Se, inicialmente, a conquista ocorreria de leste para o oeste, no decorrer do processo, deu-se uma espécie de reversão de sentido da expansão do território, ou seja, enquanto no início da colonização da América Portuguesa, a costa desenhava o todo que ligava as partes, a contracosta também deveria fazê-lo. Assim, a partir dessa linha, da fronteira para dentro, que se desenhou o Mato Grosso e, consequentemente, o Brasil (Araújo, 2015).

Nesse contexto, foi importante a criação de núcleos populacionais, pois, com base no princípio do *uti possidetis*, as coroas ibéricas discutiram as suas posses e os seus domínios. Para comprová-los, recorreram a diversas justificativas, como a criação de povoados, moradores, uso de rotas, pastos e ausência de solicitações dos locais pertencentes à coroa adversária, caso não fosse requerida a devolução dessas terras em certo período de tempo (Neves, 2019). Nesse processo, os indígenas foram fundamentais para o povoamento e a defesa das vilas, dos povoados e das missões criadas no lado português, e, depois, para os lugares do diretório, localizados em pontos estratégicos da capitania.

Somente com a chegada do primeiro governador e capitão-general, Antonio Rolim de Moura, em 1751, foram erguidas as missões jesuíticas de Santa Ana e a de São José. Na viagem à fronteira oeste, na sua comitiva, estavam os jesuítas Agostinho Lourenço e Estevão de Castro. Quando o governador se dirigiu para a fronteira, a Coroa Portuguesa já estava ciente da proximidade da região das missões espanholas e do governo de Santa Cruz de La Sierra. Enquanto na capitania ainda seriam criadas as missões, as aldeias espanholas localizadas em Moxos e Chiquitos já estavam em atividade desde fins do século XVII (Meireles, 1989).

Essa proximidade com as terras de Castela gerou intensas comunicações e conflitos entre os moradores dos lados portugueses e espanhóis, livres e cativos, em busca de assistência espiritual, gêneros alimentícios, liberdade, contrabando, entre

outros interesses. David Davidson, que estudou, na década de 1970, a formação territorial do Brasil e a integração colonial no século XVIII, a partir da rota fluvial Guaporé-Mamoré-Madeira, demonstrou que a conquista da fronteira oeste foi resultante das ações de diferentes atores estabelecidos na fronteira e que os rios foram importantes canais de comunicação e comércio, linhas estratégicas de defesa (Davidson, 1973).

Nessa perspectiva, Tamar Herzog (2018, p. 17), ao estudar as fronteiras, considerou que:

A forma que ambos os países adquiriram na época moderna, mas do que determinada por tratados ou confrontos militares, como os historiadores tem afirmado, foi o resultado final de uma multiplicidade de ações protagonizadas por uma miríade de agentes, que desenvolvendo várias missões definiram os territórios das suas comunidades e estados.

A proximidade com as terras de Castela é importante para a compreensão da Capitania de Mato Grosso e, conseqüentemente, para o entendimento do estabelecimento das missões jesuíticas e, depois, lugares do diretório. Isso porque uma foi instalada nos limites em discussões entre as coroas ibéricas na América, ou seja, na região do Guaporé, e outra, mais no interior da capitania, por onde passava um trecho do caminho para a Capitania de Goiás.

Em “Instrução da Rainha D. Mariana da Áustria para D. Antonio Rolim de Moura”, de 1749, a Coroa não demonstrou apenas o conhecimento da existência das missões espanholas e das movimentações naquele território em litígio, mas também de alguns dos povos indígenas, como os pareci e os caiapó, que habitavam a região onde foi criada a capitania. A Moura foi recomendado que aqueles considerados de nações mansas, que viviam na condição de administrados, fossem retirados das mãos dos administradores e que o governador escolhesse sítios que estivessem nas mesmas terras de onde tinham sido retirados os administrados, para que lá os conservassem aldeados e chamassem os jesuítas para administrar os sacramentos. Ainda que não agissem com violência, e ainda que fossem aplicados meios de “suavidade e indústria para os civilizar e doutrinar em tudo como pede a caridade cristã” (Instrução, §22, p; 16).

Condições como a proibição da administração dos indígenas no futuro, para que eles não fossem reduzidos ao cativeiro, e o impedimento de pessoas estranhas aos missionários nas missões estavam previstas nas suas instruções (Instrução, § 23, p. 17). Além disso, a cada missionário deveria ser dada pela Real Fazenda a cômputo de 40 mil réis por ano, e o governador deveria providenciar a ereção de igrejas e utensílios necessários nas aldeias (Instrução, §24, p. 17).

De acordo com Jovam Vilela da Silva, apesar de as instruções proibirem a venda dos indígenas como cativos, ela continuou se mantendo. Em 1754, o governador

Antonio Rolim de Moura, em carta a Francisco de Mendonça Furtado, escreveu que muitos eram vendidos com o título de cativos, até em praça pública. O governador, inclusive, constatou que retirar os indígenas de seus administradores era bastante complicado. As penalidades aplicadas à prática da escravização indígena foram difíceis de serem cumpridas na Capitania de Mato Grosso (Silva, 1995), e, na segunda metade dos anos 1700, eles continuaram sendo vendidos como pretos (Carvalho, 2012).

Após quatro meses da chegada do governador e de sua comitiva em Vila Real do Cuiabá, em maio de 1751, foi realizada uma junta presidida por ele, da qual participaram os dois jesuítas, o ouvidor, o provedor da fazenda e homens bons da vila, para decidir se, no lugar da “Chapada”, considerado sadio, com boas águas, bons matos para os doentes e não tão longe da vila, seria fundada a “aldeia dos padres da missão”. A outra opção seria no Ribeirão das Flechas. O padre Estevão de Castro tinha examinado o sítio da Chapada e, apesar de alguns incômodos, como o frio e a falta de rios, considerou um bom lugar, pois lá viviam há dez anos alguns casais bororo, assim como outros indígenas que estavam sob administração dos moradores (Termo da Junta, 1751). O padre Estevão de Castro se dirigiu até lá para fundar a missão de Santa Ana, no lugar chamado “aldeia velha”. Nas suas imediações, desde a primeira metade dos anos 1700, estavam instalados engenhos de açúcar, e por ali passava um dos trechos do caminho de terra que ligava as minas de Goiás a Cuiabá, aberto em 1730.

Na aldeia de Santa Ana, deveriam ser recolhidos os “índios que andavam em administração”, e ela foi povoada com “índios já mansos”, que tinham sido tirados da administração dos moradores da Vila Real do Cuiabá e seu termo. Os jesuítas, toda vez que sabiam de “índio” ou “índia” com alguma habilidade, os retiravam do administrador e os levavam para a missão. Na aldeia, foi erguida uma propriedade coberta de telha, para as suas assistências, e uma igreja com palha, um altar com papéis pintados, na qual colocaram Nossa Senhora de Santa Ana, como orago no meio, e, nas laterais, São Ignacio de Loyola e São Francisco Xavier (Annaes [...], 2007; Leverger, 2001).

De acordo com o governador Antonio Rolim de Moura, diversas foram as dificuldades no estabelecimento da missão de Santa Ana, como as retiradas dos indígenas dos administradores, pois preferiam ficar “onde os tratam mal” a seguir para a missão, os rendimentos insuficientes da Real Fazenda “para suportar a despesa que os ditos índios fariam”, a falta de algodão para vestir os indígenas e a insuficiência de oficiais mecânicos, que foram introduzidos em número reduzido (RAPMT, 1982, 1983, p. 69). Pelas dificuldades encontradas, Antonio Rolim de Moura não considerou conveniente a fundação de outra aldeia no distrito do Cuiabá formada por indígenas retirados dos particulares. Para ele, os indígenas eram “mal criados” pelos administradores, que os deixavam viver em liberdade, desde que os servissem, e não

permaneciam na aldeia. Além disso, considerou que o aldeamento em suas terras evitaria que os sertanistas fossem buscá-los no sertão (RAPMT, 1982, 1983, p. 69).

Até o momento, não temos muitas informações sobre os embates entre sertanistas, administradores, religiosos e autoridades civis na questão da administração dos indígenas. Contudo, pelos comentários do governador, notamos que eles existiram e que, mesmo com as proibições, os sertanistas continuaram a buscar os nativos para serem vendidos nas vilas e seus termos.

No tocante à aldeia de São José, criada no Vale do Guaporé pelo jesuíta Agostinho Lourenço, em 1754, arriscamos dizer que ela foi a mais impactada pelos intercâmbios e pelas tensões fronteiriças com os castelhanos, devido à sua localização. O religioso se dirigiu para essa região com o governador Antonio Rolim de Moura, que tinha o objetivo de fundar a vila-capital, Vila Bela, em 1752, e foi autorizado por ele a realizar uma expedição naquele vale. Após quatro meses de viagem, o padre obteve informações das aldeias castelhanas de São Miguel, São Simão, Santa Rosa, Santa Maria Madalena, Conceição e São Joaquim, e entregou ao governador um diário da viagem com os nomes das “nações ou restos de nações” que obedeciam aos sertanistas, nomes dos rios, das missões, suas situações, número de pessoas, forma de governo, e notícias do Reino do Peru e das demais terras “confinantes com esta fronteira”. Diante dessas notícias e das discussões sobre a demarcação de limites, o governador considerou importante que, no rio abaixo – o Guaporé –, fosse erguida a missão, embora, um ano depois, ela tenha sido mudada de lugar (Anais [...], 2006). Além da cristianização, era importante garantir o princípio do *uti possidetis*, e uma população na fronteira asseguraria as terras ao domínio português.

Na aldeia dos padres da missão de São José, foi erguida uma capela coberta de palha, onde os indígenas eram reunidos, lhes era ensinado o catecismo e aplicados os sacramentos. Reduzidos, contudo, não aceitaram passivamente essas ações e fugiam “quando o padre lhes mostrava o crucifixo de latão”. Nesse aldeamento, foram plantadas roças, espécie de algodoads utilizada para vestir os nativos, havia teares e tecelões entre os próprios indígenas, canaviais com a sua engenhoca, ferraria, serraria, carpintaria, serradores, com os instrumentos necessários para as oficinas, e criação de gado (Anais [...], 2006).

Segundo Nileide Dourado (2014), muitos autores que se referiram à transitoriedade dos freis inacianos na Capitania de Mato Grosso e que argumentaram que o trabalho deles não passou do aldeamento de índios para o âmbito da instrução urbana não levaram em conta as atividades de aprendizagem, as práticas educativas, culturais e de ofícios, e os ensinamentos comportamentais e de religiosidade vivenciados pelos nativos na aldeia de Santa Ana e na de São José (Dourado, 2014). Considerando as modalidades de educação formal e informal, ela argumentou que a “transmissão e captação de saberes muitas vezes se realiza de forma imperceptí-

vel, quase invisível aos olhos daqueles que consideram que a transmissão de saberes somente poderia ocorrer no âmbito da escolarização” (Dourado, 2014, p. 137-138). Não sabemos mensurar o que de fato foi captado nas aldeias jesuíticas durante os poucos anos de sua existência.

Com a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa, em 1759, o jesuíta Estevão de Castro, de Santa Ana, foi substituído pelo padre Simão de Toledo Rodovalho, com cômputo de 200 réis. Agostinho Lourenço, que estava no Vale do Guaporé, inicialmente recebeu todo apoio do governador, que não viu problemas em sua administração e partiu em direção ao Rio de Janeiro.

Para Renata Malcher Araújo (2000), não é possível vincular diretamente os primeiros aldeamentos de índios da capitania ao modelo das missões, por falta de evidências, e nem à proposta urbana do diretório, sendo a identificação tipológica correspondente a uma “situação de exceção e de transição” que esses primeiros aldeamentos indígenas de Mato Grosso inevitavelmente enfrentaram. Além disso, segundo ela, em alguns aspectos, a pretensão do diretório era “utópica” na Capitania de Mato Grosso, pois nela não tinha ocorrido o trabalho inicial de missionação e conversão, e esperava-se que, pelos exemplos da vida civilizada, fosse possível realizar a “educação” dos indígenas (Araújo, 2000, p. 314).

A existência de uma “situação de exceção e transição” pode ser explicada pela curta duração das missões e pela implantação de um diretório em que muito ainda precisava ser feito na concepção das autoridades portuguesas. No entanto, talvez, para os moradores e para os indígenas, esse pode não ter sido um problema, visto que os primeiros poderiam manter a administração e os nativos poderiam adiar e reagir às medidas que visavam transformá-los em vassalos do rei de Portugal. Acreditamos que as poucas evidências encontradas até o presente têm indicado que alguns encaminhamentos, como os já mencionados, somados à atração dos indígenas das missões castelhanas para o lado português, foram aplicados e adaptados na fronteira, e, assim como em outras capitanias, esbarraram nas reações dos indígenas, que se apropriaram dessas políticas e lhes deram outras molduras e experiências. Fato é que, quando o diretório foi implantado nessa região, a catequização e a conversão estavam em andamento, ao menos nos núcleos missionários e nas vilas, e os governadores procuraram colocar em prática as diretrizes da política indigenista pombalina.

DE ALDEIA DOS PADRES A LUGAR DO DIRETÓRIO: O LUGAR DE GUIMARÃES

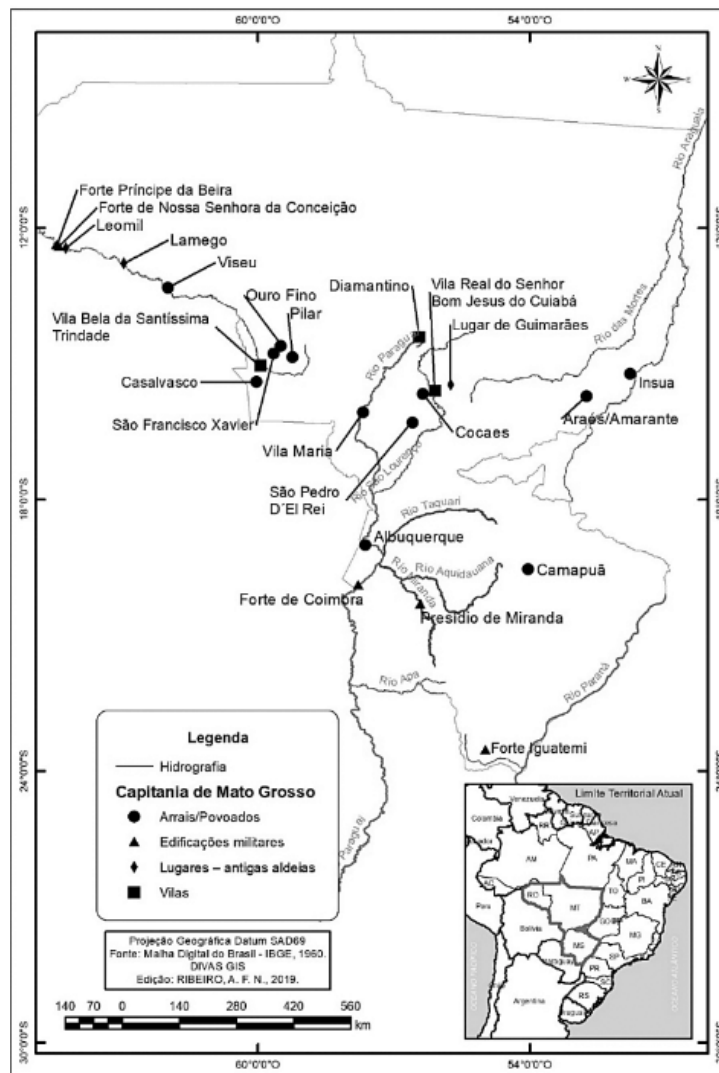
O diretório ocorreu de forma diferenciada no Estado do Grão-Pará e Maranhão e no Estado do Brasil, tendo em vista as diferenças econômicas, políticas e cul-

turais entre essas regiões e de constituição das aldeias missionárias. Em algumas capitanias, foi praticado o descimento e criadas novas aldeias; em outras, fomentadas guerras e estabelecidos acordos com os principais dos sertões; ou, ainda, em áreas de colonização mais antiga, a proposta foi extinguir as aldeias e acabar com a distinção dos índios e não índios. Essas formas também poderiam ocorrer concomitantemente (Almeida, 2010). Enquanto no norte, por exemplo, a mão de obra indígena tinha peso significativo na economia da região, assim como em São Paulo, em outras capitanias, como na Bahia, a escravização de africanos e seus descendentes predominava há mais de um século, ao menos nas principais atividades econômicas, concentradas na cidade e no seu recôncavo (Santos, 2012). Na Capitania de Mato Grosso, que fazia parte do Estado do Brasil, existia um incipiente processo de catequização e atração de indígenas, que esbarrava continuamente nas ações destes.

Quando a notícia de criação do diretório chegou na região, em 1758, por causa da moléstia do juiz de fora, segundo o governador Antonio Rolim de Moura, o documento demorou a ser copiado. Em resposta ao rei, ele adiantou que, “como estilo em que estão postos os índios desta capitania é muito diferente e nela não há também muito aonde escolher para Diretores⁴, talvez poderá levar algum tempo o pôr-se em prática” (AHU, Avulsos do Mato Grosso, Cx. 10, D. 585). Em junho de 1761, o governador Francisco Mendonça Furtado lembrou ao governador Antonio Rolim de Moura da implementação do Diretório dos Índios na Capitania do Mato Grosso (Melo, 2022). Na capitania, não foram criadas vilas de índios, e as duas aldeias missionárias, Santa Ana e São José, como dissemos, foram convertidas em lugares do diretório.

4 Ainda não temos fontes suficientes para traçarmos uma discussão sobre os diretores e suas ações na Capitania de Mato Grosso. A esse respeito, para outras capitanias, considerando as suas ações perniciosas ou como sujeitos de sua época, ver “Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798)” (2016), *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina* (1999) e “O cotidiano das povoações no Diretório” (2022). Para a Capitania de Mato Grosso, algumas informações sobre os diretores podem ser encontradas em Almeida (2019).

Figura 1 – A Capitania de Mato Grosso



Fonte: Jesus (2020).

Em 1769, no governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, os lugares da Capitania de Mato Grosso foram renomeados, sendo que a aldeia de Santa Ana, no distrito do Cuiabá, passou a ser chamada de lugar de Guimarães, e a de São José, de Leomil (Anais [...], 2006, p. 133). Desse modo, o governador instaurava uma nova ordem, atribuindo nomes civis às missões. Essa prática se repetiu nos anos posteriores, quando lugares com nomes indígenas foram substituídos por portugueses, como ocorreu com o povoado de Beripoconé, que, em 1781, passou a ser chamado de São Pedro D'El Rei (Anais [...], 2006, p. 226). Com esse ato, objetivava-se comprovar a eficácia da colonização sobre o Estado do Grão-Pará, e essa compreensão foi esten-

dida para o Estado do Brasil. Nesses lugares, acreditava-se ser possível exercer maior controle do comportamento moral e ético da população nativa e se proceder à anulação das suas identidades (Domingues, 2000). Essa ação envolveu a substituição dos nomes e sobrenomes dos indígenas, que passaram a ser portugueses, não podendo mais ser identificados como “negros da terra”.

Após 18 anos da instalação da antiga missão de Santa Ana, em 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho avaliou o lugar e redigiu uma série de observações. De acordo com ele, no distrito do Cuiabá, os indígenas se achavam “dispersos”, somando “todos os índios e mestiços” para um total de 1.454 pessoas de um e outro sexo, estando aldeados 265 no lugar de Guimarães, que se encontrava desmantelado, sem uma administração cuidadosa. Ele ordenou que fossem recolhidas 70 pessoas que haviam desertado do lugar e andavam vagando “a título de administração de um para outros moradores” (RAMPT, 1982, 1983, p. 75).

Se andar livre ou sem destino, para a principal autoridade da capitania, poderia significar a ociosidade, que, segundo o diretório, era um “vício quase inseparável e congênito a todas as Nações incultas, que sendo educadas nas densas trevas da sua rusticidade, até lhe faltam as Luzes do natural conhecimento da própria conveniência” (Diretório, §20, 1757), para os indígenas, poderia representar a não aceitação em se fixarem no lugar de Guimarães e ao projeto de civilização do diretório. Além disso, são indicativos do processo de desterritorialização a que foram submetidos e da iniciativa dos indígenas em escolher para onde ir e com quais moradores preferiam ficar. Afinal, as fugas, temporárias ou permanentes, ou deserções foram uma das estratégias utilizadas pelos nativos frente aos diversos lugares e vilas do diretório criados na América Portuguesa. Não podemos descartar, também, a possibilidade de que alguns deles podiam dar guarida aos desertores da aldeia, seja por boa vontade ou em troca de serviços, ainda na condição de administrados.

O governador considerou que, apesar de o lugar de Guimarães ser fisicamente bom, sua localização não era vantajosa, pois não se esperava o seu aumento. O lugar estava erguido em um monte elevado, com caminhos difíceis de acesso, era distante da vila do Cuiabá, sem comodidade para permuta dos frutos cultivados, sem rios navegáveis próximos e cavalgaduras que facilitassem o transporte. Esses itens foram discutidos na junta presidida pelo primeiro governador e capitão-general, Antonio Rolim de Moura, mencionada anteriormente, e, mesmo reconhecidos, não foram suficientes para impedir a criação da missão em serra acima (RAPMT, 1982, 1983, p. 75). Temos, aqui, a “tradução” aplicada em diferentes contextos.

A proximidade da vila e os caminhos acessíveis eram importantes para viabilização do transporte dos gêneros produzidos nas roças indígenas e para sua respectiva comercialização entre os moradores, conforme previsto no Diretório dos Índios. No que dizia respeito às povoações próximas ao mar ou situadas às margens dos rios – que não era o caso o lugar de Guimarães, apesar de ele contar

com muitos ribeiros nas proximidades –, com abundância de peixes, a salga destes poderia ser um dos ramos do comércio útil aos interessados. Se, por acaso, os rios e as terras adjacentes produzissem com abundância cacau, salsa, cravo ou outro qualquer produto, os diretores deveriam incentivar os indígenas a desenvolverem esse negócio (Diretório, § 48).

Nessa perspectiva, o governador sugeriu a fundação de uma nova aldeia à margem do Rio Cuiabá, abaixo da vila do Cuiabá, em sítio proporcional às plantações, ao transporte e à navegação dos frutos, para aldear os indígenas que estavam dispersos (Coutinho; Furtado; RAPMT, 1982, 1983, p. 75). Buscava o governador um lugar alternativo ao de Guimarães, no distrito do Cuiabá, que tivesse, na opinião dele, melhores condições para conservar os nativos. Não temos informações de que essa aldeia tenha sido erguida.

Diante do cenário encontrado, Luís Pinto de Sousa Coutinho não propôs inovações, mas incentivou o uso dos teares de algodão, por considerar que a sua manufatura era de fácil transporte e que o consumo era permanente na vizinhança do lugar de Guimarães (RAPMT, 1982, 1983, p. 75). O algodão era considerado o mais interessante fruto a ser cultivado e, por isso, os diretores deveriam incentivar a sua plantação, “porque sendo a abundância dele o meio mais proporcionado para se introduzirem neste Estado as fábricas deste pano, em breve tempo virá ser este ramo de comércio o mais importante para os moradores deles, com recíproca utilidade não só do Reino, mas das nações estrangeiras” (Diretório, § 24).

Luís Pinto de Sousa Coutinho apontou que, por causa do “sistema da economia e estabilidade” em que viviam a maior parte dos indígenas do distrito do Cuiabá, sendo todos “civilizados”, com casamentos e alianças que “tem contratado com os brancos e outras classes de pessoas”, com roças e plantações fabricadas para si próprios e para os demais moradores, optou por não recolher mais pessoas no lugar de Guimarães, exceto os “trânsfugas” (RAPMT, 1982, 1983, p. 75). Em seu exame, ele se amparou na política indigenista que fomentava o casamento entre indígenas e brancos (Diretório, §87, §88, §89, §90, §91), e, ao mesmo tempo, transmitiu a impressão de que, no distrito do Cuiabá, o projeto de civilização destinado aos indígenas estava sendo bem-sucedido.

Coutinho também informou que tinha publicado um bando em que determinava que os “administradores de índios”, que ainda os conservavam “à soldada”, se dirigissem à secretaria e lhes dessem os nomes de todos para aldeá-los, o que, segundo ele, foi cumprido (RAPMT, 1982, 1983, p. 75). A esse respeito, de acordo com o diretório, era lamentável o estado em que se encontravam algumas povoações, cujos habitantes nativos, para escaparem da violência, se refugiavam nas matas em que nasceram ou os moradores, por meios ilícitos, os conservavam nos seus serviços. Por isso, os diretores deveriam remeter ao governador um mapa dos indígenas ausentes, que se achavam nos matos ou nas casas dos moradores, para que, exami-

nando as causas da deserção e os motivos que levavam os moradores a mantê-los em suas moradas, se aplicasse todos os meios para que eles fossem restituídos à povoação (Diretório, § 75).

A partir das “Ordens particulares para as colônias dos índios, que devem observar os diretores”, emitidas pelo governador, percebemos que ele procurava colocar em prática as diretrizes do Diretório dos Índios (Ordens, RAPMT, 1982, 1983, p. 71). Lembramos que, retirados da tutela religiosa, os indígenas deveriam ser redistribuídos para povoações que estariam sob a administração de um diretor, pois a “[...] ideia de civilização para os indígenas passava a preponderar sobre a da catequese” (Almeida, 2010, p. 113).

Nomeados pelos governadores e capitães-gerais, os diretores passaram a ser os tutores dos índios, com uma série de funções que deveriam estar assentadas na brandura e na prudência, sem o uso da violência. Entre elas, estavam: zelar pelos povoados indígenas, pelos interesses da Coroa e pela vida cotidiana das vilas e lugares de índios; proibir a língua geral e fazer substituí-la pela portuguesa; respeitar os privilégios dos índios; incentivar a construção de casas e o uso de vestuário; os casamentos mistos; ser responsável pela construção das igrejas, das casas da câmara e cadeias nos lugares elevados a vilas; ser responsável pelo trabalho (Diretório, 1757).

No lugar de Guimarães, além do diretor dos índios, também serviu o capitão dos índios, e o juiz de fora da Vila Real do Cuiabá incorporou a função de juiz conservador dos índios, responsável por administrar as questões relativas ao diretório⁵. Do mesmo modo, parece-nos que uma companhia de índios, com seus oficiais mais competentes, era constituída quando a urgência batia à porta da capitania, como no ano de 1763, diante dos impactos da Guerra dos Sete Anos, que levou diversos homens para o Guaporé (Annaes [...], 2007).

No tocante à organização espacial, sabemos que foi construída uma casa, com um tronco, feita como prisão “dos índios”, porque a que existia foi considerada velha e não garantia a prisão deles. Também foi erguida uma “casa de passagem”, que recebia os devotos de Cuiabá que se dirigiam até a matriz do lugar, reconstruída pelo juiz de fora no ano de 1779 (Almeida, 2019, p. 137). Em outra perspectiva, indígenas presos na cadeia foram soltos por outros. Outros, conforme já citado, ficavam dispersos ou vagantes pela Vila Real do Cuiabá ou fugiam, como no ano de 1783, quando 45 se embrenharam nas matas e foram acusados de praticar “os abomináveis erros do paganismo” (Almeida, 2019, p. 137-138).

As fugas, as deserções e a manutenção de práticas religiosas são evidências das reações dos indígenas e de como atuaram a partir de seus próprios interesses nas aldeias. A recusa ao cristianismo, como no caso do tempo da missão de São José, no

5 O juiz conservador dos índios, identificado por Gustavo Balbuena de Almeida na sua pesquisa sobre o juizado de fora na Capitania de Mato Grosso, ainda carece de maiores pesquisas a seu respeito (Almeida, 2019).

Guaporé, cujos índios fugiam quando viam a cruz, ou a prática do que foi considerado pagão subvertia a ordem desejada no interior desses lugares, em que a civilização e a transformação dos índios em vassalos do rei de Portugal eram desejadas pelas autoridades. No cotidiano:

A presença, nas povoações, de uma população pluriétnica, ou seja, brancos, índios, negros e mestiços, se por um lado buscava aproximar brancos e índios, no sentido de criar uma sociedade mestiça, através de casamentos mistos, por outro gerava a possibilidade de atritos interétnicos, não só entre índios de nações diferentes. Se na convivência diária nas povoações, essa população construiu redes de solidariedades, que a levou, em alguns momentos, a desenvolver formas de resistências coletiva à colonização, também se envolveu em situações, nas quais as diferenças étnicas emergiram (Souza Junior, 2016, p. 294).

Ainda que tenhamos, até o momento, poucos dados sobre os moradores do lugar de Guimarães, supomos que nele estiveram muitos mestiços e se manifestaram diversos atritos. Maria Bakairi, por exemplo, foi denunciada por ter ameaçado com malefícios o negro Thimoteo Xavier Pizarro e Francisca de Senne, parda mestiça, por fazerem feitiços num olho do índio Clemente Teixeira, com quem era casada (Devassa, 1785). Maria Bakairi foi nomeada por sua etnia, pertencente ao povo de língua karib, que se autodenomina kura, cujas primeiras referências encontradas sobre eles datam da primeira metade do século XVIII, quando as bandeiras partiram de São Paulo e se deslocaram para a Região Oeste em busca de indígenas para escravização. Desde esse momento, foram utilizados como mão de obra (Barros, 1977).

As indígenas Micaela de Campos e Clara Maria de Tal foram denunciadas por viverem em concubinato, e Agapito de Lara, que tinha sido capitão-mor dos índios, casado, morador na “missão”, foi delatado por incesto, pois tinha mantido relações sexuais com a sua enteada, também “índia” (Devassa, 1785, p. 72, 75). Esses exemplos são indícios, conforme afirmou Patrícia Mello, que analisou o diretório no Grão-Pará, de que, na prática, nem tudo ocorreu como previa a legislação, posto que os principais alvos da política pombalina tiveram papel decisivo na redefinição do projeto colonial, com ações em defesa de seus interesses e de suas prioridades (Sampaio, 2012). Segundo ela, “no limite, foi essa intervenção que transformou um projeto colonial em processo colonial” (Sampaio, 2012, p. 23).

Se, no interior do lugar de Guimarães, existiam momentos de solidariedade e outros de atritos, nas suas proximidades, prosseguiram as guerras indígenas e a armação de bandeiras contra os nativos definidos como hostis. Na década de 1770, caiapós, ou bororo, como diziam alguns moradores, atacaram localidades no distrito do Cuiabá. Em 1772, na Chapada, onde estava localizada a missão de Santa Ana, mataram “vinte e três índios de toda a qualidade, pertencentes a dita Missão”,

na ocasião em que estes iam para as lavouras. Outras 13 pessoas, embora não saibamos se indígenas, foram mortas e também eram da “Fazenda dos Índios da Missão de Santa Anna”. Essas movimentações foram intensas, e os vereadores chegaram a considerar que esse grupo indígena tinha intenção de entrar na Vila Real do Cuiabá (Annaes [...], 2007, p. 100).

Os motivos que levaram às mortes dos indígenas aldeados podem ter sido variados. Fato é que as resistências dos nativos à invasão de suas terras resultaram em conflitos violentos, alianças temporárias, negociações ou rivalidades com indígenas – aldeados ou não – e a sociedade envolvente. Alianças e conflitos étnicos, muitos anteriores à colonização, também faziam parte desse contexto na Capitania de Mato Grosso.

Como demonstrou Maria Regina Celestino de Almeida, desde o século XVI, na América Portuguesa, aldeados uniam-se e rompiam com aqueles que não estavam nas aldeias, e ambos mudavam de uma condição à outra, conforme os seus interesses, pois várias foram as aproximações, o “que conduz à desconstrução de blocos monolíticos para se pensar sobre os índios dos sertões. Índios das aldeias e não índios” (Almeida, 2010, p. 68). Afinal, “estar na aldeia não significava necessariamente abandonar a vida errante, assim como fugir para o sertão não queria dizer o abandono definitivo da aldeia” (Almeida, 2010, p. 123).

Diante do exposto, consideramos que, na Capitania de Mato Grosso, foram instaladas missões e um diretório possível, marcado por dificuldades decorrentes das condições de fronteira litigiosa, das discussões dos tratados de limites, da extensão territorial, das distâncias, da escassez de religiosos, da falta de recursos, pela defesa da fronteira e pelos intercâmbios fronteiriços. Concomitante a essa política, destacavam-se as políticas indígenas que impactaram o diretório, porque os índios não ficaram passivos diante das ações de dominação, e procuraram alterar e interferir na sua aplicação, de acordo com as suas possibilidades e interesses.

No tocante ao lugar de Guimarães, os administrados que estavam no distrito do Cuiabá, ao menos desde a primeira metade do século XVIII, e viviam sob administração dos moradores foram levados para a aldeia e, depois, para Guimarães. São muitas as perguntas que temos sobre o Diretório dos Índios na Capitania de Mato Grosso, e, certamente, o avanço das pesquisas sobre ele nos permitirá confirmar se a sua aplicação em Leomil, antiga aldeia de São José dos Padres, no Vale do Guaporé, e em Guimarães seguiu caminhos distintos e nos possibilitará compreender as políticas indígenas e indigenistas na fronteira mais ocidental da América Portuguesa.

FONTES

Manuscrita

CORRESPONDÊNCIA de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Cuiabá, 23/09/1769. RAPMT, 1982-83, p. 75)

“ORDENS”. Vila Bela, 06/03/1769. RAPMT, 1982-83, p. 71.

OFÍCIO do Governador da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao Governador Francisco Xavier De Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de novembro de 1758. AHU, Avulsos do Mato Grosso, Cx. 10, D. 585.

TERMO da Junta que se fez, para a determinação do sítio em que se devia fazer a Aldeia dos Padres da Missão. Vila Real do Cuiabá. 09/05/1751. RAPMT, Cuiabá (MT), set 83-fev 83, p. 65-67.

Impressas

ANAIS de Vila Bela, 1734 - 1789/ [transcrição, revisão e organização AMADO, Janaína, ANZAI, Leni C.; FIGUEIREDO, Luiz Carlos]. Cuiabá: Carlini & Caniato, EdUFMT, 2006.

REVISTA do Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiabá, v. 1, n. 2, Set/1982- fev./1983.

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830 / [transcrição e sua organização SUZUKI, Yumiko Takamoto]. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

DEVASSA da Visita Geral desta Comarca Eclesiástica do Cuyabá, 5 de abril de 1785. Série VP 03, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. (Transcrito).

DIRETÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa, 1757.

INSTRUÇÃO da Rainha D. Mariana de Áustria para D. Antonio Rolim de Moura, 1749. In: *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo Balbueno de. *Os juízes de fora e administração da justiça na capitania de Mato Grosso (1748-1813)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 281–289, 2021.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

ARAÚJO, Renata Malcher de. Nem eles tal vila pediam, nem queriam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da capitania das Minas do Cuiabá e Mato Grosso. In: LEMES, Fernando Lobo; JESUS, Nauk Maria de; SOUSA, Avanete Pereira (org.). *Para além das Gerais: dinâmicas dos povos e instituições na América portuguesa- Bahia, Goiás e Mato Grosso*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015. p. 21-66.

ARENZ, Karl Heinz. “Lacaios ou líderes”: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016. p. 175-198.

BARROS, Edir Pina de. *Kura Bakairí / Kura Karáwa: dois mundos em confronto*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1977.

BLAU, Alessandra R. *O ouro vermelho e a política de povoamento na Capitania de Mato Grosso: 1752- 1798*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na antiga Capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios. *Revista História Social*, Campinas, n. 25, p. 43-70, 2015.

CARVALHO, Francismar. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COELHO, Mauro C. A construção de uma lei: o diretório dos índios. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 168, n. 437, p. 29-48, 2007.

COELHO, Mauro C.; MELO, Vínicius Zuniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). *Revista de História*, São Paulo, n. 174, p. 101-129, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-26.

DAVIDSON, David M. How the Brazilian West was won: freelance & state on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752. In: ALDE, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973. p. 61-106.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonos e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DOURADO, Nleide Souza. *Práticas Educativas Culturais e Escolarização na capitania de Mato Grosso (1748-1822)*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

GOMES, Robeilton de Souza; MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. “Sua Majestade é servida”: o processo de construção da Lei de Liberdade dos índios do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). *Sæculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 473-487, 2021.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da Posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LIMA, João Antonio Fonseca L.; ARENZ, Karl Heinz. *Igreja e Religiosidade na Amazônia colonial*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

MEIRELES, Denise Mald. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELO, Vanice Siqueira de. *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

NEVES, Thaís Cardoso das. *A fronteira oeste no governo de João de Albuquerque: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2019.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Ed. UFAM, 2012.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Ed. UFAM, 1999.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1995.

SOUZA JUNIOR, José Alves. As autoridades indígenas nos aldeamentos no tempo do Diretório: principais e oficiais. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016. p. 281-300.

SOUZA JUNIOR, José Alves. O cotidiano das povoações no Diretório. *Estudos Amazônicos em Revista*, Ananindeua, v. 5, n. 1, p. 79-106, 2022.

CAPÍTULO 14

POLÍTICA E FINANÇAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE VILAS DE ÍNDIOS NO CEARÁ¹

JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o sucesso ou fracasso do Diretório dos Índios é farta tanto nos relatos da época quanto na historiografia. Promulgado em 1757 para o Grão-Pará, durante o ministério do Marquês de Pombal, a norma tinha como objetivo a integração dos povos indígenas à sociedade colonial portuguesa por meio do trabalho, da mudança dos costumes e da declaração de que eram súditos livres e iguais aos outros². Esse último aspecto era bastante controverso. Em primeiro lugar, no Antigo Regime Português, nenhum súdito era igual ao outro nesse universo hierarquicamente corporativo. Em segundo lugar, apesar de livres, os indígenas foram considerados incapazes, e, por isso, o diretório instituiu a figura do diretor, uma autoridade leiga que, em substituição dos antigos religiosos, deveria cuidar da civilização dos indígenas e gerenciar sua distribuição no trabalho e sua remuneração. Por esses pontos fundamentais para a política indigenista pombalina, pode-se vislumbrar a

1 Publicado anteriormente na revista *Saeculum*, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), v. 26, n. 44, 2021. O capítulo é fruto das pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Projeto Vilas Indígenas Pombalinas (VIP).

2 “[...] serão obrigados a conservar com os índios aquela recíproca paz, e concórdia, que pedem as Leis da humana Civilidade, considerando a igualdade, que tem com eles na razão genérica de Vassallos de Sua Majestade, e tratando-se mutuamente uns a outros com todas aquelas honras, que cada um merecer pela qualidade das suas Pessoas, e graduação de seus postos” (Diretório [...], 1758, §83, grifo nosso).

natureza das críticas à legislação, seja de indígenas, de membros da administração colonial ou da historiografia. Elencando, especialmente, os diretores como grandes vilões, por conta de seu despreparo e violências direcionadas aos indígenas de quem deveriam cuidar (Casal, 1817; Menezes, 1997), muito se falou do quanto o diretório proporcionou a miséria e a subalternização das comunidades (Lopes, 2011).

Um aspecto do Diretório dos Índios menos comentado pela historiografia se refere às câmaras municipais das vilas de índios, povoações originárias de antigas aldeias missionárias elevadas pela lei a essa condição. De acordo com a legislação, nelas, as lideranças indígenas teriam prioridade na ocupação dos cargos e seriam responsáveis pela gestão do território, pela produção econômica e pelo comércio da vila. Nessas instituições, as contradições presentes na lei se evidenciavam: por um lado, a política pombalina via, no acesso das lideranças às câmaras, um reconhecimento de sua posição de súditos livres e iguais aos outros. Considerados aptos para ocupar os postos da administração e da política municipal, as lideranças indígenas eram formadas, indubitavelmente, por “homens bons da terra”, como anotou Francisco Cancela nas posturas da câmara da vila de índios de Porto Alegre, em Porto Seguro (2019, p. 260). Por outro lado, declarava que os indígenas eram *incapazes*, ao definir a presença de brancos nos senados em prol da civilização indígena.

Não surpreendem os conflitos que ocorreram nas câmaras fruto dessa convivência e das acusações de inviabilidade política da condição de índios ocupando espaços de nobreza da terra (Moreira, 2019). Capistrano de Abreu registrou o comentário de um escritor pernambucano das primeiras do século XIX: os “índios têm vilas e câmaras; e são nelas juízes, sem saberem nem ler, nem escrever, nem discorrer! tudo supre o escrivão; o qual, não passando muitas vezes de um mulato sapateiro, ou alfaiate, dirige a seu arbítrio aquelas câmaras de irracionais quase”. Somente ao final da sessão, após a leitura do juiz das petições elaboradas pelo escrivão, é que apareciam os “senadores [provavelmente indígenas] de camisa e ceroula, e de caminho para suas tarefas”. Completou, assim, a cena que Abreu (1998, p. 175-176) considerou uma “situação antes ridícula que tétrica”, seja pelo pouco decoro e nobreza dos membros do conselho e do recinto onde havia as sessões – “um pardieiro, com alcuinha de casa de câmara” –, como pela alegada incapacidade dos “quase irracionais” indígenas, retratados enquanto manipulados pelos escrivães, geralmente oriundos de grupos sociais inferiorizados na sociedade colonial portuguesa.

Outro problema era a questão financeira. Era flagrante o fracasso da proposta de transformação dos indígenas em um campesinato livre e produtivo, coexistente a um cotidiano de profunda exploração de sua força de trabalho (Lopes, 2011). O paradoxo tinha efeito nas câmaras municipais, cujas contas não fechavam. Com territórios municipais – os “termos” – geralmente pequenos e uma população subordinada e pobre, não possuíam quantidade significativa de atividades produtivas e volumes de arrecadação, dependendo dos aforamentos de terra aos chamados “extranaturais”

– os não indígenas que eram autorizados a habitar na vila – e aos contratos de carne. Sobre sua prática nas vilas de índios do Ceará, tratou o ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avelar, em 1786, destacando as razões das dificuldades de sua rentabilidade para as câmaras municipais (AHU, Ceará, Cx. 11, D. 638).

Apesar de sua abolição em 1798 no Grão-Pará e em algumas capitanias, no Ceará e em outras, o diretório seguiu vigente nas primeiras décadas do século XIX, levando consigo as mesmas contradições. A permanência da lei foi defendida por alguns governadores que por lá passaram, ao argumentarem sobre a necessidade do trabalho indígena para a economia da capitania e os prejuízos que adviriam da instituição de uma liberdade ilimitada. Por exemplo, acerca da “inteira liberdade [...] que não [fosse] ofensiva às leis”, Bernardo Manuel de Vasconcelos afirmou, em 1800, que a ordem que recebeu a esse respeito lhe parecia “assaz precisa”, já que aos indígenas, “uma nação que se assemelha muito a um agregado confuso de homens bárbaros e independentes, que não obedecem senão às suas paixões particulares, [...] parece estar nas circunstâncias de se lhe aplicar muito esta restrição” (AHU, Ceará, Cx. 13, D. 769) imposta pelo diretório. Já Manuel Ignácio de Sampaio argumentou, em 1815, que “os males que se seguiriam da perfeita liberdade dos índios [oriunda de uma possível abolição do diretório, eram] incomparavelmente maiores até para os mesmos índios do que os que proced[iam] dos abusos dos diretores” (BN, códice C-199, 14).

No entanto, mesmo defensor do Diretório dos Índios, em vigor no Ceará oitocentista, Sampaio não se furtou a propor e a executar adaptações à aplicação da lei naquilo que julgava impraticável. Exemplos disso foram suas considerações sobre as câmaras municipais indígenas localizadas no entorno da capital em comunicação dirigida ao conde de Aguiar, ministro dos negócios do Brasil, no dia 1º de abril de 1814. “Na distância de uma a três léguas se acha[vam] situadas à roda desta capital as três vilas de índios de Arronches [atual bairro da Parangaba, em Fortaleza], Soure [atual Caucaia], e Messejana [bairro de Fortaleza]” (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168).

O texto talvez seja um exemplo de uma tendência do contexto do reinado de D. João VI de superação do paradigma pombalino, como trabalhado por Fernanda Sposito (2009). Mesmo que diferisse bastante da violência extrema presente nas cartas régias de 1808 de guerra aos botocudos, ao buscar convencer o ministro da impraticabilidade das câmaras municipais em vilas de índios, os argumentos de Sampaio revelam uma percepção ainda incrédula no postulado da igualdade dos indígenas enquanto súditos capazes – o que também se fazia presente em sua defesa pela permanência do diretório. O afastamento em relação ao modelo de política indigenista dos tempos de Pombal se evidencia quando comparamos tais posturas do início dos anos 1800 à pompa com que lideranças indígenas do Ceará foram recebidas pelo governador de Pernambuco para viabilizar a instalação do diretório na capi-

tania (Maia, 2010; Silva, 2005). Como bem observou Lício Maia (2010, p. 222), a importância “das lideranças indígenas foi se arrefecendo com o crepúsculo setecentista”, mas não necessariamente pela perda da importância militar – tendo em vista a ativa participação indígena nos conflitos liberais oitocentistas –, e sim muito mais pelo avanço dos proprietários nas terras e nos espaços de atuação política.

Figura 1 – Vilas de índios de Soure, Arronches e Messejana, circundando a capital do Ceará, Fortaleza



Fonte: “Mapa da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manuel Ignácio de Sampaio por seu ajudante de ordens Antônio José da S. Paulet, 1818” (Biblioteca Nacional, ARC.029, 05, 023).

A procura de Sampaio para embasar sua exposição proporcionou uma riqueza a quem pesquisa sobre o tema: em anexo, enviou sete documentos produzidos a partir de 1813 nos senados de Arronches, Soure e Messejana. São fontes preciosas na medida em que são raras as vereações de câmaras municipais de vilas de índios preservadas nos arquivos. Além disso, são registros da atuação político-administrativa de lideranças indígenas no Antigo Regime, bem como de suas culturas políticas e escritas, e que mostram as perspectivas dessas autoridades no âmbito de suas instituições acerca de si, enquanto súditos capazes, e dos próprios espaços. Diante desse rico material, a análise a seguir propõe confrontar essas fontes e refletir sobre as problemáticas em torno das câmaras municipais das vilas de índios do Ceará e da condição social dos indígenas, por meio da ação de suas lideranças políticas no alvorecer dos anos 1800 na América Portuguesa.

POBREZA DOS VEREADORES E CÂMARAS INDÍGENAS

O panorama traçado pelo governador da situação em que se encontrava as câmaras das vilas de índios de Soure, Arronches e Messejana, é marcado por três ideias principais: i) a pobreza da vila e de seus habitantes, ii) a desorganização das justiças municipais e iii) a incapacidade dos indígenas – aspecto diretamente ligado ao anterior, os quais analisaremos mais adiante. O primeiro ponto já havia sido abordado por Luís Barba Alardo de Menezes, antecessor de Sampaio na capitania, quando afirmou, em 1814, que “as rendas dos conselhos destas três vilas [eram] de pouca entidade” (Menezes, 1997, p. 43). Dois anos depois, escreveu sobre o assunto o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Sobre Messejana, registrou que os “negócios forenses são tais que o escrivão serv[ia] quase por favor, não tira[va] provisão do governo porque os emolumentos não lhe dão para a pagar, e servem com provimento do ouvidor”; Arronches tinha uma câmara “sem patrimônio, [e] o escrivão corre à sorte do de Messejana, porque o foro é igual”; e, em Soure, o senado não tinha “nenhum patrimônio” e o “escrivão e o foro estão nas mesmas circunstâncias das duas antecedentes” (Carvalho, 1929, p. 17-19).

O relato de Sampaio é muito semelhante aos anteriores. Afirmou que os escrivães das câmaras “daquelas três vilas ha[via] muitos anos que serv[iam] sem provisões, porque o diminuto rendimento daqueles ofícios lhes não chega[va] para pagar os novos direitos, terças partes, selos e mais emolumentos delas”. Argumentou, ainda, que, “sendo mui poucos os negócios a tratar naquelas câmaras, e sendo em geral os vereadores mui pobres, não se costuma comumente fazer vereação, senão em ocasião que há algum negócio a tratar” (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

A presente pesquisa ainda não conseguiu averiguar a periodicidade das vereações nas câmaras de vilas de índios no Ceará, compará-las com as de outras desse período e confirmar o que afirmou Sampaio³. No entanto, os ofícios que enviou em anexo das câmaras de Soure e Arronches, produzidos no ano anterior, em resposta a demandas do próprio governador, atestam a penúria dos cofres. De acordo com os vereadores de Soure, o “senado não conhec[ia] por patrimônio mais do que a arrematação do contrato das carnes quando há arrematantes, e não havendo o módico subsídio de quatro contos de réis cada uma res quando sucede alguém matar”, a instituição se sustentava no que arrecadava das terras para aforamento. Com um termo de apenas uma légua, nele habitavam extranaturais, de quem o senado exigia “o foro

3 De acordo com as posturas da Câmara de Vila Viçosa, estudadas por Lígio Maia (2010), as vereações deveriam acontecer todo sábado. Se a regra de fato foi aplicada nos primeiros anos das vilas de índios, o registro talvez indique um processo de decadência financeira nessas povoações ao longo da segunda metade do século XVIII, resultando na miséria do início dos anos 1800 analisada por Fátima Lopes (2011) no Rio Grande do Norte.

pela competente renda [...], nunca excedendo esse rendimento de foros de 10 a 12 mil réis anualmente, advertindo que, porém, que não regula certo, e é conforme o número que acontece haver de habitantes”. Não contavam com contrato de aguardente “por ser de gênero de embriaguez” e,

[...] por isso mesmo, proibido em vilas novas de índios com a qual é esta, e tão recomendável pelas leis e Diretório Régio desde a criação desta mesma vila e até hoje não consta que tal contrato que nesta vila fosse em tempo algum arrematado, e que por isso não tem resultado o perceber este senado lucro algum do dito contrato de aguardente pela proibição ponderada (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

Assinando o ofício, de indígena, identifiquei pelo menos o capitão de ordenança João Batista Dias (APEC, fundo Governo da Capitania)⁴. De forma semelhante, demonstraram os vereadores da Câmara de Arronches, cujo “patrimônio que teve esta vila foi unicamente o contrato das carnes”. Além disso, arrendava aos moradores extranaturais “tanto a légua que foi medida para esta vila no tempo que era missão e aldeia como as mais que foram dadas aos indígenas em sesmaria, sendo o mesmo rendimento para a câmara e é o único patrimônio que tem”. Sobre contrato de aguardente, afirmaram que “não consta[va] ter havido” e que “aqui nunca foi arrematado, quando as aguardentes são proibidas nestas vilas pelo parágrafo 42 do Diretório” (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168). Consta no ofício a assinatura do indígena Vitorino Correia da Silva (APEC, fundo Governo da Capitania, livro 72, p. 120). Pelo texto, por mais objetivos que fossem nas respostas ao que pediu o governador, os vereadores demonstraram que os limites financeiros da câmara se explicavam pelas regras a que as vilas estavam submetidas. Além do irrisório valor do arremate das carnes, a questão da proibição do contrato de aguardente escancara a fragilidade do diretório em projetar comunidades indígenas autônomas e viáveis, já que a “igualdade” que os permitia ocupar cargos de vereação convivia com a “incapacidade” que os privava desse comércio.

Ainda em resposta ao que ordenara Sampaio, a Câmara de Arronches solicitou ao escrivão João Tavares da Luz a elaboração do “Mapa do rendimento que tem esta câmara anualmente como consta da receita e despesa dos anos que à margem vão contados”. Os primeiros registros do senado não puderam ser examinados, “por já estarem imperceptíveis as contas e estar o livro muito velho”; por isso, constam apenas os dados de 1793 até 1811. Do lado esquerdo, os “Rendimentos do contrato e aforamento das terras desta vila, e das mais que foram dadas em sesmaria aos indígenas desta vila no tempo da aldeia”; do direito, “Despesas que se fizeram nos ditos anos como abaixo se vê”:

4 Agradeço a Licínio Nunes de Miranda pela cessão do documento.

Figura 2 – “Mapa do rendimento que tem esta câmara anualmente como consta da receita e despesa dos anos que à margem vão contados”

Mapa do Rendimento que tem esta câmara anualmente como consta da Receita e Despesa dos annos que a Margem são contados.

<i>Receitas de Contratos, e aforamento das terras desta Villa, e das annos que foram feitas em Livranças aos Fidejussões das Villa no tempo de Melicio</i>		<i>Despesas que se fizeram nos ditos annos como apparece a seguir</i>	
<i>Annos</i>		<i>Annos</i>	
1793	Receita..... 207 \$169	1793	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 11 \$145
1794	Receita..... 229 \$120	1794	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 81 \$735
1795	Receita..... 100 \$119	1795	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 36 \$200
1796	Receita..... 110 \$120	1796	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 87 \$635
1797	Receita..... 58 \$090	1797	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 56 \$680
1798	Receita..... 15 \$710	1798	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 15 \$000
1799	Receita..... 59 \$270	1799	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 60 \$725
1800	Receita..... 70 \$210	1800	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 56 \$520
1801	Receita..... 99 \$150	1801	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 100 \$920
1802	Receita..... 92 \$290	1802	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 80 \$001
1803	Receita..... 39 \$539	1803	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 63 \$200
1804	Receita..... 57 \$150	1804	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 53 \$506
1805	Receita..... 39 \$390	1805	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 32 \$125
1806	Receita..... 89 \$779	1806	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 30 \$735
1807	Receita..... 110 \$500	1807	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 90 \$526
1808	Receita..... 130 \$208	1808	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 50 \$735
1809	Receita..... 91 \$221	1809	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 82 \$531
1810	Receita..... 62 \$703	1810	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 20 \$100
1811	Receita..... 132 \$935	1811	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 133 \$165
1812	Receita..... 1	1812	Despesa de ¹⁸⁰⁰ annos..... 1

Fonte: Do escrivão da câmara da vila de Arronches, João Tavares da Luz. Arronches, 19 de maio de 1813. Anexo a ofício de Manuel Ignácio de Sampaio ao conde de Aguiar. Fortaleza, 1º de abril de 1814. Arquivo Nacional, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168.

Do período registrado pelo escrivão, o total de receitas somam 1.771\$257, e as despesas correspondem a 1.180\$904. O superávit é relativamente pequeno se levarmos em consideração os gastos obrigatórios da câmara, como a limpeza da vila, as obras públicas e os emolumentos dos agentes das correições. No entanto, ao observarmos a curva do rendimento ao longo dos anos, percebemos que, a partir de 1797, não apenas a queda foi acentuada, como também foram muito poucos os anos com saldo positivo significativo. Ainda é difícil compreender os fatores que levaram a

tal situação financeira desde o referido ano, já que se perderam as atas da Câmara de Arronches, impossibilitando a análise da prática do comércio ou da presença de extranaturais no período. Contudo, mesmo sem discriminar os detalhes das receitas e despesas a cada ano, o mapa consegue expor o cenário de adversidades.

Como alternativa, restava às câmaras o que acumulavam de foro das terras habitadas pelos extranaturais, e, como afirmou a Câmara de Arronches, tinham esse fim não apenas as terras da vila, como também aquelas “dadas aos índios por sesmaria”. Mesmo assim, a receita era certamente parca pela diminuta extensão de seus termos. De acordo com Sampaio, correspondiam a “uma légua em quadro” e se achavam “perfeitamente encravadas no termo desta vila da Fortaleza, de que [rasgado] haverem continuas colisões entre as justiças desta e daquelas vilas, que tenho até certo ponto atalhado, como me tem sido possível, mas que só V. Ex^a. pode de uma vez fazer cessar” (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168). A situação também é perceptível no “Mapa da Capitania do Ceará”, de 1818, no qual a referência aos termos das vilas de Fortaleza e Aquiraz ultrapassava as vilas de índios de Soure, Arronches e Messejana, localizadas no entorno da capital cearense. Nem mesmo a cartografia registrava os territórios municipais indígenas, delimitados desde a promulgação do diretório no século XVIII, havia cerca de 70 anos, e o próprio governador, como vimos, não tinha competência para defender as terras dos indígenas do avanço de proprietários e da ambição das câmaras vizinhas.

Figura 3 – Vilas de índios e termos de Fortaleza e Aquiraz



Fonte: “Mapa da capitania do Ceará levantado por ordem do governador Manuel Ignácio de Sampaio por seu ajudante de ordens Antônio José da S. Paulet, 1818” (Biblioteca Nacional, ARC.029, 05, 023).

Em outros termos, o problema para os senados indígenas não se resumia à pouca arrecadação de foros em decorrência dos tamanhos dos termos. Também sofriam o assédio das vilas vizinhas, interessadas nas suas áreas férteis e fundamentais para as atividades produtivas, o que seria um prejuízo ainda maior em suas contas. Um exemplo da situação foi relatado em detalhes em ofício dos vereadores de Messejana, que contou com a presença do indígena Francisco Pereira Correia Lima entre os signatários (AN, Câmara de Messejana, p. 105):

Este senado representa a V. Ex^{cia}. que na criação desta vila pelo doutor desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, se lhe deu além de uma légua de terra em quadra de seu termo, as terras adjacentes para seus logradouros, que eram aquelas de que os índios possuíam por datas nas matas e pés de serras, em que se compreendem as matas da Monguba [atualmente aldeia da etnia pitaguarí, município de Maracanaú], e outras, cujas terras como logradouros dos mesmos índios se devem entender compreendidas como terras da mesma vila, e por isso nos parece sem jurisdição nos lugares dela, as justiças de outra qualquer vila, por mais vizinha que seja, e por estas mesmas terras é que acontece haver arrematante ao contrato das carnes verdes, em razão de porem talhos naquelas matas, pelo interesse dos algodões, feijões, milhos e mais legumes sem os quais talhos, certamente que não haverá arrematante ao [dito] contrato, e por infalível padecerão os povos desta vila à falta deste gênero das carnes, um dos da primeira necessidade de que se não pode passar sem ele.

E como tem chegado a notícia a este senado, que a câmara dessa vila de Fortaleza pretende apoderar-se do lugar da dita Monguba, e outros que lhe ficam entre o poente e o sul destas terras dos ditos índios, com o pretexto de se não acharem dentro dos limites da [?] de cada légua em quadra, por cuja causa vai este senado por este possível modo recorrer à vossa excelência nesta ocasião em que se acha nessa vila o doutor desembargador ouvidor geral e corregedor da comarca, que como provedor dela poderá dar à vossa excelência o seu parecer sobre esta representação, para à vista dele determinar vossa excelência se lhe parecer justo, que a dita câmara desta vila se abstenha da pretendida pretensão, mandando que fique a dita vila na mesma tranquila posse em que estava há cinquenta e três anos. [...] Real Vila de Messejana em câmara de 27 de agosto de 1812 (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

Para Messejana, perder terras significava, também, se privar do pouco que ganhava com o contrato das carnes e ainda pôr em risco o abastecimento de alimentos da população da vila. Era uma situação difícil para qualquer uma das câmaras de indígenas, que tinham que enfrentar uma das nobrezas da terra mais poderosas da capitania. Mesmo assim, indígenas e extranaturais que compunham esses senados acionavam juntos, enquanto instituição municipal, suas culturas his-

tóricas (Almeida, 2009), ao destacarem o direito ancestral da vila adquirido desde a promulgação do diretório, e enfatizavam “a importância produtiva e comercial da região em litígio” (Costa, 2019, p. 48-49), o que atendia aos interesses prioritários da Coroa Portuguesa.

Diante da pobreza das câmaras e até das lideranças indígenas, as adaptações na aplicação da legislação eram necessárias, feitas, inclusive, pelo mesmo Sampaio, que tanto argumentou acerca da necessidade de manutenção do diretório. Adequações locais foram a regra da aplicação do diretório nas diferentes regiões, correspondendo ao que, segundo Garriga e Slemian (2013, p. 191-192), era o direito na América Portuguesa, “produto da casuística adaptação da ordem metropolitana às circunstâncias ultramarinas”. No relato ao conde de Aguiar, o governador disse ter preservado o hábito de “não levar emolumento algum pelas patentes que se passa[vam] aos oficiais de ordenança índios, cujo costume, posto que não seja fundado em ordem alguma régia, tenho feito conservar por ser em benefício dos pobres índios”. No mesmo sentido, Sampaio sugeriu, também, que a ouvidoria fizesse o mesmo,

[...] passando-se as cartas de usança aos vereadores e mais oficiais das câmaras das vilas de índios sem emolumento algum, e semelhantemente sendo as suas vilas corrigidas sem que nem o ouvidor, nem os oficiais da correição percebam emolumentos algum, [...] com cuja providência se evitará de uma vez as extorsões (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168).

A falta de escrúpulos dos funcionários régios diante da situação dos indígenas e suas câmaras parecia ser corriqueira. De acordo com o governador, quando chegavam as correições “e que os rendimentos das câmaras não eram suficientes, não [eram] bastantes para pagar o ouvidor e mais oficiais da ouvidoria, o que lhes pertence, se lança[va] ordinariamente mão do expediente [...] de multar os vereadores”. Como resultado, recebeu “várias expressões vocais [verbais]” dos membros dessas câmaras que buscavam agir politicamente em prol da manutenção de suas instituições.

Além dessas ações, Sampaio também deu como exemplo o que relataram os vereadores de Soure. Por conta de uma dívida de 32 mil réis, o escrivão da correição da comarca resolveu

[...] tirar um mandato de penhora contra o procurador deste senado para pagar com os seus bens já penhorados, o que achamos uma coisa muito estranha, em razão do dito procurador não ter gasto algum dinheiro e juntamente a câmara não possuir semelhante quantia em razão do patrimônio ser muito parco, que só consta de algum arrendamento de terras e às vezes quando se arremata o contrato, e que mesmo estes rendimentos malmente chegam para se tirar as cartas de usança, que para isso se acha o dinheiro pronto para se mandarem buscar com brevidade por ter o

dito desembargador deixado um provimento nesta câmara em que se não tirando as ditas cartas em tempo do costume ser cada um [vulgar?] que se achar servindo condenado a 16 mil réis e 30 dias de cadeia, ao mesmo tempo receando-nos que fiquem [só?] com o dinheiro em conta e nos virmos a pagar a dita condenação e assim recorreremos a benignidade e patrocínio de V^a. Ex^a. para pôr os olhos nestas causas atendendo a pobreza deste senado e as nossas igualmente (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

O registro é um testemunho das dificuldades fiscais pelas quais passavam os membros das câmaras das vilas de índios diante da falta de rendimentos e da intransigência das autoridades imperiais. Entretanto, perante a exigência de cumprimento das obrigações formais, como o pagamento das cartas de usança, e da própria pobreza, nada disso impediu a ação política dos vereadores de Soure. Ao contrário, a penúria foi utilizada como argumento em prol da interseção do governador, para que não fossem tão severamente punidos e para que a câmara continuasse existindo.

De fato, é perceptível que as câmaras das três vilas de índios em questão eram financeiramente insustentáveis, já que, compostas de membros miseráveis, com um pequeno e assediado território, limitadas na cobrança dos contratos de carne e privadas de comercializar aguardente, não conseguiam arrecadar o mínimo para fechar as contas. Além disso, e talvez o mais importante, os habitantes indígenas eram impedidos de concentrar seu tempo na produção de roças próprias, muitas vezes se dedicando a trabalhos fora do termo de suas vilas. Fortaleza, inclusive, era bastante dependente da mão de obra oriunda das povoações de indígenas do entorno, e era sua câmara que lucrava com a labuta indígena. De acordo com o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho (1929, p. 17), por meio de sua memória escrita em 1816, os indígenas de Messejana “se emprega[vam] a maior parte em servir os habitantes da vila da Fortaleza”. Sampaio, por sua vez, afirmou que as três vilas de índios serviam

[...] a esta capital pelas suas culturas de frutas, verduras, farinha de mandioca, cana-de-açúcar e mesmo algodão, e que por outro lado tanto ajuda[vam] a agricultura de todos estes arredores pelos braços que lhes fornecem, além de ser destas mesmas vilas que saem os índios empregados no novo estabelecimento dos correios desta capitania (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

O “novo estabelecimento” a que o governador se referiu era o Correio do Norte do Brasil, criado por Sampaio em 1812 e que consistia em um grande sistema de transporte de correspondência baseado em agências espalhadas em vilas do Ceará e até de outras capitanias, contando com a força de trabalho dos chamados “índios correios” (Costa, 2015, p. 235-264). De acordo com a Câmara de Messejana, o trabalho era o preferido dos indígenas pelo “pronto pagamento de seus jornais” (AN, Câmara de

Messejana, p. 107-107V). No entanto, o serviço dos índios-correio se assemelhava a outros de aluguel executados fora do termo da vila, que não geravam arrecadação para o conselho. Com pagamentos imediatos ou não, eram previstos pelo Diretório dos Índios, gerenciados pelos diretores e constituíam-se como elemento fundamental da legislação indigenista para a civilização.

Em outras palavras, a execução do trabalho indígena obrigatório, e organizada sob a condição dos indígenas de tutelados, se dava pelo mesmo entendimento que explicava os pedidos dos governadores para que a liberdade dos indígenas fosse limitada e presente de forma marcante no diretório, cuja permanência defendiam: a incapacidade dos indígenas. Ao mesmo tempo, era essa percepção que explicava, em boa medida, a pobreza das câmaras das vilas de índios, seja pela privação de comercializar aguardente como pelo impedimento de se criar um campesinato produtivo nas vilas, já que a maior parte dos indígenas concentrava grande porção do seu tempo nos trabalhos aos proprietários e aos governos, problema já apontado por Fátima Lopes (2011) e Bert Barickman (1995). Em contrapartida, Sampaio não tinha nenhum interesse na “emancipação” política dos indígenas, justamente pela declarada dependência da mão de obra indígena, que só poderia continuar a ser explorada enquanto os indígenas fossem tuteláveis pelos diretores, como previa o ainda vigente diretório. As soluções aparentemente benevolentes apresentadas por Sampaio não resolviam o problema, sendo, na verdade, paliativos fiscais para as câmaras.

AS JUSTIÇAS NAS CÂMARAS E A POLÍTICA INDÍGENA

A perspectiva da incapacidade indígena aparece mais evidentemente quando Sampaio discorre sobre a situação do judiciário municipal das câmaras de vilas de índios. Segundo ele, a explicação para as dificuldades enfrentadas pelos senados se estendia a toda sua composição étnica. Nelas, a administração de órfãos estava

[...] confiada a juízes leigos que pela maior parte são homens de mui pouca probidade e caráter, pela falta que naqueles termos há de indivíduos com os requisitos necessários, e porque os moradores no termo da vila da Fortaleza que se prestam a aceitar os referidos empregos naquelas vilas são os que para se evadirem das justiças desta capital, tanto cíveis quanto crimes, procuram aquele escudo afim de não poderem ser citados sem provisão do Desembargo do Paço. Outro tanto sucede a respeito dos juízes ordinários brancos (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168).

É fácil imaginar que muitas pessoas de estrato social inferior, sem condições de se alçar à nobreza da terra de Fortaleza, pudessem encontrar um caminho para isso e para adquirir uma propriedade nas vilas de índios. Ainda não tenho dados para

comprovar se ou quantos extranaturais que compunham os senados indígenas eram, de fato, fugitivos da justiça, mas o fator étnico e social que impedia o acesso a cargos na capital poderia não ser um limitador em câmaras de vilas de índios, o que certamente influenciava no desprezo desses ocupantes. Um exemplo disso foi o protesto dos membros da Câmara de Fortaleza, em julho de 1822, contra a presença na instituição de Antônio Lopes Benevides, por conta de seus “maus e criminosos costumes”, que não são descritos no texto. O grande problema, na verdade, era o fato de Benevides

[...] haver servido por acaso na câmara da vila de Monte-mor Novo, [o que] não lhe serv[ia] de habilitação, porque a dita vila é de índios, onde Sua Majestade mandara servir os mesmos índios que nobilitou em brancos, e esta vila não está na igualdade daquela porque é uma capital, onde sempre serviram brancos os mais nobres [...] e se procuram sempre os mais nobres dentre os moradores para servirem os cargos públicos dela [...]. Seria um deslustre grande e uma indecência intolerável o verem-se os mais nobres desta mesma vila, e termos obrigado a ombrear nos atos públicos, a que a câmara assistir formada, com um pardo da ínfima plebe e de maus costumes (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 175-A).

Os tais “costumes” de Benevides não foram especificados, porque não importavam tanto quanto sua origem étnica. Apesar do contexto liberal que se vivia em meados de 1822, a hierarquização social ainda imperava e marcava o pensamento político das elites municipais, que viam como uma desonra intolerável a convivência com um “pardo da ínfima plebe”. A situação é bem semelhante à maneira depreciativa com que o cronista pernambucano registrado por Capistrano de Abreu (1998, p. 175) se referiu ao escrivão da câmara da vila de índios, um “mulato sapateiro, ou alfaiate”: inferior tanto pela “qualidade” quanto pelo ofício. Também remete aos pardos de Vila Boa, em Goiás, estudados por Fernando Lemes (2011), que, percebendo os novos tempos no início do século XIX, buscaram sem sucesso ascender à câmara da vila. Em outros termos, tanto em Goiás quanto no Ceará, a voga do liberalismo não foi capaz de fazer com que esses grupos de poder sequer cogitassem se equiparar com as demais parcelas da população.

Nessa sociedade que seguia corporativa, o mesmo distanciamento se dirigia aos indígenas, ainda que de forma ambígua na argumentação dos vereadores de Fortaleza. Apesar de os indígenas serem “nobilitados em brancos”, ou seja, iguais a eles enquanto súditos e nobres da terra, a *igualdade* propriamente dita e pretendida no diretório não existia. Como afirmou Lúcia Pereira das Neves (2003, p. 157), mesmo no período constitucional português, a noção de igualdade era comedida, já “que não significava a liquidação das antigas camadas sociais”. Em outras palavras, as eli-

tes camarárias indígenas nunca seriam tão nobres quanto os senadores da capital. A legislação poderia até ter feito dos indígenas “iguais”, mas não estavam no mesmo patamar dos brancos nobres da capital, o que também se refletia nas suas vilas e câmaras e se estendia aos seus ocupantes.

Por outro lado, o caminho trilhado por não brancos e outros membros da “ínfima plebe” nas vilas e câmaras indígenas passava pelo crivo dos oficiais camarários indígenas. Lígio Maia (2010) analisou como D. Felipe de Souza e Castro, mestre de campo e juiz ordinário da Câmara de Vila Viçosa, atuava nos pedidos de não indígenas para se estabelecer na vila e, eventualmente, os rejeitava. O trabalho de Vânia Moreira sobre o Espírito Santo mostrou que a introdução dos extranaturais às vilas de índios se dava por meio da utilização dos casamentos mistos como estratégia da política indígena de controle do território. Segundo a autora, a presença dos extranaturais dependia dos acordos com os indígenas, que fortaleciam linhagens por meio de matrimônios com os não indígenas (Moreira, 2019). Ainda é preciso avançar nessa questão para o Ceará, mas cito o caso do extranatural José da Silva Ribeiro, a quem a câmara de Messejana concedeu licença

sem pagar foro algum para morar na outra metade do dito sítio visto ser casado com filha da vila e goza o mesmo privilégio como se fosse ele indígena para plantar onde muito lhe parecer segundo o Diretório (APEC, fundo Câmaras Municipais, livro 58, p. 232),

indicando que arranjos assim podem ter acontecido em território cearense como estratégia das lideranças indígenas.

Tal realidade de ação política diverge da imagem representada por Sampaio acerca dos indígenas oficiais de câmara:

Mas enquanto aos juizes ordinários índios e às câmaras [aos vereadores] são ainda muito maiores os inconvenientes [rasgado], porque tanto os juizes como as câmaras são [rasgado] dirigidos por algum miserável rábula que ali aparece, que lhes serve de assessor, e que por esta forma se torna juiz e câmara perpétua, com poder de satisfazer a salvo as suas paixões particulares (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168).

Aqui, chegamos no último elemento do documento de Sampaio: a alegada incapacidade dos indígenas. Apesar das danificações do documento, é possível observar que, para o governador, os indígenas eram facilmente manipulados por aqueles mesmos extranaturais de “mui pouca probidade e caráter”, como se fossem homens sem interesses ou poder de atuação. Aqui, encontramos mais uma similaridade com o relato do cronista pernambucano anotado por Capistrano de Abreu (1998, p. 175),

segundo o qual tais câmaras de “quase irracionais” eram conduzidas segundo os arbítrios de algum mulato escrivão.

Em outras palavras, de maneira geral, as câmaras municipais das vilas de índios seriam instituições inviáveis da forma como se constituíam, de acordo com o que previa o diretório. Esse era mais um motivo do porquê Sampaio não tinha qualquer interesse em aumentar a autonomia das lideranças indígenas na gestão de suas vilas e na condução de suas câmaras, e por isso que sua proposta de resolução de todos esses problemas apontava no sentido de subordiná-los ainda mais. A sugestão apresentada ao conde de Aguiar era que o juiz de fora de Fortaleza fosse nomeado

[...] juiz de fora do cível, crime e órfãos também daquelas três vilas de Arronches, Soure e Messejana, [...] com a obrigação de assistir ao menos a uma vereação cada mês em cada uma das ditas três vilas, ficando o escrivão do cível e crime desta capital servindo também de escrivão do cível e crime de cada uma das três, e o escrivão da câmara, órfãos e almoçataria desta capital servindo pela mesma forma também de escrivão da câmara, órfãos e almoçataria em cada uma das mesmas três vilas, aumentando-se por isso os novos direitos destes ofícios ou reservando este aumento tão somente para o donativo [...]. Uma semelhante decisão seria de um grande bem para aquelas vilas, e mesmo para esta capital, e não me parece que seja contra o que estabelece o alvará de 7 de julho de 1755 *in fine* [...]. Mas para se fazer um bem completo a estes índios, persuado-me seria necessário revogar [...] a favor deles o que estabelece a Ord. no livro 1º tit. 66 § 1º, o que não induzirá em abuso uma vez que as câmaras forem presididas por juiz de vara branca [juiz de fora] (AN, série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168).

O alvará a que refere Sampaio, confirmado pelo diretório e citado no seu primeiro parágrafo, faz parte de um conjunto de três normativas do mesmo ano conhecido como “Lei das Liberdades”. Esta ampliava “significativamente os direitos dos indígenas na América lusa” e tinha como marca central “a equiparação jurídica dos índios com os portugueses” (Moreira, 2019, p. 146-149). Além de abolir o poder temporal dos religiosos sobre os indígenas, previa que “poder[iam] ser governados pelos seus principais” e que “nas vilas se[riam] preferidos para juizes ordinários, vereadores e oficiais de justiça os índios naturais delas e dos seus respectivos distritos” (Alvará, 1830). Dois anos depois, o Diretório dos Índios foi promulgado, com o objetivo de regulamentar as leis anteriores e garantir o fornecimento de mão de obra indígena. Para isso, os indígenas recém-emancipados passaram a ser “considerados insuficientemente ‘civilizados’ e, por este motivo, incapazes de exercerem plenamente o governo de si mesmos, de suas famílias, de seus bens e de seu comércio” (Moreira, 2019, p. 153).

De fato, a proposta de Sampaio não só não contrariava o alvará de 7 de julho de 1755 como reforçava o pressuposto presente no §1 do diretório, que justificara a condição de tutela por meio da figura do diretor, “enquanto os índios não tiverem capacidade para se governarem” (Diretório, 1758, §10). A sugestão do governador faria com que a capacidade de gestão das câmaras por parte das lideranças indígenas – já limitada pela presença obrigatória de extranaturais no senado – fosse ainda mais reduzida⁵. De acordo com Adriano Comissoli (2011), o juiz de fora presidia a câmara da vila onde era provido, atuando como administrador, ministro da justiça e fiscal do rei. Para o autor, apesar de enviados pela Coroa, tais magistrados não se opunham à comunidade, antes, envolviam-se com ela e atuavam em prol dos interesses das autoridades locais (Comissoli, 2011). Todavia, no caso em estudo, era evidente o comprometimento do juiz de fora com as elites de Fortaleza, de onde já vinha. Os líderes indígenas seriam ainda mais subjugados, consolidando a diferença hierárquica entre a nobreza branca da capital acima da ínfima plebe, “menos nobre”, das câmaras indígenas. Tal relação de superioridade poderia ter efeitos em celeumas territoriais, como a já mencionada ambição da Câmara de Fortaleza sobre partes do reduzido termo de Messejana. Além disso, as vantagens financeiras iriam apenas para a capital. Às vilas de índios, o plano do governador só destinava uma sobrevivência dependente, como se depreende das isenções praticadas e da proposta de revogação do referido parágrafo das *Ordenações filipinas, Livro 1*, que exigia a realização de vereações nas câmaras todas as quartas-feiras e todos os sábados, sob pena de multa (Ordenações [...], livro 1º, título 66, §1).

No argumento de Sampaio, a incapacidade indígena se conectava com a desorganização jurídica e, associadas à pobreza irremediável, faziam das câmaras das vilas de índios instituições que só poderiam existir por meio de benignidades do governo. Entretanto, em contrapartida a essa percepção, estavam todas as ações políticas dos senados compostos por indígenas. Analisando-as por meio dos seus registros escritos, é possível perceber que a atuação dos indígenas junto aos seus companheiros extranaturais contradizia as versões de sua incapacidade e de que não havia solução para pobreza. Os exemplos não são raros, como os casos já analisados aqui da reclamação dos vereadores de Messejana sobre a invasão das terras e a queixa dos de Soure a respeito da intransigência do escrivão da correição. Por si, os registros revelam que as lideranças indígenas e os conselhos que elas compunham não eram inertes diante das adversidades, e muito menos se percebiam enquanto entes intelectualmente limitados.

Esse entendimento se reforça quando analisamos o último anexo trazido por Sampaio em seu ofício ao conde de Aguiar, produzido pela Câmara de Messejana.

5 A sugestão do governador Sampaio foi enfim parcialmente acatada por meio do alvará de 27 de junho de 1817, “anexando ao lugar de juiz de fora de Fortaleza as vilas de Arronches, Messejana e Aquiraz”. (Gazeta do Rio de Janeiro, *Avisos*, 16 de outubro de 1817, n. 66, p. 4. Biblioteca Nacional).

Tratou do assédio de Fortaleza sobre a Serra da Monguba, e relatou a resposta positiva que recebeu do governador e do desembargador corregedor da comarca: para eles, “a posse é contemplada, título tão legal, que as leis pátrias proíbem seja dela esbulhado qualquer sem primeiro ser citado e convencido ordinariamente, e que por isso essa câmara se deve conservar na posse em que estão”. No entanto, “e se com mais violência o não temos já feito participar a V. Ex.^{cia}., com os deveres dos nossos cargos”, mesmo tendo vencido a batalha contra o conselho da capital, “razão justa nesta vila segundo as circunstâncias que nela tem havido”, os camaristas foram vítimas de mais um constrangimento. Segundo eles, em certa correição, foram

[...] os camaristas condenados, e por um executivo serem tomados os seus próprios vestidos e fardas com que exerciam seus cargos, para satisfação da dita condenação por serem pobres e não terem outros bens, se não aqueles com que cumprem este dever, ficando em árvore seca o juiz ordinário sem seus companheiros para poder responder quaisquer ordens que nos fossem dirigidas por V. Ex.^{cia} (AN, série Interior – Negócios de Províncias, códice IJJ9 168).

Se foram tratados assim por oficiais da ouvidoria, por que também não seriam por um juiz de vara branco da Câmara de Fortaleza, contra quem, inclusive, haviam pelejado e saído vitoriosos? De acordo com o relato, a punição contou com requintes de humilhação por sua execução simbólica, pois, ao serem tomados os vestidos e as fardas, os camaristas de Messejana se viram privados do símbolo dos cargos que ocupavam. Como bem observou Elisa Garcia acerca dos guarani do atual Rio Grande do Sul, os indígenas “desenvolveram um apreço especial não pelas vestimentas em si, mas por estas enquanto indicadores de *status* social” (Garcia, 2009, p. 49). Portanto, a representação do ato do executivo da correição tinha como objetivo rebaixá-los hierarquicamente, revelando que a condição de nobreza da terra dos camaristas dessas vilas de índios não era efetivamente respeitada, tanto por elites proprietárias locais quanto por funcionários do judiciário monárquico.

Em contrapartida, o acontecimento só chegou até nós e teve tais proporções pela ação indígena diante da grande ofensa que sentiram. A ausência das vestimentas era impedimento ao cumprimento do dever não pelo serviço em si, mas porque os cargos indicavam a importância de seus ocupantes no corpo de súditos do rei de Portugal. Para eles, a “árvore seca” em que se encontrou o juiz ordinário não se deu pela falta de capacidade dos membros da câmara e nem mesmo pela pobreza, mas por conta da violência dos que não aceitavam suas posições e não reconheciam sua competência para exercê-las.

Finalmente, é preciso destacar que a ideia da manipulação dos indígenas por extranaturais nas câmaras deve ser avaliada sob outro prisma, a partir da conjuntura política específica de cada vila em diferentes contextos. A depender do momento

e da postura do governo da capitania ou província, a presença de extranaturais como moradores das povoações indígenas e nas próprias câmaras poderia ser maior ou menor. Vânia Moreira demonstrou que, nas vilas de índios do Espírito Santo, as lideranças indígenas tinham considerável poder de gestão dos aforamentos até 1795, quando a entrada de não indígenas se acentuou na mesma proporção dos conflitos de terra. Foi nessa conjuntura que “a hegemonia que os índios desfrutavam no poder local desde a fundação [das vilas] começou a ser desmontada” (Moreira, 2019, p. 279). Processo semelhante pode ser identificado em Monte-Mor Novo, no Ceará, onde, a partir da década de 1810, os indígenas se transformaram gradativamente em minoria, em decorrência da intensa migração de extranaturais. No entanto, ainda que os registros de conflitos de terra aumentem visivelmente na documentação, os indígenas não deixaram de utilizar o espaço político da câmara municipal para lutar por seus territórios (Costa, 2020).

No caso de Soure, Arronches e Messejana, a pesquisa ainda não conseguiu constatar o peso demográfico e político dos extranaturais nas vilas e câmaras em 1814. Contudo, alguns documentos já coletados nos possibilitam perceber que as lideranças não se acabrunhavam diante dessa presença, iluminando-nos, também, acerca das perspectivas indígenas sobre si, suas condições materiais e o desenvolvimento da vila. Em ofício de 1816 ao governador Sampaio, os oficiais de ordenança indígenas Atanásio de Faria Maciel, Veríssimo da Silva Carneiro, Antônio José Correa, José da Silva Carneiro e Francisco Pereira Correa Lima, moradores do Cambeba, localizado no termo de Messejana, reclamaram da invasão de rebanhos nas suas plantações. Disseram que viviam

[...] mansos e pacificamente, plantando suas lavouras para a sustentação de suas famílias e delas pagarem o dízimo a Deus, por serem as mesmas terras abundante dos melhores alagadiços que se considera nesta capitania, porém agora acontece pelo contrário [o?] serem os suplicantes desinquietados e flagelados, perseguidos de gados, e muito principalmente depois que se veio introduzir vizinhos dos suplicantes João da Cunha Pereira e Lourenço Cavalcante, porque é verdade que os suplicantes, em razão da suma pobreza, e de não terem madeiras perto para cercarem fortemente, contudo fazem as suas cercas de modo como sempre eram, as quais vedam os mais gados, porém menos os bois de carro. Ora, excellentíssimo senhor, os suplicantes procuram a proteção de vossa excelência só afim de fazerem justiça, às circunstâncias em que se acha[vam] as terras desta vila [que] é dos índios, e mais pobreza nela não produz[iam] as plantas.

Citaram, ainda, os lugarejos no termo da vila onde iam à procura de lugar para plantar – Pavuna, Ancuri, Gereraú, Salgadinho –, e outros intrusos que causavam danos pelos seus rebanhos – Geraldo Ferreira e João Cavalcante. Assim, “nesta

forma se v[iam] os suplicantes em consternação de largarem o exercício da agricultura, e tudo por falta de humanidade dos donos dos bois”. Diante disso, requereram ao governador que, “por equidade”, ordenasse “que os donos dos gados tr[ouxessem] em pastor, ou ao menos que à noite durmam no curral, impondo vossa excelência as penas que parecer justo aos que o contrário fizer, e com isto virá a notícia de vossa excelência o aumento da agricultura desta vila”. Após recebida pelo governador, o ofício das lideranças indígenas passou por cinco despachos entre 1816 e 1819, os dois últimos à Câmara de Messejana. Um para que o senado ajuntasse “cópias das posturas e provimentos que existem na mesma câmara a respeito dos bois de carros”, e outro ordenando que pusesse

em rigorosa observância as posturas estabelecidas de comum acordo com os povos na última correição de 1815, ficando na inteligência de que os bois de carros se encolem sempre na descida das daninhas como a experiência mostra (AN, fundo Câmara de Messejana, p. 105-106V).

A função política da câmara para a referida demanda dos indígenas era apenas a de receptáculo das ordens do governador, a quem os suplicantes se dirigiram e quem tinha competência para lidar com o conflito. Entretanto, o caso nos possibilita analisar a perspectiva indígena, que fragiliza os argumentos do governador Sampaio acerca da situação financeira dos moradores da vila e, inclusive, das câmaras. Primeiro porque tinham consciência da capacidade de fazer prosperar a agricultura da vila e indicavam com nitidez que a pobreza tinha uma origem – que não foi explicada por Sampaio – e vinha de fora, da invasão de suas terras por pecuaristas “desumanos”. A prosperidade prometida pelos oficiais, caso houvesse, certamente seria sentida nas rendas do conselho. Além disso, em segundo lugar, a ação dos oficiais rechaça a percepção de indígenas incapazes e propensos à manipulação por extranaturais. Ao invés de se abaterem, agiram firmemente por escrito, citando nominalmente quem os prejudicava. Apresentando-se pacíficos, produtivos e fiéis a Deus, contestavam o pressuposto presente no Diretório dos Índios sobre a incapacidade de autogoverno, que justificava, por sua vez, a tutela, o trabalho obrigatório para proprietários e a convivência nos senados municipais com os extranaturais. A solução que os suplicantes de Messejana apresentaram para suas contendas tinha como fundamento o que também poderia ser a alternativa mais perene aos problemas jurídicos e fiscais apresentados por Sampaio: o pleno reconhecimento de que as vilas, as terras e as câmaras municipais eram, indubitavelmente, dos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ofício do governador Sampaio, de 1814, e os anexos produzidos pelas câmaras das vilas de índios de Soure, Arronches e Messejana explicitaram a conjunção de fatores que resultava na inviabilidade dessas instituições no início do século XIX. O desprezo social que populações indígenas e seus senados sofriam de oficiais do império e de extranaturais tinha a mesma base de argumentação jurídica que os obrigava ao trabalho de aluguel. Somado às restrições comerciais impostas pela lei e ao desrespeito aos limites territoriais dos termos das vilas, as consequências eram a pouca arrecadação municipal e a pobreza das rendas do conselho e dos seus oficiais. Diante disso, várias eram as propostas em relação às câmaras municipais das vilas de índios, desde as mais moderadas, como a de Sampaio, isentando-as de obrigações fiscais e subordinando-as à presidência de um juiz de vara branca da capital, até outras mais radicais, que sugeriram sua abolição e incorporação por Fortaleza, como a do ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho (1929, p. 11, 17, 19).

Os indígenas também tinham suas próprias perspectivas e projeções. Em janeiro de 1822, apenas oito anos depois do texto de Sampaio, durante a reunião das Cortes de Lisboa e o contexto liberal pelo qual atravessava os territórios portugueses, os membros da Câmara de Messejana e “demais cidadãos” da vila produziram um memorial com sugestões para melhorias econômicas e transformações político-administrativas. Na composição do senado, estavam os indígenas Antônio Francisco Pereira e Francisco Pereira Correia Lima, e seu texto era dividido em oito capítulos, com propostas surpreendentes: pediram escravos para serem pagos com os frutos das lavouras, o respeito aos limites territoriais do termo da vila e o abatimento do imposto sobre as carnes verdes. Solicitaram, ainda, a abolição do diretório no que dizia respeito à proibição de venda de aguardente e da figura do diretor, para que a tutela fosse substituída pela de um capitão-mor indígena que não levaria seus filhos a trabalharem para os moradores (BN, códice II-32, 24, 9).

Aproveitando-se do liberalismo em voga, os indígenas se uniram aos extranaturais com quem dividiam os cargos e buscavam ampliar suas prerrogativas ao se inserirem no estatuto de cidadania. Escancaravam sua concepção de si de que não eram súditos incapazes, mas iguais a quaisquer outros que pudessem se servir do trabalho escravo ou de comercializar o que bem entendessem. Com o auxílio do governo nas questões fundiárias e tributárias, saberiam desenvolver economicamente a vila e superar a pobreza e a infâmia com que eram tratados, não mais se sujeitando à tutela, aos maus tratos de um diretor e a verem seus filhos violentados, conduzindo-se a uma vida autônoma e, por isso mesmo, próspera.

Mesmo com a decisão, meses depois, do conselho de Estado do Brasil, já independente de abolir o Diretório dos Índios (Sessão n. 16, 1973, p. 53), a lei seguiu vigente no Ceará pelo mesmo motivo que a fizera vigorar nos anos do governador

Sampaio: a dependência dos braços indígenas. Esse mesmo trabalho, justificado pela incapacidade e a incivilidade, estava na base das dificuldades de arrecadação, provocando a pobreza, mas, ao mesmo tempo, fundamentando a importância indígena para a economia da Capitania do Ceará. As vilas de índios e suas respectivas câmaras municipais só não foram abolidas nesse contexto porque o fim corresponderia à sua anexação a Fortaleza, ao retalhamento das terras e, por conseguinte, à dispersão indígena e à falta da força de trabalho⁶. A alternativa piedosa do governador não era a mesma do humanitarismo de Pombal. Dela se afastava seguindo o contexto da política indigenista joanina, porque, além das guerras ofensivas, como observou Fernanda Sposito (2009, p. 104), se distanciava do entendimento da “igualdade enquanto súditos” dos indígenas e nem sequer vislumbrava ou propunha meios de superar a alegada incapacidade. Nas décadas seguintes, o embate entre as limitações ao autogoverno e as atuações indígenas marcariam a história política dos indígenas no Brasil independente.

FONTES

ALVARÁ de 7 de julho de 1755. Coleção da legislação portuguesa. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1830.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, Ceará, Cx. 11, D. 638 / Cx. 13, D. 769.

ARQUIVO NACIONAL. série Interior – Negócios de Províncias, código IJJ9 168, código IJJ9 175-A / série Câmara de Messejana.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. fundo Governo da Capitania, livro 72 / fundo Câmaras Municipais, livro 58.

BIBLIOTECA NACIONAL. código C-199, 14 / GAZETA DO RIO DE JANEIRO, *Avisos*, 16 de outubro de 1817, n. 66, p. 4.

BIBLIOTECA NACIONAL. código II-32, 24, 9.

CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Memória histórica sobre a capitania do Ceará no ano de 1816. In: CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (org.). *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, vol. 24, 1829.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada à Sua Majestade Fidelíssima por um presbítero secular do Grã Priorado do Crato*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, vol. 2, 1817.

6 Por este motivo que, em 1843, 12 anos depois da abolição do Diretório dos Índios no Ceará, a província reativou a lei apenas no que correspondia ao trabalho forçado, e sem as prerrogativas nobiliárquicas e políticas indígenas. Lei nº 303, de 1º de agosto de 1843. (Oliveira; Barbosa, 2009, art. 1º §8, art. 2º §12, p. 323-235).

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

LEI nº 303 de 1 de agosto de 1843. In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. Fortaleza: INESP, 2009. t. 1 art. 1º §8, art. 2º §12, p. 323-235. (Compilação das leis provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso [Ed. Fac-similada]).

MENEZES, Luíz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escrita em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. In: Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

ORDENAÇÕES Filipinas, livro 1º. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Filipino ou ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

SESSÃO n. 16 do Conselho de Estado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1822. ATA do Conselho de Estado. Brasília, DF: Senado Federal: Arquivo Nacional, 1973. p. 53.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano Honório de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Rachel et al (org.). *Mitos, projeto e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARICKMAN, Bert J. “Tame Indians”, “wild heathens” and settlers in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries. *The Americas*, Cambridge, v. 51, n. 3, p. 325-368, 1995.

CANCELA, Francisco. “Leis municipais ou posturas da câmara e concelhos desta vila de Porto Alegre”: notas para o estudo sobre política e administração nas vilas de índios. *Espacialidades*, Natal, v. 15, n. 2, p. 254-273, 2019.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, João Paulo Peixoto. Atuação política indígena na câmara municipal da vila de índios de Monte-mor Novo. *Faces da História*, Assis, v. 7, n. 1, p. 97-115, 2020.

COSTA, João Paulo Peixoto. Cultura política indígena na câmara municipal da vila de índios de Messejana no Ceará. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 32, n. 2, p. 34-54, 2019.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. Teresina: Ed. UFPI, 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARRIGA, Carlos; SLEMIAN, Andreia. “Em trajes brasileiros”: justiça e constituição na América Ibérica (C. 1750-1850). *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 181-221, 2013.

LEMES, Fernando Lobo. *Pouvoir politique et réseau urbaine dans Amérique coloniale: mines et capitainerie du Goiás aux XVIIIe et XIXe siècle*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Université de la Sorbonne nouvelle, Paris, 2011.

LOPES, Fátima Martins. As mazelas do Diretório dos índios: exploração e violência no início do século XIX. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). *História dos índios no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 241-265.

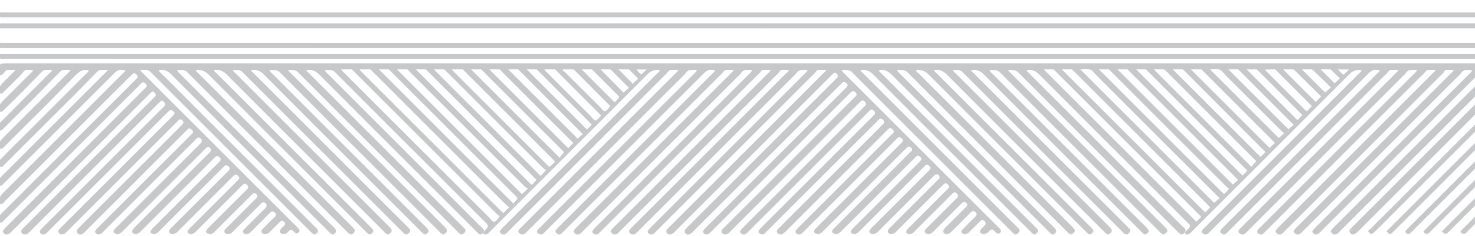
MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania no Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

SPOSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do Antigo Regime português: análise da política indigenista de d. João VI. *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 161, p. 85-112, 2009.



CAPÍTULO 15

A CRIAÇÃO DA VILA DE NOVA ABRANTES E A RECEPÇÃO DO DIRETÓRIO NA BAHIA¹

FABRICIO LYRIO SANTOS

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é discutir a recepção do Diretório dos Índios na Bahia, capitania que então abrigava o principal centro político e administrativo da América Portuguesa e concentrava boa parte das exportações da colônia. Fundada em 1549, a cidade de Salvador reunia as prerrogativas de sede provincial dos jesuítas, sé arqui-episcopal, e, até 1763, capital do Estado do Brasil (Pedro, 2017). Em termos econô- micos, o território batizado pelos europeus de Baía de Todos-os-Santos constituía, no século XVIII, um dos principais núcleos do comércio atlântico escravista e da produção e exportação de açúcar, tabaco e outras mercadorias, concentrando parcela expressiva das riquezas coloniais e da população negra escravizada introduzida no continente (Barickman, 2003; Schwartz, 1988).

Não obstante esse cenário, reflexo do progressivo avanço da colonização por- tuguesa na região, uma parte significativa dos habitantes originários sobreviveu à presença estrangeira, constituindo, à época da ascensão de D. José ao trono portu- guês, um relevante contingente populacional, embora não tão expressivo do ponto de vista demográfico. Em detalhada crônica do período, José Antônio Caldas apon-

1 Este capítulo representa um desdobramento da pesquisa desenvolvida no pós-doutorado realizado junto à Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 2021 e 2022, sob a supervisão do prof. dr. Karl Heinz Arenz, e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

tou a existência de 33 povoações indígenas distribuídas no território pertencente à jurisdição administrativa da Bahia, o que incluía as capitânicas de Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Quase todas estavam a cargo dos religiosos das congregações jesuíta, franciscana, capuchinha e carmelita da observância e reformada, sendo que os primeiros concentravam quase a metade. A população aldeada remontava a mais de 10 mil pessoas, o que corresponderia a cerca de 5% do total de habitantes calculado pelo cronista para as 78 freguesias do arcebispado, algo em torno de 205 mil. Outras tantas comunidades nativas viviam à margem dos núcleos coloniais, interagindo de forma intermitente com os colonizadores ou confrontando-os abertamente, num cenário permanente de tensões, conflitos e negociações (Caldas, 2017; Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992).

Como indicado em outros capítulos desta coletânea, a definição de uma nova política indigenista para o Estado do Brasil decorreu daquela originalmente pensada para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, formulada em sintonia com a afirmação de diversas outras medidas de cunho reformista implementadas ao longo do reinado de D. José I (Coelho, 2016; Domingues, 2000; Sampaio, 2011). Tais medidas acabariam atingindo, de forma bastante direta, as ordens religiosas que atuavam nos territórios ultramarinos, em particular a Companhia de Jesus (Couto, 2009; Maxwell, 1997; Souza Junior, 2012).

Ao enfocar o processo de transformação da missão jesuítica do Divino Espírito Santo de Ipitanga na vila de Nova Abrantes, com a elevação da igreja local à condição de paróquia, pretendemos apontar algumas das principais dinâmicas de implantação da política indigenista setecentista na Bahia, contextualizando a recepção do diretório e as adaptações propostas pelas autoridades sediadas na capitania naquele momento. O objetivo é evidenciar aspectos que possam contribuir para o diálogo com os demais capítulos desta obra, favorecendo a abordagem comparativa².

DA CHEGADA EUROPEIA AOS ALDEAMENTOS

Embora fosse palco de várias expedições de exploração da costa na sequência da viagem oficial de “achamento” das terras brasílicas, a Bahia somente começou a ser efetivamente ocupada pelos portugueses a partir da criação da capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, em 1534. Habitavam a região indígenas pertencentes

2 Deve-se ao historiador Luiz Henrique Dias Tavares o estudo pioneiro sobre a criação da vila de Nova Abrantes (Tavares, 1967). Abordamos o tema no segundo capítulo da nossa dissertação de mestrado, publicada posteriormente (Santos, 2019). Brunet desenvolveu um estudo mais específico sobre a vila, revisitando a documentação (Brunet, 2008). Maria Helena O. Flexor publicou vários estudos sobre Abrantes, retomados em texto recente (Flexor, 2020). Temos buscado ampliar a discussão sobre o tema em diferentes ocasiões a partir da documentação levantada durante a redação da nossa tese de doutorado, já publicada (Santos, 2014).

ao grupo étnico tupinambá, que já mantinham contato com navegadores e comerciantes europeus antes da chegada do donatário. Desentendimentos surgidos após um período de convivência pacífica com os colonizadores motivaram a eclosão de uma primeira grande revolta indígena, que decretou o fracasso do empreendimento e a morte do donatário (Sousa, 2010).

Tomando para si o domínio da capitania, D. João III determinou a criação do governo-geral da colônia, confiando o cargo a Tomé de Souza. Sua primeira tarefa seria a construção de uma “povoação grande e forte” em local de fácil defesa. A futura cidade se tornaria sede do aparato político-administrativo e militar português, instituído com o objetivo de garantir o domínio sobre os habitantes nativos e o controle sobre o território a ser explorado pelos colonos (Couto, 1998; Paraíso, 2011).

Os tupinambás – combatidos pelos portugueses em sucessivas batalhas e levantes – foram, aos poucos, “aldeados” – reunidos em aldeamentos – pelos jesuítas. Estes desembarcaram na mesma expedição do governador-geral. O líder do pequeno grupo de seis missionários era o padre Manuel da Nóbrega, que acompanhou de perto a construção da cidade, tornando-se próximo ao governador (Leite, 2006). Na ocasião, a Companhia de Jesus não havia completado uma década de existência. Seu reconhecimento oficial se deu em 1540 pelo Papa Paulo III, embora o ato simbólico de criação da nova milícia cristã liderada por Inácio de Loyola tivesse ocorrido um pouco antes, em 1534 (Lacouture, 1994; O’Malley, 2004).

Os aldeamentos surgiram como resultado de uma estratégia inspirada em diferentes modelos de missionação adaptados aos contextos coloniais (Arenz, 2014). Para Castelnau-L’Estoile (2006, p. 89), a reunião das populações indígenas em aldeamentos tornou-se a “marca original da experiência missionária brasileira”. O regime de governo estabelecido com a autoridade temporal e espiritual a cargo dos religiosos seria o ponto de maior desavença e conflitos em torno desse método de catequese. Para mais, a reiterada atitude de “inconstância” ou resistência dos aldeados diante da catequese desafiava, cotidianamente, os mais dedicados religiosos (Castro, 2002; Pompa, 2003; Vainfas, 1995).

Cerca de 15 aldeamentos foram fundados pelos jesuítas nos primeiros anos desde a instalação da missão na Bahia, tanto nas imediações de Salvador quanto no litoral ao redor da Baía de Todos-os-Santos (Leite, 2006). Desse grupo inicial, apenas a aldeia do Espírito Santo de Ipitanga, localizada a cerca de sete léguas da capital, sobreviveria até o século XVIII (Leite, 2006). Fundada em 1558, ela atravessou episódios dramáticos da história baiana, como a grande epidemia de varíola de 1562 e a invasão holandesa de 1624.

Em informação passada pela Companhia de Jesus à Junta das Missões de Lisboa, em 1702, o aldeamento do Espírito Santo já figurava como o único estabelecimento missionário mantido pelos jesuítas no litoral baiano, exceção feita às aldeias

existentes em Ilhéus e Porto Seguro. Os tupinambás e demais grupos indígenas do tronco linguístico tupi, isto é, falantes da “língua geral da costa”, totalizavam 2.350 indivíduos. No aldeamento do Espírito Santo, viviam 300, número um pouco maior do que o encontrado em 1758, quando foram listados nominalmente 241 moradores (APEB, Maço 603, Cad. 1). Em relação aos falantes dos demais idiomas nativos, identificados de forma genérica como “tapuias”, o total apontado no documento de 1702 era de 2,5 mil pessoas, divididas em quatro povoações: uma em Sergipe e três no sertão baiano (ARSI, Bras. 10, f. 23-26; LEITE, 2006, t. V).

DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO AO BRASIL

Em setembro de 1758, Salvador foi palco da instalação de dois tribunais com poderes extraordinários delegados pelo monarca português: um do Conselho Ultramarino e um da Mesa da Consciência e Ordens. Entre suas atribuições, destacavam-se a transformação das aldeias missionárias em vilas e em povoações e a elevação de suas respectivas igrejas ao *status* de paróquias ou vigararias, com a nomeação de padres seculares em substituição aos missionários. Tudo isso em cumprimento da lei de liberdade dos índios, promulgada no dia 6 de junho de 1755 para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e estendida para o Estado do Brasil pelo alvará de 8 de maio de 1758 (APEB, Ordens Régias, vol. 60, D. 82; Santos, 2014).

Ao reconhecer como livres as “pessoas, bens e comércio” dos índios e ao proibir todas as formas de cativeiro, incluindo as que eram aceitas até então – guerras justas e resgates –, a lei de 1755 determinava que as povoações indígenas até aquele momento denominadas “aldeias” fossem convertidas em lugares ou em vilas, passando a ser governadas pelos próprios indígenas por meio de seus “principais” – lideranças da própria comunidade – ou por meio da nomeação de juizes e vereadores. Em complemento, o alvará com força de lei editado no dia seguinte derogou o parágrafo primeiro do Regimento das Missões de 1686, pondo fim à “jurisdição temporal e espiritual” dos missionários (APEB, Ordens Régias, vol. 60, D. 82).

No Estado do Brasil, estava em vigor, há mais de um século, a lei de 10 de setembro de 1611, que também restringia o cativeiro indígena aos casos de “guerra justa” entre portugueses e indígenas e aos “resgates” – compras de prisioneiros capturados em guerras ocorridas entre os próprios indígenas. Apesar disso, o monarca reconhecia

todos os gentios das ditas partes do Brasil por livres, conforme a Direito, e seu nascimento natural, assim os que forem já batizados e reduzidos à nossa Santa Fé Católica, como os que ainda viverem como gentios, conforme a seus ritos e cerimônias (Silva, 1854, p. 309-312).

Além do alvará estendendo a liberdade dos índios para o Estado do Brasil, outros tantos decretos e cartas régias foram expedidos entre os dias 8 e 19 de maio de 1758, entre os quais, as nomeações dos desembargadores Manuel Estevão de Almeida Vasconcelos Barberino e José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo para o lugar de conselheiros ultramarinos, que deveriam embarcar na frota que estava prestes a partir de Lisboa em direção à Bahia junto com o conselheiro Antônio de Azevedo Coutinho. A tarefa do trio era compor os dois tribunais que seriam instalados em Salvador, os quais seriam presididos pelo governador-geral e vice-rei do Estado do Brasil D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, e pelo arcebispo soteropolitano D. José Botelho de Matos (AHU, Bahia - Castro e Almeida, Cx. 20, D. 3629).

A importância dessa comissão pode ser medida pela reunião ocorrida ainda no reino entre os três ministros e os três secretários de Estado³ – “em junta que fizeram todos seis nas vésperas do embarque dos ditos conselheiros” (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10696). Em contrapartida, a urgência com que foram emitidas as decisões se revela em um detalhe inusitado: uma das ordens régias entregues ao vice-rei estava sem assinatura, o que fez com que ele consultasse o secretário de Estado dos negócios ultramarinos, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, a respeito da validade do documento (APEB, Ordens Régias, vol. 61, D. 99).

Na instrução dirigida ao vice-rei com a data de 19 de maio de 1758, o secretário Corte Real listava as atribuições do tribunal que ele iria presidir, quais sejam: 1) prestar todo o auxílio necessário ao arcebispo na execução da reforma da Companhia de Jesus; 2) retirar todos os missionários jesuítas das suas aldeias, a fim de que fossem substituídos por párocos seculares; 3) publicar e implementar a lei de liberdade dos índios; 4) inventariar e confiscar os bens de raiz possuídos pela Companhia de Jesus sem a devida licença régia e dos bens móveis e semoventes que fossem fruto de negociações ilícitas; 5) impedir a criação de uma nova província jesuítica com sede no Rio de Janeiro; 6) expulsar todos os religiosos estrangeiros residentes na província (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 136, D. 10539).

Corte Real foi enfático quanto à ordem de execução das diligências listadas anteriormente. Em nenhuma hipótese deveria ser iniciado o confisco dos bens jesuíticos antes que se dessem por concluídas as tarefas anteriores, em particular a publicação da lei de liberdade dos índios e a exclusão dos jesuítas dos aldeamentos. Era igualmente fundamental que cada diligência fosse mantida no mais “inviolável segredo” antes que se desse início à sua execução. A intenção era evitar que os jesuítas mobilizassem os índios em sua defesa, opondo-se às determinações régias. Segundo Corte Real, “a experiencia do Maranhão” havia demonstrado que sempre haveria, entre os

3 Tomé Joaquim da Costa Corte Real, da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Pedro da Mota e Silva, da Secretaria dos Negócios do Reino, e Sebastião José de Carvalho e Melo, da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

inacianos, “alguns revoltosos e perturbadores do sossego público”, os quais deveriam ser prontamente enviados ao reino (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 136, D. 10539).

Mostra-se evidente que a questão indígena e a questão jesuítica – o embate entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus – aparecem sobrepostas uma à outra, ao ponto de praticamente se confundirem. Desse modo, não podemos compreender a implantação da política indigenista pombalina na Bahia sem considerar o contexto de crescente afirmação do antijesuitismo na corte portuguesa. Embora as críticas à Companhia de Jesus e o sentimento antijesuítico fossem anteriores ao governo josefino, a escalada do antijesuitismo português se deu após 1750 (Carvalho, 2018; Franco, 2006; Vogel, 2017).

No início do reinado de D. José, a corte portuguesa suspeitava do “excessivo poder” das ordens religiosas nos domínios coloniais, em particular no Estado do Grão-Pará e Maranhão, como expresso nas “Instruções públicas e secretas” dirigidas ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1751 (Mendonça, 2005). Em 1757, já se falava na existência de uma “república jesuítica” na América. A *Relação abreviada* – impresso anônimo de ampla circulação na Europa – acusava os jesuítas de liderarem os guaranis na guerra que eclodiu no sul do continente, em oposição à execução do tratado de limites de 1750, como também de criarem obstáculos ao avanço das demarcações no norte, decorrentes do mesmo tratado, a cargo do próprio governador Mendonça Furtado (Relação Abreviada [...], 1757).

No mesmo ano, o representante português na cúria romana, Francisco de Almada de Mendonça, foi instruído a entregar ao pontífice documentos que consubstanciavam diversas acusações contra a ordem inaciana, entre os quais uma cópia da *Relação abreviada*. Em resposta, o Papa Bento XIV emitiu um breve, em 7 de abril de 1758, que determinava a reforma apostólica da Companhia de Jesus no reino e nos domínios portugueses. O papa nomeou o cardeal português Francisco Saldanha como reformador apostólico, o qual dividiu seus poderes e suas prerrogativas com os prelados ultramarinos (Collecção [...], 1759).

Além de executar a referida reforma, conduzindo investigações acerca do patrimônio jesuítico na Bahia, o arcebispo soteropolitano deveria, à frente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, converter as missões em paróquias, provê-las, interinamente, de párocos seculares e definir o valor das cômguas a serem pagas pela Real Fazenda. A carta régia dirigida ao prelado, no entanto, citava, textualmente, as “paróquias que até agora administravam os religiosos da Companhia de Jesus com a denominação de missões”. Como resultado, as missões a cargo dos franciscanos, capuchinhos e carmelitas foram deixadas a cargo dos mesmos religiosos (Santos, 2014).

A medida não contradizia inteiramente a lei de liberdade dos índios, pois esta não abordava diretamente a matéria nem o alvará com força de lei de 7 de junho de 1755, uma vez que, apesar de revogar o parágrafo primeiro do Regimento das Mis-

sões, não impedia que os missionários permanecessem nas povoações, desde que subordinados à autoridade diocesana. No entanto, o entendimento do Tribunal do Conselho de que a conversão das missões em paróquias deveria ocorrer simultaneamente à transformação destas em vilas fez com que seus membros encaminhassem ao monarca uma consulta a respeito do assunto, perguntando se todas “as aldeias do continente deste governo” deveriam ser transformadas em vilas e lugares, como sugeriam o alvará e as cartas régias de 8 de maio de 1758, ou se apenas “as aldeias que até agora administraram os religiosos jesuítas”, como dito expressamente na carta ao arcebispo. A posição assumida foi a de se ater às aldeias jesuíticas aguardando que a consulta retornasse do reino respondida pelo monarca (APEB, Maço 603, Cad. 4).

No entanto, contrariando a expectativa dos conselheiros, essa consulta parece não ter despertado a atenção do rei, mesmo porque a “questão jesuítica” havia alcançado, naquele momento, uma dimensão crítica. Sendo assim, as aldeias missionadas por franciscanos, capuchinhos e carmelitas, com raras exceções, mantiveram-se como antes. Em contrapartida, as 13 aldeias administradas pelos jesuítas foram convertidas em vilas, elevadas ao *status* paroquial e entregues ao clero secular. Como nas demais capitânicas, seguindo a determinação régia, elas receberam nomes de vilas portuguesas, acrescidos do adjetivo “nova” (Quadro 1).

Quadro 1 – Vilas criadas pelo Tribunal do Conselho Ultramarino na Bahia (1758)

Aldeia	Localização	Vilas que foram criadas
Ipitanga	Bahia	Nova Abrantes
Natuba	Bahia	Nova Soure
Saco dos Morcegos	Bahia	Nova Mirandela
Canabrava	Bahia	Nova Pombal
Geru	Sergipe	Nova Tomar
Serinhaém	Ilhéus	Nova Santarém
Maraú	Ilhéus	Nova Barcelos
Escada	Ilhéus	Nova Olivença
Conceição	Ilhéus	Nova Almada ⁴
São João	Porto Seguro	Nova Trancoso
Patatiba	Porto Seguro	Verde, a Nova
Reritiba	Espírito Santo	Nova Benevente
Reis Magos	Espírito Santo	Nova Almeida

Fonte: AHU BAHIA, Avulsos, Cx. 139, D. 10701. (Santos, 2014).

4 A vila de Almada não chegou a ser criada, apesar da determinação do conselho.

DA LEI DE LIBERDADE À VILA DE NOVA ABRANTES

Em 1755, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi pessoalmente à aldeia de Trocano, no Rio Madeira, com o intuito de fundar a vila de Borba, a Nova. À frente daquela povoação estava o padre jesuíta Anselmo Eckart. Mendonça Furtado o notificou, por carta, da determinação régia de transformação daquela aldeia em vila e da ordem que recebera para eleger “as justiças e oficiais da Câmara que devem governar o político e civil da dita nova Vila”. Sendo assim, não caberia mais ao missionário a chamada “jurisdição temporal” da povoação. Em decorrência, todos os bens pertencentes à aldeia deveriam ser entregues aos novos oficiais (Mendonça, 2005, p. 64-65).

Ao notificar, também por carta, o padre Francisco de Toledo, vice-provincial do Maranhão, Mendonça Furtado detalhou o procedimento adotado na transformação da aldeia em vila: “levantei ontem Pelourinho, e fiz a eleição das justiças e oficiais que devem servir na Câmara, e governar aos moradores da dita vila, assim no civil, como no Político”. Quanto à jurisdição espiritual, Furtado informou a Toledo que havia recorrido ao bispo, “para que dê nesta matéria as providências que lhe parecerem mais justas, visto que esta povoação mudou inteiramente de natureza” (Mendonça, 2005, p. 66).

A criação da vila de Borba, a Nova parece ter sido uma demonstração prática das ideias que Mendonça Furtado havia amadurecido ao longo da sua experiência como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, compartilhadas com o seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, que, até então, ocupava a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e da Guerra. Ao mesmo tempo, consistiu numa primeira experiência do que viria a ser, na prática, a extinção da jurisdição missionária, apontando caminhos que foram retomados, depois, no diretório. Não por acaso, antes de seguir viagem, o governador entregou a vila ao tenente Diogo Antônio de Castro, instruindo-o por escrito acerca do governo dela. Os principais tópicos da instrução diziam respeito à convivência entre brancos e índios e ao incentivo ao trabalho manual, visando ao aumento da produção agrícola e ao estímulo ao comércio, sem descuidar das “drogas do sertão”, pois sua coleta era essencial para a economia da região (Mendonça, 2005).

A criação da vila de Nova Abrantes do Espírito Santo guarda semelhança com o processo resumido acima. Assim como Borba, a Nova, Abrantes⁵ foi a primeira vila criada, na Bahia, com o intuito de excluir a jurisdição missionária, em decorrência da lei de liberdade dos índios, precedendo a própria implementação do diretório. Sendo assim, as autoridades envolvidas tiveram que criar procedimentos e redigir instru-

5 O uso do nome abreviado acabou prevalecendo na documentação e continua vigente na atualidade.

ções que pudessem dar conta dos princípios expressos na legislação, baseando-se, em parte, na tradição administrativa lusitana.

Embora a chegada da frota à capital baiana tenha ocorrido no dia 27 de agosto, a primeira reunião dos conselheiros ultramarinos com o vice-rei para a instalação do tribunal se deu em 3 de setembro. À noite, do outro lado do Atlântico, o rei sofreria o atentado que acabaria levando à condenação dos jesuítas, por supostamente conspirarem contra a vida do monarca. Na Bahia, o tribunal iniciava suas atividades procedendo ao debate em torno do “modo do estabelecimento político e civil das aldeias de índios que Vossa Majestade mandou erigir em vilas”. Por sugestão do Conde dos Arcos, o conselho decidiu enviar pessoas de confiança às aldeias para reunir “informações verídicas e individuais das situações de cada uma”, para que pudessem proceder com zelo e acerto na criação das vilas. Deveriam também ser redigidos “apontamentos” para a elaboração de um questionário (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10697).

Na sessão do dia 27 de setembro, “se conferiram os ditos apontamentos e se aprovaram por votos conformes os que se expediram para a Nova Abrantes”. O documento final recebeu o nome de “Instruções para a diligência de se erigirem em vilas as aldeias dos índios” e consiste em uma sequência de 30 itens que reúnem diversas questões associadas a determinados temas, os quais podem ser divididos em: população (itens 1, 3, 17 e 18); aspecto geral da aldeia, suas ruas e edificações (itens 2 e 4); terras pertencentes aos índios e sua extensão (itens 5 e 6); atuação dos missionários e prováveis abusos cometidos por eles (itens 7, 8, 9 e 25); governo da aldeia, cargos públicos e postos militares (itens 10, 12 e 26); economia e subsistência (itens 11, 13 e 14); inserção da aldeia na região e potencial de desenvolvimento após a criação da vila (itens 15, 16, 19, 20, 21 e 22); e, finalmente, recomendações gerais referentes aos novos estabelecimentos (itens 23, 24, 27, 28 e 30). O Item 29 do documento diz respeito, especificamente, às terras da aldeia do Espírito Santo, referindo-se à doação feita pelo terceiro governador-geral, Mem de Sá, em 1562 (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 139, D. 10701).

Esse questionário foi elaborado quase na íntegra pelo conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, que insistiu na imediata criação das vilas, tentando alterar o entendimento do conselho. Mascarenhas propôs que os ministros enviados às aldeias para colher as informações do questionário já deixassem estabelecidas as novas povoações, definindo-as como vilas ou lugares. Para mais, colocou-se à disposição para ir pessoalmente à aldeia do Espírito Santo criar a vila de Abrantes (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 137, D. 10620).

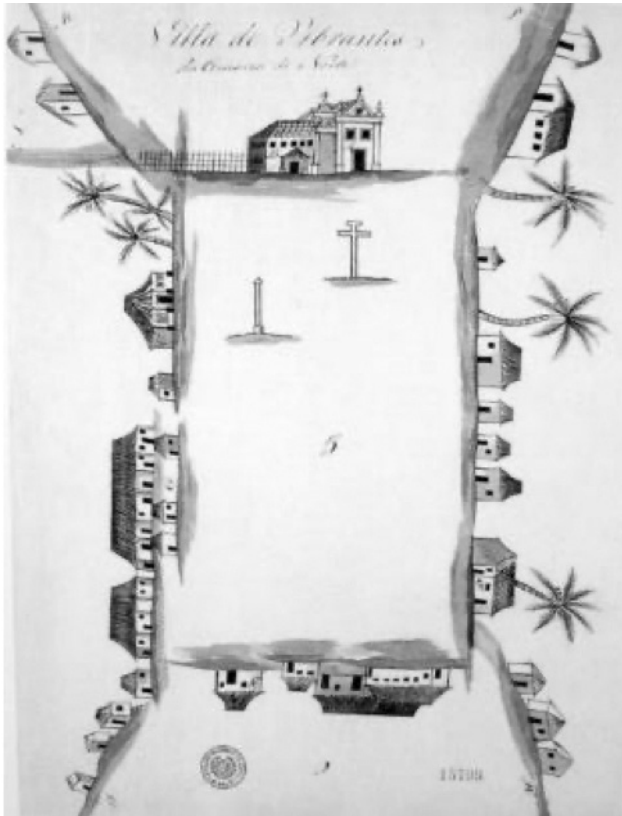
Apesar da sua longa argumentação por escrito, Mascarenhas não conseguiu vencer o conselho. No entanto, o procedimento definido anteriormente foi parcialmente alterado. Deliberou-se pela criação imediata da vila de Nova Abrantes, em consideração à pequena distância que a separava da capital, de modo que “depois

de feito este dito estabelecimento se regularia o das mais aldeias por forma que cada um dos informantes, que a elas fosse mandado, pudesse logo levar instruções e ir munido da jurisdição que fosse precisa para o completo estabelecimento delas”. O ministro escolhido para a criação da vila foi o juiz de fora da cidade da Bahia, João Ferreira de Bitencourt e Sá (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10697).

A carta régia de 28 de setembro de 1758 – emitida no dia seguinte à reunião do conselho – informava a Bitencourt e Sá que, em decorrência do alvará de 8 de maio de 1758, ele deveria se dirigir imediatamente à aldeia do Espírito Santo, a fim de estabelecer uma vila com o nome de “Nova Abrantes do Espírito Santo”. Cabeeria a ele reunir os moradores para dar ciência da decisão régia e conduzir a escolha de um juiz ordinário – que serviria, também, de juiz dos órfãos –, três vereadores, um procurador do conselho, um escrivão da câmara, um alcaide com seu escrivão e dois auxiliares – que serviriam de porteiros do público e do senado –, e oficiais de ordenanças, dando preferência aos que já ocupavam os postos existentes. Deveria também dar posse aos novos eleitos e designar uma casa para as conferências da câmara e audiências do juiz, demarcar interinamente os termos (limites) da nova vila e repartir as terras entre os moradores. No final da carta, vê-se confirmada a autoridade do tribunal: “El Rei Nosso Senhor o mandou pelos ministros abaixo assinados do seu Conselho do Ultramar” (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 139, D. 10701)⁶.

Em 11 de outubro, Bitencourt e Sá informou ao conselho que havia se dirigido à aldeia no dia 8. Chegando lá, mandou “levantar pelourinho no meio da praça” (Figura 1). Estiveram presentes a esse ato “todos os índios e algumas pessoas mais que no mesmo dia se achavam neste lugar”. O juiz mandou que fossem lidas, “em altas e inteligíveis vozes”, a carta de criação da vila e as leis relativas à liberdade dos índios. Em seguida, foi eleito o juiz ordinário, Pedro dos Reis, “por ser o mais apto que se achou para semelhante efeito em razão de saber ler e escrever, e se tratar entre os mesmos índios com mais alguma decência e abundância”. Para vereadores, Francisco Lopes, Antônio Borges e Apolinário Fernandes. Para procurador, Jerônimo de Albuquerque. Para escrivão da câmara, Jerônimo Xavier. A residência usada pelos jesuítas foi escolhida para servir de Casa de Câmara. Laureano Lopes e Manuel da Costa foram nomeados, respectivamente, capitão e capitão-mor de ordenanças. Antônio Borges foi mantido no cargo de sargento-mor (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 139, D. 10701).

6 Mediante os poderes outorgados pelas cartas régias de 8 e 19 de maio de 1758, os mesmos do tribunal possuíam a prerrogativa de legislar em nome do próprio rei.

Figura 1 – Planta da vila de Abrantes do Espírito Santo (c. 1790)

Fonte: AHU, Bahia - Castro e Almeida, Cx. 81, Doc. 15794.

No início de dezembro, o tribunal do conselho já havia recebido duas petições dos moradores da vila, empenhados na afirmação dos direitos prometidos pela nova legislação. A primeira reivindicava, entre outras coisas, o envio de um “mestre de ler e escrever para ensinar os índios e uma mestra tecedeira para com ela aprenderem as índias”. Eles reivindicavam, também, a troca dos oficiais de ordenança – os quais haviam sido providos pelos jesuítas – e do escrivão. A segunda petição, redigida em nome do juiz ordinário e vereadores da vila, reiterava a demanda pela nomeação “de um escrivão da câmara inteligente, e que saiba bem escrever, circunstâncias que se não encontravam no que se acha servindo”, e reforçava o pedido de envio de uma pessoa

[...] que ensinasse a ler e escrever aos filhos da terra, para que em poucos anos não houvesse necessidade de pessoas para os ofícios da justiça, e da mesma forma necessitavam de uma tecedeira que ensinasse a tecer panos de algodão para o uso dos moradores, e ainda para comércio (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10675).

Em decorrência dos requerimentos apresentados pelos moradores e autoridades de Abrantes, Bitencourt e Sá retornou à vila em fevereiro de 1759. Ele conduziu a eleição e deu posse ao novo escrivão: Francisco de Lima Pinto. Na mesma ocasião, foram escolhidos e empossados os novos oficiais de ordenança escolhidos pela comunidade, a saber: o capitão-mor João Lopes, o sargento-mor David de Lima e o capitão Laureano Lopes (APEB, Maço 483-2). Embora o sobrenome “Lima” apareça com frequência entre os moradores de Abrantes, tudo indica que o novo escrivão fosse um colono português (Brunet, 2008).

Em 6 de março de 1759, foi lavrado o termo de vereação e posse dos novos oficiais de ordenanças. No mesmo termo, constam as deliberações tomadas para incentivar a agricultura e o comércio da vila:

[...] na mesma vereação se determinou que todos os moradores desta vila e que lavram em suas terras serão obrigados a plantar em suas roças quarenta pés de algodão e outros tantos de mamona, para efeito de serem fiados os ditos algodões, tecidos e feitos em pano para se vestirem e com ele comerciarem os moradores desta vila, e por este meio se animar o comércio, que é o único aumento da República, fazendo da mamona azeite para se alumiar e venderem, e se utilizarem do seu preço visto a grande estimação, que logra este gênero na cidade da Bahia, e se poder cultivar nesta vila e suas terras com muita facilidade (APEB, Maço 483-2).

Em relação ao cargo de escrivão, é digno de registro que Jerônimo Xavier tenha conseguido se eleger novamente na década seguinte, conforme registrado em uma portaria de 1763 (Souza, 2019). É possível que ele tenha permanecido no cargo por mais de um ano, sendo o único indígena a ocupá-lo até as décadas iniciais do século XIX, de acordo com a extensa documentação compulsada por Souza (2019). Posteriormente, Xavier foi nomeado novamente escrivão, dessa vez na vila de Nova Santarém, na Capitania de Ilhéus (Souza, 2019).

Quanto ao provimento da igreja, o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens elaborou consulta no dia 20 de novembro de 1758, indicando, em primeiro lugar, o padre Antônio Rodrigues Nogueira, “atendendo a ser geralmente reputado por muito bom estudante, e pregador de bem qualificada opinião”. Nogueira somava 50 anos de idade e 25 de sacerdócio. Ele era vigário colado da freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe, no sertão baiano, não muito distante da região do Recôncavo (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10649).

Entre as freguesias criadas nas antigas missões jesuítas da Bahia, a de Abrantes foi uma das mais disputadas. Isso não impediu Nogueira de, em poucos dias, revelar-se insatisfeito com o novo emprego. Em carta endereçada ao reino, datada de 11 de dezembro de 1758, ele se queixou do baixo rendimento que poderia obter daqueles pobres fregueses e dos poucos frutos que esperava colher naquela “inculta seara,

donde verdadeiramente se perde o grão do evangelho por cair sobre pedras” (AHU, Bahia - Castro e Almeida, Cx. 20, D. 3745). Nogueira não ficou apenas nessa reclamação. Antes mesmo de assumir a freguesia de Abrantes, ele apresentou ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens um requerimento pedindo que a residência usada pelos jesuítas funcionasse como casa paroquial, no que logrou ser atendido. A decisão foi estendida aos párocos nomeados para as demais paróquias indígenas, que reivindicaram o mesmo direito (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10677). Nogueira também apresentou requerimento ao tribunal solicitando aumento do valor da cômputa a ser recebida após ser colado na nova paróquia, sendo igualmente contemplado com parecer favorável (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10670).

ADAPTAÇÕES LOCAIS DO DIRETÓRIO

Conforme deliberado pelo conselho, a criação da vila de Abrantes serviu de base para o estabelecimento das demais. Um documento intitulado “Instrução para a criação de vilas” definiu os procedimentos a serem adotados pelos ministros designados para a tarefa. Entre as adaptações propostas pelo conselho, podemos destacar a eleição de apenas dois vereadores, de acordo com a disponibilidade de cada aldeia, os quais deveriam ser escolhidos entre os próprios indígenas, mesmo que não soubessem ler e escrever. Para escrivão da câmara, poderia ser escolhido um português, se não houvesse nenhum indígena letrado e apto para exercer o ofício. O ocupante do cargo deveria ensinar os meninos da vila a ler e a escrever, visando melhor prepará-los para, no futuro, ocuparem os cargos da vila. As terras doadas anteriormente aos índios deveriam ser demarcadas e respeitadas, não se permitindo a presença de arrendatários portugueses – prática comum nas terras da aldeia do Espírito Santo, na qual se optou por mantê-los, destinando o valor dos arrendamentos para a câmara (APEB, Maço 603, caderno 15).

Um documento complementar arquivado no mesmo maço traz como título “Instruções particulares”. Trata, entre outras questões, do valor dos vencimentos a serem pagos ao escrivão da câmara – acrescido da função de mestre de ler e escrever –, estabelecido em 80 mil réis anuais (APEB, Maço 603, caderno 15). Outra preocupação nesse documento foi a definição do local de instalação da câmara, uma vez que os párocos nomeados para as novas freguesias haviam demandado a utilização das antigas residências dos missionários como casas paroquiais, conforme mencionado.

Na sequência, seis ministros foram nomeados para a execução das diligências, abrangendo as demais aldeias jesuíticas existentes na jurisdição do governo baiano, isto é, nos sertões da Bahia e Sergipe, nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro e na ouvidoria recém-criada do Espírito Santo (Quadro 2).

Quadro 2 – Distribuição dos ministros encarregados de criar as novas vilas (1758)

Vilas	Ministros	Funções que ocupavam
Oliveira, Barcelos e Santarém	Luiz Freire de Veras	Ouvidor da Bahia
Soure	José Gomes Ribeiro	Juiz de fora de Cachoeira
Pombal, Mirandela e Távora ⁷	Miguel Lobo de Carvalho	Ouvidor de Sergipe d'El Rei
Trancoso e Verde	Antônio da Costa Souza Manoel da Cruz Freire	Capitão-mor de Porto Seguro Ouvidor de Porto Seguro
Benevente e Almeida	Francisco de Salles Ribeiro	Ouvidor do Espírito Santo

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 603, Caderno 11. AHU/BA, Avulsos, cx. 139, doc. 10.701.

Todos os procedimentos seguidos até então ocorreram alheios à aprovação do Diretório dos Índios pelo monarca português, em 17 de agosto de 1758, determinando sua plena execução e implementação em todos os domínios lusitanos da América. O conhecimento a respeito dessa decisão se deu somente no início do ano seguinte, após o recebimento da carta escrita pelo secretário Corte Real, em 3 de fevereiro de 1759, que informava o Conde dos Arcos a respeito do diretório, mandando que este fosse observado pelo governador “em todas aquelas partes que possam ser aplicáveis”, no âmbito da sua jurisdição. Com a carta, foram enviados exemplares impressos do documento (APEB, Ordens Régias, vol. 61, Doc. 98).

Para além da defasagem cronológica, o diretório seria aplicado na Bahia a partir de uma compreensão muito peculiar, na qual percebemos a influência da experiência acumulada pelos conselheiros durante o processo de criação da vila de Abrantes. Em ofício do dia 1º de junho de 1759, o Conde dos Arcos respondeu ao secretário Corte Real, dando ciência da decisão do monarca e confirmando o recebimento dos exemplares. Para mais, informou que havia decidido submetê-lo à apreciação dos conselheiros. O parecer elaborado pelo Tribunal do Conselho Ultramarino, com data de 19 de maio de 1759, seguiu junto com o ofício (APEB, Ordens Régias, vol. 61, Doc. 101).

Analisamos o parecer do Tribunal do Conselho Ultramarino em artigo recente, não sendo necessário retomá-lo detalhadamente (Santos, 2021). De forma resumida, foi identificado como “não aplicável” nas povoações indígenas do território sob a jurisdição do governo baiano um total de 28 parágrafos. Outros 21 foram declarados suspensos até posterior resolução régia, uma vez que abordavam assuntos que haviam sido objeto de consultas enviadas ao reino. Oito parágrafos não foram analisados, por não conterem nenhuma deliberação, sendo considerados meramente “introdutórios”. Finalmente, 38 dos 95 parágrafos do Diretório dos Índios foram considerados “aplicáveis” nas povoações indígenas da Bahia pelos membros do tribunal ultramarino (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 23, Doc. 4256).

7 Távora teve seu nome alterado para Tomar em função da condenação dos marqueses de Távora no atentado de 1758.

O enorme descompasso entre o que estava previsto no diretório e a percepção de sua “aplicabilidade” na Bahia – segundo a interpretação dos conselheiros – pode ser explicado, em grande parte, pelas especificidades regionais e locais. O diretório era fruto da experiência vivida por Mendonça Furtado na Região Norte e traduz aspectos fundamentais da economia amazônica e das dinâmicas locais de exploração da mão de obra indígena. Não por acaso, temas como as expedições de coleta de drogas do sertão, as repartições e os descimentos foram rejeitados pelos conselheiros na Bahia⁸. Por outro lado, a promoção da civilidade dos índios por meio do ensino da língua portuguesa e da imposição dos costumes europeus foi bem recebida pelas autoridades do tribunal instalado no território baiano (Santos, 2021).

O ponto de maior divergência na aplicação do diretório dizia respeito ao Parágrafo 19, pelo qual se buscava assegurar aos indígenas terras para suas lavouras (Directório, 1758, § 19). Na opinião dos conselheiros ultramarinos, os índios não deveriam ser incentivados a requerer terras, pois nunca se contentavam com as que já possuíam. Essa opinião pode ter sido influenciada pela postura assumida pelos moradores de Abrantes, que demandaram a extensão do território da vila para além das três léguas em quadra sugeridas por Bitencourt e Sá, mas reflete, também, um longo histórico de conflitos em torno da terra. A delimitação proposta pelo ministro baseava-se na carta de sesmaria emitida pelo terceiro governador-geral da colônia, Mem de Sá, em 1562, em favor dos indígenas, pouco depois da fundação do aldeamento (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 139, D. 10701).

A demanda apresentada pelos índios, por outro lado, certamente se baseava em uma percepção diferente do território, que remontava, provavelmente, ao período anterior à chegada dos religiosos. No requerimento apresentado perante o conselho, os indígenas moradores da vila pediam, também, que as terras não fossem divididas, mantendo-se o domínio comum sobre elas (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10675). O conselho atendeu apenas a essa última solicitação, adotando o mesmo procedimento nas demais vilas, mas reduziu a extensão de Abrantes para duas léguas pelo litoral, mantendo três de fundo. Essa questão se arrastaria por mais alguns anos, envolvendo, inicialmente, os próprios jesuítas, antes que fossem definitivamente expulsos da capitania (AHU, Bahia - Avulsos, Cx. 138, D. 10697).

No entanto, a maior adaptação proposta pelos conselheiros ao texto original do diretório consistiu na fusão do cargo de diretor com o de escrivão da câmara, medida justificada pela convicção de que não haveria pessoas disponíveis na Bahia com as qualidades requeridas para assumir o cargo de diretor (AHU, Bahia - Castro e Almeida, Cx. 23, D. 4256). Com essa decisão, o conselho não apenas desvirtuou o

8 Não obstante, o incentivo ao uso de trabalhadores indígenas pelos colonos será uma das marcas do processo de implementação do diretório em Porto Seguro, nas décadas seguintes, numa tentativa de adequação à economia regional, inserida no processo de transformação daquela antiga capitania em ouvidoria (Cancela, 2014).

postulado básico do primeiro parágrafo do diretório, como também criou uma barreira a mais para que os indígenas ocupassem o cargo de escrivão, uma vez que os diretores deveriam ser, preferencialmente, portugueses, além de comprovadamente dotados de “bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários” (Directorio, § 1). No caso de Abrantes, como visto, em decorrência da insatisfação da própria comunidade – ou parte dela –, Jerônimo Xavier foi substituído pelo colono Francisco de Lima Pinto. Embora tivesse conseguido ocupar o cargo de escrivão novamente em Abrantes e, posteriormente, em Santarém, Xavier acabou sendo uma exceção diante do predomínio de portugueses nomeados para o referido posto (Souza, 2019).

Em viagem realizada pela Capitania da Bahia no final do século XVIII, o capitão Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, autor da planta que vimos anteriormente (Figura 1), identificou, na praça da vila de Abrantes, a igreja matriz, a habitação do vigário – antiga residência do missionário, colada à igreja –, a Casa de Câmara – em frente ao pelourinho –, o cartório “onde reside o escrivão diretor” – do outro lado da praça –, a casa do capitão-mor indígena, e o local onde funcionava a olaria da comunidade. Barreto identificou, ainda, a existência de um “escrivão diretor” na vila de Santarém, atestando a persistência da fusão proposta pelo Tribunal do Conselho Ultramarino em 1759. Em contraposição, na aldeia de Massarandupió, ele critica o religioso carmelita por ocupar, também, o cargo de diretor “contra o disposto no Diretório dos Índios” (AHU, Bahia - Castro e Almeida, Cx. 81, D. 15794). Outros exemplos poderiam ser elencados. Bem ou mal aplicado, o diretório havia se tornado a principal referência quando o assunto era as povoações indígenas na Bahia e no Estado do Brasil como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se demonstrar ao longo deste capítulo aspectos peculiares da criação da vila de Nova Abrantes do Espírito Santo, na Bahia, enquanto um processo precursor da implementação do Diretório dos Índios naquela capitania. Para além do descompasso cronológico próprio do ir e vir das embarcações e das deliberações régias, acredito ter demonstrado que a percepção acerca das dinâmicas locais se revelou um fator fundamental na aplicação da legislação indigenista da década de 1750.

Por outro lado, as reivindicações apresentadas pelos moradores de Abrantes, requerendo o envio de professores, a extensão das terras da aldeia e a nomeação de novos oficiais de ordenança e escrivão da câmara, impactaram a percepção dos membros dos tribunais, influenciando o parecer produzido sobre o diretório. No entanto, a capacidade de negociação dos indígenas era limitada, como se evidenciou na questão relativa às terras.

Diante do itinerário percorrido no texto, não pretendo afirmar que a centralidade do reino fosse um aspecto de menor importância na época colonial. Bem ao contrário, acredito que a sucessão de consultas enviadas pelos membros dos dois tribunais à corte – das quais aparecem exemplos no texto – traduz uma acentuada preocupação em agir no ultramar com o devido acerto em relação ao que se projetava na metrópole, evitando contrariar a vontade régia.

Na colônia, a relevância política, administrativa e econômica de Salvador pode explicar a escolha da cidade para a instalação dos dois tribunais, mas não justifica inteiramente a medida adotada pela Coroa, dado seu ineditismo. Desconheço outra situação em que dois dos mais importantes órgãos de assessoramento régio tenham sido autorizados a funcionar na colônia, exceto após a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Sem diminuir a importância assumida pela política indigenista da década de 1750, penso que a decisão de instalação dos dois tribunais no ultramar tenha derivado do acirramento do conflito entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus, uma vez que a Bahia abrigava, também, a sede provincial dos jesuítas na colônia.

Quanto à criação da vila de Abrantes, esta encerrou um ciclo de impressionantes dois séculos de missionação na aldeia do Divino Espírito Santo de Ipitanga, nas imediações de Salvador. Instalada no recuado ano de 1558, essa aldeia testemunhou e foi palco dos primeiros arranjos do que viria a ser, durante 200 anos, a política de aldeamentos missionários capitaneada pela Companhia de Jesus em terras brasileiras. Em 1758, ela seria o espaço escolhido para os primeiros ensaios do que viria a se afirmar enquanto uma nova política colonial, pautada na “civilização dos índios”. Mais uma vez, tentava-se projetar uma política produtora de um cenário muito mais favorável aos interesses coloniais, à revelia dos principais interessados.

FONTES

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 136, D. 10539. Carta Instrutiva do secretário Tomé Joaquim da Costa Corte Real ao vice-rei e governador geral do Brasil Conde dos Arcos.

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 137, D. 10620. Parecer do conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo sobre as aldeias de índios que deveriam se constituir em vilas.

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 138, D. 10670. Consulta da Mesa da Consciência sobre a representação do vigário Antônio Rodrigues Nogueira solicitando aumento de cônica.

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 138, D. 10677. Consulta da Mesa da Consciência sobre o requerimento do vigário da vila da Nova Abrantes e demais padres solicitando para a sua habitação as casas que serviam de hospício aos missionários.

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 138, D. 10697. Consulta do Tribunal do Conselho Ultramarino relatando suas atividades.

AHU, Bahia (Avulsos), Cx. 139, D. 10701. Consulta do Tribunal do Conselho Ultramarino a respeito das suas atividades, contendo vários anexos.

AHU, Bahia (Castro e Almeida), Cx. 20, D. 3629. Relação das ordens e mais papeis relativos aos religiosos da Companhia de Jesus, contendo as minutas.

AHU, Bahia (Castro e Almeida), Cx. 23, D. 4256. Parecer do Conselho Ultramarino sobre a aplicação do Diretório dos Índios na Bahia.

APEB, Maço 603, Cad. 1. Lista de todos os índios da vila de Abrantes do Espírito Santo.

APEB, Maço 603, Cad. 4. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a extensão da ordem régia às aldeias que não eram administradas pelos jesuítas.

APEB, Maço 603, caderno 15. Instruções para a criação de vilas.

APEB, Ordens Régias 60, D. 82. Alvará no qual o rei ordena que a liberdade aos índios do Estado do Maranhão fosse estendida aos índios do Estado Brasil.

APEB, Ordens Régias 61, D. 99. Carta do Conde dos Arcos informando a ausência de assinatura em uma carta enviada do reino.

ARSI, Bras. 10, 23-26. Informação para a Junta das Missões de Lisboa.

CALDAS, Jozé Antonio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759*. 2. ed. Salvador: Memória e Arte: Edufba, 2017.

COLECÇÃO DOS BREVES PONTIFICIOS, E LEYS REGIAS, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos indios do Brasil. [Lisboa]: Impressa na Secretaria de Estado, [1759].

DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. 2 ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. v. 3.

REGIMENTO DAS MISSÕES DO MARANHÃO. 21 de dezembro de 1686. In: COLLECÇÃO Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. 1683-1700. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. p. 468-472.

RELAÇÃO ABREVIADA da república que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias. Lisboa, 1757.

SILVA, José Justiniano Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854. (1603-1612, v. 1).

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.

REFERÊNCIAS

- ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII). *História e Cultura*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRUNET, Luciano Campos. *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo, Bahia 1758-1760*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CANCELA, Francisco. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808). *História*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 514-539, 2014.
- CARVALHO, Roberta Lobão. “*A ruína do Maranhão*”: a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 183-264.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Livraria de Física, 2016.
- COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus Domínios Ultramarinos. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses: 250º aniversário*. Lisboa: BNP, 2009.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Editora Cosmos, 1998.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José A. L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 431-456.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Fazer história usando manuscritos: as vilas pombalinas do século XVIII. In: LOSE, Alicia Duhá et al. (org.). *Pesquisando acervos*. Salvador: Memória & Arte, 2020. v. 1. p. 151-160.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos Jesuítas*: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX). Lisboa: Gradiva, 2006. (Das origens ao Marquês de Pombal, v. 1).

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas*: 1: os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. (Edição Fac-Símile, v. 5, t. 10).

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Revoltas indígenas, a criação do governo geral e o regimento de 1548. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 29, n. 1, 2011. Não paginado.

PEDRO, Livia. *A cabeça do Brasil*: a cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481-1808). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos*: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Ed. UFAM, 2011.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização*: colonização e povos indígenas na Bahia. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2014.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Rupturas e permanências nas povoações indígenas da Bahia: o Diretório pombalino (1758-1798). *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 374-387, 2021.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Te Deum laudamus*: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763). Salvador: Saggá, 2019.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1500-1835. São Paulo: Companhia das Letras: CNPq, 1988.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *Sobre o uso da língua do Príncipe*: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOUZA JUNIOR., José Alves de. *Tramas do cotidiano*: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: Ed. UFPA, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Aspectos socioeconômicos nas vilas criadas em 1758. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, n. 83, p. 89-93, 1967.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios*: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VOGEL, Christine. *Guerra aos jesuítas*: a propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

CAPÍTULO 16

“SERÁ HUM DOS PRINCIPÁES CUIDADOS DOS DIRECTORES, ESTABELECEER (...) O USO DA LINGUA PORTUGUEZA”

**Diretório dos Índios e políticas linguísticas na
Capitania da Bahia¹**

PEDRO DANIEL DOS SANTOS SOUZA

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E SUA POLÍTICA LINGUÍSTICA

O Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario – simplesmente conhecido como Diretório Pombalino ou Diretório dos Índios – instituiu uma política de proibição do uso das línguas indígenas e, em particular, da chamada língua geral como um dos principais objetivos do processo de “civilização” dos índios², o que não só resultou em perdas linguísticas irreparáveis, como também em mudanças linguístico-culturais que,

1 Este capítulo vincula-se ao projeto “Para a história social linguística do Brasil: notícias sobre as configurações demográfico-linguísticas da Capitania da Bahia (séculos XVI-XIX)”, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa História Social da Cultura Escrita e Linguística do Brasil (Hisculte).

2 Embora, ao longo deste capítulo, façamos o uso indiscriminado do termo “índio(s)”, não perdemos de vista a homogeneização expressa na política indigenista colonial, que estabeleceu a categoria “índio” sem levar em conta que se estava diante de povos com diferentes culturas, histórias, línguas, formas de organização social. Da mesma forma, o item lexicalizado “língua geral” recobre uma diversidade de situações sociolinguísticas homogeneizadas pela sua adoção. Fazemos uso da expressão “língua geral” no singular, considerando a forma como se apresenta nas fontes documentais investigadas, a despeito da distinção estabelecida por Rodrigues (2002), Argolo (2020), além de outros estudiosos, entre a *língua geral paulista*, a *língua geral do Sul da Bahia* e a *língua geral amazônica*.

associadas a outros fatores também relevantes, definiram o rumo do Brasil como país majoritariamente falante de língua portuguesa.

Formado em 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o diretório, por meio do alvará de 17 de agosto de 1758, foi confirmado e estendido para o Estado do Brasil até sua revogação, por meio da carta régia de 12 de maio de 1798. Lei colonial que se tornou conhecida como Diretório Pombalino ou Diretório dos Índios, entre as diversas questões abordadas ao longo dos seus 95 parágrafos, interessa-nos, em específico, aquelas que dizem respeito à história social linguística do Brasil, focalizada nos parágrafos 6, 7 e 8 do referido documento. Nesses parágrafos, o governo de D. José I, por meio das ações do Marquês de Pombal, instituiu uma política linguística de proibição do uso de quaisquer línguas indígenas e, em particular, da chamada língua geral, e planejou executá-la por meio do ensino escolarizado da língua portuguesa aos meninos e às meninas indígenas, assim como aos adultos “inclinados” a essa prática.

Pela lei e pelo alvará com força de lei, respectivamente, de 6 e 7 de junho de 1755 – portanto, de dois anos antes do diretório –, o rei de Portugal já tinha abolido a administração temporal exercida pelos padres regulares sobre os índios das aldeias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mandando governá-las por seus respectivos principais, os quais, contudo, foram julgados pelo diretório como inaptos para fazê-lo, por serem considerados lastimavelmente rústicos, devido à ignorância em que teriam sido educados. Assim, “em quanto os Índios não tiveram capacidade para se governarem” (Directorio, 1958, § 1), deveriam ficar sob a tutela de um “director”, conhecido na historiografia como “diretor de índios”, ao qual caberia a execução da nova política indigenista. Nomeado pelo governador e capitão-general do Estado para cada aldeamento indígena tornado vila, o diretor de índios deveria ser uma pessoa dotada

[...] de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necessarios para poder dirigir com acerto os referidos Índios debaixo das ordens, e determinações [...], que inviolavelmente se observaraõ em quanto Sua Magestade o houver assim por bem, e não mandar o contrario (Directorio, 1958, § 1).

A intenção de “civilizar”, como mecanismo de uma política de assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade brasileira em formação, estaria, num primeiro plano, fundamentada na imposição da língua do conquistador aos conquistados, o que, conforme afirmado no próprio diretório, não teria sido observado pelos primeiros colonizadores portugueses, que destoavam, assim, das demais nações europeias:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistáão novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idiôma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneraçã, e a obediencia ao mesmo Principe. Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário [...]

(Directorio, 1758, § 6).

Nesse parágrafo, evidenciamos uma crítica explícita aos primeiros colonizadores, por não terem promovido uma política de inserção das populações conquistadas no uso da língua portuguesa. Essa crítica pode ser direcionada, especificamente, à política linguística dos jesuítas que, de certa forma, promoveu a sistematização, o uso e a difusão das chamadas línguas gerais, em detrimento da “língua do príncipe”. O posicionamento, portanto, que se adota no âmbito do decreto pombalino coaduna com o contexto do antijesuitismo e das políticas antijesuíticas do século XVIII, executadas, principalmente, pelo Marquês de Pombal.

O papel que teria desempenhado o Diretório dos Índios no sentido de promover a generalização da língua portuguesa no Brasil se inscreve entre as muitas questões que devem ser abordadas no âmbito da escrita de uma história social linguística do Brasil, não perdendo de vista a distinta história das duas colônias portuguesas na América. Enquanto, para o Estado do Brasil, já no século XVIII, começamos a entrever a referida generalização, no Estado no Grão-Pará e Maranhão, ainda nas primeiras décadas do século XIX, a *língua geral amazônica* era a língua da comunicação interna, o que acabou retardando o processo de hegemonia do português nessa região.

A implantação da política indigenista do governo de D. José I, no que se refere, em específico, à sua política linguística, teve um papel crucial na definição do rumo do Brasil como país de língua majoritária portuguesa e não indígena, embora o uso das línguas gerais tenha, há muito, extrapolado os limites dos aldeamentos jesuítcos, passando até mesmo a desafiar a hegemonia do português. Podemos entrever a trajetória do processo de extermínio das línguas indígenas de forma mais expressiva, ou mesmo da restrição de seus espaços de uso, a partir da análise do excerto do diretório que reproduzimos a seguir:

Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáão os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civi-

lizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservávão. Para desterrar este perniciosissimo abuso, *será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoens o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrução nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza*, na fôrma, que Sua Magestade tem recômandado em repetidas Ordens, que até agora se não observávão com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado (Directorio, 1758, § 6, grifo nosso).

Explicitamente nesse parágrafo, o diretório apresenta uma política linguística que prevê o glotocídio das línguas indígenas, aqui representadas pela “[...] lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral” – tida essa última como “invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica” –, em favor da língua portuguesa, tomada como a língua de civilização, o que acabou por fortalecer o seu caráter majoritário e hegemônico, testemunhado pelo devir da nossa história. Ademais, o Marquês de Pombal parece não considerar eficazes os métodos de conversão e catequização utilizados pelos jesuítas, os quais teriam feito com que o esperado processo de civilização pela língua tivesse um atraso significativo. Para o ministro, os padres da Companhia de Jesus teriam perdido tempo numa tentativa frustrada de civilizar os índios, além de sua permissividade ter “privado” as populações indígenas brasileiras de se civilizarem, mantendo-as no estado de “rustica, e barbara sujeição”, mesmo diante das reiteradas ordens de Sua Majestade, o que ainda contribuiu para, até aquele momento, a “total ruina Espiritual, e Temporal do Estado”. A análise desse parágrafo permite-nos testemunhar o projeto civilizatório da Coroa por meio da imposição da língua portuguesa aos povos indígenas, com vistas a promover, também, uma colonização linguística (Mariani, 2004; Orlandi, 2008).

Outra questão evidenciada diz respeito à associação entre ensino da leitura e da escrita ao ensino da doutrina cristã, na medida em que projeta a possibilidade de aprendizagem dos dogmas da fé cristã e da língua portuguesa como ações integradas, ou seja, “[ensinar] a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas” (Directorio, 1758, § 7). Para isso, determina a criação de escolas públicas não só para meninos, mas também para meninas indígenas, fugindo, nesse aspecto, ao que era predominante ainda no século XVIII, isto é, a oferta de ensino escolarizado público quase exclusivamente para crianças do sexo masculino. A estratégia de abertura de duas escolas para a implementação da política pombalina está apresentada no trecho a seguir:

E como esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pretende, *haverá em todas as Povoações duas Escólas públicas, huma para os Meninos*, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na fôrma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; *e outra para as Meninas*, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo (Directorio, 1758, § 7, grifo nosso).

O diretório toma a educação, materializada pela abertura de duas escolas públicas para os meninos e para as meninas indígenas, como a base fundamental para a “civilidade” dos novos súditos do rei. Além de expressar uma política linguística quanto à obrigatoriedade da língua portuguesa como língua do ensino, traz, ainda, em seu bojo, o que tem sido chamado de *planejamento linguístico*, ou seja, os meios de aplicação da política linguística (Calvet, 2007). Com isso, não só evidenciamos uma orientação que prevê a inserção das populações indígenas em práticas de uma cultura escrita em língua portuguesa, mas também as suas consequências, que se refletiram nos glotocídios, ou nas restrições de uso das línguas indígenas a espaços específicos, que foram testemunhados ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, por meio do processo de escolarização, ou seja, da emergência, na América Portuguesa, da escola *para* índios e não *de* índios. Esses espaços institucionais, centrados no ensino da doutrina cristã, ignoraram as práticas educativas indígenas e executaram uma política destinada a desarticular a identidade das etnias, discriminando suas línguas e culturas, que foram desconsideradas no processo educativo.

Embora os conceitos de língua oficial e de políticas linguísticas ainda não existissem no período, as práticas e os métodos que regiam o uso das línguas nesse momento revelam ações políticas organizadas que agiram diretamente sobre o multilinguismo generalizado dos primeiros séculos da conquista e da colonização, localizando-o. Por conta disso, assumimos que, *avant la lettre*, os portugueses instituíram políticas linguísticas e suas formas de execução na América Portuguesa, objetivando a consolidação de uma língua única e, conseqüentemente, reforçando as relações entre unidade linguística e nacionalidade, aproximação que será retomada em momentos diversos, sobretudo a partir da voga nacionalista do século XIX e dos ideais republicanos pautados numa alegada educação para todos.

O decreto do Marquês de Pombal ainda coloca a ênfase na gestão das línguas como “base fundamental da civilidade” que se pretendia alcançar junto às populações indígenas, indo na direção de uma educação como instrumento de ordenamento social, uma educação civilizadora, discussão tão em voga no iluminado século XVIII. Segundo Fonseca (2009, p. 15), numa perspectiva universalista, de base iluminista, “a educação seria um instrumento para a organização harmoniosa da sociedade, tendo

como objetivo a promoção do bem comum”. Para isso, deveria sair da esfera religiosa para a secular, com vistas à promoção da unidade moral da nação, além da disseminação entre os indivíduos de valores e normas de comportamento. Essas duas dimensões, ou seja, promover a união dos indivíduos em sociedade e disseminar valores e normas de comportamento, integravam as funções atribuídas à ação civilizadora (Fonseca, 2009). Nesse contexto, os povos indígenas não deveriam ser excluídos, mas integrados ao novo ordenamento social em construção, de índios aldeados a súditos de Sua Majestade, por meio de políticas de assimilação e/ou integração.

As reformas da educação promovidas pelo Marquês de Pombal, marcadas pela relação entre ‘civilizar’ e ‘educar’, permitem-nos refletir sobre os ideais iluministas subjacentes ao novo modelo escolar, que prevê a institucionalização das chamadas ‘aulas régias’, para os colonos de modo geral. No âmbito da educação escolar indígena, as mudanças se fazem sentir no sentido também da secularização, embora a ‘instrução na doutrina cristã’, como proposto pelo *Diretório dos índios*, continue a ocorrer em paralelo ao ensino do ler, escrever e contar. É nessa direção que Apolinário (2013) destaca que a inclusão de educadores leigos não representou a negação dos preceitos religiosos cristãos, uma vez que estes também estavam presentes no modelo de educação escolar no período pombalino. Assim, no contexto dessa política indigenista civilizadora/integracionista, são impostas novas práticas de controle político e civilizatório, coadunadas com o proselitismo religioso dos representantes da Coroa portuguesa.

Para as escolas públicas que deveriam ser abertas nas novas vilas de índios criadas, previa-se um mestre para meninos e uma mestra para meninas, os quais teriam que ser dotados de “bons costumes, prudência, e capacidade”, para que, assim, pudessem desempenhar bem as suas obrigações. Essas escolas deveriam se distinguir conforme o sexo do educando, já que as meninas, “álem de serem instruídas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever”, também deveriam aprender a “fiar, fazer renda, costura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo” (Directorio, 1758, § 7). Já aos meninos, seria ensinada a “Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na fôrma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas” (Directorio, 1758, § 7). Os meninos e as meninas deveriam ser, portanto, educados separadamente. Só na falta de mestras, as meninas, até os 10 anos, poderiam ser ensinadas juntamente com os meninos, como atestamos no parágrafo reproduzido a seguir:

Para a subsistencia das sobreditas Escólas, e de hum Mestre, e huma Mestra, que devem ser Pessoas dotadas de bons costumes, prudencia, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigaçoens de seus empregos; se destinarão ordenados sufficientes, pagos pelos Pays dos mesmos Indios, ou pelas Pessoas, em cujo poder elles viverem,

concorrendo cada hum delles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em effeitos, que será sempre com attenção á grande miseria, e pobreza, a que elles presentemente se achão reduzidos. No caso porém de não haver nas Povoaçoens Pessoa alguma, que possa ser Mestra de Meninas, poderão estas até á idade de dez annos serem instruidas na Escóla dos Meninos, onde aprenderão a Doutrina Christãa, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalliveis verdades da nossa Sagrada Religião adquirão com maior facilidade o uso da Lingua Portugueza (Directorio, 1758, § 8).

Interessante observar a preocupação com a forma de subsistência das escolas e dos mestres e mestras responsáveis pela educação dos meninos e meninas indígenas. No âmbito das reformas promovidas por Pombal para a educação pública de modo geral, somente com a lei régia de 6 de novembro de 1772, referente à segunda fase das reformas, que tratava das escolas de ler, escrever e contar, ou seja, de primeiras letras, e com a instituição do subsídio literário, por meio da lei de 10 de novembro de 1772, definem-se os mecanismos de financiamento das aulas régias, questão de suma importância, por estar relacionada às condições materiais de implantação e manutenção das aulas. Com isso, completou-se o conjunto de disposições normativas que implantaram as reformas pombalinas no Reino de Portugal e seus domínios. O que chama a nossa atenção é que, embora, para a educação em geral, a questão da manutenção das aulas régias só seja legislada por meio da criação do subsídio literário, o Diretório dos Índios já explicita a responsabilidade dos pais na manutenção da educação de seus filhos, assim como das pessoas responsáveis pelos meninos e meninas. Ainda que não defina os valores, abre espaço para a análise da situação socioeconômica dos indígenas, criando possibilidade para que o pagamento pudesse ser em dinheiro ou em serviços, “sempre com attenção á grande miseria, e pobreza, a que elles presentemente se achão reduzidos” (Directorio, 1758, § 8), ou seja, em que essas populações podiam se encontrar.

O diretório trata, ainda, da instituição de escolas para meninas nos aldeamentos elevados a vilas, indicando a necessidade de uma mestra para atuar na educação das indígenas. No próprio decreto do Marquês de Pombal, indica-se a saída para as situações em que não fossem encontradas mestras que pudessem ensinar às meninas o necessário: até a idade de 10 anos, poderiam frequentar a escola dos meninos, onde aprenderiam a “Doutrina Christãa, a ler, e escrever” e, ao mesmo tempo, em que fossem instruídas nas “infalliveis verdades” da “Sagrada Religião” e pudessem adquirir “com maior facilidade o uso da Lingua Portugueza” (Directorio, 1758, § 8).

Embora essa política de proibição das línguas indígenas e da língua geral seja apresentada de forma incisiva no decreto pombalino, bem como os meios para tornar possível a política de gestão das línguas no governo josefino, por meio da escolarização em língua portuguesa dos meninos e das meninas indígenas, pode-

mos, ainda, nos questionar sobre a sua efetiva aplicação e sucesso. Ademais, antes de finalizarmos esta seção, destacamos que as políticas linguísticas executadas no período colonial, ainda que de forma desigual para os diversos espaços da América Portuguesa, deixaram suas marcas na história social linguística do Brasil, dado o fato de que o discurso sobre a suposta cultura do monolinguismo em português continua perdurando, assim como o preconceito linguístico relativo às variantes do português brasileiro mais significativamente marcadas por uma história de contato quer com as línguas indígenas, quer com as línguas africanas. Quanto às apropriações da leitura e da escrita em língua portuguesa pelas populações indígenas, como previsto no diretório, inúmeras outras questões podem ser levantadas, na medida em que aprender a ler e a escrever o português também podia constituir-se como um instrumento para participação efetiva na sociedade de cultura escrita nos idos do século XVIII.

Sendo assim, no seu processo de reconfiguração identitária, essas populações passaram a utilizar das práticas culturais e políticas lusitanas como forma de resistência e/ou sobrevivência, “integrando-se” à sociedade colonial que se encontrava em formação e, conseqüentemente, inserindo-se nas práticas de cultura escrita em língua portuguesa, o que contribuiu, significativamente, para uma implementação da política linguística pombalina e para os glotocídios testemunhados pelo devir da nossa história, ou mesmo a redução de espaços de uso das línguas indígenas. A partir das questões aqui apontadas sobre o diretório e sua política linguística, na próxima seção, discutimos a sua implementação nas vilas de índios da Capitania da Bahia setecentista, a partir da atuação do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino instalado na cidade da Bahia. Vale destacar que, na segunda metade do século XVIII, as capitanias de Porto Seguro e de Ilhéus foram incorporadas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, sendo anexadas à Capitania da Bahia, respectivamente, em 1758 e em 1761. Ao mesmo tempo, foram criadas as comarcas e as ouvidorias dessas antigas capitanias, com o mesmo nome.

NOTÍCIAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DO DIRETÓRIO NAS VILAS DE ÍNDIOS DA CAPITANIA DA BAHIA

Com a implementação do alvará de 8 de maio de 1758, D. José I estendia o governo temporal dos índios também ao Estado do Brasil, elevando os aldeamentos a vilas, sob administração de autoridades civis, e ordenando, como destaca o alvará com força de lei de 7 de junho de 1755, “que nas Villas sejaõ preferidos para Juizes ordinarios, Vereadores, e Officiaes de Justiça, os Indios naturaes dellas, e dos seus respectivos destrictos em quanto os houver idoneos para os referidos cargos”, ao passo que o governo espiritual dessas vilas e lugares, ao serem transformadas as missões

em vigairarias, deveria ficar sob responsabilidade dos padres do hábito de São Pedro. Para isso, instalaram-se, na Capitania da Bahia, sede do vice-reinado, os tribunais especiais do Conselho Ultramarino e da Mesa da Consciência e Ordens. Enquanto a esta caberia a implementação de ações voltadas à transformação das missões das aldeias em freguesias, incluindo a realização dos concursos e a nomeação dos novos clérigos como párocos, em substituição aos missionários jesuítas, àquele caberia fazer executar as reformas, objetivando o estabelecimento do governo civil, com a transformação dos aldeamentos em vilas. Embora os dois tribunais tenham desenvolvido suas atividades simultaneamente, inclusive sendo compostos pelos mesmos membros, com exceção de seus respectivos presidentes, interessam-nos as ações do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, em virtude de estarem diretamente relacionadas à instituição do governo civil nas novas vilas, o que terá reflexos sobre a educação dos meninos e meninas indígenas, assim como sobre todos aqueles índios “inclinados” a essa matéria.

Em 13 de setembro de 1758, instalou-se, oficialmente, o Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, iniciando-se, portanto, as discussões e as deliberações sobre as formas de implementar as ordens régias no Estado do Brasil, embora o conselho tenha limitado a sua atuação aos aldeamentos administrados pela Companhia de Jesus na Capitania da Bahia, excluindo os aldeamentos que possuíam missionários de outras ordens³. Essa questão foi objeto de consulta ao rei D. José I, assim como diversas outras matérias não consensuais entre os conselheiros, a exemplo das terras e de sua distribuição entre os índios, como bem comum – coletivo – ou se deveriam ser divididas em lotes entre os casais, dos limites e termos da vila, da presença – ou não – de portugueses nos termos das vilas, entre outras.

Nas diversas sessões do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, que foram realizadas até dezembro de 1758, os conselheiros debateram e deliberaram sobre algumas dúvidas que surgiram no decorrer dos trabalhos e que abarcaram a definição da jurisdição e a elaboração das instruções finais para o estabelecimento das novas vilas. Em relação à jurisdição, definiram como sendo a mesma da Comarca da Bahia, que, no momento, englobava as capitanias da Bahia, de Sergipe d’El Rey, de Ilhéus, de Porto Seguro e do Espírito Santo. Para que o estabelecimento das vilas,

3 Teresinha Marcis (2013, p. 40-150), em “‘Fazer executar’: as leis de liberdade dos índios e sua integração como súditos do rei de Portugal”, primeira parte de sua tese de doutorado, apresenta uma descrição detalhada dos encaminhamentos feitos pelos conselheiros para cumprir as ordens régias, apresentando os conflitos, os debates sobre as questões não consensuais e as deliberações durante o período em que o tribunal especial esteve instalado, desde 13 de setembro de 1758 até ser desativado em 1761. Da mesma forma que faz uma descrição da atuação do Tribunal do Conselho Ultramarino, a autora apresenta um detalhamento das ações do Tribunal Especial da Mesa da Consciência e Ordens. Ainda sobre a atuação dos referidos tribunais, nos capítulos 2 – “O testemunho do tempo, e a prova da experiência” – e 3 – “Ovelhas de tão pouca lã” –, Santos (2014) faz, também, uma discussão minuciosa.

num total de 13, incluindo Nova Abrantes, ocorresse de forma mais rápida, no prazo de “poucos meses”, foram indicados diversos “ministros” – oficiais.

Entre as decisões do tribunal especial do conselho, chama a nossa atenção a determinação de que os escrivães das câmaras atuassem como os agentes do ensino de língua portuguesa – nesse caso, ainda como segunda língua – e de letramento indígena. Em princípio, esse cargo deveria ser ocupado por indígenas, mas os conselheiros, apoiando-se na experiência de ereção da Vila Nova de Abrantes, deliberaram que o ministro responsável pela instituição de cada uma das vilas de índios deveria eleger um português, no caso de não haver indígenas nas vilas capazes, para assumir essa função.

Até o momento, a educação das populações indígenas estava a cargo dos jesuítas, embora houvesse outras ordens religiosas na administração de aldeamentos. Com vistas à implementação das ordens régias expressas no alvará de 8 de maio de 1758, os conselheiros usaram como estratégia a determinação de que o escrivão da câmara “seobrigará também a ensinar a Ler, e escrever os mininos da Villa” (AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 139, D. 10701). Ainda que críticas pudessem ser feitas à atuação da Companhia de Jesus junto aos indígenas, sobretudo quanto à questão de habilitar os índios para o domínio da leitura e da escrita, ao os jesuítas deixarem de administrar os aldeamentos, o governo josefino não poderia cessar a legislação sobre a situação da educação dos meninos e meninas das novas vilas de índios.

Em 22 de dezembro de 1758, quando o tribunal especial do conselho elaborava uma consulta ao rei D. José I, relatando as suas atividades desde a primeira sessão, realizada no dia 13 de setembro do mesmo ano, os encaminhamentos para a execução do alvará de 8 de maio de 1758 já haviam sido praticamente definidos, a exemplo das vilas que deveriam ser erigidas, os nomes que deveriam ter, assim como os ministros responsáveis pelos seus estabelecimentos. Esse encaminhamento difere do adotado pelo governador da Capitania de Pernambuco e suas anexas, Luiz Diogo Lobo da Silva, que deliberou sobre as vilas que seriam erigidas, indicando, ainda, seus respectivos diretores e mestres. Enquanto, nas mencionadas capitanias, há uma indicação imediata dos sujeitos que seriam então responsáveis pela “civilização” dos índios, nas demais, a definição sobre a ocupação dos cargos de diretor de índios e mestres será ainda estabelecida *a posteriori*, como indicado no parecer exarado pelo Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, instalado na Bahia.

No Quadro 1, apresentamos os aldeamentos administrados pelos jesuítas que deveriam ser elevados a vilas de índios no Estado do Brasil, conforme decisão do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, indicando, também, os nomes portugueses que deveriam receber, em substituição aos “nomes bárbaros” que as aldeias possuíam, as capitanias onde se localizavam e os ministros – oficiais – responsáveis pelo estabelecimento das vilas e pelo cumprimento de todas as determinações:

Quadro 1 – Novas vilas criadas pelo Tribunal Especial do Conselho Ultramarino na Bahia

Aldeia	Capitania	Vila	Ministro
Ipitanga	Bahia	Abrantes	João Ferreira de Bittencourt e Sá (juiz de fora da cidade da Bahia)
Natuba	Bahia	Soure	José Gomes Ribeiro (juiz de fora da vila de Cachoeira)
Saco dos Morcegos	Bahia	Mirandela	Miguel de Ares Lobo de Carvalho (ouvidor e corregedor da Comarca de Sergipe d’El Rey)
Canabrava	Bahia	Pombal	
Geru	Sergipe	Távora (Tomar) ⁴	
Serinhaém	Ilhéus	Santarém	Luís Freire de Veras (ouvidor e corregedor da Comarca da Bahia)
Maraú	Ilhéus	Barcelos	
Escada	Ilhéus	Oliveira	
Conceição	Ilhéus	Almada ⁵	Não foi definido
São João	Porto Seguro	Trancoso	Manuel da Cruz Freire (ouvidor da antiga Capitania de Porto Seguro) e Antônio da Costa Souza (capitão-mor da antiga Capitania de Porto Seguro), na condição de adjunto
Patatiba	Porto Seguro	Verde	
Reritiba	Espírito Santo	Benevente	Francisco de Salles Ribeiro (ouvidor e corregedor da Comarca da Capitania do Espírito Santo)
Reis Magos	Espírito Santo	Almeida	

Fonte: AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 139, D. 10701.

Tendo em vista que a toponímia pode fornecer elementos importantes na reconstituição do conhecimento sobre os povos que habitaram uma determinada região no passado, da análise do Quadro 1, chama a nossa atenção a substituição dos topônimos indígenas, presentes na política dos jesuítas, por topônimos portugueses. Atingindo até mesmo a toponímia, a política do governo josefino para as populações indígenas previa a eliminação de qualquer elemento que ainda permitisse a associação das populações indígenas com suas histórias e culturas, justificando, assim, a substituição dos nomes considerados “bárbaros” que persistiam nos nomes dos aldeamentos, mas que, no contexto das transformações das políticas indigenistas, também deveriam ser substituídos.

Pela situação descrita até o momento, em dezembro de 1758, o Tribunal Especial do Conselho Ultramarino já tinha realizado as diligências necessárias para fazer cumprir o alvará de 8 de maio de 1758. Em contrapartida, nas frotas que aportaram

4 A aldeia do Geru, que passaria a se chamar Távora, teve seu nome alterado para Tomar, provavelmente em função dos acontecimentos de setembro de 1758, quando a família Távora foi condenada pela tentativa fracassada de regicídio contra D. José I, acusação que também iria recair sobre os religiosos da Companhia de Jesus (Santos, 2014).

5 Nas reformas projetadas em 1758 pelos tribunais especiais do Conselho Ultramarino e da Mesa da Consciência e Ordens na Bahia, aprovou-se a transformação do aldeamento dos índios grem em vila de Almada e da missão – capela – de Nossa Senhora da Conceição em freguesia. A freguesia foi instituída, mas a vila não, permanecendo o status de aldeia dos índios grem com a denominação de Almada.

na Bahia nos primeiros meses de 1759, outras ordens e avisos chegaram do reino. Embora os conselheiros já tivessem definido os procedimentos para a execução das ordens régias, e, inclusive, já tivessem iniciado o processo no aldeamento do Espírito Santo, transformado em Vila Nova de Abrantes, ainda no ano de 1758, pelo ministro indicado para proceder à tarefa, o juiz de fora da cidade da Bahia, João Ferreira Bittencourt e Sá, o vice-rei recebeu carta remetida por Tomé Joaquim da Costa Corte Real, secretário de Estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos, datada de 3 de fevereiro de 1759. Na carta, informava sobre a confirmação do diretório, formado em 1757 pelo governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para as aldeias de índios das capitanias daquela referida colônia portuguesa, sendo ainda estendido ao Estado do Brasil por Sua Majestade Fidelíssima por meio do alvará de 17 de agosto de 1758. Considerando que os conselheiros partiram de Lisboa em 3 de junho de 1758, essa posição quanto ao diretório foi tomada em data posterior ao seu embarque. Por conta disso, os encaminhamentos realizados pelos conselheiros para a execução do alvará de 8 de maio de 1758 são, portanto, anteriores ao conhecimento que tiveram das ordens régias no que se refere ao Diretório dos Índios, que refletia a nova política indigenista para a colônia do Norte e que, nesse momento, estava sendo estendida ao Estado do Brasil.

No despacho, remetem-se, ainda, cópias do diretório, ordenando-se ao vice-rei que o fizesse observar em todas aquelas partes onde pudessem ser aplicáveis nas aldeias da jurisdição do Estado do Brasil. Considerando que o diretório teria sido formado para aplicação no Estado do Grão-Pará e Maranhão, que possuía peculiaridades no que diz respeito às relações entre os colonos portugueses e as populações indígenas locais, além das próprias características socioeconômicas definidas pela questão do espaço geográfico – a Amazônia brasileira –, o despacho do secretário de Estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos deixa transparecer a possibilidade de que nem todos os 95 parágrafos que compõem o decreto pombalino fossem aplicáveis ao Estado do Brasil. Diante dessas novas notícias, o vice-rei, D. Marcos de Noronha, na condição de presidente do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, convocou os conselheiros para análise e para deliberação, inclusive considerando que, àquela altura, as decisões para a execução das ordens expressas pelo alvará de 8 de maio de 1758 já estavam praticamente definidas. Com data de 19 de maio de 1759, o parecer exarado pelo tribunal especial informa-nos sobre o encaminhamento do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha.

Ao todo, o Tribunal Especial do Conselho Ultramarino não acatou 45 “resoluções” do diretório, entre rejeitadas e/ou suspensas, as quais faziam referência à cobrança de dízimo aos índios, à sua distribuição entre os moradores, aos descimentos, à presença de moradores brancos nas vilas de índios e à coleta das drogas do sertão. O parecer justifica a sua rejeição ou porque tratavam de assuntos já discutidos,

mas que eram objeto de consulta ao rei, ou porque tratavam de assuntos que diriam respeito apenas ao Norte. Não é nosso propósito discutir os pontos que foram julgados não aplicáveis, já que, em princípio, nenhum deles parece ter relevância para a história social linguística do Brasil. Chamamos apenas a atenção para o fato de que a postura assumida pelo vice-rei despertou uma forte crítica do poder político da metrópole, que censurou as posições de D. Marcos de Noronha sobre o diretório e sua aplicação.

Embora o parecer apresente uma alteração quanto ao exercício da administração das novas vilas, cabendo aos escrivães das câmaras as funções definidas para o diretor de índios, percebemos, ainda, na proposição do Conselho Ultramarino, a manutenção do sistema de tutela, resguardando, assim, os objetivos centrais do diretório quanto à criação de condições para o controle da liberdade dos índios. No mais das vezes, esses escrivães, que figuram na documentação, muitas vezes, como *escrivães-diretores*, além de cumprirem as obrigações relacionadas às atribuições que lhes cabiam nas câmaras, ou seja, do governo e da justiça das vilas em função de seu cargo, deveriam também cuidar da civilização dos índios, inclusive quanto à abertura de escolas de ler, escrever e contar. Eles atuavam, assim, como professores dos meninos e meninas indígenas, isto é, assumindo, ainda, a função de agentes de letramento indígena. Por conta disso, mapear os sujeitos que ocuparam essa função e refletir sobre suas respectivas atuações estão na ordem do debate sobre a escolarização dos povos indígenas na Capitania da Bahia na segunda metade do século XVIII, como realizado por Souza (2019).

No que tange especificamente à civilização dos índios e, mais especificamente, à política linguística, o texto do parecer, relativamente aos sexto, sétimo e oitavo parágrafos do Diretório dos Índios, reafirma claramente a política linguística do governo de D. José I para as populações indígenas na América Portuguesa. Quanto à abertura de escolas, para os meninos e as meninas indígenas aprenderem, além da doutrina cristã, a ler, a escrever e a contar, “na forma que se pratica em todas as Escolas das nascentes civilizadas” (AHU, Bahia, Castro e Almeida, Cx. 23, D. 4256), bem como das formas de subsistência das referidas escolas e do pagamento do ordenado dos mestres e mestras, diferentemente do diretório, o parecer determinava que os pais ou pessoas responsáveis assumissem o ônus da educação, respectivamente, de seus filhos ou dos índios que vivem sob sua responsabilidade. Os conselheiros apresentaram parecer de que os escrivães não deveriam receber estipêndio pelos serviços prestados quanto à educação das crianças, uma vez que já eram pagos pela Real Fazenda. Em contrapartida, quando os próprios índios passassem a assumir a função de escrivães, o parecer previa que os pais ou as pessoas interessadas na educação dos meninos e das meninas indígenas passassem a pagar pelo ensino.

Todas as funções atribuídas ao diretor são delegadas aos escrivães das câmaras, que se tornam, portanto, *escrivães-diretores*, como atestado na documentação que

localizamos no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), passando a caber-lhes, inclusive, o papel de instituir o uso da língua portuguesa nas povoações, e, para atingir tal fim, não só que “continuem no ensino dos meninos na forma da sua obrigatoriedade” (AHU, Bahia, Castro e Almeida, Cx. 23, D. 4256), mas que também se ocupem do ensino “das meninas da Vila até idade de dez anos” (AHU, Bahia, Castro e Almeida, Cx. 23, D. 4256). O uso do verbo “continuar” revela que, quanto aos meninos índios, o parecer ratifica uma prática já estabelecida pelo tribunal especial, antes da análise do diretório, ao definir que os escrivães das câmaras deveriam ensinar os meninos a ler e a escrever, prática que também deveria ser estendida às meninas até a idade de 10 anos. Nesse aspecto, a educação das meninas não difere da orientação do diretório, mas seria o *escrivão-diretor* que deveria assumir, portanto, até mesmo as tarefas que antes eram atribuídas ao *mestre* e à *mestra*.

No sul da Bahia, especificamente na comarca e ouvidoria de Porto Seguro, além das duas vilas de índios criadas por deliberação do Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, sendo elas Trancoso e Verde, mais seis outras vilas foram fundadas pelos seus dois primeiros ouvidores, Tomé Couceiro de Abreu e José Xavier Machado Monteiro, entre os anos de 1764 e 1772, nomeadamente as vilas de São Mateus, Prado, Belmonte, Viçosa, Alcobaça e Porto Alegre, o que demonstra a importância e as condições favoráveis desse espaço geográfico-administrativo para a implantação da política indigenista josefina, em virtude da significativa presença de população indígena na referida antiga capitania.

Embora o marco temporal final do diretório seja o ano de 1798, quando a carta régia de 12 de maio revogou o decreto josefino, para a nossa surpresa, até a terceira década do século XIX, nas vilas criadas na segunda metade do século XVIII, tanto por deliberação do tribunal especial do Conselho Ultramarino quanto por ações de ouvidores, com exceção da vila de São Mateus, ainda seguiam sendo nomeados escrivães para as câmaras, com a expressa obrigação de ensinar a doutrina cristã, a ler, a escrever e a contar aos meninos. A partir da consulta aos livros de provisões do Apeb, conseguimos mapear os sujeitos que, supostamente, deveriam ser responsáveis pela escolarização de meninos indígenas nas referidas vilas. Evidentemente, a situação de deterioração de algumas fontes, dada a política arquivística de nosso país, criou entraves para uma sistematização mais completa de todas as informações. Alguns desses livros também tinham cartas, alvarás e registros de ordem vária. Em Souza (2019), apresentamos todas as provisões referentes à nomeação, ou à renovação, dos *escrivães das câmaras*, *escrivães-diretores*, ou *escrivães e diretores* – dada a flutuação de usos na documentação – localizadas.

Localizamos 443 provisões referentes à nomeação, ou à renovação, no cargo de escrivão da câmara, embora não tenha sido possível preencher todas as lacunas temporais e espaciais em relação aos sujeitos que ocuparam o cargo nas vilas de índios da Bahia da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século

XIX. A importância desses sujeitos para nosso estudo relaciona-se com a expressa obrigação de que deveriam ensinar a ler, a escrever e a contar aos meninos, além da doutrina cristã, atuando, portanto, como agentes do ensino de língua portuguesa e de letramento indígena. A par dessas questões, fizemos o levantamento das provisões de nomeação de escrivães, diretores, ou escrivães-diretores, das vilas de índios da Capitania da Bahia encontradas nos livros de provisões do Apeb. No total, foram consultados 37 livros de provisões, com uma média de 330 fólios cada, cujos documentos compreendiam o período de 1760 a 1834. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos nomeados e as respectivas provisões localizadas por vilas de índios, conforme nossa investigação.

Quadro 2 – Distribuição do número de nomeados e das provisões localizadas no Apeb

Vilas	Número de nomeados	Total de provisões
Antiga Capitania da Bahia		
Abrantes	11	48
Soure	5	40
Pombal	10	33
Mirandela	10	37
Antiga Capitania de Ilhéus		
Oliveira	9	31
Barcelos	10	38
Santarém	12	27
Antiga Capitania de Porto Seguro		
Verde	5	37
Trancoso	9	30
Prado	7	26
Belmonte	11	26
Viçosa	5	22
Alcobaça	9	30
Porto Alegre	8	18
Total	121	443

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos livros de provisões do Apeb.

Pela análise dos dados apresentados no Quadro 2, observamos a nomeação, ou a renovação, de 121 escrivães-diretores. No entanto, considerando que alguns desses indivíduos foram nomeados para ocupar o cargo em vilas de índios distintas e em diferentes recortes temporais, identificamos, em termos exatos, 109 sujeitos⁶ que,

6 Na contagem geral dos indivíduos que teriam ocupado o cargo de escrivão-diretor, excluímos as situações em que um mesmo sujeito foi nomeado para mais de uma vila. Assim, Jerônimo Xavier, que teria sido nomeado para as vilas de Abrantes e de Santarém, foi contado apenas uma vez.

entre as muitas funções relativas ao cargo de escrivães-diretores, também deveriam se ocupar da educação escolar indígena nas vilas erigidas na Capitania da Bahia.

Souza (2019) realizou uma discussão sobre a respectiva atuação dos nomeados por cada espaço, que não será possível retomar neste trabalho. Ratificamos, entretanto, que o nosso entendimento de que esses sujeitos deveriam atuar como novos agentes do ensino de língua portuguesa, inicialmente como segunda língua, e do letramento das populações indígenas se relaciona com as políticas indigenistas de D. José I e com o fato de que os índios que soubessem ler e escrever poderiam assumir cargos e ter direitos na condição de súditos do rei. Nessa direção, a exigida prática do ensinar a ler, a escrever e a contar pelos escrivães-diretores não estaria exclusivamente associada à alfabetização das crianças, mas a uma preparação dos indígenas para assumirem posições nas quais o domínio da leitura e da escrita seria necessário.

Como temos destacado, não só a política indigenista do governo josefino previa, em princípio, a atuação dos povos indígenas na estrutura político-administrativa das novas vilas, mas os próprios índios demonstram, também, consciência da importância do letramento em língua portuguesa para ocuparem esses espaços de decisão. A título de exemplo, podemos mencionar o requerimento dos índios moradores da vila de Abrantes, quanto à contratação de professores de língua portuguesa e às suas motivações, pensadas a médio prazo, assim como as denúncias apresentadas pelos índios de Olivença e a solicitação de que o diretor fosse substituído por não “dar escola” (APEB_Seção Colonial e Provincial, Maço 201-1/19) aos seus filhos.

Como sinalizamos, apoiando-se no argumento da falta de pessoas aptas para ocupar as diversas funções especificadas no diretório, quais sejam, *diretor de índios*, *escrivães das câmaras* e *mestres e mestras* dos meninos e das meninas, o Tribunal Especial do Conselho Ultramarino atribui a responsabilidade aos escrivães das câmaras. Evidentemente, a ocupação desse cargo e o acúmulo de responsabilidades relacionam-se com o domínio de leitura e de escrita e o diminuto número de pessoas aptas a desenvolver tais funções. Nesse ínterim, a questão da educação escolar nas vilas de índios não deveria passar apenas pela alfabetização dos indígenas, mas pelo seu letramento, como temos destacado, já que deveriam se tornar aptos a assumir cargos que demandavam práticas sociais da leitura e da escrita nesses novos espaços. Para exemplificar essa prática de atuação dos escrivães das câmaras em diversas funções, reproduzimos trecho de uma provisão a seguir:

Provisam da Serventia dos Officios de *Tabelião*, *Escrivam de Orfãos*, è da *Camara da Vila Verde anova* concedida a Manoel Lopes de Oliveyra

Dom Jozè por graça de DEos Rey de Portugal edos Algárves daquém, edalem már emAfrica, Porto deGuiné etcetera. Faço Sabêr aos que esta Provisam vire, que tendo respeito a Manoel Lopes de Oliveyra, me representar estar findo o tempo jacom que Servia os Officios de *Tabelião*, *Escrivão de Orfãos*, eda *Camara de Vila Verde anova*, Capitania dePorto Seguro;

epara continuàr Me pedia lhe fizésse merce mandar passar nesta Provisam E visto Seo requerimento, eattestaçoem que juntou, em que verifica têt satisfeito ao que èra obrigàdo. Hey por bem, e lhe faco merce de oprover naServentia dos referidos Officios por tempo de hum anno, não tendo crime algũ em quanto Eu não mandar ocontrário, *com exprêssaobrigação deencinàr aDoutrina Christan, ler, escrevêr, econtar aos meninos comzêlo, ecuidado; ecom estahaverà o ordenado deSetenta mil reis q serão pagos pela minha Real Fazenda atitulo de ajuda decusto*. Pelo que mando ao Dezebargador Provedor mòr daFazenda Real da Capitania da Bahia mais Ministros, epessoas aque tocar cùmpraõ, egoardem esta Provisam; e a façãõ cumprir egoardár inteiramente, como nesta Secontêm Sem dùvida embaixo, digo, Sem duvida algũa, aquel Seregistarà nos Livros da Secretaria e nos mais aque a que tocar. E o Juiz Ordinario e Officiaes da Camara de Vila Verde, odeixem continuar a Serventia dos referidos Officios debaixo damesma posse, ejutamento que Selhedêo quando nestes entrou. Francisco daCosta Lima afez na Cidade doSalvador Bahia detodos os Santos em os quinze dias do mez de Abril. Anno demil setecentos Secenta e oito. [...]

(APEB_Seção Colonial e Provincial_Provisões, Maço 295, grifo nosso).

O trecho da provisão, reproduzida em sua maior parte, chama a atenção por dois aspectos: primeiro, a “*exprêssaobrigação deencinàr aDoutrina Christan, ler, escrevêr, econtar aos meninos comzêlo, ecuidado*”; e, segundo, a determinação de um “*ordenado deSetenta mil reis q serão pagos pela minha Real Fazenda atitulo de ajuda decusto*”. Nas provisões que localizamos no Apeb, a reiterada menção à obrigação dos escrevães-diretores quanto ao letramento das crianças indígenas parece fazer parte da tradição discursiva em questão, como uma forma de ratificar o parecer exarado pelo Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, da mesma forma que a menção ao pagamento pela Real Fazenda, eximindo, assim, os índios das novas vilas de arcarem com a referida despesa. Enfatizamos, aqui, que a nomeação de Manuel Lopes de Oliveira para Vila Verde, a Nova, conforme provisão apresentada, revela, ainda, uma prática comum de acúmulo das funções de “*Tabelião, Escrivam deOrfaõs, è daCamara*”, além da obrigação com a educação das crianças indígenas, o que, sem dúvida, poderia ter reflexos sobre a sua adequada execução.

Assim como as demais capitanias da América Portuguesa apresentam especificidades em relação à implementação da política indigenista do governo josefino, as adaptações do Diretório dos Índios por meio do parecer exarado pelo Tribunal Especial do Conselho Ultramarino, instalado na Bahia em 1758, constituíram as referências adotadas nas vilas de índios da Capitania da Bahia, incluídas aqui as antigas capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, transformadas em comarcas e ouvidorias. As deliberações sobre as funções a serem assumidas pelos escrevães das câmaras, em cuja provisão de nomeação, para um mandato anual, era definida a obrigação de ensinar a doutrina cristã, a ler, a escrever e a contar aos meninos das

vilas de índios, serviço que justificava o pagamento de uma remuneração pela Real Fazenda, constituem-se como o fio condutor da discussão sobre a educação escolar indígena na Bahia setecentista, embora outros aspectos possam ser apensados a essa prática particular de aplicação do Diretório dos Índios. Destacamos a necessidade de ampliar a discussão, lançando um olhar específico para cada um desses espaços, como fez Souza (2019), com vistas a percebermos as diferentes práticas e os pontos de convergência e, assim, discutirmos as condições em que os índios “vilados” se apropriaram da escrita e as formas como poderiam ter participado da cultura escrita.

No contexto da América Portuguesa, marcado por formas de governar por meio da escrita, os sujeitos que dominavam a “tecnologia da escrita” poderiam ocupar cargos decisórios na estrutura administrativa das vilas, como, por exemplo, o cargo de escrivães das câmaras. Considerando a importância daqueles que exerceram esse ofício nas vilas de índios criadas na segunda metade do século XVIII, sobretudo tendo em vista o seu papel na educação escolar indígena, destacamos a inserção desses profissionais da escrita na governança do Império Português.

FONTES

ALVARÁ, por que Vossa Magestade ha por bem confirmar o Regimento, intitulado: Directorio, que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não ordenar o contrario. Belém, 17 de agosto de 1758. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo: Impressor do Eminentissimo Cardeal Patriarca, 1790. t. 1. (Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rey D. João o V. do anno de 1749). Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/93053>. Acesso em: 20 maio 2017.

ALVARÁ com força de Lei, porque Vossa Magestade ha por bem renovar a inteira, e inviolavel observancia da Lei de doze de Setembro de mil seiscentos sincoenta e tres. Lisboa, 7 de junho de 1755. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo: Impressor do Eminentissimo Cardeal Patriarca, 1790. t. 1. (Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rey D. João o V. do anno de 1749). Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/93053>. Acesso em: 20 maio 2017.

CARTA do Juiz Ordinário e Ouvidor interino da Comarca de Ilhéus, Antônio da Costa Camelo ao Rei. Ilhéus, 28 de dezembro de 1794. APEB_Seção Colonial e Provincial, Maço 201-1/19.

CARTA do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos [Thomé Joaquim da Costa Corte Real] ao Vice-Rei e Governador Geral do Brasil [D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Salvaterra de Magos, 3 de fevereiro de 1759.

APEB_Seção Colonial e Provincial, Rolo 32, Vol. 61, D. 98.

CARTA RÉGIA de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios, enviada a Antônio Peres da Silva Pontes, em 29 de agosto de 1798. In: OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Notas e apontamentos e notícias para a história da província do Espírito Santo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 161-335, p. 313-325, 1856. t. 19,

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José I. Bahia, 22 de dezembro de 1758. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 139, D. 10701.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Bahia, 9 de dezembro de 1758. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 138, D. 10675.

DESPACHO (minuta) do [secretário de estado] ao vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ordenando que adote o modelo do diretório dos índios do Pará e Maranhão para as aldeias da Bahia. Salvaterra de Magos, 3 de janeiro de 1759. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 139, D. 10706.

DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não ordenar o contrario. Belém, 17 de agosto de 1758. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo: Impressor do Eminentissimo Cardeal Patriarca, 1790. t. 1. (Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rey D. Joaão o V. do anno de 1749). Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/93053>. Acesso em: 20 maio 2017.

LEI abolindo as antigas consignações para a instrução dos Estudos, e estabelecendo o Subsidio Literário. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 10 de novembro de 1772. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*: legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typografia Maignense, 1829.

LEY, por que Vossa Magestade ha por bem restituir aos Índios do Graõ Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e commercios: na fôrma que nella se declara. Lisboa, 6 de junho de 1755. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Eminentissimo Cardeal Patriarca, 1790. t. 1. (Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rey D. Joaão o V. do anno de 1749). Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/93053>. Acesso em: 20 maio 2017.

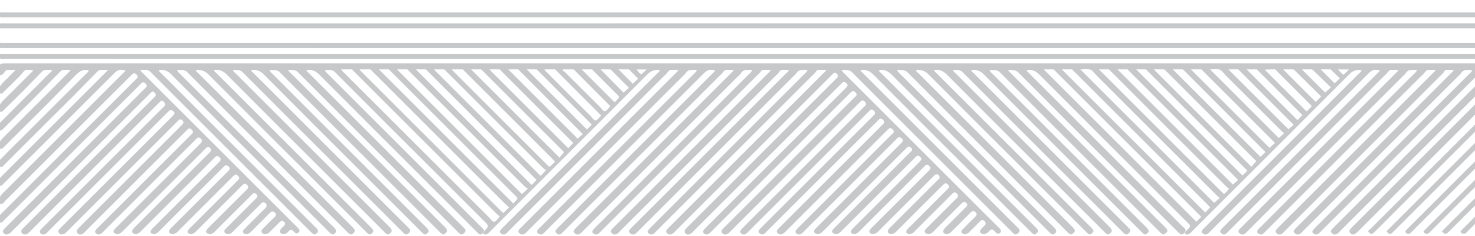
PARECER do conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo sobre as aldeias de índios que devem se constituir em vilas. Anexo: parecer (minuta). Bahia, 27 de setembro de 1758. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 137, D. 10620.

PARECER do Conselho Ultramarino da Bahia sobre os parágrafos do Diretório para o regimento dos índios das aldeias das capitanias do Pará e Maranhão, aprovado pelo alvará régio de 17 de agosto de 1758, e que podia ser aplicado aos índios de todo o Estado do Brasil. Bahia, 19 de maio de 1759. AHU, Bahia, Castro e Almeida, Cx. 23, D. 4256.

PROVISÃO da serventia dos Ofícios de Tabelião, Escrivão dos Órfãos e da Câmara de Vila Verde, a Nova, na Comarca de Porto Seguro, concedida a Manuel Lopes de Oliveira. Salvador, 15 de abril de 1768. APEB_Seção Colonial e Provincial_Provisões, Maço 295.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a história da educação “tradicional” e escolar indígena no Brasil. In: SANTANA, Jocyélia *et al.* (org.). *Resiliências educativas*. Goiânia: América, 2013. p. 231-269.
- ARGOLO, Wagner. As línguas gerais brasileiras. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia (org.). *História do português brasileiro: história social do português brasileiro – Da história social à história linguística*. São Paulo: Contexto, 2020. v. 9. p. 34-73.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- FONSECA, Thaís Nívea de Lima. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, políticas e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2014.
- SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *Sobre o uso da Língua do Príncipe: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista*. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.



CAPÍTULO 17

VILAS DE ÍNDIOS DA COMARCA DE ILHÉUS

moradores e autoridades em confronto¹

TERESINHA MARCIS

INTRODUÇÃO

A política e a legislação integracionistas portuguesas dirigidas aos povos indígenas foram implantadas no Brasil durante o reinado de D. José I, mais precisamente entre 1755 e 1761. Um conjunto de leis foram decretadas, primeiramente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e estendida para todo o Estado do Brasil pelo alvará de 8 maio de 1758: a legalização dos casamentos mistos entre vassalos portugueses e índios, a “lei de liberdade dos índios” e o alvará que estabeleceu o governo civil nas povoações indígenas. Em janeiro de 1758, foi publicado o Diretório dos Índios (Domingues, 2000; Silva, 1828). Tal legislação definiu a liberdade dos índios e a redução do poder das ordens religiosas ao instituir uma incipiente separação entre os poderes espiritual e civil e a transformação das aldeias administradas em vilas.

A implantação das reformas na Bahia, então capitania sede do Estado do Brasil, foi efetivada por comitiva de três magistrados portugueses enviados do reino com a ordem de instalar dois tribunais especiais, o da Mesa da Consciência e Ordens e o do Conselho Ultramarino, promover as ações necessárias para substituir os padres da Companhia de Jesus por clérigos regulares e transformar os aldeamentos em vilas. Assim, a Lei de Liberdade Indígena foi estendida a todos os índios aldeados

1 Publicado originalmente em *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 18, n. 33, 2018.

da Comarca da Bahia em 1759, mas foram reformados em vilas e em freguesias apenas os nove aldeamentos administrados pela Companhia de Jesus (Marcis, 2013; Santos, 2014). Destes, quatro localizavam-se na Capitania de Ilhéus: o aldeamento Nossa Senhora da Escada de Ilhéus foi reformado em vila Nova de Olivença; o de Nossa Senhora das Candeias em vila de Barcelos; e o aldeamento de Santo André e São Miguel formaram Santarém; a vila de Nova Almada, projetada para o aldeamento dos índios grens, não foi instituída. Outras vilas indígenas criadas na Bahia foram Abrantes, Pombal, Nova Soure, Mirandela, Vila Verde e Trancoso.

No tribunal especial do Conselho Ultramarino, os conselheiros e o vice-rei determinaram a reestruturação civil dessas localidades obedecendo à legislação de 1755 e às Ordenações Filipinas. No processo de estabelecimento da vila de Abrantes pela reforma do aldeamento de Espírito Santo (Brunnet, 2008; Marcis, 2013), elaboraram as “Instruções particulares para estabelecimento das vilas”, que refletiu as medidas negociadas entre índios, religiosos e autoridades locais e da comarca que seriam adotadas pelos oficiais designados para efetivar as demais vilas. Destacam-se, entre as definições mais importantes, a demarcação dos termos das vilas e freguesias, de acordo com a extensão do território do aldeamento; a manutenção das terras como patrimônio coletivo dos índios, e distribuído aos moradores pela câmara, sem concessão de títulos de posse individuais; o inventário dos bens e serviços prestados pelos índios, sob a administração dos missionários, a serem entregues – ao pároco, os bens eclesiásticos, e à câmara, os demais bens móveis e semoventes; a transferência da administração da prestação de serviços públicos e de transportes para a câmara local ou para o conselho de moradores especialmente formado.

Quanto ao governo local, os conselheiros instruíram fazer as eleições para oficiais militares e das câmaras de acordo com as Ordenações do Reino. A escolha dos vereadores, do juiz ordinário, do procurador e do capitão-mor das ordenanças das vilas deveria ser feita entre os moradores indígenas, inclusive os analfabetos. Para o cargo de escrivão, oficial nomeado pelo governador, os conselheiros sugeriram a indicação de um morador de origem portuguesa, alfabetizado e com habilidade para ensinar as crianças a ler, a escrever e a fazer contas. Os conselheiros aprovaram algumas restrições que consideraram importantes para a proteção aos índios, a exemplo da proibição do comércio e da admissão de moradores portugueses e arrendatários nos termos das vilas, e a proibição de se cobrar quaisquer taxas e impostos aos índios, inclusive o dízimo.

No mês de maio de 1759, enquanto os oficiais nomeados pelo tribunal realizavam as reformas nos diversos aldeamentos jesuíticos, o vice-rei recebeu do reino as cópias do Diretório dos Índios e a ordem para que fossem implementadas as resoluções aplicáveis à realidade das aldeias da Bahia. Os conselheiros analisaram o diretório, tendo como base as reformas civil e eclesiástica em curso nos aldeamentos jesuíticos. Elaboraram um parecer sobre o diretório, acatando os princípios gerais da

política assimilacionista, descartando artigos voltados à realidade do Norte e defendendo a manutenção das deliberações indicadas nas “Instruções”. Sugeriram, ainda, atribuir o cargo e as funções do diretor ao escrivão da câmara, conferindo ao governo a nomeação e a remuneração pela Real Fazenda.

Em 1761, o secretário de Estado Mendonça Furtado enviou correspondência ao governador da Bahia criticando o parecer e ordenando a aplicação integral do Diretório dos Índios. Todavia, o diretório foi implantado parcialmente, e, nas vilas de índios estabelecidas, especialmente as situadas na Comarca de Ilhéus, foram mantidas as adaptações aprovadas pelos conselheiros, como verificado nos registros produzidos por autoridades diversas ao longo de 50 décadas posteriores. Foram nomeados diretores para todas as povoações e aldeias existentes e as novas estabelecidas, cargo geralmente ocupado por luso-brasileiros, raramente índios, que eram cristãos, inclusive eclesiásticos, alfabetizados na língua portuguesa e moradores na localidade ou na comarca. Nas vilas de índios, os escrivães da câmara acumularam funções da administração civil, de diretor e de professor.

Entretanto, o diretório funcionou como referencial oficial da política e atuação das autoridades nos assuntos envolvendo os índios, e, segundo Santos (2014, p. 251), representou “um consenso em torno do ideal de civilidade, indo além da catequese e da conversão ao cristianismo”. Autoridades diversas, como o capitão Domingos Alves Muniz Barreto e o ouvidor Domingos Ferreira Maciel, registraram suas impressões permeadas pelos princípios do diretório em relação à administração civil e religiosa, ao comportamento e à atuação dos índios e dos diretores.

Em 1771, o capitão Domingos Barreto visitou povoações indígenas das comarcas da Bahia e de Ilhéus, registrando informações e impressões sobre as moradias, a população e a condição social e étnica dos moradores. Criticando as situações que considerou contrárias ao diretório, detectou que, nas aldeias de São Fidelis e Massarandupió (Comarca da Bahia), eram religiosos e não civis que exerciam a função de diretor, sendo, na primeira aldeia, o missionário carmelita e, na segunda, o pároco. Pior situação encontrou na aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres do Jequiriçá, onde não existia diretor nem pároco (Santos, 2014).

Nas vilas de índios – Abrantes e Santarém –, Domingos Barreto registrou como positivos o funcionamento de um governo civil com câmaras, a atuação do capitão-mor e o trabalho dos índios, voltado, principalmente, para a produção de alimentos destinados ao sustento e à comercialização. Em ambas as vilas, o cargo de diretor era ocupado pelo escrivão da câmara. Os escrivães eram considerados por ele como ignorantes e incapazes de promover a civilização de acordo com o modelo expresso no diretório. Ao contrário, serviam como exemplos de mau comportamento, cometiam abusos e vendiam aguardente. Barreto também revelou alguns indicadores sociais promovidos pela política integracionista e de civilização consolidados no Diretório dos Índios, ilustrando as povoações que, quatro décadas após a substituição dos jesuítas

tas, mantinham configuração do espaço urbano semelhante ao antigo aldeamento: o mesmo traçado dos caminhos, ruas e passais, a disposição das construções públicas – igreja e a Casa de Câmara (provavelmente a antiga residência dos padres) – e as moradias caracterizadas como palhoças cobertas de palha (BND, [17--?]).

Décadas passadas, em 1803, o ouvidor da Comarca de Ilhéus, Domingos F. Maciel, descreveu a situação dos índios considerados domésticos ou civilizados das mesmas localidades. Como se depreende do relatório, os critérios de civilização vigentes na época implicavam a descaracterização étnica e a integração dos índios, como previsto pelo diretório: falar português, vestir-se e adotar nomes portugueses, praticar comércio e agricultura, adotar a religião católica, entre outros. O ouvidor relatou que nas três vilas, Olivença, Barcellos e Santarém, e nas aldeias de Almada e de S. Fidélis, os índios falavam o “idioma português, tendo-se, entre eles se extinguido o uso da linguagem antiga, vulgarmente chamada de língua geral” (ABN. v. 37, 1915, p. 177).

Quanto à estrutura administrativa local, Domingos informou que as vilas e as aldeias eram providas de párocos para administrar os serviços religiosos e que, no civil, eram governadas por juízes, câmaras e pelos capitães-mores. Vale ressaltar o sentido expresso na compreensão do ouvidor sobre as orientações do diretório quanto à “integração do índio na sociedade”, que, para ele, estava baseada na manutenção da diferença entre “brancos” e “índios”. No intuito de demonstrar como a orientação era respeitada na sua jurisdição, ele deixou transparecer que a integração dos índios não incluía a equiparação ao *status* de “branco”, decorrendo, então, da sua responsabilidade de fortalecimento de um aparato administrativo voltado para garantir a manutenção de alguns direitos e obrigações aos índios.

ADMINISTRAÇÃO DAS VILAS: CÂMARAS E OFICIAIS

Os antigos aldeamentos transformados em vilas passaram a integrar a esfera inferior na hierarquia da organização política e administrativa portuguesa, estruturada no poder local exercido pelo conselho da câmara, com juízes, vereadores e oficiais. Na Bahia, mesmo nas vilas menores e de índios, com algumas centenas de moradores ou vizinhos, eles exerciam poder local, ocupando os cargos e as funções da esfera do civil e da justiça, sendo atribuição do juiz ordinário a manutenção da ordem e a aplicação da justiça baseada no direito costumeiro e natural (Marcis, 2013).

Nas vilas de índios da Bahia, o número de vereadores era reduzido e manteve-se a prerrogativa, aprovada pelos conselheiros nas reformas de 1759, permitindo aos índios servirem os cargos de juízes e oficiais da câmara, “ainda que não soubessem ler nem escrever” (AHU, doc. 10701. Consulta, Anexo 38, 1759). Os conselheiros também aprovaram, contrariando o diretório, que não seriam concedidos títulos

individuais das terras, e sim a manutenção como patrimônio comum dos índios moradores e que corresponderia aos territórios dos antigos aldeamentos. Toda a extensão de terras passou ao controle da câmara local, responsável pela distribuição dos lotes aos moradores indígenas e aos luso-brasileiros por contrato de arrendamento. Essa prática se consolidou, tornando-se a principal fonte de rendimentos, de conflitos internos e de espoliação das terras dos índios.

As câmaras tinham autonomia para fazer os arrendamentos e para organizar a forma de arrecadação e uso das rendas, que constituía parte da fonte de pagamento dos oficiais, da realização de obras públicas e da ajuda aos necessitados da vila. Para administrar a economia local, mantinham um corpo de oficiais: o escrivão da câmara, o escrivão dos órfãos, o escrivão do tabelião, os almotacés e o alcaide. Esses oficiais locais eram indicados pela câmara e nomeados anualmente pelo governador. Nas vilas de menor porte, o escrivão da câmara geralmente acumulava todos os ofícios, alcançando um poder político e social abrangente e vantagens financeiras em algumas vilas.

As atribuições dos oficiais eram regulamentadas pelas Ordenações Filipinas, destacando-se algumas: cabia ao *escrivão da câmara* escrever em livros próprios as receitas e as despesas do conselho, os acordos dos vereadores e oficiais, as cartas testemunhais, as eleições e os assentos de compra; ler e publicar os regimentos; auxiliar o ouvidor ou juízes ordinários nas funções de justiça; e manter uma chave da arca do conselho, onde se guardavam as escrituras. O *escrivão dos órfãos* elaborava em livro próprio, e juntamente com o juiz dos órfãos, a identificação individualizada e detalhada dos órfãos, o inventário dos bens, o assentamento das fianças e da tutoria, o registro dos arrendamentos e contratos feitos pelo juiz de órfãos, além de guardar uma das três chaves da arca do dinheiro. As atribuições do *escrivão do tabelião, do judicial e de notas* eram escrever e guardar os livros das notas dos contratos firmados, fazer os inventários e testamentos dos defuntos e ausentes, bem como dos órfãos e mortos sem herdeiros. Era responsável, também, por fazer os instrumentos de posse, venda e arrendamento das terras: escrituras e outros contratos, cartas de compras, vendas, escambos, arrendamentos, e aforamentos até 60 mil réis. O *alcaide* era responsável por cuidar da defesa local, ter a guarda da cadeia local, manter a disciplina e arrecadar aos presos a despesa de carceragem (Salgado, 1985).

Em todas as vilas, os oficiais recebiam emolumentos pagos com os rendimentos cobrados pelos serviços prestados e pelos instrumentos públicos expedidos, além da arrecadação das taxas dos arrendamentos e impostos locais. Esse rendimento variava de acordo com o desenvolvimento econômico e demográfico das vilas. As de menor contingente populacional e desenvolvimento comercial geravam pouca demanda, a exemplo de Maraú, na Comarca de Ilhéus, na qual o escrivão – que também era tabelião e escrivão dos órfãos – recebia menos de 60 mil réis anuais. Na vila de Camamu, a mais populosa da comarca, o escrivão obtinha emolumentos mais elevados pagos pela

câmara local, acrescidos de um percentual por documentos remetidos anualmente (APEB, Maço 201-75, Cad. 6).

Nas vilas de índios, as demandas por serviços eram reduzidas, e valia a proibição de se cobrar qualquer valor ou taxa aos moradores indígenas, conforme informaram os vereadores de Santarém: “Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde lhe manda passar [aos índios] as Provisões gratuitamente, no que se queixa o Alcaide e seu escrivão que são os oficiais que há na vila” (APEB, Maço 201-75, Cad. 6). Em 1796, os valores pagos aos oficiais da vila de índios de Santarém foram discriminados e enviados para conhecimento do Conselho Ultramarino:

[...] os ofícios de Tabelião, Escrivão da Câmara e Órfãos, que todos serve o Diretor, à quantia de doze mil réis e com três mil e seiscientos réis que dá esta Câmara de ordenado ao dito Escrivão, vem a ter este de rendimento a quantia de quinze mil e seiscientos réis por ser esta vila de índios e não haver que fazer na justiça (APEB, Maço 201-75, Cad. 6).

Além desse rendimento local, nas vilas de índios, o escrivão recebia da Real Fazenda pelo exercício dos cargos de diretor e professor. Nas provisões de nomeação do escrivão-diretor da vila de Olivença, o valor dos rendimentos sempre foi especificado em 72 mil réis anuais, sendo 70 mil réis nas vilas de Barcelos e de Santarém. Nessas duas vilas, os emolumentos pagos pela Real Fazenda eram complementados pelos donativos locais arrecadados pela câmara, a exemplo da de Barcelos, na qual o escrivão-diretor recebia da câmara aproximadamente 20 mil réis por ano (APEB, Maço 201-75, Cad. 6). Essa informação sugere um aumento de luso-brasileiros como arrendatários e moradores no termo da vila, bem como a prática de se cobrar taxas aos índios, mesmo que proibidas. As taxas e as fintas arrecadadas pelos moradores compunham os recursos das câmaras para complementação dos rendimentos dos párocos e dos diretores e para realização de serviços públicos. Tais taxas eram cobradas em todas as vilas, inclusive de índios, a exemplo de Olivença, na qual cada família era obrigada a pagar uma cota anual em farinha ou em dinheiro.

MORADORES E ESCRIVÃES-DIRETORES EM CONFLITO NAS VILAS DE ÍNDIOS

O valor do ordenado pago pela Real Fazenda representava um incentivo, mas não foi o fator determinante para as disputas pelo ofício de escrivão-diretor, uma vez que a este estavam vinculadas obrigações extras de ensinar a doutrina, ler, escrever e contar aos meninos e a outros “percalços” do ofício. O cumprimento dessas obrigações foi negligenciado conforme denúncias e apelos dos moradores ao ouvidor, e existiram casos, apesar de raros, que motivaram a destituição do ocupante. Todavia, os

postos não ficaram vagos e sempre houve interessados, inclusive em se preservarem no cargo, renovando o mandato anual. Cancela (2012) demonstrou que, na Comarca de Porto Seguro, 48% dos mandatos de escrivão-diretor duravam, em média, de um a três anos, outros 21%, de quatro a seis, e aproximadamente $\frac{1}{4}$ foram renovados por mais de seis anos, chegando alguns indivíduos a ultrapassarem décadas.

Na Comarca de Ilhéus, o perfil das nomeações e dos ocupantes dos cargos de escrivão-diretor apresentam similaridades ao analisado por Cancela (2012). No nosso levantamento, foram 43 provisões de nomeação para “escrivão da câmara e órfãos, tabelião e diretor” das três vilas de índios, entre 1761 e 1812 (Marcis, 2013). Os dados pesquisados, mesmo sem uma cronologia completa, permitem afirmar que o cargo de escrivão-diretor não ficou vago em qualquer das vilas por tempo superior a um ano. Houve ocorrências, em todas as vilas, de destituição de escrivães-diretores e de nomeação de substitutos para completar o período do mandato e, a mais comum, de renovação por diversos anos. Vale destacar que o ouvidor indicava o requerente ou o suplicante na primeira nomeação, sendo o pedido de renovação feito por ele ao governador da Bahia.

As nomeações regulares insinuam haver ocorrências peculiares entre as três vilas e redes de negociações e relacionamentos que os indígenas desenvolveram na estrutura administrativa implantada. Em Olivença, no período de 16 anos, foram nomeados seis escrivães-diretores, sendo que três deles exerceram mais de três mandatos. Na vila de Santarém, ocorreu maior rotatividade, com nove nomeações no período de 12 anos. Em Barcelos, foram cinco nomeados e apenas um continuou por cinco anos no cargo. A rotatividade dos oficiais pode revelar desde o conflito gerado pela disputa mais acirrada pelo cargo, como também o despotismo daqueles que permaneceram maior tempo no serviço. A ocupação das terras por luso-brasileiros, a composição dos eleitos para as câmaras, o grau de influência e autonomia no governo local se constituem em alguns argumentos explicativos. Como aventado, as vilas de Barcelos e Santarém – essa última especialmente – foram afetadas, mais cedo que Olivença, pela expansão colonial impulsionada pelos cortes de madeira, pela abertura de áreas para cultivos e pelo aumento da demanda de interessados em se tornarem arrendatários. O atendimento a essa demanda promoveu constante afastamento dos moradores indígenas para prestarem serviços diversos fora das vilas.

Com relação à atuação das câmaras e ao grau de alinhamento ou conflitos entre os diretores e vereadores, alguns indicativos confirmam que esse corpo de oficiais, junto com o capitão-mor e o pároco se destacavam como autoridades locais e no topo da hierarquia social e política da vila. Sugerem, também, a permanência de conflitos e alinhamento entre vereadores e escrivão-diretor, envolvendo as responsabilidades e o exercício das atribuições de cada cargo, bem como o envolvimento das autoridades da comarca.

OFICIAIS, MORADORES E ESCRIVÃO-DIRETOR EM CONFRONTO

No ano de 1780, o desembargador José da Silva Lisboa, ouvidor interino da Comarca de Ilhéus, recebeu uma denúncia contra o capitão-mor indígena da vila de Santarém. Era acusado de ser uma pessoa que exercia “inebriação sobre os índios, visto que andava na pobreza, roto, nu e sem respeito às ordens e nem impor sujeição e regime” (APEB, Maço 201-75, Cad. 6; Lobo, 2001, p. 116). Pior, segundo os acusadores, seu exemplo era seguido pelos índios que não cumpriam as ordens respeitantes ao Real Serviço.

O mesmo ouvidor interino, em correição, constatou a seguinte situação em Santarém:

Capitão-mor, índio da vila de Santarém, [não consta o nome no documento] exercia admiravelmente o ofício de escrivão-diretor. Na correição, nada foi encontrado contra a sua administração, antes pelo contrário, todos os índios estão em seu favor e na administração da Câmara foi o melhor desempenho encontrado, cumprimento de todas as obrigações e todas as contas do Conselho em perfeita ordem (APEB, Maço 201-75).

O comentário do ouvidor revelou que o capitão-mor indígena Bento Aguiar, provavelmente, exercia as funções de escrivão da câmara e órfãos, almotaçaria e diretor. Quanto à acusação que pesava contra o capitão-mor, de haver introduzido armas na vila, o ouvidor concluiu que os denunciantes eram portugueses, intrigantes, maledicentes e perturbadores da “natural tranquilidade dos índios” (APEB, Maço 201-75). Nesse sentido, o ouvidor não acatou a denúncia e recomendou-o para o cargo de diretor, proferindo a opinião de que era uma pessoa civilizada e que mostrava nobreza de sentimento. Alegou, ainda, que o seu posicionamento era fundamentado nos princípios do Diretório dos Índios de se nomear indígenas para cargos militares e demais ofícios.

Anos mais tarde, em 1787, o novo ouvidor, Francisco Nunes da Costa, adotou posição contrária e encaminhou ao governador da Capitania da Bahia a denúncia contra o mesmo Bento Aguiar, alegando “maus procedimentos do capitão-mor dos índios de Santarém” (Lobo, 2001, p. 116). Nesse período, ele não era mais escrivão-diretor, ofício possivelmente ocupado por um luso-brasileiro, sendo que, nessa vila, entre as provisões pesquisadas, constam dois diretores identificados como índios. As denúncias contra o capitão-mor Bento de Aguiar foram desferidas por “portugueses”, e não pelos membros da câmara da vila, com os quais parecia alinhado, talvez pela condição étnica. Nem sempre esse alinhamento entre câmara e escrivão-diretor foi estabelecido, e conflitos e denúncias eclodiram em todas as vilas. Em geral, as acusações formalizadas aos ouvidores da comarca eram por descumprimento das

obrigações, despotismo, desrespeito aos oficiais locais, mau comportamento e por não ensinar os meninos a ler e a escrever.

Na vila de Barcelos, o índio Manoel Ramos, que ocupava o cargo de juiz ordinário, em 1766, denunciou ao ouvidor o escrivão-diretor Antônio Teixeira de Brito por mau comportamento e por procedimentos escandalosos que tiravam o sossego dos moradores da vila. Na denúncia, assinada por diversos membros da câmara, pediram o imediato afastamento e restituição à Coroa dos ordenados recebidos indevidamente por descumprimento das obrigações (APEB, Maço 182, Doc. 9). O ouvidor Miguel de Aires Lobo de Carvalho (1763-1770) encaminhou a denúncia ao governador da Bahia, que, em 1768, indicou um substituto para escrivão-diretor, que concluiu o mandato do exonerado e foi novamente nomeado para continuar no cargo por mais um mandato anual, justificando-se que ele havia “cumprido as obrigações” e mostrado bom procedimento. Ele ainda ocupava a função no ano de 1772, dado que sugere ter exercido o mandato por um período superior a quatro anos (APEB, Maço 297).

Em outra circunstância, em 1808, a Câmara de Barcelos não participou da denúncia e não subscreveu o abaixo-assinado encaminhado ao ouvidor pelo pároco da freguesia de Nossa Senhora das Candeias (APEB, Maço 215). O documento era parte de um processo, em curso, que denunciava a falta de uma escola na vila e pedia autorização para que Athanásio Jacinto Pinto, provavelmente luso-brasileiro, pudesse ensinar aos índios. Alegava-se que o escrivão-diretor, Pedro Vaz Lemos, não cumpria essa função desde 1801. O interessado teve os pedidos de permissão para ensinar negados pelo escrivão-diretor e pelo ouvidor interino. Diante da recusa, o mestre da capela, João de Almeida, um índio idoso, apelou ao pároco que intercedesse diante da extrema necessidade de se ensinar música e leitura às crianças. O abaixo-assinado com mais de 20 signatários confirmava a qualificação do pretendente a professor e foi encaminhado ao ouvidor interino para que tomasse as providências necessárias à continuidade do processo. O escrivão-diretor denunciado ocupava o cargo por oito anos (1802-1809), e não se tem informações sobre os procedimentos finais da questão. O fato de nenhum dos membros da câmara ter participado da denúncia sugere que estavam coniventes com a atuação do diretor, mas a falta de fontes implica a dificuldade de discutir as razões para tal omissão.

A vila de Olivença foi palco de outro evento peculiar, ocorrido em dezembro de 1794, protagonizado pelos oficiais da câmara e o então ouvidor interino da Comarca de Ilhéus (Lobo, 2001). Nesse ano, Antônio C. Camelo ocupava interinamente o cargo de ouvidor e, cumprindo suas funções, seguiu à vila de Olivença para fazer a eleição do juiz ordinário. Na vila, outros personagens entraram em cena, sendo um deles pela ausência: o escrivão-diretor dos índios. O referido ouvidor relatou ao governador todo o acontecimento e as decisões tomadas por ele em conjunto com a câmara e os moradores indígenas, permitindo entrever o funcionamento das ins-

tituições civis e religiosas e a conformação do poder local, modelado pelo diretório. Ele revela, também, a participação dos moradores e membros do conselho da câmara, além de apontar acerca dos moradores que aproveitaram a ocasião para desfechar todo o descontentamento contra o escrivão-diretor e a situação em que viviam, propondo ações bastante ousadas, consideradas as mais apropriadas para resolver os problemas.

Em 1794, o escrivão-diretor ausente era Francisco Antônio da Silveira, um homem idoso, com mais de 80 anos, pobre e decrépito, e que só tinha o dinheiro do conselho para seu sustento. Segundo os moradores, havia saído para a cidade – Salvador – levando a chave do cofre em que eram guardados a pauta das eleições, os pelouros e as rendas do conselho. Essa informação revela diferentes dimensões da atuação dos moradores e diretor. Primeiro, o diretor-escrivão usufruía do poder local bem mais abrangentemente que o proposto no Diretório dos Índios; segundo, os membros da câmara estavam cientes dos papéis e da importância que detinham na hierarquia social local; e, terceiro, eles ressentiam-se do desprezo com o qual eram tratados, reconhecendo que tal tratamento devia-se ao fato de serem indígenas. Destacaram, também, que o escrivão-diretor era déspota, abusava da autoridade, desrespeitava e até “debochava” dos vereadores e juiz, obrigando-os a assinar despachos que ditava ou escrevia, e ridicularizava-os quando requeriam ler o conteúdo a ser assinado. Além disso, se algum oficial alegava que estava contra as ordenações, ele respondia que “isso não é para vós outros, assine aqui e só” (Lobo, 2001, p. 158).

Os camaristas denunciaram, ainda, que o escrivão-diretor descumpria e desrespeitava as ordenações e o diretório; que atuava como tirano e aplicava a justiça usurpando as atribuições do juiz ordinário e do capitão-mor, prendendo moradores e até os oficiais da vila por qualquer motivo ou queixa, inclusive aqueles que deixavam de pagar as taxas e os serviços de ensinar os seus filhos. Para mais, ele mantinha o prisioneiro na cadeia por tempo indeterminado, situação que obrigava alguns a arrombarem a porta da prisão para fugir, criando, na vila, uma situação de desordem. Da mesma forma, delataram que ele cobrava os índios pela função de ensinar os meninos a ler e a escrever, embora nunca tivesse exercido a contento tal função. Também cobrava uma taxa de cada família, em dinheiro ou o equivalente a um alqueire de farinha. Quem se recusava ou não tinha condições de pagar era colocado na cadeia até saldar a dívida. O dinheiro arrecadado era guardado no cofre do conselho, e foi explicado pelos moradores da seguinte forma: “por estatuto da vila paga cada hum casal 240 réis, metade para o Conselho, metade para a Freguesia” (Lobo, 2001, p. 158).

Frente à ausência do escrivão-diretor e à necessidade de eleger o juiz ordinário e de verificar as denúncias, o ouvidor acatou o requerimento dos oficiais e moradores e mandou despregar a fechadura do cofre. Encontraram dinheiro, embora, pelos cálculos feitos – multiplicando o número de casais (144), o valor da contribuição

obrigatória e os quatro anos em que Francisco Antônio exercia o cargo –, encontraram um montante inferior ao devido. Oficiais e ouvidor acertaram entregar ao pároco parte do valor devido, como ajuda de custo cobrada pelo pároco, alegando que, durante os seis anos de mandato desde o antigo diretor, ele havia recebido menos da metade.

Os moradores e os oficiais pediram ao ouvidor que nomeasse outro diretor, e escolheram Manoel do Carmo de Jesus. Justificavam que Manoel do Carmo tinha meios de se sustentar e, principalmente, pela “razão de ser ele criado naquela vila e saber a língua geral de Índios para melhor saber ensinar, além da capacidade que nele acham” (Lobo, 2001, p. 158). Para além disso, segundo o ouvidor interino, foram tão insistentes nessa reivindicação que ele acabou concordando. Comunicava, então, na missiva, que “mandei lavrar o termo e por me parecer justo pela precisão e falta do atual diretor nomeei ao dito Manoel do Carmo de Jesus por Diretor enquanto Vossa Excelência não mandar o contrário” (Lobo, 2001, p. 158). Foi assim que concluiu o relato ao governador de sua visita e dos trabalhos na vila, solicitando a aprovação de seus procedimentos e a nomeação do novo diretor-escrivão. Manoel do Carmo foi nomeado pelo governador para o cargo de escrivão-diretor, fato confirmado por provisão e por menções em diversos outros documentos da comarca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade das relações estabelecidas nas vilas de índios, tornou-se evidente que os moradores indígenas foram explorados e constantemente afastados das suas terras. No entanto, não se colocaram como vítimas passivas dos atos despóticos do governo, das autoridades locais e dos colonos. Isso fica claro pela ação dos vereadores de Olivença e das outras duas vilas que, atentos à legislação e às Ordenações Filipinas adotadas no reino, utilizavam desses instrumentos para resistir e conquistar seus espaços e direitos. Além disso, foram propositivos e tomaram atitudes que consideraram as mais favoráveis, como, por exemplo: a escolha do novo diretor e denúncias constantes do despotismo e descumprimento das funções por parte das autoridades da comarca, forçando a tomada de decisões mais convenientes aos anseios dos moradores e às necessidades da vila.

Deve-se considerar a hipótese de que, após 30 anos de vigência das diretrizes decretadas no Diretório dos Índios e da estrutura administrativa e política baseada nas Ordenações Filipinas, já existia uma hierarquia interna nas vilas. Esta era representada pelo grupo de moradores, que eram os eleitores e os eleitos para o governo das vilas, escolhidos entre os mencionados indiretamente no documento como os produtores de farinha. Nem todos estavam em condições de produzir excedentes para comercialização, ou mesmo estavam interessados em integrar esse meio.

Embora com poucos indícios e sem negar a existência de práticas de despotismo e exploração dos moradores por parte dos membros eleitos para o governo das vilas, as câmaras foram fundamentais para a preservação das terras como patrimônio dos índios. Os moradores indígenas mantiveram-se no exercício do governo civil e da justiça, mesmo na vila de Santarém, que foi ocupada por colonos luso-brasileiros, e passaram a ser maioria da população. Sobre o papel da câmara na vila, apesar da visível limitação dos poderes e atribuições dos oficiais eleitos pela manutenção do diretor-escrivão, as eleições eram organizadas conforme as ordenações, e representavam, aparentemente, um poder simbólico importante e um espaço de instituição da hierarquia social interna.

FONTES

APEB, Correspondência recebida de autoridades diversas (1740-1799), Maço 201-75.

APEB, Correspondência recebida de autoridades diversas (1766-1811), Maço 215.

APEB, Ouvidoria da Comarca de Ilhéus, Maço 182, Doc. 09. Bahia, agosto de 1766.

APEB, Provisões, Maço 295, f. 4, 66; Provisão da serventia dos ofícios de Tabelião, Escrivão da Câmara e dos Órfãos da Vila de Barcelos provido em Sebastião Carlos Pedroso, 1769.

APEB, Provisões, Maço 297, f. 73v-74. Escrivão da Câmara, Órfão e Almocataria Bento de Aguiar Gonçalves Lima, 1772.

APEB, Provisão a Luiz Vieira Lima para Tabelião, Escrivão da Câmara e Órfãos da vila de Maraú. Registrada no livro da Chancelaria. Bahia, 10 de dezembro de 1798.

AHU_ACL_CU_005, cx. 139, D. 10701, fl. 57: CONSULTA, anexo n. 38: Instruções particulares para estabelecimento das vilas, 11 de dezembro de 1759.

ABN. Vol. 37, 1915, OFÍCIO do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Domingos Ferreira Maciel para o Governador da Bahia, sobre os Índios da sua Comarca. Cairú, 16 de outubro de 1803. In: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 37., Rio de Janeiro, 1918. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1918.

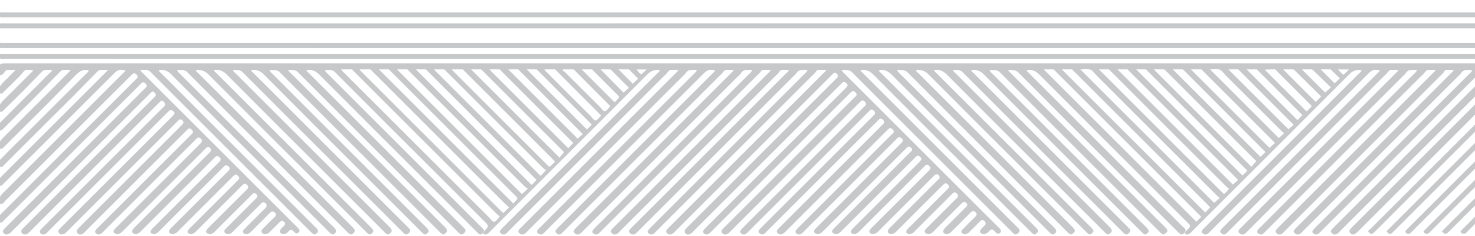
BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). [NOTÍCIA da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias das comarcas dos Ilhéus e norte na capitania da Bahia]. [S. l.: s. n.], [17--?]. 58 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1408404/mss1408404.pdf. Acesso em: 29 Jan. 2024.

LOBO, Tânia (org.). *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo: Humanitas, 2001.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Lisboa: Typografia Maignense, 1828. Disponível em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 1 dez. 2012.

REFERÊNCIAS

- BRUNET, Luciano Campos. *De Aldeados a Súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo, Bahia 1758-1760*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- MARCIS, Teresinha. *A “becatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica – 1904*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2014.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



CAPÍTULO 18

AS CÂMARAS MUNICIPAIS NAS VILAS DE ÍNDIOS NO TEMPO DO DIRETÓRIO

poder local, administração colonial e protagonismo indígena – o caso de São José de Porto Alegre¹

FRANCISCO CANCELA

INTRODUÇÃO

As câmaras municipais ocupam um lugar privilegiado nos estudos sobre política e administração no período colonial brasileiro. Ao longo dos últimos anos, diversos autores têm destacado o papel dessas instituições na manutenção da unidade do Império Português (Boxer, 2000), no controle das atividades econômicas locais (Souza, 2012) e na formação das elites coloniais (Bicalho, 2001). Outros estudos têm também demonstrado as especificidades do funcionamento camarário, os conflitos com outras instâncias de poder e a comunicação dos agentes locais com o rei (Fragoso; Monteiro, 2017). Ainda que as câmaras tenham se consolidado como um tema fundamental dos novos estudos coloniais, a ausência de investigação sobre a participação dos indígenas nas câmaras do período pombalino ainda consiste numa grande lacuna da historiografia.

1 Este texto foi originalmente apresentado na banca de promoção de carreira para professor pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no dia 27 de outubro de 2023, na sala de defesas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, dos Povos Indígenas e Culturas Negras (Cepaia/UNEB), e é resultado de uma pesquisa mais ampla, que contou com financiamento do Programa Institucional de Iniciação Científica (Picin) da UNEB, tendo a colaboração das bolsistas Nathália Pereira Martins e Tami Carvalho Hermano, ambas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Muito pouco se sabe sobre como as lideranças indígenas se incorporaram na dinâmica das instituições camarárias. Também se desconhece o impacto das políticas indigenistas na organização e no funcionamento das câmaras. Alguns estudos têm se esforçado em superar esse silenciamento. Lígio Maia (2010, p. 265), por exemplo, evidenciou como a câmara da vila de índios de Viçosa, na Capitania do Ceará, se transformou num “espaço político privilegiado para compor e reafirmar acordos e granjear interesses pessoais”. Estudando a realidade do Espírito Santo, Vânia Moreira (2016, p. 256) mostrou que a atuação nas câmaras se tornou “particularmente importante para os índios, pois o poder local controlou, juntamente com o ouvidor da comarca, a gestão do patrimônio territorial coletivo dos índios”. Ângela Domingues (2000, p. 269), por sua vez, também destacou como os indígenas “estavam aptos a utilizar, por si ou em grupo, os recursos judiciais que a legislação e a própria instituição punham a seu dispor”.

Este capítulo busca contribuir com o desafio de analisar a presença e a participação dos indígenas numa câmara municipal na América Portuguesa. A originalidade deste estudo se manifesta no uso de uma rica documentação, depositada no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), que registra a atividade da Câmara de São José de Porto Alegre de 1769 até 1791. Ao confrontar as atas de eleição, juramento e posse e os termos de vereanças, revelou-se a estrutura e o funcionamento de uma câmara municipal numa vila de índios durante a vigência do Diretório dos Índios.

Ainda que essa documentação tenha permitido uma análise rara do funcionamento de uma câmara colonial, deve-se atentar aos limites do livro do Senado da Câmara de São José de Porto Alegre. A primeira coisa a destacar é que se trata de uma cópia produzida no século XIX, não se sabendo quem a copiou, nem onde, nem com quais interesses. A outra questão é que as atas apresentam registros com algumas disparidades na sequência cronológica e com espaçamento entre sessões, não sendo possível identificar se, de fato, é o que existia no original ou se foi uma confusão do copista. Por fim, chama atenção a mistura temática do livro, que apresenta não apenas as atas das sessões, mas também termos de eleição, autos de correições e alguns registros de correspondências, temas que, geralmente, eram registrados em livros separados. Ainda assim, a documentação permitiu a compilação de inúmeros dados que garantiram uma visão panorâmica da organização e do funcionamento da câmara da vila de São José de Porto Alegre, revelando aspectos interessantes da vida de uma vila de índio na Bahia do fim dos anos 1700.

SÃO JOSÉ DE PORTO ALEGRE: UMA VILA DE ÍNDIO

Na segunda metade do século XVIII, a política indigenista pombalina intensificou a inserção das populações indígenas da colônia americana nas malhas do poder da sociedade portuguesa do Antigo Regime. Os moradores indígenas passaram a conviver com as diretorias dos índios, instituídas exclusivamente para cuidar da “direção e economia” das populações indígenas, as paróquias, criadas para substituir o modelo jesuítico de catequização, e as câmaras municipais, fundadas para assegurar uma certa “cidadania indígena”. Essas mudanças contribuíram para garantir não somente a sustentação dos vínculos entre os novos súditos indígenas e o monarca português, como também para assegurar a própria soberania da Coroa Portuguesa, especialmente nas áreas de fronteira e nas zonas periféricas da colônia. Com a instalação desses órgãos e a consequente reprodução de práticas e valores políticos típicos daquela sociedade, os indígenas aliados acabaram por participar de modo mais destacado no universo político português, imprimindo nele seus interesses, suas experiências de vida e suas estratégias políticas.

Na antiga Capitania de Porto Seguro, a implantação dessa nova política indigenista se deu em dois momentos específicos. O primeiro, entre 1758 e 1760, consistiu na implantação das leis de liberdade na região, num processo que foi chamado pelas autoridades coloniais de “reforma jesuítica”, resultando na expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus e na transformação dos aldeamentos do Espírito Santo e São João Batista em Vila Verde e Vila Trancoso, respectivamente. O segundo, implantado a partir de 1763, esteve articulado a uma proposta de colonização da região, que visava transformá-la numa zona produtora de alimentos para abastecer as duas principais cidades do Brasil – Salvador e Rio de Janeiro –, determinando a criação de novas vilas a partir do aproveitamento da população indígena existente no território, que, por ser considerada “rustica gente”, deveria ser educada “assim na cristandade, como na sociedade e civilidade” (AHU, Ordens e Avisos para a Bahia, Cod. 603).

O resultado dessa nova política colonial foi a criação de mais seis vilas de índios na antiga Capitania de Porto Seguro: Prado, São Mateus, Belmonte, Viçosa, Porto Alegre e Alcobaça. Todas elas foram erigidas entre 1763 e 1772 e se transformaram no principal espaço de (re)inserção da população indígena na sociedade colonial regional. Essas vilas foram estabelecidas a partir da arregimentação de indígenas fugitivos ou descidos dos sertões, além de colonos luso-brasileiros, desertores das ordenanças e degredados do Rio de Janeiro e Salvador. Com a exceção de Porto Seguro e Caravelas, das dez vilas existentes na comarca do Extremo Sul baiano, oito eram classificadas como *de índios*, demonstrando a importância da população indígena na configuração do mapa colonial regional.

Figura 1 – Mapa da Comarca de Porto Seguro, no fim do século XVIII

Fonte: Silva (2021).

Uma das vilas de índios criadas na antiga Capitania de Porto Seguro nesse contexto foi a de São José de Porto Alegre – atual cidade de Mucuri, no Extremo Sul da Bahia. Fundada no dia 15 de outubro de 1769, a nova vila foi instalada na margem norte do Rio Mucuri, distante cerca de 200 quilômetros da capital Porto Seguro. O estabelecimento da povoação foi identificado na documentação colonial como de “grande utilidade pública”, pois serviria “não só para expelir o gentio bárbaro que nestas praias insultavam os viandantes [...], mas também para o aumento das lavouras e do comércio” (APEB – Seção Colonial, maço 485-3). Essa função da povoação estava relacionada com a sua própria posição estratégica: de um lado, como o ponto mais avançado da ocupação colonial no litoral sul da Comarca de Porto Seguro, representava uma zona de fronteira entre os sertões dominados pelos grupos indígenas não aliados e o deserto e extenso caminho da praia que conectava o Espírito Santo e a antiga capitania porto-segurense; de outro, com seus arredores abundantes em terras férteis e matas cheias de madeiras, a vila prometia um novo ponto de expansão da economia regional, que se dilatava além de Caravelas.

Embora fosse considerada uma vila de índios, Porto Alegre foi fundada com uma população bastante plural. O contingente populacional de maior peso demográfico foi formado, principalmente, por grande “quantidade de índios que andavam vadios e dispersos por várias terras desta Comarca e muitos mais que sendo dela naturais vadiavam pela dos Ilhéus e os mais deles sem domicílio certo”. Além dessa população indígena identificada como “de língua geral”, a vila foi povoada,

também, por uma “multiplicidade de degredados” enviados pelo Tribunal da Relação da Bahia, geralmente para pagar por crimes menores, como roubo, feitiçaria e desordem. Por fim, a povoação recebeu, ainda, “alguns brancos que voluntariamente quiseram também vir povoar este mesmo sítio”, migrando das vilas vizinhas ou mesmo de algumas regiões do reino (APEB – Seção Colonial, maço 485-3).

O ouvidor José Xavier Machado Monteiro, responsável pela arregimentação dos povoadores, registrou, em suas correspondências para a Coroa Portuguesa, as adversidades enfrentadas na criação de Porto Alegre. Destacou, sobretudo, a dificuldade em convencer os habitantes, quase todos “degredados, vagabundos e índios”, a adotarem uma vida sedentária, queixando-se com frequência do fato de serem “muito fujões” (AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 51, D. 9493). Para facilitar a adesão da população local à nova vila, distribuiu ferramentas, armamentos e alimentos, além de ter desenhado do próprio punho uma planta para organização do espaço articulado às ideias de civilização da época, deixando “alinhadas, medidas e demarcadas nove ruas principais com as travessas correspondentes e três praças, uma para o adro, outra para alguma capela e outra para o Pelourinho” (AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 44, D. 8215), como pode ser visualizado na Figura 1. Ainda que a vila nunca tenha ganhado a forma desejada e planejada, pouco mais de dois anos após a fundação, o ouvidor resumia o processo e as condições da ocupação colonial:

[...] foi imenso e é inexplicável o trabalho que tive em povoá-la de gente, aliás toda má e vadia, em detê-la e conservá-la em paz e em municia-la, sendo pobríssima de armas contra o gentio que ali era muito, de ferramentas que não tinha para a lavoura, e nos primeiros dois anos de mantimentos de que a fiz socorrer, transportados da distância de 6 léguas e de que agora já se acha tão farta, que por aquela barra vão saindo para outros portos lanchas e sumacas carregados de mantimentos (AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 45, D. 8552).

Com o passar dos anos, a vila se consolidou como uma povoação de pequeno porte. Demograficamente, não conseguiu superar a marca de mais de 500 habitantes. Em 1780, por exemplo, o “Mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia” contabilizava um total de 449 moradores em Porto Alegre (AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 55, D. 10701). Ainda assim, a vila cumpria a função de conter os ataques dos indígenas dos sertões, servindo como ponto de partida de várias expedições defensivas, além de se consolidar como abrigo seguro para o trânsito dos viandantes pelo litoral. Do ponto de vista econômico, a vila nunca conquistou grande importância, produzindo um volume reduzido de farinha para exportação e realizando a extração de algum ticum para emprego na navegação. Esse era, na verdade, o quadro geral das povoações da Comarca de Porto Seguro, que, timidamente, asseguravam a dilatação da soberania portuguesa por meio da incorporação

da população indígena classificada como “domesticada” e, ao mesmo tempo, viabilizava a ocupação estratégica dos principais rios que conectavam o litoral à Capitania de Minas Gerais.

Figura 2 – Mapa da nova vila de Porto Alegre



Fonte: AHU, Avulsos do Pará, Cx. 70, D. 6003.

Porto Alegre se manteve como vila de índio até mesmo no avançar do século XIX. Em 1816, quando o príncipe naturalista Maximiliano de Wied-Neuwied passou pela região, registrou o perfil indígena de sua população e notou certa particularidade na dinâmica local, que evidenciava a manutenção das normas indigenistas ainda orientadas pelo Diretório dos Índios. O viajante descreveu assim a povoação:

A vila de São José de Porto Alegre, comumente denominada de Mucuri, está situada na margem norte do rio, perto da foz. É um lugar pequeno, constituído de 30 ou 40 casas, no meio das quais se ergue uma capelinha e forma um quadrilátero, aberto do lado próximo ao oceano. As casas são pequenas e quase todas cobertas de palha; carneiros, porcos e cabras criam-se no lago que fica no centro. Os habitantes, índios a maior parte, são pobres e não comerciam; algumas vezes, entretanto, exportam um pouco de farinha de mandioca, não havendo, porém, engenhos de açúcar à margem do rio; apenas o escrivão-diretor da vila vende um pouco de aguardente e outros artigos de primeira necessidade. O Padre Vigário Mendes é a única pessoa que possui uma fazenda de tamanho razoável, sendo dono de algumas vacas, que lhe suprem de leite (Wied-Neuwied, 1989, p. 162).

O SENADO DA CÂMARA DE PORTO ALEGRE: ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

Em todo Império Português, as câmaras municipais se transformaram na mais importante instituição do exercício do poder político nas vilas e cidades. Nessas instituições, as decisões alcançavam amplas e cruciais esferas da vida social, como as questões relacionadas à justiça, à administração, à defesa e à tributação. Ocupadas pelos “homens bons da terra”, as câmaras viraram instrumentos de comunicação e de representação dos interesses das elites locais, que buscavam negociar com os poderes intermediários e com a própria monarquia os seus projetos e ambições. No entanto, como pilares do governo dos povos locais, também tinham que deliberar sobre os assuntos do cotidiano, das atividades econômicas às normas de asseio público, tornando-se palcos privilegiados das contradições da própria sociedade local.

Como qualquer outra vila ou cidade do Império Ultramarino Português, a Câmara de Porto Alegre se transformou na principal instituição do exercício do poder local. À semelhança das suas congêneres metropolitanas e do ultramar, a instituição possuía atribuições político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. De acordo com a documentação consultada, a sua composição básica compreendia dois juizes, dois vereadores e um procurador, cujas funções e tempo de serviço estão listados no Quadro 1. Além desses oficiais, a câmara também possuía dois almotacés que serviam a cada três meses, um porteiro, um meirinho, um tesoureiro e um escrivão – único que, obrigatoriamente, precisava saber ler e escrever para cumprir sua função no conselho local.

Quadro 1 – Composição dos oficiais e de suas funções

Cargo	Quantidade	Tempo de mandato	Função
Juiz ordinário	2	1 ano	Responsável pela aplicação da justiça, além de fiscalizar a atuação dos outros oficiais municipais
Vereador	2	1 ano	Suas atribuições eram essencialmente administrativas, assumindo tudo que estivesse relacionado ao “bem viver” da população local
Procurador	1	1 ano	Atuava como se fosse um promotor público, defendendo os interesses do conselho e do povo, sendo responsável, também, pela fiscalização dos espaços e aparelhos urbanos públicos e privados

Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com as diretrizes da política indigenista pombalina, as lideranças indígenas das vilas de índios deveriam participar dos governos locais. O amparo legal dessa participação indígena nas câmaras era a lei de 6 de junho de 1755, que “restitui[u] aos índios a sua antiga e natural liberdade”, ordenando que os aldeamentos jesuíticos fossem transformados em vilas e garantindo-se o “inteiro domínio e pacífica posse das terras” indígenas, além de qualificá-los como indivíduos “sem distinção ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios e liberdades” comuns a todos os vassalos portugueses (Ley, 1796). Havia, também, o alvará com força de lei de 7 de junho daquele mesmo ano, que colocou fim no governo temporal dos jesuítas sobre a população indígena, orientando o estabelecimento de um “modo de governo político e civil” nas suas povoações e ordenando que fossem “preferidos para juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça os índios naturais delas” (Alvará, 1796). Para atender a essa demanda metropolitana, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, formulou, em 1757, o Diretório dos Índios, um regimento que implantou um rígido sistema de tutela por meio de um agente estatal responsável pela administração da população indígena e por um radical processo de imposição cultural, mantendo-se, todavia, a preferência dos indígenas no governo de suas povoações (Cancela, 2018). Estendida para toda América Portuguesa em 1758, essa legislação indigenista possibilitou, ainda que permeado de contradições, um momento privilegiado de ampliação das experiências políticas e da consciência histórica das lideranças indígenas, que, ocupando os cargos da governança local, souberam usar o papel das câmaras para mediar, junto aos poderes superiores, os seus interesses (Garcia, 2009).

Deve-se atentar, no entanto, que o governo local das vilas de índios não era exclusividade das lideranças indígenas. Embora as leis de liberdade de 1755 tivessem assegurado aos indígenas o direito de ocupar os cargos na governança local, o diretório estabeleceu, por seu turno, as condições de inserção de brancos nas vilas de índios, ainda que fosse na condição de minoria, como defende Rita Heloísa de Almeida (1997). Segundo essa legislação, os brancos não poderiam, “de nenhum modo”, possuir as terras indígenas (Directorio, 1758, § 82), devendo reconhecer que eram iguais aos indígenas na forma “genérica de vassalos” (Directorio, 1758, § 83), e também aceitar a preferência deles “nos empregos honoríficos” (Directorio, 1758, § 84).

Essa nova postura se refletiu nas decisões da Coroa Portuguesa para a colonização da antiga Capitania de Porto Seguro, em 1763. Na instrução para criação da nova ouvidoria, por exemplo, percebe-se uma crítica ao antigo modelo jesuítico de administração dos indígenas, que eram “excluídos de tudo que era governo”. Segundo o argumento apresentado, essa exclusão resultava em

[...] prejudicialíssimas consequências de, por uma parte, se perderem toda aquela imensidade de almas, e, pela outra, de se conservarem em brutalidade todos aqueles homens que criados em polícia deveriam ter concor-

rido para a cultura das terras, para o descobrimento dos sertões, para a governança das Repúblicas e para as navegações (AHU, Ordens e Avisos para Bahia, Cod. 603).

Como alternativa para superação do antigo quadro, a nova ordem metropolitana determinava que os governos das novas vilas de índios fundadas na região de Porto Seguro fossem compostos por pelo menos metade dos oficiais indígenas, seguindo em tudo o que fosse possível as normas do diretório de 1757 para a administração daquela população. Essa regra prevaleceu durante longos anos na vila de Porto Alegre, chegando mesmo a avançar até as primeiras décadas do século XIX. Em 1813, por exemplo, o ouvidor José Marcelino da Cunha descrevia a povoação de Porto Alegre como uma vila de “índios que ocupa[va]m os cargos da república juntamente com os portugueses” (BNRJ – Manuscritos, I – 28, 29, 10).

Por causa dessa presença indígena nas tramas do poder local e no cotidiano da povoação, o cargo de escrivão ganhará importância especial na dinâmica da Câmara de Porto Alegre. Na verdade, não se tratava de uma exclusividade dessa vila. Desde o início da implantação do diretório na Capitania da Bahia, os conselheiros do tribunal especial da “reforma jesuítica” haviam determinado que, na falta de gente apta para assumir a função de diretor, os escrivães das vilas deveriam acumular as duas atribuições (Cancela, 2018). Dessa forma, cabia ao escrivão-diretor tomar nota dos atos da municipalidade, além de instruir as crianças indígenas a ler e a escrever, e também zelar pela aplicação do diretório, especialmente na chamada “reforma dos costumes” e na administração da mão de obra indígena.

A estrutura e o funcionamento da Câmara de Porto Alegre estavam delineados nas “leis municipais ou posturas” da vila, registradas nas primeiras páginas do livro de atas do Senado. A primeira parte desse regimento consta de 12 capítulos que tratam mais diretamente do funcionamento institucional da câmara e de suas principais atribuições: dois parágrafos regulam a eleição e a posse dos camarários; cinco organizam as vereações, com indicação dos dias de audiência, protocolos ritualísticos e substituições de oficiais; dois estabelecem o compromisso religioso da câmara na promoção das festas do Corpo de Deus, de São Francisco Borja e Nossa Senhora da Conceição; e os três últimos ordenam a política fiscalista da câmara, definindo papel do procurador, afirmando o direito de almotaçaria e regulando o espaço urbano. De um modo geral, não se percebe nessa seção elementos que diferenciem o funcionamento da câmara da vila de índios das demais instituições das vilas e cidades da América Portuguesa.

A segunda parte é chamada de “provimentos particulares” e possui 22 parágrafos. O tema dos comportamentos ocupa cinco desses parágrafos, trazendo à tona uma tentativa de ordenar e disciplinar a vida cultural dos moradores, especialmente a partir da proibição de festas e divertimentos públicos e do uso de camisas abertas. Aqui, chama a atenção a crítica ao modo como as mulheres indígenas se vestiam e

a perseguição aos lundus feitos pelos negros degredados. A tentativa de controlar o espaço urbano domina três desses parágrafos, buscando assegurar o alinhamento das ruas e a limpeza das praças e estradas. Outro tema dominante é o da fiscalidade, ocupando cinco parágrafos, com a tentativa de controlar o comércio e os serviços, ordenar as atividades econômicas e regular a circulação de pessoas e mercadorias. A preocupação com o abastecimento da vila se manifesta em quatro parágrafos, exclusivamente dedicados ao provimento de carne – bovina, suína e aviária – e oferta regular de pescado. Por fim, três parágrafos tratam de defender o direito de propriedade, proibindo uso sem licença de canoas e cavalos ou o consumo de plantações e animais de terceiros. De um modo geral, o estudo desses parágrafos permite perceber alguma especificidade na formulação da postura municipal porto-alegrense, que deixa em evidência a questão indígena, mas sem se tornar centralidade.

Já a terceira parte trata dos “subsídios” da Câmara de Porto Alegre. Na introdução da seção, os oficiais justificaram as taxações sobre os produtos e serviços da vila como uma forma de se alcançar o rendimento do conselho diante das “muitas despesas” que possuíam, especialmente no pagamento dos ordenados dos seus funcionários, como escrivão, alcaide, carcereiro e porteiro. As posturas fixam taxas sobre o comércio da aguardente, do azeite, do algodão, da farinha, do gado, bem como das movimentações das embarcações e da extração de madeira. Nesse campo, para além de identificar os valores médios que cada produto recebia naquela conjuntura, o documento permite perceber a dinâmica econômica local. Além disso, essa parte revela, também, o quanto a câmara da vila de índios reproduzia a mesma preocupação de controle das atividades econômicas exercido pelas demais câmaras.

O EXERCÍCIO DO PODER LOCAL: VERAÇÕES, GOVERNANÇA E CONFLITOS

A eleição dos homens para a governança de Porto Alegre seguia a regra do sistema de pelouros. Esse mecanismo havia sido instituído no império lusitano para se evitar o conflito entre os membros das elites locais na ocupação dos cargos da câmara. Sem abertura para participação direta e com disposição de assegurar alguma representação, o sistema se baseava numa combinação de indicação, votação e sorteio. A cada três anos, um seletor grupo de eleitores elaborava três listas que continham, cada uma, cinco nomes de pessoas principais da terra para servir nos ofícios de juiz ordinário, vereador e procurador. Em seguida, essas listas eram guardadas numa bola de cera chamada pelouro e, ao fim de cada ano, sorteava-se uma lista.

Entre os anos de 1770 e 1781, o livro de atas do Senado de Porto Alegre registrou a realização de 11 aberturas de pelouros, por meio das quais se elegeram juízes, vereadores e procuradores da câmara. Embora as “posturas da câmara” indicassem

o Dia de Todos os Santos – 1º de novembro – para a realização das eleições, elas se concentraram nos meses de setembro e outubro, aproveitando o comparecimento do ouvidor à vila, quando da realização da correição geral anual. Nesse caso, verificou-se, em Porto Alegre, a mesma “dependência da presença do ouvidor” que Georges Cabral de Souza (2002) identificou no funcionamento da Câmara de Recife, também na segunda metade do século XVIII.

Nas listas nominativas dos oficiais eleitos, observa-se uma grande alternância na ocupação dos cargos. De acordo com as Ordenações do Reino (Livro I, Título LXVII, n. 9), a recondução ao cargo somente era admitida “nos lugares pequenos, onde se não podem achar tantas e tais pessoas que sejam para servir os ditos ofícios”, admitindo-se, então, que uma mesma pessoa pudesse servir “um ano e outro não”. Mesmo sendo uma vila recém-criada e de povoamento incipiente, os dados não revelam uma concentração do poder nas mãos de poucos nomes. Entre 1770 e 1781, por exemplo, foram eleitas 39 pessoas para os diferentes ofícios da câmara, tendo 67% delas servido apenas uma vez, 28% ocuparam dois mandatos e apenas 5% chegaram ao máximo de três mandatos.

Quadro 2 – Relação dos oficiais eleitos entre 1770 e 1781

Abertura dos pelouros	Ano de serviço	Juízes ordinários eleitos	Vereadores eleitos	Procuradores eleitos
26/10/1770	1771	Tomé Ribeiro	Leandro Dias	Manoel Rodrigues
		Manoel da Costa do Nascimento	Inácio Abreu	
19/10/1772	1773	Manoel Gil	Inácio Vieira	Antônio da Costa
		Jacinto Ribeiro da Costa	Miguel dos Anjos	
19/10/1773	1774	Manoel da Costa do Nascimento	Manoel Rodrigues da Silva	Manoel José
		Damião Rodrigues	Tomé Ribeiro	
11/09/1774	1775	Manoel Francisco de Souza	Narciso da Silva	José Soares
		João Ribeiro	Manoel Rodrigues	
06/09/1775	1776	Manoel da Silva Pereira	Gonçalo Coelho de Araújo	Manoel Lopes da Cruz
		Evaristo Mendes	Marcelo de Farias, o Moço	
13/10/1776	1777	Manoel Rodrigues da Silva	José Maria	Antônio Dultra Silva
		Bartolomeu José	João da Costa Caraíba	
21/10/1777	1778	Manoel José de Almeida	José Gonçalves	Antônio José Martins
		João Ribeiro Soares	Domingos Machado	
04/10/1778	1779	Manoel Francisco de Souza	João Rodrigues	Manoel da Costa do Nascimento, o Moço
		Leandro Dias	–	

Abertura dos pelouros	Ano de serviço	Juízes ordinários eleitos	Vereadores eleitos	Procuradores eleitos
11/10/1779	1780	Manoel Pereira	Manoel José Almeida	Antônio Gomes Sardinha
		João Rodrigues da Cruz	Bernardo da Costa	
29/10/1780	1781	Manoel Rodrigues da Silva	Gonçalo Coelho	Francisco Cabral
		Marcelo de Farias	João Dias	
23/11/1781	1782	Antônio José Martins	Narciso da Silva	Manoel Lopes da Cruz
		Evaristo Mendes	Tomé Ribeiro	

Fonte: elaborado pelo autor.

A documentação da câmara revelou muito pouco sobre o perfil dos homens camarários da vila de Porto Alegre. A repetição de alguns sobrenomes, como Ribeiro, Rodrigues e Nascimento, acendeu, inicialmente, a suspeita de concentração de poder em núcleos familiares ampliados. Em outras palavras, mesmo sem um único indivíduo concentrando a ocupação dos cargos, representantes das famílias sempre tinham espaços reservados para defesa de seus respectivos interesses no interior do governo local. No entanto, verificou-se uma ausência de um padrão de registro civil na vila, tendo se observado, por exemplo, que alguns parentes de primeiro e segundo graus possuíam sobrenomes totalmente distintos, como Manoel Gil, que era pai de Tomé Ribeiro. Sendo assim, não foi possível estabelecer um padrão familiar de atuação na Câmara de Porto Alegre apenas por meio da identificação dos sobrenomes.

Outra debilidade presente na documentação foi a identificação étnica dos camarários eleitos. Certamente, por seguir a orientação da política indigenista pombalina que determinava o fim das vexações e da infâmia contra os índios, os registros das atas não identificavam quem eram as lideranças indígenas escolhidas em cada lista. Na documentação consultada, apenas quatro nomes de oficiais camarários foram identificados como indígenas. Em todos os casos, a identidade étnica se deu num contexto de conflito, quando as lideranças indígenas lutavam por seus interesses e entraram em choque com as elites luso-brasileiras. Esse foi o caso de Baltazar de Figueiredo, que servia como procurador em 1772, tendo suas prerrogativas de arrecadar os subsídios da câmara sequestradas pelo juiz ordinário, sob a alegação de ser ele “um índio de pouca confiança” (APEB – Seção Colonial, maço 485-3). Também foi o caso de Tomé Ribeiro, que, em 1771, servia como segundo juiz ordinário, mas quando o primeiro juiz ordinário, Manoel da Costa do Nascimento, pediu licença para cuidar da sua saúde, não pôde ascender à cabeça da câmara sob o argumento de ser “índio rústico que não tem discrição para somente governar o povo” (APEB – Seção Colonial, maço 485-3). Ao contrário de ter existido o fim da discriminação, a documentação revela a manutenção de imagens negativas relacionadas à capacidade do autogoverno dos indígenas, reproduzindo ideias já recorrentes, como rusticidade, incapacidade e infidelidade, de modo que, em momentos decisi-

vos da vida política da vila, as lideranças indígenas acabavam rechaçadas do principal espaço de exercício do poder local.

Quanto às reuniões regulares da câmara, o regimento local determinava a realização de duas audiências semanais, nas segundas e nas quintas-feiras. A regra, entretanto, quase nunca foi cumprida, simplesmente porque não havia pauta para deliberação, dada a situação embrionária da povoação e a reduzida dinâmica socioeconômica local. Do período de 1770 a 1785, no qual se tem uma série mais regular de registros, foram realizadas 209 vereações, sendo sete o menor número de sessões no ano de 1770, e o máximo de 20 sessões em 1784. A média geral do período analisado atingiu uma marca irrisória de apenas uma sessão por mês, existindo alguns anos em que a câmara passou meses seguidos sem reunião, como no intervalo entre os meses de março e julho de 1772 (Quadro 3).

De modo geral, os meses que concentraram maior número de reuniões foram os de janeiro, setembro e outubro. Essa incidência se explica pela concentração das atividades institucionais da câmara nesses meses. Afinal de contas, entre setembro e outubro, eram realizadas as correições gerais do ouvidor e as aberturas de pelouro, restando ao mês de janeiro a realização das sessões de posse dos novos oficiais camarários. Nota-se, também, que, à medida que a vila se consolidava enquanto uma povoação estável, especialmente dez anos após sua fundação, a média de reuniões apresentou uma tendência de aumento e de uma relativa estabilidade de frequência.

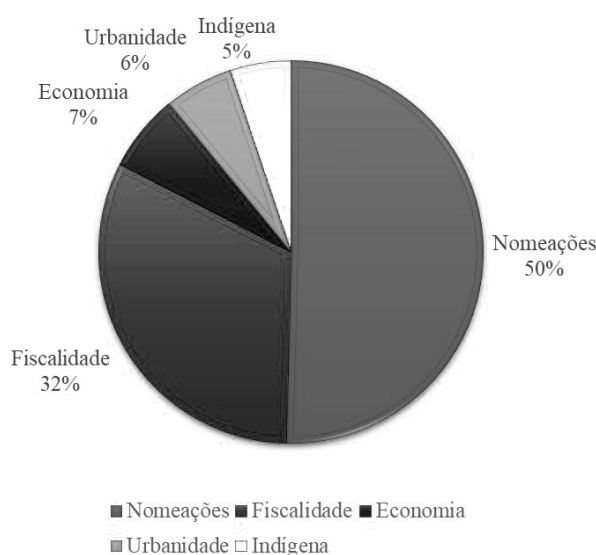
Quadro 3 – Frequência mensal e anual das sessões da câmara (1770-1785)

ANO/ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1770	1	2	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	7
1771	2	0	0	1	0	0	0	2	1	3	0	0	9
1772	2	1	0	0	0	0	0	1	0	4	0	0	8
1773	1	2	1	1	2	0	1	0	2	1	0	0	11
1774	2	1	1	1	1	0	1	0	3	1	0	0	11
1775	2	0	1	1	0	0	1	0	8	3	0	1	17
1776	3	1	2	1	0	0	1	0	1	2	0	3	14
1777	3	0	1	1	0	2	1	0	3	1	0	1	13
1778	2	1	0	1	0	2	0	0	1	3	2	1	13
1779	1	1	1	0	0	0	0	1	0	4	0	1	9
1780	1	1	2	1	1	1	0	0	0	3	0	1	11
1781	1	0	1	2	0	0	3	0	3	2	1	1	14
1782	7	0	2	0	1	1	3	0	1	2	0	1	18
1783	2	2	1	3	2	3	0	1	1	1	1	1	18
1784	5	2	1	3	0	1	1	0	3	2	1	1	20
1785	1	2	0	3	0	0	2	0	1	2	5	0	16
TOTAL	36	16	14	20	7	10	15	5	28	36	10	12	209

Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto aos temas debatidos e deliberados nas vereações, as atas revelam uma variedade de matérias semelhantes às demais câmaras da América Portuguesa. O tema predominante foi o da própria administração camarária, dominando 50% das sessões. Nesse campo, enquadram-se os atos de abertura de pelouros, as nomeações e as posses de oficiais eleitos, e também a indicação dos demais funcionários locais, como porteiro, meirinho e escrivão-diretor. O domínio dessa pauta foi comum em quase todas as câmaras da colônia luso-americana, sendo essa agenda muito mais que simplesmente burocrática, pois definia a correlação de forças no interior da instituição, oportunizando maior ou menor condições de apresentação e defesa dos interesses dos diversos grupos socioeconômicos da municipalidade.

Figura 3 – Distribuição das temáticas das sessões da câmara



Fonte: elaborada pelo autor.

O segundo tema mais recorrente foi o da fiscalidade, com quase 1/3 do total. Nessa temática, estavam os atos de correção de almotacés, as discussões sobre arrecadação dos subsídios, licenças e multas, além do estabelecimento de fintas e taxas. Aqui, observa-se alguma confusão no registro do funcionamento da câmara, pois, teoricamente, os autos de correção dos almotacéis e as contas dos rendimentos dos subsídios deveriam constar em livro separado. Embora não se saiba o que motivou essa forma de documentação da atividade camarária, o fato revela a importância das formas de tributação e arrecadação não apenas para garantir a autonomia da câmara, mas também para o controle social da população local.

Em menor escala, aparecem três temáticas, a saber: economia (7%), urbanidade (6%) e a questão indígena (5%). Na primeira, encontram-se as deliberações voltadas à garantia da produção agrícola, da circulação de mercadorias e da comercializa-

ção de produtos, com destaque para os registros dos autos de arrematação de secos e molhados e as medidas de abastecimento de gêneros alimentícios. Na segunda, por sua vez, constam as medidas de organização, asseio e disciplinamento do espaço, como as que definiam o alinhamento das ruas e a limpeza dos quintais. Na terceira, reside algo que se pode reivindicar como uma especificidade de uma vila de índios, compreendendo as deliberações sobre a administração da população indígena e a defesa contra os chamados “índios dos sertões”.

POLÍTICAS INDIGENISTAS E POLÍTICAS INDÍGENAS NA CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Como principal instituição do exercício do poder local, a Câmara de Porto Alegre também foi palco dos embates entre as políticas indigenistas e as políticas indígenas. Não que a instância local tivesse ganhado algum grau específico de atribuição para tratar do assunto. Contudo, qualquer decisão a respeito da população local representava uma tomada de posição que envolvia um certo indigenismo, pois demandava estabelecimento de normas para a relação entre os indígenas e a sociedade colonial, por meio das medidas governativas emanadas pela própria câmara. Ao mesmo tempo, como protagonista da sua própria história e, no caso específico, com a presença de lideranças indígenas na arena do poder, os indígenas também expressaram suas políticas no interior da câmara.

Um episódio que envolveu o juiz indígena Manoel Gil parece bastante emblemático. Na sessão de vereação de 7 de março de 1773, essa liderança indígena foi suspensa do cargo que ocupava por ter sido “mentor de revoluções”. O uso do termo “revolução” aparece nesse contexto de forma bastante dicionarizada, sendo entendido como uma “perturbação na república”, como definiria Raphael Bluteau (1728). Além disso, a acusação contra Manoel Gil era justamente a de que ele promovia desordem ao estimular os indígenas a não obedecerem às regras que o ouvidor José Xavier Machado Monteiro havia estabelecido para o trabalho compulsório dos “colomins, cunhans, amestrados e a soldadas”. Na prática, o juiz indígena buscava reivindicar, no interior da câmara, o direito à liberdade que a população indígena havia conquistado por meio da legislação pombalina. No entanto, a demanda por mão de obra exigia o disciplinamento, o controle e a exploração daquela população por meio de regimes de trabalho compulsório que se estruturavam no estatuto da orfandade e no discurso do papel civilizacional do trabalho (Cancela, 2018). A câmara, então, com o aval do ouvidor, destituiu Manoel Gil do cargo, acusou, também, seu pai Marcelo Faria e seu filho Tomé Ribeiro, mandando-os todos presos para Caravelas (APEB, Seção Colonial, maço 485-3).

A câmara também foi fundamental na execução da política indigenista contra os “índios dos sertões”, especialmente na organização de bandeiras. Na vereação de 20 de janeiro de 1778, os camarários autorizaram fazer entrada contra o gentio “pela grande queixa que faziam os moradores desta dita vila do gentio lhe ir destruindo as suas lavouras e estarem muito arriscadas as suas vidas e lavouras”. Entretanto, “por não haver pólvora nenhuma neste conselho”, mandaram “buscar na de Viçosa 3 libras de pólvora e 12 de chumbo” (APEB, Seção Colonial, maço 485-3). Em 29 de outubro de 1780, mais uma vez, a câmara autorizou a organização de nova entrada, “por se achar esta vila cercada de gentio e tivesse já feito uma morte em um morador dela”, aprovando-se, ainda, para

[...] se comprar pólvora e chumbo para se dar a mesma entrada à custa dos bens e rendas do mesmo conselho como também os mantimentos de carne ou peixe e de mandarem notificar a todos os moradores que tivessem suas armas [...] para as darem ou emprestarem (APEB, Seção Colonial, maço 485-3).

Em todos esses casos, a câmara disseminava um discurso sobre segurança da população local para garantir na prática a antiga política indigenista dualista implantada na América Portuguesa desde princípios da colonização, alimentada pelos binômios guerra/paz, aliado/inimigo, civilizado/gentio.

Por fim, um último exemplo dos embates entre política indigenista e políticas indígenas pode ser contemplado na posse do cargo de escrivão-diretor. Em regra geral, a nomeação dos escrivães era uma atribuição dos oficiais camarários, mas, uma vez agregada a função de diretor de índios, a nomeação dependia de confirmação do governador-geral e da autorização do ouvidor da comarca. Em 9 de fevereiro de 1770, o alferes Francisco dos Reis Lira apresentou à câmara a carta do ouvidor José Xavier Machado Monteiro, que o nomeava diretor-geral para as disposições dos indígenas de Vila Viçosa e Porto Alegre. Os oficiais camarários “aceitaram mandando a publicar pelos cantos das ruas mais públicas desta vila aos ditos índios moradores para que assim o reconhecessem por seu diretor geral” (APEB, Seção Colonial, maço 485-3).

Em 5 de setembro de 1775, foi a vez de Gonçalo Ferreira de Miranda, “provido pelo desembargador ouvidor geral desta comarca o doutor José Xavier machado Monteiro [...] nos ofícios de Tabelião e Escrivão da Câmara e mais anexos desta mesma vila e de Diretor dos Índios dela”. No registro da ata, consta, também, o despacho da ordem dada “aos índios da mesma vila mandando lhe obedeçam no tocante a sua direção, civilização e aumento” (APEB, Seção Colonial, maço 485-3). No entanto, na vereação de 31 de janeiro de 1784, apareceu junto à câmara para tomar posse do ofício do escrivão-diretor Joaquim Gomes da Cruz, com toda documentação assinada pelo ouvidor, suspendendo, sem consenso com os oficiais cama-

rários indígenas, o escrivão-diretor em exercício. Na declaração de voto contrário, o vereador indígena José Francisco de Souza e o juiz ordinário João Ribeiro da Cruz argumentaram que não havia causa para suspender o atual diretor somente por ele “ter casado com índia”. O embate levou três dias para ser definitivamente resolvido, com a posse definitiva de Joaquim Gomes da Cruz no dia 3 de fevereiro (APEB, Seção Colonial, maço 485-3). Os termos registrados nas atas de posse do escrivão-diretor revelam que havia um espaço de mediação, e que os indígenas disputavam posição na definição daquele cargo, que controlava não apenas as notas processuais da câmara, mas administrava diretamente a distribuição da mão de obra indígena local e gerenciava as medidas da chamada “reforma dos costumes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o lastro temporal da documentação consultada não possibilite identificar padrões ou mesmo fazer generalizações, os dados aqui apresentados foram suficientes para se ter uma ideia do funcionamento das câmaras municipais nas vilas de índios sob a vigência do Diretório dos Índios. De modo geral, não se verificou nenhuma grande diferença em comparação com as demais câmaras da América Portuguesa. A participação dos indígenas se dava em um campo de forças que refletia as tensões entre as políticas indigenistas, as demandas coloniais e as políticas das próprias lideranças indígenas. Como juízes, vereadores e procuradores, essas lideranças buscaram permanecer nos cargos da municipalidade, mesmo enfrentando diversas artimanhas de exclusão e silenciamento, pois acreditavam na capacidade de mediação daqueles postos. O estudo comparado com outras experiências locais, certamente, poderá abrir novos caminhos para reflexão sobre o papel das câmaras na história dos povos indígenas, especialmente na forma como as lideranças se apropriaram dessa instituição para defender os direitos anteriormente conquistados. Em Porto Alegre, camarários indígenas chegaram a ser classificados como revolucionários por defenderem o fim do trabalho compulsório. Isso, obviamente, já é um indício do quanto aquela instância da dominação colonial também poderia ser um espaço de construção da liberdade.

FONTES

Impressas

ALVARÁ com força de Lei, porque Vossa Magestade ha por bem renovar a inteira, e inviolável observancia da Lei de doze de Setembro de mil seiscientos sincoenta e tres, em quanto nella se estabeleceo, que os Indios do Graõ Pará, e Maranhão sejaõ governados no temporal pelos Governadores, Ministros, e pelos seus principaes, e Justiças seculares, com inibição das

administrações dos Regulares, derogando todas as Leis, Regimentos y Ordens, e Disposições contrarias. Lisboa, 7 de junho de 1755. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1796. t. 1. (Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1749).

LEY, por que Vossa Magestade ha por bem restituir aos Indios do Graõ Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e commercios: na fôrma que nella se declara. Lisboa, 6 de junho de 1755. Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1749. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1796. t. 1.

Manuscritas

Arquivo Público do Estado da Bahia

Autos de ereção e criação da Nova Vila de Porto Alegre. Arraial de Mucuri, 15 de outubro de 1769. APEB – Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de declaração de rendimento, 18/10/1772 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de posse, 3 fev. 1784 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de posse, 5 set. 1775 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de posse, 9 fev. 1770 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de vereação, 3 out. 1771 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de vereação, 7 mar. 1773 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de vereação, 20 jan. 1778 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Termo de vereação, 29 out. 1778 – APEB, Seção Colonial, maço 485-3.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

DESCRIÇÃO do Mapa Topográfico da Comarca de Porto Seguro, com algumas observações tendentes ao melhoramento da mesma Comarca, feita por ordem da Mesa do Desembargo do Paço, em provisão de 25 de agosto de 1813. Porto Seguro, 20 de dezembro de 1813. BNRJ – Manuscritos, I – 28, 29, 10.

Arquivo Histórico Ultramarino

Avulsos da Bahia

Carta do ouvidor da Comarca de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao rei. Porto Seguro, 10 de maio de 1770. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 44, D. 8215.

MAPA da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas Comarcas, com a distinção em 4 classes das idades pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos com mais de noventa anos, dos nascidos, dos mortos e dos fogos, conforme o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito, no que é de notar que aqui se não incluem 11 freguesias das Minas e Sertão do Sul, que passaram à jurisdição secular da Capitania das Gerais, ainda que se conservam na eclesiástica da Bahia. Bahia, 5 de dezembro de 1780. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 55, D. 10701.

RELAÇÃO do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, do que estava fazendo na sua capitania. Porto Seguro, 1 de maio de 1772. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 45, D. 8552.

RELAÇÃO individual do que o Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (José Xavier Machado Monteiro), nela tem operado nos 10 para 11 anos que, tem decorrido desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de junho de 1777. Porto Seguro, 27 de julho de 1777. AHU, Avulsos da Bahia, Cx. 51, D. 9493.

Ordens e Avisos para a Bahia

INSTRUÇÃO para o ministro (Tomé Couceiro de Abreu), que vai criar a Nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro. Palácio d'Ajuda, 30 de abril de 1763. AHU, Ordens e Avisos para a Bahia, Cod. 603.

INSTRUÇÃO para o ministro (Tomé Couceiro de Abreu), que vai criar a Nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro. Palácio d'Ajuda, 30 de abril de 1763. AHU, Ordens e Avisos para a Bahia, Cod. 603.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-580, 2021.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...*: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1728. v. 8. 2 Suplementos. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANCELA, Francisco. *Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do Diretório Pombalino*. Jundiá: Paco, 2018.

CURVELO, Arthur. *O senado da câmara de Alagoas do Sul governança e poder local no sul de Pernambuco (1654 - 1751)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. As Câmaras Municipais e o Poder Local: Vila Rica - Um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 6-22, 2009.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 345-398.

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

MAIA, Lício José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 4. p. 303-331.

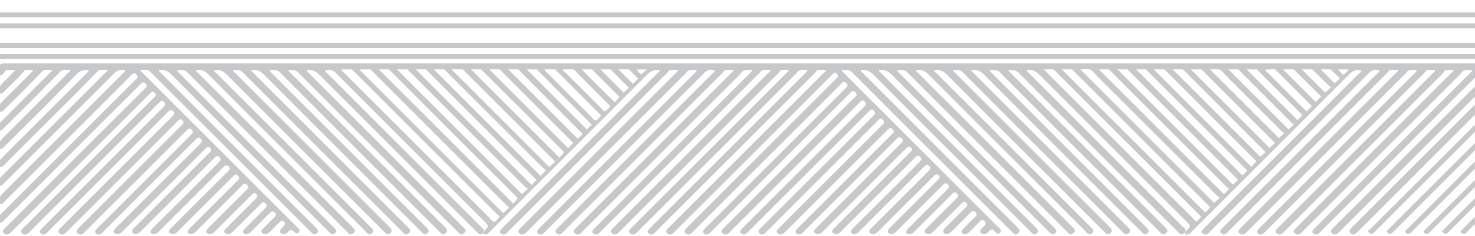
MOREIRA, Vânia Maria Losada. Poder Local e “voz do povo”: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 239-259, 2016.

SILVA, Tharles Souza. *O “Escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”: economia e sociedade no fim do período colonial*. Salvador: Sagga, 2021.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, George F. C. de. *Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife do século XVIII num fragmento de história das instituições municipais do Império Colonial Português*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

WIED-NEUWIED MAXIMILIAN, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989.



CAPÍTULO 19

OS POVOS INDÍGENAS E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NO RIO DE JANEIRO¹

MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

Em meados do século XVIII, inúmeros e diferenciados povos indígenas habitantes dos sertões e aldeias da Capitania do Rio de Janeiro foram impactados pela nova política indigenista da Coroa Portuguesa. O Diretório dos Índios introduziu mudanças significativas em relação às leis anteriores, mantendo, no entanto, muitas continuidades. Lançou a política assimilacionista para os indígenas, visando transformá-los em vassalos do rei, sem distinção alguma em relação aos demais, e tornar suas aldeias em vilas e lugares portugueses (Directorio, 1758).

A nova lei foi implementada no âmbito das reformas pombalinas, cujo objetivo era fortalecer o poder político e econômico de Portugal. Na América, visava, sobretudo, aumentar a arrecadação financeira e ampliar fronteiras (Falcon; Rodrigues, 2005). Daí a atenção especial dada aos indígenas, pois seu papel essencial de garantir a soberania dos territórios no ultramar seria particularmente acentuado nesse período, no qual se intensificavam as disputas com a Coroa Espanhola pela ampliação e pela demarcação de fronteiras, principalmente após o Tratado de Madrid (Almeida, 1997; Garcia, 2009).

1 Este texto é uma nova versão sobre temas já trabalhados, e inclui trechos de publicações anteriores: Almeida, 2008; Almeida, 2015, Almeida, 2013. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo apoio à pesquisa.

Proposto inicialmente para a Amazônia, o diretório seria estendido, no ano seguinte, para todas as regiões da América Portuguesa, com adaptações necessárias, conforme as especificidades locais. Sabemos, hoje, que as leis se constroem e se aplicam conforme o complexo jogo de força entre os atores envolvidos, incluindo os sujeitos subalternos. Entre eles, os próprios indígenas, tal como inúmeras pesquisas têm demonstrado. Ao articular a política indigenista com as políticas indígenas, estudos recentes sobre o Diretório dos Índios em diferentes regiões do Brasil evidenciam as múltiplas estratégias desses povos para enfrentar as políticas a eles dirigidas. Para além das resistências armadas e das fugas, os povos nativos, tanto das aldeias quanto dos sertões, estabeleciam acordos entre si e com moradores e autoridades, valendo-se, também, de recursos jurídicos e da própria legislação em defesa de seus interesses (Almeida, 2015; Corrêa, 2012; Domingues, 2000; Garcia, 2009; Lopes, 2005; Maia, 2010; Moreira, 2019; Rocha, 2022; Sampaio, 2012; Silva, 2005; Souza Júnior, 2012;).

Sem aprofundar a complexa discussão sobre o diretório, importa ressaltar muitas continuidades em relação às leis anteriores e várias contradições que davam aos indígenas condições de atuar em defesa dos direitos que lhes haviam sido concedidos nos acordos com as autoridades (Almeida, 2013; Perrone-Moisés, 1992). Para promover a assimilação dos índios, tornando-os iguais aos demais vassalos do rei, leis anteriores ao diretório foram promulgadas, com o intuito de proibir sua escravidão sob quaisquer circunstâncias e acabar a discriminação contra eles. O incentivo aos casamentos mistos e à presença de não índios no interior das aldeias e a priorização dos indígenas para a ocupação de cargos oficiais nas novas vilas de índios foram algumas das principais medidas anunciadas para cumprir a diretriz de torná-los iguais aos demais vassalos do rei (Beozzo, 1983). Não obstante, essas medidas logo seriam limitadas, em atendimento às necessidades locais, sobretudo da Amazônia Portuguesa, como bem demonstrou Mauro Coelho (2016). De acordo com o autor, o diretório de 1757 teria resultado de disputas e negociações entre atores sociais da metrópole e da colônia, diante da necessidade de adaptar as novas leis à realidade regional e, sobretudo, de garantir a manutenção do trabalho compulsório dos índios.

Assim, ao mesmo tempo em que referendava medidas promulgadas em leis anteriores, tais como a liberdade dos índios e sua prioridade na ocupação de cargos oficiais das novas vilas, o diretório considerava-os rústicos, ignorantes e sem aptidão para o governo, designando, para cada uma das novas povoações, um diretor, com a função de dirigir os oficiais, para que não fossem negligentes (Directorio, 1758, § 1). Além disso, mantinha o trabalho compulsório para os índios comuns, ao passo que reiterava a condição privilegiada dos índios principais, cujas regalias eram mantidas e até ampliadas (Domingues, 2000; Rocha, 2022). Em linhas gerais, antigas diretrizes do Regimento das Missões de 1686 (Beozzo, 1983) foram mantidas.

Dessa forma, a mesma política que propunha a igualdade para os índios mantinha-os na condição distinta de aldeados, sujeitos ao trabalho compulsório e subordinados à tutela do diretor, que passava a exercer a função de administrador das novas vilas e freguesias. A terra das aldeias que se transformavam em vilas ou lugares continuava também pertencendo aos índios, e, em algumas regiões, passou a ser muito mais disputada. Contradições e continuidades em relação às leis anteriores caracterizaram, portanto, a nova política indigenista, cuja aplicação se dava com a permanência das distinções. Distinções essas que, para além de beneficiarem moradores e autoridades, serviam, também, aos indígenas, que souberam utilizá-las em proveito próprio, como revelam inúmeras pesquisas recentes (Almeida, 2015; Lopes, 2005; Sampaio, 2012; Silva, 2005).

A aplicação do diretório variou conforme as diferenças regionais e a diversidade das populações indígenas com variados níveis de integração à sociedade colonial. Para assimilá-los, eram necessários procedimentos diversos, conforme as regiões e as populações com as quais se lidava. Em regiões ainda não ocupadas pela administração portuguesa, efetuavam-se descimentos e estabeleciam-se novas aldeias, ou desencadeavam-se guerras, caso os indígenas não colaborassem. Em áreas de colonização antiga, pregava-se o fim das aldeias coloniais, com o argumento de que os índios já estavam civilizados e misturados à massa da população. Essas práticas coexistiram e se sucederam, de meados do século XVIII ao século XIX, todas visando a um mesmo fim: a ocupação das terras indígenas e a assimilação dos índios (Almeida, 2007; Carneiro da Cunha, 1992). No Rio de Janeiro, não seria diferente.

Este capítulo aborda a aplicação do Diretório dos Índios no Rio de Janeiro, enfocando os processos de estabelecimento e extinção das novas e antigas aldeias coloniais da capitania, analisados em uma perspectiva interdisciplinar e comparativa que articula a política indigenista com as políticas dos indígenas, considerando suas atuações e interesses, continuamente transformados na dinâmica de suas interações.

POVOS INDÍGENAS E POLÍTICA INDIGENISTA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVIII

Em meados do século XVIII, na Capitania do Rio de Janeiro, os povos indígenas habitantes dos sertões e das aldeias viviam situações muito diversas. Nas áreas de colonização antiga, algumas gerações de índios aldeados viviam em intensos contatos com agentes coloniais desde o século XVI e início do XVII. Em regiões mais distantes, como no Vale do Paraíba, vários povos nativos, ainda relativamente autônomos, impunham desafios à ocupação de seus territórios e eram chamados de *selvagens*. Todos foram impactados pela nova política indigenista, pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento socioeconômico e político da capitania, que

acentuavam a ocupação de terras e os conflitos em torno delas (Cardoso, 1984). Nas áreas de colonização antiga, diminuía as terras devolutas e aumentavam os arrendamentos e disputas sobre as terras das aldeias indígenas coloniais; enquanto no Médio Vale do Paraíba, a ocupação portuguesa se expandia em busca de novas terras. O desenvolvimento da capitania pressionava, pois, em dois sentidos: i) extinguir, em áreas de ocupação remota, aldeias seculares sob a pressão de moradores interessados em suas terras e rendimentos; e ii) ocupar novas áreas, entrando em conflito ou, de preferência, em acordo com os indígenas e criando novas aldeias (Almeida, 2008).

A nova política indigenista adequava-se, pois, à expansão socioeconômica da capitania e afetou de formas diversas tanto os indígenas dos sertões quanto os aldeados. Ambos deveriam ser assimilados, porém com diferentes procedimentos: aos primeiros cabia atrair, aldear, civilizar e assimilar; enquanto aos demais, já há séculos aldeados, caberia simplesmente considerá-los civilizados e misturados à massa populacional, extinguir suas aldeias e assimilá-los. Guerras, aldeamentos novos e extinção dos antigos foram práticas coexistentes na Capitania do Rio de Janeiro de meados do século XVIII ao XIX. A essas práticas, os indígenas responderam de formas diversas, entre colaborações, fugas, conflitos e reivindicações jurídicas, como se verá a seguir (Almeida, 2007, 2008).

ALDEAMENTOS TARDIOS NOS SERTÕES DOS “ÍNDIOS BRAVOS”

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, as margens setentrionais e meridionais do Rio Paraíba foram sendo ocupadas, por meio de um longo processo de negociações, conflitos e aldeamentos de vários povos indígenas habitantes da região. Coroados, guarulhos, puris e coropós eram, entre outros, os povos habitantes dos sertões norte e sul da capitania, próximos às atuais fronteiras dos estados de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Esses povos eram considerados ameaças à ocupação portuguesa da região representada, na cartografia oficial, especificamente no mapa de Vieyra Leão (1767), como “Certão dos Índios Bravos” (Malheiros, 2007). O avanço da expansão agrícola no Médio Vale do Paraíba, com a ocupação de novas terras, principalmente para a criação de gado, em expansão desde o século anterior, ganhava novo impulso nos anos 1700. A necessidade de abastecer as minas de ouro e a abertura de caminhos para elas incentivaram o desenvolvimento da produção de açúcar e de mantimentos, bem como a penetração de paulistas que estabeleciam fazendas agrícolas e pastoris no interior da capitania (Cardoso, 1984). Os puris e os coroados enfrentavam-se e impunham desafios ao avanço da ocupação que, no norte fluminense, se dava a partir dos Campos dos Goitacazes, seguindo em direção inversa ao curso do Rio Paraíba (Maghelli, 1990). Os coroados,

[...] errantes pelas imediações da serra da Mantiqueira, cujo domínio disputavam com os Botocudos, fugindo dos seus inimigos ou batalhando contra os atrevidos Puris, assolavam [...] a região, trazendo os moradores em constante sobressalto (Silva, 1854, p. 250).

Tal como ocorreu nas áreas de colonização antiga, os indígenas *bravos dos sertões* deveriam ser aldeados para cumprir funções análogas às de seus pares de tempos mais remotos. Os aldeamentos tardios do Vale do Paraíba estabeleceram-se com objetivos muito semelhantes aos das antigas aldeias, para as quais, naquele momento, se pregava a extinção. Além de assegurar a expansão das fronteiras e a soberania do território para Portugal, os novos aldeados deveriam atuar como mão de obra essencial para colonos, missionários e autoridades. Essas eram as principais motivações dos novos mediadores, que tanto se empenharam para fundar as últimas aldeias da capitania. Sob a legislação do diretório e, posteriormente da carta régia de 1798 (Moreira Neto, 1988; Sampaio, 2007), esse processo de aldeamentos tardios no Rio de Janeiro estendeu-se de meados do século XVIII até a década de 1830 (Almeida, 2008; Lemos, 2016; Malheiros, 2007).

As derradeiras aldeias da capitania estabeleceram-se, *grosso modo*, sob a mediação de capuchos italianos e portugueses, para que os fazendeiros pudessem se instalar na região com suas lavouras e criação de gado (Magheli, 2000; Malheiros, 2007)². São Fidelis foi fundada em 1779, às margens do Rio Paraíba, com índios coroados, por capuchinhos italianos e com os rendimentos da extinta aldeia de Santo Antonio de Guarulhos. São José de Leonissa da Aldeia da Pedra estabeleceu-se, por volta de 1808, na confluência dos rios Paraíba e Pomba para aldear os puris, que, inimigos dos coroados, não deviam ficar na mesma aldeia (Magheli, 1990). Não obstante, dadas as dificuldades na escolha do local e na submissão dos puris, eles só se aldearam alguns anos depois, em Santo Antonio de Pádua (1833). Instalada na margem meridional do Paraíba, também confluência com o Rio Pomba, a aldeia acabou incluindo, além dos puris, seus inimigos coroados. Na região sul do Rio de Janeiro, também próximo ao Rio Paraíba, outros puris e coroados igualmente se aldearam, no final do século XVIII e início do XIX, nas aldeias de São Luiz Beltrão, Valença e Santo Antonio do Rio Bonito. Essa última foi fundada em 1824-1825 para abrigar os índios fugitivos da aldeia de Valença (Silva, 1854).

Apesar das semelhanças com os aldeamentos anteriores, os tempos eram outros e algumas diferenças se apresentam, sobretudo, quanto à integração dos indígenas e suas relações com os colonizadores. Os jesuítas tinham sido expulsos e a capitania se expandira consideravelmente, levando à diminuição de terras devolutas, ao aumento

2 Além das aldeias aqui citadas, outras foram estabelecidas na região em complexos processos de interação entre diferentes povos indígenas da região e os mais diversos agentes da colonização. Sobre isso, ver: Malheiros (2007, p. 165-197).

de conflitos por terras em aldeias antigas e ao encolhimento dos sertões com a consequente diminuição das possibilidades de sobrevivência dos povos indígenas fora dos espaços de administração portuguesa. Além disso, a nova política pombalina introduzira mudanças para acentuar as interações entre índios e não índios. Proibidas anteriormente, sem nunca terem sido completamente evitadas, essas interações tornaram-se muito mais frequentes a partir do Diretório dos Índios (1758, § 87, 88), que incentivou a miscigenação, os casamentos mistos e a presença de não índios dentro das aldeias.

Essa nova política era coerente com o expansionismo crescente da capitania e com os interesses dos moradores e dos novos agentes intermediários que, necessitados do trabalho dos indígenas, incentivavam os descimentos particulares, as interações e as circulações entre sertões, aldeias e fazendas. Quanto aos indígenas, suas expectativas não eram muito diferentes das de seus pares de períodos mais remotos. Buscavam, também, proteção e segurança para garantir sua sobrevivência, e, sobretudo, suas terras, cada vez mais exíguas, diante do avanço da colonização. Os novos aldeados também faziam acordos e alianças políticas com os não indígenas – missionários, moradores e autoridades – em busca de amenizar os imensos prejuízos e violências enfrentados nas situações de contato. Ao contrário dos seus pares de períodos anteriores, no entanto, gozavam da liberdade de ir e vir entre as aldeias, os sertões e as fazendas.

É o que se pode verificar nos estudos sobre os aldeamentos tardios do Rio de Janeiro, como tão bem demonstraram Malheiros (2007) e Lemos (2016). As intensas interações entre os índios das aldeias com os dos sertões e com os não índios – missionários, colonos e autoridades – são visíveis nos documentos desse período, o que permite desconstruir a ideia de isolamento das aldeias e de separação rígida entre os aldeados e os não índios, bem como entre os chamados *mansos* e *selvagens* (Almeida, 2009, 2008).

Os marcados dualismos entre os índios bravos dos sertões e os mansos das aldeias, tão presentes nas leis e nos documentos oficiais do período, podem ser questionados com um olhar atento às inúmeras controvérsias presentes na documentação. Além das intensas interações entre eles, percebe-se um vaivém entre os espaços físicos – aldeias e sertões – e entre as próprias classificações étnicas e sociais – *índios mansos* ou *índios selvagens*, e não índios ou mestiços (Almeida, 2009, 2007). As informações sobre a selvageria dos povos dos sertões contrastam com outras que afirmam sua docilidade e predisposição para aldearem-se, por vezes em um mesmo documento.

Em 1768, por exemplo, a Câmara da Vila de Santo Antônio dizia haver ali, na margem oriental do Rio Paraíba, “[...] várias aldeias de gentio da terra tão domáveis e capazes de abraçar a fé católica”. O documento afirmava, ainda, a necessidade de reduzi-los e doutriná-los em benefício da Real Fazenda, das demais aldeias e dos povos que ali quisessem trabalhar, considerando “[...] haver nas suas vizinhanças

copiosas e ricas terras de ouro, que se não podem das minas gerais mandar povoar por estar em meio o gentio chamado Coroados, que é indomável e guerreiro” (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 93, D. 43).

Esse e outros documentos contraditórios a respeito dos povos dos sertões apontam para a instabilidade das alianças e para as mudanças de opções dos indígenas em suas relações de contato, conforme o avanço da colonização. Revelam, também, a fluidez e a porosidade das fronteiras, por onde circulavam e interagiam diferentes grupos étnicos e sociais, entre acordos e conflitos (De Jong; Rodríguez, 2005). Ao estudar o processo de redução dos povos indígenas no norte fluminense, Malheiros (2007) desconstruiu a ideia de que eles teriam vivido em isolamento até serem aldeados entre o último quartel do século XVIII e o início do XIX, demonstrando uma intensa interação entre eles e os demais agentes nos sertões. Idas e vindas entre sertões, aldeias e fazendas eram frequentes nesse período, e os indígenas circulavam com considerável liberdade entre esses espaços.

Os descimentos de indígenas por particulares que, com restrições impostas pela Coroa, ocorriam na capitania desde tempos anteriores, passaram a ser incentivados, sobretudo após a carta Régia de 1798 (Moreira Neto, 1988; Sampaio, 2007). Respaldados pela legislação e com o aval das autoridades, os novos mediadores sentiam-se à vontade para descer os índios dos sertões e instalá-los em fazendas. A colaboração dos fazendeiros no estabelecimento de novas aldeias tornou-se corriqueira, pois era incentivada por autoridades e capuchinhos que recompensavam os beneficiadores, concedendo-lhes terras dentro das aldeias e afilhados indígenas, frequentemente instalados nas fazendas de seus padrinhos (Malheiros, 2007).

Estabelecer aldeias e administrá-las particularmente tornaram-se, também, frequentes no Vale do Paraíba. Proibida em períodos anteriores, essa prática passou a ser admitida e estimulada por autoridades locais e pela própria Coroa Portuguesa, principalmente na região sul da capitania, próxima à atual fronteira com São Paulo. Ali, a função de aldear outros puris e coroados foi, em grande parte, exercida por fazendeiros, entre os quais, destacou-se José Rodrigues da Cruz, encarregado pela própria Coroa de aldear os coroados, estabelecer a aldeia de Valença e administrá-la (Almeida, 2008; Lemos, 2016; Malheiros, 2007; Silva, 1854). Tal como os capuchinhos do norte fluminense, o mediador agiu de forma a conciliar seus próprios interesses com os dos índios, dos fazendeiros, dos párocos e das autoridades locais e metropolitanas.

Vale lembrar que, nesse período, a mão de obra indígena era fundamental na região, como demonstram os cuidados, as preocupações, as disputas e os acordos dos vários agentes para arrematá-la. Descê-los dos sertões e instalá-los em aldeias ou fazendas não era tarefa fácil, e exigiu muitos esforços e gastos por parte dos mediadores. José Rodrigues da Cruz, por exemplo, iniciou seu processo de aproximação com os coroados dez anos antes de conseguir aldeá-los, e muita negociação

foi necessária para convencê-los a se instalarem na aldeia. Sua narrativa evidencia o esforço em conquistar-lhes a confiança. Ofereceu-lhes mantimentos e ferramentas, ordenou que seus homens baixassem as armas e apresentou-os à sua família, convencendo-os a retornar anualmente à sua fazenda. Segundo ele, os índios davam prova de docilidade e gratidão, pois respeitavam tudo que lhe pertencia, como também todos que se apresentavam em seu nome (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.178, D.74).

O depoimento do fazendeiro aponta para relações clientelísticas entre ele, os indígenas do sertão e outros moradores, cujas boas relações com os indígenas, com certeza, dependiam de sua influência. Não há referência ao trabalho dos indígenas, mas, decerto, esse era um dos principais objetivos dessa aproximação. Cabe atentar para os interesses dos coroados nesses acordos. De acordo com Lemos (2016), os indígenas trocavam vários produtos com os moradores das vizinhanças, tais como papagaios, macacos e cera de abelha, para receber em troca ferramentas úteis para caça e coleta, tais como machados, foices, enxadas e facas.

Apesar do apoio das autoridades metropolitanas, o estabelecimento da aldeia exigiu muitas negociações com os representantes da Coroa e, principalmente, com as lideranças indígenas. De acordo com seu próprio depoimento, José Rodrigues da Cruz “[...] pôde a muito custo, e sacrificando em garantia a sua mulher e filhos” (Silva, 1854, p. 509) conseguir quatro homens do gentio para acompanhá-lo à cidade do Rio de Janeiro e para serem apresentados ao vice-rei, dando continuidade ao processo de civilizá-los. De acordo com Lemos (2016), os familiares do fazendeiro teriam ficado como reféns na Fazenda de Ubá até a volta do grupo.

A aldeia foi finalmente estabelecida em 1801, e José Rodrigues da Cruz continuou a prestar informações sobre seus contatos com os índios do sertão, visando aumentar a aproximação com eles e criar novas aldeias. Seus relatos evidenciam os contatos intensos entre os índios do sertão e os moradores bastante interessados em realizar novos descimentos e instalá-los em suas fazendas (Silva, 1854). Ressaltam, também, as dificuldades de aldeá-los devido à resistência dos indígenas ou dos próprios moradores, que podiam preferir tê-los errantes pelos sertões, prestando-lhes serviços intermitentes ou em suas fazendas. Situação semelhante foi observada por Malheiros (2007) no norte fluminense, onde muito indígenas batizados também permaneciam nos sertões, a exemplo dos da aldeia de São Fidelis, que ali não se fixavam.

De acordo com a documentação, era maior o número de indígenas dispersos nas adjacências das aldeias do que dentro delas, o que não implica em considerá-los rebeldes ou contrários aos portugueses. Provavelmente, optavam pela vida errante, o que, até certo momento, ainda lhes era possível e, como visto, aceito e até incentivado por autoridades e moradores. De acordo com Lemos, os indígenas dessa região estariam muito mais interessados em se manterem nos arredores das aldeias do que em seu interior. Segundo ele, a aldeia de Valença teria sido

[...] para os Coroados um espaço de negociação com a sociedade luso-brasileira através dos seus interlocutores preferenciais (o Padre, o Diretor e o Militar). Por isso muitos concordaram em serem batizados, pois assim ganhavam presentes e celebravam alianças com determinadas famílias. Dentro dessa mesma lógica tratavam com o Diretor, que lhes fornecia ferro, anzóis, fumo, cachaça, etc matérias que não tinham e que melhoravam suas atividades de caça ou serviam para lhe proporcionar prazer. Assim também recorriam ao militar para reverter alguma violência contra as suas aldeias (Lemos, 2016, p. 129).

Tal como seus pares nas aldeias antigas, os novos aldeados dirigiam-se às autoridades para solicitar seus direitos, ao mesmo tempo em que, localmente, procuravam alianças com agentes sociais que pudessem favorecê-los. A rede de sociabilidade construída por meio dos batismos e das permanências nas fazendas de particulares favorecia, como destacou Lemos (2016), o aproveitamento da mão de obra indígena por parte dos padrinhos e o estabelecimento de agregados nas fazendas. Os indígenas, por sua vez, valiam-se dessa rede de relacionamentos para defender suas terras e seus direitos.

Embora circulassem entre os sertões e as aldeias, essas últimas com suas terras coletivas eram, para eles, refúgios de sobrevivência, como demonstram seus esforços em defendê-las recorrendo ao rei e/ou negociando com autoridades locais (Almeida, 2008; Lemos, 2016; Malheiros, 2007). Segundo Malheiros (2007), quando o capuchinho frei Thomaz se aproximou das aldeias de coroados, por volta de 1802 a 1806, para convencer seu capitão a aceitá-los entre eles, ouviu como condição que não levasse para lá os portugueses cobiçosos de suas terras.

Exemplo significativo do interesse dos novos aldeados em preservar suas aldeias verifica-se no complexo processo de extinção da aldeia de Valença. Sem detalhar as intrincadas disputas por terra que, entre 1816 e 1819, envolveram índios, moradores, autoridades e um sesmeiro, importa ressaltar a consciência dos aldeados sobre seus direitos e seu empenho em defendê-los recorrendo ao rei e a alianças com moradores e autoridades locais. José Rodrigues da Cruz, o fundador da aldeia já falecido, não participou das contendas, finalmente resolvidas com a provisão régia de 1819 de D. João VI, a favor dos indígenas. No confronto com o sesmeiro Eleutério Delfim, que queria expulsá-los das terras junto com os moradores não índios, os aldeados de Valença uniram-se a esses últimos e apresentaram vários requerimentos alegando seus direitos à terra garantidos na lei. Ganharam a causa e logo a vila foi criada com sua câmara municipal, que não tardou a extinguir a aldeia com a mesma justificativa de seus antigos opositores favoráveis ao sesmeiro. Afirmavam estarem os indígenas ausentes e misturados (Almeida, 2008). Trata-se de um processo análogo ao ocorrido na antiga aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, como se verá mais adiante. Por ora, importa descartar a ideia simplista de manipulação dos indígenas por parte

dos moradores, com base em outros documentos que atestam seus próprios interesses em preservar suas terras.

Em 1816, por exemplo, o viajante Saint-Hilaire (1974) encontrou grupos de coroados que, indignados com os maus tratos e as invasões de suas terras, diziam-se dispostos a reivindicar seus direitos ao rei. Encontrou-os na fazenda do Sr. Almeida, onde o jovem chefe chamado Buré dirigiu-se ao fazendeiro, afirmando que

[...] esta terra nos pertence, e são os brancos que a povoam. Desde a morte do nosso capitão, somos escoraçados de toda a parte, e não temos mais nem lugar suficiente para poder repousar a cabeça. Dizei ao Rei que os brancos nos tratam como cães, e rogai-lhe nos dê terra para podermos construir uma aldeia (Saint-Hilaire, 1974, p. 31).

Seu antigo protetor, José Rodrigues da Cruz, tio do Sr. Almeida, havia morrido há alguns anos, daí a referência à falta de proteção e à busca por novas alianças a partir da solicitação feita ao fazendeiro João Rodrigues Pereira de Almeida para interceder por eles junto ao rei. Isso reforça a ideia do rápido aprendizado de novas práticas culturais e políticas por parte dos novos aldeados, bem como da importância da rede de relações para defender seus interesses. De acordo com Lemos, o chefe indígena sabia da influência daquele fazendeiro na corte, pois ele “[...] havia acompanhado e ajudado o seu tio José Rodrigues a aproximá-los da sociedade luso-brasileira no início do aldeamento e mantinha com eles uma relação de amizade antiga” (Lemos, 2016, p. 165). No mês seguinte, Saint-Hilaire (1974, p. 37) registrou o segundo encontro com um grupo que se dirigia ao Rio de Janeiro “[...] para reclamar do Rei uma légua quadrada de terras em que desejavam se estabelecer e da qual pretendiam expulsá-los”.

Aldeados há apenas 15 ou 16 anos, os coroados de Valença e vários outros índios *bravos* dos sertões aprenderam rapidamente a cultura política do Antigo Regime e, tal como seus pares das antigas aldeias, dirigiam-se ao rei para solicitar direitos, ao mesmo tempo em que, localmente, procuravam alianças que pudessem favorecê-los. Esforçaram-se para preservar suas aldeias, cujo processo de extinção foi muito mais acelerado em comparação com o das áreas de ocupação antiga. Ali, em meados do século XVIII, os moradores interessavam-se mais pelas terras dos índios do que por seu trabalho, e o diretório já propunha a extinção das aldeias seculares, enquanto os conflitos por terra se intensificavam.

DE ALDEIAS INDÍGENAS A FREGUESIAS E VILAS – OS ÍNDIOS ALDEADOS E AS DISPUTAS POR TERRA E DIREITOS NAS ANTIGAS ALDEIAS

O processo de extinção das antigas aldeias coloniais do Rio de Janeiro foi, como nas demais regiões do Brasil, longo e gradual. Lançado em meados do século XVIII pela política assimilacionista de Pombal, estendeu-se até o século XIX, com avanços e recuos dados, em grande parte, à ação dos aldeados. Apesar das limitações, eles buscavam manter suas terras, patrimônio e vidas comunitárias, afirmando as identidades indígenas em oposição aos discursos que os consideravam misturados e desaparecidos (Almeida, 2007). Em meados do século XVIII, a terra coletiva das aldeias ainda era um bem de considerável valor para os aldeados. Em meio à violência das guerras e escravizações, eles haviam se aldeado, nos séculos anteriores, em busca de proteção, e a base disso estava na terra com roças e ferramentas prometidas pelos acordos de paz estabelecidos com os lusitanos e em outras formas de rendimentos que aprenderam a utilizar e a defender (Almeida, 2013). Ao aldearem-se, iniciavam o processo de territorialização, isto é, passavam a habitar um território fixo que, dado ou até imposto por uma ordem político-administrativa externa ao grupo, foi assumido por eles como espaço possível de sobrevivência na colônia (Pacheco de Oliveira, 1999).

Nesse processo, ressocializaram-se, reelaborando culturas, identidades e também suas relações com o novo território, conforme as novas necessidades. Negociações com a terra, tais como aforamentos, vendas e exploração de madeiras, foram incorporadas e, embora tenham contribuído para o aumento das usurpações de seus territórios, não os impediram de continuar se esforçando para mantê-los sob seu controle, como evidenciam suas disputas até bastante avançado o século XIX. Às propostas assimilacionistas muitos aldeados responderam com a afirmação das identidades indígenas, sempre acionadas quando recorriam à justiça para defender terras e direitos, que, assegurados por acordos com os portugueses, por sua condição específica de índios aliados e súditos cristãos do rei, ainda se mantinham em meados do XVIII (Almeida, 2007, 2013).

As informações sobre a aplicação do Diretório dos Índios nas antigas aldeias coloniais da Capitania do Rio de Janeiro apontam para as preocupações das autoridades em manter as terras e o patrimônio das aldeias para os indígenas. Embora as novas leis facilitassem avanços e conflitos sobre suas terras, elas mantinham, ainda, antigos direitos. Em 1758, chegaram à cidade várias cartas régias com instruções para as autoridades sobre como proceder em relação às mudanças estabelecidas pelo diretório e sobre como lidar com os padres jesuítas. O bispo do Rio de Janeiro tornou-se o reformador dos jesuítas, e foi um dos principais encarregados de implementar ali as novas medidas. Carta régia a ele dirigida em maio de 1758 estabelecia

que, “[...] em cada uma das Aldeias de Índios que novamente mando erigir em Vilas e Lugares e nas mais em que de novo se forem aldeando os referidos Índios, [...] constitua uma paróquia com o título de Vigararia” (AHU Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 63, D.63). O bispo era instruído para não permitir que os padres tentassem despojar as paróquias que administravam, porque

[...] nas mesmas Igrejas não há coisa que não consista em uma pequena parte do trabalho dos Índios Paroquianos e dos frutos por eles cultivados [...], que nas Igrejas das Missões é tudo pertencente aos Índios, e que no seu nome e a título de tutela é que se achavam na mera administração deles Religiosos da Companhia de Jesus (AHU Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 63, D.63).

Erigidas as novas vilas e lugares, depois de estabelecida a casa de residência do vigário, as terras restantes deviam ser repartidas pelos “[...] índios habitantes das referidas vilas e lugares” (AHU Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.63, D.71). Foram expedidas ordens secretas ao governador Gomes Freire de Andrade, com instruções sobre como proceder para que os padres fossem afastados das aldeias e tivessem seus bens sequestrados, sem que ocorressem os distúrbios sucedidos no Maranhão (AHU Avulsos do Rio de Janeiro, Cx 63, D.72).

É notório, pois, o cuidado da legislação em manter o patrimônio das aldeias para os indígenas no período pós-expulsão, malgrado a presença cada vez mais intensa de não índios em seu interior e das usurpações ilegais que se acentuavam. As terras das aldeias não reverteram para patrimônio comum das novas povoações, embora tenha havido propostas nesse sentido. Expulsos os padres, os indígenas permaneceram nas principais aldeias da capitania, cultivando pequenas porções de terras ou arrendando-as, mas fazendo questão de manter o patrimônio que lhes havia sido coletivamente legado (Almeida, 2013).

No Rio de Janeiro, várias aldeias atravessaram os três séculos da colonização e mantiveram-se em seus locais de origem, sem se misturarem, como aconteceu, por exemplo, na Capitania de Pernambuco e suas anexas. Tornaram-se logo freguesias e apenas uma, São Barnabé, foi erigida à categoria de vila, ainda no século XVIII.

Em 1758, o bispo informava que, em São Lourenço, dera pronta providência para a nomeação do pároco, e ressaltava que deveriam ser restituídas aos índios

[...] as duas léguas de terras que tinha por distrito essa aldeia e as mais que forem necessárias para poderem viver fartos e opulentos seus habitantes mediante o trabalho de sua agricultura [...] na forma de lei de SM [Sua Majestade] que exclui toda a posse e domínio de terceiras pessoas (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 62).

Segundo ele, o mesmo devia ser executado na aldeia de São Pedro. Esta tornou-se, também, freguesia sob a administração dos capuchos, que passaram a dirigi-la rigidamente até que foram retirados e, em 1795, a aldeia passou a ter párocos próprios. O patrimônio da Companhia de Jesus, incluindo sesmarias e edifícios, passou a pertencer aos indígenas (Silva, 1854). Em 1797, com 1.173 habitantes, a aldeia mantinha o alto nível populacional que a caracterizara, e, em 1805, ao se unirem contra um capitão-mor que não lhes agradava, os aldeados de São Pedro davam mostras de manter a coesão aguerrida com que se destacaram nos anos 1600 (Almeida, 2013). Em 1835, como freguesia da cidade de Cabo Frio, a aldeia ainda reunia 689 indivíduos (Silva, 1854).

A aldeia de Mangaratiba foi ereta em igreja paroquial – freguesia – em 1764 e, desde então, tornou-se mais frequente a presença de não índios em seu interior; presença essa majoritária em 1806, quando ocorreram acirrados conflitos por terra e por disputas de liderança (Almeida, 2010; Alveal, 2002). Em 1802, foi desanexada do termo da vila da Ilha Grande, passando a fazer parte da vila de Itaguaí, erigida em 1820. Em 1831, foi elevada à categoria de vila, e, em 1847, a câmara ainda reclamava a propriedade das terras dos indígenas para patrimônio do município (Almeida, 2007).

Santo Antonio de Guarulhos passou a ser administrada por padres seculares a partir de 1758. Em 1759, a igreja foi elevada à paróquia e, desde então, acentuou-se a invasão de intrusos que ali aforavam terras, cujos rendimentos não revertiam para os indígenas que foram abandonando a aldeia. Por edital de 1763, foram ampliados seus limites e ela passou a ser considerada apenas como freguesia. O vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos interessou-se em restabelecer seus arrendamentos em benefício de uma nova aldeia e, para isso, extinguiu-a. Seus foros foram utilizados a favor dos indígenas de São Fidelis, que, como visto, foi criada em 1779, já sob a vigência do diretório, e voltou a abrigar grande parte dos ex-habitantes da extinta aldeia (Almeida, 2013; Silva, 1854).

Em São Francisco de Itaguaí – ex-Itinga – foi criada igreja paroquial e a aldeia passou por vários percalços para manter-se, tendo sido extinta e restituída aos aldeados por esforço deles próprios, pois seu líder chegou a ir ao reino solicitar e obter da rainha a devolução de sua aldeia, como se verá mais adiante (Silva, 1854).

A única aldeia erigida em vila no Rio de Janeiro foi São Barnabé, por edital de 1772 e com as justiças e camaristas criadas em 1783. Com três léguas de terra, localizava-se a uma légua do Rio Macacu, onde havia um porto para a navegação e transporte do comércio e para a negociação dos moradores. Desde 1759, a antiga igreja dos jesuítas tinha se tornado freguesia dos indígenas ali aldeados (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.165, D. 62). Os avanços sobre suas terras foram intensos e geraram muitos conflitos e disputas jurídicas, como se verá posteriormente (Almeida, 2013; Corrêa, 2012).

Apesar das mudanças, as leis continuavam oferecendo algumas garantias aos indígenas e, em torno delas, eles se uniram para reivindicar seus direitos. Entre as continuidades do diretório em relação à política indigenista anterior, incluem-se, como visto, as distinções entre os indígenas e os não indígenas. Distinções evidenciadas na própria documentação oficial que, além de nomear as freguesias como aldeias, listava os moradores e os indígenas separadamente. Em 1766, por exemplo, a memória de todas as freguesias do bispado do Rio de Janeiro incluía as aldeias de São Lourenço, São Barnabé, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba e São Pedro (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 84, D.7). No mapa da freguesia de Itaguaí, de 1797, os 141 chefes de família aparecem divididos, a partir do número 87, pelo subitem “Aldeia dos Indígenas de Taguai” e, daí em diante, subtraem-se do mapa os itens relativos à produção e às rendas. Entre os 86 moradores não indígenas, o mapa informa que oito viviam nas terras da aldeia onde pagavam foro e tinham, em geral, plantações de feijão, arroz e farinha, uns poucos escravos e algum gado (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.165, D.62). Cabe observar a reduzida diferença numérica entre os moradores não indígenas e os indígenas que se mantinham em situação distinta no interior da freguesia. O mapa das vilas da Comarca do Rio de Janeiro, de 1816, ainda faz referências às aldeias, distinguindo-as das vilas e freguesias de mesmo nome, embora não apresente, em muitos casos, o número de habitantes separadamente (BNRJ, I-31,19,14).

Se a manutenção dessas diferenças servia às autoridades e aos moradores, sobretudo pela possibilidade de continuar explorando o trabalho compulsório dos aldeados, estes também souberam aproveitá-las em defesa de seus interesses. Afinal, era essa situação diferenciada, isto é, a identidade de índio aldeado, súdito cristão do rei, que lhes garantia alguns direitos, sobretudo à terra, ao patrimônio e aos rendimentos da aldeia, pelos quais lutaram até bastante avançado o século XIX (Almeida, 2007).

Não obstante, os prejuízos foram significativos. Além de incentivar a presença de não índios no interior das aldeias, a nova lei estimulava, também, a criação de benfeitorias dentro delas, acentuando conflitos. A expulsão dos jesuítas complicou a situação, pois, além de as terras confiscadas aos padres terem voltado ao domínio da Coroa, passando a ser disputadas e pedidas em sesmarias, os indígenas perdiam poderosos aliados em seus enfrentamentos com os moradores. Ampliavam-se os aforamentos, as usurpações e as disputas por terras, enquanto a legislação ainda assegurava a terra e o patrimônio das aldeias para os indígenas cujos rendimentos deviam atender às suas necessidades coletivas. As autoridades procuravam resguardar esses direitos conforme as leis, e os aldeados valiam-se delas para defendê-los. Tinham consciência de seus direitos e prerrogativas pelos acordos feitos com os portugueses e pelos cargos que ocupavam nas aldeias/freguesias e vilas. Intensificavam-se, então, os conflitos com moradores e as resistências por parte dos indígenas que, em algumas situações, obtiveram êxito em suas demandas.

Em 1773, por exemplo, André Alves Pereira Vianna, foreiro na aldeia de São Barnabé, já então chamada vila, dizia-se senhor do porto ali existente e das terras aforadas. Porém, de acordo com os documentos, ele possuía apenas as benfeitorias que, por determinação do então vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779), foram avaliadas e pagas; enquanto as terras, que não lhe pertenciam, foram tomadas para o estabelecimento da vila, em cumprimento ao diretório, que mandava “[...] tomar as terras aos particulares, para o estabelecimento dos ditos Índios” (ANRJ, cód. 69, v. 2, f. 88). Alguns anos depois, os próprios indígenas dessa mesma aldeia recorriam à justiça para reivindicar a devolução de uma parte de suas terras, usurpada por um capitão ambicioso (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 176, D. 9). O desconhecimento do desfecho do caso, sobre qual o Conselho Ultramarino sugeriu novas averiguações, não nos impede de constatar o interesse dos indígenas pelos foros e suas atuações políticas no recurso à lei para obtê-los.

Outras questões levavam os aldeados a recorrer à justiça, entre as quais, as insatisfações com autoridades administrativas das aldeias, sobretudo diretores de índios. Responsáveis pela administração temporal das aldeias, os diretores foram, *grosso modo*, prejudiciais a elas e aos indígenas. Eram homens leigos que, de acordo com o diretório, deviam regular todas as atividades dos aldeados, com o direito de receber 6% sobre sua produção, excetuando-se a de subsistência (Directório, 1758, § 34). Isso os incentivava a abusos e a irregularidades na repartição e na exploração do trabalho indígena, ponto principal das queixas e revoltas contra eles. Em princípio, devia haver um em cada aldeia, o que nem sempre ocorria. No Rio de Janeiro, as poucas informações sobre eles apontam para sua ausência na maior parte delas (BNRJ 9, 2, 26). Em 1797, havia um diretor em Itaguaí e outro em São Barnabé, que, nomeado desde 1779, devia ser o substituto do anterior, deposto pela forte oposição dos indígenas.

Em 1779, João Batista da Costa, capitão-mor indígena de São Barnabé, apresentou requerimento contra o diretor da aldeia, queixando-se “dos flagelos, consternações e injustiças que ele e os pobres Indígenas vinham padecendo” (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.119, D.88). O documento evidencia sua consciência sobre os problemas administrativos envolvendo a aldeia desde que ela se tornara vila e começara a ter juiz conservador e diretor. Além de solicitar a extinção do cargo de diretor, João Batista da Costa questionava o juiz conservador, considerando-o incompetente para fiscalizar as atividades dos diretores, a arrecadação dos rendimentos da aldeia e as atividades dos indígenas para sua subsistência. Questionava, ainda, a condição de tutelados imposta aos indígenas pelo diretório e o desvio de suas atividades artesanais, que garantiam sua subsistência para a exploração de madeiras e outros negócios de interesse do diretor. Além de demonstrar conhecimento da divisão das competências administrativas entre as autoridades, o capitão-mor indígena revelava, também, consciência de sua própria função no exercício do cargo e do prestígio

que lhe era devido, pois queixava-se por ter sido preso por três meses e por não ter o Marquês do Lavradio, vice-rei, atendido “[...] [à] patente que tinha e as honras que logra todas dadas por Vossa Real Magestade” (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.119, D.88). O Conselho Ultramarino foi favorável ao suplicante, e ainda sugeria que fossem reparadas as injustiças feitas contra o capitão-mor indígena “pelo modo possível dando-se-lhe a autoridade e fazendo-o conservar no respeito que se lhe deve” (AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.122, D.33).

De meados do século XVIII ao XIX, os aldeados da Capitania do Rio de Janeiro empenharam-se na defesa de seus antigos direitos, sobretudo em preservar suas antigas aldeias, seriamente ameaçadas pela política assimilacionista. Caso exemplar a respeito disso ocorreu na aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, extinta e, posteriormente, restaurada por ordem da rainha, em atendimento à solicitação do capitão-mor indígena José Pires Tavares, que, como visto, dirigiu-se a Lisboa para defender a aldeia (Silva, 1854). O caso é bastante complexo e não cabe ser aqui aprofundado, porém importa ressaltar que os argumentos favoráveis à extinção da aldeia afirmavam a condição de desaparecimento e mistura dos indígenas. Estes, por sua vez, reivindicavam os direitos seculares de manterem suas terras, afirmando suas identidades indígenas. Venceram a causa contra os interesses do dono de um engenho construído no interior da aldeia que queria expulsá-los. Nesse processo, aliaram-se aos moradores não indígenas que, também ameaçados de expulsão, interessaram-se em criar uma vila naquele mesmo local onde se encontrava a aldeia. Uniram-se aos indígenas, ganharam a disputa, criaram a vila e estabeleceram a câmara municipal, que logo decretou o fim da aldeia, com a mesma justificativa anteriormente utilizada por seus oponentes: os indígenas estavam misturados e desaparecidos.

Processo semelhante, como visto, ocorreu na aldeia de Valença. Apesar das especificidades dos conflitos nas duas regiões, incluindo as diferenças das trajetórias, interesses e interações entre os atores, em ambos os casos, os embates envolveram indígenas e moradores que conviviam e dividiam o espaço da aldeia/freguesia e se associaram contra outros moradores mais poderosos que pretendiam expulsá-los: um sesmeiro em Valença e um dono de engenho em Itaguaí. A lei garantia as terras para os indígenas, razão pela qual, parece-me, os moradores associaram-se a eles, recorrendo à lei, em defesa de seus direitos primordiais. Com a aliança, visavam, sem dúvida, garantir sua própria manutenção nos terrenos disputados. Venceram as causas e não tardaram a criar vilas e a estabelecer câmaras municipais, que logo propuseram a extinção das aldeias, afirmando a mistura e a decadência dos indígenas. Não faltam elementos para se interpretar esses casos como exemplos de manipulação dos indígenas pelos moradores. A meu ver, essa interpretação, além de simplista, retoma uma concepção preconceituosa, segundo a qual os indígenas não tinham margem de ação ou só faziam escolhas equivocadas. Convém atentar para a complexidade das relações e dos interesses, bem como para os crescentes avanços sobre as terras

das aldeias, que cada vez mais diminuía as opções e as estratégias dos aldeados. Ou mal ou bem, a aliança temporária com moradores garantiu ganhos aos aldeados, ainda que por pouco tempo.

As contradições e as disputas sobre classificações étnicas são visíveis nos documentos sobre conflitos de terra em torno da extinção das aldeias, desde meados do século XVIII até o XIX, e podem ser vistas como disputas políticas e sociais, na medida em que ser ou não ser índio implicava ganhos ou perdas políticas e sociais, como destacou Boccara (2001). As propostas de igualdade significavam, para os aldeados, o fim dos direitos coletivos, e acredito ter sido, principalmente, na luta por esses direitos que eles se mantiveram unidos, afirmando suas identidades até o século XIX. O processo de extinção das antigas e das novas aldeias coloniais retardou-se, a meu ver, pela atuação política dos próprios aldeados, que insistiam em preservar suas terras, contrariando os discursos assimilacionistas que os consideravam misturados e extintos. Apesar das semelhanças desses processos nas áreas de ocupação recentes e remotas da capitania, convém considerar diferenças significativas quanto aos ritmos entre o estabelecimento e a extinção das antigas e das novas aldeias coloniais. Se, no caso de São Francisco Xavier de Itaguaí, esse tempo estendeu-se por três séculos, em Valença, deu-se em cerca de três décadas, o que é perfeitamente compreensível levando-se em conta as mudanças na política indigenista, que orientaram a criação das novas aldeias e o acentuado desenvolvimento socioeconômico da capitania no final do século XVIII e início do XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diretório dos Índigenas analisado de forma articulada às políticas indígenas evidencia a complexidade do jogo político entre os atores. Civilizar e assimilar os indígenas do Brasil eram propostas básicas da política indigenista de Pombal, cuja aplicação se deu de formas diversas e mantendo a continuidade com leis anteriores. Apesar de propor a assimilação e a igualdade, a lei afirmava as diferenças entre os indígenas e os não indígenas, pois mantinha os primeiros em uma condição jurídica especial, com obrigações e direitos específicos. O discurso assimilacionista caminhou junto com a manutenção das diferenças; diferenças essas que serviam, também, aos aldeados. Recorriam à lei em defesa de seus direitos e tiveram alguns ganhos, amenizando perdas e retardando o processo de extinção de suas aldeias. A longo prazo, no entanto, e com ritmos diferenciados, as novas e as antigas aldeias da capitania acabariam extintas no decorrer do século XIX. Sob a política indigenista do Império Brasileiro, que intensificou a proposta assimilacionista lançada por Pombal, as aldeias do Rio de Janeiro foram declaradas extintas e seus indígenas desaparecidos,

enquanto alguns ainda seguiam reivindicando antigos benefícios (Almeida, 2007; Carneiro da Cunha, 1992).

FONTES

Impressas

BIBLIOTECA Nacional. Seção de Cartografia. ARC.012.02.010.

CARTA Régia ao Capitão General do Pará acerca da Emancipação e Civilização dos Índios; e Resposta do Mesmo acerca de sua Execução. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. p. 220-232.

CARTA Topográfica da capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Conde de Cunha Capitão General e Vice Rey do Estado do Brasil por Manoel Vieyra Leão Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1767.

DIRETÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário In: MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. p. 165-205.

REGIMENTO das Missões do Estado do Maranhão e Pará 1/12/1686 In: BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983. p. 114-120.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 14/15, p. 110-544, 1854.

Manuscritas

CÂMARA da Vila de Santo Antonio de Sá, 19 de novembro de 1768. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.93. D.43.

CARTA de José Rodrigues da Cruz a D. Rodrigo de Souza Coutinho de 31 de outubro de 1799. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 178, D.74.

CARTA de Ofício de José Rodrigues da Cruz ao vice-rei do estado do Brazil D.. Fernando José de Portugal, em 23 de março de 1803. In: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. [Documento]. 1854. p. 513-515.

CARTA Régia ao Bispo do Rio de Janeiro, ordenando que as Aldeias sejam retiradas dos religiosos da Cia. e que sejam erigidas em vilas e lugares. AHU Avulsos do Rio de Janeiro, Cx 63, D. 63.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a representação de João Batista da Costa. 22 de fevereiro de 1780. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.122, D. 33.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do capitão mor e índios da Povoação de vila Nova de São José d'El Rei. 5 de dezembro de 1799. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.176, D. 9.

DESCRIÇÃO de vários distritos da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Ilmo.e Exmo. Senhor Conde de Rezende vice Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil.1797. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 165, D. 62.

MAPA em que se compreende a relação individual das Vilas desta Comarca assim das que tem juizes de Fora, como das em que há juizes Ordinários com declaração da extensão dos Termos de cada uma de suas Freguesias, do número, e denominação dos Engenhos, Lugares ou Aldeias, Fogos e Habitantes, lugares de comunicação, por onde passam as principais Estradas para outras Capitanias, e distancias elles. Rio de Janeiro, 16 julho 1816. Assim, por Manuel Pedro Gomes, ouvidor da Comarca. BNRJ, I-31,19,14.

MEMÓRIA de todas as Freguesias desse Bispado do Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1766. Ms. AHU RJA cx. 84, doc. 7.

OFÍCIO de Thomé Joaquim da Costa Corte Real de Belem a Gomes Freire de Andrade, enumerando as providências a serem tomadas em função da reforma dos jesuítas. Belém, 19 de maio de 1758. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx.63, D. 72

OFÍCIO do Marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1773. ANRJ cód. 69, vol.02, fl.88.

PORTARIA de 6 de agosto de 1790. *In*: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. [Documento]. 1854. p. 372.

PROVISÃO Régia para Joseph Mascarenhas Pacheco de Mello Belem, 8 de maio de 1758. AHU, Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 63, D.71.

REGIMENTO de Roque da Costa Barreto de 1677, com observações de 1796, cuja execução se recomenda em 1804. BNRJ 9,2,26.

REQUERIMENTO de João Batista da Costa, Capitão –Mor de São Barnabé. 6 de junho de 1779. AHU, Avulsos Rio de Janeiro, Cx.119, D. 88.

REQUERIMENTO de José Rodrigues da Cruz. *In*: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. [Documento]. 1854. p. 509.

REQUERIMENTO do capitão-mor da aldeia de Itaguaí, José Pires Tavares à rainha dona Maria I. *In*: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. [Documento]. 1854. p. 353-358.

SOBRE o extrato da Carta do Bispo do Rio de Janeiro vinda pela Nau Almiranta que chegou entre 17 e 22 de julho de 1758. Avulsos do Rio de Janeiro, Cx. 62.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. Índios Mestiços e Selvagens Civilizados de Debret – reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41. p. 85-106, 2009.
- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. Os Índios no Tempo da Corte – reflexões sobre política indigenista e cultura indígena no Rio de Janeiro Oitocentista. *Revista USP*, São Paulo, v. 79. p. 94-105, 2008.
- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro-século XIX. *Anuario IEHS*, Buenos Aires, v. 1, p. 219-233, 2007.
- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (org.). *A Época Pombalina no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 175-214.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *História e Direito*: sesmaria e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVII). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões*: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.
- BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2001. Não paginado.
- CARDOSO, Ciro F. *Atlas Histórico do Rio de Janeiro*. [S. l.: s. n.], 1984. Relatório de Pesquisa do CNPq.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política Indigenista no Século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 133-154.
- COELHO, Mauro César. *Do Sertão para o Mar*: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- CORRÊA, Luís Rafael Araújo. A atuação de João Batista da Costa na aplicação do Diretório no Rio de Janeiro: interações entre a política indígena e a indigenista (1767-79). *Dia'logos*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 113-123, 2012.

DE JONG, Ingrid; RODRIGUES, Lorena. Introducción. *Memoria Americana*, Buenos Aires, v. 13, p. 9-19, 2005.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (org.). *A Época Pombalina no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

LEMONS, Marcelo Sant'Ana. *O Índio Virou Pó de Café?: resistência Indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

LOPES, Fátima M. *Em Nome da Liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAGHELLI, Luciana. *Aldeia da Pedra, estudo de um aldeamento indígena no norte fluminense*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MAIA, Ligio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De Aldeia a Vila de Índios: vassalagem e identidade social no Ceará –Século XVIII*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

MALHEIROS, Márcia. *Homens de Fronteiras: Índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a Autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.) *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria, 1999. p. 11-36.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

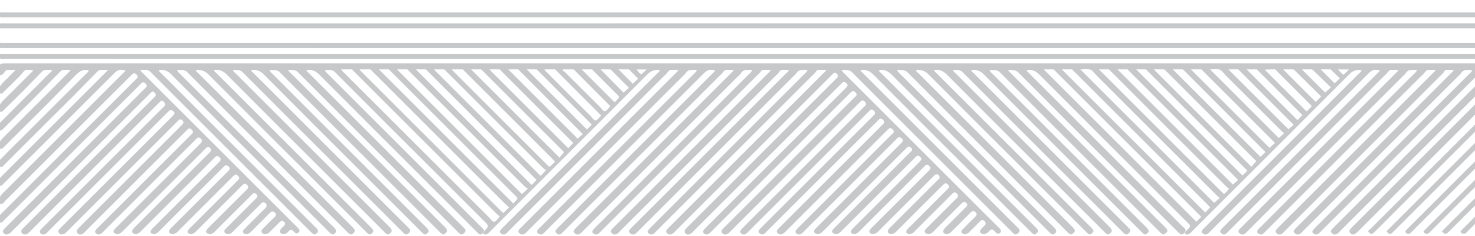
ROCHA, Rafael Ale. *Os Oficiais Índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: CRV, 2022.

SAMPAIO, Patrícia M. Melo. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa no final do século XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 49-65, 2007.

SAMPAIO, Patrícia M. Melo. *Espelhos Partidos*: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: EDUA, 2012.

SILVA, Isabelle B Peixoto da. *Vilas de Índios no Ceará Grande*: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editores, 2005.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano*: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos. Belém: Ed. UFPA, 2012.



CAPÍTULO 20

O MODELO SOCIOECONÔMICO GUARANI-MISSIONEIRO E O IDEÁRIO ILUSTRADO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

PROTÁSIO PAULO LANGER

INTRODUÇÃO

No presente capítulo, propomos analisar o Diretório dos Índios – seus princípios, suas tensões, suas ambiguidades, seus limites – aplicado a uma aldeia constituída a partir de um contingente populacional egresso dos Sete Povos das Missões, da Coroa Espanhola, e estabelecido na parte lusitana, com o intuito de adensar o povoamento e consolidar a conquista do Rio Grande de São Pedro para a Coroa Portuguesa. Entendemos o diretório como um componente icônico de um paradigma político-intelectual abrangente, que visava remover os obstáculos à plenipotência do Estado monárquico e implantar reformas econômicas, institucionais e administrativas, com o propósito de projetar Portugal à modernidade ilustrada. No Brasil meridional, os novos súditos aliciados por Gomes Freire de Andrade, das missões que a Companhia de Jesus criara no Paraguai, foram submetidos a esse regimento essencialmente antijesuítico, que propunha, mediante um método pedagógico, erradicar os elementos jesuíticos e indígenas da população da recém-fundada aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.

Redigido no Grão-Pará e Maranhão, como resposta concreta aos desafios enfrentados pelo seu autor, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – irmão do Marquês

de Pombal, o ministro plenipotenciário de D. José I –, no processo de demarcação do Tratado de Madrid, a marca do Diretório Pombalino é a lógica retórica da ilustração aplicada à reordenação dos espaços coloniais e dos povos nativos da América, com vistas ao fortalecimento da Coroa. Em termos gerais, a ilustração rompe com o discurso catequético jesuítico-clerical e instaura um novo paradigma, constituído por uma estrutura de conceitos, ideias e linguagem, para explicar a realidade física, histórica e humana em termos científicos, naturais e racionais.

A vasta literatura jesuítica e de outras ordens missionárias acerca da natureza – zoologia, botânica, clima, solos, hidrografia – e dos povos indígenas – seus costumes, suas crenças e seus graus de desenvolvimento, suas teorias do povoamento – da América se tornou alvo de escárnio, por parte dos filósofos naturalistas, e de ira, por parte do alto comissariado político do movimento ilustrado lusitano. Munidos com as luzes da razão e com a premissa da indiscutível supremacia cultural/civilizacional europeia, o deboche sobre a literatura que manifestava empatia por costumes, virtudes e habilidades técnicas e cognitivas dos povos indígenas tornou-se uma marca dessa corrente. A obra de Antonello Gerbi (1996) faz um balanço formidável da atitude intelectual de menosprezo pelo Novo Mundo, em grande parte conquistado pelos jesuítas.

A perspectiva de que as luzes da razão, na pessoa de um príncipe iluminado, haveriam de libertar os povos indígenas das trevas, da tirania moral, da servidão e da decadência econômica, arquitetada pelos jesuítas para sua própria ostentação, perpassa o pensamento político-administrativo das coroas ibéricas a partir de meados do século XVIII. O que interessa argumentar é que as diretrizes do diretório atravessam a legislação específica, aplicada aos guarani-missioneiros emigrados das missões jesuíticas e estabelecidos no Rio Grande de São Pedro. Porém, fundamentados nas diretrizes ilustradas, os governantes se depararam com agendas de outros extremos da sociedade que ia se constituindo: pautas socioeconômicas e culturais dos indígenas, de um lado, e dos povoadores/fazendeiros luso-brasileiros, de outro.

O TRATADO DE MADRID E O ANTIJESUITISMO ILUSTRADO NOS ESCRITOS POMBALINOS DA DÉCADA DE 1750

Quando focamos o ideário que subjaz ao diretório, percebemos que sua amplitude temporal e espacial transcende os marcos cronológicos do período em que esse regulamento esteve em vigor (1758-1798). Suspeições e conotações antipáticas aos jesuítas e insinuações acerca de sofisticados projetos de poder e de riquezas escusas, em recônditos sertões da América, já eram comuns no reinado de D. João V, e se estenderam por longas décadas. Além do mais, muito depois de ter sido revogado, ao longo do século XIX, o diretório era evocado como referência em debates

sobre “[...] o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões” (Cunha, 1992, p. 138). Geograficamente, o diretório também não ficou restrito apenas ao Grão-Pará e Maranhão, pois, além de haver norteado a civilização dos indígenas de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, suas disposições serviram de modelo para as *instrucciones* que o governador de Buenos Aires, Francisco Bucarelli, elaborou para os *pueblos* guarani após a expulsão dos jesuítas dos domínios castelhanos, em 1767 (Maeder, 1987).

Na Província do Rio Grande – do Sul – de São Pedro, a documentação relativa e subsequente à demarcação do Tratado de Madrid (1750) é fortemente marcada pelas mesmas premissas que o Diretório dos Índios desenvolve e adensa, sete anos mais tarde. Acompanhar como o ideário ilustrado – portanto, antijesuítico – permeia a documentação das autoridades coloniais, mobilizadas para a demarcação, a defesa e o povoamento das fronteiras meridionais, será o foco deste tópico.

O ajustamento das fronteiras ibéricas meridionais incidiu em cheio sobre os 30 povos jesuítico-guarani do Paraguai colonial – atualmente, Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai –, estabelecidos ao longo de uma experiência catequética que existia, há mais de 100 anos, nas duas margens dos rios Uruguai e Paraná. Após décadas de disputas bélicas e diplomáticas entre as coroas ibéricas, o Tratado de Madrid estabeleceu a permuta da Colônia do Sacramento, fundada por portugueses em 1680, pelos sete povos jesuítico-guarani da margem oriental do Rio Uruguai.

Figura 1 – Detalhe do Mapa das Cortes, de título “Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional”. Ano base 1749. Referência para o Tratado de Madrid, de 1750



Fonte: Brasil em 1749: mapa das cortes ([1---]).

A retórica antijesuítica que emerge da vasta documentação relativa aos episódios subsequentes ao Tratado de Madrid anuncia, ao avesso, as linhas gerais do novo projeto civilizatório que o diretório propunha instaurar. Toda ação catequética dos inacianos torna-se alvo de insultos e incriminações que têm como fundamento a suposta inutilidade dos indígenas para o Estado, por servirem, supostamente, apenas às ambições de poder e riqueza dos padres regulares.

Uma carta de Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, entre 1733 e 1763, ao rei D. João V, datada de 12 de junho de 1750, inaugura, a nosso ver, um tom e um teor de explícito confronto aos interesses e ao poder dos jesuítas. Além de atender aos seus anseios expansionistas, o Tratado de Madrid foi recebido por Gomes Freire como uma demonstração de força das cortes ibéricas e como uma ferramenta que haveria de desnudar as tramas sigilosas maquinadas pela Companhia de Jesus em suas missões.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. O dia 6 de junho será para a minha memória sempre feliz, tanto pelo nascimento do Príncipe Nosso Senhor, em cujo festejo estava quando entrou à barra a carta de V. Ex.^a com certeza por mim há tantos anos suspirada, de se haver firmado o *tratado da divisão*. Nele vejo, passa a nossa demarcação por parte das missões *jesuítas*, e surpreende-me, como esta poderosa religião na Corte de Madri não embarçou a conclusão deste tratado. O meu receio prendia, e ainda prende, *nos importantes tesouros*, que aos padres rentão as missões que banham o *Paraguai, Paraná e Uruguai*, as quais agora ficam abertas, divisas e registradas (Andrade, 1750, grifo nosso).

Tomado por júbilo, Gomes Freire de Andrade celebra o êxito da diplomacia portuguesa e o início do aguardado desmascaramento dos jesuítas que o tratado proporcionava. Seu discurso permite entrever que o ideário antijesuítico permeava as negociações diplomáticas e que ao vitorioso acordo sobreviria uma temporada de enfrentamentos e obstáculos que seriam movidos pelos jesuítas, que haveriam de armar “[...] tantas dificuldades e inteligências ao tratado e execução dele, que tenhamos barreira para muitos anos” (Andrade, 1750). Por sua argúcia em relação aos “tesouros” e aos embaraços que os jesuítas levantariam às expedições demarcatórias, o próprio Gomes Freire de Andrade foi enviado para executar e documentar as diligências e a permuta dos territórios. Sua atuação nessa frente, de 1752 a 1759, foi largamente registrada por sua equipe, por diários e pelas correspondências que trocava com o primeiro ministro do rei D. José I, Sebastião Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

As cartas de Gomes Freire relativas às expedições e à resistência indígena, conhecida como Guerra Guaranítica, serviram como fonte para um panfleto de autoria anônima, posteriormente atribuída ao Marquês de Pombal, intitulado *Rela-*

ção abbreviada da Republica, que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos domínios ultramarinos das duas monarchias, e da guerra que nelles tem movido e sustentado contra os exércitos hespanhoes, e portuguezes [...]. Entre 1753 e 1757, as insinuações suspeitosas dão lugar a denúncias de crimes hediondos que teriam sido praticados pelos jesuítas. Esse libelo, que exacerba as notícias acusatórias dos comissários demarcadores, é uma suma das incriminações pombalinas contra a Companhia de Jesus e dos estereótipos iluministas relativos à natureza do continente americano e aos seus povos originários. Vale observar que o estilo, o vocabulário e os próprios temas político-civilizatórios da *Relação abbreviada [...]*, do diretório e das ordenações específicas relativas aos guarani egressos dos Sete Povos das Missões – expedidas pelos governadores do Rio Grande de São Pedro – são extremamente similares e participam de um mesmo campo retórico e semântico:

Nos sertões dos referidos rios Uruguai e Paraguai se achou estabelecida uma poderosa república, a qual só nas margens e territórios daqueles dois rios tinha fundado não menos de 31 grandes povoações, habitadas de quase 100.000 almas, e tão ricas e opulentas em frutos e cabedais para os ditos Padres, como pobres e infelizes para os desgraçados Índios, que nelas fechavam como escravos (Relação [...], 1757, p. 3).

Na parte norte,

[...] vieram a fazer-se absolutos senhores do governo espiritual e temporal dos Índios, pondo-os no mais rígido cativeiro a título de zelarem a sua liberdade, e usurpando-lhes não só todas as terras e frutos, que delas extraíam, mas também até o próprio trabalho corporal, de sorte que nem tempo lhes permitiam para lavrarem o pouco a que se reduz o seu miserabilíssimo sustento; nem lhes ministravam a pouca e insignificante roupa, que bastaria para cobrirem a desnudez com que estes infelizes racionais se expunham indecentissimamente aos olhos do povo (Relação [...], 1757, p. 3).

Um poder escuso e ilimitado que confere uma vida de opulência à custa do trabalho escravo, da submissão moral e da miserabilidade temporal dos indígenas, conservados na barbaridade e na estupidez das missões criadas nos sertões incultos, constitui a tônica denunciatória do antijesuitismo ilustrado. Desde a carta de Gomes Freire a Dom João V, passando pela *Relação abreviada [...]* e, finalmente, pela “Lei pela qual S. M. é servido exterminar, proscrever e mandar expulsar dos seus reinos e domínios os regulares da companhia denominada de Jesus etc.”, as acusações, relativas a um

[...] temerário e façanhoso projeto com que havia intentado e clandestinamente prosseguido sua usurpação de todo o Estado do Brasil, com um

tão artificioso e violento progresso que não sendo pronta e eficazmente atalhado, se faria dentro no espaço de dez anos inacessível e insuperável a todas as forças da Europa unidas (Lei [...], 1861, p. 74-75).

Foram de tal modo publicizadas, por distintos mecanismos midiáticos, que se sedimentaram no imaginário coletivo do mundo ocidental, no qual subsistiram por séculos, sobretudo no âmbito da historiografia.

O “TESOURO” GUARANI-MISSIONEIRO ALICIADO POR GOMES FREIRE DE ANDRADE

Ao perceber *in loco* que prosseguir com a troca dos territórios nos termos do Tratado de Madrid não seria seguro e vantajoso para Portugal e que os “importantes tesouros” dos padres não correspondiam aos seus anseios, Gomes Freire focou em aliciar o maior quantitativo possível de indígenas, das missões castelhanas, para estabelecê-los em territórios lusos¹. Esse contingente, atraído por uma política de bom acolhimento e por promessas de benefícios, formulado por Pombal e executado por Gomes Freire de Andrade, tornou-se o alvo primordial da política civilizatória pombalina no sul do Brasil. Entre 1752 – ano em que Gomes Freire inicia os afazeres demarcatórios – e 1759 – ano em que retorna ao Rio de Janeiro –, foram constituídos, oficialmente, cinco aldeamentos² em localidades dispersas pelo vasto território recém-incorporado à Coroa Portuguesa.

A irrupção da Guerra Hispano-Portuguesa (1762), dirigida pelo vice-rei do Rio da Prata, Pedro Cevallos, contra o Rio Grande de São Pedro, fez Gomes Freire ordenar diversas transferências dos indígenas para uma localidade mais afastada dos confrontos bélicos e mais próxima da vigilância do governo do Rio Grande. O cumprimento da ordem foi reportado por José Custódio de Sá e Faria, governador entre 1764 e 1769, segundo o qual Gomes Freire tinha duas justificativas: não expor os

1 Não cabe, na abrangência do presente capítulo, condensar um sem-número de temas historiográficos, complexos e instigantes, relacionados a essa permuta, tais como: o modelo missionário jesuítico e a formação de uma identidade étnica e simbólica guarani-cristã, o Tratado de Madrid e a subsequente Guerra Guaranítica, e o fracasso das negociações territoriais entre as monarquias ibéricas. Em meio a esse cenário, ocorreu o êxodo de milhares de guarani, súditos de Sua Majestade Católica, rumo ao Rio Grande de São Pedro. Desde meados do século XIX, esse rol temático está fortemente presente na historiografia sul-rio-grandense e missioneira, e se desdobra em diversas abordagens ou correntes – ora mais ativistas, pró ou antijesuíticas, ora mais acadêmicas e focadas no hibridismo cultural e/ou no protagonismo histórico guarani. Sobre a historiografia missioneira e sul-rio-grandense, sugerimos Gutfreind (1998), Langer (2005) e Torres (1992).

2 As sucessivas fundações e transferências de aldeias – Nossa Senhora da Conceição do Estreito, São Nicolau do Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Nossa Senhora dos Anjos e São Nicolau do Jacui –, entre 1752 e 1770, no Rio Grande do Sul foram estudadas por Langer (2005).

novos súditos ao perigo e não confiar em sua lealdade, “[...] pois não predomina neles a constância, *por que o desprezo com que foram criados* e com que os obrigaram a não estimar nada, lhe faz perder o estímulo que é natural na mais gente até o da própria honra que não conhecem” (Faria, 1962, p. 306, grifo nosso).

Insultar os jesuítas e o “infame” sistema de educação imposto aos indígenas tornou-se um rito retórico de todos os *ilustrados* governantes – Gomes Freire de Andrade, José Custódio de Sá e Faria, Marcelino de Figueiredo –, que propugnavam projetos para incorporar os mais de 3 mil guarani-missioneiros emigrados ao Rio Grande de São Pedro. Os ataques antijesuíticos e as teses sobre o caráter – natural ou providencial divino, inato ou adquirido – dos traços psicológicos dos guarani-missioneiros constituem um campo eivado de interesses coloniais contraditórios, dissimulados por teorias filosóficas racionalistas e racistas à moda do cientificismo iluminista. Nas cartas e instruções das ilustradas autoridades, essas abordagens teóricas permeiam os debates sobre os benefícios ou prejuízos da presença dos indígenas missioneiros no Rio Grande de São Pedro. O que nunca aparece nesses debates é que os próprios guarani-missioneiros resguardavam e se orientavam por pautas socioeconômicas e culturais que lhes eram caras.

Na mesma carta em que submete à apreciação do vice-rei Conde da Cunha um conjunto de medidas possíveis, o governador Sá e Faria faz uma análise sobre o método vigente nas missões, que, a seu ver, era a causa da miserabilidade e do abatimento dos guarani-missioneiros:

Fiz esta pequena digressão para V. Exa. perceber a indigência destes miseráveis. e o trabalho que há de haver para os civilizar: em uma palavra Exmo. Snr. todo o sistema destes padres, era o de os conservar sempre pobres e abatidos, e que de sorte alguma pudessem vir a passar em nenhum tempo, do estado de índios a vassalos do seu Soberano: porque nesse Caso o deixariam de ser dos mesmos padres, e perderiam o grande império que ainda possuem em trinta e uma Aldeias na Província de Paraguay (Faria, 1962, p. 305).

Na sequência, Sá e Faria propõe possíveis encaminhamentos, ou métodos, para reduzir os dispêndios com a subsistência e para tornar os indígenas convenientes ao povoamento do Rio Grande – naquele momento, parcialmente ocupado pelos castelhanos –, úteis aos fazendeiros e à Coroa. O cenário sociopolítico, com o Rio Grande em guerra e com milhares de indígenas carentes de recursos básicos para a subsistência, era desafiador e requeria medidas de impacto que afetariam a sociedade colonial, sobretudo a Real Fazenda.

Nos métodos que submeteu à apreciação do vice-rei, e nos possíveis efeitos indesejáveis da implantação de qualquer um deles, a sintonia de Sá e Faria com as diretrizes do diretório é notória. Primeiramente, observa que os novos súditos “[...] não

são capazes de governarem a si” (Faria, 1962, p. 309), posto que os jesuítas os subjuguavam ao ponto da escravidão, tornando-os apáticos em relação aos bens cobiçados pela sociedade colonial, de caráter mercantil; parecer que é compartilhado pelas demais autoridades ilustradas. O diretório (§ 17) também entendia que a falta de uma “[...] honesta, e louvável ambição” por bens materiais adquiríveis pelo trabalho individual e pelo comércio decorria do governo temporal dos jesuítas, que administravam a produção agrícola e extrativista e as manufaturas dos indígenas em favor de suas próprias cobiças.

Em suma, devido à má formação do caráter – ausência de ambição –, os guarani-missionários não poderiam ser estabelecidos da mesma forma que os colonos ilhéus – habitantes do Arquipélago dos Açores trazidos para povoar o Rio Grande –, “[...] porque dando-se-lhes terras separadas a cada família, e algumas rezes para se principiarem a estabelecer, em poucos dias as comerão e não cuidarão das lavouras se os não obrigarem” (Faria, 1962, p. 309).

A segunda opção propunha juntar mais de 600 famílias em uma grande povoação. Sá e Faria adverte o vice-rei dos elevados gastos com recursos humanos e com uma infraestrutura necessária para a subsistência e a “civilização”. Quanto aos recursos materiais, previa que a Real Fazenda deveria estabelecer uma ou duas estâncias com 1 mil rezes, muitos cavalos para o serviço das mesmas estâncias, terras para lavouras, ferramentas para as casas e as lavouras, uma igreja e uma botica. Quanto aos recursos humanos, previa a contratação de um diretor com o mesmo perfil prescrito no diretório, que “[...] [devia] ter as circunstâncias de inteligente, activo e mais zeloso do serviço de Sua Magestade e bem dos índios, do que das suas conveniências” (Faria, 1962, p. 310) –, um capataz para governar a(s) estância(s) que seria(m) formada(s), sacerdotes e um cirurgião.

O aspecto mais marcante dessa proposta foi a percepção, por parte de Sá e Faria, de que a única maneira de garantir a autossuficiência agrícola e pastoril, para a subsistência da população guarani, seria a criação de estâncias e lavouras comuns à maneira das que existiam nas missões.

[...] aqui temos os índios vivendo da mesma sorte com que os padres os criaram, e jamais deixarão de ser índios *pois é preciso que os façam trabalhar para o comum, e do monte, maior se acuda as suas precisões*, o que de nenhuma sorte me parece útil. pois para o ser e para se civilizarem, é preciso venham para o diante a viver com a mesma regularidade que os mais vassalos, porque do contrário viríamos a ter dentro do nosso País uma República estrangeira, vivendo com diferentes usos e costumes o que se deve procurar evitar (Faria, 1962, p. 310, grifo nosso).

Porém, nesse costume de “trabalhar para o comum”, os ilustrados demarcadores – do Tratado de Madrid – e governantes percebiam um inconveniente primitivo

e antiliberal. O padre Cardiel, que atuava nas missões ao tempo da demarcação do tratado, defendeu os jesuítas diante das cobranças expressas por demarcadores da equipe espanhola acerca desse tema. Seu discurso apresenta aspectos relevantes do modelo econômico jesuítico-guarani e, ao mesmo tempo, evidencia o teor das ilustradas críticas:

Aqueles que na linha divisória vinham por Demarcadores, e alguns outros do exército, [...] diziam que todo este governo era errado: que cada índio devia ter suas vacas leiteiras e outro rebanho para comer, como fazem os espanhóis do campo: um erval por horta: uma plantação de tabaco: seus cavalos e mulas: e fazer erva e tabaco em abundância, e os espanhóis virem a comerciar com eles, e os Padres somente ensinar a Doutrina Cristã. O que mais gostaríamos do que poder conseguir isto, para estar livres de tanto cuidado temporal. [...] Diziam mais: que se os espanhóis estivessem misturados com os índios, dispensando-se a lei que o proíbe, teriam mais esclarecimento, entrariam em alguma ganância, prefeririam organizá-la, obrigando-se a mantê-la³ (Cardiel, 1913, p. 543, tradução nossa).

Em outras palavras, o padre Cardiel confessa que os jesuítas fracassaram no intento de individualizar o trabalho agrícola e de privatizar a terra, atribuindo apenas um lote a cada família. Os jesuítas, obviamente, não seriam os culpados, e, sim, a “[...] raça, casta e qualidade” dos guarani que, ao contrário dos camponeses espanhóis, dos índios do Peru e do México, não possuíam governo, leis e economia. As críticas das autoridades portuguesas e espanholas não seriam justas, pois o contraste do que eram antes da conquista – “feras do campo” – para o que se tornaram, após 150 anos de governo temporal e espiritual jesuítico, era admirável (Cardiel, 1913, p. 543).

Em outras palavras, os jesuítas – padre Cardiel – culpam a “raça” guarani pelas práticas de trabalho e propriedade comunitária, enquanto os comissários e os governantes ilustrados culpam os jesuítas. Uns e outros coincidiam em declarar que tais práticas socioeconômicas eram inconvenientes, o que revela que a oposição entre ambas as tendências era, sobretudo, de natureza política. Para os governantes iluministas, os culpados eram os padres da companhia, que não haviam engendrado *luces*, *codicia*, “honesta e louvável ambição” (Diretório, § 17, 1758) na formação psicossó-

3 “Los que en la línea divisoria venían por Demarcadores, y algunos otros del ejército, [...] decían que todo este gobierno era errado: que cada indio debía tener sus vacas lecheras y otra tropilla más, que comer, como hacen los españoles del campo: un yerbal por huerta: un tabacal: sus caballos y mulas: y hacer yerba y tabaco en abundancia, y venir los españoles á comerciar con ellos, y los Padres sólo enseñar la Doctrina Cristiana. Qué más quisiéramos nosotros, que poder conseguir esto, por estar libres de tanto cuidado temporal. [...] Decían más: que si los españoles estuvieran mezclados con los indios, dispensando en la ley que lo prohíbe, tendrían más luces, entrarían en alguna codicia, lo agenciarían más bien, haciéndose a guardarlo”.

cial e econômica dos guarani, mantendo-os em condições análogas à escravidão, em suas missões.

Sá e Faria foi um típico militar, intelectual e governante ilustrado, que fazia coro às críticas à pedagogia socioeconômica jesuítica. Por outro lado, na sua longa atuação no processo demarcatório do tratado, na Guerra Guaranítica e no êxodo das famílias guarani para o Rio Pardo⁴, conheceu a tradição de propriedade e trabalho coletivo dos guarani-missioneiros. Sabia da desconformidade desse costume em relação às diretrizes ilustradas, que não podiam conceber a heterogeneidade de costumes e valores socioeconômicos.

O dilema sobre a subsistência e o método de assimilação das famílias guarani foi representado, por Sá e Faria, ao vice-rei Conde da Cunha; este, por sua vez, repassou, em 10 de setembro de 1766, as dúvidas a Mendonça Furtado, e, ao fazê-lo, pintou o seguinte cenário:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Três mil e tantos Índios que vieram das missões dos Jesuítas com o Conde de Bobadella assistentes em Viamão têm arruinado todas as Estâncias daqueles distritos: esta qualidade de gente só servia aos mesmos Jesuítas, que tinham formado a Sua República deles por não poder estabelecê-la de Europeus, mas esta precisão a não tem El-Rey Nosso Senhor, porque de nações civilizadas e úteis pode mandar transportar ao Brasil os casais que quiser sem fazer com eles tanta despesa como até ao presente se tem feito, e fará com estes de gentios que não trabalham, e a quem Deus Senhor Nosso não quis dar mais capacidade, que a que tem uma criança de seis anos: gente que não tem aprendido em tantos anos nem uma só palavra, nem para a entenderem e muito menos para se instruírem na doutrina cristã: gente a quem não é possível dar pasto espiritual, por não haver em toda esta Capitania, Sacerdote nem pessoa alguma que fale no seu idioma, enfim Ex.^{mo} Snr. estes irracionais com Figura humana, só para a barbaridade tem propensão, e para os latrocínios habilidade (AHU, Avulsos Rio de Janeiro, Cx. 78, Doc. 7077).

Como se vê, em termos de insultos antijesuíticos, o Conde da Cunha não deixava nada a desejar, quando comparado aos demais governantes ilustrados. Todavia, em relação ao projeto de “civilização” e povoamento do Rio Grande de São Pedro, seu discurso situa-se na contramão do ideário ilustrado pombalino. Em seu trabalho de mestrado, Antonio Carlos Soares assertivamente constatou que ao Conde da Cunha faltava “[...] engajamento às diretrizes ilustradas do período”, enquanto José Custódio de Sá e Faria se manifestava “[...] visivelmente engajado pelo reformismo ilus-

4 Em diversas passagens, Sá e Faria coloca-se como um libertador a serviço do rei. Referindo-se aos indígenas que acompanharam o exército português, em sua retirada para o Rio Pardo, declara que Sua Majestade “[...] estimou haver tirado da escravidão a tantos miseráveis” (Faria, 1962, p. 306).

trado, demonstrando os problemas e sugerindo soluções, desejando integrar os índios por meio dos pressupostos assimilacionistas do Diretório” (Soares, 2020, p. 119).

De fato, para Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Mendonça Furtado, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), Sá e Faria, José Marcelino de Figueiredo e outros ilustrados castelhanos, a apatia dos guarani à “*codicia*”, à “honesta e louvável ambição”, enfim, à acumulação privada à moda do mercantilismo colonial, era culpa de um sistema socioeconômico e pedagógico que obstruía o trabalho indígena em favor dos colonos, para resguardar essa mão de obra ao desfrute da Companhia de Jesus. Nenhum desses autores – governantes – atribuiu o estado de miséria, a ausência de ambição material – individual – e a aversão para com o trabalho colonial a uma incorrigível incapacidade, inferioridade ou irracionalidade dos povos indígenas⁵. Já o Conde da Cunha, sim. Seu discurso fazia coro aos fazendeiros conluiados em torno da Câmara de Viamão, que propunham a reimplantação da “livre administração” dos indígenas, à maneira dos paulistas do século XVII (Monteiro, 1994, p. 130). Em resposta, em tom de repreensão, o irmão do Marquês de Pombal dizia que, se o Conde, que era vice-rei, conhecesse “[...] experimentalmente sua [dos guarani-missioneiros] aptidão se havia de persuadir que eles *eram tão hábeis quanto os europeus*” (Mendonça Furtado, 1767, p. 217, grifo nosso). Após explanar os grandes resultados das escolas, das lavouras, do comércio e dos ofícios mecânicos, Mendonça Furtado assegura que, nas aldeias abrangidas por sua governança, no Grão-Pará e Maranhão, já estava em curso:

[...] mui avançado o estabelecimento de uma grande e nova república, com esses mesmos chamados Índios indolentes, *que na verdade são homens como nós*, faltos porém do lume da fé, e do que é sociedade civil; porque a tudo lhes tapou os olhos a tyrannia e a crueldade de quem os educou, para os conservarem na desgraçada cegueira [...] (Mendonça Furtado, 1767, p. 217, grifo nosso).

Sá e Faria conhecia, “experimentalmente”, desde 1752, as questões relativas ao modelo socioeconômico cultural e administrativo das missões. Em quase todos seus escritos⁶, proferiu vitupérios ao modelo socioeconômico dos jesuítas e professou sua crença na política assimilacionista de indígenas à sociedade mercantilista colonial. No entanto, diante de um cenário que requeria medidas concretas e urgentes, no âmbito da agricultura e da pecuária, para satisfazer as necessidades do “continente

5 Expressões do tipo: “pessoas miseráveis”, “rusticidade”, “ignorância”, “irracionais” etc. são recorrentemente imputadas aos povos indígenas pela retórica ilustrada. Para uns, esse estatuto era remediável mediante um projeto pedagógico civilizatório. Para outros, como o Conde da Cunha, a inferioridade havia sido instituída por Deus ou pela natureza, sendo, portanto, congênita e insanável.

6 Tau Golin estudou minuciosamente o diário que Sá e Faria escreveu sobre a campanha contra os indígenas sublevados e publicou, além do diário, centenas de documentos correlatos (Golin, 1998).

do Rio Grande”, arruinado pela guerra contra a Espanha, o governador tomou para si a responsabilidade de promover um modelo bem guarani, admitido pelos jesuítas nas missões do Paraguai. Em julho de 1768, Sá e Faria emitiu longas e detalhadas *instruções* ao capitão Antônio Pinto Carneiro, diretor dos índios, e a David de Campos, diretor das lavouras⁷. O preâmbulo das *instruções* dizia:

Como das roças particulares dos Índios da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, se não tem seguido conveniência alguma, não só pelo diminuto terreno de cada uma, mas pela pouca economia que tem os ditos Índios em recolher os mantimentos; pois os consomem a medida em que vão amadurecendo, o que resulta em miséria: Me resolvo a que além das suas roças particulares, que costumam fazer, *façam roças grandes, em que os seus frutos sirvam para o comum*, assim como para sustentação dos mesmos Índios, como para se venderem em seu benefício, os q sobrarem; para os quais concorrerá a Fazenda Real com as sementes, e ferramentas [...]

(AN, 1768, cód. 104, v. 6, f. 174v, grifo nosso).

Nas missões do Paraguai, donde procedia a população da aldeia dos Anjos, as grandes lavouras – e todos os bens comunais – eram designadas “*tupambaé*”, que literalmente significa “coisa”, “propriedade de Deus”. A coisa ou propriedade particular era o *abambaé* (coisa do indivíduo).

O *Tupambaé* (*Tupã* = Deus, *mbaé* = coisa pertencente, posse, propriedade), era no idioma Guaraní a fazenda de Deus fazenda dos pobres; o campo comum com seus frutos e gado [...] Escolhia-se o campo comum dos terrenos mais saudáveis do povoado (municipalidade), e de tamanho suficiente para se plantarem em abundância os frutos necessários: milho, mandioca, leguminosas e algodão, e as outras plantas úteis adequadas à qualidade da terra⁸ (Hernandez, 1913, p. 209, tradução nossa).

Seis anos haviam se passado desde a transferência das famílias guarani de Rio Pardo a Viamão (1762). Três anos haviam se passado desde as primeiras propostas apresentadas por Sá e Faria ao Conde da Cunha, que as submeteu à apreciação de Mendonça Furtado, que, por sua vez, admoestou o Conde da Cunha e lhe recomendou que se aplicasse o Diretório dos Índios. Ao longo desses anos, não haviam sido demarcadas terras para lavouras e para criação de gado, afora as pequenas chácaras

7 Além dos cargos remunerados de diretor dos índios e de diretor das lavouras, diversos outros foram criados por Sá e Faria no processo de implantação do diretório no Rio Grande de São Pedro.

8 “El *Tupambaé* (*Tupã* = Dios, *mbaé* = cosa perteneciente, posesión, propiedad), era en idioma Guaraní la hacienda de Dios hacienda, de los pobres; el campo común con sus frutos y ganado [...] Elegíase el campo común de los terrenos más saneados del pueblo, y de suficiente extensión para que en él se pudieran sembrar los frutos necesarios en abundancia: maíz, mandioca, legumbres y algodón, y las otras plantas útiles de que es capaz la calidad de la tierra”.

(*abambaé*) nos arredores dos ranchos que, diversas vezes, o próprio governador considerou diminutas e insuficientes para a subsistência das famílias. No entanto, nenhum discurso – político-administrativo – ilustrado, de qualquer governante, havia associado diretamente a dependência e a contínua carência alimentar dos guarani-missioneiros à falta de terras para grandes lavouras coletivas e para estâncias de criação de gado. De acordo com o próprio governador, a dificuldade de encontrar terras adequadas era imensa, pois “[...] os terrenos todos estão dados de sesmarias” (Faria, 1962, p. 312) e ocupados por moradores, por ilhéus – famílias açorianas – e por famílias despejadas da vila de Rio Grande, ocupada pelos castelhanos.

Quando, em julho de 1768, Sá e Faria adquiriu terras para grandes “lavouras dos povos”, sementes e ferramentas, às custas da Real Fazenda, e estabeleceu um método – as *instruções* –, a ser aplicado mediante encargos remunerados, o governador agia por conta própria, pois ainda não havia recebido resposta ao dilema dirigido ao vice-rei⁹:

A miséria a que se acham reduzidos os índios de Nossa Senhora dos Anjos, desde que chegaram a este Continente pela falta de método próprio para a sua subsistência, *me obriga a tomar as providências que me parecerem mais proporcionadas, não só em benefício dos ditos índios, e desta Província; mas em alívio da Fazenda Real enquanto não tenho positivas ordens de Sua Magestade ou do Ilmo. Exmo. Sr. Conde de Azambuja, Vice Rei do Estado* (AN, cód. 104, v. 6, f. 170v-171, grifo nosso).

Se, por um lado, as *instruções* atestam o engajamento do governador em prol de um método ilustrado para assimilar os indígenas à dinâmica da sociedade mercantil colonial do Brasil meridional, por outro, indicam que Sá e Faria reconheceu e investiu grandes esforços e expectativas nas “lavouras dos povos” ou “roças grandes”, isto é, no previamente evocado *tupambaé* dos guarani-missioneiros.

Meliá relacionou a produção no âmbito do *tupambaé* a um sistema de reciprocidade típico dos povos da família tupi-guarani¹⁰. Nas missões, a economia de reciprocidade teria sido reformulada de maneira que o trabalho em comum, a distribuição igualitária dos produtos e a aplicação dos excedentes na qualidade de vida da comu-

9 Em julho de 1768, o vice-rei já não era mais o Conde da Cunha – que havia sido consultado por Sá e Faria, que repassou as dúvidas a Mendonça Furtado e que ficou de encaminhar as cópias do diretório ao governador do Rio Grande –, e, sim, o Conde de Azambuja (Rolim de Moura Tavares)

10 Bartomeu Meliá identificou, no *Tesoro de la lengua guarani*, do padre Antonio Ruiz de Montoya ([1639]), o conjunto de verbetes que fundamentam a economia de reciprocidade dos povos da família tupi-guarani. O verbete “*potirõ*” – que, por variações fonéticas, se tornou “puxirão”, “mutirão”, “putirom” etc. – significa “*poner manos a la obra*”, e *pepy* significa “convite”. “*El potirõ y el pepy por su vez se estructuran en una forma económica más amplia que determina el modo de ser guarani, que es el jopói. Y jopói no es sino la reciprocidad*” (Meliá, 2004, p. 49). No *Novo Dicionário da Terra* (2023), o verbete “puxirão” traz referências sobre o registro dessa prática em distintas localidades e temporalidades.

nidade constituíam os fundamentos do desenvolvimento socioeconômico. “O sucesso do trabalho nas Missões deveu-se tanto ou mais à sobrevivência das diretrizes Guarani do que àquelas supostamente introduzidas pelos Jesuítas”¹¹ (Melià, 2004, p. 57, tradução nossa). Agora, paradoxalmente, o sistema coletivo guarani estava sendo readmitido por governantes indignados com o modelo das missões, para salvar o Rio Grande de São Pedro do colapso.

As *instruções* e as medidas administrativas a elas vinculadas representam, a nosso ver, um marco que sinaliza o efetivo ingresso da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, na esfera administrativa e político-ideológica do diretório – um modelo civilizatório idealizado para ser o extremo oposto do modelo guarani-jesuítico. Na prática, porém, subtraindo-se a retórica ilustrada, a receita para o alívio da Real Fazenda, dos moradores da província e das próprias famílias indígenas foi a implantação de pautas caras aos guarani e ao sistema missionário jesuítico: “[...] roças grandes, em que os seus frutos sirvam para o comum, assim como para sustentação dos mesmos Índios, como para se venderem em seu benefício, os q. sobrares [...]” (AN, cód. 104, v. 6, f. 174v).

De um modo geral, as *instruções* ao diretor dos povos seguiam uma lógica e uma retórica semelhante ao Diretório dos Índios: regulamentavam o trabalho dos indígenas alugados para os fazendeiros – os registros nos livros, os turnos de trabalho, as formas de pagamento, as punições aos fazendeiros que não cumprissem os acordos e não tratassem bem os indígenas –, orientavam o modo como deviam ser recebidos e administrados os pagamentos – já que os indígenas não tinham “[...] capacidade para se governarem nem disporem de dinheiro” –, guiavam como deveriam ser feitas as prestações de contas ao governador, e outras incumbências.

Já a designação de um diretor das lavouras parece ser uma inovação oportuna que os anos de lida junto aos guarani-missioneiros aconselharam ao governador. O diretor David de Campos era encarregado de planejar as atividades agrícolas, exigir a assiduidade e a disciplina dos trabalhadores indígenas, zelar pelas ferramentas e pelas sementes, registrar os dízimos, recolher a produção agrícola nos armazéns etc. Entre os cultivos recomendados, o governador Sá e Farias indicava: trigo, mandioca, feijão, milho, arroz, algodão, tabaco e “[...] um bom erval (erva mate) para o seu gasto, por que havendo para o futuro na sua Aldeia deixarão de ir fazer erva em tanta distância e com incômodos” (AN, cód. 104, v. 6, f. 174v).

Além das *instruções* de Sá e Faria, outros aspectos praticados na Aldeia dos Anjos manifestam experiências organizacionais guarani-missioneiras. A permanência, na documentação oficial, da palavra “povos”, para referir-se ao coletivo das famílias oriundas dos Sete Povos da Banda Oriental, indica que a organização

11 “El éxito del trabajo en las Misiones se debió tanto o más a la pervivencia de las pautas guarani que a las supuestamente introducidas por los jesuitas”.

social e política implantada fundava-se na origem identitária dos grupos familiares. No livro de matrículas que Sá e Faria determinou que fosse criado, as famílias foram registradas como pertencentes aos seus respectivos povos de origem, tal como segue:

Matrícula do Povo denominado Santo Ângelo [...]; Povo de São Luís [...]; Matrícula do Povo denominado São Miguel Novo [...]; Matrícula do Povo denominado São Lourenço [...]; Matrícula do Povo denominado São João [...]; Matrícula do Povo denominado São Borges [sic] [...]; Matrícula do Povo denominado São Nicolau [...]; Matrícula do Povo denominado São Miguel Velho¹² (AHRS, 1990, p. 50-73).

Portanto, a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos era constituída de oito povos. Por esse motivo, é frequente a referência às lavouras comunaes como “lavouras dos povos”.

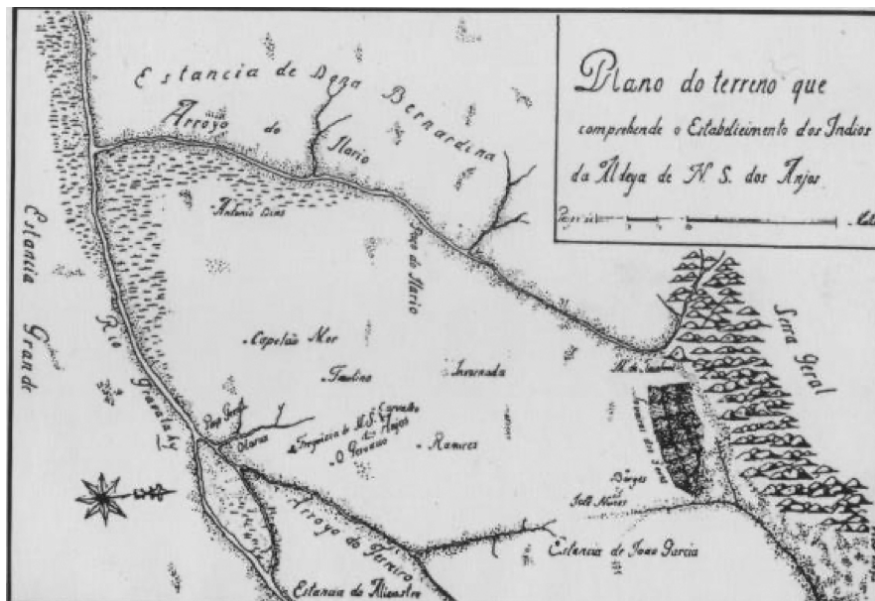
No “Plano do terreno que compreende o Estabelecimento dos Índios da Aldeia de N. S. dos Anjos” (Figura 2)¹³, visualiza-se um conjunto de elementos que compõe o espaço da referida aldeia. Ao norte, ao pé da Serra Geral, há uma área quadriculada denominada “Lavouras dos Povos”. Próximo ao Arroyo do Ferreiro e ao Rio Gravatáhy, pode ler-se “Freguizia de N. S. dos Anjos”. Ainda mais próximo, na forquilha do arroio e do rio, está sinalizada uma olaria, que foi constituída como patrimônio dos povos. Fica claro que a propriedade comum, o trabalho coletivo guarani e o dirigismo¹⁴ exercido pelos jesuítas, no âmbito do governo temporal das missões, são a inspiração ou a referência das *instruções* do governador Sá e Faria.

12 O total de pessoas matriculadas, em 1768, passava de 3,2 mil e, além do nome e sobrenome português que haviam acabado de receber, foi lançado o nome do grupo familiar, na língua guarani: Poty, Cababayu, Taropi, Mandaré, Ieju, Acaguípe, Nandarica, Beraty, Nesum, Cachu, Aacajuípe, Parapoty etc.

13 Este mapa não tem autoria e data precisas. Ele faz parte de um códice pertencente ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), que, após uma transcrição paleográfica, foi publicado. Também na publicação, não consta o autor e nem a data. Nossa opinião é de que a autoria é de Sá e Faria e a data deve situar-se entre 1768 e 1773.

14 O planejamento dos afazeres agrícolas e dos ofícios mecânicos, a organização dos turnos de trabalho, o controle administrativo sobre a produção, o armazenamento e a redistribuição à população, e a comercialização do excedente constituíam afazeres próprios do dirigismo jesuítico, relatados por missionários como Antonio Sepp ([1655-1733] 1980), José Cardiel ([1704-1782] 1913) e outros. Sobre o dirigismo jesuítico nas missões do antigo Paraguai, podemos recorrer a Kern (1982) e a Santos (2009).

Figura 2 – Plano do terreno que compreende o Estabelecimento dos Índios da Aldeia de N. S. dos Anjos



Fonte: contracapa da brochura de *Os índios d'Aldeia dos Anjos* (AHRS, 1990).

Outro empreendimento significativo – inspirado na experiência jesuítica e guarani – foi a grande Estância dos Povos Índios. Esta foi criada pelo sucessor de Sá e Faria, o governador José Marcelino de Figueiredo. O documento que inaugura a formação da Estância dos Povos é uma instrução, de janeiro de 1771, do capitão comandante Antônio Pinto Carneiro ao capataz Pedro Lopes de Matos. Os 17 capítulos da instrução orientam tanto os afazeres na estância – o manejo do gado, a produção de charque, a fabricação de couros curtidos, a extração do sebo e o transporte dos insumos à aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, que distava, aproximadamente, 200 km – quanto o comportamento, do capataz e dos peões, em relação ao trabalho e às estâncias e às pessoas vizinhas¹⁵. O capataz da Estância dos Povos, assim como todos os peões que nela trabalhavam e residiam eram indígenas.

Em outubro de 1771, José Marcelino de Figueiredo teve que defender a Estância dos Povos do assédio de fazendeiros, que queriam solicitá-la por sesmaria:

[...] e me consta que na presente medição de várias estâncias [...] sobram bastantes terras entre os Palmares, e Rincão do Carro, que me dizem se adiantarão algumas pessoas a pedí-las por Sesmaria [...].

15 A instrução ao capataz encontra-se num códice publicado pelo AHRS (1990, p. 13-14) e no Arquivo Nacional, Correspondência entre os Governadores, cód. 104, v. 6, f. 179v-181v.

[...] e que assim mesmo conste que o Rincão do Carro está destinado para as Estâncias dos Povos Índios situados neste continente¹⁶.

O controle rígido – despótico, segundo os fazendeiros representados na Câmara de Viamão – dos governadores José Custódio de Sá e Faria e José Marcelino de Figueiredo sobre os bens patrimoniais constituídos para os povos, sobre os colonos que alugavam a mão de obra indígena e sobre inúmeros aspectos da administração e do cotidiano da aldeia é perceptível em diversos documentos emitidos entre 1768 e 1780. Em termos de dirigismo e/ou paternalismo, certamente, o modelo jesuítico e o Diretório dos Índios compartilham ideias e princípios similares.

Desde o estabelecimento das lavouras dos povos (1768) e da Estância dos Povos (1771), até por volta de 1778, a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos experimentou um vigoroso desenvolvimento em benfeitorias comunitárias – uma igreja, uma escola/internato para meninos e outra para meninas, casas para os mestres e para os curas, e um hospital – e em infraestrutura produtiva – duas olarias, um moinho movido a água, um armazém, um açougue. Todo esse patrimônio e mais os honorários dos encargos criados – diretor dos povos, diretor das lavouras, capataz da estância, mestre dos meninos do internato, mestra das meninas do recolhimento, dois escriturários, dois curas e outros – foram bancados, predominantemente, com os recursos da “caixa dos bens em comum dos povos”. Os recursos que, inicialmente, abasteciam o fundo da caixa comum provinham do trabalho coletivo nas lavouras e na Estância dos Povos. Por volta de 1775, o açougue, o moinho e as olarias somaram-se às receitas da caixa comum.

Uma série de elementos permite inferir que, do ponto de vista econômico, isto é, produtivo, o modelo implantado na aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, a partir de 1768, foi tremendamente exitoso¹⁷. O governador José Marcelino de Figueiredo, escrupulosamente fiel às práticas e às ideias do absolutismo ilustrado, nunca depreciou as habilidades e a capacidade intelectual e laboral da “raça” guarani. Seu paternalismo exacerbado levava-o a visitar com frequência a Aldeia dos Anjos e, inclusive, a se estabelecer e se despachar, por temporadas, a partir desse sítio. A documentação expedida ao longo da década de 1770 sugere que o misterioso “tesouro” que Gomes Freire queria desvendar nas missões dos padres se tratava das pautas da economia social guarani, catalisadas pelo paternalismo e dirigismo dos jesuítas em suas mis-

16 AHRS, *Avulsos da Fazenda Real (1758-1794)*, Fazenda (1771), Portarias dos governadores, maço 16, lata 3.

17 Esta percepção diverge de uma avaliação que havíamos proposto na nossa dissertação de mestrado (1995), quando afirmamos: “[...] para a política econômica colonial, a experiência da Aldeia dos Anjos também frustrou as expectativas” (Langer, 1997, p. 97). Ao revisitar o tema do qual nos distanciamos há duas décadas, percebemos diversas imprecisões e perspectivas que podem ser ponderadas. Pensávamos, lá no início da carreira, a partir de pressupostos e categorias de análise que, hoje, consideramos pouco adequadas.

sões. Na nossa interpretação, esse sistema foi implantado pelos ilustrados governadores na aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.

Pensamos que uma forma de inferir o desenvolvimento socioeconômico na Aldeia dos Anjos, entre 1768 e 1779, é observar a cobiça dos afazendados sobre os bens de raiz constituídos nessa década. Tão logo que o governador José Marcelino de Figueiredo foi deposto do seu cargo – em maio de 1780 –, no contexto da *vira-deira* – reação antipombalina –, comerciantes e fazendeiros avançaram avidamente sobre o patrimônio comum dos povos. Em menos de cinco anos, tudo – fábricas (moinho, olarias e açougue), benfeitorias (casas e escolas) e a grande Estância dos Povos – havia sido arrendado ou arrematado em leilão por abastadas famílias dos arredores de Viamão, com a anuência do novo governador Sebastião da Veiga Cabral da Câmara. Diversos inventários de bens elaborados no processo de arrendamento e leilão das fábricas especificam o patrimônio e a produtividade desses empreendimentos. A grande Estância dos Povos, fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento social e econômico da aldeia, foi arrematada em 1783, quando possuía mais de 11 mil cabeças de gado e todas as benfeitorias necessárias para o beneficiamento dos produtos da pecuária (AHRS, 1990).

Em correspondência ao vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza, em 1781, Cabral da Câmara se manifestou sobre os guarani da Aldeia dos Anjos nos seguintes termos:

Finalmente, Ex.mo Sr., pelo que a V. Ex.a tenho exposto, e consta dos supra citados documentos, e juntamente pelo que a experiência me tem mostrado acho não haver esperança de que estas Famílias Guaranis deem de si o desejado fruto, que a tantos anos se espera delas, porque *o carácter das fêmeas é libidinoso em grande excesso, volúvel, e ocioso; o dos homens, eles só para peões tem serventia por ser esta toda sua inclinação, e em tudo o mais que os procurarem tem natural e insanável negação* (AN, Correspondência entre os Governadores, cód. 104, v. 6, f. 160v, grifo nosso).

Esse discurso não deixa dúvidas de que o tempo do diretório, do dirigismo ilustrado, da defesa da capacidade intelectual e laboral, e do potencial indígena para a civilidade havia acabado. Com o governador Cabral da Câmara, o discurso e a força política das elites pastoris tornavam-se hegemônicos. Para a felicidade dos fazendeiros, com as declarações apresentadas, o novo governador havia enterrado o diretório. Embora não tenha ousado dizer o que fazer com as “fêmeas”, “libidinosas”, “volúveis” e “ociosas”, seu discurso e seu projeto civilizatório para os guarani-missioneiros coincidia com o de outro graduado servidor da coroa, Sebastião Francisco Bettamio¹⁸. Este, sim, além de depreciar todos os investimentos socioeconômicos

18 Sebastião Francisco Bettamio atuou na logística da Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul, e, entre 1775 e 1779, ocupou diversos cargos, entre eles, o de secretário da Junta da Real Fazenda. Em 1780, Bettamio escreveu sua “Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul”, que, por diversos historia-

voltados à educação e à integração dos guarani-missioneiros, efetuados no governo de Marcelino de Figueiredo, expôs claramente os pressupostos filosóficos e os “procedimentos pedagógicos” que deviam alavancar a civilização de “machos” e “fêmeas”:

Há na aldeia para instrução dos rapazes índios um mestre de escola, outro de gramática, outro de solfa e um recolhimento para nele se ensinarem as raparigas a cozer, etc. Que bem empregado seria todo o cuidado que o atual Governador tem posto na educação dos índios, se o voltasse para qualquer das outras povoações do continente, pois que destas veria fruto e daqueles tem sempre tido o sentimento de ver sem utilidade o seu desvelo; porque havendo na aldeia (v.g.) duzentos rapazes que se poderão aplicar, apenas se contaram alguns que saibam os primeiros princípios e que escrevam ou contem mal, o que não é utilidade correspondente ao cuidado e despesa que se faz com o seu ensino, além do trabalho que tem os mestres em educar ou ensinar uns homens, que, em geral, parece que a Onipotência Divina quis que fossem muito inferiores aos talentos de todos os outros homens e pouco mais superiores ao instinto dos animais. Seria, porém, de um grande proveito ao continente se estes estudos se mudassem para a capital dele em benefício dos seus moradores, que não tem mestres algum; deixando para os índios os ofícios mecânicos, que serão dignos de estimação os que os aprenderem e nenhuma terão sendo mal músicos, gramáticos e escrivães, etc.

Quanto às fêmeas parece-me ser mais acertado alugá-las para servirem aos moradores do continente e não constituí-las ou infundir-lhes uma tal nobreza, que as faz incorrigíveis, viciosas e inimigas de trabalhar (Bettamio, 1850 *apud* Torres, 2016, p. 50).

Se tivesse proferido esses insultos aos guarani-missioneiros cinco anos antes, Bettamio teria sido severamente censurado por seu tosco (des)entendimento sobre o método ilustrado de civilização dos indígenas, isto é, por seu afrontamento ao Diretório dos Índios. Todavia, em 1780, seu discurso havia se tornado hegemônico e significava “abrir as porteiras” para os fazendeiros se locupletarem com o patrimônio comum dos povos e com a própria mão de obra indígena, que podiam alugar sem qualquer controle – ou sob vistas grossas – por parte do governo.

Em suma, nos discursos dos governantes, as ideias ilustradas sobre a civilização dos guarani-missioneiros estão presentes desde 1750 até 1780. O tempo de vigência do diretório na aldeia de Nossa Senhora dos Anjos pode ser estimado entre 1768 e 1779. Nesse período, marcado pela atuação de dois governadores – José Custódio de Sá e Faria e José Marcelino de Figueiredo – que os fazendeiros não ousavam confrontar, a Aldeia dos Anjos tornou-se uma vila com visível desenvolvimento

dores, é considerada a melhor descrição corográfica do Rio Grande do Sul do último quartel do século XVIII (Torres, 2016).

socioeconômico, produtora de excedentes para a saúde financeira da Real Fazenda. No que se refere à substituição das pautas culturais – costumes e língua – e à promoção dos casamentos interétnicos, insistentemente recomendados pelo diretório, cabem novos estudos para se avaliar o (in)sucesso dos expedientes pedagógicos ilustrados, zelosamente implantados e controlados por José Marcelino de Figueiredo.

Todavia, no âmbito do desenvolvimento socioeconômico, pautado nas premissas guarani e no dirigismo jesuítico, tudo indica que a vila de Nossa Senhora dos Anjos havia se tornado a vitrine, ou a “menina dos olhos” (Neis, 1987, p. 75), de José Marcelino de Figueiredo – pupilo do Marquês de Pombal –, para provar a excelência do ideário e do método civilizatório ilustrado em contraposição ao jesuítico. O traslado dos guarani-missionários para o lado português, das agitadas fronteiras meridionais, era, por certo, o “tesouro” que Gomes Freire “descobriu” sem saber. Para Cabral da Câmara, para Bettamio e para os fazendeiros das imediações, o “tesouro” era o espólio da vila de Nossa Senhora dos Anjos e a mão de obra que, finalmente, puderam livremente administrar.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Avulsos Rio de Janeiro, Cx. 78, Doc. 7077: 10 de setembro de 1767 - Ofício do vice-rei do Estado do Brasil, conde da Cunha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relativa à 159 evacuação dos índios guarani das missões e sua instalação na região de Viamão.

ANDRADE, Gomes Freire de. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte. *Arquivo Nacional* (AN), cód. 80, vol. 9 (1750-1761). Rio de Janeiro, 12 de junho de 1750. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3162:tratado-de-madri&catid=2033&Itemid=215. Acesso em: 15 dez. 2023.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL [AHRs] (ed.). *Os índios d'Aldeia dos Anjos*: Gravataí – século XVIII. Porto Alegre: Edições EST, 1990.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 219-270, 1858.

CARDIEL, José. Breve relación de las Misiones de Paraguay. In: HERNANDEZ, Pablo, S. J. *Organización Social de las Doctrina Guaranis de la Compañía de Jesus*. Barcelona: G. Gili, 1913. t. 2. p. 514-613.

DIRETÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. 1757/1758.

FARIA, José Custódio de Sá e. *Arquivo Nacional* (AN), cód. 104, vol. 6, fl. 70v-74v. Instruções dadas ao Capitão Antônio Pinto Carneiro respectivamente aos Povos Guaranis [...]. Viamão, 20 de julho de 1768.

FARIA, José Custódio de Sá e. *Arquivo Nacional* (AN), cód. 104, vol. 6, fl. 74v-76. Instrução dada pelo dito governador [...] a David de Campos Diretor das Lavouras dos Índios. Viamão, 20 de julho de 1768.

FARIA, José Custódio de Sá e. Carta ao Conde da Cunha Vice-Rey e Capitão General do Estado do Brazil [1764]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 254, 1962.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Carta de 18 de Março, sobre o que se deve praticar com os índios e ilhéos, que, por se não terem observado as leis de Sua Magestade, se acham dispersos no território de Viamão, etc. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 35, 1872.

LEI pela qual S. M. é servido exterminar, proscrever, e mandar expulsar dos seus reinos, e domínios os regulares da companhia denominada de Jesus, Etc. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. Lisboa: Tipografia de Costa Sanches (Livraria Universal), 1861. v. 2.

RELAÇÃO abbreviada da republica, que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos dominios, ultramarinos das duas monarchias, e da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os exercitos hespanhoes, e portuguezes. Lisboa: [s. n.], 1757.

REFERÊNCIAS

BALLER, Leandro; LANGER, Protasio Paulo. Puxirão. In: MOTTA, Márcia Menendes (org.). *Novo Dicionário da Terra*. Leiria: Proprietas, 2023.

BRASIL em 1749: mapa das cortes. Guia Geográfico, [s. l.], [1---]. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/seculo-18.htm>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1992

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica*: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761). Passo Fundo: Ed. IUPF; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

HERNANDEZ, Pablo, S.J. *Organización Social de las Doctrina Guaranis de la Compañia de Jesus*. Barcelona: G. Gili, 1913. t. 1.

LANGER, Protasio Paulo. *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil Meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

MAEDER, Ernesto J. A. El Modelo Portugués y las Instrucciones e Bucarelli para las Misiones de Guaranies. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 135-150, 1987.

MELIÀ, Bartomeu. *El don, la venganza y otras formas de economía*. Assunção: Cepag, 2004.

MELIÀ, Bartomeu. Missão por Redução. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 25, n. 10, p. 21-36, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEIS, Rubem. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE, 1., 1987, Gravataí. *Anais [...]*. Gravataí: SMEC, 1987. p. 70-99.

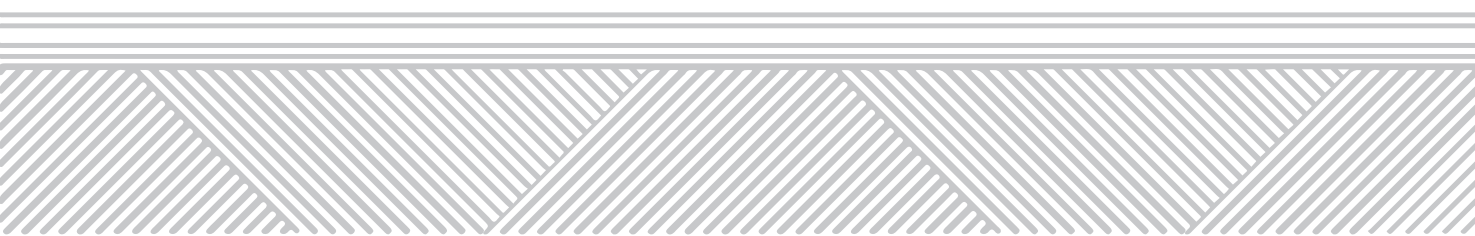
SANTOS, Júlio R Quevedo dos. A economia agro-pastoril missioneira. In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (org.). *Peões, Vaqueiros & Cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2009. v. 1. p. 15-50.

SEPP, Antonio, S.J. *Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

SOARES, Antonio Carlos. *Filhos de Ñanderu caminham para Karaí: uma perspectiva sobre o protagonismo guarani no sul da América Lusitana do século XVIII*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2020.

TORRES, Luiz Henrique. Historiografia sul-rio-grandense: paradigmas, índios e etnocentrismo. In: TORRES, Luiz Henrique. *Utopia ou Barbárie*. Rio Grande: Aprofurg; Porto Alegre: Palmarinca, 1992. v. 1. p. 93-104.

TORRES, Luiz Henrique. *Sebastião Bettamio e a construção da civilização luso-brasileira no extremo sul do Brasil*. Lisboa: CLEPUL; Rio Grande: Edições Biblioteca Rio-Grandense, 2016. (Coleção Documentos, v. 9).



CAPÍTULO 2 I

POVOS INDÍGENAS E NOVAS EXPERIÊNCIAS URBANAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

reformismo pombalino, participação política
e pesquisa em rede colaborativa¹

VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA

INTRODUÇÃO

Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret (1834), é uma obra particularmente ilustrativa de uma ideologia que apresenta o processo histórico brasileiro como uma “marcha progressiva da civilização” (Piccoli, 2007, p. 3). Por meio de imagens, a proposta é narrar essa ideia de progresso, partindo do mais “selvagem” até chegar ao “civilizado”. Com essa intenção, começa com os indígenas em rincões isolados e fortemente marcados pela paisagem natural (Volume 1), prossegue com o mundo do trabalho performado por africanos e afrodescendentes escravizados, com destaques para o trabalho urbano (Volume 2), e termina com as cerimônias e as comemorações políticas e religiosas da elite residente na corte (Volume 3) (Piccoli, 2007). Embora os indígenas estivessem fortemente associados à natureza e a tudo que fosse “selvagem” e “incivilizado”, foi o próprio Debret que registrou alguns testemunhos importantes sobre a presença deles em contextos urbanos, como, por exemplo, a prancha intitulada *Femmes cabocles (sauvages civilisés) vivant du métier de blanchisseuses dans la ville de Rio de Janeiro*. O desenho foi datado e assinado em 1827.

1 Publicado originalmente na revista *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 235268, 2023.

Entretanto, como esclareceu o próprio artista, a presença dos indígenas na cidade era um fenômeno muito anterior à sua chegada ao Brasil. Além disso, a cena retratada no desenho repetia-se todas as manhãs no riacho que passava sob a ponte do Catete, quando ali se reuniam índias que ganhavam a vida na corte como lavadeiras, trabalhando para os ricos proprietários rurais que moravam na cidade (Debret, 1834).

Figura 1– *Caboclas (selvagens civilizados) vivendo da profissão de lavadeira na cidade do Rio de Janeiro*, de Jean Baptiste Debret



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Ao narrar sua viagem a Vitória, capital da província do Espírito Santo, em 1858, François-Auguste Biard, outro artista francês, também fez registros importantes sobre a presença indígena em contexto urbano:

[...] fui dar uma volta pela cidade e seus arredores; foi ali que vi pela primeira vez um grupo de índios formando uma espécie de bairro. São bem numerosos esses indígenas: a sua habitação sem que se possa chamar uma casa, não é contudo mais uma taba. Eles já tinham certos hábitos civilizados. Entrei em uma dessas habitações: em quase todas, mulheres faziam rendas de almofada e se via um periquito empoleirado em um pau (Biard, 1945, p. 62).

Em maior ou menor grau, os indígenas sempre estiveram presentes nos diferentes contextos urbanos do Brasil, ocupando certos espaços e realizando variadas

funções sociais. No período colonial, a segunda metade do século XVIII é especialmente importante para a compreensão da presença indígena em contextos urbanos, em razão da administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, que reformou a política indigenista da Coroa e incrementou o processo de urbanização. Por um lado, ele reconfigurou em profundidade as leis e os métodos de governança sobre os povos indígenas, reassegurando antigos direitos de liberdade e de posse de terras, criando novas possibilidades de participação política e detalhando, principalmente, os deveres indígenas no mundo do trabalho. Por outro lado, multiplicou a malha urbana colonial, alcançando boa parte desse objetivo por meio da elevação de vários aldeamentos a vilas e a lugares de índios, que passaram a ostentar nomes portugueses.

O objetivo deste capítulo é analisar o projeto político pombalino em relação aos povos indígenas, sublinhando os diferentes interesses metropolitanos, coloniais e indígenas em jogo durante a negociação e a implantação das reformas nos aldeamentos. Buscaremos discutir as condições de protagonismo e de participação política dos indígenas ao longo do processo de aplicação das leis reformistas e de secularização dos aldeamentos, destacando suas próprias agendas e interesses durante esse momento histórico. Ao longo da reflexão, serão apresentados mapas, com a geolocalização das novas vilas e lugares indígenas criados nas diferentes capitanias que compunham os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, que testemunham a amplitude da malha urbana nascida do processo reformista. Para a realização dos mapas apresentados no texto, foi mobilizado um conjunto significativo de informações coletadas e organizadas pelo grupo de pesquisa Vilas Indígenas Pombalinas (VIP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)².

POLÍTICA INDIGENISTA REFORMISTA, URBANIZAÇÃO E INTERESSES METROPOLITANOS

Nos marcos que compreendem a história ibero-americana, a segunda metade do século XVIII caracterizou-se por um ambiente crescentemente reformista, associado à chegada dos Bourbon na Espanha, e, em Portugal, pela proeminência adquirida por Sebastião José de Carvalho e Melo durante o reinado de D. José (Monteiro, 2014). Todavia, o espírito reformista vinha de antes e continuou depois. Kenneth Maxwell (1996) lembra, por exemplo, das conquistas intelectuais introduzidas por René Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704) e Isaac Newton (1643-1727), que romperam com a tradição de autoridade baseada em fundamentos bíblicos e aristotélicos, pavimentando o caminho para a emergência do despotismo

2 Ver Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto VIP: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelho-grupo/688533>.

esclarecido ibérico. Posteriormente, o movimento reformista progrediu em novos termos, sob a influência da onda de transformações desencadeadas pelas revoluções americana e francesa e pelas guerras napoleônicas, que atingiram profundamente os mundos ibero-americanos, desembocando nos processos de independência das antigas colônias, de constitucionalização dos regimes políticos e de crescente enraizamento do liberalismo em ambos os lados do Atlântico.

Em relação aos indígenas da América Portuguesa, a segunda metade do século XVIII foi um período particularmente importante, caracterizado por profundas transformações na política indigenista da Coroa, em razão das reformas operadas por Carvalho e Melo, mais conhecido como o Marquês de Pombal. Existe uma consolidada linha de interpretação historiográfica que associa a nova política indigenista de Pombal às ambições e às preocupações de Portugal durante as negociações do Tratado de Madrid. O tratado visava estabelecer os limites territoriais entre as possessões coloniais de Portugal e Espanha na América, acolhendo o princípio do direito romano *uti possidetis, ita possideatis* (Farage, 1991; Maxwell, 1996). Por tal princípio, que valoriza a efetiva posse da terra para reconhecer os direitos de domínio, pertenceriam a Portugal todas as partes que colonizou e também aquelas mais incertas, ocupadas majoritariamente por povos indígenas, desde que, naturalmente, fosse comprovado que tais povos faziam parte da monarquia portuguesa. Seguindo essa linha de investigação, a historiografia tem argumentado que as reformas pombalinas sancionadas a partir de 1755 tinham a função precípua de conquistar a adesão e a fidelização dos indígenas à soberania portuguesa, em um momento de tensão e disputa entre as coroas ibéricas acerca dos limites territoriais de suas colônias na América.

Em relação à parte meridional da colônia, o secretário de Estado da guerra e negócios estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo, indicou claramente a intenção de atrair os povos indígenas para os domínios portugueses, com o fito de garantir as pretensões territoriais de Portugal. Para isso, sugeriu ao general Gomes Freire de Andrade, então à frente da comissão demarcadora do Tratado de Madrid, um conjunto de medidas para dar aos índios condições de vida na América Portuguesa superiores e mais favoráveis às que dispunham na América Espanhola (Garcia, 2009). Em relação às fronteiras setentrionais, em 1751, Francisco Xavier Mendonça de Furtado, então ocupando a posição de capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, também recebeu instruções “secretíssimas” acerca de como lidar com os indígenas. As recomendações eram semelhantes às recebidas por Gomes Freire e visavam obter os mesmos objetivos: seduzir os indígenas e consolidá-los como súditos e vassalos da Coroa Portuguesa (Coelho, 2005). Posteriormente, várias das sugestões recebidas e discutidas por Gomes Freire e Mendonça de Furtado aparecem nas reformas pombalinas, cuja marca central era promover a equiparação jurídica e política entre índios e portugueses, garantindo aos indígenas os direitos fundamentais de liberdade, propriedade e autogoverno.

Mais recentemente, a historiografia também começou a explorar a importância do Diretório dos Índios e das reformas pombalinas no processo de reconfiguração das jurisdições políticas entre as capitanias. Na vasta e variada região representada pelo Estado do Brasil, esse processo está particularmente bem problematizado em relação às capitanias do Norte, investigado por José Inaldo Chaves (2021) no livro *As capitanias de Pernambuco: política e administração na América Portuguesa (sécs. XVII-XVIII)*. O autor apresenta um contexto colonial repleto de guerras, de disputas políticas por território e por jurisdição e pelo prevalecimento de um *modus operandi* do fazer político da monarquia portuguesa, em que se privilegiava deixar tudo mais ou menos nebuloso, para não fechar portas com nenhum setor social ou político, nem criar dificuldades para possíveis necessidades de ajustes políticos e jurisdicionais em dias vindouros. Nesse ambiente, os conflitos de jurisdição eram frequentes e, muitas vezes, resultavam da ação deliberada do centro político, visando produzir ou reproduzir incoerências na periferia colonial, com o fito de efetivamente gerar disputas de jurisdição e de continuamente recorrer à atuação mediadora do rei (Chaves, 2021).

Desse modo, até os anos 1700, a organização política do território colonial em capitanias estava centrada na existência de uma cidade principal, que funcionava como praça forte, polo mercantil e cabeça de uma vasta região, recortada por outras jurisdições civis, judiciárias e eclesiásticas, como comarcas, freguesias, julgados, capelas, arraiais etc. (Chaves, 2021). Foi nesse contexto que o Diretório dos Índios começou a ser aplicado no Norte colonial – parte do atual Nordeste –, permitindo que as capitanias da região fossem progressivamente subordinadas a Pernambuco. Os limites entre Paraíba, Itamaracá e Pernambuco eram imprecisos, e, em 1763, a donataria de Itamaracá, cuja cabeça era a vila de Goiana, foi extinta e seu território anexado a Pernambuco (Chaves, 2021).

A Paraíba tornou-se subordinada a Pernambuco quando a governança dessa capitania estava a cargo de Luís Diogo Lobo e Silva (1756-1763), um dos homens mais dedicados a executar o diretório na região, que demonstrou, além disso, grande habilidade e interesse em cooptar a adesão de parte dos povos indígenas na implantação das reformas, especialmente daquelas comunidades aldeadas populosas e com força de armas e poder de guerra mais salientes (Lopes, 2005; Silva, 2005). O que se podia realizar com as alianças estabelecidas entre autoridades coloniais e grupos indígenas regionais fica especialmente sugerido no processo de subordinação da Paraíba ao governo de Pernambuco, pois o governador da Paraíba, Jerônimo de Melo e Castro (Chaves, 2021, p. 179), mostrou-se bastante intimidado com a política indigenista reformista em curso, denunciando que a cidade da Paraíba estava praticamente sitiada, porque estava cercada por cinco vilas de índios, e que os indígenas “se não esquecem de imaginarem que estas terras lhe [sic] pertencem”.

Figura 2 – Geolocalização das povoações indígenas erigidas na Capitania da Paraíba durante o diretório



Fonte: grupo de pesquisa VIP. Crédito: Estêvão Palitot.

As chamadas reformas pombalinas acerca dos indígenas começaram com três leis cruciais editadas em 1755: o alvará de 4 de abril, que incentivava os casamentos mistos entre índios e brancos; a lei das liberdades, de 6 de junho, que declarou a plena liberdade dos índios com relação às suas pessoas, aos seus bens e ao seu comércio; e o alvará de 7 de junho, que aboliu o poder temporal dos missionários sobre os nativos, ordenando que os índios, quando considerados idôneos, fossem preferidos para ocupar os cargos da governança de suas vilas e aldeias³. Todavia, as leis reformistas só se tornaram efetivamente públicas na colônia um pouco mais tarde, por ocasião da publicação do diretório, que justamente regulamentava as leis anteriores, fazendo várias restrições e recomendações importantes. Desse modo, entre 1757 e 1758, as reformas prosseguiram e, nesse momento, procurou-se restringir e adaptar a ampla liberdade e a isonomia concedida aos índios do Grão-Pará e Maranhão à realidade colonial e às demandas dos moradores por trabalhadores indígenas (Coelho, 2007). Reconhecia-se que o proselitismo acerca das liberdades indígenas servia para agradá-los e atraí-los para o campo político da Coroa Portuguesa, mas também podia acender a revolta dos portugueses em várias partes da colônia, onde os moradores estavam acostumados e dependentes em relação ao trabalho compulsório dos indígenas. Procurando resolver essa tensão, foi editado o *Diretório que se deve obser-*

3 “Alvará de 4 de abril de 1755” em *Collecção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762* (1830, p. 368). “Alvará de 7 de junho de 1755” (Silva, 1830, p. 392-394). “Lei de 6 de junho de 1755” (Silva, 1830, p. 373).

*var nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*⁴.

O diretório é um texto longo, composto por 95 parágrafos, e versa sobre os direitos, as obrigações e os métodos de governar os indígenas. Em linhas muito gerais, instituiu, nas novas vilas erguidas sobre antigos aldeamentos, o poder tutelar dos diretores de índios e regulamentou as leis de 1755, deixando absolutamente claro que a liberdade dos índios não era a liberdade de não trabalhar. Em diferentes parágrafos, sublinha-se a necessidade de os indígenas se tornarem úteis à Coroa, aos moradores e a si mesmos e às suas famílias por meio do trabalho, regulamentando-se a repartição dos indígenas para trabalhar para os moradores e à Coroa, e esmiuçando assuntos como jornadas, atividades econômicas e jornais (salários).

Foi estabelecido, inclusive, o que deveria ser plantado nas terras indígenas, quando supostamente eles estariam trabalhando para si e para suas famílias. Aspecto central do novo regulamento é a introdução do direito de aforar as terras pertencentes aos indígenas a terceiros, segundo a justificativa de que a introdução de “brancos” nas terras demarcadas para eles era um “suavíssimo” instrumento de “civilização”, permitindo o comércio, a comunicação e o casamento entre os índios e a população livre colonial. Pouco depois, o alvará de 8 de maio de 1758 estendeu a todos os indígenas do Estado do Brasil as leis de 6 e 7 de junho de 1755, enquanto o alvará de 17 de agosto estendeu a aplicação do diretório (Lopes, 2005). Quanto à lei dos casamentos mistos, ela foi, desde o princípio, extensiva a todos os indígenas da colônia, sendo posteriormente referendada em vários parágrafos do diretório.

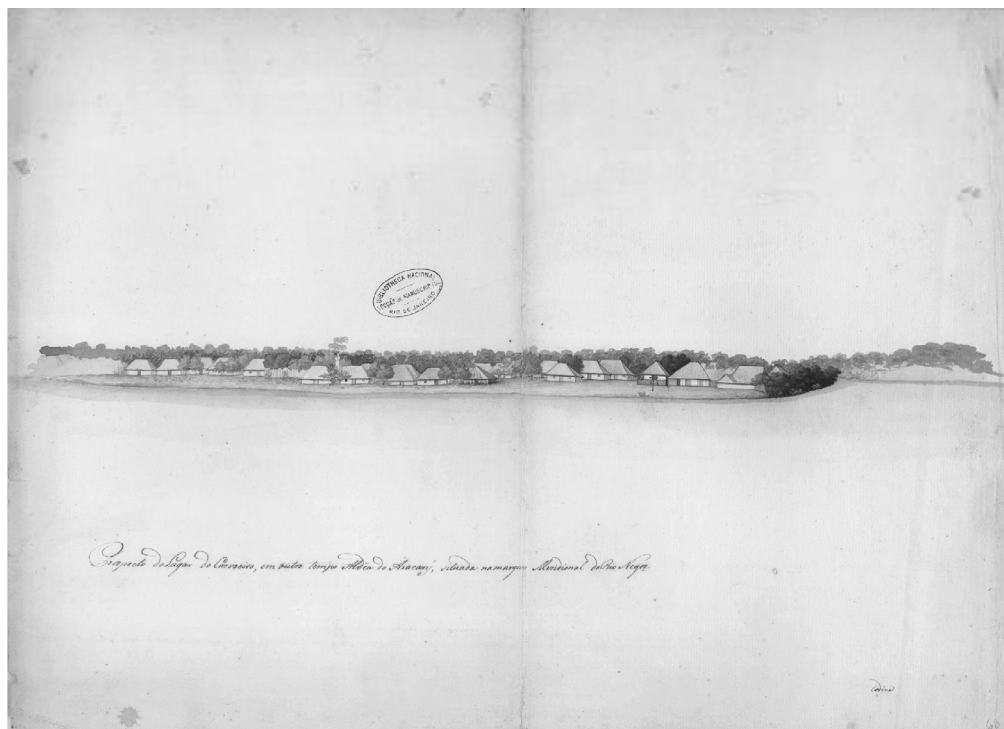
Além das leis reformistas mencionadas anteriormente, entre 1759 e 1760, os jesuítas foram expulsos da colônia, e a maior parte dos aldeamentos indígenas sob o controle das ordens religiosas foi transformada em vilas e lugares, obtendo nomes de origem lusitana (Figura 3).

A elevação dos aldeamentos à condição de lugares e vilas foi uma das táticas mais utilizadas nesse período para garantir a soberania lusitana sobre o território. Criar vilas para intensificar a posse territorial era, a essa altura do processo histórico, uma estratégia já bem conhecida e largamente praticada pela Coroa. Discutindo o processo de urbanização colonial do Mato Grosso, Renata Malcher de Araújo (2012) salientou, por exemplo, que existiam vários arraiais mineradores na região anteriores à criação da vila de Cuiabá, apenas determinada por carta régia de 1746. Até a criação de Cuiabá, faltava ao Mato Grosso, todavia, o que a autora qualificou de “ocupação política” do território, porque, no Antigo Regime, vilas e cidades eram portadoras de instituições e funções políticas, não disponíveis aos pequenos povoados, arraiais ou fortificações. Nos anos seguintes, a ocupação política do Mato

4 DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. In: ESPÍRITO SANTO. Livro tombo da vila de Nova Almeida. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

Grosso foi aprofundada com a chegada do novo governador, D. Antônio Rolim de Moura, em 1751. Iniciou-se, então, a fase autônoma da capitania. Dando prosseguimento à criação de vilas para consolidar a soberania sobre o território, Rolim fundou a Vila Bela da Santíssima Trindade no Rio Guaporé, em 1752, por ser região reivindicada pela Coroa nas negociações com a Espanha, elevando-a, além disso, à categoria de capital da capitania (Araújo, 2021).

Figura 3 – Prospecto do lugar do Carvoeiro, em outro tempo aldeia de Aracari, situado na margem meridional do Rio Negro



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Desenhista: Joaquim José Codina ([17??]).

Os aldeamentos missionários também eram considerados um fator importante de conquista e de ocupação territorial, mas, desde a chamada Guerra Guaranítica (1753-1756), quando indígenas e seus missionários inacianos resistiram e combateram os exércitos e a política de demarcação de fronteira das coroas ibéricas no sul do continente, a confiança na lealdade política do clero regular, especialmente dos jesuítas, entrou em crise profunda em Portugal e na Espanha. Aires Casal (1976 [1817]) explicita bem a desconfiança então reinante em relação aos indígenas e seus missionários inacianos, ao nominar as reduções jesuíticas do Rio Paraná de “Império Guaranítico”, que, nos anos áureos da década de 1630, eram capazes de mobilizar um exército de 40 mil homens. Ou ainda quando utiliza a expressão “Reino Espiritual Jesuítico” para referir-se ao grande poder da ordem não apenas sobre as missões

do Rio Paraná, mas também entre os Sete Povos do Rio Uruguai, que, posteriormente, seriam protagonistas centrais da chamada Guerra Guaranítica (Casal, 1976).

Nesse contexto, pode-se interpretar o processo de secularização das antigas missões indígenas e sua elevação à condição de vilas e lugares como um claro aprofundamento do poder da Coroa, por meio da ocupação política do território, tal como argumentado por Araújo (2012). Menos apurada é a avaliação da autora acerca da capacidade de representação, participação e protagonismo político dos indígenas nas novas vilas criadas fartamente nesse período, ao ajuizar peremptoriamente que as vilas de índios eram, nesse quesito, “falsas”, devido à existência dos diretores de índios:

Com o diretor, que era nomeado pelo governador, passava-se por cima da câmara, que é o órgão deliberativo e de representação do município. Assim, a figura do diretor é, em si, uma contradição e ao mesmo tempo a demonstração do enorme pragmatismo e da peculiar adaptabilidade do projeto colonial português. Poder-se-á dizer que, nesse sentido, as novas vilas eram, de certo modo, falsas vilas, se as olharmos do ponto de vista da representação social (Araújo, 2012, p. 57-58).

Em outras palavras, Araújo (2012) considera as vilas de índios “falsas”, porque a representação política exercida pelos indígenas era uma falácia, uma espécie de farsa e de armadilha colonialista, em face do poder tutelar dos diretores, que, supostamente, esvaziava por completo o valor e a eficácia política de vereadores, juizes e outros oficiais das câmaras instituídas em vilas indígenas. Ao fim e ao cabo, os indígenas estavam sendo apenas enganados e manipulados pelo pragmatismo da Coroa Portuguesa. No entanto, as mesmas vilas não eram falsas do ponto de vista da “leitura do território” (Araújo, 2012, p. 59), porque funcionavam como marcos válidos – isto é, reconhecidos como verdadeiros e, por isso mesmo, eficientes – para demonstrar a ocupação política e a soberania lusitana sobre o território. Então, em sua dimensão e conteúdo político, as novas vilas erguidas sobre aldeamentos e missões só eram “falsas” para os indígenas. Voltaremos a essa questão mais adiante, na seção intitulada “Cidadania, ‘cidadanização’ e participação política nas novas vilas de índio”.

Congregando mais de 40 investigadores de diferentes instituições de pesquisa e ensino superior do Brasil, o grupo de pesquisa VIP organizou-se de modo virtual durante o *lockdown* da pandemia de covid-19, adotando o princípio organizativo de trabalho coletivo e colaborativo. O objetivo principal da rede é recolher e organizar informações sobre as novas povoações indígenas criadas durante a vigência do diretório, com vistas a mapear o estado da arte e a geolocalizar as inúmeras e diferentes povoações indígenas no território colonial. O recolhimento de dados sobre as povoações continua em andamento e realizando-se por meio de uma planilha Excel, na qual as informações são dispostas e organizadas em linhas e colunas. Cada

linha refere-se a uma povoação, e cada coluna sistematiza dados que buscam recobrir variados aspectos da história desses lugares. Ao todo, são 25 colunas, que consolidam informações sobre 191 povoações, entre vilas, lugares e freguesias de índios, até agora identificadas pelos pesquisadores envolvidos na iniciativa.

As 25 colunas podem ser agrupadas em cinco categorias principais. A primeira refere-se aos dados que permitam a identificação e a localização geográfica da povoação, como nome da capitania, nome da antiga aldeia, nome da povoação adquirida na condição de vila, nome adquirido na condição de lugar e nome da vila a que o referido lugar pertencia, orago da paróquia relacionado à povoação etc. O segundo grupo de dados é de caráter cronológico: data de fundação da aldeia, data de fundação da povoação, data da abolição do diretório e/ou extinção da povoação em sua qualidade de territorialidade indígena etc. A terceira categoria de dados refere-se à população, especialmente às estimativas populacionais que aparecem nas fontes e aos diferentes etnônimos mencionados para se referir às “nações” indígenas. O quarto grupo de informações é o mais extenso e recolhe dados econômicos, políticos e socioculturais, como o nome da ordem religiosa que regia os indígenas antes da aplicação do diretório, as legislações aplicadas na organização das novas povoações, além do próprio diretório, a existência ou não de diretores, bem como informações sobre as modalidades de trabalho desempenhadas pelos indígenas, a presença ou não de representantes indígenas nas câmaras das vilas, a existência ou não de companhias de ordenança e de escolas para meninos e meninas. Nesse grupo, ainda procura-se recolher informações sobre demarcação de terras, suas dimensões e sobre a existência ou não de mapas históricos dando testemunho acerca da povoação, e também notícias sobre conflitos sociais e interétnicos, descimentos, bandeiras – expedições –, deslocamentos e a continuidade da administração particular de indígenas. Finalmente, no quinto grupo, estão os dados de controle da pesquisa e preenchimento da planilha, como fontes primárias utilizadas, referências bibliográficas, observações e o nome do pesquisador responsável pelo preenchimento da linha da planilha.

Para realizar a geolocalização das 191 povoações indígenas, buscou-se precisão, segundo a metodologia desenvolvida por Estevão Palitot (2022), cruzando dados de diferentes fontes e, quando possível, colando os marcos no mapa em pontos ainda existentes na paisagem atual, como igrejas e capelas que pertenciam às povoações indígenas (Figura 10). As vilas e os lugares indígenas instituídos no processo de implementação do diretório foram inscritos em uma representação da América Portuguesa que ilustra a organização político-administrativa no momento em que a colônia estava dividida nos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão. Esse desenho começou a configurar-se a partir de 1751, quando Mendonça de Furtado assumiu a governança em Belém com o título de governador-geral e capitão-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ao invés do Estado do Maranhão e Grão-

-Pará. Com isso, consolidava-se a perda de hegemonia do Maranhão como cabeça do Estado, com a transferência oficial da capital de São Luís para Belém. A nova organização político-territorial foi confirmada por carta régia de 6 de agosto de 1753, momento em que o Estado foi dividido em quatro capitanias subalternas ao governo-geral sediado em Belém: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí (Meireles, 1960). A Figura 4 apresenta a geolocalização das 191 povoações indígenas erigidas durante o reformismo pombalino e demonstra a abrangência da nova política indigenista sobre o território colonial.

Figura 4 – Geolocalização das povoações indígenas erigidas durante o diretório nos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão

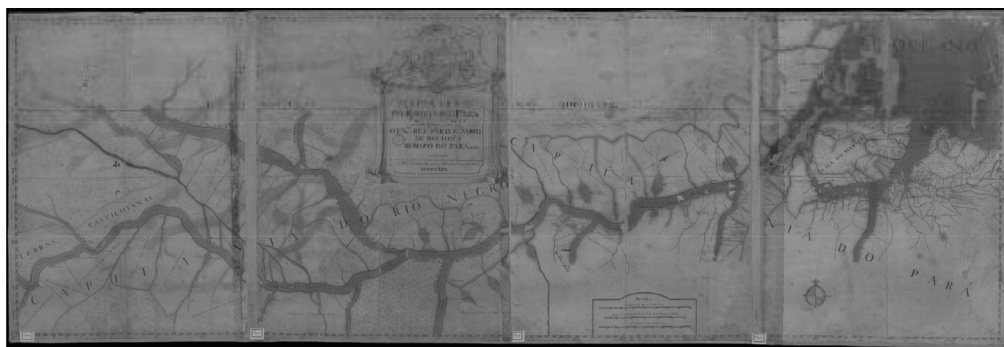


Fonte: grupo de pesquisa VIP. Crédito: Estêvão Palitot.

No projeto colaborativo VIP, a utilização do termo genérico “povoação” cumpre a função metodológica de reunir diferentes realidades sob uma mesma expressão

guarda-chuva, como “vilas”, “lugares” e “freguesias” de índios, que são as expressões que mais aparecem na documentação histórica primária para se referir aos antigos aldeamentos e missões indígenas. No Brasil, “povoados” e “povoações” são termos tratados como sinônimos, tal como adverte Aroldo de Azevedo (1957), no artigo “Embriões de cidades brasileiras”. Nesse quesito, o Brasil difere de Portugal, onde “povoação” funciona como uma palavra genérica, indicando um aglomerado de tipo urbano, podendo ser cidade, vila, aldeia ou lugarejo, enquanto “povoado”, ao contrário, indicaria apenas os pequenos lugarejos, aldeias e localidades (Azevedo, 1957). No projeto, a palavra “povoação” é utilizada em seu sentido lusitano, como termo genérico para referir-se às novas urbanidades e divisões políticas e religiosas instituídas pelas reformas pombalinas nas antigas missões regidas pelos jesuítas e outras ordens religiosas, como carmelitas, mercedários e capuchos. A utilização do termo “povoação” não visa abolir, todavia, as diferenças de jurisdição política e religiosa que cada termo indica, tampouco menosprezar a dimensão e a importância política das “vilas” no mundo colonial, que reuniam um conjunto de privilégios políticos não acessível aos lugares, às freguesias, aos arraís, às aldeias etc.

Figura 5 – “Mappa geral do bispado do Pará: repartido nas suas freguezias que nele fundou, e erigio o Exmo. e Revmo. Snr. D. Fr. Miguel de Bulhões III Bispo do Para”



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Autor: Henrique Antonio Galluzzi (1759).

A paróquia – ou freguesia, tal como muitas vezes aparece na documentação – é parte da divisão administrativa da Igreja, em que a cabeça são os bispados. Com a implementação das reformas, ocorreu um vasto processo de secularização das aldeias indígenas. No Maranhão, por exemplo, o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa reuniu-se com a Junta das Missões, em 13 de abril de 1757, com o objetivo de informar o *desideratum* de paroquiar as aldeias, isto é, as missões indígenas a cargo do clero regular, dando seguimento, no plano eclesiástico, à aplicação das leis reformistas em relação aos indígenas na região. Houve, como observou Mário Meireles (1960), objeções dos representantes das diferentes ordens religiosas, mas foram os jesuítas que teceram os mais duros protestos, afirmando que, apenas com o consen-

timento da Santa Sé, as paróquias poderiam ser criadas, e, em caso de autorização, o bispado não poderia ocupar suas residências. Apesar dos protestos, as vilas e os lugares foram erigidos, os jesuítas expulsos da colônia entre 1759 e 1760, e, sob a supervisão do bispo Miguel de Bulhões, as novas freguesias do Estado foram criadas e registradas em mapa próprio, conforme ilustra a Figura 5.

O processo de secularização das missões também ocorreu no Estado do Brasil, e, em 1758, o Conde de Arcos informava a Carvalho e Melo sobre as medidas tomadas para paroquiar as novas vilas, salientando que estava priorizando o clero secular (Arraes, 2018). Ao submeter as antigas missões ao sistema de paróquias, fortalecendo o clero secular, o que, de fato, se fazia era reiterar o poder do bispado e da Coroa sobre os territórios e suas gentes, uma vez que então prevalecia o padroado (Araújo, 2012). Em Pernambuco, o bispo era amplamente favorável à secularização de todas as missões, e não somente daquelas que estavam sob a jurisdição jesuítica. Referindo-se aos frades capuchinhos italianos, que estavam à frente de alguns aldeamentos na região, escreveu:

[...] se julgam independentes [...] dizem que podem pregar, confessar e missionar neste Bispado sem licença ou aprovação do Ordinário [...] e isto o faz muito absolutos e imprudentes na extensão de seus privilégios, e nas aldeias o seu ponto todo é que ninguém secular ou eclesiástico entenda nos seus índios (Ofício do Bispo de Pernambuco ao Conde de Oeiras, 1760 *apud* Lopes, 2005, p. 135).

Na parte sul de Pernambuco, correspondente à Comarca de Alagoas, a aplicação das reformas ficou sob a responsabilidade do ouvidor Manuel de Gouvea Alvares, que se ocupou de 23 aldeias indígenas, reduzindo-as a vilas, onde foram estabelecidos pelouros e câmaras e realizadas as primeiras eleições para os oficiais das câmaras. Dando seguimento às reformas, o bispo Aranha deu provimento aos curas e aos párocos para as novas vilas e freguesias (Chaves, 2021). Nas capitânicas do norte, ocorreram várias remoções de aldeamentos, deslocando a população para a constituição de novas vilas. A questão das remoções não é um tema de menor importância, porque isso, geralmente, afetava muito negativamente os grupos removidos. O Parágrafo 77 do Diretório dos Índios permitia esse tipo de ação governamental, mas era igualmente claro sobre a obrigatoriedade de consultar-se os indígenas acerca do assunto, especialmente quando as remoções e as aglutinações significassem junções de povos de grupos étnicos diferentes, reduzindo-os a uma mesma vila ou lugar. Apesar disso, a maior parte das remoções em Pernambuco e suas capitânicas anexas foi feita sem consulta, com o uso da força e para favorecer os interesses dos colonos (Lopes, 2005).

Na Bahia e em suas capitânicas subalternas, a secularização das missões atingiu especialmente aquelas dirigidas pelos jesuítas. Fabrício Lyrio Santos (2019, p. 59)

analisou o processo de expulsão dos jesuítas na Bahia e concluiu que, entre 1758 e 1763, “[...] parece certo que as aldeias administradas por outras ordens religiosas e até mesmo por padres seculares não se tornaram vilas neste primeiro momento de aplicação da legislação pombalina”. Os dados sobre os estabelecimentos indígenas que permaneceram imunes ao processo reformista estão sendo reunidos em uma planilha própria, mas ainda representam um conjunto de informações incipientes, tendo em vista que o objetivo primeiro do projeto VIP foi o de mapear as territorialidades indígenas coloniais atingidas e transformadas pela aplicação da legislação pombalina. Até o momento, os dados reunidos pelos pesquisadores do projeto sugerem que é justamente na Bahia e suas capitanias subalternas que se verifica a maior incidência de preservação do poder regular sobre os indígenas, de ordens religiosas outras que não as jesuítas. Sergipe ilustra bem essa situação. Das cinco missões existentes no momento das reformas, apenas a que estava sob a direção da Companhia de Jesus foi elevada à vila (Santos, 2019), recebendo o nome de Nova Tomar ou Nova Tomar do Geru, tal como pode ser observado na Figura 6. Além disso, em comparação com Pernambuco e suas anexas, as remoções e aglutinações de aldeamentos para a formação das novas vilas e lugares foram, ao que tudo indica, bem menos frequentes na Bahia e capitanias subalternas.

Figura 6 – Geolocalização das povoações indígenas erigidas em Sergipe e no sertão da Bahia



Fonte: grupo de pesquisa VIP. Crédito: Estêvão Palitot.

No caso da Capitania do Rio de Janeiro, o termo “freguesia” aparece mais frequentemente na documentação para se referir às novas povoações de índios criadas no tempo do diretório, sugerindo que o bispado teve importante protagonismo na implementação das leis reformistas pombalinas na região. Apenas a aldeia de São

Barnabé foi elevada à condição de vila, em 1772, com justiça e camaristas instituídos em 1783 (Almeida, 2003). Nas novas freguesias, os indígenas continuaram vivendo como grupo étnico apartado em relação aos demais moradores, sendo, inclusive, arrolados na documentação primária separadamente (Almeida, 2003). Do ponto de vista eclesiástico, a Capitania do Espírito Santo pertencia ao bispado do Rio de Janeiro, possuindo sua própria divisão territorial em freguesias, mas, do ponto de vista político, era uma capitania subalterna ao governo da Bahia.

A implantação do reformismo pombalino na região seguiu rigorosamente as instruções do reino e do governo da Bahia, e foi protagonizada pelos ouvidores, que erigiram novas vilas nas missões jesuíticas de Nossa Senhora de Reritiba e Santo Inácio e Reis Magos, respectivamente com os nomes de Nova Benevente e Nova Almeida. Em ambas as vilas, os senados das câmaras funcionavam regularmente, por meio de eleições periódicas. Nelas, foram organizadas companhias de ordenanças, e cada uma também possuía cadeia e tudo mais que era exigido das povoações que levavam o nome de “vila” (Moreira, 2019). Na próxima seção, serão analisados o significado político e social das vilas na sociedade estamental do Antigo Regime, bem como a participação política dos indígenas nas novas vilas criadas pelas reformas.

CIDADANIA, “CIDADANIZAÇÃO” E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS NOVAS VILAS DE ÍNDIO

O *desideratum* de seduzir e atrair os indígenas, concedendo-lhes novas honrarias e privilégios – direitos privativos –, aparece claramente na missiva de Carvalho e Melo. Em carta secretíssima endereçada ao seu irmão e também governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ele expressou a importância de fixar os indígenas em vilas, que deveriam nascer da abolição das antigas aldeias dirigidas por missionários. Nas novas vilas, Carvalho e Melo julgava que os indígenas poderiam desfrutar de direitos e prerrogativas superiores aos que até então possuíam em suas missões:

[...] fomentando-se a vaidade natural dos mais poderosos destes americanos, ou com a esperança de honorífico senhorio das vilas que fundardes ou com outras honras que sejam indiferentes, por uma parte hirão insensivelmente desaparecendo as Aldeyas que devem abolir-se, porque os índios, vendo-se nelas tiranizados e vendo-se nas outras povoações favorecidos, he certo, que fugindo das primeiras encherão dentro em pouco tempo as segundas. Por outra parte se hirão multiplicando, e florescendo povoações civiz, decorosas e úteis para o bem Comum da Coroa e dos Povos (Carta [...], 1752 *apud* Araújo, 2012, p. 52).

Na passagem apresentada, Carvalho e Melo opõe a “tirania” de viver em aldeias – isto é, em aldeamentos coloniais – à “honra” de viver em vilas. É importante reter esse argumento e compreendê-lo à luz da mentalidade e dos valores da época, porque ofertar honras e privilégios políticos aos indígenas e seus cônjuges era uma das molas mestras das reformas desse período. No Antigo Regime, participar da governação de suas próprias vilas e municípios era uma prerrogativa dos “homens bons” (Godinho, 1977), e estes representavam o “povo”, ou seja, aquela parcela dos habitantes que poderia exercer o foro de cidadão. No conjunto da população, os cidadãos eram poucos, resumindo-se àqueles que, “[...] por eleições de seus pares, desempenhavam ou haviam desempenhado cargos administrativos nas câmaras, bem como seus descendentes” (Bicalho, 2003, p. 144). Nessa temporalidade, ter uma povoação elevada à condição de vila era um privilégio importante, pois a estrutura urbana colonial estava organizada e hierarquizada segundo critérios semelhantes aos que escalonavam as pessoas e os grupos na sociedade estamental (Fonseca, 2003). Em outras palavras, “vila” e “cidade” eram títulos e faziam parte do sistema de concessão de privilégios e funções que enobreciam as localidades e seus moradores. Por isso mesmo, não era fácil obter a condição de vila, possuir câmaras e exercer os cargos e as funções da governança local (Fonseca, 2012).

Por ordem da Coroa, de cima para baixo, os indígenas foram “cidadanizados”, isto é, a eles foram concedidas todas as honras e privilégios dos homens bons, conforme a gradação hierárquica que existisse entre eles. Seus líderes eram chamados de “principais” e terminavam ocupando os cargos da *res publica*, operando como juizes, vereadores etc., e também preenchendo os postos militares das ordenanças, com destaque para o mais importante: o de capitão-mor. A transformação de um aldeamento colonial em vila representava, portanto, um privilégio – direito privativo –, consubstanciando-se na concessão da cidadania típica do Antigo Regime aos homens indígenas e aos homens livres pardos ou brancos que se casassem com mulheres indígenas nas novas povoações e ali passassem a ter residência domiciliar.

Na vasta região representada pelo Vale Amazônico colonial, Mauro Coelho (2005) observou que, entre Gurupi e as cabeceiras do Japurá, a ocupação lusitana antes do diretório se resumia a uma cidade – Belém –, quatro vilas – Caeté, Cametá, Gurupá e Vigia –, oito fortificações – Presépio, São Pedro Nolasco, Barra, Gurupá Desterro, Araguari, Rio Negro e Pauxís –, e cerca de 70 missões. Com a aplicação do diretório na região, a situação mudou completamente, e, segundo os dados colhidos e organizados pelo grupo de pesquisa VIP, foram instituídas, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, 108 povoações de índios, entre vilas e lugares, que passaram a ser regidas pela nova legislação. No Maranhão, foram erigidas seis vilas de índios e 12 lugares, totalizando 18 povoações; no Piauí, três lugares; no Rio Negro, nove vilas

e 11 lugares, totalizando 20 povoações; e, no Pará, 36 vilas e 31 lugares, totalizando 67 povoações (Tabela 1).

Tabela 1 – Vilas e lugares indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão

Nome da capitania	Vilas	Lugares	Total de povoações ⁵	Número de câmaras confirmadas com participação indígena	Presença de ordenanças indígenas confirmadas por povoação ⁶
Capitania do Pará	36	31	67	7	1
Capitania do Rio Negro	9	11	20	0	0
Capitania do Maranhão	6	12	18	6	1
Capitania do Piauí	0	3	3	0	3
Total	51	57	108	14	5

Fonte: grupo de pesquisa VIP.

As 108 povoações previamente mencionadas não englobam os aldeamentos que, porventura, ficaram de fora das reformas pombalinas, tampouco as aldeias originais dos povos indígenas, que eram de diferentes e variados povos e numerosíssimas. Das 108 povoações, 51 eram vilas, perfazendo 47,2% do total. Nessas vilas, foi confirmada, até o momento, a participação de indígenas atuando como oficiais de suas câmaras nos postos de vereadores, juizes ordinários, juizes de órfãos etc. em 14 vilas, o que corresponde a 27,4% do total. Dos 14 casos confirmados, seis se referem ao Maranhão, que corresponde a 100% do total das vilas de índios criadas nessa capitania, e o restante ao Pará, com sete confirmações, o que representa 19,4% das vilas de índios dessa capitania. Em relação às companhias de ordenanças, das 108 povoações de índios existentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão, obteve-se confirmação da existência de companhias de ordenanças indígenas em apenas cinco delas, o que representa 4,6% do total das povoações. Merece destaque, todavia, a Capitania do Piauí, na qual os três lugares de índios criados têm confirmação documental sobre a constituição de ordenanças indígenas.

Não é demais sublinhar que os dados da Tabela 1 e das demais apresentadas no texto devem ser lidos como indicadores do atual estado da arte. O preenchimento dos dados sobre a Capitania do Rio Negro, por exemplo, ainda está muito atrasado, e

5 Soma de vilas e lugares.

6 A tabela apresenta a presença de ordenanças por povoação, não o número total de batalhões indígenas existentes.

as informações que organizamos sobre essa capitania permanecem, por isso mesmo, bastante lacunares. Vale também sublinhar que o acervo documental sobre as vilas e os lugares indígenas na América Portuguesa é numeroso, está depositado em diferentes instituições e boa parte dele continua inédito ou ainda não pesquisado em suas diferentes dimensões. Considerando tudo isso, a ausência de confirmação de câmaras e ordenanças em funcionamento em determinadas vilas e lugares não significa, necessariamente, que tais instituições não tenham existido.

Como mencionado anteriormente, o Diretório dos Índios foi um regulamento primeiramente pensado para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em razão disso, várias autoridades regionais do Estado do Brasil sentiram-se instadas e até mesmo autorizadas a adaptarem o diretório para a aplicação da lei nas capitanias sob sua jurisdição, criando um universo de experiências muito diversificado nessa vasta região. Em relação ao conjunto do Estado do Brasil, foram erguidas 83 povoações, entre vilas, lugares e freguesias, representando 43,4% de todas as povoações de índios instituídas pelas reformas pombalinas na América Portuguesa. As duas sub-regiões mais homogêneas na aplicação do diretório foram Pernambuco e Bahia e suas respectivas capitanias subalternas. Mesmo assim, é grande a variação entre elas e no interior delas. Todavia, é justamente nessas duas regiões que a participação indígena na governança de suas vilas aparece de modo mais amplo e sistemático.

Para as capitanias do Norte, o governador Lobo e Silva criou a “Direção com que interinamente devem regular os índios nas novas vilas e lugares erectos nas aldeias da Capitania de Pernambuco e suas anexas”, de 18 de maio de 1759, também conhecida como Direção (Lopes, 2005). As adaptações introduzidas pela Direção ficam especialmente em relevo no processo de organização do trabalho indígena e na distribuição de terras para eles. Em relação ao trabalho, o diretório determinava que era permitido ausentar-se das vilas até metade dos indígenas, entre 13 e 50 anos, enquanto na Direção estipulava-se que somente um terço dos indígenas, entre 13 e 60 anos, poderia se ausentar das vilas para atender às demandas dos moradores (Lopes, 2005). O trabalho que os indígenas tinham que prestar fora de suas terras, para os moradores ou para a Coroa, define-se como compulsório, mas não era equivalente ao trabalho escravo, porque os indígenas deveriam ser obrigatoriamente remunerados – soldo/salário/jornal. Entretanto, foi no quesito da demarcação de terras que a Direção mais inovou. Procurando superar o princípio do domínio e posse coletiva – ou corporativa – da terra, mandou-se demarcar lotes familiares de terras entre 4 mil e 10 mil braças, de acordo com as gradações hierárquicas vigentes entre os indígenas, baseadas na hierarquização instituída nas companhias de ordenanças criadas entre eles (Lopes, 2005).

A aplicação da Direção deu um colorido próprio às reformas na região, onde vários aldeamentos foram removidos, aglutinados e, por fim, reduzidos a 27 povoações, que representam 32,5% do total de povoações indígenas instituídas no Estado

do Brasil durante as reformas pombalinas. Dessas 27 povoações, 20 eram vilas, correspondendo a 74% do total, e nelas sobressai a participação dos indígenas nas câmaras das novas vilas instituídas, onde eles atuavam como juizes, vereadores e outros oficiais. Na Paraíba, 100% das vilas criadas contaram com a participação política dos indígenas. O caso do Ceará também é bastante interessante, porque, além da confirmação da participação de indígenas nas câmaras de cinco das seis vilas de índios criadas no período, comunidades indígenas de três lugares que pertenciam a vilas de brancos tiveram representantes indígenas atuando nas câmaras das vilas de que faziam parte (Tabela 2).

Tabela 2 – Vilas e lugares indígenas em Pernambuco e capitânias anexas

Nome da capitania	Vilas	Lugares	Total de povoações	Número de câmaras confirmadas com participação indígena	Presença de ordenanças indígenas confirmadas por povoação ⁷
Capitania de Pernambuco	4	3	7	0	1
Capitania do Ceará	6	4	10	5 ⁸	5
Capitania do Rio Grande do Norte	5	0	5	2	5
Capitania da Paraíba	5	0	5	5	0
Total	20	7	27	12	14

Fonte: grupo de pesquisa VIP.

Semelhantemente a Pernambuco, o governo da Bahia também adotou uma interpretação própria acerca da aplicação do diretório. O documento foi produzido pelo Conselho Ultramarino e pensado para o conjunto do Estado do Brasil, mas, ao que tudo indica, impactou apenas a própria Bahia e suas capitânias subalternas. Trata-se do parecer do Conselho Ultramarino sobre a aplicação do diretório no Estado do Brasil, de 19 de maio de 1759, cujos autores foram os seguintes conselheiros: conde D. Marcos de Noronha, Antônio D'Azevedo Coutinho, D. José

7 A tabela apresenta a presença de ordenanças por povoação, não o número total de batalhões. Em Pernambuco, há recomendações na documentação para a criação de outras ordenanças para duas povoações. No Ceará e no Rio Grande do Norte, a documentação demonstra que a maior parte das povoações tinha mais de uma companhia, como o caso da vila de Messejana, onde foram identificadas pelo menos oito, e a Vila Nova de Porto Alegre, que possuía dez.

8 No Ceará, representantes indígenas de um lugar ocupavam esporadicamente cargos na câmara da vila de que seu lugar fazia parte.

Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello e Manuel Estevão de Vasconcellos de Almeida Barberino⁹. Basicamente, o documento comenta vários parágrafos do diretório, apontando aqueles que poderiam ser aplicados no Estado do Brasil e outros que seriam de difícil cumprimento, em razão das diferenças ambientais e sociais entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão. No âmbito da governança, por exemplo, recomendaram que, nas vilas de índios do Estado do Brasil, o escrivão da câmara acumulasse o cargo de diretor de índios, o que efetivamente acabou acontecendo em muitas vilas de índios então erigidas na região.

A Bahia e suas capitânias subalternas reuniram cerca de 22,9% das povoações instituídas pelas reformas pombalinas no Estado do Brasil. Uma característica do reformismo regional é que todas as novas povoações criadas por meio do diretório adquiriram o formato político-administrativo de vilas (Tabela 3). Contudo, como visto anteriormente, é justamente nessa região que várias missões continuaram sendo administradas por seus regulares, uma vez que as reformas atingiram, especialmente, os aldeamentos jesuítas. Desse modo, na Capitania da Bahia, foram erigidas cinco vilas; na Capitania de Ilhéus, quatro; na Capitania de Porto Seguro, sete; na Capitania do Espírito Santo, duas; e, na Capitania de Sergipe, uma vila (Figura 7). No universo de vilas criadas nessa região, em 17 delas, o que representa 89,4% do total, foi identificada a participação dos indígenas nas câmaras. Em 13 vilas (68,4%), encontra-se confirmada a existência de batalhões de ordenanças indígenas ou a participação de indígenas em ordenanças mistas (Tabela 3).

Tabela 3 – Vilas e lugares indígenas na Bahia e suas capitania subalternas

Nome da capitania	Vilas	Lugares	Total de povoações	Número de câmaras confirmadas com participação indígena	Presença de ordenanças indígenas confirmadas por povoação ¹¹
Capitania da Bahia	5	0	5	4	3
Capitania de Ilhéus	4	0	4	3	1
Capitania de Porto Seguro	7	0	7	7	6

9 BRASIL. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Catálogo Eduardo de Castro Almeida. Doc. 4.245. Offício do Vice-Rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da C. Côrte Real, em que se refere ao parecer do Conselho Ultramarino, que funcionava na Bahia, dera sobre a aplicação que podia ter na Capitania o Diretório formulado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Pará e Maranhão para o regimen dos índios das povoações destas capitânias. Bahia, 1 de junho de 1759.

11 A tabela apresenta a presença de ordenanças por povoação, não o número total de batalhões. Em Porto Seguro e no Espírito Santo, algumas vilas tinham mais de uma companhia. Em Porto Seguro, há ordenanças mistas, com grande presença de portugueses pardos ou brancos, e também batalhões exclusivamente indígenas.

Nome da capitania	Vilas	Lugares	Total de povoações	Número de câmaras confirmadas com participação indígena	Presença de ordenanças indígenas confirmadas por povoação ¹⁰
Capitania do Espírito Santo	2	0	2	2	2
Capitania de Sergipe	1	0	1	1	1
Total	19	0	19	17	13

Fonte: grupo de pesquisa VIP.

Figura 7 – Geolocalização das povoações indígenas erigidas na Bahia e capitanias subalternas, exceto Espírito Santo



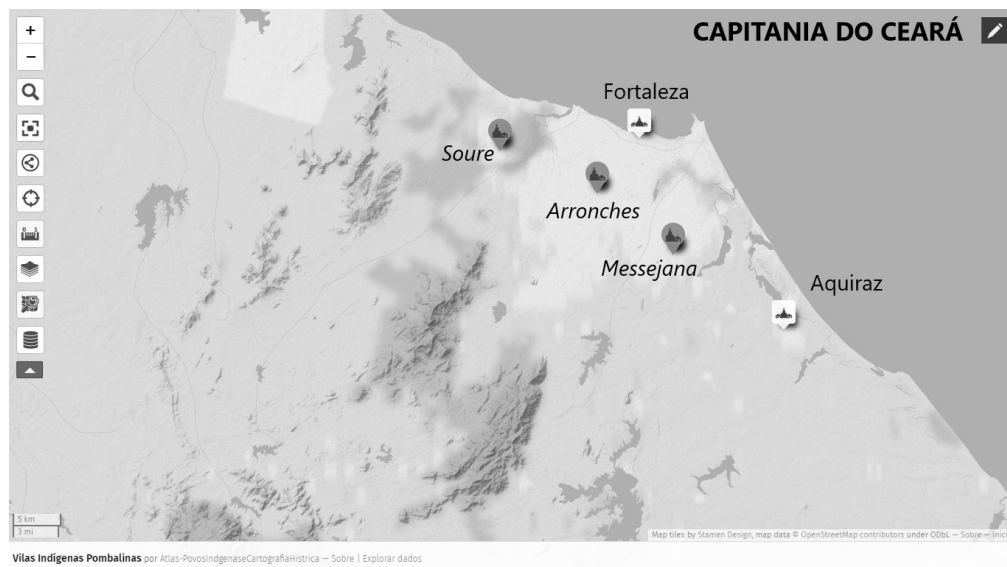
Fonte: grupo de pesquisa VIP. Crédito: Estêvão Palitot.

A autorização para que os indígenas participassem dos postos civis e militares de suas povoações criou uma situação paradoxal no mundo colonial, porque, enquanto a legislação estabelecia a equiparação entre índios e portugueses em termos de direitos e distinção social, inclusive proibindo o uso de termos depreciativos para se referir a eles, as fontes demonstram a persistência da inferiorização dos indígenas nas relações interétnicas locais e regionais. Exemplar sobre isso é a narrativa de Henry

10 A tabela apresenta a presença de ordenanças por povoação, não o número total de batalhões. Em Porto Seguro e no Espírito Santo, algumas vilas tinham mais de uma companhia. Em Porto Seguro, há ordenanças mistas, com grande presença de portugueses pardos ou brancos, e também batalhões exclusivamente indígenas.

Koster (2002, p. 223) sobre sua viagem ao Ceará, em fins de 1810, quando ele passou pelas “[...] aldeias indígenas de Arronches e Massangana e uma terceira outra, nas vizinhanças, que esqueci o nome”. O viajante estava referindo-se à vila de Soure – antiga aldeia de Caucaia –, à vila de Arronches – antiga aldeia de Paramgaba – e à vila de Messejana – antiga aldeia de Paupina –, todas situadas bem próximas da capital, conforme ilustra a Figura 8.

Figura 8 – Geolocalização das vilas de Soure, Messejana e Arronches, erigidas durante o diretório na Capitania do Ceará



Fonte: grupo de pesquisa VIP. Crédito: Estêvão Palitot.

Koster nominou de “aldeias” três povoações que eram, de fato e de direito, vilas. Afinal, as três povoações possuíam as principais instituições que indicavam o *status* de vila: câmara, justiça, prisão e companhias de ordenança. Sobre as relações sociais nessas vilas, ele teceu vários comentários, atestando que os indígenas eram ridicularizados e frequentemente considerados inferiores aos brancos e “mulatos” (Koster, 2002, p. 224-225):

Cada aldeia tem seus padres [...]. Cada aldeia possui dois Juízes Ordinários, com função anual. Um juiz é branco e o outro indígena, e é lógico supor que o primeiro tem, realmente, o comando. [...] Cada aldeia tem Casa de Câmara e prisão [...]. Os indígenas têm também seus Capitães-Mores cujo título é vitalício e dá algum poder sobre seus companheiros, mas como não há salário, o Capitão-Mor indígena é muito ridicularizado pelos brancos e, com efeito, um oficial meio nu, com sua bengala de castão de ouro na mão é um personagem que desperta o riso aos nervos mais rijos.

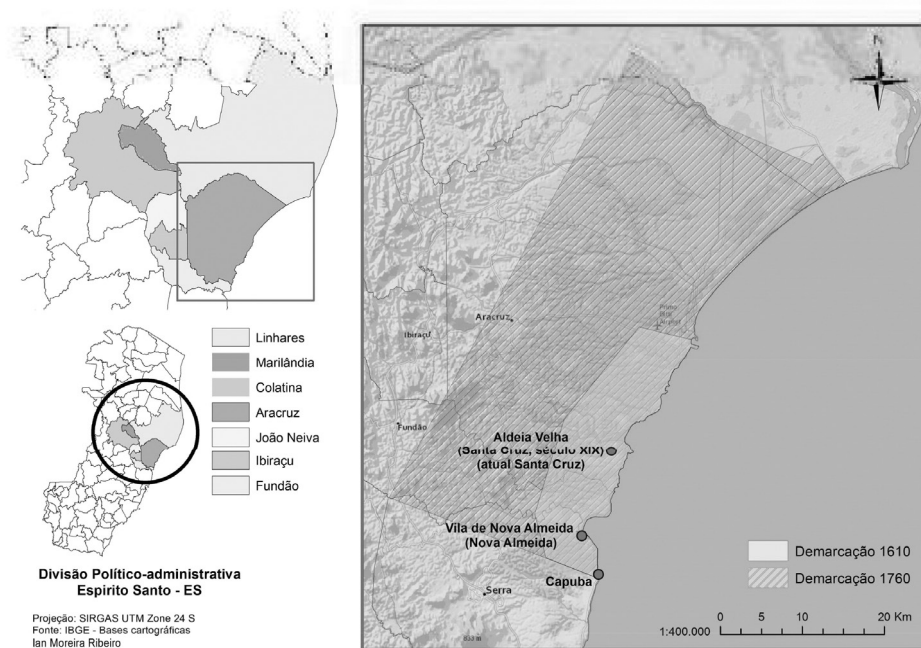
Para Koster, o poder exercido pelos juizes ordinários indígenas lhe parecia bastante ilusório frente à presença de outro juiz, que era branco. Esse tipo de argumento se parece bastante com o defendido por Renata Araújo (2012), analisado anteriormente, quando a autora defendeu a tese de que as vilas de índios eram “falsas”, do ponto de vista da representação política dos indígenas em suas câmaras, em razão da presença do poder tutelar dos diretores de índios. Em ambas as argumentações, aparece o mesmo fundamento, isto é, a ideia de que, diante do poder do branco, o poder institucional exercido pelos indígenas em suas vilas era falso, ilusório, pura manipulação colonial e até mesmo ridículo. Afinal, os símbolos de poder e de honra do Antigo Regime usados pelos indígenas, como era o caso da bengala de castão de ouro, usada pelos capitães-mores do Ceará, foram considerados por Koster uma cena apenas risível, demonstrando que ele foi incapaz de compreender o significado social e político daquilo que o fazia rir. O que escapou a Koster, mas não deve continuar escapando à análise historiográfica, é que os indígenas tinham acesso a honras e a privilégios municipais não disponíveis à maioria daqueles que, localmente, riam deles. Considerando esse contexto, ridicularizar era não apenas uma das expressões dos preconceitos raciais da época ou dos conflitos interétnicos locais, mas também uma ação político-estratégica que buscava diminuir o poder real dos indígenas, com o fito de subordiná-los socialmente.

No Ceará, os procedimentos adotados pelo governador de Pernambuco para erigir vilas nos mais importantes e populosos aldeamentos da região foram realizados segundo as liturgias do Antigo Regime e por meio de cuidadoso processo de negociação com os ameríndios (Silva, 2005). As negociações realizadas no Ceará envolveram, entre outros procedimentos, a produção de “cartas persuasivas” enviadas aos indígenas e a oferta de um jantar para os principais das aldeias. Nas cartas, o objetivo era informar aos indígenas que fazia parte do desejo do rei livrá-los “da escravidão em que viviam, pondo-os em inteira liberdade” (Silva, 2005, p. 124). Em troca, o monarca esperava a gratidão deles como gesto de reciprocidade. De acordo com Isabelle Silva, o jantar foi oferecido pelo próprio governador Luís Diogo Lobo e Silva aos índios principais das vilas de Viçosa Real – antiga aldeia de Ibiapaba – e de Arronches – antiga aldeia de Parangaba. Nessa ocasião, o governador presenteou as mulheres dos principais com vestidos e, para a esposa de D. Felipe de Souza e Castro, principal de Ibiapaba, acrescentou um corte de seda, já que ele possuía o hábito da Ordem de Sant’Iago e liderava uma comunidade entre 7 e 8 mil pessoas (Silva, 2005). Como corretamente argumenta a autora, todos esses fatos demonstram que a Coroa e o governador Lobo reconheciam nos indígenas um “[...] interlocutor, a quem era preciso cultivar e conquistar” (Silva, 2005, p. 124). As negociações estabelecidas com os indígenas das vilas de Arronches e Viçosa Real, quando comparados a outros povos que sofreram violências e foram removidos de seus aldeamentos, embora estivessem sob a mesma jurisdição política de Pernambuco, demonstram

que não é prudente nem correto tomar o conjunto dos grupos aldeados como uma realidade homogênea, que recebia o mesmo tratamento político das autoridades no processo de implantação das leis reformistas.

Do ponto de vista jurídico, as maiores novidades introduzidas pela política reformista de Pombal foram os incentivos aos casamentos mistos e à “cidadanização” dos indígenas nos termos do Antigo Regime. Entretanto, esses novos direitos e prerrogativas não representavam, necessariamente, aquilo que mais pudesse interessar aos próprios indígenas. No contexto social da época, as fontes demonstram uma atenção e um zelo por parte deles muito maiores em relação ao cumprimento da lei de 6 de junho de 1755, que reassegurava dois princípios fundamentais e já existentes em outras legislações do período, mas que eram frequentemente desrespeitados: terra e liberdade. Isso fica particularmente evidente na história dos indígenas aldeados na Capitania do Espírito Santo, onde a política de sedução dos indígenas para a adesão ao diretório foi especialmente centrada na ampliação de suas terras (Moreira, 2019). Para a formação da vila de Nova Almeida – antiga aldeia de Santo Inácio e Reis Magos –, por exemplo, os indígenas receberam, em 1760, uma demarcação de terra 932,31% maior do que a sesmaria originalmente recebida em 1610 (Figura 9), ou seja, um domínio quase dez vezes maior do que aquele que eles coletivamente tinham sob o regime das missões (Moreira, 2019).

Figura 9 – Sesmaria dos índios da missão de Santo Inácio e Reis Magos, erigida em vila de Nova Almeida – Demarcações de 1610 e 1760



Fonte: Moreira (2019, p. 180). Crédito: Ian Moreira Ribeiro.

Os indígenas de Nova Almeida e seus principais acompanharam passo a passo a demarcação de suas terras, que levou vários dias. No instrumento que lavrou a posse e o domínio – propriedade – coletivo da terra, pode-se, inclusive, vislumbrar parte das cerimônias performadas por indígenas e autoridades coloniais:

[...] e diante das testemunhas meti de posse os ditos índios de Reis Magos mulheres e filhos das ditas terras conteudas em sua carta de data no limite do terreiro onde seus Tijupares tinham chamado “Yapara”, tomando terra metendo-lhes nas mãos, quebrando matas, arrancando ervas, outrossim metendo-lhes nas mãos, tomando pedrinhas, arco, barro e outras cousas que eles ditos índios, mulheres e filhos tomarão por si mesmos, tornando logo tudo a largar, assentando-se pela dita terra, erguendo-se, passando, caminhando de uma parte para outra, metendo-se pelo mato gritando que escassamente se ouvia o grito, dizendo que tomavam posse daquelas terras que dadas lhes foram pelo Senhor Governador, assim de matos, verduras, como de capoeiras, campos, brejos e tudo mais que nas ditas seis léguas a todos os rumos que em sua data eram conteúdas de morros, vales, outeiros capões, alagadiços e serventias e fazendo outros atos de posse semelhantes sem a tal tempo nenhuma pessoa lhes contradizer, vindos todos passeando diante de mim escrevão com seu passeio e altas vozes, dizendo que tomavam posse (Espírito Santo, 1945, p. 48).

Do ponto de vista metropolitano e colonial, só valia a pena atrair e agradar grupos indígenas que servissem aos seus interesses e aos seus propósitos, fosse no mundo do trabalho, fosse nas trocas comerciais, fosse para obter força e apoio armado suplementar. No caso da Capitania do Espírito Santo, os indígenas dos aldeamentos missionários desempenhavam diferentes tipos de trabalho, atuando como remeiros, carteiros, pescadores, trabalhadores da construção civil, no corte de madeiras etc. Contudo, era na defesa da capitania contra as guerras movidas pelos povos indígenas inimigos dos portugueses, como os borun – aimoré e botocudo –, na coadjuvação da repressão contra fugas e revoltas de escravizados, e na repressão do extravio do ouro produzido em Minas Gerais que os aldeados se mostravam mais essenciais, tanto para o governo metropolitano quanto para parte dos moradores e das elites locais (Moreira, 2019).

Os direitos de liberdade e de posse de terras, demarcadas para nelas gozarem de suas prerrogativas de homens, mulheres e comunidades livres do ônus do cativeiro, foram uns dos eixos fundamentais do protagonismo indígena durante o diretório. Considerando isso, “andar meio nu, com sua bengala de castão de ouro na mão”, tal como narrou Koster acerca dos indígenas principais do Ceará, não tem nada de risível ou trivial. Ao contrário, era um modo rápido e bastante eficiente de os capitães-mores lembrarem a todos sobre o direito deles e de seus lide-

rados de viverem livres em suas terras. Ainda sobre os indígenas das três vilas que visitou no Ceará, escreveu:

Tem um temperamento independente, detestando tudo que o possa deprimir e reter sua ação. Submete-se ao diretor por não ter elementos de resistir-lhe. Um indígena nunca está disposto a chamar o patrão, que o haja alugado, por senhor, embora de uso comum dos brancos entre si quando falam, e por todos os homens brancos da região. O que os negros usam falando com seus senhores, os indígenas não o fazem. Dirigem-se ao seu senhor temporário pelos termos de amo ou patrão (Koster, 2002, p. 225).

As promessas de mais liberdade, terra e outras honras típicas do Antigo Regime visavam conquistar a adesão e a fidelidade dos indígenas ao rei e à Coroa, em diferentes partes da colônia. Nesse ambiente, os indígenas passavam a buscar seus próprios interesses, e, em diferentes situações ocorridas ao longo do diretório, a historiografia tem detectado que eles usaram seus cargos e suas novas prerrogativas legais para defender o máximo de autonomia e liberdade possíveis, diante da pressão limitadora e até mesmo escravagista exercida por diretores, ouvidores, governadores, missionários, moradores, entre outros agentes coloniais e metropolitanos. Em 1804, por exemplo, o capuchinho Apolonio de Todi escrevia para o governador da Bahia para dar conta do “estado de civilização” dos índios daquela capitania. Referindo-se aos indígenas das vilas de Sore – antiga missão de Natuba – e Mirandela – antiga missão Saco dos Morcegos – (Figura 6), registrou que eles ocupavam, regularmente, os cargos da municipalidade e eram regidos por um diretor, que também ocupava a função de escrivão da câmara. Todavia, postulou que as vilas de índios não podiam ser consideradas verdadeiramente vilas, argumentando

[...] que não são nem vilas nem aldeias, mas uns quatro índios bêbados, que com o nome de capitão-mor, outro de sargento-mor, outro de juiz ordinário, outro de órfãos, sem governo nenhum, com um escrivão branco pior que eles; e os mais metidos nos matos, vivendo de gentios, que enfim só diferem dos bravos de serem batizados, não perseguir os moradores, e mais nada (Lisboa, 1835, p. 190).

A narrativa do capuchinho, citada anteriormente, é clara em demonstrar dois fatos fundamentais. Em primeiro lugar que os indígenas ocupavam regularmente os cargos da governança civil, militar e da justiça de suas vilas. Em segundo que usavam seus cargos e prerrogativas para promover uma agenda própria, irritando o missionário. Afinal, desfrutavam de um modo de vida em que prevalecia a relativa autonomia deles e de suas comunidades no interior do território, vivendo espalhados sob a proteção do regime do diretório, enquanto os principais ficavam no centro da vila cumprindo suas funções institucionais. Os indígenas de Sore e Mirandela tam-

bém se mostraram refratários às seduções metropolitanas, que prometiam honras ao equipará-los aos portugueses. Pela narrativa deixada por frei Apolonio de Todi, eles claramente preferiam viver ao modo indígena, estipulado por eles próprios, em vez de aderir aos valores e ao modo de vida dos brancos:

Bem sei que tudo isto se fez com um novo Diretório, que os declara brancos, com as mesmas honras dos brancos; porém, falando eu com o capitão-mór dos índios da vila de Sore e mais da vila de Mirandella no ano de 1782, em que fiz missão, e falando deste novo Diretório para convencê-los da brutalidade de seus governos, me responderão: ‘Sr. padre missionário, Sua Majestade muito nos tem honrado com este Diretório, pois nos declarou brancos, e com os privilégios dos brancos, porém de que serve quando nos deixou o mesmo coração, e ficando o mesmo coração, sempre obraremos de índios, e não de brancos’ (Lisboa, 1835, p. 181).

O Diretório dos Índios não aboliu as violências, os descimentos, as guerras e as escravizações ilegais contra parcelas importantes dos povos indígenas. Também não garantiu condições ideais para que os aldeados nas missões tivessem razoáveis possibilidades para exercer o autogoverno nas novas vilas e lugares erigidos em seus territórios. Os preconceitos continuaram e, frequentemente, eles eram considerados de “inferior qualidade”¹². Apesar de tudo isso, as fontes igualmente demonstram um claro protagonismo indígena no sentido de aproveitar-se do diretório para ampliar a autonomia de seus grupos e sociedades frente às pressões do mundo colonial. As características particulares das vilas indígenas em cada capitania ou região são testemunhos desse protagonismo, dos processos de negociação e de adaptação a um mundo colonial em profunda transformação por conta das reformas. É, também, um retrato do modo de vida por eles construído sob o novo regime do diretório. As idiosincrasias das vilas de índios não as tornavam menos verdadeiras que as vilas dos brancos; a presença de diretores nas vilas não reduzia os indígenas a meros simulacros anedóticos do sistema de poder e de governança colonial; e os povos nativos tampouco se tornaram menos indígenas por negociarem e por moldarem suas vidas individuais e coletivas às várias exigências, valores e instituições coloniais, porque, como salientou Rita Segato (2012, p. 112), um povo indígena é “um projeto de ser na história” (ver Figura 10 e Figura 11).

12 Sobre o conceito de qualidade na sociedade de Antigo Regime, nas colônias ibéricas da América, ver Joanne Rappaport (2009).

Figura 10 – Igreja do Senhor da Ascensão em Mirandela, construída em 1701 pelo povo kiriri no centro do aldeamento jesuíta Saco dos Morcegos, e o seu cruzeiro, marco zero do território indígena kiriri. Município de Banzaê, Bahia, Brasil



Crédito: Volha Yermalayeva Franco. Data: 11 de novembro de 2017.

Figura 11 – Terra indígena kiriri



Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (2021). Crédito: Estêvão Palitot.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas pombalinas foram muito claras e enfáticas no sentido de pôr em plena liberdade todos os indígenas, tal como testemunha a lei das liberdades, de 6 de junho de 1755. No Diretório dos Índios, todavia, a ampla liberdade foi regulamentada, estabelecendo-se uma verdadeira indissociabilidade entre liberdade e trabalho no interior da ideologia e do processo reformista colocado em curso por Pombal. Desse modo, como corretamente observaram Farage e Cunha (1987, p. 107), um dos elementos centrais para interpretar a política reformista desse período é essa correlação entre trabalho e liberdade, porque “[...] nas próprias palavras de Pombal, a ‘ociosidade’ era um vício não só ‘moral’, mas também ‘político’ e, em decorrência, a recusa ao trabalho por parte dos índios significaria, no limite, uma recusa mesmo à condição de vassalos”.

A Capitania do Maranhão ilustra bem tal correlação entre trabalho e liberdade. Nas novas vilas criadas, foram alçados à condição de diretores moradores pertencentes à elite social e econômica, interessados na continuidade e na estabilidade da exploração do trabalho indígena (Dornelles, 2021). Esse foi o caso, por exemplo, do capitão-mor José Meireles Maciel Parente, um dos homens mais “distintos” da capitania, que atuou, durante vários anos, na função de diretor de índio da vila de Viana. Referindo-se ao testamento desse homem, datado de 1782, Soraia Dornelles (2021) observou que as terras deixadas pelo falecido continuavam sendo lavradas por indígenas, e, com frutos produzidos e colhidos por eles, o falecido acreditava que poderia quitar suas dívidas. Em outras palavras, as reformas geraram mudanças importantes na capitania e nos procedimentos de governança dos indígenas, mas o trabalho e o trabalhador indígenas continuaram como um dos pilares da sociedade e da economia regional.

A administração particular – ou simplesmente administrações de indígenas – tem sido analisada pela historiografia como uma forma de burlar as leis de proteção da liberdade dos índios durante o regime colonial, instituindo-se formas disfarçadas de cativeiro (Malheiro, 1886; Monteiro, 1994). Informações sobre a criação de vilas ou lugares a partir de grupos indígenas que estavam sob o controle dos moradores, seja por meio do instituto do justo cativeiro, seja graças às administrações, são um tema ainda insuficientemente explorado pela historiografia. Como visto ao longo do capítulo, a maioria das novas povoações foi erguida em antigas missões religiosas, com grupos, povos ou comunidades que eram considerados livres, cristãos e súditos da monarquia portuguesa. O que aconteceu com os indígenas que estavam sob o poder dos moradores como administrados ou cativos, durante as reformas pombalinas, permanece como questão insuficientemente mapeada. Enfrentar esse tema específico, investigando-o mais a fundo, é importante, pois permitiria avançar na reflexão e medir, com dados empíricos mais fortes, até que ponto a lei das liberdades

e o Diretório dos Índios foram eficientes em libertar os chamados “administrados” ou acabar com os “justos cativeiros”, isto é, libertar os indígenas escravizados por meio de guerras chanceladas pela Coroa – guerras justas.

Pelos dados até agora coligidos pelo grupo de pesquisa VIP, sabe-se que pelo menos as vilas de Belmonte, em Porto Seguro, e Guimarães, na Capitania do Maranhão, foram erigidas com indígenas que estavam sob o poder de particulares. No caso de Porto Seguro, foram criadas duas vilas oriundas de aldeamentos – Trancooso e Verde –, quatro com a reunião de fugitivos dos aldeamentos e degredados – Prado, Alcobaça, Viçosa e Porto Alegre –, e uma a partir de aldeamento particular – Belmonte (Cancela, 2012). O aldeamento particular que deu origem à vila de Belmonte foi formado pela etnia meniã, subgrupo do povo kamakã, sobrevivente das guerras e expedições que os paulistas realizaram para sua escravização no século XVII. Em 1681, Francisco Bujon recebeu provimento do governador do Estado do Brasil para administrá-los, ficando autorizado a dispor deles no serviço aos moradores e na conquista do “gentio bárbaro”. Depois da morte de Bujon, seus netos continuaram administrando os indígenas, com a autorização da Câmara de Porto Seguro, até a implantação das reformas pombalinas na região (Cancela, 2012).

Francisco Cancela fez pormenorizada análise das longas tratativas e negociações entre os indígenas e as autoridades localmente responsáveis pela implantação das reformas, especialmente os ouvidores, diante da resistência dos antigos administradores de índios e moradores em relação às novas leis indigenistas, que davam liberdade aos indígenas. As negociações começaram em 1759, e só adquiriram um formato final com a ereção da vila, em 1765, quando foi assegurada aos indígenas uma parte importante de suas reivindicações, como terra em local por eles escolhido, acesso a ferramentas, recebimento de dívidas de soldos não pagos pelos moradores, acesso aos cargos da governança municipal, e a expulsão dos moradores considerados não confiáveis dos fóruns de negociação, para a ereção da vila de Belmonte (Cancela, 2012).

Enquanto o caso de Belmonte refere-se a indígenas “administrados”, os indígenas que deram origem à vila de Guimarães vinham da Fazenda Guaramiranga, pertencente a um proprietário particular, que fazia uso em larga escala de indígenas adquiridos em “justos cativeiros” (Dornelles, 2021). Com a implantação das leis reformistas, eles foram colocados em liberdade, a fazenda foi erigida em vila, recebendo o nome de Guimarães, e os índios passaram a participar da vida política da povoação. Para Soraia Dornelles (2021, p. 317), “[...] a vila de índios de Guimarães seria a prova máxima das intenções pombalinas de igualar os indígenas aos brancos dentro da ‘nova’ sociedade colonial portuguesa na Amazônia”.

Todavia, no momento em que a lei das liberdades e o Diretório dos Índios tornaram-se públicos no Maranhão, a Câmara de São Luís produziu dois bandos que obrigavam os indígenas que estavam a serviço dos moradores a permanecerem nos

seus postos de trabalho, sob a autoridade de seus “amos”, mediante o recebimento de “soldos” (Loureiro, 2022). O prazo de permanência então estipulado foi de seis anos, e, nesse período, os amos ficavam autorizados a castigá-los, nos termos autorizados a todos os criados sob sua jurisdição (Loureiro, 2022). Ambos os bandos foram referendados pelo governador. Como se vê, a Câmara de São Luís editou leis próprias para permitir a continuidade das administrações particulares de índios, a despeito da publicação das leis reformistas pombalinas na região, reproduzindo um procedimento que não era uma novidade no Maranhão, nem em outras partes da colônia, onde as elites locais usaram, frequentemente, o poder camarário para burlar as leis metropolitanas que protegiam a liberdade indígena (Cancela, 2012; Chamboleyron; Bombard, 2011; Malheiro, 1886; Monteiro, 1994).

Considerando o contexto político do Maranhão, o que realmente surpreende em relação à criação da vila de Guimarães é verificar que a povoação foi erigida e os indígenas libertados, embora existissem condições políticas locais muito favoráveis à transformação dos cativos em indígenas livres, porém tutelados por seu “amo”, por pelo menos mais seis anos. O Parágrafo 77 do Diretório dos Índios estabelecia um número mínimo de 150 moradores – isto é, casais – para a ereção de uma vila, e isso indica que a Fazenda Guaramiranga possuía um número bastante significativo de homens, mulheres e crianças indígenas em situação de cativo. Por que um fazendeiro, possuidor de índios em número elevado o suficiente para formar uma vila, resolveu libertá-los e formar uma vila se a Câmara de São Luís e o governador do Maranhão estavam autorizando a continuidade das administrações por mais seis anos? Ainda não é possível responder a essa questão com precisão e base documental, mas é plausível formular algumas hipóteses de investigação futuras. Por exemplo, talvez esse morador, amo de tantos indígenas, tenha avaliado ser interessante a constituição de uma vila em parte de suas terras, para que ele próprio e seus familiares alcançassem a condição de “homens bons” e cidadãos da vila recém-criada, dispondo-se a negociar com os indígenas novas relações sociais, de trabalho e de poder.

O Diretório dos Índios trouxe, ao fim e ao cabo, vários desafios aos povos indígenas, mas também abriu novas possibilidades de ser e de viver como indígena na colônia. É importante considerar os dois lados da balança na avaliação da aplicação das reformas pombalinas na América Portuguesa.

FONTES

ALVARÁ de 4 de abril de 1755. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigreense, 1830. p. 368.

ALVARÁ de 7 de junho de 1755. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. p. 392-394.

CASAL, Aires de. *Corografia brasílica. Ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1976.

DEBRET, Jean Baptiste Debret. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834.

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário. In: ESPÍRITO SANTO. *Livro tombo da vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

ESPÍRITO SANTO. *Livro tombo da vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2002. v. 2.

LEI de 6 de junho de 1755. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. p. 373.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d'El-Rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e Cia., 1835. v. 6.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1. p. 41-76, 2012.

ARRAES, Esdras Araujo. As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. *Antítese*, Londrina, v. 2, n. 21, p. 193-216, 2018.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 25, p. 31-69, 1957.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Terra Livre – AGB*, São Paulo, n. 10, p. 23-78, 1992.

BIARD, Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O que significa ser cidadão nos tempos coloniais. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 139-151.

CANCELA, Francisco. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos índios na antiga Capitania de Porto Seguro: uma análise das Instruções para o governo dos índios. *História Social*, Campinas, v. 2, p. 43-70, 2013.

CANCELA, Francisco. Freguesias de índios na antiga capitania de Porto Seguro: administração religiosa, atuação dos párocos e protagonismo dos paroquianos indígenas no tempo do Diretório. *SAECULUM: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 328-352, 2021.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601-623, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/11.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CHAVES, José Inaldo. *As capitanias de Pernambuco: política e administração na América Portuguesa (sécs. XVII-XVIII)*. Belo horizonte: Fino Trato, 2021.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão ao mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o diretório dos índios. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 168, n. 437, p. 29-48, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DORNELLES, Soraia Sales. Registros de fundações, ereções e posses de vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. *SAECULUM: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.

FARAGE, Nádia; CUNHA, Manuela Carneiro da. Caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 103-118.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 29, p. 39-51, 2003.
- FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a04.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Arcádia, 1977.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Tese_Em-nome-daliberdade_%C3%ADndios-UFPE.pdf. Acesso em: 11 jul. 2014.
- LOUREIRO, Maria Rosalina Bulcão. *Obedientes à lei e tementes a Deus: ação dos indígenas na capitania do Maranhão diante das denúncias do Auditório Eclesiástico e advento das reformas pombalinas*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico, social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Parte 1.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEIRELES, Mario. *História do Maranhão*. [São Luís]: D.A.S.P. – Serviço de Documentação, 1960.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 111-156.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Poder local e “voz do povo”: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 239-259, 2016.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.
- PALITOT, Estevão Martins. Arcos, rumos, posses e braços quadradas: refazendo os caminhos da demarcação da Sesmaria dos Índios de Monte-Mór - Província da Parahyba do Norte (1866-67). *Outros Tempos*, São Luís, v. 19, p. 139-169, 2022.

PICCOLI, Valéria. O Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. *19^o & 20*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2007. Não paginado.

RAPPAPORT, Joanne. Quién es mestizo? Decifrando la mezcla racial en El Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 43-60, 2009.

SANTOS, Fabrício Lyrio. *Tè Deum Laudamus. A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Salvador: Saga, 2019,

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, [s. l.], n. 18, p. 105-131, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: 10.4000/eces.1533. Acesso em: 30 abr. 2019.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande*. Campinas: Pontes, 2005.

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ JOSÉ SANTOS POMPEU

Professor da Faculdade de História (Fahist) do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História pela UFPA, com experiência em história moderna, história da América colonial, história do sertão, das fronteiras e do capitalismo. Autor de vários artigos nessas temáticas, e participante dos grupos de pesquisa História indígena e do indigenismo na Amazônia, Impérios Ibéricos no Antigo Regime e Grupo de Estudos de Fronteiras. Integrante do projeto de pesquisa “As drogas do sertão e o comércio atlântico (séculos XVII e XVIII)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: andre.pompeu@yahoo.com

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Prociência, da UERJ, junto à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Atua nas áreas de história moderna e de história do Brasil e da Amazônia colonial, com ênfase no estudo dos seguintes temas: administração colonial, trajetórias governativas e comunicação política no Estado do Maranhão e Grão-Pará e suas circunscrições. Pesquisador dos grupos História da Amazônia Colonial, da Universidade Federal do Pará (UFPA), História Colonial da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Impérios Ibéricos no Antigo Regime, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do Grupo de Estudos Coloniais Amazônicos, da Universidade Federal do Amapá (Unifap), e investigador colaborador do grupo Dinâmicas Imperiais, da Universidade de Lisboa (ULisboa). Entre artigos, capítulos e livros, publicou *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*.

E-mail: fabianovilaca@gmail.com

FABRICIO LYRIO SANTOS

Professor associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde atua na Licenciatura em História e no Mestrado Profissional em História da África,

da Diáspora e dos Povos Indígenas. Professor do Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). Mestre e doutor em História Social pela UFBA. Realizou estágios de pós-doutorado na Universidade NOVA de Lisboa (UNL) e na Universidade Federal do Pará (UFPA). Dedicar-se ao estudo da história do Brasil no período colonial, com ênfase para catolicismo, colonialismo, jesuítas e povos indígenas. Líder do grupo de pesquisa Religião e Religiosidades no Mundo Atlântico. Autor de diversos trabalhos, dos quais se destacam os livros *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia* e *Te deum laudamus: a expulsão dos jesuítas da Bahia*. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: flsantos@ufrb.edu.br

FELIPE WILLIAM DOS SANTOS SILVA

Graduado em História, mestre e doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente ocupa o cargo de Docente Substituto na mesma instituição, lotado na Faculdade de História (FAHIS/UFPA).. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Amazônia Colonial (Gepac) e o grupo História Indígena e do Indigenismo da Amazônia (Hindia), e é membro colaborador do projeto de pesquisa referente à rede Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (Silb), coordenado pela profa. Carmen Alveal, docente de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Dedicar-se a pesquisar atualmente acerca dos processos de ocupação do território do Estado do Grão-Pará e Maranhão na segunda metade do século XVIII, mormente com o Diretório dos Índios e com a concessão de sesmarias, com ênfase na espacialidade de tais fenômenos históricos, bem como manifesta interesse em realizar interlocuções entre história, geografia, arquitetura e arqueologia.

E-mail: fwsilva@ufpa.br / fwsilva97@gmail.com

FRANCISCO CANCELA

Doutor em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Atua na área curricular de História do Brasil e de História da América Colonial no curso de História, além da área de História Indígena na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (Liceei). Pesquisador da história dos povos indígenas e da história da América Portuguesa, desenvolvendo estudos sobre a trajetória dos povos indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro. Coordena o Grupo de Estu-

dos sobre a América Portuguesa (Geap), do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da UNEB (DCHT/UNEB). Também estuda as experiências de educação intercultural e as expressões do patrimônio e da memória no território de identidade Costa do Descobrimento. Tem publicado diversos artigos, capítulos de livros e livros. Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGES/UFSB) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, dos Povos Indígenas e das Culturas Negras da UNEB (PPGEAFIN/UNEB).

E-mail: fcancela@uneb.br

FREDERIK LUIZI ANDRADE DE MATOS

Mestre e doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém. Integrante do projeto de pesquisa “As drogas do sertão e o comércio atlântico (séculos XVII e XVIII)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Áreas de interesse: história da Amazônia colonial; história do Brasil colonial; história moderna.

E-mail: frederik.matos@ifpa.edu.br

GABRIEL DE CASSIO PINHEIRO PRUDENTE

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como professor de história nas redes privada e pública da educação básica, estando vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Belém do Pará (Semec). Autor de capítulos de livros e artigos ligados aos temas: Amazônia colonial, a atuação da Companhia de Jesus na Amazônia, política linguística, usos da língua geral na Amazônia.

E-mail: gabrielprudente1@yahoo.com.br

JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua como professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Floriano, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Estadual do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É autor dos livros *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)* e *Na lei e na guerra: políticas indígenas indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Coorganizou a coletânea *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Áreas de inte-

resse: vereadores e juízes indígenas em câmaras municipais de vilas de índios sob o Diretório dos Índios; políticas indígenas e a formação do Estado nacional brasileiro.
E-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br

JOSÉ ALVES DE SOUZA JUNIOR

Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Publicou, entre outros trabalhos, os livros *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos* e *Cabanagem: revolução amazônica*. Pesquisa os seguintes temas: Companhia de Jesus, resistência popular à colonização da Amazônia, Período Pombalino, Diretório dos Índios, adesão do Grão-Pará à independência.
E-mail: jalves@ufpa.br

KARL HEINZ ARENZ

Mestre e doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Paris 4-Sorbonne, convalidado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, atuando na Faculdade de História (Fahis) e no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST). Suas pesquisas enfocam a sociedade e a cultura da Amazônia colonial. Membro dos grupos de pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia e História da Amazônia Colonial. É coeditor do *Dicionário de língua geral amazônica* (2019) e autor de *Valente para servir: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII* (2022).
E-mail: karlarenz@ufpa.br

MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA

Pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Unirio), professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua na área de História e suas pesquisas privilegiam temas sobre história e historiografia dos povos indígenas, missão, Amazonas, Rio de Janeiro, relações interétnicas e identidade étnica. É autora dos livros *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas*

aldeias coloniais do Rio de Janeiro (2003) e *Os índios na história do Brasil* (2010), além de vários artigos e capítulos de livros.

E-mail: mreginacelestino@gmail.com

NAUK MARIA DE JESUS

Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade de Lisboa (ULisboa). Esteve como investigadora visitante no Centro de Humanidades (Cham) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH/UNL) e da Universidade dos Açores (UAç). Tem experiência na área de história, com ênfase na história do Império Português, história do Brasil Colônia e história de Mato Grosso. Atua, também, nos seguintes temas: administração, justiça, mulheres e gênero, saúde e doença. Faz parte da equipe do projeto Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (Silb), que consiste em uma base de dados. Atuou como consultora para a organização do acervo do período colonial sob guarda do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) em 2008.

E-mail: jnaukmaria@gmail.com

OTÁVIO VÍTOR VIEIRA RIBEIRO

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ), com bolsa Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Foi bolsista de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) entre 2022 e 2024. Integra o Projeto Vilas Indígenas Pom-balinas (VIP) e o grupo Núcleo de Estudos de História Moderna (NEHMO), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua nas áreas de história do Brasil e da Amazônia colonial, com estudos nas seguintes temáticas: administração colonial, comunicação política e história indígena e do indigenismo.

E-mail: otaviovvribeiro@gmail.com

PABLO IBÁÑEZ-BONILLO

Doutor em História de América pela Universidad Pablo de Olavide (UPO), da Espanha, em cotutela com a University of Saint Andrews, do Reino Unido. Foi investigador integrado no CHAM – Centro de Humanidades (Universidade Nova

de Lisboa) entre 2019 e 2025. Atualmente, é investigador contratado no Departamento de Historia de América, na Universidad de Sevilla (US, Espanha).

E-mail: pibanez1@us.es

PEDRO DANIEL DOS SANTOS SOUZA

Doutor em Língua e Cultura e mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Líder do grupo de pesquisa História Social da Cultura Escrita e Linguística do Brasil (Hisculte) e membro dos grupos de pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa (Prohpor/UFBA) e Usos e Contextos da Língua Portuguesa (GConPort/UNEB). Membro da Comissão Científica da Área de Linguística Histórica da Associação Brasileira de Linguística (Abralin). Desenvolve pesquisas em linguística histórica, sociolinguística histórica e história social da cultura escrita no Brasil, atuando na investigação dos seguintes temas: constituição sócio-histórica da língua portuguesa, sintaxe histórica do português brasileiro, sociolinguística, variação e normas linguísticas, história social linguística do Brasil, história social da cultura escrita e povos indígenas do Brasil, com ênfase na Bahia setecentista, políticas linguísticas e retomada/revitalização de línguas indígenas na Bahia.

E-mail: pdan.uneb@gmail.com

PROTÁSIO PAULO LANGER

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis, e docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2006-atual), onde atua na graduação e na pós-graduação em História, nas áreas de História da América e na linha de pesquisa História Indígena e do Indigenismo do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Entre os temas de pesquisa, destacam-se o Diretório Pombalino e o ideário ilustrado, a representação dos indígenas na cartografia colonial e cultura material, além de ensino de história indígena. Suas publicações mais relevantes são: *Os guarani-missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)* (2005), como também “Representações e apropriações dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII” (2015).

E-mail: protasiolanger@ufgd.edu.br

RAFAEL ALE ROCHA

Graduado em História, mestre em História Social e doutor em História Social. Atua na área de pesquisa em história moderna, história do Brasil colonial, história da Amazônia, história militar, história indígena e história social da arte. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (DH/UFAM), do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade (PPGH/UFAM) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). É vice-coordenador do Curso de História Diurno (IH08) da UFAM, vice-editor da revista *Canoa do Tempo* – periódico científico do PPGH/UFAM –, líder do Grupo de Pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GP Hindia), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Políticas, Instituições e Práticas Sociais (Polis/UFAM/CNPq).

E-mail: rafael_ale_rocha@yahoo.com.br

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS

Docente do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Campus Xinguara. Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua nas seguintes áreas: história e educação, história do Brasil, Amazônia colonial, Diretório dos Índios, história indígena e do indigenismo, história das ciências. Publicou o livro *Diz o índio: políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798)* (2018), além de artigos sobre a participação indígena na formação e na circulação de conhecimento na Amazônia Portuguesa. É integrante do Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GP Hindia) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Amazônia Colonial (Gepac).

E-mail: rafaelsantos@unifesspa.edu.br

SAMIR LOLA ROLAND

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Autor do livro *Sesmeiros, posseiros e indígenas: a conquista e a ocupação no vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII)* (2021). Integra o grupo de pesquisa Indígenas na História do Maranhão (IHMA) e participa das reuniões do Grupo de Estudo e Pesquisa em Amazônia Colonial (Gepac).

Suas pesquisas estão voltadas para os seguintes temas: conquista, ocupação, povoamento, pecuária, sertões, sesmarias e indígenas nas partes ocidental e oriental do Maranhão e Piauí, nos séculos XVII e XVIII.

E-mail: samirlolaroland@gmail.com

TERESINHA MARCIS

Graduada em Estudos Sociais com Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Ilhéus-BA, mestrado e doutorado em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora aposentada da UESC desde 2024, onde atuou nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ensino de História e pesquisas com temáticas de ensino; história do Brasil e indígena; experiências da administração civil e eclesiástica do Império Ultramarino português implementadas no Brasil, com ênfase na legislação voltada às populações indígenas da Bahia. Atualmente é professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UESC.

E-mail: tmarcis@gmail.com

VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA

Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). É doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), professora titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (CNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Entre outros livros, artigos e capítulos publicados, é autora dos livros *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios (1798–1860)* (2018), *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535–1822* (2019), e uma das organizadoras de *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil do século XIX* (2022).

E-mail: vania.vlosada@gmail.com

VANICE SIQUEIRA MELO

Graduada, mestra e doutora em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com bolsa prodoutoral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É autora do livro *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)* (2017), e professora da

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Tem interesse na história da Amazônia colonial.

E-mail: vanice.melo@ufopa.edu.br

VINÍCIUS ZÚNIGA MELO

Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em História pela UFPA. Atua como professor efetivo de história do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Abaetetuba. Obra de relevância: *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)* (2016). Tem interesse na área da Amazônia colonial, com ênfase nos seguintes temas: produção e reprodução das desigualdades, elites econômicas e políticas, história indígena e do indigenismo e região do Baixo Tocantins.

E-mail: vinicius.zuniga@hotmail.com

WANIA ALEXANDRINO VIANA

Doutora em História e mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Bacharela e licenciada em História pela UFPA. Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Desenvolve pesquisas sobre história da Amazônia colonial, com ênfase em história militar, tropas, fronteira, história indígena, alianças e conflitos no Estado do Pará e Maranhão, século XVIII. Tese de doutorado intitulada *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)* (2019) conquistou o Prêmio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de Tese da Área de História, na edição de 2020. O mesmo trabalho recebeu menção honrosa no 7º Prêmio da Associação Nacional de História (Anpuh) de Tese, em 2020. Possui pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolveu o projeto “Os indígenas e o militarismo luso no norte da América portuguesa -século XVIII”.

E-mail: waniaalexandrino02@gmail.com

Formato: 19,5 x 27 cm

Fontes: Adobe Caslon Pro , Calibri

Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²

Capa: Cartão Supremo 300 g/m²

Impressão: MD – Representação e Gráfica LTDA

Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram nesta coletânea:

André José Santos Pompeu (Semec Belém)
Fabiano Vilaça dos Santos (UERJ)
Fabricio Lyrio Santos (UFRB)
Felipe William dos Santos Silva (UFPA)
Francisco Eduardo Torres Cancela (UNEB)
Frederik Luiz Andrade de Matos (IFPA)
Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente
(Semec Belém)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI/UESPI/UFPI)
José Alves de Souza Junior (UFPA)
Karl Heinz Arenz (UFPA)
Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Otávio Vítor Vieira Ribeiro (UERJ)
Pablo Ibáñez-Bonillo (Universidad de Sevilla)
Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Rafael Ale Rocha (UFAM)
Rafael Rogério Nascimento dos Santos
(UNIFESEPA)
Samir Lola Roland (UEMA)
Teresinha Marcis (UESC)
Vânia Maria Losada Moreira (UFRRJ)
Vanice Siqueira de Melo (Ufopa)
Vinícius Zúñiga Melo (IFPA)
Wania Alexandrino Viana (Ufopa)

Prefácio

Ângela Domingues (Centro de História
da Universidade de Lisboa)
Mauro Cezar Coelho (UFPA)

A contribuição fundamental deste livro, reiteramos, é o dimensionamento do Diretório dos Índios em outros espaços além daquele para o qual foi construído. Ela evidencia que o diretório não pode ser concebido apenas como política metropolitana. Sua formulação e sua vigência foram profundamente demarcadas pelos contextos das regiões nas quais foi colocado em prática.

fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

